

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



6.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1576

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião Extraordinária de Câmara realizada em 29 de abril de 2024):

-Proposta n.º 220/2024 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia) - Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2023 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., a proposta de aplicação de resultados, bem como manditou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta pág. 600 (206)

-Proposta n.º 221/2024 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia) - Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2023 da CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., a proposta de aplicação de resultados, bem como manditou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta pág. 600 (398)

-Proposta n.º 222/2024 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pela Vereadora Filipa Roseta) - Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2023 da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa,

E.M., S.A., a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como manditou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta
pág. 600 (539)

-Proposta n.º 223/2024 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pelo Vereador Diogo Moura)
- Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2023 da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A., a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como manditou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta
pág. 600 (719)

-Proposta n.º 224/2024 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia) - Aprovou e submeteu à Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e Orçamentais de 2023, bem como a proposta de aplicação de resultados, nos termos da proposta
pág. 600 (819)

-Proposta n.º 225/2024 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia) - Aprovou submeter à Assembleia Municipal a 1.ª Revisão Orçamental de 2024 - inscrição de saldo não consignado 2023, nos termos da proposta
pág. 600 (819)

-Proposta n.º 226/2024 (Subscrita pela Vereadora Joana Almeida) - Aprovou o projeto de arquitetura da obra de ampliação, que inclui legalização, a realizar no prédio

sito na Rua da Alcolena (Estádio do Restelo - Edifício das Piscinas), s/n.º, na freguesia de Belém, constante do processo n.º e-EDI/2023/756, nos termos da proposta
pág. 600 (782)

-Proposta n.º 227/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta) - Aprovou a alteração ao Anexo IV do Regulamento Municipal do Direito à Habitação, nos termos da proposta
pág. 600 (783)

-Proposta n.º 228/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta) - Aprovou o Programa de Renda Acessível - Freguesia de Benfica, nos termos da proposta
pág. 600 (788)

-Proposta n.º 229/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Aprovou a atribuição de apoio financeiro e não financeiro a 6 (seis) entidades, com vista à organização de vários eventos desportivos, de âmbito nacional, e/ou internacional em 2024, que integram as provas dos calendários competitivos da época desportiva em curso, nos termos do RAAML, bem como aprovou a correlativa minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo e de Acordo de Tratamento de Dados, nos termos da proposta
pág. 600 (794)

-Proposta n.º 230/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Aprovou a atribuição de apoio financeiro a 52 (cinquenta e duas) entidades, no âmbito do ELXO A, MEDIDA 2, nos termos do Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD), de acordo com as regras gerais do RAAML.
pág. 600 (816)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

Reunião Extraordinária de Câmara realizada em 29 de abril de 2024

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 29 de abril de 2024, deliberou aprovar as seguintes propostas, que lhe foram presentes e que tomaram a forma de Deliberações, como se seguem:

- *Deliberação n.º 220/CM/2024* (Proposta n.º 220/2024) - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia:

Apreciação do Relatório e Contas de 2023 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

Pelouro: Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.

Serviço: DMM/DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Sector Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;

2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe «(...) no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa»;

3 - O número 3 do mesmo artigo estipula que «Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social». O n.º 4 estabelece que «No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).»;

4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do município, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no seu capital social, «em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas» previstas no artigo 46.º do RJAELPL;

5 - A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M, S.A., doravante designada por EMEL, é uma empresa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

6 - A EMEL é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto intervir na gestão e operação do sistema de apoio à mobilidade urbana,

estacionamento e serviços associados, nomeadamente a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade;

7 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da EMEL deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, com respeito pelo disposto nas orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro;

8 - A EMEL apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, pelo que não está sujeita ao estipulado no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL, conforme evidenciado nas Contas de 2023 - Demonstração de Resultados;

9 - A EMEL apresenta, em 31 de dezembro de 2023, um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50% do Capital Social, conforme evidenciado nas Contas de 2023 - Balanço, o que a coloca em situação de equilíbrio, no que concerne ao artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2102, de 31 de agosto e n.º 1 do artigo 62.º aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, das alíneas oo) e cc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 8.º, alínea d) do artigo 27.º, artigo 33.º e do artigo 36.º dos Estatutos da EMEL:

1 - Apreciar favoravelmente o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., assim como Proposta de Aplicação de Resultados, prevista na página 145 do Relatório e Contas;

2 - Mandatar o Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia - representante do Município de Lisboa na Assembleia geral da EMEL - para os votar favoravelmente, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind.NTL), 7 votos contra (2 PCP, 1 L, 1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 3 abstenções (PS). O Senhor Presidente em exercício exerceu o voto de qualidade.]



2023

RELATÓRIO & CONTAS

ÍNDICE

Mensagem do Conselho de Administração	
Sumário Executivo	
Órgãos Sociais.....	
1. A EMEL em 2023	
2. Estacionamento.....	
2.1. Via Pública	
2.2. Residentes	
2.3. Parques	
2.4. Atividades de suporte	
2.4.1. Fiscalização	
2.4.2. Contraordenações.....	
2.4.3. Meios de Pagamento	
2.4.4. Apoio ao cliente	
3. Mobilidade	
3.1. Meios Mecânicos	
3.2. Mobilidade Ciclável	
3.3. Mobilidade Elétrica	
3.4. Gestão da Rede SLAT.....	
3.5. Gestão de ZAAC e Túneis	
3.5.1. Gestão de Túneis	
3.5.2. Gestão de ZAAC	
4. Inovação	
4.1. Sistemas de Informação	
5. Comunicação.....	
6. Recursos Humanos.....	
6.1. Caracterização dos Recursos humanos	
6.2. Academia EMEL	
6.3. Pela Cidade Fora.....	
7. Estrutura EMEL.....	

8.	Análise Económica
8.1.	Investimento
8.2.	Rendimentos
8.3.	Análise Integrada
9.	Factos Relevantes
10.	Perspetivas Futuras
11.	Proposta de Aplicação dos Resultados

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2-1	Novos lugares abertos em ZEDL já em exploração
Tabela 2-2	Aberturas em novas ZEDL
Tabela 2-3	Total de lugares tarifados por freguesia
Tabela 2-4	Síntese dos lugares disponíveis para estacionamento nas ZEDL 2022-2023.....
Tabela 2-5	Lugares geridos pela emel ao abrigo de contratos de exploração 2022-2023
Tabela 2-6	Evolução do número de lugares em ZAAC 2022-2023
Tabela 2-7	Evolução dos lugares disponíveis por coroa tarifária 2022-2023 ..
Tabela 2-8	Número de dísticos concedidos nas ZEDL e ZAAC.....
Tabela 2-9	Principais ações de conversão de lugares tarifados em reservados a residente e residente noturno
Tabela 2-10	Dísticos de família numerosa por ZEDL
Tabela 2-11	Evolução do número de lugares por parque 2019-2023
Tabela 2-12	Número de lugares repintados por ZEDL
Tabela 2-15	Número de parquímetros por ZEDL.....
Tabela 6-1	Evolução do quadro de pessoal e do número de estagiários a 31 de dezembro 2019-2023
Tabela 6-2	Movimentações no quadro de pessoal em 2023 por área de atividade
Tabela 6-3	Distribuição de colaboradores por categorias e por género em 2023
Tabela 6-4	Distribuição do número de colaboradores por área e por género 2021 - 2023
Tabela 6-5	Distribuição das lideranças da EMEL por género 2019 - 2023
Tabela 6-6	Indicadores de formação 2022 - 2023.....
Tabela 6-7	Temas abordados em formação e respetiva quantificação
Tabela 8-1	Repartição do investimento realizado em 2023
Tabela 8-2	Evolução dos lugares por coroa tarifária 2019 - 2023.....
Tabela 8-3	Evolução da estrutura de gastos 2019 – 2023 (%)
Tabela 8-4	Evolução dos rendimentos por rubrica (milhares de euros) 2019 – 2023.....
Tabela 8-5	Demonstração de resultados sintética 2019 - 2023 (milhares €)
Tabela 8-6	Evolução dos indicadores financeiros 2019 - 2023

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-1 Taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor 2019 - 2023	
Fonte: INE.....	
Gráfico 1-2 Evolução da Euribor 12 meses 2019 - 2023	
Fonte: euribor-rates.eu.....	
Gráfico 1-3 Evolução do Produto Interno Bruto 2019 – 2016	
Fonte: INE.....	
Gráfico 1-4 Evolução do emprego 2019 – 2023	
Fonte: INE.....	
Gráfico 1-5 Evolução dos rendimentos de exploração por área de atividade 2017 - 2023	
Gráfico 1-6 Taxas de crescimento dos rendimentos de exploração por atividade 2023 vs 2022.....	
Gráfico 1-7 Evolução dos Gastos com Pessoal 2019 - 2023	
Gráfico 2-1 Evolução do número de lugares de novas aberturas 2019 - 2023	
Gráfico 2-2 Evolução do número total de lugares em exploração 2019 - 2023	
Gráfico 2-3 Variação líquida do número de lugares por tarifa 2022 – 2023 ...	
Gráfico 2-4 Proporção dos lugares ordenados por coroa tarifária	
Gráfico 2-5 Evolução do número de horas vendidas no estacionamento de rotação na via pública 2019 - 2023	
Gráfico 2-6 Evolução das tarifas médias 2019 - 2023	
Gráfico 2-7 Evolução mensal do número de horas vendidas por lugar e por tarifa	
Gráfico 2-8 Origem geográfica dos dísticos verdes concedidos	
Gráfico 2-9 Evolução do rácio de dísticos por lugar nas ZEDL 2010 - 2023	
Gráfico 2-10 Evolução do número de lugares para residentes 2019 - 2023....	
Gráfico 2-11 Evolução do número de lugares em parques EMEL 2019 - 2023.	
Gráfico 2-12 Evolução do número de lugares repintados 2021 - 2023	
Gráfico 2-13 Evolução da proporção de operações associadas a prioridades operacionais 2019 - 2023	
Gráfico 2-14 Evolução das operações de fiscalização 2019 - 2023	
Gráfico 2-15 Evolução da produtividade individual média diária 2019 - 2023	

Gráfico 2-16 Evolução mensal do volume de desbloqueios e do tempo de resposta ao pedido de desbloqueio 2023.....

Gráfico 2-17 Evolução do tempo médio de resposta ao pedido de desbloqueio 2019 - 2023

Gráfico 2-18 Evolução do Volume de Autos Notificados 2019 - 2023

Gráfico 2-19 Evolução anual do volume de coimas pagas e respetivo valor 2019 – 2023

Gráfico 2-20 Evolução mensal das notificações por meio de envio

Gráfico 2-21 Volume anual de pedidos de Identificação Voluntária do Condutor por canal de entrada 2022 – 2023.....

Gráfico 2-22 Evolução da proporção de pagamento eletrónico no estacionamento na via pública 2014 - 2023

Gráfico 2-23 Evolução dos rendimentos de estacionamento na via pública parquímetros vs pagamento eletrónico 2014 - 2023

Evolução mensal da repartição do meio de pagamento do estacionamento na via pública

Gráfico 2-24 Evolução mensal da repartição dos montantes cobrados pelos meios de pagamento do estacionamento na via pública em 2023.....

Gráfico 3-1 Evolução do número de bolsas de estacionamento para motociclos e de HotSpots 2019 - 2023

Gráfico 3-2 Evolução do número de feridos em acidentes com bicicletas GIRA 2018 - 2023

Gráfico 3-3 Evolução do número de acidentes em viagens com bicicletas do GIRA 2018 - 2023

Gráfico 3-4 Evolução do número de acidentes e feridos por 100 000 viagens em bicicletas GIRA 2018 - 2023.....

Gráfico 3-5 Evolução do número de viagens realizadas no GIRA 2018 - 2023.

Gráfico 3-6 Evolução mensal do número de viagens realizadas no GIRA 2022 vs 2023.....

Gráfico 3-7 Evolução da rede do GIRA 2018 - 2023

Gráfico 3-8 Evolução do número de passes de acesso ao GIRA 2019 - 2023...

Gráfico 3-9 Evolução do número de Dísticos Verdes concedidos 2016 - 2023

Gráfico 3-10 Evolução da rede LEVE

Gráfico 3-11 Segregação do número de tomadas pelas diferentes zonas da cidade com carregadores da rede LEVE.....

Gráfico 3-12 Peso relativo do carregamento rápido na rede leve segundo quatro dimensões

Gráfico 6-1 Evolução relativa do Gasto com Pessoal per capita 2019 - 2023 (Base 2019)

Gráfico 6-2 Evolução relativa dos Gastos com Pessoal número de Colaboradores e lugares em exploração (Base 2019)

Gráfico 6-3 Evolução anual do saldo líquido entre entradas e saídas de trabalhadores 2019 - 2023

Gráfico 6-4 Novos colaboradores contratados por área de atividade na EMEL

Gráfico 6-5 Habilitações académicas dos colaboradores por género

Gráfico 6-6 Distribuição etária dos colaboradores por género

Gráfico 6-7 Evolução do número de ações de formação e do número de participações 2020 - 2023

Gráfico 8-1 Evolução do investimento concretizado 2019 - 2023.....

Gráfico 8-2 Evolução da despesa realizada em investimento e contratos de mandato 2019 - 2023

Gráfico 8-3 Evolução dos rendimentos operacionais 2021 - 2023

Gráfico 8-4 Crescimento dos rendimentos de exploração por área face a 2022

Gráfico 8-5 Evolução da média da tarifa cobrada.....

Gráfico 8-6 Proporção dos principais parques nos rendimentos de estacionamento *off street* 2023 vs 2022

Gráfico 8-7 Evolução dos rendimentos com sistemas de mobilidade GIRA e LEVE 2019 - 2023

Gráfico 8-8 Repartição dos rendimentos de exploração 2023.....

Gráfico 8-9 Evolução do número de lugares e dos rendimentos de exploração 2019 - 2023 (base 2019).....

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-1 Ponte ciclopedonal sobre o rio Trancão	
Figura 2-1 Intervenção na placa central da Avenida António Augusto de Aguiar	
Figura 2-2 Área de estacionamento ordenado em Lisboa e expansão em 2023	
Figura 2-3 Evolução tarifária no terreno 2020 - 2023	
Figura 2-4 Evolução da proporção de dísticos de usufruto 2021 - 2023	
Figura 2-5 Distribuição do rácio de dísticos por lugar nas ZEDL e ZAAC	
Figura 2-6 Sinalização vertical de lugares tarifados e de bolsa de residentes	
Figura 2-7 Mapa dos parques EMEL	
Figura 2-8 Pintura no piso zero do parque do Mercado do Chão do Loureiro - em execução por Pitanga e já concluída	
Figura 2-9 Pisos seis e cinco do parque da Calçada do Combro	
Figura 2-10 Mapa das artérias que beneficiaram da repintura da sinalização horizontal em 2023.....	
Figura 2-11 8 Repintura de lugares - bolsa de cargas e descargas, lugares de residentes e lugares tarifados	
Figura 2-12 Evolução da área sob gestão EMEL.....	
Figura 2-13 Número de avarias por parquímetro por ZEDL	
Figura 2-14 Evolução do número médio de avarias por parquímetro por ZEDL 2019 - 2023	
Figura 2-15 Proporção das avarias de parquímetros decorrentes de atos de vandalismo	
Figura 2-16 Ilustração do pagamento por MB Way	
Figura 2-17 Mapa da implementação já concretizada de parquímetros com MB Way.....	
Gráfico 2-25 Proporção da emissão de dísticos presencial vs loja virtual.....	
Figura 3-1 Passagem/Elevador de Entrecampos, Elevador da Sé e Escadas rolantes da Mouraria	
Figura 3-2 Imagens do Funicular da Graça	
Figura 3-3 Rede Ciclável de Lisboa da responsabilidade da EMEL	
Figura 3-4 Imagem da ciclovia (projeto) da Estrada do Desvio	
Figura 3-5 Imagens da ponte ciclopedonal sobre o Rio Trancão	

Figura 3-6	Evolução da rede GIRA 2019 - 2023
Figura 3-7	Oficina do GIRA
Figura 3-8	Mapa da rede de estações GIRA no final de 2023
Figura 3-9	Estações GIRA com buffer de 650 metros
Figura 3-10	Imagem da marca LEVE
Figura 3-11	Veículo em carregamento num equipamento da rede LEVE.....
Figura 3-12	Rede de carregadores LEVE em parques EMEL e plano de expansão
Figura 3-13	Volume de carregamentos na rede LEVE
Figura 3-14	Rede de carregadores LEVE na via pública e plano de expansão .
Figura 3-15	Mapa da modernização da rede SLAT
Figura 3-16	Semáforo de peão com contagem decrescente do tempo
Figura 3-17	Elementos de segurança passiva instalados no túnel do Marquês de Pombal
Figura 3-18	Ponto de controlo de acessos na Rua Milagre de Santo António .
Figura 4-1	Imagem do Guia de Design de Interfaces Multimodais
Figura 4-2	Imagem do deployEMDS
Figura 6-1	Manuais e merchandising ACADEMIA EMEL
Figura 6-2	Imagem do projeto Pela Cidade Fora
Figura 6-3	Painel de atividades do Pela Cidade Fora
Figura 6-4	Livros e merchandising do Pela Cidade Fora
Gráfico 7-1	Novo organigrama EMEL.....

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2023 a EMEL deu passos seguros na sua missão de promoção de uma mobilidade mais sustentável.

A execução de investimento da EMEL subiu quase 50%, em projetos bem articulados com a sua missão. Canalizámos meios libertos pela exploração do estacionamento para infraestruturas de suporte à mobilidade suave, estamos a fortalecer a nossa intervenção na economia circular, dimensão que ficou clara na atividade em 2023.

Concluímos o Funicular da Graça, uma solução inclusiva, que vem completar a rede de percursos pedonais e mecanicamente assistidos de acesso ao Castelo.

Terminámos a construção da ponte ciclopedonal sobre o rio Trancão, uma obra diferenciada, que liga as redes cicláveis de Lisboa e Loures, conferindo condições de segurança e conforto para deslocações de bicicleta entre os dois concelhos. Este foi um dos projetos mais emblemáticos da organização da Jornada Mundial da Juventude, evento extraordinário que contou com a colaboração empenhada da EMEL e dos nossos colaboradores, na gestão da mobilidade em várias zonas e disponibilizando vários dos nos nossos parques.

Os Lisboetas aderem cada vez com mais entusiasmo, às bicicletas do GIRA, em 2023 foram ultrapassados os 10 milhões de viagens, e o acesso ao sistema está integrado no Navegante, sendo a utilização gratuita para os residentes. Expandimos a rede com 12 novas estações, adquirimos 500 novas bicicletas e entraram em operação mais 120 bicicletas resultantes do processo de eletrificação da frota convencional.

A modernização da rede semaforica está praticamente concluída e a EMEL tem vindo a trabalhar com a CARRIS, aprofundando o modelo de tráfego na cidade contribuindo para a melhoria da oferta de transporte público, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável.

Ordenámos 4 000 novos lugares de estacionamento, hoje a EMEL gere mais de 100 mil lugares na via pública. Cerca de 14% são lugares reservados a residentes e constituem uma prioridade no nosso planeamento que vai ao encontro das necessidades de quem aqui reside.

Iniciámos a implementação do pagamento por MB way nos parquímetros, possibilitando a todos os nossos utilizadores uma forma moderna e inovadora de aceder ao sistema.

Na Fiscalização ocorreram mudanças ao nível de práticas de gestão, que colocam a operação com maior foco na mobilidade, e simultaneamente com

uma atitude mais preventiva e pedagógica, não esquecendo aqueles que servimos que são as pessoas. Assim, foi estabelecido um quadro de prioridades da atividade de Fiscalização. Escrutinámos processos e homogeneizámos procedimentos, tudo assente num extenso programa de formação comportamental.

Para que esta abordagem tenha o sucesso e o impacto que ambicionamos, são fundamentais os nossos colaboradores. Em 2023 fizemos um grande investimento na valorização salarial dos nossos trabalhadores, encontrou-se um entendimento com as estruturas representantes dos trabalhadores e subscreveu-se um novo Acordo de Empresa. Ocorreu ainda uma forte aposta na melhoria das condições de trabalho com o surgimento das novas instalações de Cabo Ruivo e da Matinha.

Saúdo cada um dos trabalhadores da EMEL, sem exceção, cada um de vós foi fundamental para alcançar os resultados que agora estamos a apresentar – para todos vós vai o nosso agradecimento.

Bem hajam

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2023 representou para a EMEL a consolidação do seu papel de agente da implementação da estratégia de mobilidade do Município, deixando definitivamente para trás os impactos da pandemia de Covid-19.

Esta consolidação refletiu-se num crescimento dos resultados – o resultado líquido do período cresceu 11% - mas essencialmente numa expansão transversal a todas as atividades da empresa. A execução do investimento cresceu quase 50% face a 2022.

Ao mesmo tempo foram introduzidas alterações estruturais na forma como, enquanto organização, a EMEL concretiza a sua abordagem, assente agora numa perspetiva mais pedagógica, priorizando a mobilidade, mas reforçando o relacionamento com as pessoas e as suas necessidades.

ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA

O ordenamento do estacionamento continua a desempenhar um papel central na atividade da EMEL. Em 2023, a expansão da área sob gestão da empresa, com a abertura de 4 051 novos lugares, permitiu que se ultrapassassem os 100 mil alvéolos em exploração: eram, no final do ano, 101 925, espalhados por 21 das 24 freguesias de Lisboa.

O crescimento do número de lugares contribuiu para o aumento dos rendimentos do estacionamento na via pública, que cresceram 5% face a 2022. Esta evolução também decorreu da adequação das tarifas implementadas, que se refletiu num maior preço médio da rotação, e que mais que compensou a também maior proporção de lugares reservados para o estacionamento de residentes.

RESIDENTES

Muita da intervenção da empresa na via pública tem em perspetiva o enquadramento da proteção a residentes, procurando, ao mesmo tempo, preservar os equilíbrios que sustentam uma mobilidade fluída.

É neste âmbito que nos últimos anos se assistiu a um constante aumento do número de lugares reservados ao estacionamento de veículos com dístico de residente, que já ultrapassam os 14% do total. Para que esta reserva fosse ainda mais efetiva, a EMEL aumentou a atividade de fiscalização noturna, de uma forma pedagógica, mas presente.

Os rendimentos obtidos com a emissão de dísticos de residente e Ocupações de Via Pública tiveram uma subida de cerca de 4% face a 2022 – este crescimento vem interromper uma tendência de queda que se vinha manifestando nos últimos anos. Para esta subida também terá contribuído o maior rigor que agora preside à emissão de dísticos com recurso a declarações de usufruto do respetivo veículo, facto que terá impulsionado o crescimento dos dísticos de empresa e das tarifas mensais associadas.

ESTACIONAMENTO EM PARQUES

A intervenção no parque da Calçada do Combro foi concluída em março de 2023, ao fim de quase um ano e meio de obras. A requalificação trouxe ao espaço maior funcionalidade e sofisticação, naquela que é uma das mais importantes infraestruturas de estacionamento *off street* da empresa, servindo uma área marcada pela escassez de estacionamento.

A funcionar em pleno desde março, o parque da Calçada do Combro foi o principal responsável pelo aumento das receitas de estacionamento em parques, mais 12% face a 2022, num ano em que o número de lugares sob gestão, 6 536, distribuídos por 37 parques, se manteve em linha com o ano anterior.

A EMEL tem em desenvolvimento um abrangente programa de investimento nesta área, com projetos que visam necessidades diversas, desde parques dissuasores a parques mais vocacionados para rotação e, naturalmente, infraestruturas destinadas a residentes.

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

O efetivo de Fiscalização assegura, no terreno, o *enforcement* legal das normas de estacionamento, organizando-se sob um conjunto de prioridades que, em 2023, foi reestruturado: preconiza-se agora uma postura mais pedagógica, com o cidadão e as suas necessidades no centro das alterações desenvolvidas, mas com um foco muito específico na mobilidade. É este o pano de fundo em que agora assenta a priorização da atividade de fiscalização.

Com os vetores estratégicos definidos e com a principal referência de atuação estabelecida, a Direção de Exploração do Estacionamento partiu para um extensivo processo de revisão de processos e homogeneização de procedimentos, implementada e consolidada num programa de formação, extensivo a todo o efetivo, e que abarcou também a vertente comportamental, e a dimensão da liderança, no caso dos Chefes de Equipa.

A priorização das intervenções veio estabelecer as orientações necessárias para a consolidação da atividade de fiscalização enquanto instrumento crucial da estratégia de mobilidade.

A implementação da mudança trouxe algum sobressalto inicial, mas foi bem acolhida. Em termos operacionais, apurou-se, para a totalidade do ano, um crescimento do número global de operações apesar da quebra do número de desbloqueios – a emissão de denúncias e avisos registou um crescimento que mais que compensou a quebra do volume de desbloqueios. O valor dos rendimentos obtidos com as atividades de fiscalização em 2023 aumentou 6,8% em relação ao ano 2022.

MOBILIDADE

A EMEL tem vindo a dotar a cidade de infraestruturas estruturantes para que a opção modal recaia, cada vez mais, em modos suaves, e que mesmo no caso do recurso ao automóvel particular a dimensão de sustentabilidade assuma cada vez maior relevo.

Com a conclusão, no ano transato, do Percurso da Graça e a instalação do funicular que o integra, a rede planeada de acessos pedonais assistidos mecanicamente à Colina do Castelo, fica concluída, disponibilizando-se à cidade e, em particular, aos residentes daquela área, um conjunto de infraestruturas de elevada conveniência, e que revestem um claro cariz de inclusão.

A rede de estações do GIRA foi ampliada com 12 novas localizações – o sistema contava, no final de 2023, com 152 estações ativas, precisamente mais 12 que o definido no planeamento inicial da rede – e foram adquiridas 500 bicicletas novas, enquanto outras 120 que já integravam a frota foram eletrificadas, correspondendo às preferências dos utilizadores. No último trimestre do ano a frota em disponibilidade atingiu uma média superior a 1 300 bicicletas – o crescimento da rede e do número de bicicletas veio reforçar a conveniência do GIRA, consolidando-o como alternativa de transporte público. Nesta dimensão, o sistema deu, em 2023, mais um passo importante: a integração no Passe Navegante e a gratuidade para os residentes de Lisboa. Na sequência da integração no Navegante verificou-se uma quebra nas receitas de acesso ao sistema, mas o número de ativações foi o maior de sempre, com as cerca de 16 000 realizadas através do Navegante a mais que compensarem as descidas registadas nas restantes modalidades. No último ano, foram realizadas quase 2,7 milhões de viagens no sistema e registou-se um marco histórico: desde o seu início, as bicicletas do GIRA já efetuaram mais de 10 milhões de viagens, um número que não deixa dúvidas quanto à relevância do sistema como alternativa de transporte público.

Na mobilidade elétrica, em 2023, continuou a assistir-se a um rápido crescimento do número de dísticos verdes emitidos – no final do ano eram quase 19 000, mais 54% que em 2022. A densificação da rede de pontos de carregamento da LEVE acolheu seis novas tomadas no parque da Calçada do Combro e a modernização de outras 20, fechando-se o ano com 130 tomadas ativas. Os rendimentos associados aos carregamentos na rede LEVE cresceram quase 40%, com os *hubs* de carregamento rápido a demonstrarem clara preferência do mercado.

A modernização da rede SLAT está quase concluída – no final de 2023 restavam 23 interseções por modernizar. Para além da otimização da fluidez do tráfego rodoviário, a modernização da rede integrou uma forte aposta na segurança do modo pedonal, com a instalação de 1 500 semáforos com função de contagem decrescente do tempo disponível para atravessamento pelos peões.

A EMEL tem vindo a colaborar com a Carris com o objetivo melhorar o conhecimento sobre a mobilidade da Cidade de Lisboa. Desta cooperação resultou o enriquecimento do modelo de tráfego com a introdução de dados operacionais da Carris ligados à oferta de serviço, nomeadamente, percursos e horários de todas as carreiras. A curto prazo, este trabalho em equipa permitirá que o modelo fique apto a comparar os tempos de viagem usando transporte individual e transporte coletivo, evidenciando dessa forma onde não existem alternativas credíveis em transporte coletivo. Será possível, também, compreender quais as interseções semaforizadas onde as carreiras da Carris perdem mais tempo, permitindo assim mitigar esses efeitos. Neste momento os esforços estão concentrados na otimização semafórica dos grandes eixos, bem como no desenvolvimento e implementação das estratégias de coordenação da sinalização luminosa do SIM.Lx. Prevê-se que este trabalho se realize durante o ano de 2024.

INOVAÇÃO

Na promoção de práticas mais sustentáveis de mobilidade, a EMEL assume um posicionamento proativo na pesquisa das dificuldades com que se confrontam aqueles que se deslocam em Lisboa.

Em 2023 a EMEL iniciou a implementação da solução de pagamento por MB Way nos parquímetros da empresa. É uma solução segura, confortável e conveniente, indo ao encontro das necessidades manifestadas por muitos utilizadores dos parquímetros, nomeadamente da indisponibilidade de moedas suficientes para o pagamento desejado, ou do funcionamento deficiente que por vezes os parquímetros apresentam. No final do ano eram já 400 as máquinas que disponibilizavam esta alternativa.

No ano transato destaca-se o trabalho desenvolvido ao abrigo do projeto RESTART, que culminou na conclusão do estudo de argumentos económicos (*business case*), que tem como objetivo viabilizar a tomada de decisões de investimento informadas, na requalificação em interfaces multimodais dos terminais rodoviários do Campo Grande, Colégio Militar, Oriente, Pontinha e Sete Rios.

Já no campo da inovação digital, a EMEL concluiu o trabalho que vinha a desenvolver no âmbito do projeto VoxPop - Pessoas, Processos e Tecnologia. Ainda no âmbito do VoxPop, prosseguiu a redefinição estratégica da oferta de serviços em parques de estacionamento EMEL, que resultou na identificação de oportunidades de melhoria.

2023 ficou, também, marcado pelo início do projeto Bairro Comercial Digital de Alvalade, liderado pela Freguesia de Alvalade e financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e pelo início da participação da EMEL no projeto europeu deployEMDS, cofinanciado pelo Programa Europa Digital, da União Europeia, e que terá uma duração de três anos – o projeto tem como objetivo fomentar a partilha de dados relacionados com mobilidade ao nível europeu.

RECURSOS HUMANOS

Em 2023 a Direção de Recursos Humanos desenvolveu e implementou um conjunto de ferramentas tendentes à melhoria do relacionamento institucional com a área, e ao incremento da produtividade e qualidade dos serviços desenvolvidos. Foi criado um novo espaço na intranet da empresa, dedicado aos colaboradores, com acesso a temas como a mobilidade interna, documentação da área ou psicologia ocupacional. Foi definido o procedimento de mobilidade interna e o novo Regulamento de Teletrabalho. No recrutamento e seleção e no processamento salarial foram organizados painéis de indicadores cuja monitorização visa o aumento da eficiência e eficácia destes setores.

O quadro de pessoal da EMEL fechou o ano, praticamente, com o mesmo número de colaboradores face ao ano anterior – 780 trabalhadores. Face à expansão que se verificou nas diversas atividades e que proporcionou o aumento dos rendimentos obtidos nas diversas atividades de exploração, esta preservação do número de colaboradores encerra um importante ganho de eficiência. O quadro macroeconómico difícil, marcado por forte crescimento dos preços, obrigou a intensa negociação das condições salariais praticadas na empresa, o que coincidiu com a conclusão do primeiro ciclo de progressão na carreira do sistema de avaliação implementado e que, em conjunto com outros fatores, resultou num crescimento dos gastos com pessoal na ordem dos 13,6%.

INVESTIMENTO

O investimento executado pela EMEL em 2023 teve, em 2023, um crescimento de quase 50% face a 2022

Quase 82% do montante global de investimento foi canalizado para projetos com objetivos claros de promoção de uma mobilidade mais sustentável.

O funicular da Graça concentrou mais de metade do montante total, 3,9 milhões de euros, seguindo-se o GIRA, com um investimento em bicicletas e estações de cerca de 1,4 milhões de euros. Nas obras da Avenida da Liberdade foi aplicado quase meio milhão de euros e na mobilidade elétrica 250 mil.

No estacionamento foi aplicado 7,5% do valor de execução, quase todo realizado na oferta *off street*, com a obra de requalificação do parque da Calçada do Combro, concluída em março, a absorver a maior verba. O investimento no estacionamento na via pública foi quase todo contemplado em sinalização.

A restante despesa de investimento concretizada tem caráter mais transversal.

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

ACIONISTA ÚNICO

Câmara Municipal de Lisboa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva

VOGAL

Francisca Leal da Silva Ramalhosa

VOGAL

Sandra Cristina Cortez Braz

FISCAL ÚNICO

Grant Thornton & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Carlos Lisboa Nunes

1. A EMEL EM 2023



A saída do período da pandemia de Covid-19 trouxe à economia portuguesa, e europeia, um quadro macroeconómico marcado pela inflação. A marcha do Índice de Preços no Consumidor (IPC) entrou em ascensão acelerada e no último trimestre de 2021 ultrapassou o limiar definido para referência de estabilidade dos preços, os 2% de variação homóloga. Em Portugal, desde 2012 que os preços não cresciam tão rapidamente, mas em 2022 ainda se assistiria a um crescimento da inflação mais acelerado, chegando-se a valores de 1992, acima dos 10%.



GRÁFICO 1-1 TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA DO ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR 2019 - 2023

FONTE: INE

A resposta ao ímpeto inflacionista pelo Banco Central Europeu (BCE) teve lugar mais tarde do que é habitual.

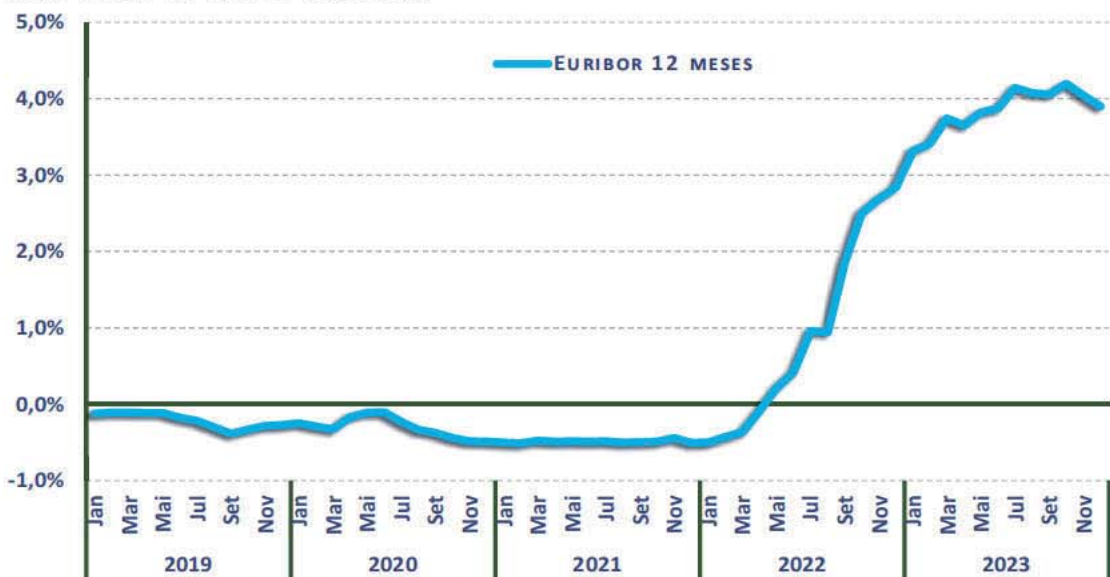


GRÁFICO 1-2 EVOLUÇÃO DA EURIBOR 12 MESES 2019 - 2023

FONTE: EURIBOR-RATES.EU

Os mecanismos de política monetária utilizados para fazer face à crise das dívidas soberanas ajudaram a trazer os indexantes do mercado interbancário para terreno negativo, um cenário que se prolongou por anos, e com o aumento súbito dos preços, durante um certo período verificou-se mesmo uma convivência de taxas Euribor negativas com um crescimento dos preços acima do alvo de 2%.

Nesse período discutia-se se a subida dos preços tinha carácter estrutural ou se seria efeito de uma conjuntura muito particular, associada à saída da pandemia e que coincidiu com a invasão da Ucrânia pela Rússia, com profundos impactos ao nível dos preços da energia. A perspetiva de um período prolongado de crescimento dos preços levou o BCE a atuar, provocando uma subida dos juros que, embora não chegando aos níveis de 2008, foi a mais rápida de sempre.

Apesar de muito desafiante, o contexto macroeconómico não encerrava apenas dificuldades.

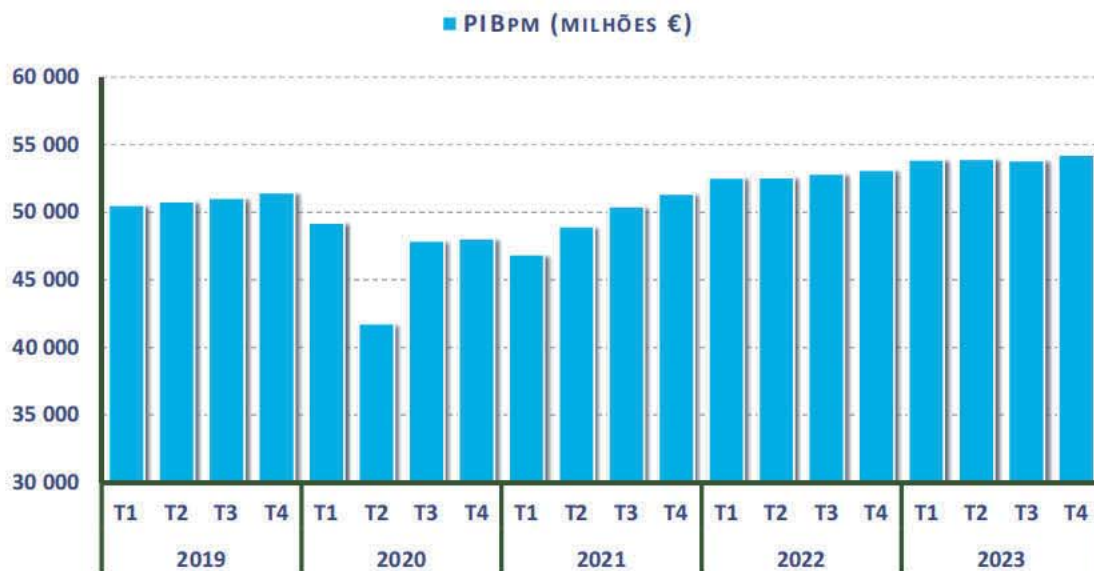


GRÁFICO 1-3 EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO 2019 – 2023

Fonte: INE

Embora já sem todo o ímpeto da saída da pandemia, e mesmo com alguma hesitação no terceiro trimestre, o Produto Interno Bruto seguiu, em 2023, uma trajetória de crescimento. Considerando a globalidade do ano o principal indicador da evolução da atividade económica registou uma subida de 2,3%.

Os dados do emprego não podiam deixar de refletir este nível elevado de produto e, de facto, assistiu-se, em 2023, a um crescimento da população empregada, que ao longo do ano atingiu números históricos.

■ POPULAÇÃO COM EMPREGO REMUNERADO (MILHARES DE INDIVÍDUOS)



GRÁFICO - VOLUÇÃO DO EMPREGO 2019 – 2023

FONTE: INE

O contexto económico que se compôs em 2023, integrando todas estas variáveis, afetou a generalidade das empresas, e a EMEL não foi exceção.

Em termos de rendimentos, a EMEL beneficiou deste crescimento da atividade económica. Os montantes cobrados nas diversas atividades de exploração retomaram a trajetória que vinha sendo seguida até 2019 e que foi interrompida pelo surgimento da pandemia e as consequentes medidas de mitigação, designadamente a suspensão da cobrança de estacionamento na via pública.

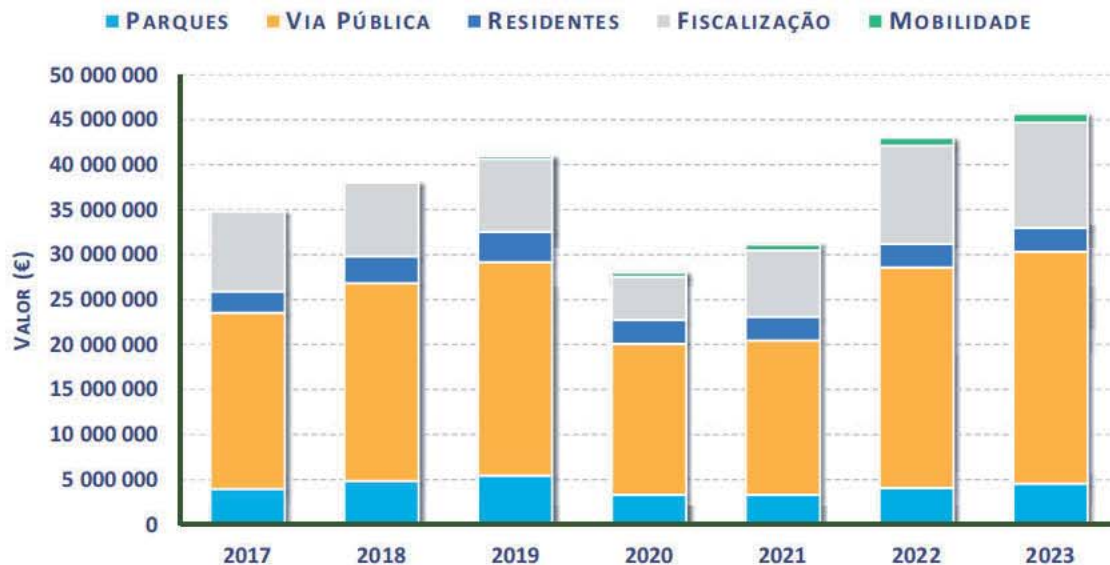


GRÁFICO 1-5 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO POR ÁREA DE ATIVIDADE 2017 - 2023

Embora com um crescimento mais moderado, os rendimentos de exploração de 2022 e 2023 seguem muito alinhados com a tendência verificada entre 2017 e 2019 –o impacto da pandemia parece ter já ficado para trás. Em 2022 as taxas de crescimento foram muito elevadas, essencialmente devido à queda dos anos anteriores.

Em 2023 a evolução é mais lenta, mas é generalizada a todas as áreas – os rendimentos de dísticos voltaram, no ano transato, a registar um crescimento positivo, depois de anos em queda, situação que se prende, essencialmente, como aumento da emissão de dísticos de empresa e respetivas tarifas mensais, muito provavelmente na sequência da introdução de critérios mais rigorosos para a emissão de dísticos de usufruto.

O crescimento mais acentuado regista-se na área da mobilidade, englobando GIRA e mobilidade elétrica, com o GIRA em contraciclo – já esperado face à integração no Navegante. Apesar desta tendência de crescimento, as receitas dos sistemas de mobilidade são ainda marginais na exploração da EMEL.

■ VARIAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO 2023/2022

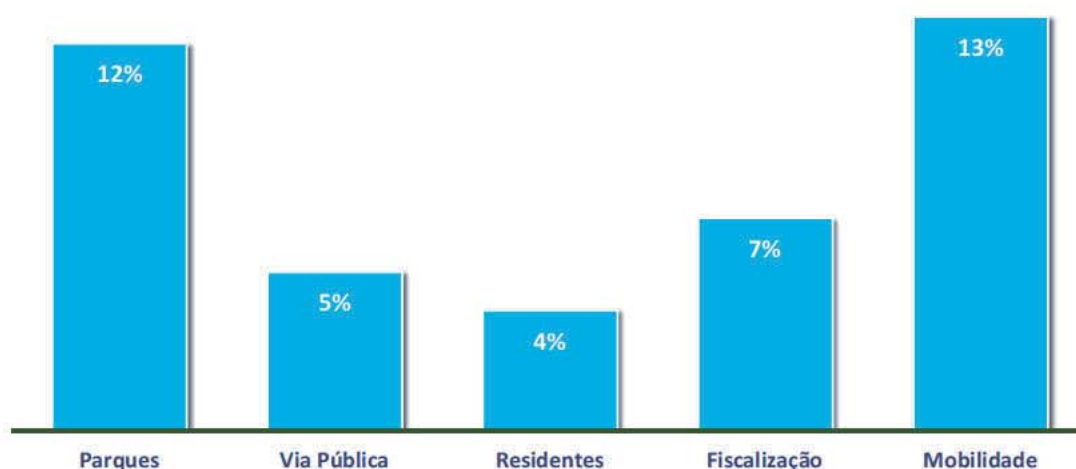


GRÁFICO 1-6 TAXAS DE CRESCIMENTO DOS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO POR ATIVIDADE 2023 VS 2022

O estacionamento na via pública cresceu cerca de 5% e continua a assumir grande preponderância na atividade da EMEL. Diretamente, pelos meios que envolve, e indiretamente, pela capacidade que confere à empresa de intervir noutras dimensões da mobilidade, com projetos impactantes como o GIRA, os percursos pedonais com assistência mecânica de acesso à Colina do Castelo, ou ainda no investimento em parques com condições de exploração de menor sustentabilidade. Em 2023, a EMEL deu novos passos na sua afirmação de agente de mobilidade, integrando o GIRA no Navegante e, ao mesmo tempo, conseguindo concretizar a expansão do sistema com 12 novas estações e 500

bicicletas novas. Também foi o ano da conclusão do Funicular da Graça, com início de atividade previsto para março de 2024.

O comportamento da inflação, das taxas de juro e mesmo do mercado de trabalho produziram impactos na EMEL a outros níveis.

Tendencialmente o crescimento dos preços provoca erosão nas contas de exploração da EMEL – a empresa tem um relacionamento de mercado com os seus fornecedores, suportando os aumentos de preços nas suas aquisições, enquanto os rendimentos de estacionamento na via pública, principal rubrica de receitas, estão associados a taxas definidas pelo Município, e normalmente permanecem estáveis por largos períodos. No entanto, nos últimos anos foi implementada uma reestruturação destas tarifas, adequando-as aos níveis de pressão de estacionamento verificados.

A estrutura financeira da EMEL não está alavancada em capitais alheios, pelo que os impactos diretos da subida das taxas de juro nas contas da empresa, em termos de gastos financeiros, não são muito significativos. No entanto, muitas famílias portuguesas recorreram ao crédito para a compra de habitação e vêm-se agora confrontadas com o que equivale a uma perda de rendimento disponível, uma vez descontada a parcela absorvida pelas prestações associadas ao crédito à habitação.

Esta perda ainda não foi suficiente para induzir uma descida nos rendimentos da empresa, mas tem impacto nos colaboradores da EMEL e nas suas famílias, muitos deles a braços com as subidas da Euribor. A inflação chega também à operação da empresa por esta via – a desvalorização dos salários e a perda de rendimento real.



GRÁFICO 1-7 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL 2019 - 2023

Com este contexto, as conversações com os representantes dos trabalhadores da EMEL ganharam complexidade, e o Conselho de Administração da empresa empenhou-se num grande esforço negocial que acabaria por chegar a bom porto, com a assinatura de novo Acordo de Empresa com todas as estruturas sindicais, num momento muito importante para a organização como um todo, mas também para os seus colaboradores, que assim puderam beneficiar da melhoria das suas condições remuneratórias.

Ao nível das diversas atividades da empresa, o ano de 2023 trouxe marcos importantes. Desde logo, 2023 ficou marcado, na EMEL e na cidade de Lisboa, pela organização da Jornada Mundial da Juventude, que acolheu a visita do Papa Francisco.

A EMEL foi a empresa responsável por concretizar uma das infraestruturas mais emblemáticas das associadas ao evento: a ponte ciclopedonal sobre o rio Trancão.



FIGURA 1-1 PONTE CICLOPEDONAL SOBRE O RIO TRANCÃO

Para lá da sofisticação do projeto, a ponte concretiza uma ligação ciclável ao concelho de Loures, viabilizando a continuidade de vias que permite deslocações longas, seguras e com condições de conforto, perspetivando-se como elemento fundamental no crescimento do modo ciclável, agora em termos metropolitanos.

Foi ainda disponibilizado espaço em vários parques de estacionamento da empresa, muitos deles encerrados à rotação no período em que decorreu o evento. No parque de Belém foram colocadas tendas da organização, tendo estado encerrado ao estacionamento entre 27 de julho e 10 de agosto.

Os colaboradores da EMEL, o efetivo de Fiscalização, esteve presente no apoio à organização do evento, ao lado da Polícia de Segurança Pública, da Polícia Municipal, do Instituto Nacional de Emergência Médica e da Proteção Civil, entre outras instituições. Com o objetivo de facilitar a mobilidade e o estacionamento nas condicionantes definidas, a EMEL foi chamada a intervir nas zonas amarela (restrição fortemente condicionada à circulação rodoviária) e verde (restrição condicionada à circulação rodoviária) e também na organização do estacionamento na antiga Praça Sony.

Foi desenvolvida uma fiscalização de proximidade, prestando informações objetivas e claras, tentando sempre antecipar as suas necessidades e expectativas. Não foi necessário autuar, nem remover veículos. Os agentes da EMEL adotaram atitudes de correção, cortesia e empenho em receber e ajudar peregrinos e residentes. No final do evento o sentimento generalizado era de satisfação e enriquecimento pessoal e profissional, coroado com o agradecimento do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Engenheiro Carlos Moedas.

Outras iniciativas demonstraram o envolvimento da EMEL com a cidade e com a sua política de mobilidade. Por exemplo, no período caracterizado pelas compras de Natal foi desenvolvida a operação Trenó – era possível estacionar o automóvel, gratuitamente, num parque mais periférico – na Ameixoeira ou no Campo Grande – e aí seguir de autocarro até ao centro da cidade. Mais estruturante foi a integração do acesso ao GIRA no passe Navegante, de forma gratuita para os residentes de Lisboa, conferindo ao sistema um vínculo ainda mais profundo ao transporte público.

2023 ficou também marcado pela reestruturação da abordagem preconizada nas operações de fiscalização do estacionamento. Sem alienar objetivos de eficácia e qualidade, foram redefinidas prioridades e revistos os procedimentos da Fiscalização, implementando uma nova filosofia, mais virada para a promoção da mobilidade e, essencialmente, obedecendo a orientações de pedagogia e colocando no centro as necessidades e dificuldades com que se confrontam as pessoas que se deslocam em Lisboa.

2. ESTACIONAMENTO



2.1. VIA PÚBLICA

O ordenamento do estacionamento na via pública esteve na génese da EMEL, em 1994, numa época em que o estacionamento desregulado se impunha no espaço público.

Com a introdução de tarifas e a fiscalização mais presente das normas de estacionamento, o Município conseguiu fazer face a um problema sério, que colocava obstáculos à competitividade e ao desenvolvimento sustentável da cidade, acedendo, paralelamente, aos benefícios que decorrem do estacionamento ordenado.

No seguimento da gestão prosseguida pela EMEL, foi de imediato percebida uma estruturação do espaço público muito diferente, para melhor, com o aumento da segurança proporcionado por uma inequívoca separação das áreas alocadas a cada modo, acabando com a invasão, então generalizada, dos passeios destinados à circulação pedonal pelo estacionamento abusivo, muitas vezes deixando como única alternativa a reciprocidade, isto é, a incursão dos peões pelas vias de circulação automóvel, expondo-se a situações de grande fragilidade.

Associando o montante cobrado ao tempo de permanência torna-se possível estabelecer condições de rotação, permitindo que o mesmo espaço de estacionamento seja usufruído por vários automobilistas, em vez de estar sujeito à rigidez imposta pelo paradigma, ineficiente, do “primeiro a chegar” – se um automobilista com uma necessidade de permanência de 10 horas não tiver qualquer incentivo à remoção do carro, naturalmente ocupará o lugar por essas 10 horas, vedando o acesso a necessidades de permanência mais curtas. Desta dimensão resulta uma quebra da competitividade, por exemplo, para o comércio de rua, ou para outras atividades que possam ser penalizadas por uma acessibilidade diminuída. Outra vantagem da criação de boas condições de rotação é a redução do próprio trânsito, já que muito do tráfego é gerado, exatamente, pela busca de estacionamento, o chamado “trânsito parasita”.

Com um sistema tarifário bem definido e com um adequado *enforcement* legal das normas de estacionamento, torna-se viável constituir a cobrança do estacionamento na via pública como uma importante ferramenta de gestão da mobilidade, como um precursor de uma mobilidade mais sustentável, influenciando o fluxo automóvel e até mesmo desincentivando a utilização de automóvel particular.

A cobrança do estacionamento tarifado, operada de forma eficiente, atinge níveis de rentabilidade que oferecem ao Município um dispositivo de economia circular. Com efeito, a EMEL tem conseguido melhorar a sua operação ao longo dos anos e chegou a um nível de eficiência que lhe permite libertar meios

líquidos da exploração do estacionamento tarifado que canaliza para outros projetos de elevada capacidade da perspetiva da sustentabilidade, mas que, por si só, não se mostram economicamente viáveis – é o caso dos percursos pedonais mecanicamente assistidos, das intervenções de requalificação do espaço público para a criação de condições para os modos suaves, ou, muito especialmente, do GIRA, o sistema de bicicletas públicas partilhadas (SBPP) da EMEL, que produz grandes impactos na mobilidade ciclável em Lisboa oferecendo uma ótima alternativa de transporte no *first mile – last mile*.

Mesmo a simples implementação, e depois a preservação, do dispositivo de ordenamento do estacionamento já traz impactos significativos no território:



FIGURA 2-1 INTERVENÇÃO NA PLACA CENTRAL DA AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR

A Avenida António Augusto de Aguiar, por exemplo, tem uma renovada bolsa de estacionamento. Mais segura para peões e para todos os que pretendem circular melhor na cidade. Foi feita a recuperação do pavimento, pintura de lugares para carros, motociclos e bicicletas e também introduzido um novo sistema luminoso de trânsito. Tudo para uma mobilidade mais inclusiva e com um espaço público mais estruturado e valorizado.

A EMEL vem alargando a sua intervenção de ordenamento do estacionamento, estendendo-a cada vez mais pela área do concelho de Lisboa.

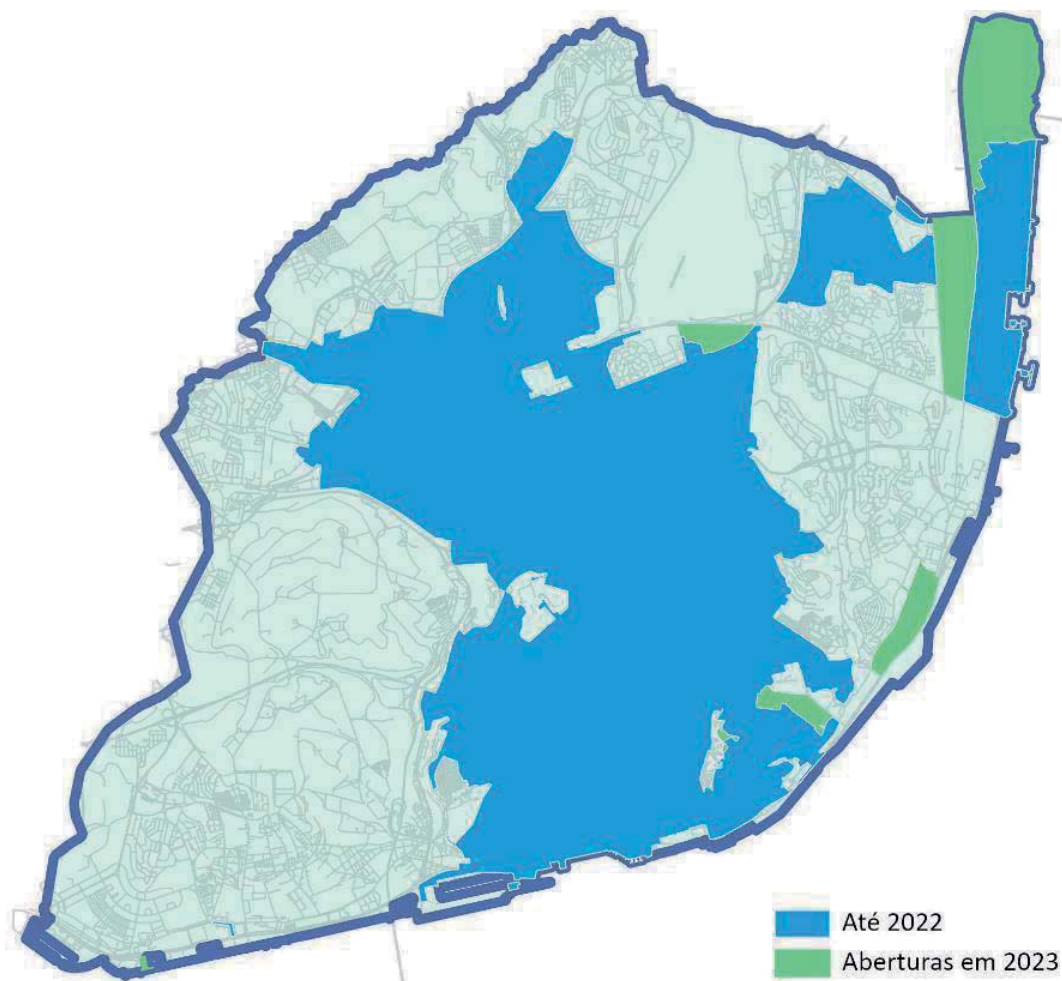


FIGURA 2-2 ÁREA DE ESTACIONAMENTO ORDENADO EM LISBOA E EXPANSÃO EM 2023

Depois de dois anos muito afetados pela pandemia, a EMEL retomou a expansão da atividade de gestão do estacionamento a um ritmo mais moderado que antes, de uma forma gradual e consensualizada com as freguesias.

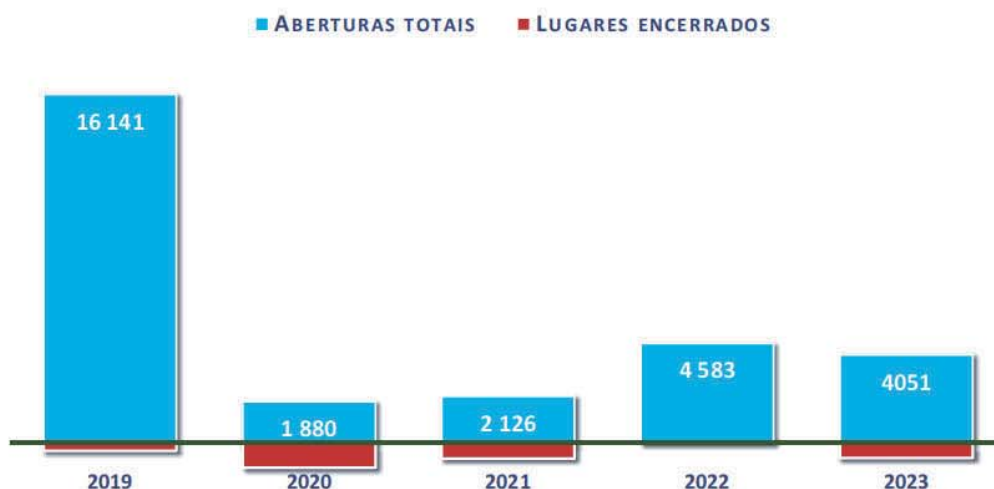


GRÁFICO 2-1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES DE NOVAS ABERTURAS 2019 - 2023

Quase 1 900 dos novos lugares inserem-se em Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL) que já se encontravam em exploração, mas cujo ordenamento não estava ainda concluído. Os outros 2 166 ficam situados em ZEDL completamente novas.

TABELA 2-1 NOVOS LUGARES ABERTOS EM ZEDL JÁ EM EXPLORAÇÃO

ZEDL	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	RESIDENTE	DATA DE ABERTURA
052 – Av. BRASÍLIA	0	0	0	52	0	04/dez
055 – B. SANTOS	0	0	22	0	0	18/dez
03G – ALVALADE (G)	0	0	0	5	145	13/set
18A – P. NAÇÕES (A)	0	0	0	1375	0	02/mai
230 – S. BENFICA (O)	0	0	93		0	18/dez
24A – S. VICENTE (A)	0	0	0	126	22	13/fev
24B – S. VICENTE (B)	0	0	0	40	5	13/fev
	0	0	115	1598	172	

TABELA 2-2 ABERTURAS EM NOVAS ZEDL

ZEDL	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	RESIDENTE	DATA DE ABERTURA
07C – Beato (C)	0	0	0	16	0	25/set
07D – Beato (D)	0	0	0	129	11	25/set
07G – Beato (G)	0	0	0	176	2	25/set
18B – P. Nações (B)	0	0	0	940	526	16/out
18D – P. Nações (D)	0	0	0	360	6	16/out
	0	0	0	1621	545	

Em 2023 foram ultrapassados os 100 000 lugares sob gestão.

■ LUGARES EM EXPLORAÇÃO VIA PÚBLICA

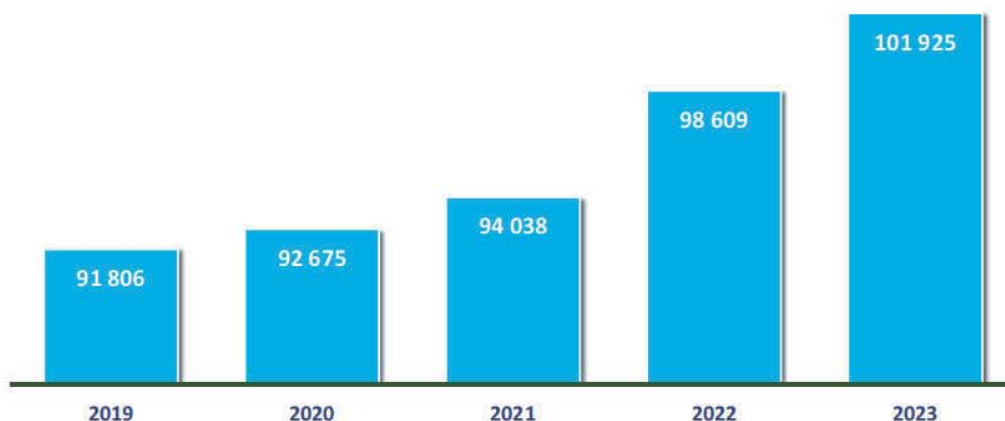


GRÁFICO 2-2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE LUGARES EM EXPLORAÇÃO 2019 - 2023

Os números apresentados consideram apenas i) os lugares tarifados, ii) reservados a residentes e a famílias numerosas, iii) em Bairros Históricos e iv) tarifados no período diurno e reservados a residentes no período noturno. Para além dos alvéolos destas tipologias, que são de livre acesso ao público, na área sob sua gestão, a EMEL assegura o ordenamento de milhares de outros lugares de categorias especiais, como praças de táxi, lugares de carregamento de veículos elétricos, ou lugares privativos, entre outros.

A EMEL já gere lugares de estacionamento ordenado em 21 das 24 freguesias de Lisboa, apresentando-se de seguida o número de lugares de cada uma delas.

Estes números consideram todos os lugares destas categorias. Para além das ZEDL assentes sobre a via pública, a EMEL também gere o acesso automóvel e estacionamento nos Bairros Históricos (BH) onde implementou as Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC). A empresa também estabelece acordos com entidades terceiras tendo em vista a gestão de estacionamento em locais sob tutela dessas entidades. Olhando apenas para as ZEDL, registou-se, por tarifa, a seguinte evolução entre 2022 e 2023.

TABELA 2-3 TOTAL DE LUGARES TARIFADOS POR FREGUESIA

FREGUESIA	F. NUMEROSAS	RESIDENTE	TARIFADO	TARIFADO+ RES. NOTURNO	TOTAL
ALVALADE	60	2 094	10 209	321	12 684
AREIRO	26	1 764	5 218	570	7 578
ARROIOS	25	563	5 580	792	6 960
AVENIDAS NOVAS	33	1 606	7 510		9 149
BEATO		13	739		752
BELÉM			142		142
BENFICA	2		743		745
CAMPO DE OURIQUE	48	729	3 385		4 162
CAMPOLIDE	3	213	2 558	32	2 806
CARNIDE	1	852	2 293		3 146
ESTRELA	35	475	3 744	1 002	5 256
LUMIAR	13	541	9 429		9 983
MISERICÓRDIA	7	616	1 093	82	1 798
OLIVAIS	3	1 229	3 490		4 722
PARQUE DAS NAÇÕES	1	532	6 533		7 066
PENHA DE FRANÇA	14	392	5 796	30	6 232
SANTA CLARA		41	555		596
SANTA MARIA MAIOR	2	516	829		1 347
SANTO ANTÓNIO	14	467	2 729	462	3 672
S. DOMINGOS DE BENFICA	23	1 153	9 574		10 750
SÃO VICENTE	4	293	2 082		2 379
TOTAL	340	14 089	84 231	3 291	101 925

TABELA 2-4 SÍNTESE DOS LUGARES DISPONÍVEIS PARA ESTACIONAMENTO NAS ZEDL 2022-2023

	2022						2023					
	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	RESIDENTE	TOTAL	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	RESIDENTE	TOTAL
LUGARES EM ZEDL	1 382	12 401	21 618	47 417	12 814	95 632	1 543	13 285	22 477	47 743	14 089	99 137

Já nas áreas geridas ao abrigo de contratos com entidades terceiras, a evolução foi a seguinte.

TABELA 2-5 LUGARES GERIDOS PELA EMEL AO ABRIGO DE CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO 2022-2023

	2022				2023			
	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE
052 - AV. BRASÍLIA (APL)	0	0	1 373	0	0	0	1 357	29
04G - PRAÇA PASTEUR			124				124	
03C/03H/03M - ALVALADE (CID. UNIVERSITÁRIA)	0	0	0	466	0	0	0	454
11F - CAMPOLIDE (PALÁCIO DA JUSTIÇA)	0	0	296	0	0	0	0	0
TOTAL			1 793	466	0	0	1 481	483

Finalmente, nas ZAAC, as alterações foram muito reduzidas.

TABELA 2-6 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES EM ZAAC 2022-2023

ZAAC	2022	2023
011 - BAIRRO ALTO	95	95
042 - ALFAMA	180	180
043 - SANTA CATARINA	87	86
044 - CASTELO	145	149
TOTAL	507	510

Em síntese, a evolução global por tarifa foi a que se segue:

TABELA 2-7 EVOLUÇÃO DOS LUGARES DISPONÍVEIS POR COROA TARIFÁRIA 2022-2023

	2022	2023
EIXOS PRETOS	0	0
EIXOS CASTANHOS	1 382	1 543
EIXOS VERMELHOS	12 401	13 285
COROA AMARELA	23 411	23 958
COROA VERDE	47 883	48 226
RESIDENTES + FAMÍLIAS NUMEROSAS	13 025	14 403
BAIRROS HISTÓRICOS	507	510
LUGARES TOTAIS	98 609	101 925

Em todas as tarifas foi registado um aumento do número de lugares, exceto na tarifa preta, que ainda não vigora em nenhuma artéria.

Em alinhamento com a definição estratégica do Município, a categoria de lugares que mais cresceu, entre 2022 e 2023, foi a que estabelece condições de proteção específica das necessidades dos residentes.

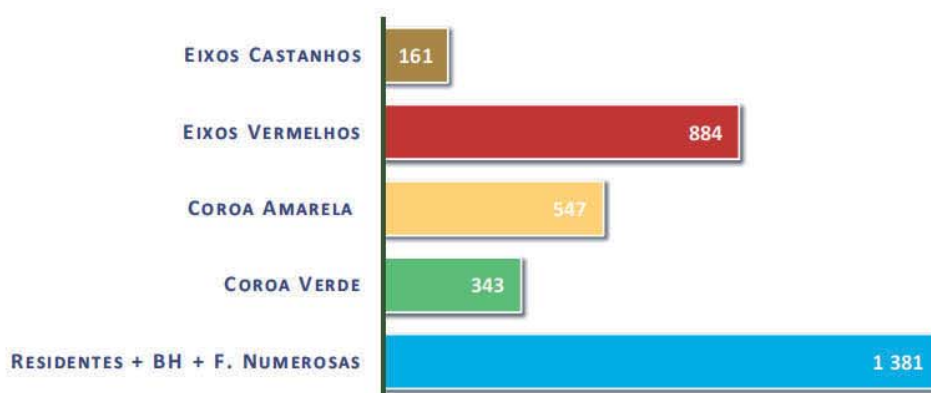


GRÁFICO 2-3 VARIAÇÃO LÍQUIDA DO NÚMERO DE LUGARES POR TARIFA 2022 – 2023

O avolumar da pressão de estacionamento, em algumas áreas da cidade, deixa como única alternativa viável para atender às necessidades de estacionamento dos residentes a definição de zonas reservadas, onde apenas com o dístico associado à ZEDL em que estão inseridas é permitido o estacionamento. Ao retirar capacidade para a rotação nos arruamentos em que é estabelecida, esta reserva acaba por produzir impactos negativos, aumentando a pressão das artérias adjacentes, impondo, assim, a adoção de tarifas de valor superior nessas artérias, para a preservação do equilíbrio entre o desincentivo ao estacionamento incorporado nessas tarifas e a pressão de estacionamento aí registada.

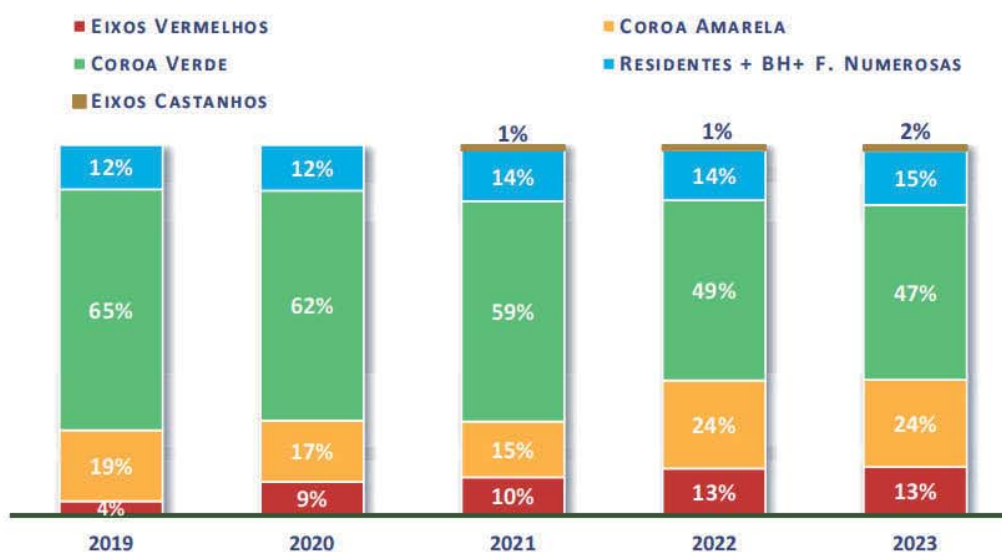


GRÁFICO 2-4 PROPORÇÃO DOS LUGARES ORDENADOS POR COROA TARIFÁRIA

A manutenção deste equilíbrio tarifa/ pressão de estacionamento reflete-se numa quebra do peso relativo da coroa verde que, embora se mantenha como a mais preponderante, não atinge o número de lugares que se poderia esperar nesta fase da expansão do estacionamento ordenado. De facto, a implementação do estacionamento ordenado vai com os mesmos anos da própria EMEL, 29, e teve início nas zonas mais centrais, de maior pressão. Nesta altura, o que seria de esperar era um alargamento para áreas de menor pressão, onde a tarifa verde se mostra a mais adequada, e é o que acontece – os novos lugares acolheram, essencialmente, a tarifa verde, o que aumenta o número de lugares desta coroa. O que faz com que a tarifa verde perca peso relativo é esta correção das tarifas aplicadas em ZEDL já consolidadas, mas que registaram um aumento de pressão elevado, levando, assim, à fixação de tarifas mais caras.

Este é um processo muito delicado, e que exige uma monitorização atenta dos impactos produzidos, visando a máxima preservação do alinhamento da tarifa à pressão e, por essa via, do equilíbrio da ocupação e o melhor nível de serviço possível.

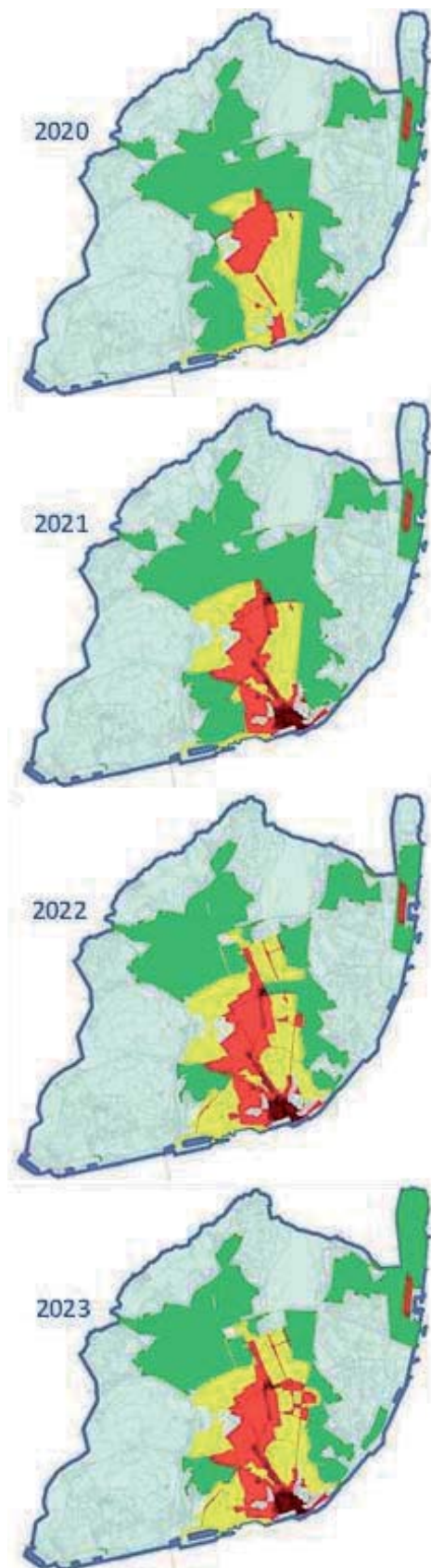


FIGURA 2-3 EVOLUÇÃO TARIFÁRIA NO TERRENO
2020 - 2023

Nos últimos anos a configuração da estrutura tarifária sofreu, no terreno, importantes transformações, com o surgimento, em 2021, da tarifa castanha, que veio ocupar os eixos que, antes, eram de tarifa vermelha que, por sua vez, se estendeu pelas artérias da coroa amarela. Numa trajetória semelhante, a tarifa amarela também foi fixada em áreas que anteriormente eram tarifadas com a tarifa verde.

No interior de todas as coroas tarifárias estão definidas bolsas de residentes, em alguns casos até em áreas contíguas a artérias com tarifa castanha.

A reestruturação tarifária refletiu-se num aumento dos preços médios.

A evolução da tarifa de rotação, em termos médios, foi de permanente crescimento entre 2019 e 2022, registando, em 2023, uma estagnação. Quando se considera o impacto do crescimento do número de lugares reservados a residentes (através da série “média do indicador tarifa com lugares de residentes”) percebe-se uma trajetória mais moderada, e até uma inversão de tendência em 2023, com uma ligeira quebra.

O objetivo de incremento do desincentivo ao estacionamento foi atingido – mesmo expurgando os dois anos mais afetados pela pandemia, 2020 e 2021, é clara, em 2022, a redução de horas vendidas face ao registado em 2019.

Em 2023 o volume de horas vendidas cresceu quase 2,8%, mas manteve-se ainda abaixo dos mais de 30 milhões de horas de rotação registados em 2019.

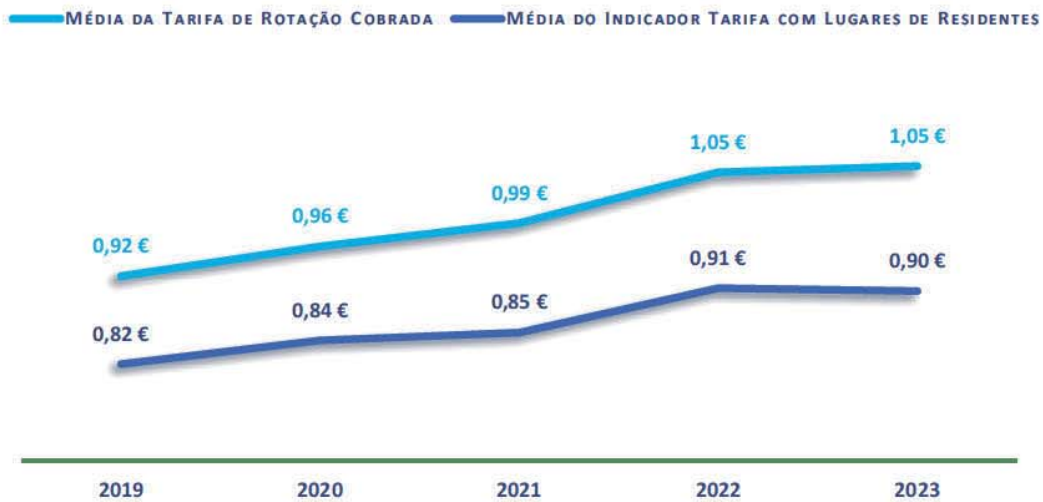


GRÁFICO 2-6 EVOLUÇÃO DAS TARIFAS MÉDIAS 2019 - 2023

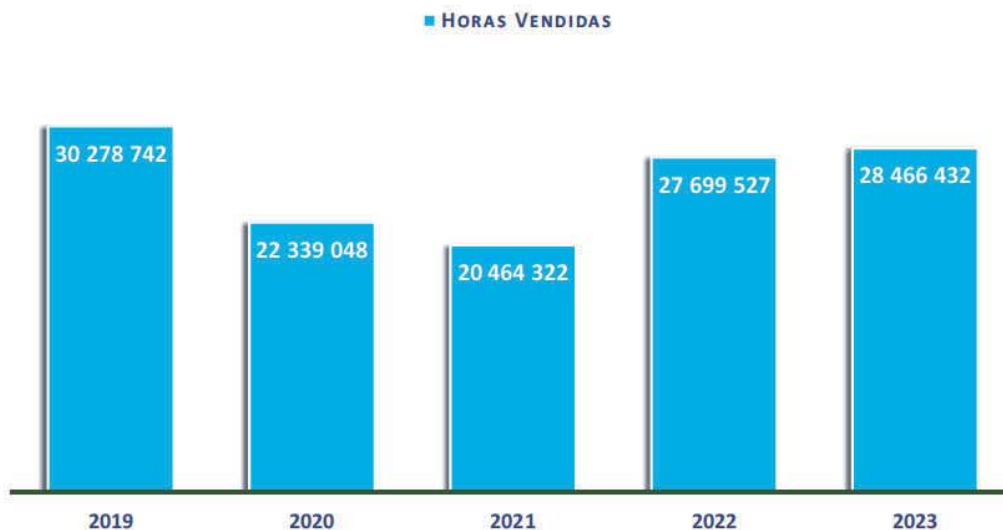


GRÁFICO 2-5 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HORAS VENDIDAS NO ESTACIONAMENTO DE ROTAÇÃO NA VIA PÚBLICA 2019 - 2023

Uma definição perfeita das tarifas em função da pressão de estacionamento deveria, em tese, levar a um número de horas vendidas muito aproximado entre as várias tarifas. Na prática, seja pela estabilidade que caracteriza a fixação das tarifas, seja pela multiplicidade de fatores que influenciam a procura, esse resultado é virtualmente impossível de atingir.

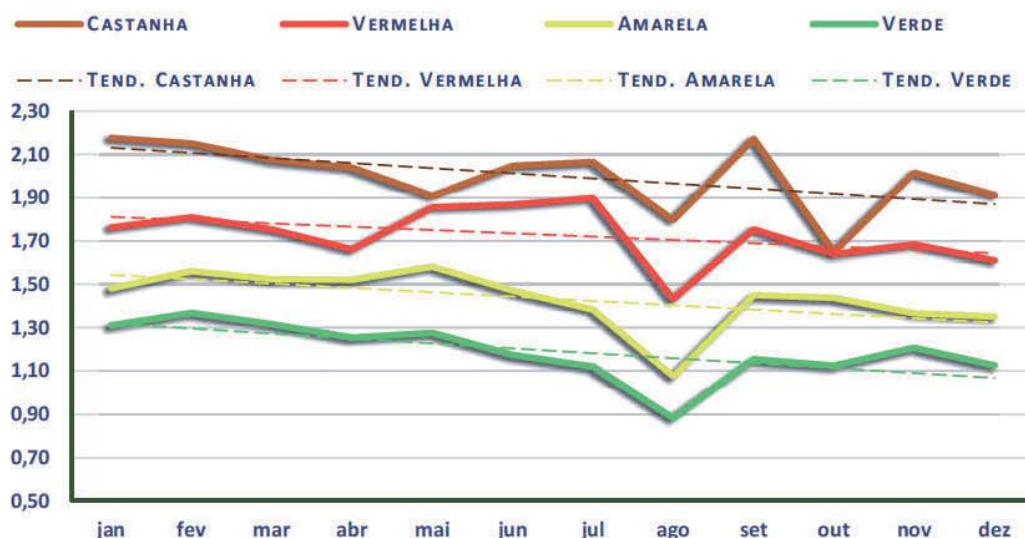


GRÁFICO 2-7 EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE HORAS VENDIDAS POR LUGAR E POR TARIFA

A observação dos dados relativos às horas vendidas revela, no entanto, o acerto com que foram fixadas as tarifas nos respetivos arruamentos – apesar de a tarifa castanha ser a de preço mais elevado, é precisamente nos arruamentos em que está implementada que se regista o maior número de horas vendidas por lugar e, ao invés, o facto de a tarifa verde ser a mais baixa não impede que seja aquela que contabiliza menos horas por lugar. As tarifas intermédias, amarela e vermelha, seguem o mesmo racional, como se pode constatar do gráfico anterior. No gráfico também é evidente a quebra do mês de agosto, algo que se repete todos os anos, mas em 2023 agudizada pela realização da Jornada Mundial da Juventude, que condicionou a atividade regular na via pública.

É ainda clara a tendência decrescente da procura, comum às quatro tarifas, que se admite estar relacionada com vários aspetos, mas com dois deles a poderem assumir maior importância: i) a quebra de rendimentos alocados à despesa de estacionamento decorrente do impacto abrangente da subida dos indexantes de referência para o crédito à habitação e ii) o crescimento da adesão ao Dístico Verde.

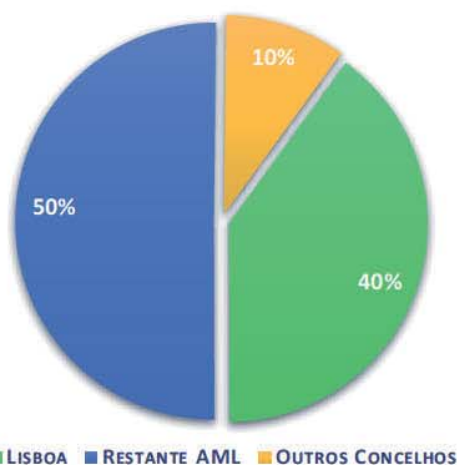


GRÁFICO 2-8 ORIGEM GEOGRÁFICA DOS DÍSTICOS VERDES CONCEDIDOS

O número de Dísticos Verdes ativos já ultrapassou, em janeiro de 2024, os 20 mil. A 31 de dezembro os dísticos concedidos representavam quase 22% dos lugares tarifados – ao permitir o estacionamento em

qualquer lugar tarifado das ZEDL, o Dístico Verde viabiliza o estacionamento prolongado, reduzindo a oferta destinada à rotação. Os últimos dados apontam para uma proporção de 60% destes dísticos serem emitidos para veículos de não residentes em Lisboa, a maioria deles dos outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), mas é possível encontrar viaturas registadas um pouco por todo o país, de Braga a Faro.

2.2. RESIDENTES

Os vetores estratégicos orientadores de toda a atividade da EMEL visam a promoção de uma mobilidade mais sustentável e inclusiva e, especialmente no que respeita às suas necessidades de estacionamento, a proteção dos interesses dos residentes de Lisboa.

Muita da intervenção da empresa na via pública tem em perspetiva o enquadramento dessa proteção, procurando preservar os equilíbrios que sustentam uma mobilidade fluída – é o caso, como se viu, do ordenamento tarifário do estacionamento de rotação, cuja dimensão desincentivadora decorre, em certa medida, do crescente número de lugares reservados a veículos com dístico de residente.

O planeamento e implementação de medidas de apoio ao estacionamento de residentes enfrenta desafios complexos.

Uma das alternativas passa pelo aproveitamento de capacidade “adormecida” – sendo certo que, em algumas áreas, existe falta de capacidade *off street*, também é verdade que noutros locais os lugares existentes registam uma ocupação muito abaixo do que seria possível.

Numa outra dimensão, a EMEL passou a intensificar a fiscalização noturna, de uma forma pedagógica, mas visando a proteção dos lugares destinados a residentes.

A emissão de dísticos de residente é a principal via de proteção dos residentes, prevista no Regulamento de Estacionamento. Com o dístico de residente é possível, na ZEDL que integra a morada subjacente à emissão do dístico e ainda numa zona contígua, estacionar nos alvéolos tarifados sem necessitar de efetuar o pagamento da tarifa, e ainda estacionar nos lugares das bolsas reservadas a residentes, também nessas duas ZEDL. Olhando para a evolução do indicador que confronta os dísticos emitidos com os lugares disponíveis, percebe-se a complexidade deste tema:

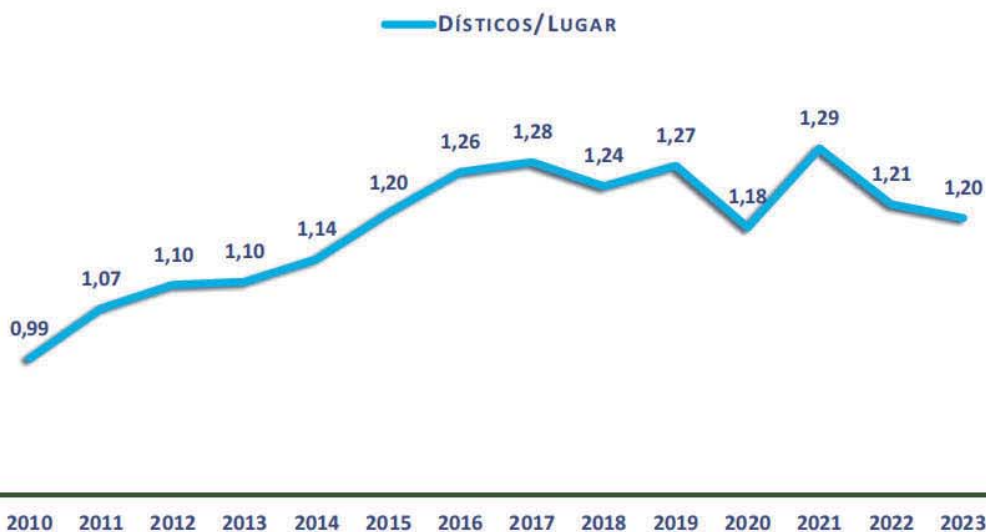


GRÁFICO 2-9 EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE DÍSTICOS POR LUGAR NAS ZEDL 2010 - 2023

Apesar das quebras observadas em 2018 (associada a um crescimento muito rápido do número de lugares), e em 2020, em consequência da pandemia, é preciso recuar até 2010 para encontrar o primeiro ano em que há menos dísticos do que lugares ordenados na via pública. Não sendo expectável que todos os veículos com dístico de residente permaneçam estacionados, em simultâneo, a verdade é que não existe capacidade para isso. Mesmo que tal não seja equacionável, os valores do indicador não deixam de apontar para uma sobrecarga da capacidade disponível, o que é corroborado pelo número reduzido de horas vendidas por lugar – apenas nos arruamentos com tarifa castanha se ultrapassam, por vezes, as duas horas vendidas por dia e por lugar.

As descidas observadas em 2022 e 2023 no rácio de dísticos por lugar já acontecem no seguimento da adoção de medidas para aliviar esta pressão.

Por forma a obstar a alguma rigidez incorporada no Regulamento de Estacionamento no que respeita às normas para a obtenção do dístico de residente, foi criada a figura do dístico de usufruto, que tornava possível que viaturas que não estavam registadas em nome de um residente ou cujo Documento Único Automóvel (DUA) não indicasse a morada para onde era solicitado o dístico, pudessem aceder ao título desde que fosse apresentada uma declaração a atestar que o veículo se encontrava ao serviço de um residente nessa morada, o usufrutuário.

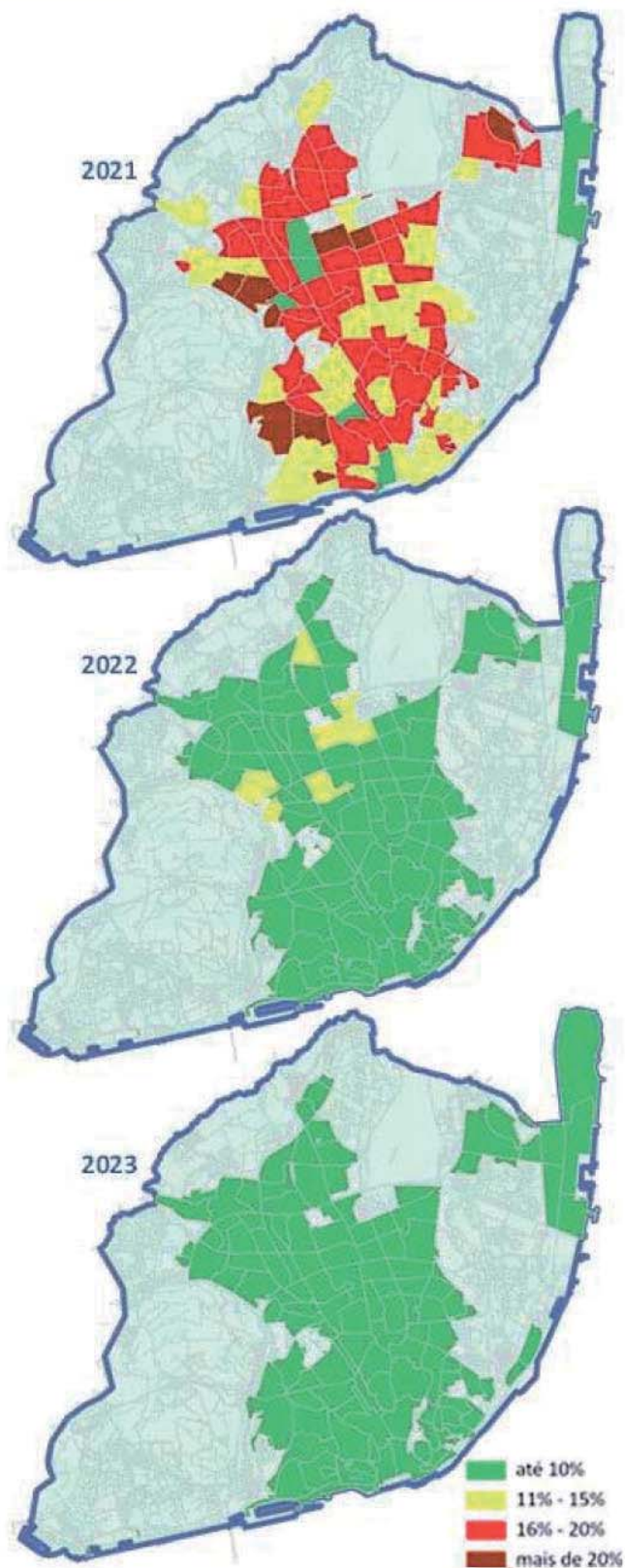


FIGURA 2-4 EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE DÍSTICOS DE USUFRUTO 2021 - 2023

O propósito da criação do dístico de usufruto visava a simplificação do acesso a cuidadores ou residentes temporários, mas as escassas exigências colocadas quanto à natureza e características da declaração apresentada vieram a permitir um grande crescimento destes títulos, com indícios de situações abusivas – na maioria das ZEDL estes dísticos representavam mais de 15% do total de emissões e em algumas delas ultrapassavam os 20%. No final do primeiro trimestre de 2022 foi implementada a necessidade, prevista no Regulamento de Estacionamento, de inscrição no DUA do nome do usufrutuário. Com esta exigência, que institucionaliza a relação entre o proprietário do veículo e o usufrutuário, foram afastadas muitas solicitações, assistindo-se a uma queda drástica dos dísticos emitidos com este enquadramento e, em 2023, já não se observava em qualquer ZEDL uma proporção de dísticos de usufruto que ultrapassasse os 10%.

TABELA 2-8 NÚMERO DE DÍSTICOS CONCEDIDOS NAS ZEDL E ZAAC

ZEDL/ZAAC	Dísticos	ZEDL/ZAAC	Dísticos	ZEDL/ZAAC	Dísticos
001-BERNA /VALBOM	2 014	03R-ALVALADE(R)	2 285	17B-OLIVAIS(B)	1 515
003-PARQUE	406	04B-AREEIRO(B)	1 442	17C-OLIVAIS(C)	1326
005-AVENIDA DA LIBERDADE	646	04C-AREEIRO(C)	1373	17D-OLIVAIS(D)	620
006-S. MAMEDE	363	04D-AREEIRO(D)	632	17E-OLIVAIS(E)	908
007-SANTA MARTA	482	04E-AREEIRO(E)	737	17F-OLIVAIS(F)	125
008-ALAMEDA	1 021	04F-AREEIRO(F)	1 012	17G-OLIVAIS(G)	373
009-CHILE	2 058	04G-AREEIRO(G)	1 155	17I-OLIVAIS(I)	173
010-AVENIDAS NOVAS	1 243	04H-AREEIRO(H)	2014	18A-PARQUE DAS NAÇÕES(A)	1647
011-BAIRRO ALTO	340	07A-BEATO(A)	798	18B-PARQUE DAS NAÇÕES(B)	1342
012-CHIADO	507	07C-BEATO(C)	22	18C-PARQUE DAS NAÇÕES(C)	867
013-BAIXA	615	07D-BEATO(D)	146	18D-PARQUE DAS NAÇÕES(D)	75
014-PRAÇA JOSÉ FONTANA	1 222	07G-BEATO(G)	150	18E-PARQUE DAS NAÇÕES(E)	651
015-ENTRECAMPOS	1 289	09C-BENFICA(C)	604	19A-PENHA DE FRANÇA(A)	1350
016-CAMPO PEQUENO	1 197	09F-BENFICA(F)	427	19B-PENHA DE FRANÇA(B)	773
017-ESTEFÂNIA	1 375	10A-CAMPO DE OURIQUE(A)	4472	19C-PENHA DE FRANÇA(C)	2 496
018-MARQUÊS POMBAL	1 204	10B-CAMPO DE OURIQUE(B)	404	19D-PENHA DE FRANÇA(D)	400
021-CASTILHO	969	10C-CAMPO DE OURIQUE(C)	2014	19E-PENHA DE FRANÇA(E)	1120
023-BAIRRO AZUL	773	11A-CAMPOLIDE(A)	59	19F-PENHA DE FRANÇA(F)	934
025-CAMPO SANTANA	1 344	11B-CAMPOLIDE(B)	376	20E-SANTA CLARA(E)	284
030-GULBENKIAN	401	11E-CAMPOLIDE(E)	31	20H-SANTA CLARA(H)	793
032-SÃO PAULO	435	11F-CAMPOLIDE(F)	66	23B-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(B)	1175
033-PRÍNCIPE REAL	2302	11G-CAMPOLIDE(G)	544	23C-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(C)	892
037-ANJOS	2 835	11H-CAMPOLIDE(H)	1783	23D-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(D)	391
038-SOCORRO	1 322	11I-CAMPOLIDE(I)	253	23E-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(E)	1129
042-ALFAMA	479	12B-CARNIDE(B)	62	23F-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(F)	570
043-ST.ª CATARINA / BICA	534	12C-CARNIDE(C)	346	23G-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(G)	2546
044-CASTELO	633	12D-CARNIDE(D)	1 926	23H-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(H)	414
046-LARANJEIRAS	190	12E-CARNIDE(E)	1204	23I-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(I)	1103
050-MOURARIA	257	13A-ESTRELA(A)	225	23J-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(J)	90
051-BELÉM	39	13B-ESTRELA(B)	2 061	23K-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(K)	2095
055-BAIRRO DE SANTOS	1723	13C-ESTRELA(C)	1 569	23L-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(L)	1806
03A-ALVALADE(A)	938	13D-ESTRELA(D)	1253	23P-SÃO DOMINGOS DE BENFICA(P)	513
03D-ALVALADE(D)	118	13G-ESTRELA(G)	258	24A-SÃO VICENTE(A)	529
03G-ALVALADE(G)	587	14C-LUMIAR(C)	645	24B-SÃO VICENTE(B)	476
03H-ALVALADE(H)	95	14D-LUMIAR(D)	688	24C-SÃO VICENTE(C)	465
03I-ALVALADE(I)	1 359	14G-LUMIAR(G)	1 642	24D-SÃO VICENTE(D)	355
03J-ALVALADE(J)	912	14H-LUMIAR(H)	1 049	24E-SÃO VICENTE(E)	829
03K-ALVALADE(K)	1 188	14J-LUMIAR(J)	1 277	24F-SÃO VICENTE(F)	352
03M-ALVALADE(M)	199	14K-LUMIAR(K)	1 567	24G-SÃO VICENTE(G)	142
03N-ALVALADE(N)	1367	14L-LUMIAR(L)	1564	24H-SÃO VICENTE(H)	431
03O-ALVALADE(O)	1370	14M-LUMIAR(M)	488	24I-SÃO VICENTE(I)	1
03P-ALVALADE(P)	1481	14N-LUMIAR(N)	1 580	24J-SÃO VICENTE(J)	19
03Q-ALVALADE(Q)	1695	14O-LUMIAR(O)	1 020		
				TOTAIS	118 845

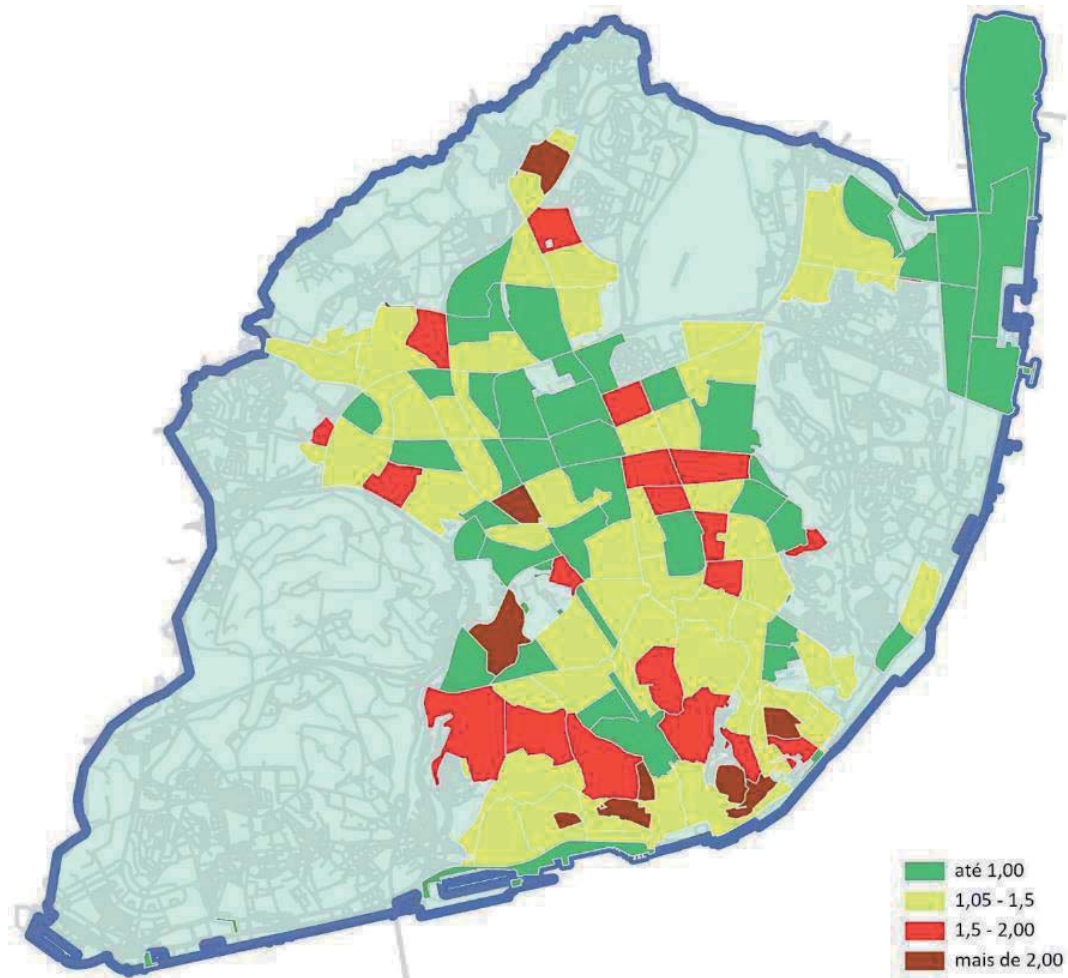


FIGURA 2-5 DISTRIBUIÇÃO DO RÁCIO DE DÍSTICOS POR LUGAR NAS ZEDL E ZAAC

A redução dos dísticos de usufruto permitiu uma queda do rácio global – de 1,21 para 1,20 dísticos por lugar – mas o valor permanece elevado. Na maioria das ZEDL continua a existir mais do que uma viatura com dístico de residente por lugar ordenado e em algumas delas, e em todas as ZAAC, há dois ou mais dísticos por lugar.

Este volume de dísticos por lugar sinaliza a necessidade de maior proteção do estacionamento de residentes, e a EMEL tem prosseguido por essa via – ao longo dos últimos anos o número de lugares reservados cresceu sempre, quer em termos absolutos, quer em proporção dos lugares tarifados. Para além dos lugares de residentes criados nas novas aberturas, têm vindo a ser convertidos lugares tarifados em lugares reservados a residentes, a tempo inteiro ou definindo a reserva a partir do final do horário tarifado.

TABELA 2-9 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONVERSÃO DE LUGARES TARIFADOS EM RESERVADOS A RESIDENTE E RESIDENTE NOTURNO

CONVERSÃO DE LUGARES TARIFADOS PARA RESIDENTES E RESIDENTE NOTURNO	Nº LUGARES
AREIRO	469
AREIRO (RN)	438
SANTO ANTÓNIO	135
ALVALADE (RN)	37
ARROIOS (RN)	615
ESTRELA (RN)	39
TOTAL	1 733

Em termos globais, a evolução dos lugares reservados para estacionamento de residentes é a seguinte:

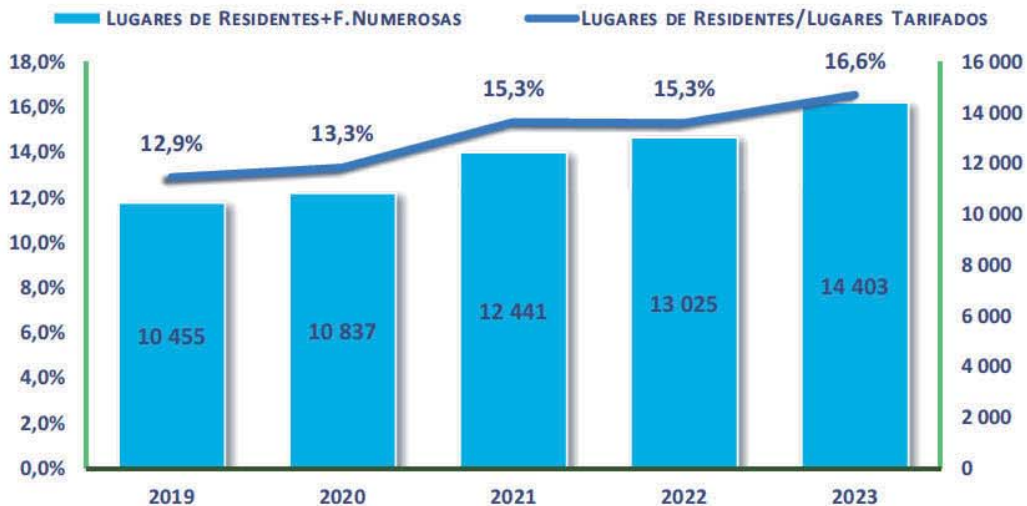


GRÁFICO 2-10 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES PARA RESIDENTES 2019 - 2023



FIGURA 2-6 SINALIZAÇÃO VERTICAL DE LUGARES TARIFADOS E DE BOLSA DE RESIDENTES

É o ordenamento do estacionamento e o *enforcement* legal das suas normas que permite definir e implementar estas opções.

A eficácia atingida com o ordenamento do estacionamento viabiliza a conceção de medidas cada vez mais finas, mais dirigidas para objetivos específicos. É o caso dos lugares reservados para famílias numerosas – lugares de estacionamento reservado para famílias com, pelo menos, três menores de 18 anos, um deles com menos de dois anos de idade. Com estes requisitos, o agregado familiar pode solicitar a atribuição de um lugar de estacionamento na proximidade da sua residência, onde poderá estacionar qualquer um dos veículos com dístico associado a essa morada (no máximo três).

TABELA 2-10 DÍSTICOS DE FAMÍLIA NUMEROSA POR ZEDL

ZONAS	L. FAMÍLIAS NUMEROSAS.	ZONAS	L. FAMÍLIAS NUMEROSAS.	ZONAS	L. FAMÍLIAS NUMEROSAS.
001 - BERNA /VALBOM	7	03M - ALVALADE(M)	8	14G - LUMIAR(G)	7
003 - PARQUE	1	03N - ALVALADE(N)	7	14H - LUMIAR(H)	1
005 - AV. DA LIBERDADE	1	03O - ALVALADE(O)	8	14K - LUMIAR(K)	1
006 - S. MAMEDE	1	03P - ALVALADE(P)	14	14L - LUMIAR(L)	1
007 - SANTA MARTA	2	03Q - ALVALADE(Q)	9	14N - LUMIAR(N)	2
008 - ALAMEDA	2	044 - CASTELO	1	17C - OLIVAIS(C)	1
009 - CHILE	7	04A - AREEIRO(A)	6	17E - OLIVAIS(E)	2
010 - AVENIDAS NOVAS	6	04B - AREEIRO(B)	5	18C - P. NAÇÕES(C)	1
013 - BAIXA	1	04D - AREEIRO(D)	1	19A - P. FRANÇA(A)	4
014 - PR. JOSÉ FONTANA	2	04E - AREEIRO(E)	3	19B - P. FRANÇA(B)	1
015 - ENTRECAMPOS	1	04F - AREEIRO(F)	6	19C - P. FRANÇA(C)	6
016 - CAMPO PEQUENO	8	04G - AREEIRO(G)	5	19D - P. FRANÇA(D)	1
017 - ESTEFÂNIA	3	04H - AREEIRO(H)	1	19F - P. FRANÇA(F)	2
018 - MARQUÊS POMBAL	7	052 - AV. BRASÍLIA	1	23B - S. D. DE BENFICA(B)	1
021 - CASTILHO	6	07G - BEATO(G)	1	23C - S. D. DE BENFICA(C)	2
023 - BAIRRO AZUL	1	09C - BENFICA(C)	1	23E - S. D. DE BENFICA(E)	1
025 - CAMPO SANTANA	2	09F - BENFICA(F)	32	23G - S. D. DE BENFICA(G)	6
030 - GULBENKIAN	2	10A - C. OURIQUE(A)	1	23I - S. D. DE BENFICA(I)	1
032 - SÃO PAULO	1	10B - C. OURIQUE(B)	15	23K - S. D. DE BENFICA(K)	6
033 - PRÍNCIPE REAL	8	11F - CAMPOLIDE(F)	1	23L - S. D. DE BENFICA(L)	2
037 - ANJOS	6	11G - CAMPOLIDE(G)	2	23P - S. D. DE BENFICA(P)	4
038 - SOCORRO	3	12C - CARNIDE(C)	1	24A - SÃO VICENTE(A)	1
03E - ALVALADE(E)	2	13A - ESTRELA(A)	13		
03H - ALVALADE(H)	6	13B - ESTRELA(B)	16		
					314

A disponibilidade de um lugar reservado ajuda bastante com um filho com menos de dois anos. Estas e outras necessidades beneficiam muito da atividade da EMEL na via pública. No entanto, a escassa capacidade da oferta impede uma satisfação mais abrangente e com a proximidade desejada das pretensões dos residentes em matéria de estacionamento. A complementaridade com a oferta em parques de estacionamento é fundamental.

2.3. PARQUES

Uma estratégia de mobilidade sustentável reserva para infraestruturas de estacionamento *off street* o papel central no acolhimento de necessidades de estacionamento mais prolongadas – de rotação prolongada ou mesmo mais permanentes. Na dissuasão, nas necessidades de residentes, no aliviar da pressão da via pública, na estruturação do espaço público, a presença do parque de estacionamento reveste uma dimensão estratégica na abordagem ao planeamento da mobilidade, pela complexidade que caracteriza os projetos em cidades históricas, como Lisboa, e mesmo pelos meios financeiros envolvidos, que frequentemente atingem as dezenas de milhar de euros por lugar.

No final do ano de 2023 a EMEL geria 37 parques, com um total de 6 536 lugares.

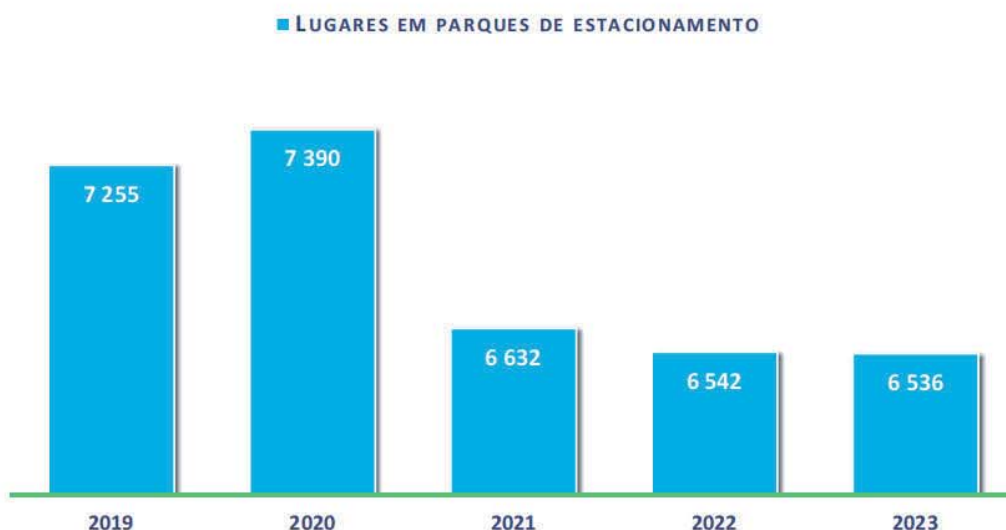


GRÁFICO 2-11 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES EM PARQUES EMEL 2019 - 2023

Nos últimos anos a EMEL não abriu novos espaços de estacionamento em parques, mas tem, neste momento, em desenvolvimento um abrangente programa de investimento nesta área, com projetos que visam necessidades diversas, desde parques dissuasores a parques mais vocacionados para rotação e, naturalmente, infraestruturas destinadas a residentes.

Face ao ano de 2022, o número de lugares *off street* permaneceu, em 2023, quase inalterado, registando-se o encerramento de uma pequena infraestrutura, a do Largo de Santa Bárbara (18 lugares), agora sob tutela direta da CML.

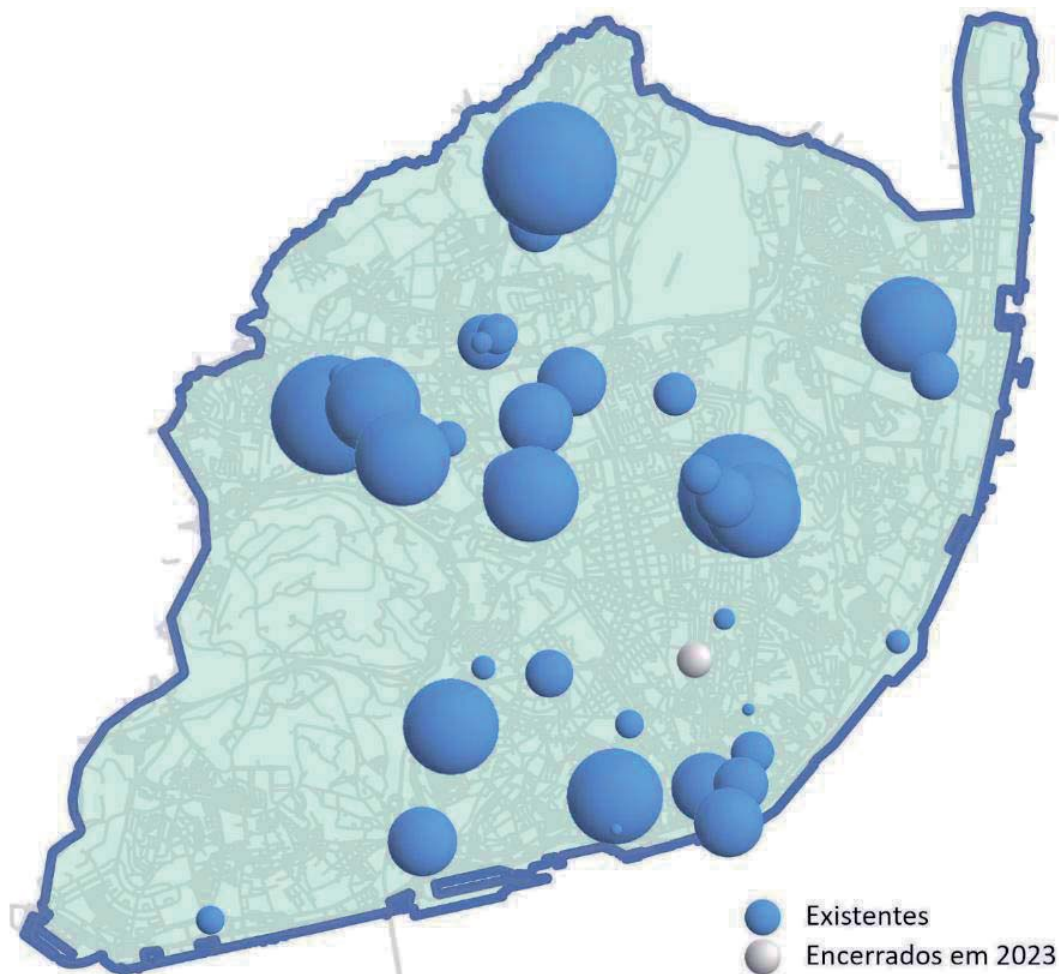


FIGURA 2-7 MAPA DOS PARQUES EMEL

Em 2023 foi concluída uma importante intervenção de fundo na reabilitação do parque da Calçada do Combro – um dos mais importantes da EMEL. Com 240 lugares, o parque situa-se numa zona antiga da cidade, com capacidade escassa e elevada pressão de estacionamento, existindo dois bairros históricos de acesso limitado nas suas proximidades. No *portfolio* da empresa é, em 2023, o segundo no número de avenças para residentes e o terceiro na receita de rotação e atinge esses resultados num ano em que apenas esteve a funcionar em pleno a partir de março, depois de um ano e meio em obras.

Embora sem a dimensão da intervenção na Calçada do Combro, a EMEL realiza, de forma recorrente, trabalhos de beneficiação nos seus parques, tornando-os mais funcionais, convenientes, ou simplesmente com imagem mais moderna. No piso zero do parque do Mercado do Chão do Loureiro a EMEL deu o espaço a Pitanga, artista visual reconhecida pelo trabalho desenvolvido no âmbito da *street art*, ilustração e design, que, com o seu imaginário e usando os diversos ícones daquela zona da cidade, convoca à reflexão sobre a sustentabilidade.



FIGURA 2-8 PINTURA NO PISO ZERO DO PARQUE DO MERCADO DO CHÃO DO LOUREIRO - EM EXECUÇÃO POR PITANGA E JÁ CONCLUÍDA

A valorização dos parques EMEL é um facto e a sua integração na dinâmica da cidade ultrapassa, por vezes, o âmbito estrito da mobilidade, envolvendo-se na realização de iniciativas de âmbito diverso e que trazem à empresa uma notoriedade diferente. A coordenação com a EGEAC permitiu que a EMEL apoiasse a organização das festas da cidade e de fim de ano, com a utilização de espaço no Parque Mayer e no Parque do Campo das Cebolas. A modernidade da infraestrutura do Campo das Cebolas deu, também, bom acolhimento à organização do Red Bull Showrun Lisboa, que ocorreu em junho.

Com um maior cariz de Responsabilidade Social, ainda no Campo das Cebolas, foi organizada uma instalação para a qual a EMEL autorizou a utilização do terraço, para a colocação de resíduos elétricos, no âmbito da celebração do Dia Internacional dos Resíduos Elétricos, em outubro. No mesmo mês, o Parque da Universidade recebeu uma campanha de doação de sangue, organizada pelo BioBanco.

No planeamento da mobilidade no âmbito da Jornada Mundial da Juventude, os parques EMEL foram ativamente envolvidos, com o encerramento á rotação de alguns espaços, nomeadamente, Calçada do Combro, Campo das Cebolas, Parque Mayer, Sousa Pinto, Avenida de Pádua e LIDL Infante Dom Henrique. No parque de Belém foram colocadas tendas de apoio ao evento. Os impedimentos prolongaram-se entre a última semana de julho e a primeira de agosto, tendo a Jornada ocorrido de um a seis de agosto.

Nos meses de novembro e dezembro, em coordenação com a CML, foi implementado o Trenó: neste período, marcado pelas compras de Natal, era possível deixar o carro estacionado no parque da Ameixoeira ou do Campo Grande gratuitamente, e tomar o Trenó, o autocarro da Carris, até à baixa da cidade.

Em junho de 2023 houve a necessidade de realizar uma operação de realocação no centro operacional de gestão remota – a mudança de instalações para o novo local, na Avenida Infante Dom Henrique, em Cabo Ruivo foi executada com rigor, dada a sua complexidade, não tendo havido necessidade de interromper a operação.

TABELA 2-11 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES POR PARQUE 2019-2023

	2019	2020	2021	2022	2023
ALTO DOS MOINHOS	279	279	279	279	279
ANA DE CASTRO OSÓRIO	79	79	79	79	79
AREIRO	180	180	180	180	180
AVENIDA LUSÍADA	92	92	92	92	92
BELÉM	76	76	76	76	76
CALÇADA DO COMBRO	248	248	248	240	240
CAMPO GRANDE	188	188	196	196	196
CASAL VISTOSO	256	256	256	256	256
CHÃO DO LOUREIRO	192	192	192	192	192
CIDADE UNIVERSITÁRIA	620	620			
COLÉGIO MILITAR	415	415	415	415	415
COMBATENTES	155	155	155	155	155
ESTRADA DA LUZ	98	98	98	98	98
GOMES FREIRE	125				
LARGO DE SÃO SEBASTIÃO	28	28	28		
LARGO DE SANTA BÁRBARA	18	18	18	18	
LUMIAR – METRO	161	161	161	161	173
MERCADO DE ALVALADE	118	118	118	118	118
PARQUE MAYER	81	81	81	81	81
PORTAS DO SOL	150	150	150	150	150
PAVILHÃO + CONDOMÍNIO DA GRAÇA	57	57	57	57	57
REGO	238	238	238	238	238
SETE RIOS	110				
TEIXEIRA DE PASCOAIS	226	226	226	226	226
UNIVERSIDADE	225	225	225	225	225
SOUSA PINTO	135	135	135	135	135
SANTOS RIO	210	210			
ALDEIA DE TELHEIRAS	56	56	56	56	56
ALCÁNTARA	202	202	202	202	202
AMEIXOEIRA	501	501	501	501	501
CAMPO DAS CEBOLAS	205	205	205	205	205
D. Luís I	104	104			
D. Luís I (RESIDENTES)	54	54	54		
D. Luís I / EDP	34	34	34	34	34
DAMASCENO MONTEIRO	81	81			
MERCADO DO RATO	86				
TORRES DE LISBOA	79				
TELHEIRAS NASCENTE	109	109	109	109	109
TELHEIRAS POENTE	158	158	158	158	158
MANUEL GOUVEIA	398	398	398	398	398
GRAÇA	115	115	115	115	115
CAMPO DE OURIQUE	245	245	245	245	245
VILA MARIA	68	68	67	67	67
AVENIDA DE PÁDUA		248	248	248	248
COSME DAMIÃO		287	286	286	286
HUB CRIATIVO DO BEATO			63	63	63
LIDL - AVENIDA INFANTE D. HENRIQUE			139	139	139
GARAGEM DE ARROIOS			49	49	49
	7 255	7 390	6 632	6 542	6 536



FIGURA 2-9 PISOS SEIS E CINCO DO PARQUE DA CALÇADA DO COMBRO

2.4. ATIVIDADES DE SUPORTE

A gestão e ordenamento do estacionamento, seja na via pública ou em parques, obriga a uma capacidade de intervenção eficaz em diversas dimensões. Em primeira linha está o próprio efetivo de Fiscalização, o grupo de Homens e Mulheres que asseguram o *enforcement* legal das normas de estacionamento, e de cuja atividade decorre a necessidade de processamento eficaz das contraordenações emitidas. A implementação no terreno do sistema tarifário

implica também a disponibilidade de meios de pagamento fiáveis, assegurados por parquímetros e, desde 2014, por *apps* de pagamento eletrónico.

Para além destas áreas mais especializadas, é imperativo assegurar uma assistência técnica capaz, que garanta aos clientes EMEL a confiança e a prontidão necessárias. A exigência destes fatores fica clara quando se tem presente uma cancela que não abre de imediato quando se pretende sair de um parque de estacionamento, ou quando o ordenamento do estacionamento depende de sinalização horizontal que já acumulou o desgaste suficiente para se tornar ambígua – para ambas as situações, a EMEL dispõe de equipas para acorrer rapidamente às ocorrências que vão surgindo.

No caso da sinalização horizontal a empresa vinha a enfrentar dificuldades nos últimos anos, confrontando-se com a escassez de oferta no mercado para a execução destes trabalhos – em 2023 foi possível dar um passo em frente e a EMEL conseguiu executar a pintura de mais de 20 500 lugares, 18 000 dos quais repinturas de marcações já existentes.

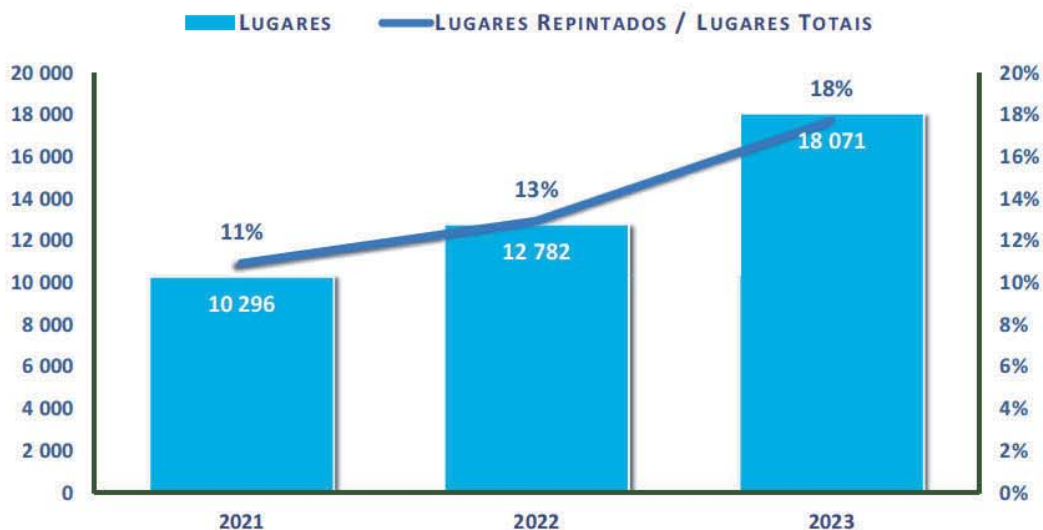


GRÁFICO 2-12 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES REPINTADOS 2021 - 2023

A preservação de uma boa sinalização horizontal poderá não parecer o fator mais crítico da atividade da empresa, mas é, de facto, muito relevante: em larga medida concretiza o ordenamento do estacionamento, transmitindo ao condutor muita da informação que precisa para estacionar em segurança e em conformidade com esse alinhamento. Por outro lado, uma sinalização horizontal inequívoca ajuda a viabilizar operações de fiscalização mais claras e, assim, uma melhor relação com o cliente.

TABELA 2-12 NÚMERO DE LUGARES REPINTADOS POR ZEDL

ZEDL	Lug.	ZEDL	Lug.	ZEDL	Lug.	ZEDL	Lug.
001 - BERNA /VALBOM	1197	03G - ALVALADE(G)	402	04D - AREIRO(D)	702	11I - CAMPOLIDE(11I)	83
003 - PARQUE	212	03H - ALVALADE(H)	251	04E - AREIRO(E)	831	14D - LUMIAR(D)	114
005 - AV. DA LIBERDADE	62	03I - ALVALADE(I)	110	04F - AREIRO(F)	13	14G - LUMIAR(G)	413
006 - S. MAMEDE	17	03J - ALVALADE(J)	134	04G - AREIRO(G)	583	14H - LUMIAR(H)	777
007 - SANTA MARTA	242	03K - ALVALADE(K)	366	04H - AREIRO(H)	899	14L - LUMIAR(L)	1732
014 - PR. JOSÉ FONTANA	5	03L - ALVALADE(L)	89	052 - AVENIDA BRASÍLIA	78	14M - LUMIAR(M)	355
015 - ENTRECAMPOS	991	03M - ALVALADE(M)	293	055 - BAIRRO SANTOS	42	14N - LUMIAR(N)	1024
018 - MARQUÊS POMBAL	29	03N - ALVALADE(N)	255	05G - ARROIOS(G)	75	14O - LUMIAR(O)	793
030 - GULBENKIAN	430	03O - ALVALADE(O)	348	07A - BEATO(A)	167	18B - P. NAÇÕES(B)	27
03B - ALVALADE(B)	121	03Q - ALVALADE(Q)	820	09C - BENFICA(C)	314	18E - P. DAS NAÇÕES(E)	11
03C - ALVALADE(C)	66	03R - ALVALADE(R)	241	09F - BENFICA(F)	185	19B - P. DE FRANÇA(B)	30
03D - ALVALADE(D)	232	04B - AREIRO(B)	589	10B - C. OURIQUE(B)	249	24C - SÃO VICENTE(C)	99
03E - ALVALADE(E)	43	04C - AREIRO(C)	893	10C - C. OURIQUE(C)	33	24F - SÃO VICENTE(F)	4
						TOTAIS	18 071

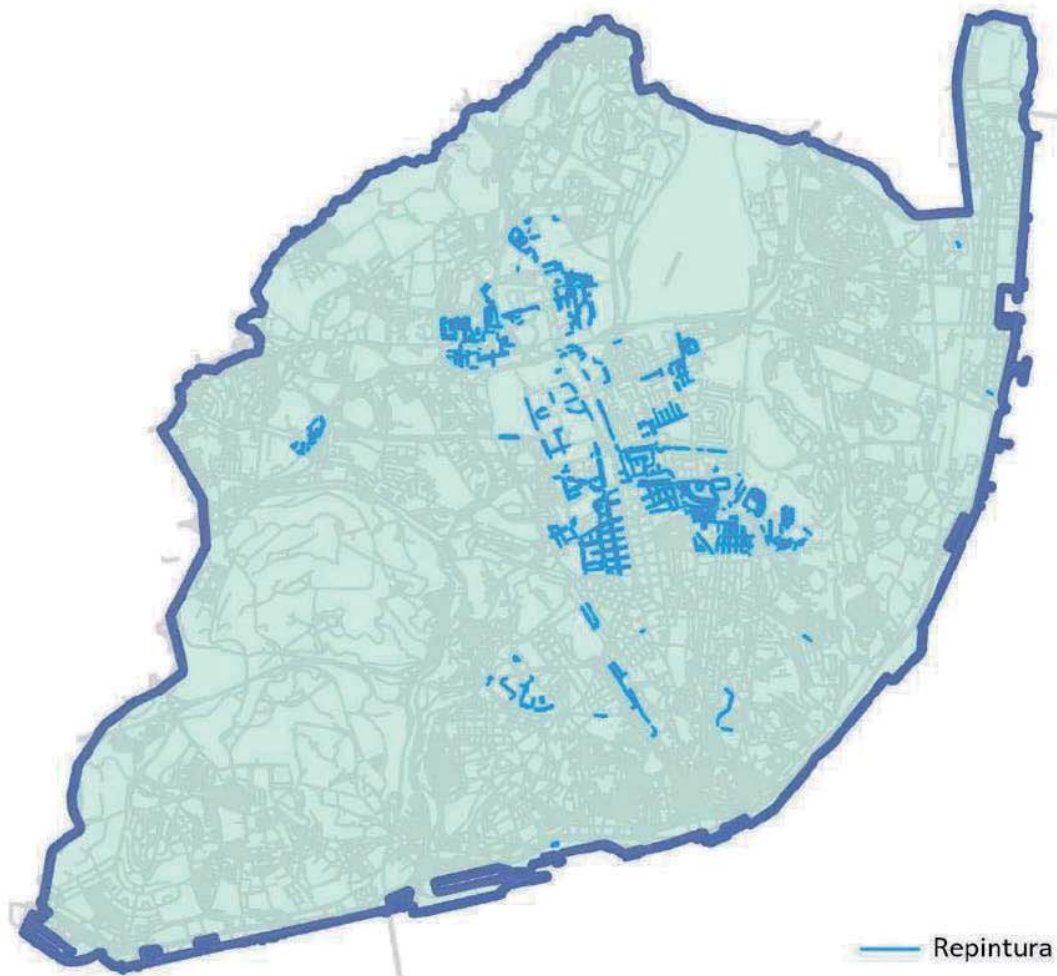


FIGURA 2-10 MAPA DAS ARTÉRIAS QUE BENEFICIARAM DA REPINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM 2023



FIGURA 2-11 8 REPINTURA DE LUGARES - BOLSA DE CARGAS E DESCARGAS, LUGARES DE RESIDENTES E LUGARES TARIFADOS

2.4.1. FISCALIZAÇÃO

O efetivo de Fiscalização assegura, no terreno, o *enforcement* legal das normas de estacionamento. Desta perspetiva, é aqui que se concretiza a estratégia de mobilidade subjacente à definição de tarifas e às restantes ferramentas que, em conjunto, agregam o dispositivo de ordenamento do estacionamento que a EMEL vem disseminando pelo Município.

A forma como são desenvolvidas as operações de fiscalização não é inócua, refletindo um conjunto de prioridades que, necessariamente, deve ser estabelecido – até por uma questão de eficiência e eficácia das suas funções, os Agentes de Fiscalização de Trânsito (AFT) ganham disponibilidade se tiverem bem presentes as infrações a que devem acorrer em primeiro lugar.

O quadro de priorização das infrações tem um alcance bastante mais profundo. Porventura com um passado de foco excessivo na criação de condições de rotação por via do *enforcement* legal do estacionamento tarifado, a EMEL suportou um imenso desgaste da sua imagem, da perceção que os utilizadores

da cidade têm da sua atuação, e isso produz impactos substantivos na capacidade de intervenção da empresa na promoção de boas práticas de mobilidade.

Este quadro reflete também a perspetiva do executivo Municipal sobre o papel da empresa, como aliás se aponta no comunicado de imprensa emitido pela empresa em junho de 2023:

“Com o objetivo estratégico estabelecido pela Câmara Municipal de Lisboa de prestar um serviço público, pedagógico e de qualidade em prol de melhores soluções de mobilidade, a EMEL está desde março a implementar uma nova filosofia na sua área de fiscalização, entre outras áreas, conduzindo a uma transformação ao nível de processos e abordagem aos cidadãos”

“A EMEL está confiante que desta forma contribuirá para uma melhor mobilidade na cidade de Lisboa e para uma empresa mais próxima dos cidadãos”

A ideia é clara e passa por uma postura mais pedagógica, com o cidadão e as suas necessidades no centro das alterações desenvolvidas, mas com um foco muito específico na mobilidade. É este o pano de fundo em que agora assenta a priorização da atividade de fiscalização.

Com os vetores estratégicos definidos e com a principal referência de atuação estabelecida, a Direção de Exploração do Estacionamento partiu para um extensivo processo de revisão de procedimentos, visando a implementação do caminho concebido.

- Retificação e melhoria de procedimentos no sentido de maximizar a clareza das operações e a eficiência dos processos
- Alargamento da abrangência territorial e recorrência da fiscalização, evitando a possibilidade de algumas artérias fiquem, por períodos prolongados, à margem do esforço de fiscalização
- Reforço da articulação com a Provedoria do Cliente EMEL e consequente ajustamento para maximizar o alinhamento da ação da fiscalização
- Articulação com outros serviços da empresa, no sentido do estabelecimento de canais de comunicação que permitam aligeirar e tornar mais eficientes as operações, como por exemplo na validação, rápida e eficaz, de lugares reservados a famílias numerosas

- Uniformização da interpretação da Legislação Rodoviária e, consequentemente, da atuação da Fiscalização, tendo em consideração os diversos normativos, como o Código da Estrada, Regulamento de Sinalização de Trânsito, Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública, convenção de Viena (visando os procedimentos a adotar quando em causa estão viaturas do Corpo Diplomático) e, naturalmente, os procedimentos da empresa.

Este processo deu vários frutos, apresentando-se, a título de exemplo, o roteiro elaborado para a abordagem preconizada à fiscalização de cada artéria, quando o AFT aí chega:

1. Iniciar a fiscalização de cada troço dando primazia às infrações fora do tarifado tendo em conta a priorização definida
2. Identificar todos os veículos que se encontrem em infração e elaborar as respetivas denúncias, colocando os elementos constitutivos das mesmas
3. Definir a localização de cada infração, fotografar cada infração e imprimir a respetiva denúncia, colocando-a no para-brisas do veículo a que diz respeito

A definição do espaço “fora do tarifado” encerra todas as prioridades operacionais: um veículo estacionado nos alvéolos que demarcam os lugares tarifados não constitui, necessariamente, um obstáculo à mobilidade. Só após a conclusão dos três passos enunciados, para todas as situações de infração identificadas, é que tem início a fiscalização do estacionamento tarifado.

Qualquer dos AFT, de qualquer uma das 10 áreas operacionais que suportam a estrutura do efetivo, tem presente este roteiro. Este é um resultado fundamental para a implementação da nova abordagem estratégica, conseguido, como outros fatores coadjuvantes, com recurso a uma forte componente formativa, concebida para dar resposta às necessidades críticas de todo o processo:

- Consolidação dos conhecimentos técnicos e de gestão dos Chefes de Equipa
- Desenvolvimento das competências de gestão emocional
- Uniformização dos procedimentos das operações de fiscalização
- Análise e eliminação de contextos de ambiguidade

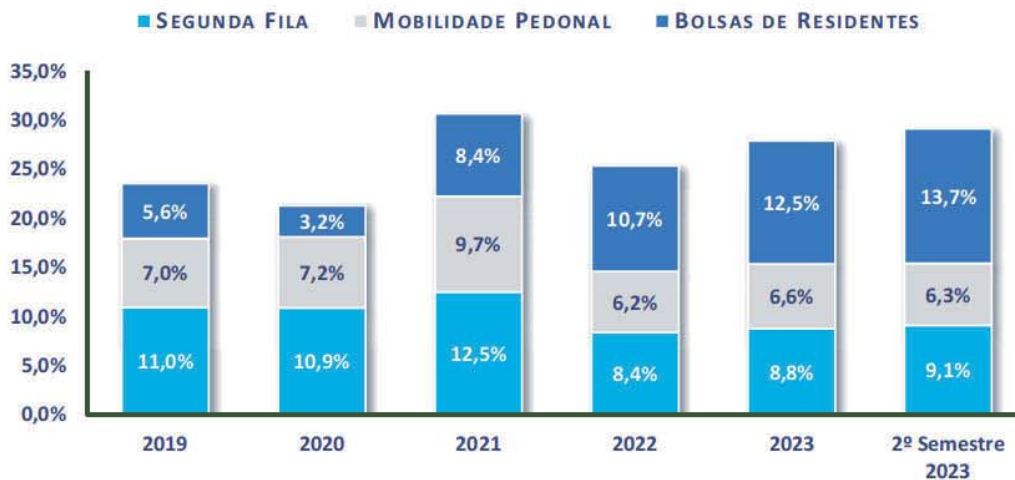


GRÁFICO 2-13 EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE OPERAÇÕES ASSOCIADAS A PRIORIDADES OPERACIONAIS 2019 - 2023

Os primeiros dados recolhidos da emissão de denúncias no terreno apontam para o sucesso da aposta em curso, retomando-se, em 2023, a tendência crescente da proporção de denúncias associadas a infrações prioritárias, após um período de vincado enviesamento decorrente da pandemia de Covid-19. No gráfico incluem-se ainda os dados de denúncias emitidas em bolsas de estacionamento reservado a residentes, cuja proteção se mantém como pilar de toda a atividade da EMEL. De salientar que as operações relacionadas com incumprimento no tarifado caíram, no segundo semestre, para menos de metade do total, algo que apenas se tinha registado nos anos de pandemia quando, como se sabe, a cobrança de estacionamento esteve suspensa por largos períodos.

Também em termos de volume os resultados obtidos demonstram a adequada implementação dos novos procedimentos.

TABELA 2-13 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO 2019 - 2023

	2019	2020	2021	2022	2023
DENÚNCIAS E AVISOS	339 204	287 996	343 197	412 123	424 894
DESBLOQUEAMENTOS	54 985	28 893	43 480	65 737	53 967
REMOÇÕES	10 278	7 933	11 800	17 737	19 056
OPERAÇÕES TOTAIS	404 467	324 822	398 477	495 597	497 917



GRÁFICO 2-14 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO 2019 - 2023

A emissão de denúncias e avisos registou um crescimento que mais que compensou a quebra do volume de desbloqueios. Este resultado destaca-se ainda por ter ocorrido num contexto de redução líquida do número de AFT apeados, precisamente aqueles com maior capacidade de emissão de denúncias e avisos.

TABELA 2-14 EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE LUGARES EM EXPLORAÇÃO POR AFT APEADO 2019 - 2023

	2019	2020	2021	2022	2023
LUGARES TARIFADOS	80 998	81 786	81 089	85 077	87 012
LUGARES DE RESIDENTES+ F. NUMEROSAS	10 455	10 837	12 441	13 025	14 403
LUGARES EM ZAAC	518	522	508	507	510
TOTAL DE LUGARES	91 971	93 145	94 038	98 609	101 925
AFT APEADOS*	99	105	112	115	110
LUGARES POR AFT APEADO	929	890	840	857	923

*equivalente a tempo inteiro

Esta redução do efetivo apeado vem interromper uma trajetória de crescimento verificada nos últimos cinco anos. Quando conjugada com o aumento do número de lugares em exploração, conduz a um crescimento do rácio de lugares por AFT, que já tinha ocorrido em 2022, mas aí apenas em consequência do aumento do número de lugares.

O rácio de lugares por AFT é dos indicadores mais referenciados na atividade de ordenamento do estacionamento, permitindo aferir da capacidade e eficiência da operação. Um valor demasiado elevado do indicador levanta a

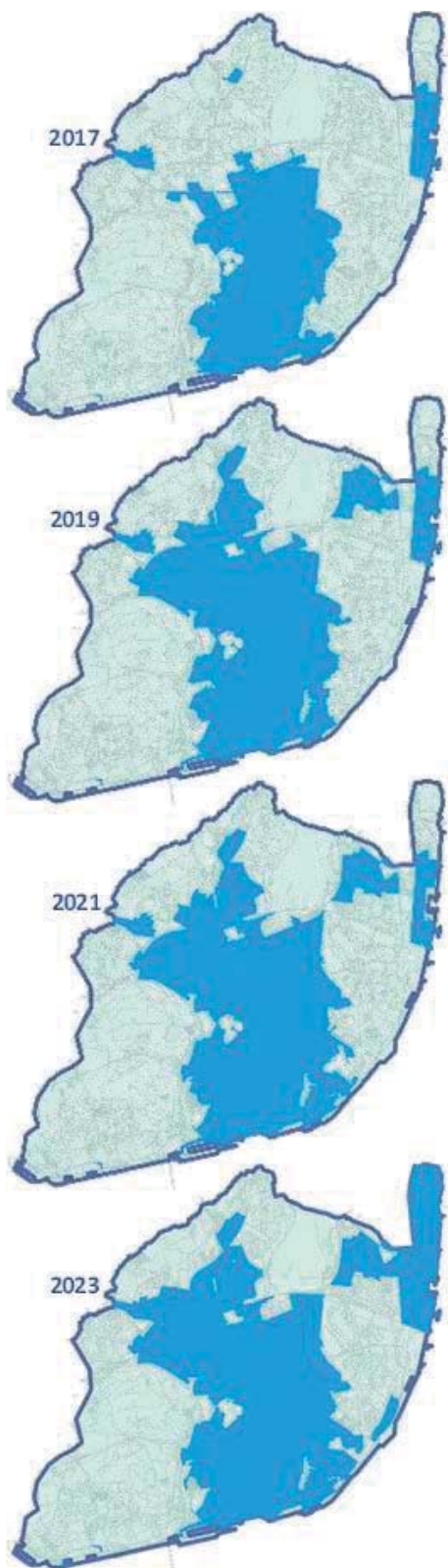


FIGURA 2-12 EVOLUÇÃO DA ÁREA SOB GESTÃO EMEL

sugestão de menor capacidade de intervenção, algo que apenas se poderá contrariar com maior eficiência da operação.

Em Lisboa o alargamento da área de estacionamento ordenado, em especial desde 2017, veio trazer desafios complexos nesta matéria, para mais com o impacto do crescimento do número de lugares a proporcionar o surgimento de discontinuidades nas áreas sob gestão, algo que tornava mais adequada a fiscalização com recurso a meios motorizados, de maior raio de alcance, e que se reflete no crescimento das ações de desbloqueio e remoção.

Com os períodos conturbados de pandemia, em 2020 e 2021, a evolução da atividade coloca-se em perspetiva, registando-se fortes oscilações que, apesar de tudo, culminam numa tendência de crescimento ao longo de 2022 e início de 2023, também decorrentes da mitigação das discontinuidades territoriais. Aí observa-se uma travagem coincidente com o início da implementação da nova abordagem: a assimilação dos novos métodos e a interiorização das prioridades não podia deixar de colocar dificuldades iniciais, mas a verdade é que o caminho traçado acabou por provar os seus méritos e o final do ano reflete uma recuperação que não se pode dissociar do planeamento definido, do facto de hoje, mais do que antes, quando os AFT chegam aos arruamentos onde vão exercer a sua atividade, saberem exatamente a que infrações deve acorrer em primeiro lugar, quais os procedimentos a tomar e de que forma devem atuar.

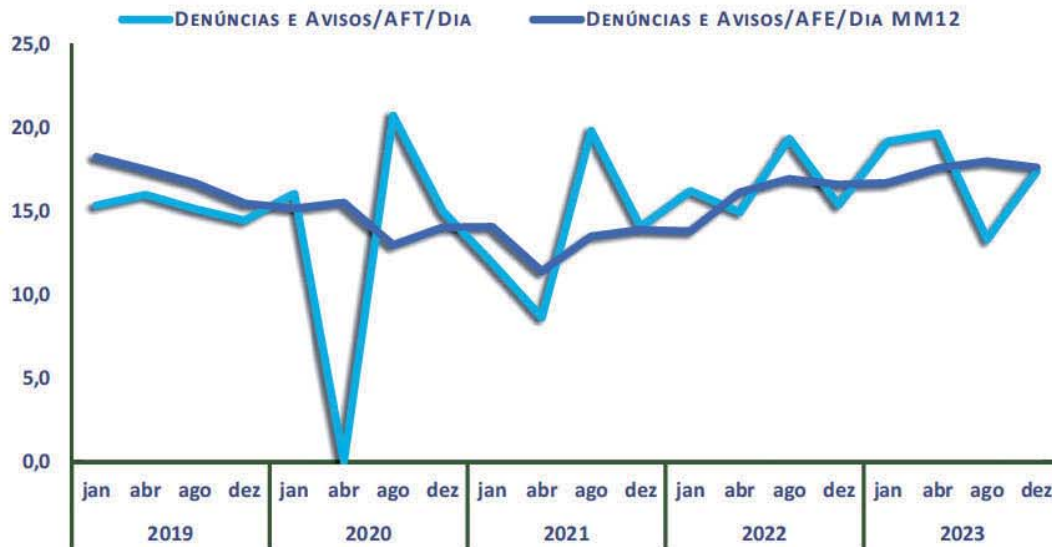


GRÁFICO 2-15 EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL MÉDIA DIÁRIA 2019 - 2023

A eficiência, aqui medida pela produtividade média, é um objetivo central de qualquer organização e a atividade de fiscalização não se distingue nesse aspeto. A nova estratégia de abordagem preconizada não abandona esse paradigma, mas também não faz convergir para aí todos os esforços de melhoria, antes pelo contrário.

Se a priorização das intervenções veio estabelecer as orientações necessárias para a consolidação da atividade de fiscalização enquanto instrumento crucial da estratégia de mobilidade, outros meios tiveram de ser mobilizados para reposicionar o cidadão numa posição de charneira de toda a ação do dispositivo. A equipa de coordenação e apoio estabeleceu pontes de articulação com os restantes serviços da empresa que lhe permite uma maior efetividade no ajuste das operações – as reclamações recebidas que visam a atividade de Fiscalização são, desde logo, respondidas com muito maior celeridade, e, para além disso, são entendidas como uma fonte de informação acerca das necessidades dos utilizadores da cidade e, assim, da própria equipa.

Hoje a atividade dos Fiscais da EMEL reveste uma dimensão pedagógica muito mais vincada. Reflexo desse facto, o volume de ações de bloqueio/desbloqueio, muito mais penalizadoras para o infrator, registaram em 2023 uma forte queda, apenas com paralelo no ano de 2020, quando eclodiu a pandemia e a fiscalização se circunscreveu, num largo período, a circunstâncias muito específicas. Apesar de tudo, o bloqueio previsto no Código da Estrada mostrou-se adequado para diversos contextos de infração.

O pedido de desbloqueio e a prontidão com que é atendido representa um desafio para a EMEL. O contexto e a dinâmica urbana levantam grandes dificuldades ao planeamento da resposta, tornando, muitas vezes, impossível um nível de prontidão adequado. Apesar disso, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de reduzir o tempo de espera entre o pedido de desbloqueio e a sua concretização.

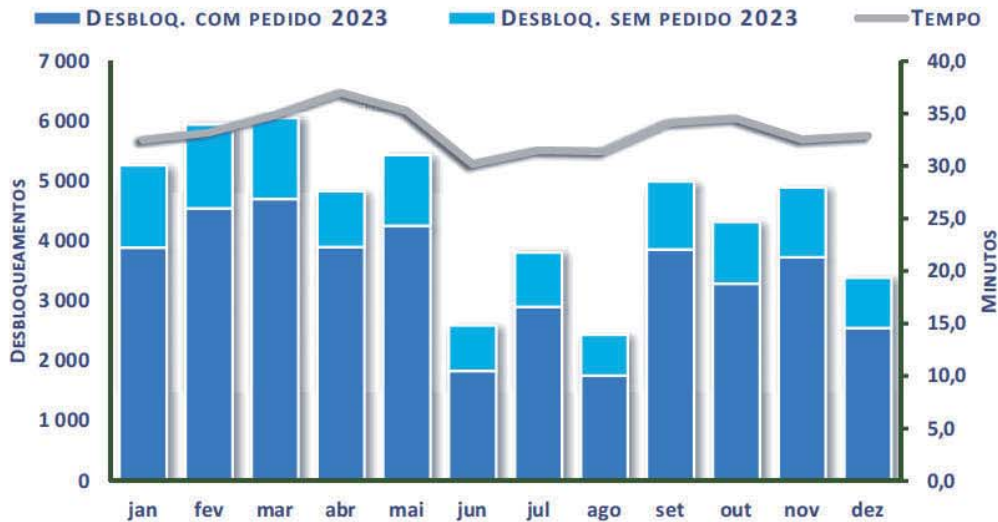


GRÁFICO 2-16 EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DE DESBLOQUEIOS E DO TEMPO DE RESPOSTA AO PEDIDO DE DESBLOQUEIO 2023

Em 2023 retomou-se uma trajetória de redução deste período, que infelizmente ainda é superior ao ambicionado pela EMEL. O compromisso é de que se venham a conseguir melhorias mais substanciais, levando este indicador para valores mais alinhados com os *standards* pretendidos pela empresa e, claro está, pelos utilizadores da cidade.

■ TEMPO MÉDIO DE DESBLOQUEIO (MIN.)

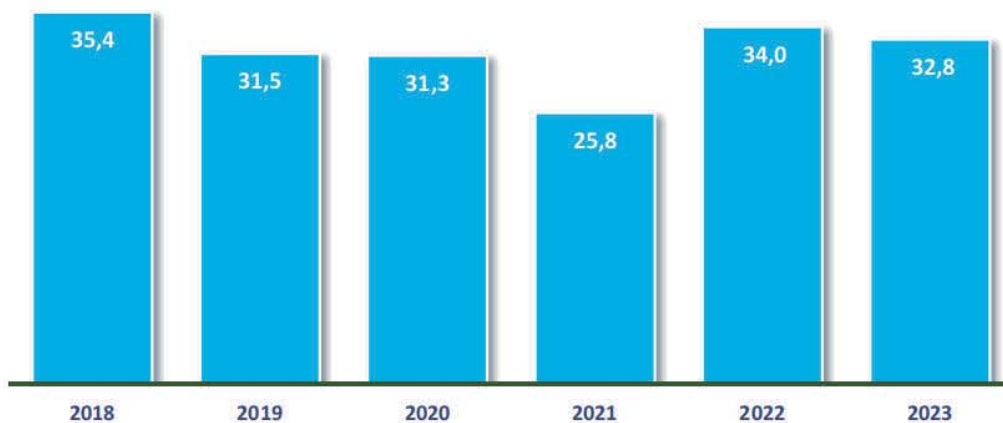


GRÁFICO 2-17 EVOLUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA AO PEDIDO DE DESBLOQUEIO 2019 - 2023

2.4.2. CONTRAORDENAÇÕES

O objetivo de impor na atividade de Fiscalização uma dimensão pedagógica de maior relevo depende muito do processo de tratamento das contraordenações, especialmente da sua eficácia e tempestividade.

Um dos objetivos de fundo do tratamento e gestão de contraordenações visa a redução do tempo decorrido entre a criação da denúncia de infração e a notificação do condutor do veículo alvo dessa denúncia (arguido), logrando a correta identificação dos arguidos e procedendo à sua notificação, de forma eficaz. Quanto maior for a dilação temporal entre a verificação da infração e a notificação ao arguido, mais diluída fica, por parte do condutor/arguido, a noção sobre a sua responsabilidade quanto à infração cometida e ao necessário respeito pelas regras do estacionamento. Pelo contrário, com uma notificação célere e eficaz, obtém-se uma clara e mais presente ligação à infração do condutor/arguido, de um comportamento a ser evitado, alcançando-se, dessa forma, o cumprimento basilar da função preventiva relacionada com a gestão contraordenacional.

■ AUTOS NOTIFICADOS

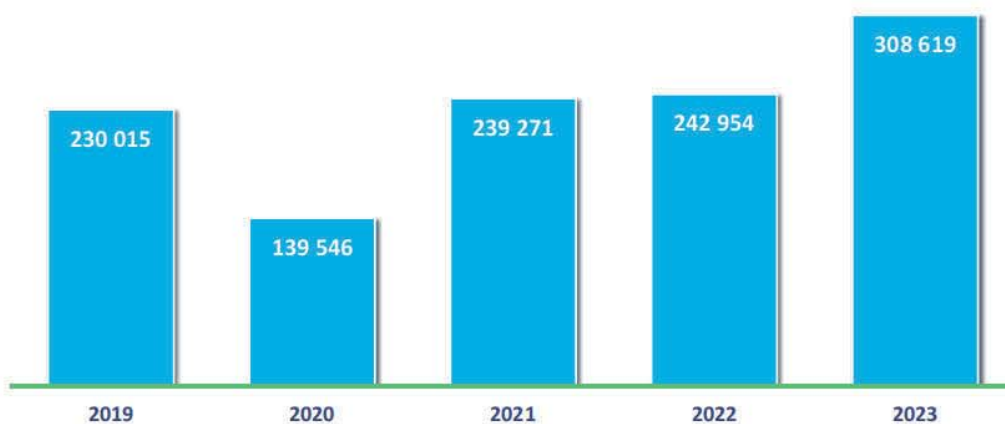


GRÁFICO 2-18 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE AUTOS NOTIFICADOS 2019 - 2023

As contraordenações processadas correspondem, na sua maioria, às denúncias emitidas pela fiscalização apeada, uma vez que o trabalho das equipas de bloqueamento e remoção comporta, por inerência, uma notificação presencial – e, por isso, imediata – do condutor. Desta forma, o volume de notificações realizadas acompanha a atividade da fiscalização apeada, evidenciando, por essa mesma razão, uma contração no primeiro ano de pandemia, a que se segue um crescimento consistente e correspondente a totais anuais superiores a 2019.

O acréscimo de 27% de autos de contraordenação (ACOR's) notificados em 2023, comparativamente a 2022, vem evidenciar um maior sucesso na notificação dos autos de contraordenação aos arguidos, pelo encurtamento do período entre a verificação das infrações rodoviárias por parte da fiscalização apeada e a subsequente emissão dos correspondentes autos de contraordenação.

O pagamento das coimas relativas às contraordenações dos autos emitidos está, naturalmente, associado ao sucesso da notificação, mas não de forma totalmente correlacionada, já que, após uma notificação correta e bem-sucedida, pode ser paga ou não a coima e, sendo paga, esse pagamento pode ter lugar em qualquer momento após a notificação. No entanto, acompanhar a evolução do indicador fornece pistas sobre a eficácia do processo de notificação, assente no claro reconhecimento da premissa de que, quanto menor o hiato temporal infração/notificação, maior será a propensão do infrator ao pagamento.

Relativamente ao volume de coimas pagas e ao respetivo valor, a tendência tem sido análoga, com uma recuperação visível a ser registada em 2023, face aos três anos anteriores. No último ano, o número de processos pagos ultrapassou o valor total anual registado, quer em 2022, quer no último ano de atividade operacional regular, 2019.

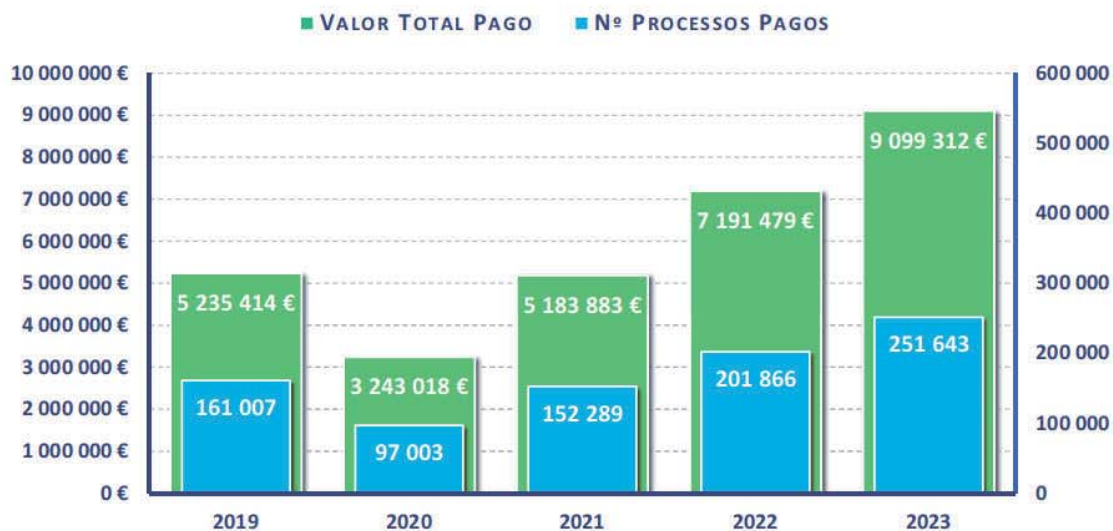


GRÁFICO 2-19 EVOLUÇÃO ANUAL DO VOLUME DE COIMAS PAGAS E RESPETIVO VALOR 2019 – 2023

Importa notar que a notificação do arguido pode ser realizada por diferentes meios, designadamente, através de carta registada com aviso de receção e carta simples, para além do contato pessoal no atendimento presencial, havendo ainda a destacar as notificações associadas aos Pedidos de Identificação do Condutor (PIC's), que se destinam a empresas. Considerando estes meios de forma agregada, é de salientar que foram realizadas, em 2023,

quase 600 mil notificações, o que se reflete num aumento de, aproximadamente, 50% relativamente às efetuadas em 2022 - constata-se, assim, que o aumento, significativo, no envio de ACOR's, refletiu-se efetivamente num aumento de receita.

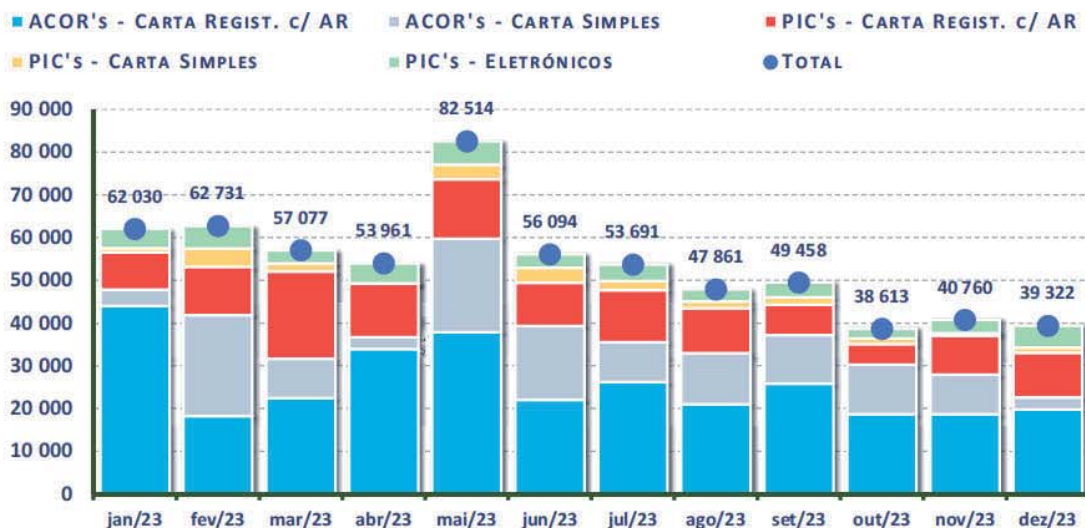


GRÁFICO 2-20 EVOLUÇÃO MENSAL DAS NOTIFICAÇÕES POR MEIO DE ENVIO

Apesar do acréscimo no pagamento de coimas face aos últimos anos, que se traduziu numa maior consciencialização quanto à necessidade do cumprimento das regras de estacionamento, o processo contraordenacional acarreta custos, tempo, esforço e complexidade significativos, que levam a que se tenha continuado a dar primazia ao pagamento voluntário das autuações. O serviço de Identificação Voluntária do Condutor, meio de interação do infrator com a EMEL que antecede o pagamento voluntário, manteve a tendência de crescimento em 2023, aumentando 9% face a 2022.

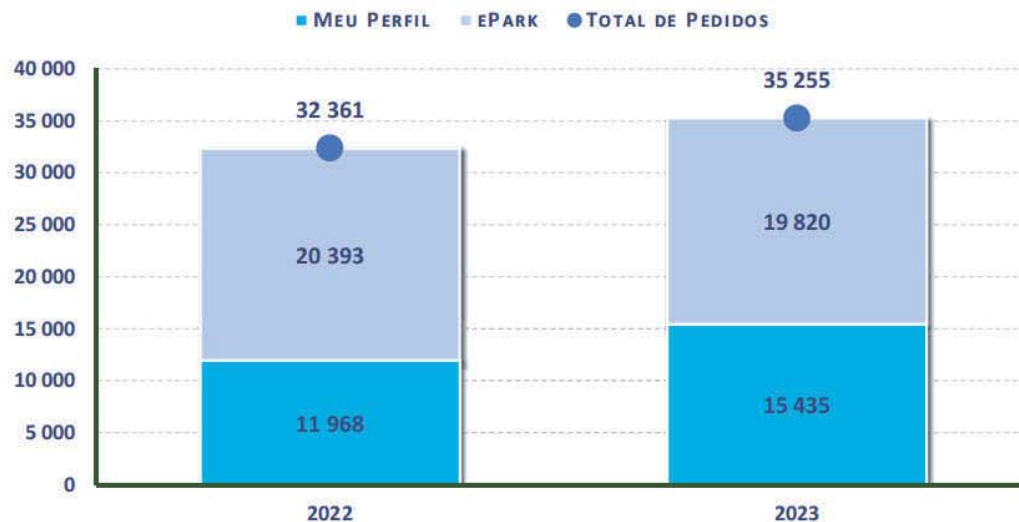


GRÁFICO 2-21 VOLUME ANUAL DE PEDIDOS DE IDENTIFICAÇÃO VOLUNTÁRIA DO CONDUTOR POR CANAL DE ENTRADA 2022 - 2023

No Meu Perfil EMEL, onde está disponível um formulário para o efeito, é o canal mais vocacionado para este serviço. No entanto, a ferramenta disponível no ePark acaba por revelar maior conveniência para o utilizador, embora não ofereça um processo tão ágil, e forneça informação menos completa. Observando a evolução relativa de cada um dos canais verifica-se um crescimento próximo dos 30% no Meu Perfil EMEL, enquanto no ePark se regista uma contração - esta trajetória sublinha a apetência crescente por um canal mais eficiente e seguro para todas as partes envolvidas, constituindo-se como mais um contributo para a melhoria da relação da EMEL com o cidadão.

O processo de tratamento e notificação das contraordenações obteve, em 2023, resultados importantes nos objetivos de consolidação da sua vertente mais associada à capacidade pedagógica da atividade de Fiscalização. A eficácia crescente da notificação, muito para além do decorrente aumento de receita, proporciona uma maior consciencialização da infração, ajudando a percorrer o caminho das boas práticas de mobilidade.

2.4.3. MEIOS DE PAGAMENTO

O ordenamento do estacionamento integra múltiplas dimensões que concorrem para o sucesso de uma estratégia de mobilidade assente na sustentabilidade. Nesse âmbito, a criação de condições de rotação – por intermédio da cobrança de tarifas estabelecidas com referência ao tempo de permanência – e o *enforcement* legal dessa cobrança e de todas as restantes normas de estacionamento, são duas dimensões críticas.

A relação entre o pagamento do estacionamento e a respetiva fiscalização impõe a disponibilização de meios de pagamento que, para além da conveniência e acessibilidade, devem transmitir rigor e dar toda a confiança na sua utilização, contribuindo para uma maior clareza, quer para o automobilista que estaciona, quer para a equipa de fiscalização.

Tradicionalmente, em Lisboa como em qualquer grande cidade, a cobrança de estacionamento na via pública está muito associada à figura do parquímetro e ao processo que lhe é inerente da introdução de moedas e recolha do *ticket* que titula o estacionamento pelo período correspondente à quantia introduzida. O rigor da transação é, neste meio, assegurado por controlos metrológicos recorrentes, que têm lugar regularmente e sempre que as máquinas sofrem uma avaria que o possa pôr em causa. Ainda assim, a impressão do *ticket*, a forma como é colocado no veículo ou até a localização do parquímetro e a sua operacionalidade, são fatores que abrem uma via para o aparecimento de incerteza, de ambiguidade na concretização do pagamento, e que é muito difícil de ultrapassar. Esta transação tem ainda o inconveniente de obrigar à presença física junto do equipamento de cobrança, obedecendo a uma estimativa do tempo que será necessário – pode ser insuficiente, exigindo novo pagamento, ou excessiva, mas sem possibilidade de restituição.

Durante muitos anos não existiu verdadeira alternativa ao parquímetro e ainda hoje eles são incontornáveis. Na sua operação a EMEL tem hoje quase 3 400 parquímetros instalados.

TABELA 2-15 NÚMERO DE PARQUÍMETROS POR ZEDL

ZEDL	Parq	ZEDL	Parq	ZEDL	Parq	ZEDL	Parq
001 - Berna /Valbom	63	03H - ALVALADE(H)	19	11H - CAMPOLIDE(H)	41	19C - PENHA FRANÇA(C)	53
003 - Parque	18	03I - ALVALADE(I)	17	11I - CAMPOLIDE(I)	15	19D - PENHA FRANÇA(D)	19
005 - Av. da Liberdade	42	03J - ALVALADE(J)	26	12B - CARNIDE(B)	1	19E - PENHA FRANÇA(E)	23
006 - S. Mamede	32	03K - ALVALADE(K)	48	12C - CARNIDE(C)	14	19F - PENHA FRANÇA(F)	29
007 - Santa Marta	18	03L - ALVALADE(L)	4	12D - CARNIDE(D)	31	20E - SANTA CLARA(E)	7
008 - Alameda	26	03M - ALVALADE(M)	20	12E - CARNIDE(E)	43	20H - SANTA CLARA(H)	15
009 - Chile	53	03N - ALVALADE(N)	29	13A - ESTRELA(A)	7	21C - STA. MAIOR(C)	1
010 - Avenidas Novas	51	03O - ALVALADE(O)	24	13B - ESTRELA(B)	60	23A - S. D. BENFICA(A)	2
012 - Chiado	21	03P - ALVALADE(P)	65	13C - ESTRELA(C)	51	23B - S. D. BENFICA(B)	27
013 - Baixa	17	03Q - ALVALADE(Q)	29	13D - ESTRELA(D)	48	23C - S. D. BENFICA(C)	18
014 - Pr. José Fontana	42	03R - ALVALADE(R)	51	14C - LUMIAR(C)	20	23D - S. D. BENFICA(D)	10
015 - Entrecampos	51	04A - AREIRO(A)	2	14D - LUMIAR(D)	13	23E - S. D. BENFICA(E)	27
016 - Campo Pequeno	28	04B - AREIRO(B)	15	14G - LUMIAR(G)	32	23F - S. D. BENFICA(F)	16
017 - Estefânia	46	04C - AREIRO(C)	27	14H - LUMIAR(H)	29	23G - S. D. BENFICA(G)	49
018 - Marquês Pombal	39	04D - AREIRO(D)	16	14J - LUMIAR(J)	50	23H - S. D. BENFICA(H)	28
021 - Castilho	30	04E - AREIRO(E)	21	14K - LUMIAR(K)	25	23I - S. D. BENFICA(I)	28
023 - Bairro Azul	14	04F - AREIRO(F)	64	14L - LUMIAR(L)	36	23J - S. D. BENFICA(J)	8
025 - Campo Santana	37	04G - AREIRO(G)	28	14M - LUMIAR(M)	20	23K - S. D. BENFICA(K)	34
030 - Gulbenkian	16	04H - AREIRO(H)	39	14N - LUMIAR(N)	43	23L - S. D. BENFICA(L)	19
032 - São Paulo	17	05G - ARROIOS(G)	3	14O - LUMIAR(O)	29	23O - S. D. BENFICA(O)	3
033 - Príncipe Real	40	07A - BEATO(A)	11	17B - OLIVAIS(B)	50	23P - S. D. BENFICA(P)	11
037 - Anjos	80	07C - BEATO(C)	1	17C - OLIVAIS(C)	26	24A - SÃO VICENTE(A)	13
038 - Socorro	45	07D - BEATO(D)	9	17D - OLIVAIS(D)	27	24B - SÃO VICENTE(B)	15
043 - Stª Catarina/Bica	4	07G - BEATO(G)	11	17E - OLIVAIS(E)	21	24C - SÃO VICENTE(C)	11
046 - Laranjeiras	5	09C - BENFICA(C)	12	17F - OLIVAIS(F)	4	24D - SÃO VICENTE(D)	13
051 - Belém	3	09F - BENFICA(F)	8	17G - OLIVAIS(G)	10	24E - SÃO VICENTE(E)	13
052 - Avenida Brasília	37	10A - C. OURIQUE(A)	109	17I - OLIVAIS(I)	1	24F - SÃO VICENTE(F)	9
055 - Bairro de Santos	39	10B - C. OURIQUE(B)	12	18A - P. NAÇÕES(A)	74	24G - SÃO VICENTE(G)	6
03A - Alvalade(A)	21	10C - C. OURIQUE(C)	50	18B - P. NAÇÕES(B)	28	24H - SÃO VICENTE(H)	13
03B - Alvalade(B)	4	11A - CAMPOLIDE(A)	9	18C - P. NAÇÕES(C)	86	24I - SÃO VICENTE(I)	2
03C - Alvalade(C)	3	11B - CAMPOLIDE(B)	23	18D - P. NAÇÕES(D)	15	24J - SÃO VICENTE(J)	2
03D - Alvalade(D)	11	11E - CAMPOLIDE(E)	3	18E - PARQUE NAÇÕES(E)	46		
03E - Alvalade(E)	2	11F - CAMPOLIDE(F)	13	19A - PENHA FRANÇA(A)	36		
03G - Alvalade(G)	8	11G - CAMPOLIDE(G)	21	19B - PENHA FRANÇA(B)	20		
						TOTAIS	3 378

Para além das suas limitações funcionais, os parquímetros implicam múltiplos inconvenientes – são equipamentos caros e exigem a disponibilidade de uma infraestrutura especializada e uma operação logística de complexa otimização,

seja para assegurar a operacionalidade das máquinas ou para a recolha dos valores nelas depositados. Têm ainda o inconveniente de se encontrarem no espaço público, muitas vezes escasso, expostos a diversas fontes de desgaste e conseqüentes avarias.

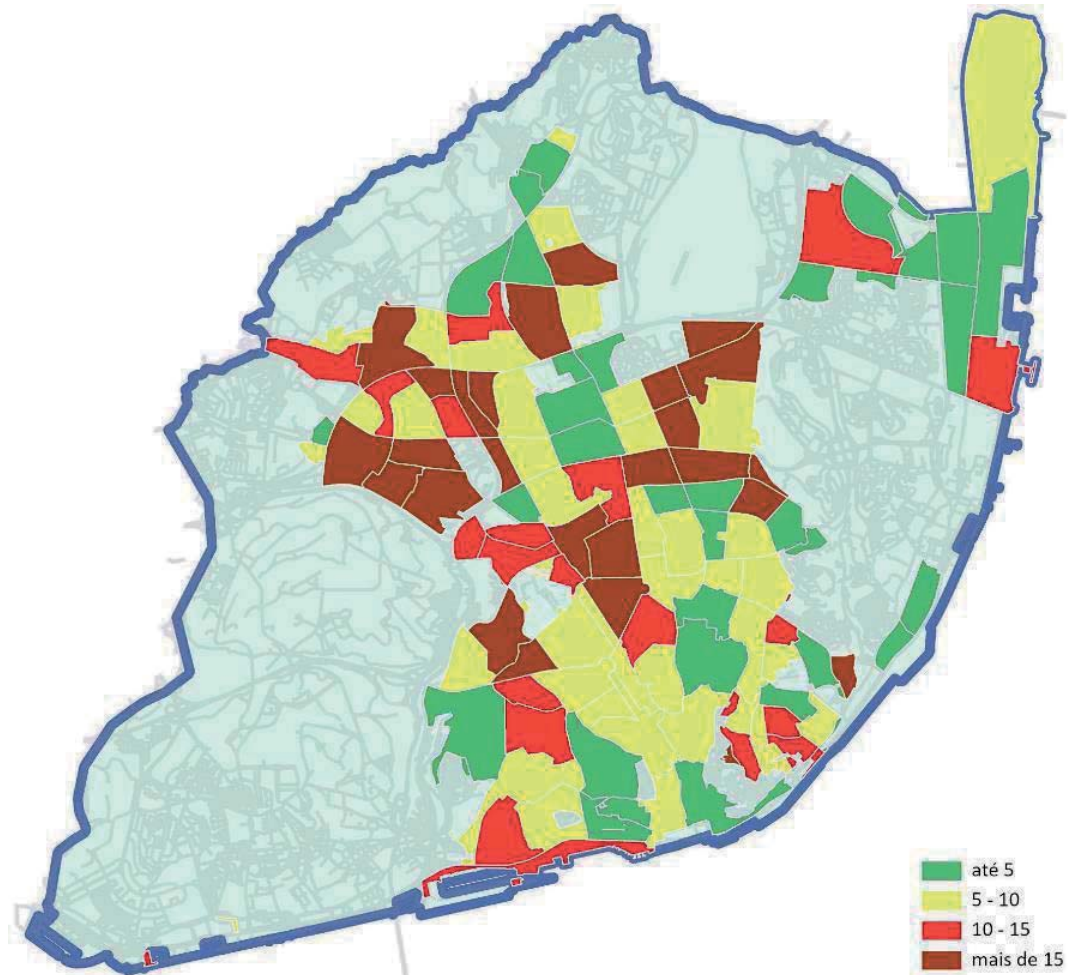
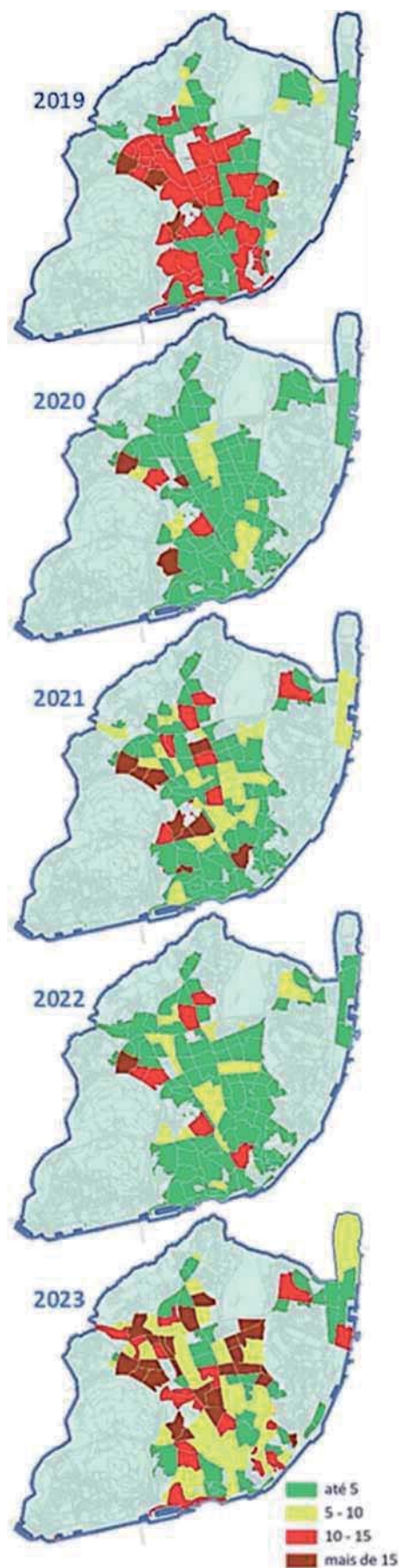


FIGURA 2-13 NÚMERO DE AVARIAS POR PARQUÍMETRO POR ZEDL

Em 2023 verifica-se um grande número de ZEDL em que cada parqueiro, em média, registara mais de uma avaria por mês. Numa delas, a 011H – Campolide, a incidência aproximou-se de seis avarias por parqueiro, por mês, em média, e nas Avenidas Novas, na área com mais procura de estacionamento por rotação, o indicador passou as duas avarias por mês, com cerca de 63% delas provocadas por atos de vandalismo.

A indisponibilidade das máquinas tem um impacto muito mais significativo do que o económico – ela provoca uma má experiência do cliente, uma perceção de baixo nível de serviço e, quando a situação é mais recorrente, quebra da confiança.



A EMEL dispõe de uma equipa com grande capacidade de intervenção e prontidão para acorrer a situações de indisponibilidade das máquinas. Também mantém com os seus fornecedores acordos de nível de serviço exigentes procurando assegurar reparações rápidas e disponibilidade de peças, fatores cruciais para garantir uma disponibilidade elevada.

Mas a exposição aos mais diversos fatores ambientais e o necessário livre acesso às máquinas traz uma dimensão de aleatoriedade e contingência muito grande, inviabilizando uma perspetiva de disponibilidade plena.

Quando se perspetiva a evolução do número de avarias por máquina, nos últimos cinco anos, percebe-se que de 2019 para 2020 houve uma melhoria significativa, mas que teve que ver com a pandemia, com o menor uso das máquinas e, logo, menor desgaste, mas também pelo período de suspensão de pagamento, que afastava grande parte do vandalismo que tem por objetivo o acesso aos montantes que são depositados para pagamento do estacionamento.

A EMEL aproveitou os períodos de suspensão do pagamento para recondicionar o parque de máquinas, substituir as mais degradadas e melhorar as restantes. Esses trabalhos não foram suficientes para evitar o impacto de uma onda de vandalismo a que se assistiu na saída do período de confinamento, em 2021, mas em 2022 é clara a diminuição das ocorrências.

Em 2023 observa-se novo agravamento. Ainda não se verificou o retorno ao número de avarias de 2019, mas o desgaste acumulado das máquinas vai-se impondo.

FIGURA 2-14 EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE AVARIAS POR PARQUÍMETRO POR ZEDL 2019 - 2023

Também se registaram alguns problemas na obtenção de determinados componentes, necessários para a resolução definitiva de algumas avarias. Mas o vandalismo reclama a maior participação no crescimento do número de avarias, observando-se um crescimento de 6% do número de ocorrências – muitas delas decorreram da tentativa de furto das baterias de redundância do fornecimento de energia, de origem fotovoltaica, que equipam os parquímetro e que, a certo ponto, tiveram grande incidência e impacto na disponibilidade dos equipamentos.

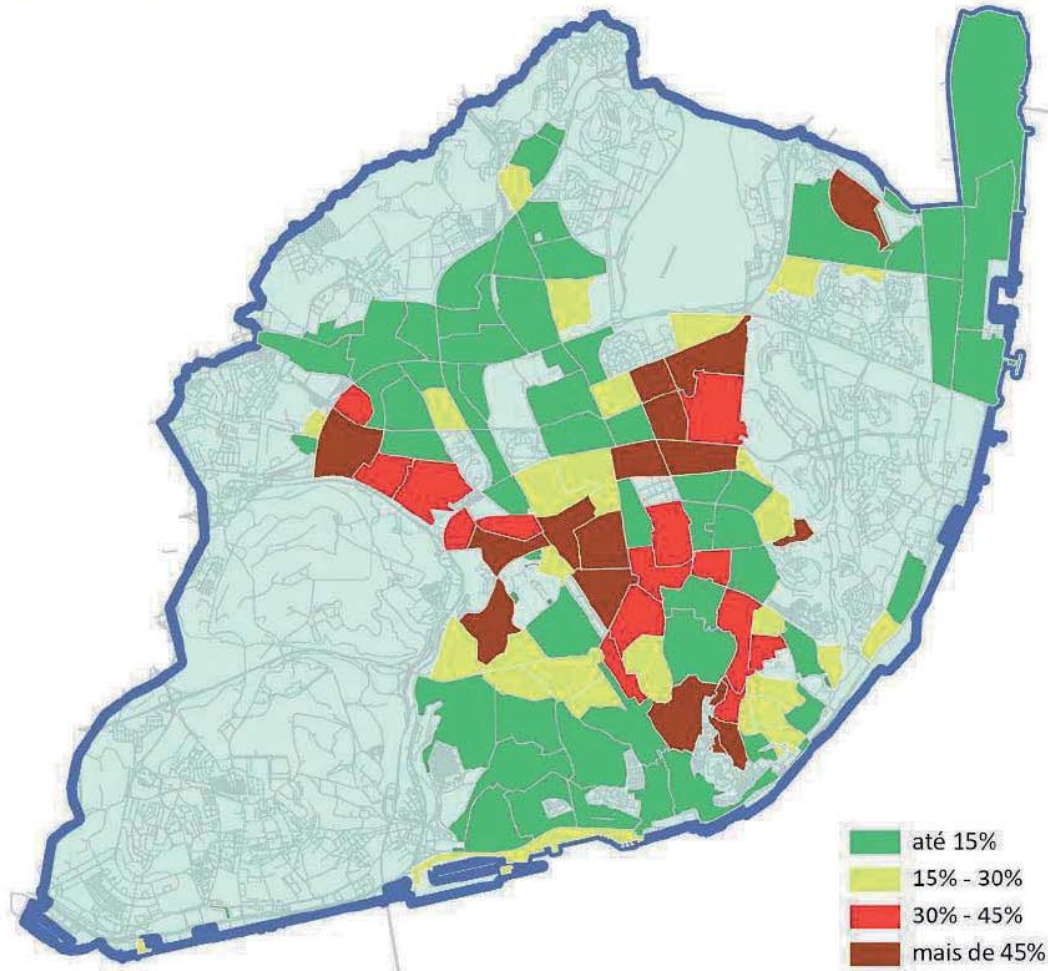


FIGURA 2-15 PROPORÇÃO DAS AVARIAS DE PARQUÍMETROS DECORRENTES DE ATOS DE VANDALISMO

Dentro das ocorrências associadas ao vandalismo, aquelas que visam a apropriação das moedas destinadas ao pagamento do estacionamento registou um crescimento ainda maior – cerca de 10%, em relação a 2022, em larga medida explicando o número de ZEDL no eixo central em que mais de 45% do volume de avarias está associado a vandalismo. Estas ocorrências revestem maior gravidade do que a mera indisponibilidade do parquímetro. Elas frustram a tentativa de pagamento, levando, por vezes, a que o cliente EMEL fique privado da quantia introduzida, sem conseguir a restituição desse montante – emerge um elevado custo de imagem para a empresa.

A EMEL decidiu implementar o pagamento por MB Way nos seus parquímetros. Os custos reputacionais, ou antes, a sua eliminação, já seria motivo suficiente para a EMEL avançar com este projeto.

Com o recurso ao MB Way o pagamento já não está dependente do montante fisicamente disponível, em moedas, o que permite ao cliente EMEL efetuar uma



FIGURA 2-16 ILUSTRAÇÃO DO PAGAMENTO POR MB WAY

transação, segura, estritamente alinhada com a sua expectativa de permanência.

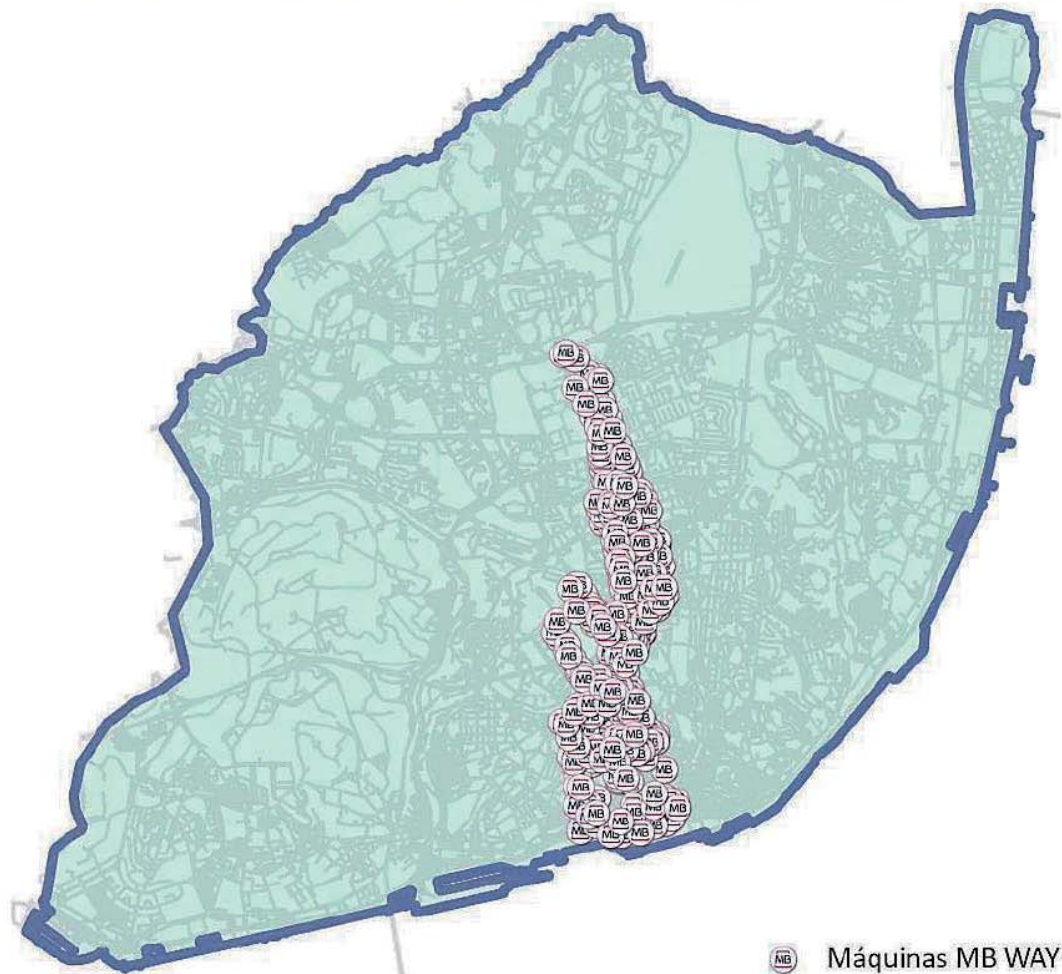


FIGURA 2-17 MAPA DA IMPLEMENTAÇÃO JÁ CONCRETIZADA DE PARQUÍMETROS COM MB WAY

Também proporciona um menor desgaste do equipamento, diminuir o risco associado ao depósito de moedas no interior da máquina e reduzir os gastos com a coleta de valores – uma opção vantajosa para ambas as partes, com o cliente a usufruir de uma experiência de utilização melhorada e a empresa a obter vantagens operacionais.

Na primeira fase a solução foi já implementada em 400 parquímetros, distribuídos ao longo do eixo central e da baixa, mas a expansão para além desta área está já em curso.

Embora se apresente como meio de pagamento associado ao parquímetro, o MB Way tem diversas características que o colocam a meio caminho até ao pagamento eletrónico, realizado por intermédio de outras *app*.

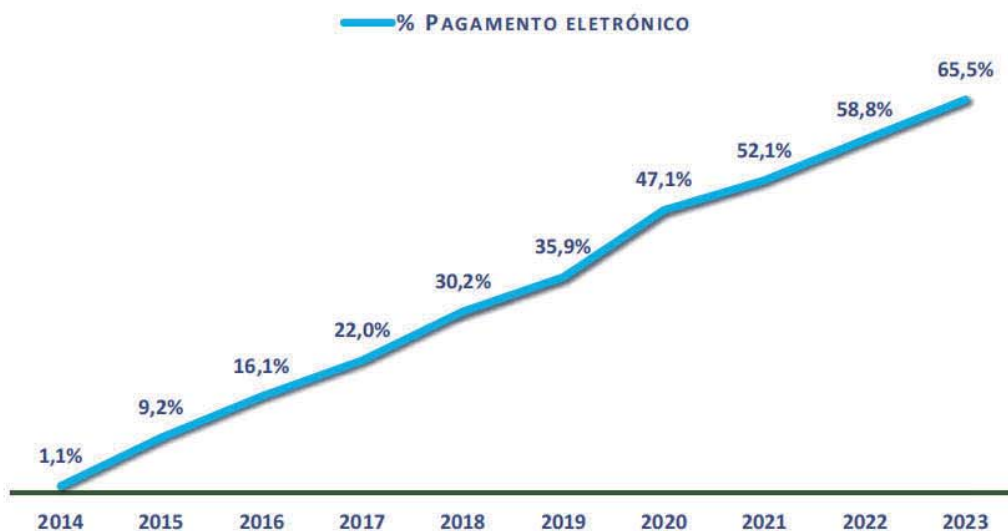


GRÁFICO 2-22 EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE PAGAMENTO ELETRÓNICO NO ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA 2014 - 2023

Desde a sua introdução, em 2014, que o pagamento eletrónico do estacionamento não parou de crescer. No período de pandemia as vantagens do pagamento através de *app* ficaram ainda mais claras, revelando-se ainda a vantagem de não ter de partilhar o meio de pagamento. Desde aí que o parquímetro, que via a sua participação na cobrança de estacionamento na via pública a cair lentamente, caiu para um patamar muito mais reduzido – uma queda de quase 42% em 2020 – de onde não retomou. Em 2022, apesar da perda relativa face aos meios eletrónicos, o parquímetro ainda cresceu quase 23% nos montantes cobrados, mas em 2023 a quebra verificou-se nas duas dimensões: em termos relativos, face ao pagamento eletrónico, desceu quase sete pontos percentuais, e quanto aos valores cobrados caiu mais de 12%.

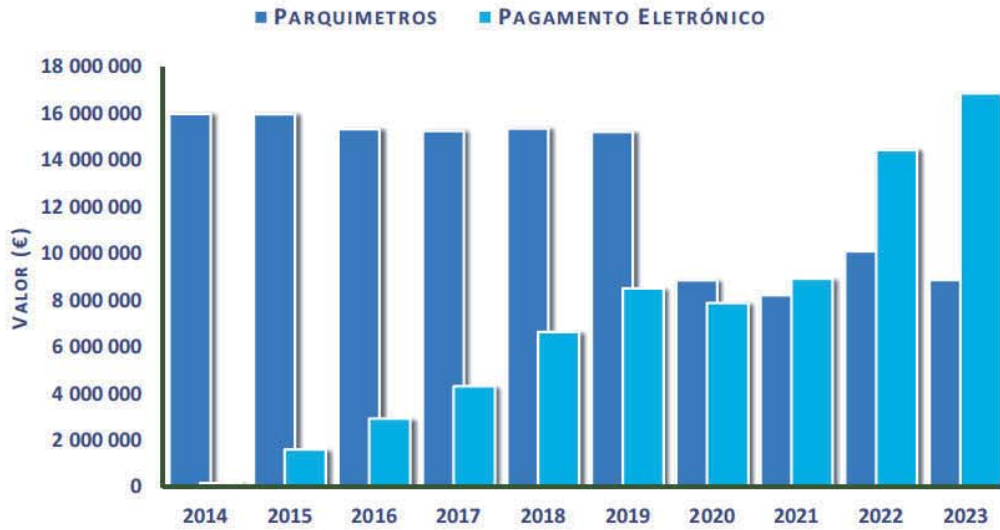


GRÁFICO 2-23 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DE ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA PARQUÍMETROS VS PAGAMENTO ELETRÓNICO 2014 - 2023

Apesar da trajetória já percorrida, a evolução mensal ao longo do ano deixa antever a consolidação da tendência vigente, abrindo perspetivas para um domínio ainda mais acentuado do pagamento eletrónico no futuro.

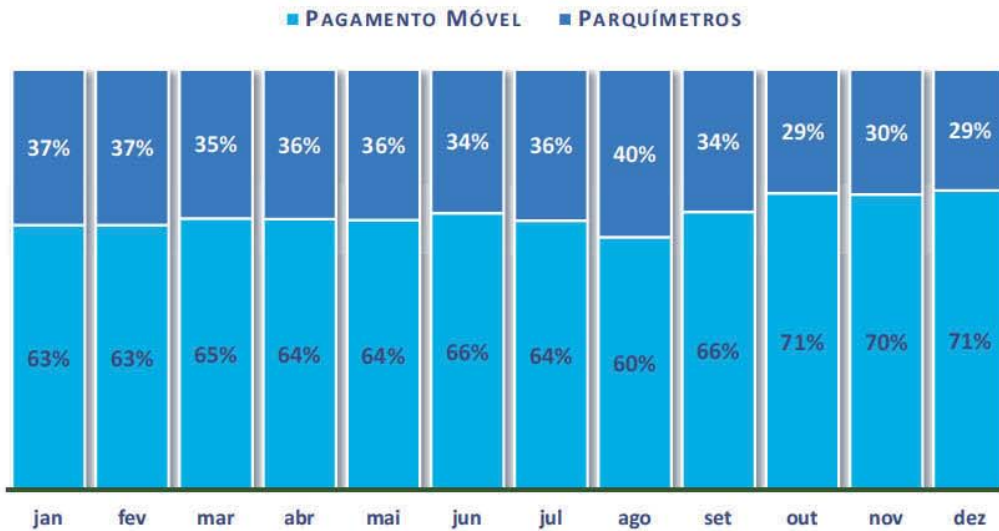


GRÁFICO 2-24 EVOLUÇÃO MENSAL DA REPARTIÇÃO DOS MONTANTES COBRADOS PELOS MEIOS DE PAGAMENTO DO ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA EM 2023

2.4.4. APOIO AO CLIENTE

O foco do apoio ao cliente em 2023 esteve na melhoria do serviço prestado nos seus canais – lojas, *contact center* e escrito – com o objetivo de incrementar o serviço prestado e a experiência do utilizador. Para além do reforço da capacidade de resposta, foi lançado um projeto de visão 360 graus dos clientes, baseado numa nova plataforma que permitirá, já em 2024, ter uma visão integrada dos utilizadores e clientes da empresa, nas suas variadas valências, aproximando assim a EMEL dos *standards* de mercado.

As lojas EMEL compõem-se de uma loja virtual acessível através do portal EMEL e de pontos de atendimento próprios no Espaço da CML do Campo Grande, na Loja do Cidadão das Laranjeiras e na Loja do Cidadão do Saldanha.

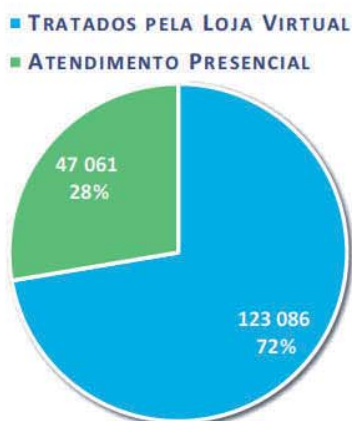


GRÁFICO 2-25 PROPORÇÃO DA EMISSÃO DE DÍSTICOS PRESENCIAL VS LOJA VIRTUAL

O seu maior volume de resposta é a emissão de dísticos de estacionamento nas suas diferentes vertentes, tendo emitido em 2023 mais de 170 mil unidades (incremento de 10% relativamente a 2022), na sua larga maioria de forma digital, sem necessidade de deslocação física das pessoas a um ponto de atendimento.

O atendimento das lojas representa uma das linhas de frente no contacto direto com os clientes e ao longo do último ano manteve o compromisso de proporcionar um atendimento eficiente, o que foi reconhecido pelo público no estudo de imagem elaborado pela EMEL em 2023.

O *contact center* da EMEL, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, respondendo às solicitações sobre produtos e serviços disponibilizados pela empresa, atua de forma assertiva e em tempo real, sempre que possível, na prestação de informação e de esclarecimentos e na resolução dos problemas sentidos pelos clientes.

Em 2023, foram atendidas mais de 160 mil chamadas telefónicas e realizadas quase 10 mil chamadas de retorno, desempenhando um papel fundamental na resposta imediata aos clientes sobre variados temas como GIRA, dísticos, ePark, Bicipark, Semáforos e carregamento de veículos elétricos.

O maior volume destas chamadas está relacionado com o GIRA, dísticos e ePark (e outras aplicações de pagamento eletrónico de estacionamento), correspondendo a mais de 85% do volume total.

O atendimento por escrito registou, em 2023, 76 mil interações (aumento de 28% face a 2022), com especial ênfase nos assuntos relacionados com autuações, GIRA, pagamento eletrónico de estacionamento e dísticos, equivalendo a quase 90% do total.

Todas estas equipas – lojas, *contact center* e apoio escrito – desempenham um papel essencial na gestão eficaz do *feedback* dos clientes, trabalhando em estreita colaboração com outras áreas da empresa, apoiando na resolução de problemas, na resposta a reclamações e na identificação de oportunidades de melhoria dos produtos e serviços prestados pela EMEL. Para isso contribuiu o esforço formativo no sentido de simplificação, uniformização de procedimentos e comunicação eficiente.

3. MOBILIDADE



Ao longo dos últimos anos a EMEL tem vindo a consolidar o seu papel na estratégia de mobilidade mais sustentável, assumindo responsabilidades de uma gestão ativa, para além do ordenamento e gestão do estacionamento, em múltiplas dimensões.

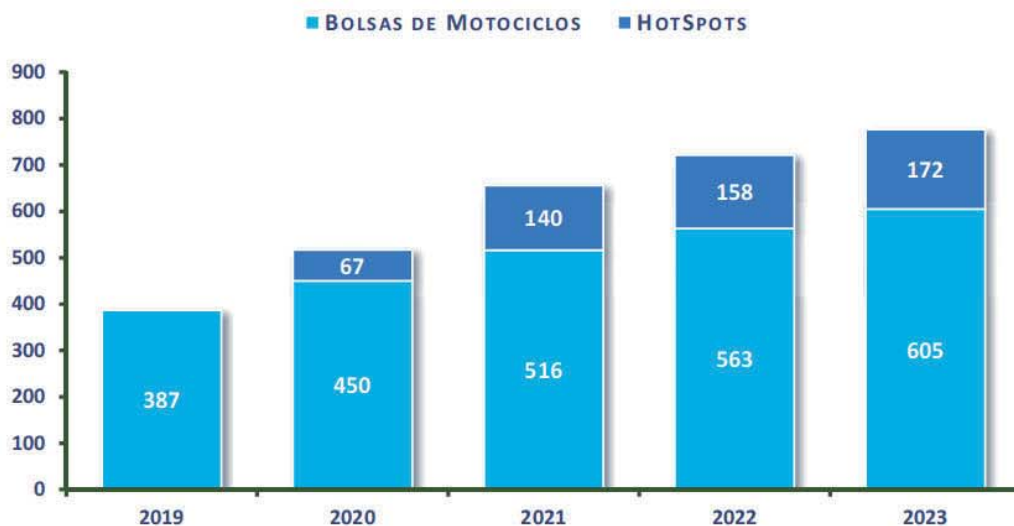


GRÁFICO 3-1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTACIONAMENTO PARA MOTOCICLOS E DE HOTSPOTS 2019 - 2023

Se é verdade que, mesmo no planeamento da implementação ou preservação do estacionamento ordenado, já é possível desenvolver uma intervenção impactante em favor dos modos suaves ou mais sustentáveis – como o demonstram as redes de bolsas de estacionamento para motociclos e de *HotSpots* para equipamentos de sistemas de partilha, ou para meios particulares – o facto é que a empresa tem vindo a dotar a cidade de infraestruturas estruturantes para que a opção modal recaia, cada vez mais, em modos suaves, e que mesmo no caso do recurso ao automóvel particular a dimensão de sustentabilidade assuma cada vez maior relevo.

3.1. MEIOS MECÂNICOS

Na promoção de uma mobilidade cada vez mais sustentável a EMEL tem-se empenhado na criação de condições adequadas para que os modos suaves se assumam como uma alternativa não apenas viável, mas também vantajosa e até confortável.

Projetos como os que foram implementados no Cais do Sodré, na Rua do Arsenal e da Alfândega, e no espaço público que ocupa a superfície sobre o Parque de Estacionamento do Campo das Cebolas, obedeceram a uma conceção que, para além dos objetivos meramente funcionais de beneficiação do convívio entre modos suaves e meios rodoviários, permitiu alcançar notoriedade no domínio da qualidade do espaço urbano, da sua fruição, em suma na valorização do território.

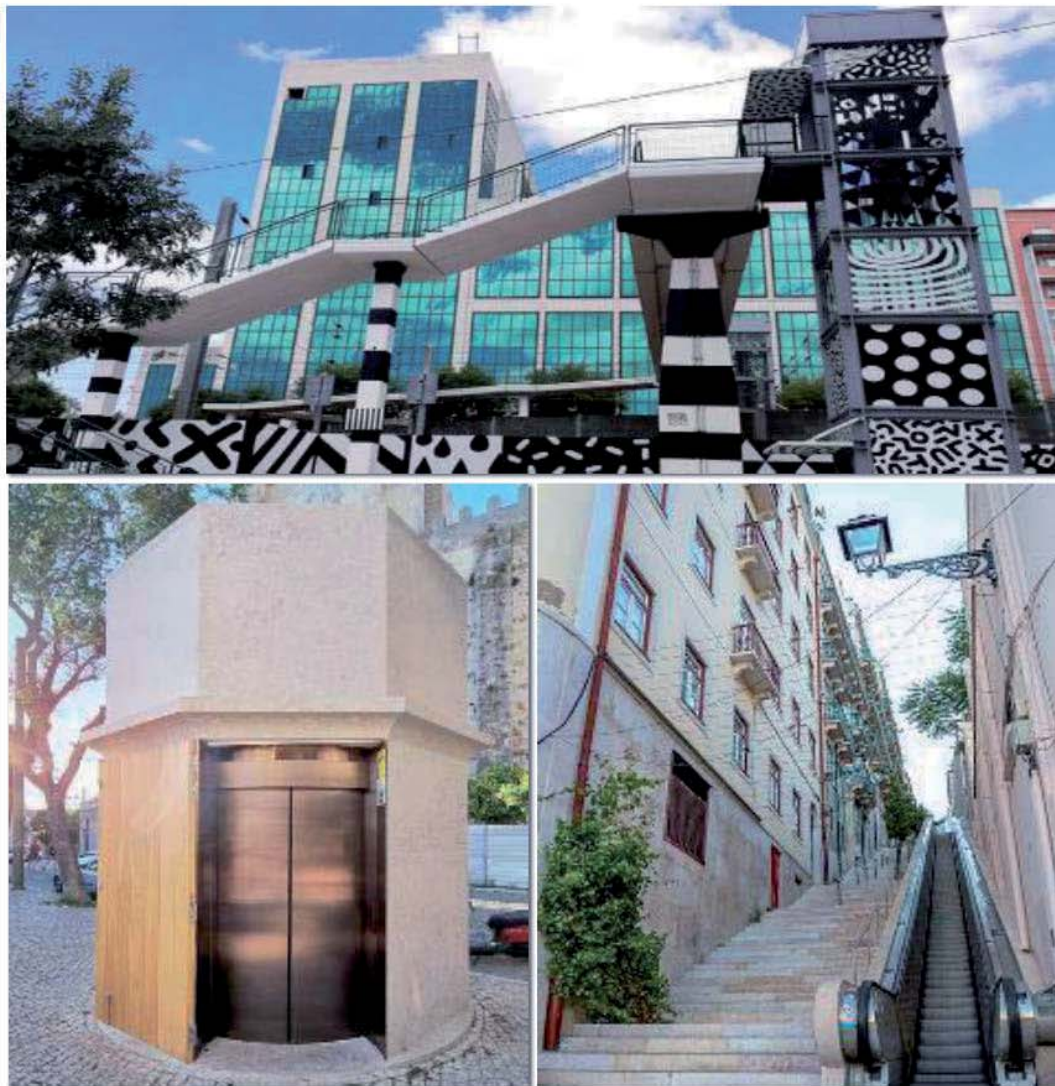


FIGURA 3-1 PASSAGEM/ELEVADOR DE ENTRECAMPOS, ELEVADOR DA SÉ E ESCADAS ROLANTES DA MOURARIA

Visando um apoio mais ativo na promoção da mobilidade pedonal, a EMEL tem vindo a implementar, e a gerir, um conjunto de infraestruturas, designadamente elevadores, que se revelam muito convenientes para vencer obstáculos importantes, numa perspetiva de segurança e conforto, mas essencialmente numa ótica de inclusão.

Nos últimos anos a empresa instalou diversos percursos assistidos mecanicamente, para apoio ao acesso pedonal à Colina do Castelo, uma rede fundamental quer do ponto de vista da funcionalidade que a acessibilidade acrescida veio trazer, quer pela vertente social, considerando a inclusão proporcionada pela facilidade que estas alternativas revelam. Também ao nível económico estas soluções mostram grandes benefícios, atendendo à atratividade turística da zona servida.

Perspetivando a rede de uma forma global, ao Percurso Pedonal Baixa-Castelo, que integra os elevadores dos Fanqueiros e do Parque de Estacionamento do Mercado do Chão do Loureiro, ambos geridos pela EMEL, veio juntar-se o Percurso da Mouraria, dotado de escadas rolantes do Martim Moniz à Rua Marquês de Ponte de Lima, ao longo das Escadinhas da Saúde; o Percurso da Sé, com um elevador a ligar o Campo das Cebolas à Sé; e foi agora concluído o processo de homologação do Percurso da Graça, que inclui um funicular a ligar a Rua dos Lagares ao Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen.

A construção da infraestrutura que acolhe o funicular, a instalação do próprio equipamento e o processo de certificação e homologação, em conjunto, fizeram do Percurso da Graça um dos projetos de maior complexidade nesta rede.

A implementação enfrentou várias dificuldades, por exemplo, de natureza arqueológica ou de fornecimento dos equipamentos, prolongando-se por vários anos. Chegou finalmente a bom porto e começará a operar até final do primeiro trimestre de 2024.

O valor final do projeto ficou já próximo dos sete milhões de euros. Para além das necessidades de manutenção de todos estes percursos, no caso do funicular a EMEL assegurará também toda a operação, contemplando uma equipa de bordo, responsável pela manutenção e a presença de segurança.

Com a inauguração do funicular a rede planeada de acessos pedonais assistidos mecanicamente à Colina do Castelo, fica concluída. A configuração desta zona, com malha urbana antiga, muito intrincada, com declives acentuados, exigia soluções elaboradas e o Município foi ao encontro dessa necessidade, socorrendo-se da capacidade da EMEL para a concretização no terreno.

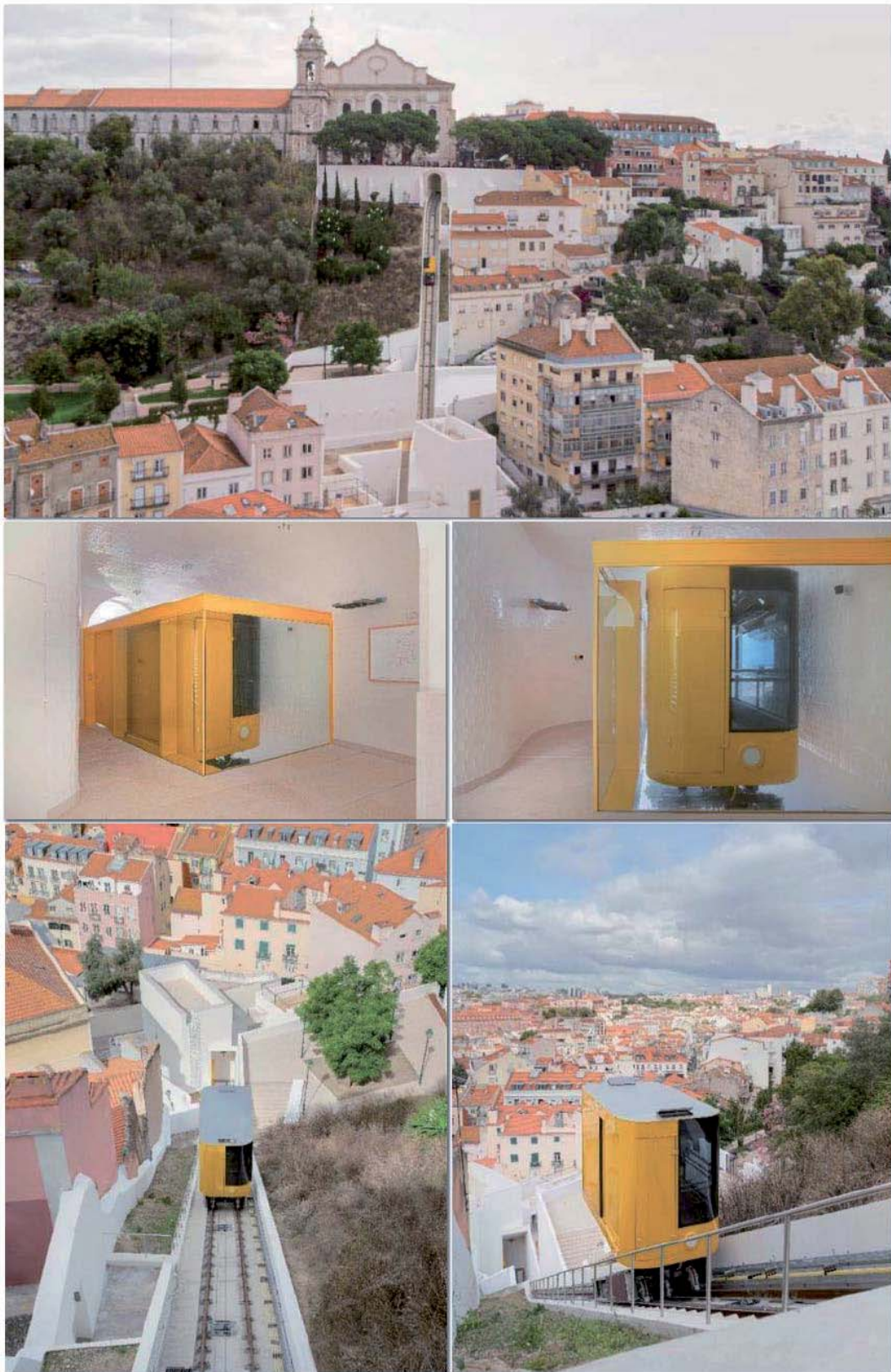


FIGURA 3-2 IMAGENS DO FUNICULAR DA GRAÇA

3.2. MOBILIDADE CICLÁVEL

A afirmação da EMEL enquanto empresa de mobilidade e, essencialmente, promotora de uma estratégia de mobilidade sustentável, com incentivo à opção pelos modos suaves, está muito associada à mobilidade ciclável, muito por via do impacto do GIRA, o Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas da empresa.

O envolvimento na mobilidade ciclável vai, no entanto, mais longe. Foram estudados os obstáculos à adoção da bicicleta como meio privilegiado de transporte na cidade, cujos resultados verteram em projetos de resposta às necessidades manifestadas – por exemplo, a rede BiciPark, em crescimento, vem disponibilizar, nos parques EMEL, espaços fechados para arrumação de bicicletas particulares, convencionais ou elétricas, respondendo a uma carência infraestrutural bastante comum em Lisboa: onde arrumar a bicicleta à noite, ou aos fins-de-semana, já que em muitas casas não há espaço adequado, ou não está acessível.

Mas o grande desafio abraçado pelo Município prende-se com a rede ciclável.

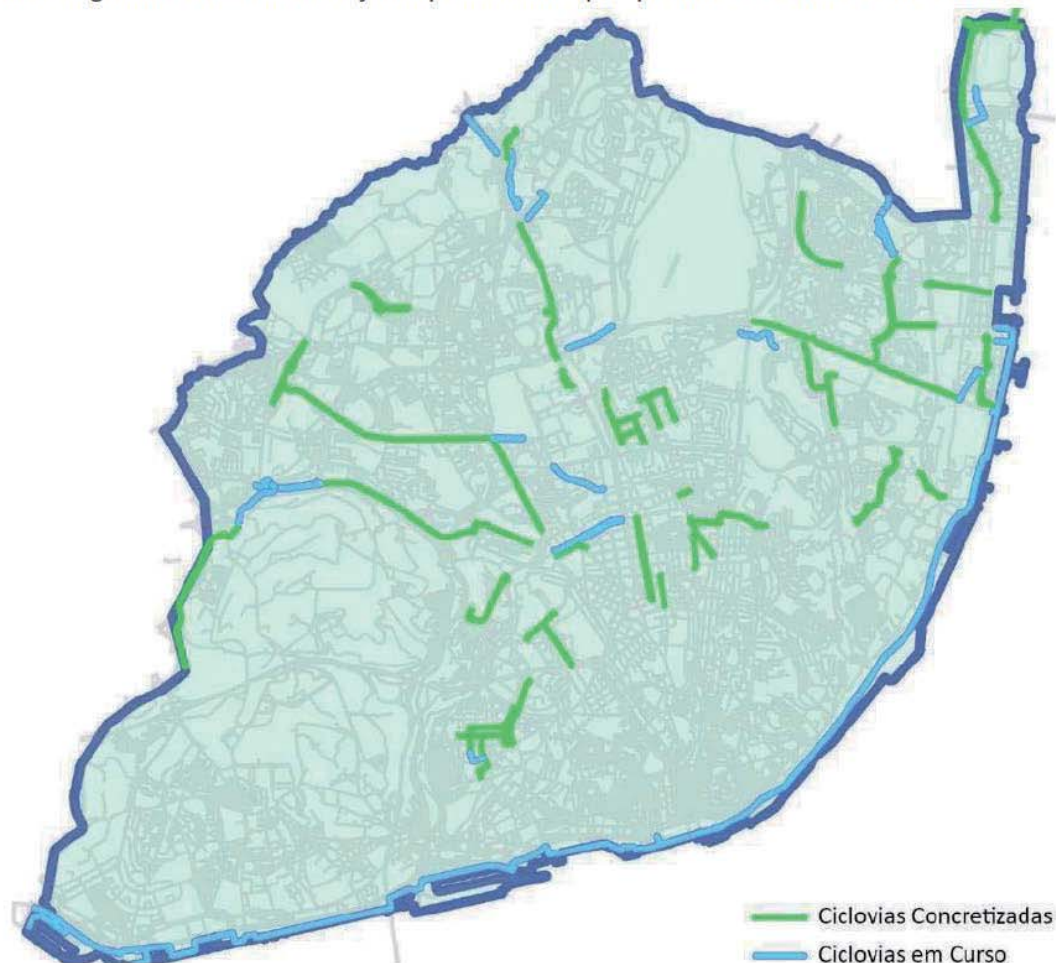


FIGURA 3-3 REDE CICLÁVEL DE LISBOA DA RESPONSABILIDADE DA EMEL

A marca da EMEL na construção de ciclovias é já transversal ao território do Município. A empresa também tem desempenhado papel de relevo no estabelecimento de ligações intermunicipais, que conferem à rede uma continuidade que exponencia a sua conveniência. Por outro lado, é clara a ambição de expansão da rede para os próximos anos.

A aposta no crescimento da quota do modo ciclável veio dar destaque à insuficiência da rede de vias adequadas à circulação em bicicleta. De uma forma mais ou menos partilhada com outros modos, ou inteiramente segregada, é hoje reconhecido que a coexistência de modos com limiares muito diferenciados ao nível da velocidade de circulação comporta riscos elevados, e aí os ciclistas surgem particularmente expostos quando se considera a sua circulação em vias rodoviárias, tal como os peões se encontram em situação de fragilidade quando as suas vias são utilizadas por ciclistas.

Idealmente cada um utilizaria as artérias que lhe são consignadas em exclusivo, mas a realidade impõe, em muitas situações, algum nível de partilha, que confere condições de segurança e conforto adequadas, assim esteja presente uma delimitação e sinalização inequívoca, fornecendo referências claras a todos os que aí circulam.

Estas soluções de compromisso são ditadas pela disponibilidade limitada de espaço público, facilmente perceptível considerando as necessidades em causa, desde o estacionamento e circulação automóvel e outros meios rodoviários, estacionamento e circulação de bicicletas, circulação pedonal e, claro está, conforto e segurança para a fruição do espaço.

A complexidade de qualquer equilíbrio da alocação de espaço impõe prudência e reflexão na elaboração dos projetos, procurando-se ao máximo a sua consensualização. É deste pressuposto que decorre o abrandamento na concretização de novos projetos nos últimos dois anos, com os esforços a estarem concentra-



FIGURA 3-4 IMAGEM DA CICLOVIA (PROJETO) DA ESTRADA DO DESVIO

dos na revisão dos projetos existentes e na consolidação da presença destas premissas nos projetos em desenvolvimento.

No final de 2023 a elaboração de projetos de novas ciclovias refletia um retomar do ritmo, estando já concluídos projetos correspondentes a mais de 3,3 quilómetros distribuídos pela infraes-

trutura a implementar na Avenida Álvaro Pais, Estrada do Desvio e Rua Saraiva de Carvalho. Ao mesmo tempo, estavam em desenvolvimento 16 outros projetos, correspondentes a mais de 41 quilómetros.

Em termos de concretização no terreno, em 2023 houve uma importante operação de requalificação na Alameda dos Oceanos (zona norte) e Via do Oriente, ambas no Parque das Nações, num troço de mais de 2,3 quilómetros. No entanto, a principal concretização está associada a um projeto emblemático, também naquela zona da cidade, precisamente no extremo norte do Município, e estabelece uma ligação ao concelho de Loures: trata-se da ponte ciclopedonal sobre o Rio Trancão.



FIGURA 3-5 IMAGENS DA PONTE CICLOPEDONAL SOBRE O RIO TRANCÃO

O caráter diferenciado do projeto é evidente, mas o potencial que encerra do ponto de vista da promoção do modo ciclável é também muito elevado. Ao concretizar a ligação a Loures a ponte ciclopedonal do Trancão vem viabilizar viagens que, a partir de Vila Franca de Xira, podem chegar bem ao interior de Lisboa em excelentes condições de segurança e conforto. Nos projetos em desenvolvimento pela EMEL está incluída, para além da requalificação e uniformização da configuração dos troços existentes, a abordagem às discontinuidades que ainda subsistem na via ciclável da frente ribeirinha de

Lisboa, que uma vez concretizada, permitirá a ligação entre o Trancão e Algés, portanto atravessando toda a cidade de Lisboa, e por essa via ligando Vila Franca de Xira a Oeiras. É certo que tamanha distância não representará uma alternativa viável de deslocação quotidiana para muitos, mas a via estará disponível para distribuição ao longo de toda a cidade e, repita-se, em condições de elevado conforto e segurança.

Esta dimensão da segurança é premente. Com o crescimento, a grande ritmo, do número de viagens de bicicleta, a situação de fragilidade a que o ciclista se expõe poderá resultar, nessa escala cada vez mais ampliada, num elevado número de acidentes e, essencialmente de feridos. Nesta matéria a EMEL pode apresentar os números associados a viagens realizadas no seu sistema, o GIRA:

■ ACIDENTES TOTAIS

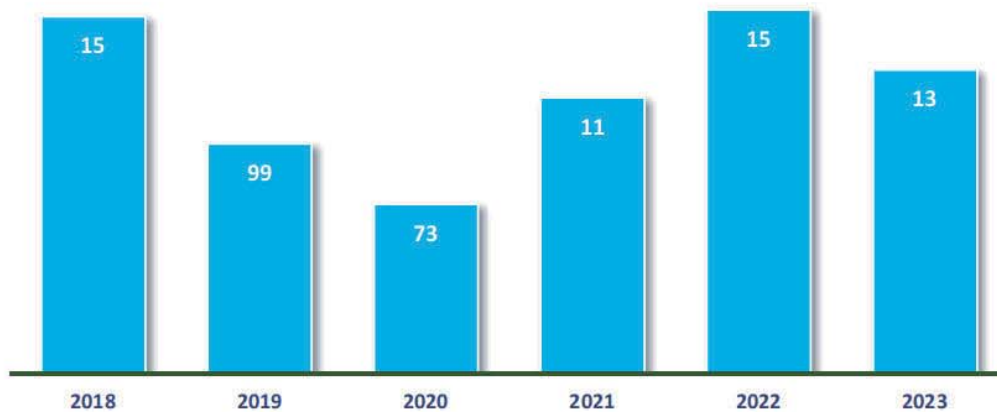


GRÁFICO 3-3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES EM VIAGENS COM BICICLETAS DO GIRA 2018 - 2023

■ FERIDOS TOTAIS

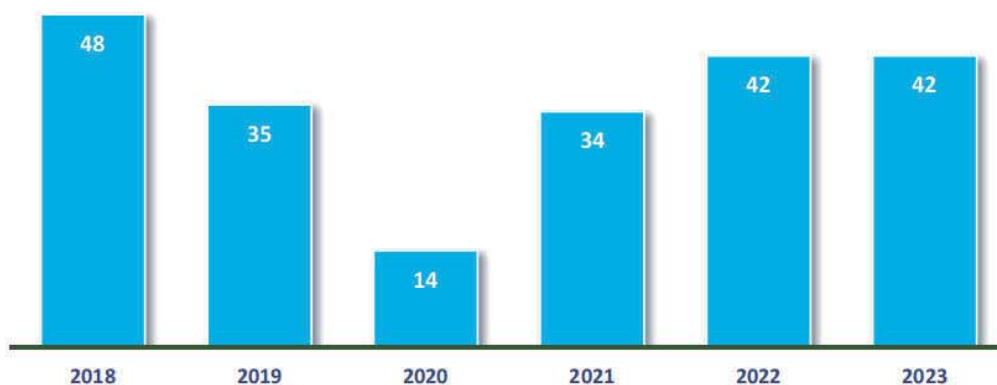


GRÁFICO 3-2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FERIDOS EM ACIDENTES COM BICICLETAS GIRA 2018 - 2023

Ambos os gráficos evidenciam uma trajetória semelhante: uma quebra de 2018 para 2019, depois acentuada no primeiro ano de pandemia, a que se segue um crescimento forte em 2021 e 2022 e depois uma descida, no caso do número de acidentes e estabilização no número de feridos. Em rigor estes valores absolutos pouco revelam, uma vez que não consideram uma dimensão crucial para a sua apreciação: o número de viagens que lhes está subjacente.

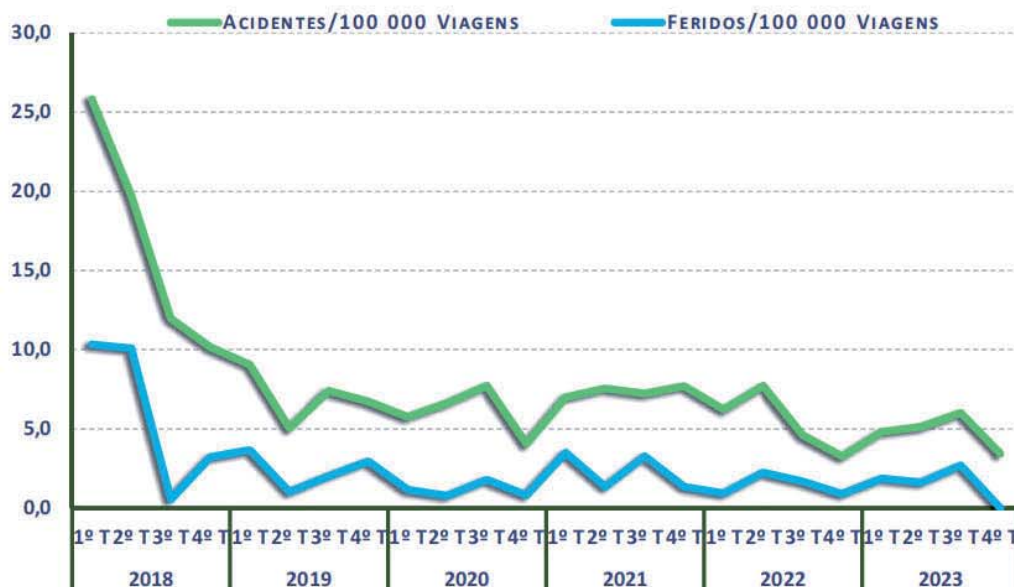


GRÁFICO 3-4 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E FERIDOS POR 100 000 VIAGENS EM BICICLETAS GIRA 2018 - 2023

Considerando o volume de viagens percebe-se uma tendência relativa de queda do número de acidentes e de feridos.

Ao longo de 2018 essa queda é mais pronunciada, facto que poderá estar relacionado com o próprio nascimento do GIRA – em outros sistemas internacionais se registou uma perceção de queda do número de acidentes, algo que se atribuiu à “familiarização” crescente dos automobilistas com as bicicletas a circular nas ruas.

Já nos anos seguintes, a redução, apesar de ligeira, é muito relevante, pois assenta, apesar da travagem de 2023, num número de viagens que cresceu para um patamar muito acima do que se verificava antes¹. Em 2023 foram registados 42 feridos em acidentes com bicicletas GIRA, os mesmos que em 2022 e mais oito que em 2021. No entanto, face a este mesmo ano, foi realizado quase o dobro das viagens, um indicador que aponta para a melhoria das condições de

¹ O número de viagens apresentado foi, face ao reportado em anos anteriores, corrigido, passando a considerar apenas viagens com duração superior a dois minutos

segurança em que estas são realizadas, precisamente o principal objetivo da densificação da rede ciclável.

■ VIAGENS REALIZADAS NO GIRA

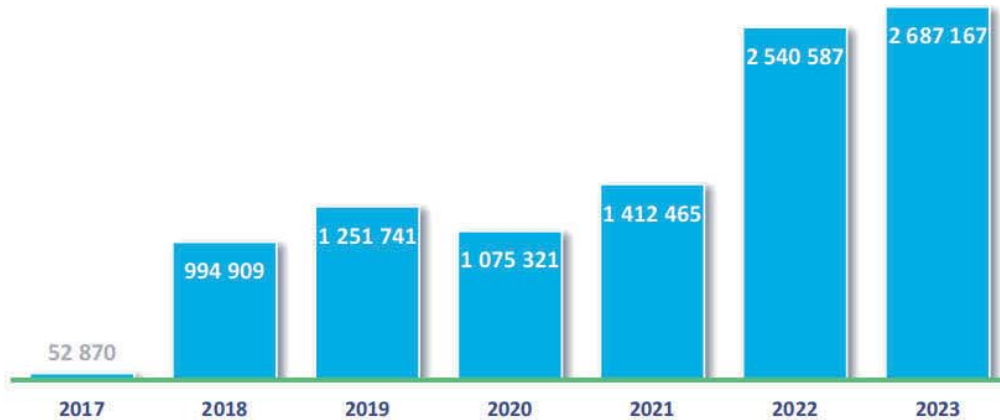


GRÁFICO 3-5 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VIAGENS REALIZADAS NO GIRA 2018 - 2023

A trajetória de crescimento do número de viagens é clara, com uma interrupção apenas, no primeiro ano de pandemia. Em 2023 regista-se um abrandamento, decorrente, no essencial, dos problemas observados no funcionamento da aplicação de acesso ao sistema.

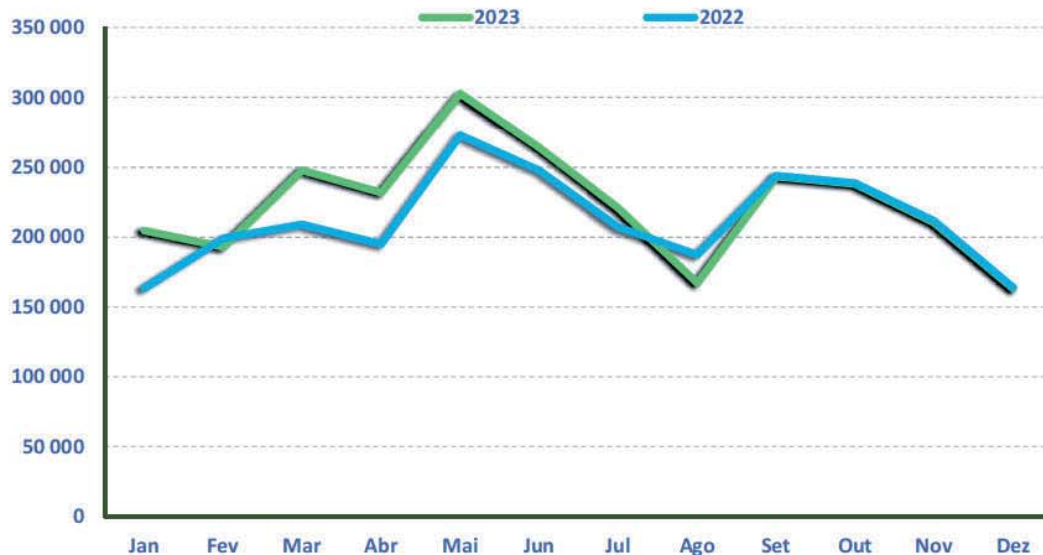


GRÁFICO 3-6 EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE VIAGENS REALIZADAS NO GIRA 2022 vs 2023

Ao longo do primeiro semestre observou-se um forte crescimento homólogo, com exceção ao mês de fevereiro. A partir de maio observa-se, em ambos os anos, uma descida do número de viagens, agudizada, em agosto de 2023, pela

suspensão da operação de um total de 52 estações no decorrer da Jornada Mundial da Juventude (inicialmente na zona do eixo central e no final no Parque das Nações). Nos meses seguintes, aqueles em que mais se manifestaram os problemas da *app*, as viagens realizadas ficaram em linha com as de 2022, interrompendo-se a tendência de crescimento.

A EMEL encarou o problema e conseguiu, numa primeira fase, mitigá-lo, estando prevista para 2024 a introdução de uma *app* completamente nova, com a funcionalidade e robustez indispensáveis para dar seguimento à procura do sistema, com uma boa experiência de utilização.

Apesar do abrandamento verificado no crescimento do número de viagens, no ano transato o GIRA superou mais uma meta histórica: já foram realizadas mais de 10 milhões de viagens com as bicicletas do sistema. A dimensão deste número demonstra a relevância do sistema enquanto alternativa de transporte, em Lisboa. De facto, desde o início da sua implementação foi evidente o bom acolhimento que os lisboetas e visitantes da cidade concederam às bicicletas do GIRA.

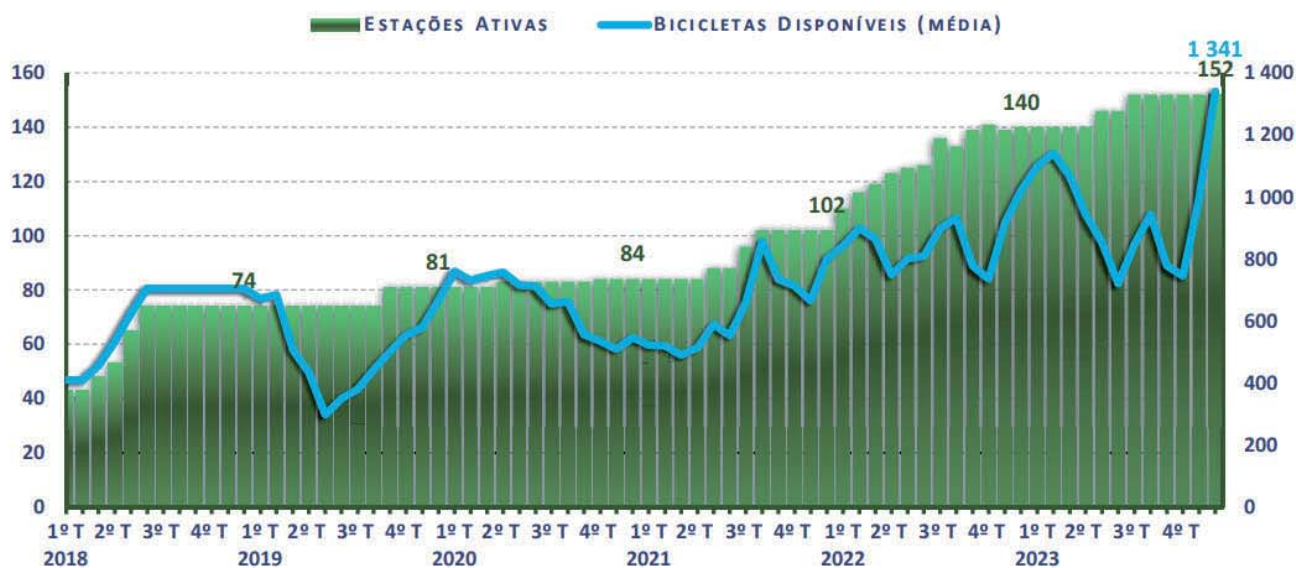


GRÁFICO 3-7 EVOLUÇÃO DA REDE DO GIRA 2018 - 2023

Depois de, por um largo período, o sistema, e a EMEL, se ter confrontado com dificuldades para a implementação da rede planeada, nos últimos anos já foi possível a expansão acentuada do número de estações – em 2022 foi atingido o número inicialmente previsto de 140 estações e, em 2023, a EMEL conseguiu ativar mais 12 localizações, evoluindo na densificação da rede e na abrangência da sua cobertura.

Também do lado das bicicletas em disponibilidade foram enfrentados obstáculos, seja pela escassa capacidade de fornecimento, seja pela exigência



FIGURA 3-6 EVOLUÇÃO DA REDE GIRA
2019 - 2023

de capacidade de manutenção, ou pela incidência de atos de vandalismo, algo a que os sistemas de partilha estão bastante expostos, dado o acesso público dos equipamentos. O GIRA já enfrentou ondas de vandalismo significativas (veja-se o nível a que desceram as bicicletas no segundo trimestre de 2019) e recentemente uma deficiência na validação do acesso ao sistema tornou possível a utilização de bicicletas sem a devida vinculação, o que dificultava o controlo da sua permanência em disponibilidade. Por esta via, que se manteve por um curto, mas ainda significativo, período, a operação do GIRA teve um trabalho árduo para assegurar a frota adequada em disponibilidade.

Se a expansão da rede de estações é importante para conferir ao sistema a conveniência da proximidade, a disponibilidade de bicicletas é crítica para que este acolha a confiança dos utilizadores enquanto alternativa de transporte quotidiano. Em 2023 a EMEL conseguiu incorporar na rede 500 novas bicicletas, todas elétricas, aumentando a frota em disponibilidade e, assim, a confiança no sistema. Indo ao encontro das preferências demonstradas pelos utilizadores, a EMEL deu início ao programa de eletrificação de grande parte da frota convencional, tendo já concretizado, pelos seus próprios mecânicos, a conversão de 120 bicicletas.

Em 2023 também foi possível aproximar o número de colaboradores afetos às operações de manutenção e balanceamento de um dimensionamento mais alinhado com as necessidades colocadas por um sistema cada vez mais amplo e com mais utilização, o que, conjugado com o avançar da idade dos equipamentos, acarreta maior volume de ordens de trabalho de reparação. Para fazer face à expansão desejada do sistema será necessário aumentar a capacidade de intervenção do efetivo, otimizando o planeamento e os processos, é certo, mas também com o crescimento da equipa.



O crescimento do sistema, no terreno ou na capacidade de assegurar níveis operacionais cada vez mais elevados, vai consolidando o transporte público que sempre pretendeu ser.

FIGURA 3-7 OFICINA DO GIRA

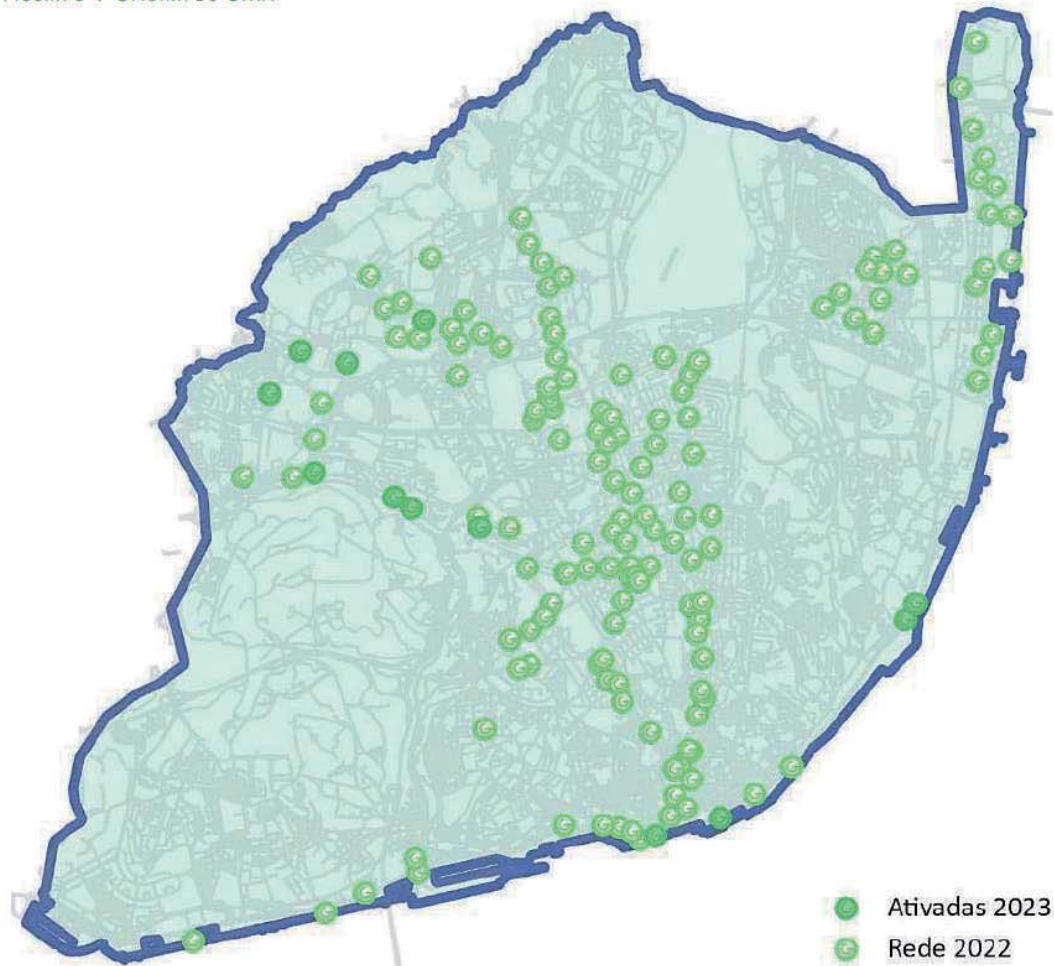


FIGURA 3-8 MAPA DA REDE DE ESTAÇÕES GIRA NO FINAL DE 2023

Neste plano, em 2023 o GIRA conheceu uma evolução muito importante: a sua integração no passe Navegante, com utilização gratuita para os residentes em Lisboa. A inclusão ocorreu a 26 de maio e foi concebida num quadro de

promoção do uso de modos suaves e do transporte público nas deslocações da cidade, algo a que, pelas suas características, o GIRA dá corpo com grande eficácia, mostrando-se uma ótima alternativa de articulação para o *first mile* origem-transporte público seguinte e para o *last mile* transporte público-destino.

Apesar de a implementação ter ocorrido quase a meio do ano, a adesão que se verifica é excelente, sendo claro o crescimento do número de registos de acesso ao sistema, considerado de forma agregado – todas as restantes modalidades de passe caíram, é certo, mas os GIRA Navegante mais que compensaram essas descidas.

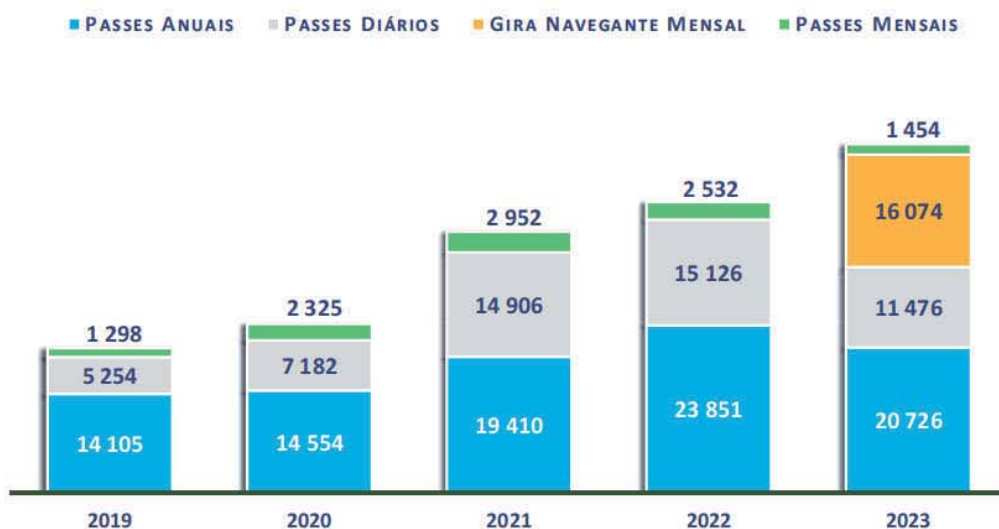


GRÁFICO 3-8 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PASSES DE ACESSO AO GIRA 2019 - 2023

O tarifário de acesso ao GIRA foi concebido com objetivos de maximização da adesão ao sistema, permitindo a utilização das bicicletas a preços muito baixos. Com este fator presente as perdas de receita decorrentes da gratuidade concedida via Navegante são, de alguma forma, colocadas em perspetiva, mas, ainda assim, não deixam de acentuar o défice estrutural da operação do GIRA, que assim se torna cada vez mais dependente das receitas obtidas com a exploração da via pública, designadamente com a cobrança de estacionamento de rotação.

Não existe ainda, até pelos sobressaltos ocorridos com a *app* do GIRA no segundo semestre, evidência de uma correlação positiva entre a utilização do sistema e a gratuidade oferecida aos Lisboetas na integração no Navegante. No entanto, este foi mais um passo na afirmação do GIRA no seio dos serviços de transportes que servem a cidade, e que se consolidará com a chegada do sistema às restantes áreas do concelho – grande parte da população residente está já a menos de 10 minutos a pé de uma estação GIRA (no gráfico em baixo estão representadas as estações do sistema com um *buffer* correspondente a

cerca de 650 metros, a distância coberta em 10 minutos, em média, numa deslocação a pé).

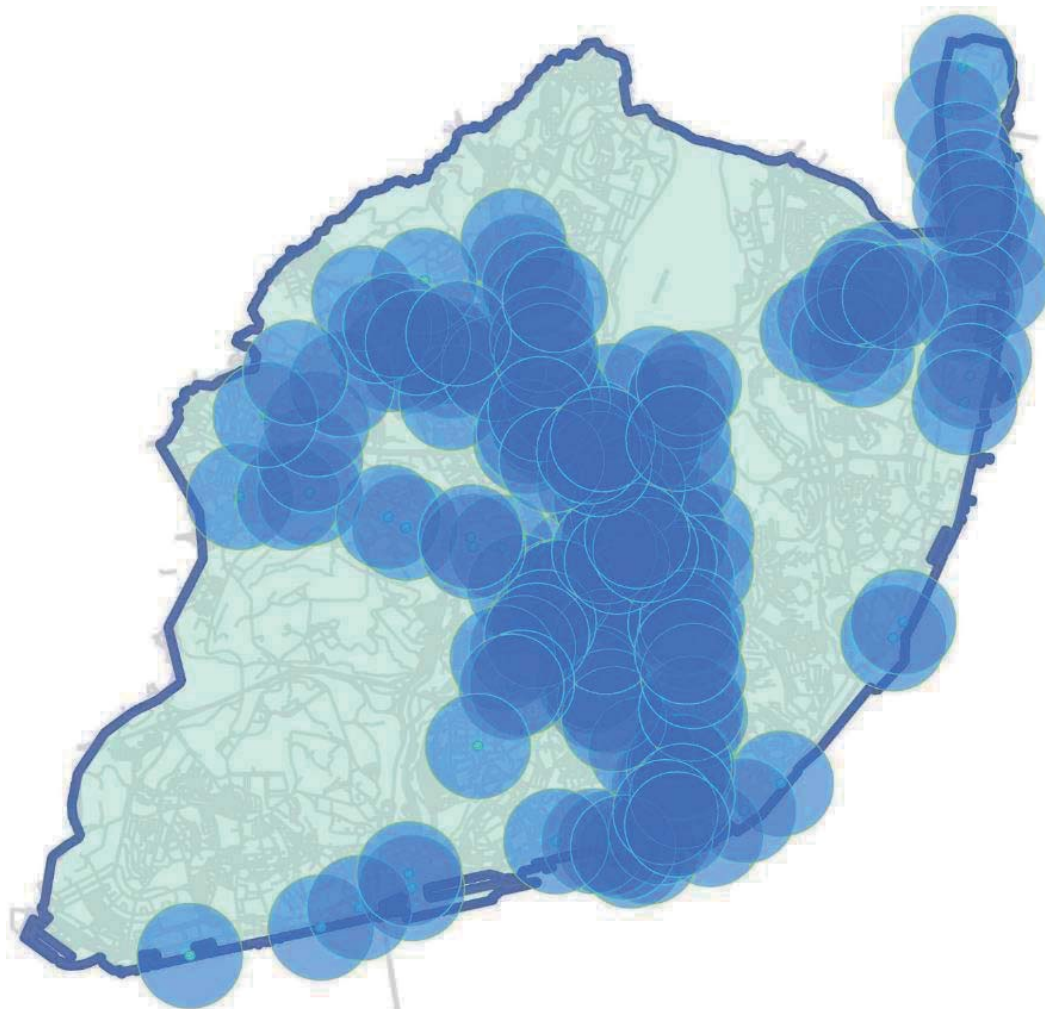


FIGURA 3-9 ESTAÇÕES GIRA COM BUFFER DE 650 METROS

3.3. MOBILIDADE ELÉTRICA

O envolvimento estratégico do Município na descarbonização dos transportes passa, em boa medida, pela promoção da mobilidade elétrica. Nesse sentido, foi criado no Regulamento de Estacionamento o Dístico Verde, que isenta os veículos 100% elétricos do pagamento da tarifa de rotação, apenas mediante o pagamento de 12 euros anuais, referentes a emolumentos. Este produto revela-se um grande incentivo à mudança para a alternativa elétrica e em 2023 registou o seu maior crescimento absoluto, 6 378 novas emissões, atingindo, em 2023, oitavo ano da apresentação de dados, uma taxa de crescimento homóloga de 54%.

■ DÍSTICOS VERDES

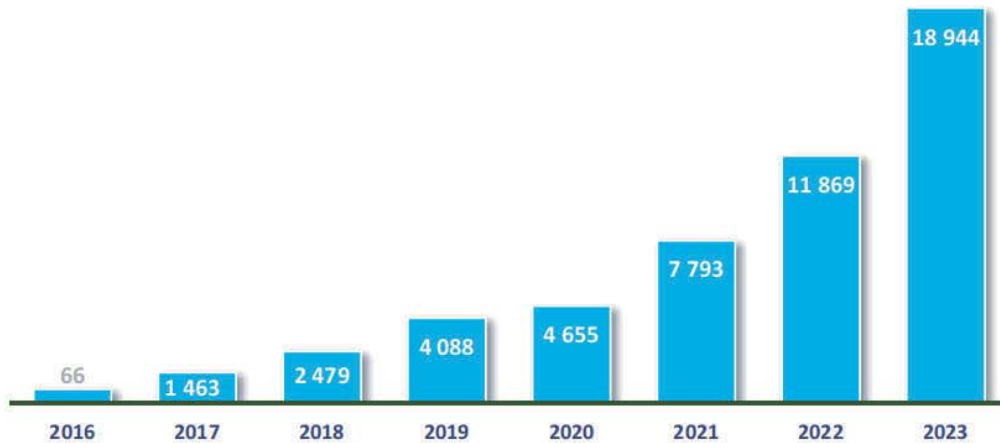


GRÁFICO 3-9 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DÍSTICOS VERDES CONCEDIDOS 2016 - 2023

Esta evolução representa, no fundo, um bom indicador da penetração do veículo elétrico (VE), em especial do VE a circular na cidade de Lisboa, que, com os graves problemas de poluição atmosférica que sobre ela incidem, muito beneficia desta progressiva alteração na composição da frota automóvel que se desloca nos seus arruamentos.

Para que a trajetória de crescimento do VE se mantenha e, por essa via, se caminhe rapidamente no sentido da descarbonização, é necessário que esta opção se torne, aos olhos do consumidor, cada vez mais viável. Do lado do custo de acesso nota-se uma evolução do mercado, com cada vez mais propostas a preços mais próximos dos veículos a combustão, tendência que sugere uma pressão crescente sobre a infraestrutura de carregamento, cuja disponibilidade e, mais do que isso, disponibilidade percecionada, é crítica para a mitigação do outro grande obstáculo à adesão ao VE, e que é o risco de indisponibilidade da viatura decorrente da sua reduzida autonomia e morosidade de carregamento.

A EMEL atua neste plano como Operadora de Pontos de Carregamento (OPC), sob a marca LEVE.

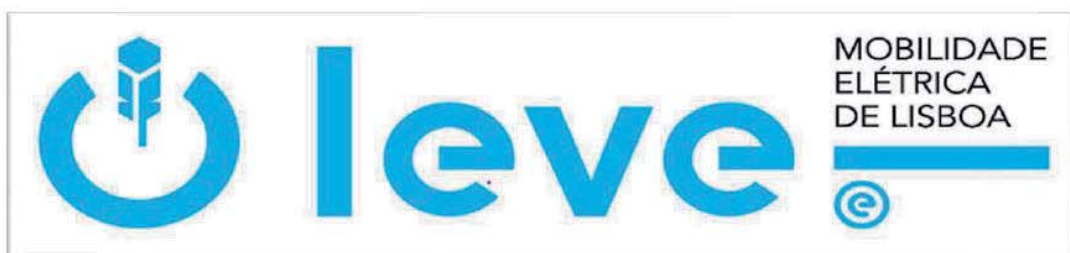


FIGURA 3-10 IMAGEM DA MARCA LEVE

A LEVE tem vindo a empenhar-se na densificação da rede de pontos de carregamento, disponibilizando equipamentos em parques de estacionamento geridos pela EMEL e ainda, na via pública, em três *hubs* de carregamento rápido, cada um com seis carregadores de duas tomadas cada. No Campo Grande, junto de um dos *hubs*, a empresa gere também um outro carregador, ali instalado no âmbito do projeto Sharing Cities.

O plano de expansão da rede em parques de estacionamento enfrentou, em



FIGURA 3-11 VEÍCULO EM CARREGAMENTO NUM EQUIPAMENTO DA REDE LEVE

2023, alguns problemas que provocaram algum atraso na implementação. Estava prevista a ativação de carregadores em sete dos parques da EMEL - Belém, Areeiro, Combatentes, Estrada da Luz, Campo Grande, Universidade e Lusíada – mas foram detetadas anomalias em alguns dos projetos, entretanto já colmatadas. A EMEL está em vias de adjudicar os trabalhos a um novo empreiteiro e a expectativa é de que o plano esteja concretizado até ao terceiro trimestre de 2024.

Apesar do atraso na expansão, ainda foram conseguidos alguns objetivos. Foram ativados os carregadores do parque da Calçada do Combro, um dos mais procurados da EMEL e que esteve parcialmente encerrado para uma intervenção de fundo. Nos parques da Ameixoeira, Manuel Gouveia e Graça procedeu-se à modernização dos carregadores existentes.

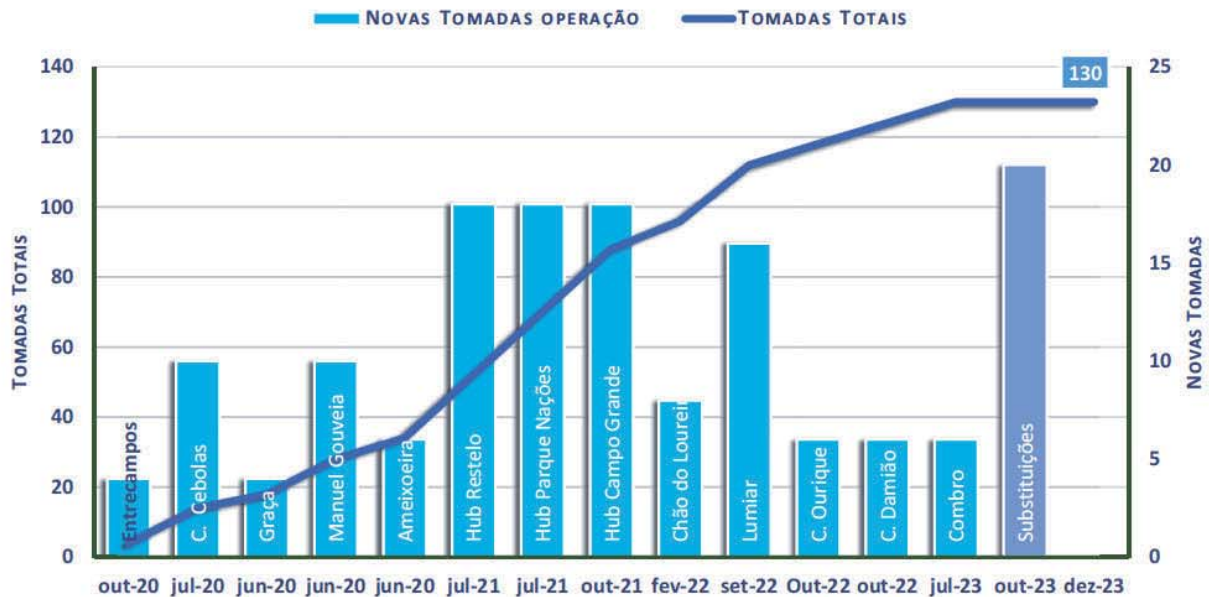


GRÁFICO 3-10 EVOLUÇÃO DA REDE LEVE

Para além dos parques já em exploração na sua oferta de estacionamento *off street*, o plano de expansão da LEVE considera a instalação de carregadores em



GRÁFICO 3-11 SEGREGAÇÃO DO NÚMERO DE TOMADAS PELAS DIFERENTES ZONAS DA CIDADE COM CARREGADORES DA REDE LEVE

infraestruturas a abrir no futuro, perspetivando-se uma rede já abrangente, do ponto de vista da cobertura da cidade de Lisboa, onde se encontra a oferta LEVE em áreas de serviços, residenciais, mistas e em zonas periféricas.

Entretanto foi também possível dotar as instalações da EMEL de capacidade de carregamento da sua própria frota

operacional. Na base de Cabo Ruivo foi instalada uma tomada rápida DC de até 50Kw, e 14 tomadas semirrápidas, de 7,4 Kw. Esta capacidade satisfaz as necessidades dos serviços ali sediados, designadamente das frotas de apoio à operação do GIRA, Fiscalização e coleta, entre outros.

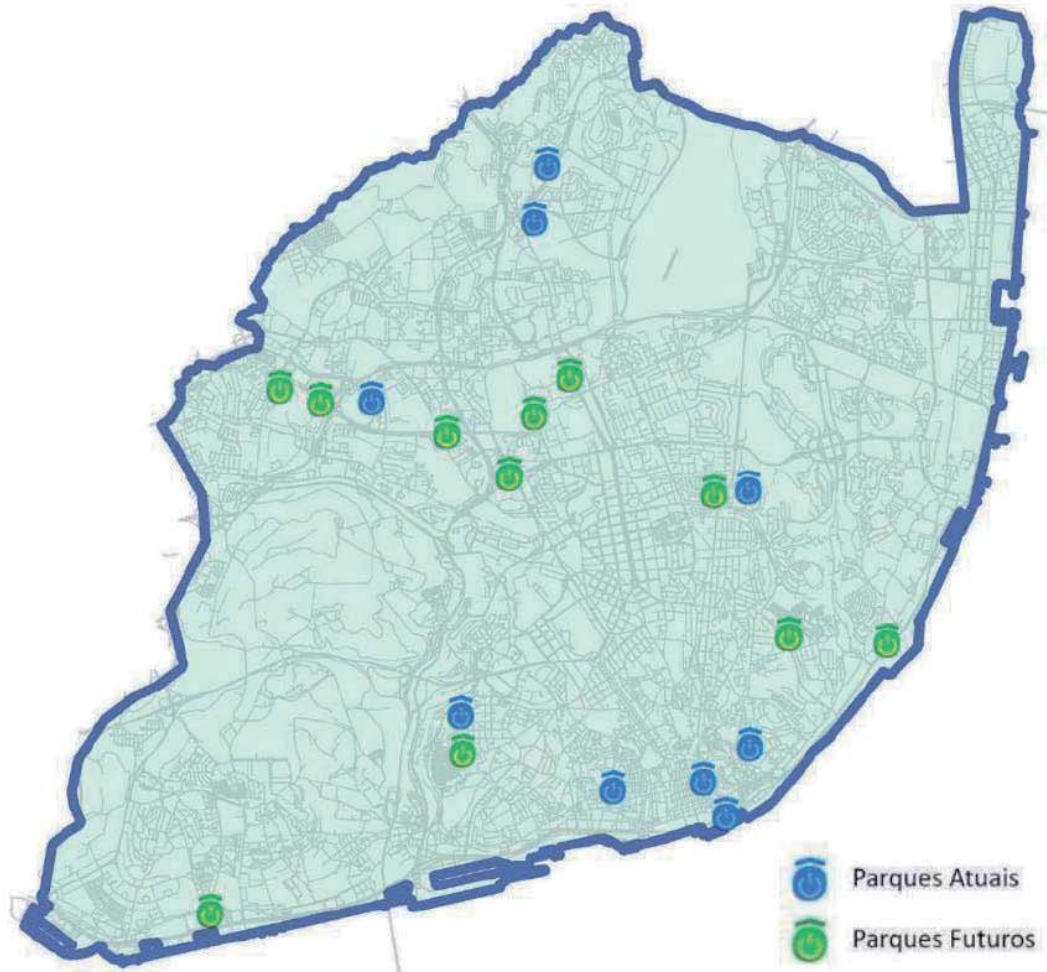


FIGURA 3-12 REDE DE CARREGADORES LEVE EM PARQUES EMEL E PLANO DE EXPANSÃO

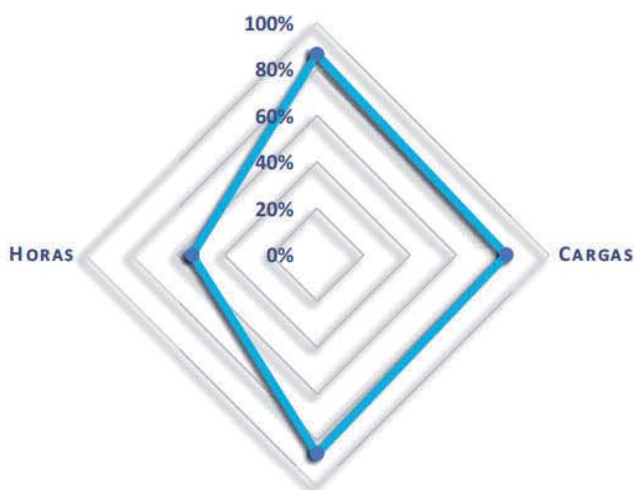


GRÁFICO 3-12 PESO RELATIVO DO CARREGAMENTO RÁPIDO NA REDE LEVE SEGUNDO QUATRO DIMENSÕES

é evidente.

A operação da LEVE tem revelado uma preferência clara dos utilizadores de VE pelo carregamento na via pública, ou antes pelo carregamento rápido disponibilizado nos três *hubs* disponibilizados em Belém, Campo Grande e Parque das Nações. No mapa acima a dimensão dos círculos é proporcional ao volume de carregamentos realizados no local respetivo – a preferência pelo carregamento rápido

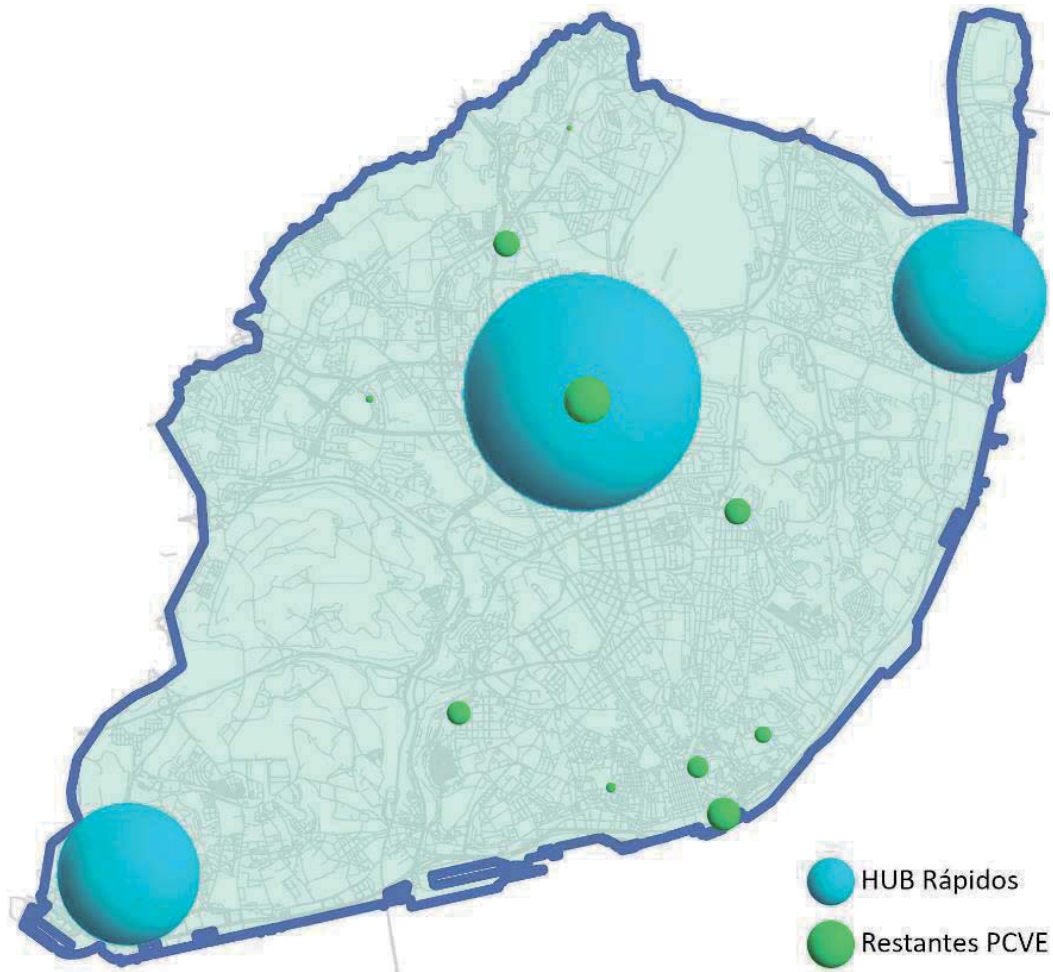


FIGURA 3-13 VOLUME DE CARREGAMENTOS NA REDE LEVE

A LEVE prossegue com a implementação do seu plano de expansão da rede de carregamento na via pública, que contempla 24 localizações. Em 2023 os trabalhos para instalação desta rede foram adjudicados a duas empresas, cada uma delas acolhendo 12 localizações.

No caso do primeiro lote foram submetidos 11 pedidos de ligação à rede à e-Redes, sete deles já deferidos e os outros quatro aguardam apreciação. A décima segunda localização fica na área dependente da Administração do Porto de Lisboa, aguardando formalização. A estimativa de concretização aponta para o terceiro trimestre de 2024. Quanto ao segundo lote, foram submetidos pedidos para a ligação dos 12 pontos de carregamento, havendo já sido aprovados nove e aguardando-se pela validação dos outros três. O cronograma dos trabalhos remete a entrada em operação também no terceiro trimestre.

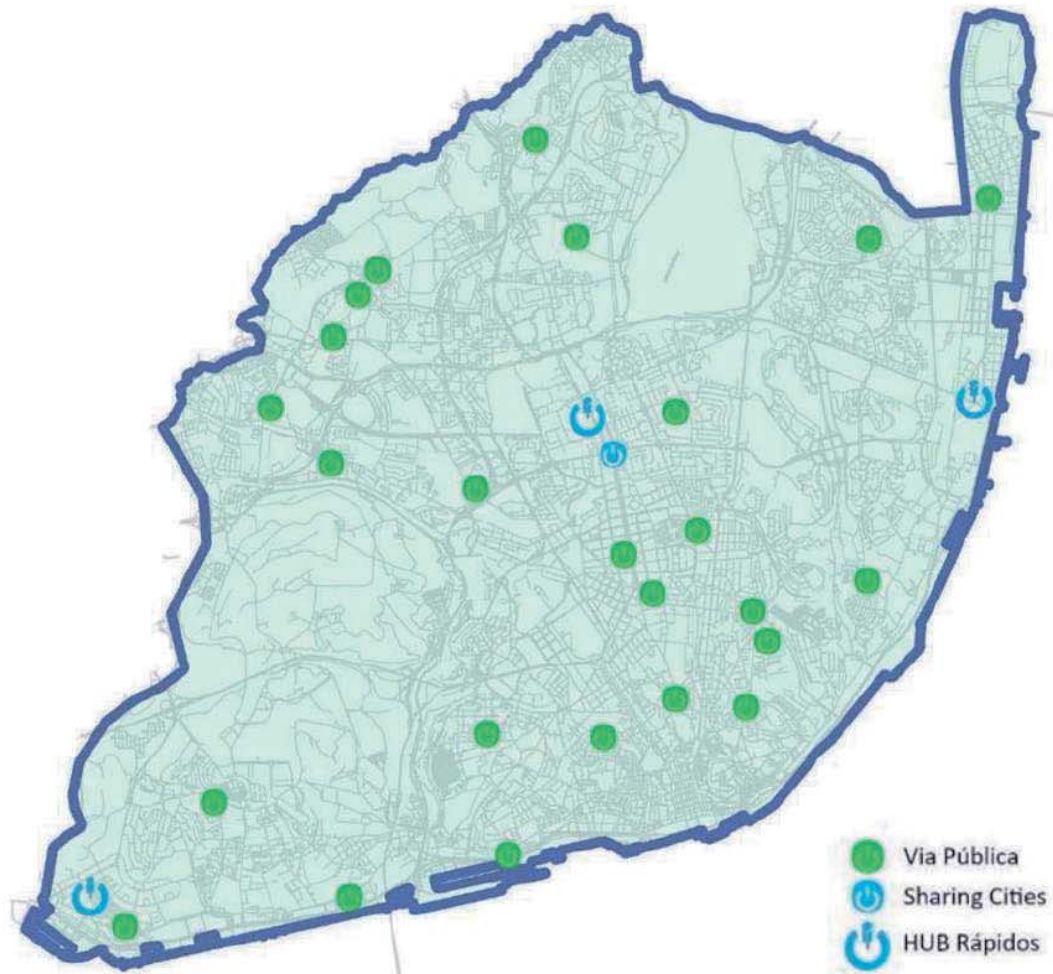


FIGURA 3-14 REDE DE CARREGADORES LEVE NA VIA PÚBLICA E PLANO DE EXPANSÃO

3.4. GESTÃO DA REDE SLAT

A EMEL acolheu a responsabilidade pela gestão da rede do Sistema Luminoso Automático do Trânsito (rede SLAT) em 2019. À época o sistema era composto por 547 interseções semaforicas, 120 das quais, correspondentes às Zonas do Eixo Central, Avenida da Liberdade e Baixa, estavam integradas no sistema GERTRUDE.

Esta transferência assenta na promoção de uma mobilidade mais sustentável e inclusiva na cidade de Lisboa, passando pelo aproveitamento das vantagens de uma gestão centralizada da rede SLAT. O objetivo da EMEL seria o de criar as condições que tornariam possível esse aproveitamento, através da modernização da rede e da criação do sistema de gestão centralizada, o Sistema Inteligente de Mobilidade de Lisboa, ou SIM.Lx. Para além desta vertente de investimento, a empresa assumiria também a manutenção da rede.

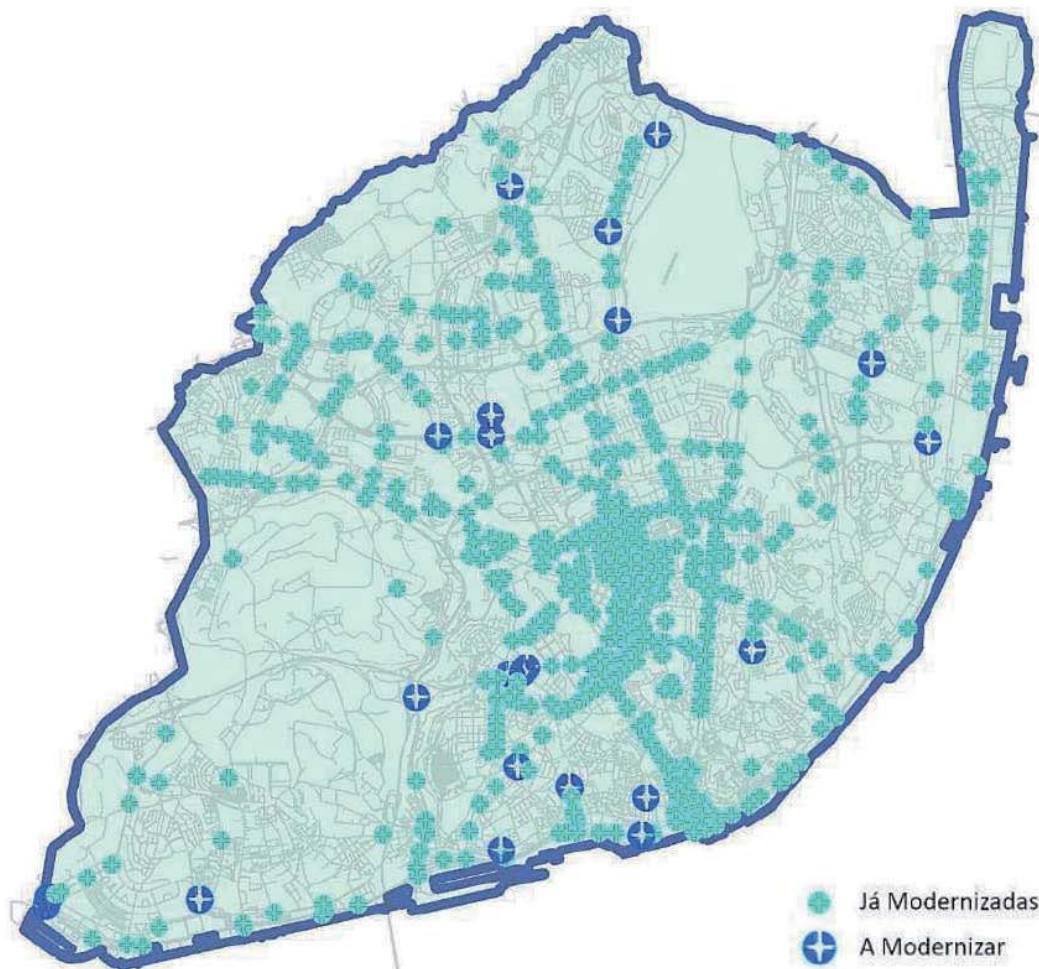


FIGURA 3-15 MAPA DA MODERNIZAÇÃO DA REDE SLAT

Abraçando o desafio que lhe foi colocado, a EMEL lançou um procedimento de contratação com o objetivo de modernizar toda a infraestrutura SLAT, procurando, dessa forma, a instalação de equipamento que viabilizasse metodologias que, até ao momento, estavam inacessíveis, dada a obsolescência dos controladores semafóricos existentes na rede da cidade de Lisboa.

No final do ano transato, apenas 23 interseções estavam por modernizar. No âmbito deste processo foram, por exemplo, instalados 990 sensores para

otimização local, 180 sensores *wireless* de “fim de cauda” e foi substituída cablagem com uma extensão equivalente a aproximadamente 180 quilómetros.

Numa perspetiva de promoção da segurança da mobilidade pedonal foram instalados 1 500 semáforos de peão com a funcionalidade de contagem decrescente de/para o tempo de passagem.



FIGURA 3-16 SEMÁFORO DE PEÃO COM CONTAGEM DECRESCENTE DO TEMPO

A manutenção da rede SLAT, por seu turno, para além da vertente preventiva, está sujeita a uma atuação contingencial para apresentar resposta, tão pronta quanto possível, a um volume anual de ocorrências que ronda, na média dos últimos três anos, as 17 000. Dentro deste total existe uma grande amplitude quanto à gravidade e complexidade, desde óticas fundidas até deficiências no funcionamento dos controladores.

A implementação de equipamentos mais modernos e a sua preservação, por si só, serve apenas para manter o serviço de sinalização luminosa, não basta para alcançar as vantagens da gestão centralizada. Para chegar a esse objetivo é necessário criar conhecimento e uma ferramenta capaz de o operacionalizar.

A Equipa de Engenharia de Tráfego da EMEL teve como primeira tarefa a atualização o Modelo de Tráfego existente na Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que o mesmo já se encontrava ultrapassado (última atualização realizada no ano de 2014). Os trabalhos de atualização do Modelo demoraram cerca de um ano até estarem concluídos, e resultaram num modelo inteiramente novo, apto para a sua utilização como ferramenta de apoio às decisões operacionais

do quotidiano, realização de análises de desempenho, em suma, um dos alicerces do sistema de gestão centralizada, o SIM.Lx.

A equipa da EMEL tem vindo a colaborar com o Planeamento Operacional da Carris (CARRIS/PO) com o objetivo melhorar o conhecimento sobre a mobilidade da Cidade de Lisboa. Desta cooperação resultou o enriquecimento do modelo de tráfego com a introdução de dados operacionais da Carris ligados à oferta de serviço, nomeadamente, percursos e horários de todas as carreiras. A curto prazo, este trabalho em equipa permitirá que o modelo fique apto a comparar os tempos de viagem usando transporte individual e transporte coletivo, evidenciando dessa forma onde não existem alternativas credíveis em transporte coletivo. Será possível, também, compreender quais as interseções semaforizadas onde as carreiras da Carris perdem mais tempo, permitindo assim mitigar esses efeitos.

Neste momento os esforços estão concentrados na otimização semafórica dos grandes eixos viários, bem como ao desenvolvimento e implementação das estratégias de coordenação da sinalização luminosa do SIM.Lx. Prevê-se que este trabalho se realize durante todo o ano de 2024.

A ordem de prioridade para a otimização semafórica é a seguinte:

- Eixo da Avenida de Roma
- Avenida Almirante Gago Coutinho
- Praça de Espanha e zonas adjacentes
- Eixo da Avenida da República e Avenida Fontes Pereira de Melo
- Zona das Amoreiras

O SIM.Lx não é apenas um *software*, mas sim a conjugação dos três vetores que a EMEL introduziu para abordar gestão da rede SLAT: i) modelação de tráfego e manutenção da rede semafórica, ii) centralização de tráfego e alarmística e iii) modernização da infraestrutura e evolução constante.

Pretende-se que o SIM.Lx seja dinâmico e evolutivo, permitindo a implementação de planos de regulação em zonas/eixos, pré-definidos ou gerados em tempo real, tendo presente diferentes opções (indicadores globais da rede, reais ou virtuais, período horário, operador) e ainda, com a possibilidade de incorporar o maior número possível de ações de microrregulação sob “supervisão”, tendo em atenção as condições de circulação e as políticas locais.

3.5. GESTÃO DE ZAAC E TÚNEIS

Os Bairros Históricos (BH) de Lisboa, como em muitas outras cidades, não foram planeados considerando as necessidades da circulação automóvel. Nesse pressuposto, a disponibilidade de estacionamento é exígua, tendo o Município tomado a decisão de condicionar o acesso ao interior dos BH, criando as Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC). A EMEL assumiu a responsabilidade de instalar e operar os dispositivos e sistemas de controlo e de gerir os acessos de acordo com as normas do Regulamento de Estacionamento. Paralelamente, a empresa tem também responsabilidades de gestão e manutenção dos equipamentos do túnel do Marquês de Pombal, e de monitorização do túnel da Avenida João XXI.

3.5.1. GESTÃO DE TÚNEIS

Dando seguimento à transferência de competências da gestão e manutenção do Túnel do Marquês de Pombal do Município para a EMEL, vertida no Auto de Entrega celebrado a cinco de agosto de 2019, a infraestrutura tem sido objeto de várias e indispensáveis ações de manutenção corretiva e preventiva, com especial enfoque nos sistemas de segurança.

Durante o ano de 2023, além do assegurar do plano de manutenção com periodicidade mensal, foram efetuadas diversas intervenções de fundo, decorrentes do relatório de auditoria elaborado, na sua versão final, no início de 2022, em estrito cumprimento com as competências e responsabilidades delegadas no Auto de Entrega, por forma a garantir as condições mínimas de segurança para todos os utilizadores.

Esta auditoria exaustiva ao estado da infraestrutura e dos equipamentos, sinalizou diversas anomalias e a necessidade de uma intervenção de fundo. Neste âmbito, a EMEL já substituiu alguns dos equipamentos identificados, destacando-se os painéis de mensagem variável das entradas, vitais para a transmissão de informações e avisos aos condutores, que representaram um investimento de cerca de cinquenta mil euros, os marcadores eletrónicos rodoviários na saída para a praça do Marquês de Pombal, entre outros equipamentos de alerta aos condutores e de segurança passiva.

Em 2023, a EMEL passou a integrar nas tarefas de manutenção, com uma base anual, a limpeza integral das paredes do túnel. Esta ação levada a cabo em abril, foi efetuada com recurso a um sistema robótico e mecanizado, permitiu a descontaminação das paredes do túnel e devolveu aos azulejos de revestimento o seu aspeto original, restituindo à infraestrutura as capacidades refletivas e de luminância adequadas.

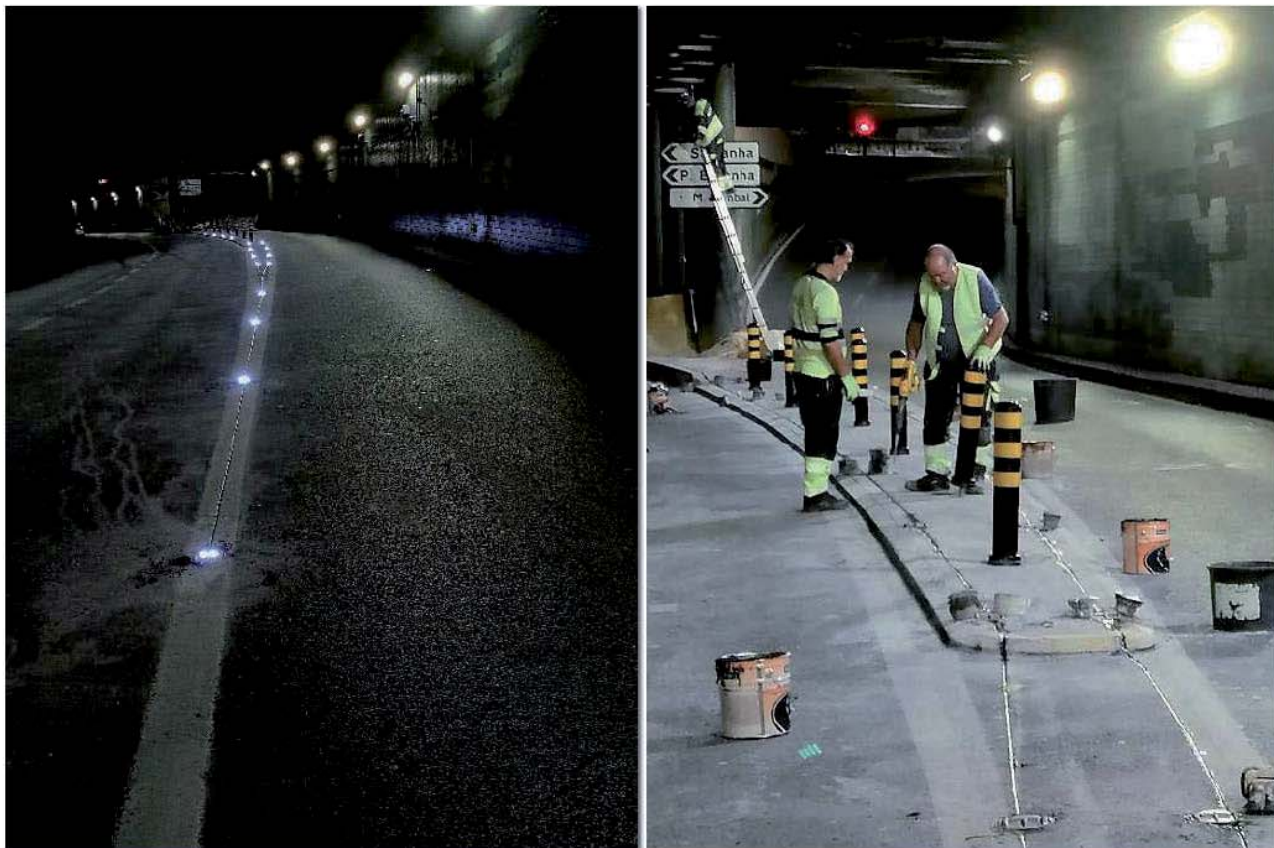


FIGURA 3-17 ELEMENTOS DE SEGURANÇA PASSIVA INSTALADOS NO TÚNEL DO MARQUÊS DE POMBAL

3.5.2. GESTÃO DE ZAAC

A decisão do Município de erguer obstáculos a condicionar o acesso automóvel ao interior dos BH de Lisboa, mesmo aos residentes no seu interior, não foi tomada de ânimo leve. Nestes bairros, mais que em qualquer outra área da cidade, o espaço urbano não foi projetado tendo em consideração a utilização do automóvel, muito menos da forma massiva e intensiva como hoje acontece.

Não tendo ainda sido possível implementar um sistema de controlo com capacidade de imprimir à gestão de acessos uma flexibilidade mais alinhada com grande diversidade de necessidades, em especial dos que ali residem, além do lançamento de procedimentos de contratação pública que visam a manutenção dos sistemas e equipamentos existentes, são de salientar as medidas estruturantes colocadas em prática e reforçadas na estratégia de gestão do acesso automóvel às ZAAC, e que visaram a melhoria substancial da qualidade do serviço prestado e mais celeridade na interação com todos aqueles que necessitam de aceder com automóvel aos BH. O aperfeiçoamento de processos na gestão das ZAAC, em paralelo com a identificação e substituição dos equipamentos mais críticos, demonstrou a sua importância

reduzindo o tempo de inoperacionalidade destes equipamentos – para se ter ideia da relevância da implementação destas melhorias, basta notar que, em 2023, foram processados mais de um milhão e duzentos e vinte e cinco mil acessos às ZAAC, o que faz com que qualquer ineficiência sistemática na sua gestão tenha um impacto significativo na mobilidade e acessibilidade nos BH.



FIGURA 3-18 PONTO DE CONTROLO DE ACESSOS NA RUA MILAGRÊ DE SANTO ANTÓNIO

4. INOVAÇÃO



Ao longo do ano de 2023, a EMEL prosseguiu o seu caminho de investimento em investigação e inovação (I&I), assumindo uma participação ativa na procura de soluções para os desafios de mobilidade da cidade, designadamente visando um sistema mais inteligente, integrado e inclusivo.

Em matéria de interfaces de mobilidade, em 2023 destaca-se o trabalho desenvolvido ao abrigo do projeto RESTART, que culminou na conclusão do estudo de argumentos económicos (*business case*), que tem como objetivo viabilizar a tomada de decisões de investimento informadas, na requalificação dos terminais rodoviários do Campo Grande, Colégio Militar, Oriente, Pontinha e Sete Rios, em interfaces multimodais.

De salientar que, de todos os já realizados pela empresa, o RESTART foi o projeto mais participado até à data (e possivelmente um dos mais participados da cidade), tendo envolvido mais de 40 *stakeholders* e auscultado mais de 3 000 pessoas ao longo de todo o processo. Foi elaborado pela EMEL um trabalho de auscultação de quem usa os transportes públicos e os terminais rodoviários em Lisboa, que resultou, por agora, na publicação de um Guia de Design, documento dividido em sete volumes que serão divulgados faseadamente, e que tem como objetivo estabelecer orientações de design, em especial os elementos-chave a considerar na conceção ou requalificação de interfaces multimodais, com base nos principais terminais rodoviários de Lisboa – mais um exemplo da aposta da EMEL na disseminação do conhecimento gerado, procurando, igualmente, uma maior aproximação às comunidades que se dedicam à investigação e desenvolvimento no sector dos transportes.



FIGURA 4-1 IMAGEM DO GUIA DE DESIGN DE INTERFACES MULTIMODAIS

Já no campo da inovação digital, a EMEL concluiu o trabalho que vinha a desenvolver no âmbito do projeto VoxPop - Pessoas, Processos e Tecnologia. Em particular:

- Concluiu-se a definição dos requisitos funcionais e arquitetura de informação da futura aplicação móvel de gestão de mobilidade da EMEL, que prevê a consolidação das atuais aplicações ePark e GIRA num único interface de utilização e a disponibilização de outras finalidades como

BiciPark, serviços de parques de estacionamento e a loja virtual EMEL. O próximo passo contempla o desenvolvimento da aplicação móvel, no âmbito do projeto Europeu C-Streets

- Foi dada continuidade ao trabalho de ciência de dados no sentido de responder a desafios de mobilidade urbana. Em consequência deste trabalho, em 2023 a EMEL desenvolveu um conjunto de modelos de análise para mapear a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida através do cálculo da largura bruta dos passeios da cidade, primeiro passo para o desenvolvimento do *digital twin* da cidade de Lisboa, um trabalho que terá continuidade num dos casos de uso do projeto europeu deployEMDS (tema abordado abaixo)
- Ainda no âmbito da promoção de um espaço de partilha de dados, a empresa assegurou a harmonização dos dados EMEL para cumprimento da Diretiva 2010/40/UE relativa à implementação de Sistemas de Transporte Inteligentes na rede rodoviária transeuropeia, e preparou o desenvolvimento de um novo portal de dados abertos que permitirá o acesso geral aos dados abertos da EMEL, a visualização de mapas e gráficos dos dados, mas também oferecerá a possibilidade de, no futuro, incorporar outras entidades interessadas em partilhar os seus dados, tornando-a uma ferramenta mais abrangente e versátil para a consulta de dados de mobilidade

Também ao abrigo do projeto VoxPop, deu-se continuidade a um dos principais trabalhos da equipa de inovação do último ano: a redefinição estratégica da oferta de serviços em parques de estacionamento EMEL, que resultou na identificação de oportunidades de melhoria e numa proposta de posicionamento estratégico assente na reformulação de produtos de assinatura e tarifas de rotação.

Relativamente a novos projetos, a EMEL iniciou a sua participação no projeto europeu deployEMDS, cofinanciado pelo Programa Europa Digital, da União Europeia, e que terá uma duração de três anos. O projeto tem como objetivo fomentar a partilha de dados relacionados com mobilidade ao nível Europeu (no âmbito da criação do Espaço Europeu de Dados de Mobilidade). No caso da cidade de Lisboa, as atividades da EMEL contemplam o desenvolvimento de duas soluções:



FIGURA 4-2 IMAGEM DO DEPLOYEMDS

- Explorar e disponibilizar dados relativos à acessibilidade aos serviços da EMEL e aos obstáculos que as infraestruturas da EMEL criam na cidade, e continuar o desenvolvimento do *digital twin* para a cidade de Lisboa
- Desenvolver um piloto de uma solução “mobilidade como um serviço” (do inglês *mobility-as-a-service*, ou MaaS) empresarial, que terá como ambição a criação de propostas de valor com serviços combinados para grandes empregadores através, por exemplo, da criação de um pacote de mobilidade empresarial ou da oferta de serviços integrados por subscrição

2023 ficou, também, marcado pelo início do projeto Bairro Comercial Digital de Alvalade, liderado pela Freguesia de Alvalade e financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), um projeto que visa testar um conjunto de soluções inovadoras que ambicionam melhorar a gestão do estacionamento na via pública, bem como a desmaterialização de parquímetros para libertar o espaço público e promover uma maior acessibilidade pedonal do bairro.

4.1. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Depois de dois anos de foco na consolidação dos modelos de Gestão dos Sistemas de Informação, no ano de 2023 a Direção de Sistemas de Informação (DSI) da EMEL concentrou-se na elaboração de um diagnóstico profundo e extensivo de todos os constrangimentos conhecidos, relacionados com as componentes de infraestrutura, de arquitetura de sistemas e das peças aplicacionais, que limitavam a evolução da EMEL e, nalguns casos, com bastante visibilidade negativa por parte dos clientes internos e externos. O objetivo último deste diagnóstico visava a criação de um plano para a mitigação destes constrangimentos.

A consolidação do modelo de gestão assentou em quatro grandes vetores:

1. Consolidação da *framework* tecnológica, baseada numa arquitetura híbrida multi *Cloud* com o objetivo de otimizar a performance e disponibilidade aplicacional de forma complementar que permita aproveitar o melhor de cada componente
2. Mapeamento e documentação de todos os componentes sistémicos e início da implementação de uma solução focada na monitorização desses componentes e respetiva alarmística, permitindo uma maior proatividade na resolução dos incidentes e um aumento substancial do *Uptime* das soluções core da EMEL

3. Análise e escolha de uma solução de *API management*. Atualmente a EMEL tem mais de cinco dezenas de API, e a sua gestão, incluindo acessos, controlo, monitorização e publicação, obriga a um esforço muito grande, que justifica a implementação de uma ferramenta de *API management*, que será implementada em 2024
4. Finalmente, mas não menos importante, foram efetuados ajustes essenciais no modelo de responsabilidades internas da equipa que permitiu potenciar e alavancar o serviço ao cliente interno e externo

A consolidação do parque informático continua essencialmente na redução do número de servidores alojados no *host* externo à EMEL (de um conjunto de cerca de 40 servidores iniciais, existem ainda 17 que serão totalmente eliminados em 2024), com a conseqüente redução dos custos de operação, e melhoria da performance global dos sistemas.

Continua a necessária consolidação da rede de comunicações da EMEL, melhorando a disponibilidade e performance com a implementação da redundância nos sites principais e preparando a rede para a eventual implementação futura da tecnologia SD-WAN. Esta consolidação passou também pelo início de uma renovação de equipamentos, já completamente obsoletos, que permitirá vir a otimizar os custos operacionais de manutenção física, que tem impacto direto na performance operacional das áreas de negócio.

Em 2023 foram atualizadas, dentro do possível, a maioria das aplicações EMEL (ePark, Gira, OPERA, Sendys, Gestor de Produtos) para cumprimento de requisitos técnicos, e foram exaustivamente documentadas, para definição de requisitos técnicos e funcionais que suportem a sua eventual substituição e/ou evolução. Teve início o projeto de sensorização de lugares de cargas e descargas. O projeto de Gestão de Empreitadas (Gesplan) foi concluído. Preparou-se, ainda, o sistema de informação de faturação da EMEL para a certificação de faturas (obrigação imposta pela Autoridade Tributária) a ser implementado no início de 2024. Foram desenvolvidos esforços no sentido de repor a normalidade nos processos de interface com entidades externas, autoridades e parceiros que se espera concluído em 2024.

O parque de servidores da EMEL foi otimizado de 16 servidores físicos e mais de 140 servidores virtuais (*on-premise* e *cloud*), para 7 servidores físicos e 85 servidores virtuais, que estiveram operacionais mais de 99,5% do tempo.

No tocante ao *Helpdesk*, foram registados 20 249 *tickets* ao longo do ano, o que significou um aumento de cerca de 8% face ao ano anterior, com um nível de resolução de 97,42% (mais 4,48% que no ano anterior) com um tempo médio de resolução de 7h e 29m que representou um crescimento negativo de cerca de 8%. Este aumento no tempo médio de resolução ficou a dever-se

essencialmente a uma maior dispersão geográfica dos locais onde o apoio é prestado, tanto nos parques de estacionamento como nas novas instalações operacionais, em Cabo Ruivo e na Matinha. Estão planeadas medidas para mitigar a degradação deste indicador em 2024, melhorando e otimizando o serviço prestado ao cliente interno.

Atualmente está em curso o um conjunto alargado de projetos, de que se destaca:

- Novo sistema de CRM, com uma visão 360 do cliente, que entrará em produção em 2024
- Definição do novo sistema Gestão do Estacionamento de Superfície e de suporte à atividade de fiscalização, para início de implementação em 2024
- Definição da nova solução do GIRA, para implementação em 2024
- Renovação tecnológica e centralização técnica e operacional dos Parques de Estacionamento
- Continuação da implementação do Plano Integrado de Cibersegurança de sistemas de informação, crítico para incrementar a integridade do sistema da EMEL
- Implementação do Plano integrado de Gestão de Risco e Resiliência Tecnológica (*compliant* com a Diretiva NIS2) que deverá ser implementado em 2024

Com a priorização e implementação destes projetos (e outros que tem em carteira) a EMEL tem como objetivo criar as condições fundamentais para alavancar a sua estrutura organizacional e, assim, desenvolver a capacidade de intervenção da empresa a múltiplos níveis, melhorando a sua imagem junto do cliente, mas também potenciando o desenvolvimento da estratégia definida pelo Município.

5. COMUNICAÇÃO



A Comunicação da EMEL manteve, em 2023, o trajeto de consolidação da marca EMEL, agregando valor para a sua imagem e reputação, agrupando todos os produtos de mobilidade que disponibiliza, contribuindo para uma Lisboa mais atrativa e sustentável para as pessoas que nela residem, nela trabalham, nela estudam e a visitam.

Foi realizado um estudo de imagem da empresa com o objetivo de perceber o posicionamento da EMEL e dos seus produtos junto dos cidadãos de Lisboa, evidenciando como principais conclusões:

- Notoriedade de serviços geridos pela EMEL
 - Estacionamento na via pública: 93 %
 - Parques de estacionamento: 90 %
- Divulgação de benefícios das zonas de estacionamento tarifado (ZEDL)
 - Melhor ordenamento: 33 %
 - Lugares exclusivos: 37 %
 - Mais lugares: 56 %

Ficou claro que “quem não vive numa zona tarifada, mas gostava de viver, reconhece vantagens tangíveis nesses locais”.

Estes dados foram, e serão, parte importante para a estratégia de comunicação e relacionamento da empresa com as suas partes interessadas.

Foram realizadas campanhas relacionadas com os produtos EMEL, nomeadamente a “GIRA Navegante”, com a associação do cartão Navegante ao GIRA; o reforço de mais 500 bicicletas elétricas numa lógica de expansão contínua da rede, para uma mobilidade mais ecológica e sustentável e o pagamento por MB way em cerca de 400 parquímetros.

Do ponto de vista mais institucional e informativo, a EMEL divulgou intervenções em Lisboa que permitiram que o trânsito fluísse de forma diferente, nomeadamente as alterações aos sentidos de trânsito nas laterais da Avenida da Liberdade, as alternativas de circulação à grande obra do Plano Geral de Drenagem, para além de ações mais localizadas e pontuais dirigidas aos residentes e comerciantes de Lisboa sobre alterações nas respetivas zonas de residência.

Nesta lógica de maior informação ao público a EMEL iniciou uma rúbrica na Rádio Amália, com o nome “EMEL Mais Mobilidade”, que semanalmente

apresenta entrevistas, curiosidades, destaques ou informação importante de divulgar.

A EMEL, durante o ano de 2023, apoiou e esteve presente em eventos com o objetivo de se aproximar dos seus públicos e de dar maior visibilidade ao seu contributo para a cidade. Maior destaque para a Semana da Mobilidade, onde a EMEL teve lugar de realce na Feira da Mobilidade, levada a cabo na Praça do Comércio, através de um *stand* próprio, onde os participantes puderam conhecer os produtos EMEL e interagir com as bicicletas GIRA, participar num *workshop* de mecânica de bicicletas, enquanto as crianças podiam aprender mais sobre mobilidade através do Pela Cidade Fora. Esteve ainda presente nesta semana, em eventos locais: Festival Penha de França e Lumiar a Circular.

Apoiou também de forma muito direta a organização da Jornada Mundial de Juventude, designadamente na logística relativa ao plano de mobilidade.

Esteve também presente na World Bike Tour, na Feira do Livro de Lisboa, na Cidade do Zero, no Festival Indie Lisboa, no Cine Conchas, no Rally de Lisboa, na Trienal de Arquitetura de Lisboa, no Eco Rally de Lisboa, na Meia Maratona de Lisboa, na Corrida da Mulher e no Lisboa Beach Volleyball Legends.

De salientar que a EMEL foi galardoada pela APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, pela sua campanha “Ler a Pedalar: Gira Transporte Oficial da Feira do Livro ‘22” relativa à edição de 2022, como a melhor campanha externa de entidades governamentais, instituições de ensino superior, associações e ONG.

A EMEL foi parceira do “Pitching the Future of Clean Mobility”, um encontro do Web Summit promovido pela Startup Lisboa, Unicorn Factory Lisboa e European Startup Prize for Mobility, onde houve oportunidade de ver demonstrações das melhores ideias para uma “mobilidade limpa” vindas das *start-ups* mais criativas e de ouvir Sacha Michaud, co-fundador da Glovo.

Durante o período do Natal, a EMEL, a Carris e a CML uniram esforços para levar os Lisboetas à Baixa sem preocupações com o estacionamento. A iniciativa “Estacione e Festeje o Natal” permitiu que as pessoas deixassem a sua viatura gratuitamente nos parques EMEL da Ameixoeira ou do Campo Grande, e se deslocassem de autocarro exclusivo e direto para a Baixa da cidade. Contavam ainda com a presença de um Pai Natal animando o percurso e distribuindo brindes.

Numa vertente social, a EMEL participou da Semana da Mama, numa campanha de sensibilização para o cancro da mama e na campanha “Aqui há gato”, onde se aconselhava os condutores a ter alguns cuidados com os animais de rua, promovida pela Provedoria Municipal dos Animais de Lisboa.

A EMEL apoiou ainda a série “Queridos Papás” onde os atores faziam percursos de GIRA para mostrar a praticidade do sistema de bicicletas partilhadas.

6. RECURSOS HUMANOS



O ano de 2023 ficou marcado, no que respeita à Direção de Recursos Humanos (DRH) da EMEL, por linhas de orientação que procuraram melhorar a relação com os colaboradores.

Foi desenvolvida a reorganização de serviços da DRH, centrando as alterações de gestão na melhoria da relação do cliente interno, ou seja, o Universo de colaboradores EMEL. Como exemplo pode ser referido o lançamento do novo espaço da Intranet da empresa, dedicada aos colaboradores. Este novo espaço digital permite que qualquer colaborador possa aceder a questões temáticas frequentes, aceder a candidaturas abertas para novos desafios profissionais no âmbito da mobilidade interna, aceder, na biblioteca digital, à documentação da área, bem como ao serviço de psicologia ocupacional.

Foi concebido e implementado o Procedimento de Mobilidade Interna que procurou potenciar a capacidade dos colaboradores EMEL para novos desafios e padronizar, com transparência, o processo entre direções. Ao abrigo do novo regulamento registaram-se 29 processos concluídos durante o ano de 2023.

Foi também concebido e implementado o Novo Regulamento de Teletrabalho da empresa, dando-lhe a atualidade do período pós pandémico, a que acresce a criação do regime de teletrabalho pontual, que permite a proteção dos trabalhadores em casos excecionais e não previstos.

Na área do Recrutamento e Seleção foi estabelecido e monitorizado um quadro de indicadores com incidência nas entrevistas a realizar para as áreas de maior volume ou dificuldade de recrutamento. O propósito foi de orientar o serviço para um melhor conhecimento do mercado, aumentando a velocidade e assertividade na resposta aos pedidos das áreas operacionais e de suporte da EMEL, em que a disponibilidade de um quadro de pessoal adequado, em permanência, é crítico para a qualidade do serviço prestado pela empresa. Para o efeito foi revista a plataforma online de recrutamento da empresa, criando um espaço para candidaturas espontâneas. O espaço garante também, desde início, a segmentação funcional das candidaturas.

Na área Gestão Administrativa e processamento salarial foram introduzidos indicadores de gestão com o objetivo de reduzir a taxa de erro do processamento. Foi ainda lançado o concurso público para a aquisição de um novo *software* que permite melhorar o desempenho de forma transversal nas áreas da gestão contratual e do processamento.

Por fim, o ano de 2023 foi um ano de forte investimento nas condições salariais dos colaboradores, o que resultou na assinatura do Acordo de Empresa com todos os parceiros sindicais da EMEL.

O acordo a que se chegou contemplou, designadamente, um aumento generalizado de 85 euros ou a atribuição de subsídio de penosidade aos colaboradores da manutenção do GIRA. Estas medidas eram fundamentais para a valorização salarial dos colaboradores da EMEL, num quadro inflacionista difícil, e ajudou a melhorar a capacidade da empresa no recrutamento. O crescimento dos Gastos com Pessoal chegou a 13,6%, face a 2022, e o valor médio *per capita* teve uma subida alinhada com os objetivos das medidas implementadas.

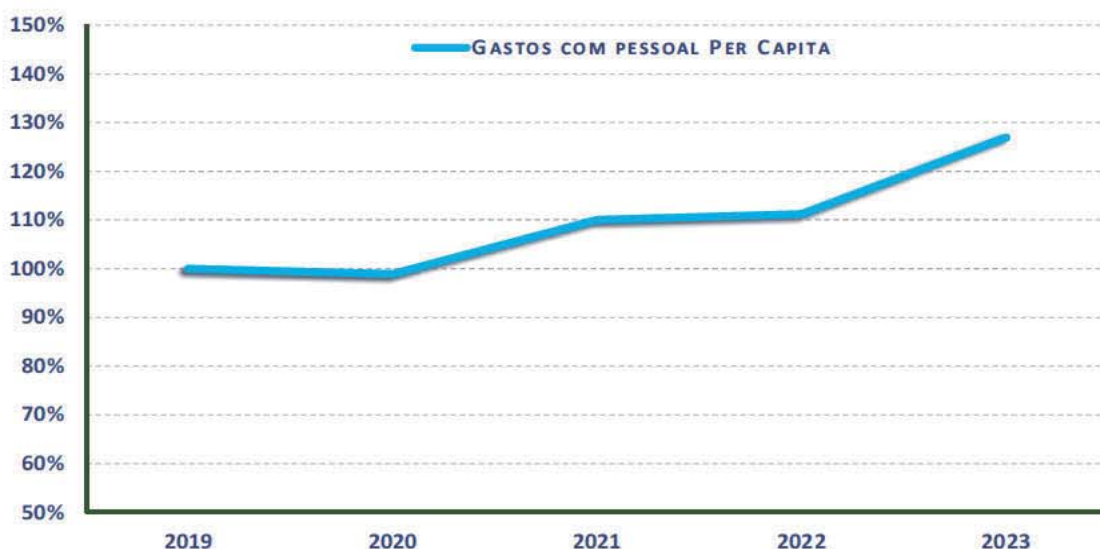


GRÁFICO 6-1 EVOLUÇÃO RELATIVA DO GASTO COM PESSOAL PER CAPITA 2019 - 2023 (BASE 2019)

O crescimento dos Gastos com Pessoal provoca, naturalmente, alguma degradação das condições de exploração, no entanto essa degradação foi, em 2023, atenuada pelo aumento do número de lugares (fonte de receita) e pelo ganho de eficiência decorrente da manutenção do número de colaboradores.

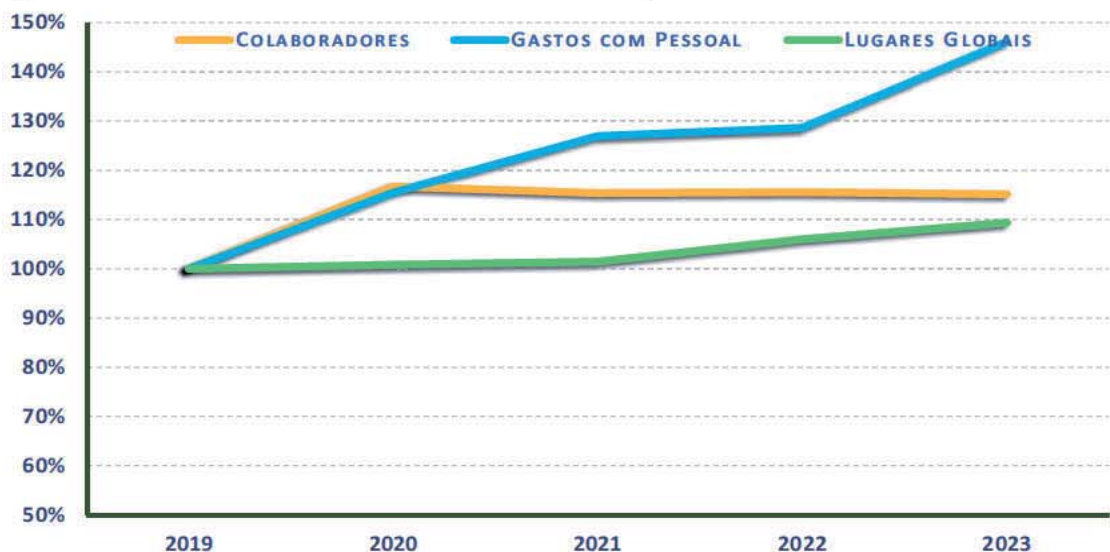


GRÁFICO 6-2 EVOLUÇÃO RELATIVA DOS GASTOS COM PESSOAL, NÚMERO DE COLABORADORES E LUGARES EM EXPLORAÇÃO (BASE 2019)

6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O quadro de colaboradores EMEL permaneceu, em 2023, praticamente inalterado na perspetiva do número global de trabalhadores.

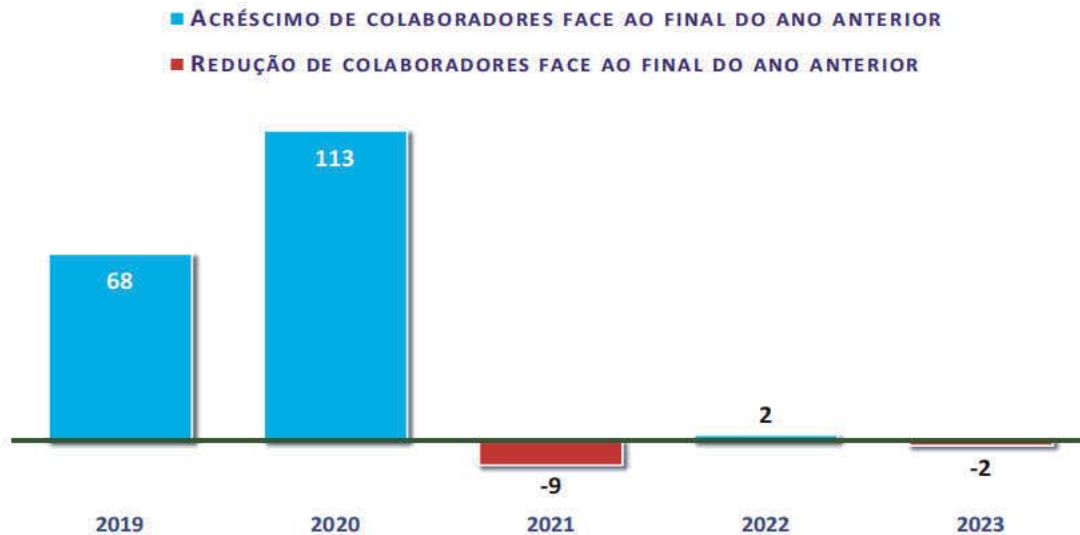


GRÁFICO 6-3 EVOLUÇÃO ANUAL DO SALDO LÍQUIDO ENTRE ENTRADAS E SAÍDAS DE TRABALHADORES 2019 - 2023

TABELA 6-1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL E DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS A 31 DE DEZEMBRO 2019-2023

	2019	2020	2021	2022	2023
COLABORADORES A 31 DE DEZEMBRO	637	753	780	781	778
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS A 31 DEZEMBRO	39	36	0	1	2
TOTAL	676	789	780	782	780

Desde 2020, ano da internalização total das operações do GIRA, que a EMEL mantém um efetivo a rondar os 780 trabalhadores. De então para cá o dimensionamento das equipas tem sofrido o impacto das condições do mercado de trabalho, limitando o planeamento da expansão da atividade, especialmente no GIRA.

Foi exatamente a mobilidade, e especificamente o GIRA, que mobilizou os maiores esforços de recrutamento em 2023, tendo como pano de fundo a consolidação do sistema como alternativa de transporte público, com maior abrangência territorial, almejando assegurada por mais estações ativas, e maior frota em disponibilidade, garantida pelo aumento das bicicletas – mais estações e mais bicicletas refletem-se em mais necessidades de manutenção, cobertas pela equipa de oficina e de terreno.

■ COLABORADORES RECRUTADOS



GRÁFICO 6-4 NOVOS COLABORADORES CONTRATADOS POR ÁREA DE ATIVIDADE NA EMEL

Apesar dos esforços desenvolvidos, a empresa continua a confrontar-se com dificuldades para garantir o dimensionamento desejado para as operações. Por exemplo, no GIRA, apesar do recrutamento ativo, no final do ano a equipa contava apenas mais seis colaboradores. Já no efetivo de fiscalização, a 31 de dezembro o quadro era inferior ao registado no início do ano

TABELA 6-2 MOVIMENTAÇÕES NO QUADRO DE PESSOAL EM 2023 POR ÁREA DE ATIVIDADE

	EFETIVO DEZEMBRO 2022	NOVAS ADMISSÕES*	SAÍDAS DA EMEL*	EFETIVO DEZEMBRO 2023
VIA PÚBLICA	319	0	4	310
PARQUES	93	1	7	87
MOBILIDADE	111	27	18	118
APOIO TÉCNICO	74	3	3	75
RELAÇÕES EXTERNAS	79	1	2	75
DESENVOLV. INFRAESTRUTURA	22	1	2	24
ÁREAS TRANSVERSAIS	83	6	5	89
TOTAL	781	39	41	778

*apenas considera as novas contratações e as saídas da empresa, não refletindo as movimentações entre estruturas orgânicas da própria EMEL

A análise da paridade nas categorias profissionais ainda encerra alguma sugestão de tradicionalismo na alocação de funções, mas há que destacar a quase igualdade registada na categoria de Técnico Superior.

TABELA 6-3 DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR CATEGÓRIAS E POR GÉNERO EM 2023

	COLABORADORES	HOMENS	MULHERES
TÉCNICO SUPERIOR	100	51	49
TÉCNICO	28	21	7
ASSISTENTE TÉCNICO	30	11	19
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	263	197	66
TÉCNICO APOIO À FISCALIZAÇÃO	14	10	4
TÉC. DE ATENDIMENTO E SUPORTE AO CIDADÃO	172	83	89
TÉCNICO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO	8	7	1
TÉC. DE MANUTENÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL	142	135	7
TÉCNICO ADMINISTRATIVO E SUPORTE	21	3	18
TOTAL	778	518	260

A mesma noção acaba por se refletir na distribuição pelas áreas de atividade da EMEL, em que áreas essencialmente operacionais, como a via pública, mobilidade apoio técnico registam grande predominância do género masculino, enquanto as áreas transversais e de relacionamento com o cliente contam com mais colaboradoras do género feminino.

TABELA 6-4 DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES POR ÁREA E POR GÉNERO 2021 - 2023

		2021	2022	2023
VIA PÚBLICA	HOMENS	238	239	231
	MULHERES	82	80	79
PARQUES	HOMENS	57	51	46
	MULHERES	43	42	41
MOBILIDADE	HOMENS	89	99	104
	MULHERES	13	12	14
APOIO TÉCNICO	HOMENS	68	64	66
	MULHERES	9	10	9
RELAÇÕES EXTERNAS	HOMENS	24	23	21
	MULHERES	59	56	54
DESENVOLVIMENTO INFRAESTRUTURA	HOMENS	12	11	14
	MULHERES	9	11	10
ÁREAS TRANSVERSAIS	HOMENS	29	34	36
	MULHERES	48	49	53
EMEL	HOMENS	517	521	518
	MULHERES	263	260	260

Nos cargos de liderança observa-se a prevalência masculina que se agravou, ainda que ligeiramente, em 2023. Na globalidade dos postos de chefia as mulheres não chegam a ocupar um terço, apesar de em 2020 ter chegado a existir, na primeira linha da equipa de gestão, mais mulheres do que homens.

TABELA 6-5 DISTRIBUIÇÃO DAS LIDERANÇAS DA EMEL POR GÉNERO 2019 - 2023

		2019	2020	2021	2022	2023
DIRETORES E RESPONSÁVEIS DEPARTAMENTO	HOMENS	10	9	8	9	9
	MULHERES	9	10	7	5	5
OUTRAS CHEFIAS	HOMENS	38	39	48	50	50
	MULHERES	17	19	23	26	24

Na distribuição etária ambos os géneros seguem um padrão muito semelhante, embora a classe da moda, dos 45 aos 49 anos, nas mulheres não seja tão predominante como nos homens. Já nas habilitações, e no que respeita às mulheres, nota para o maior peso relativo das colaboradoras com ensino superior, quase no mesmo número dos homens.

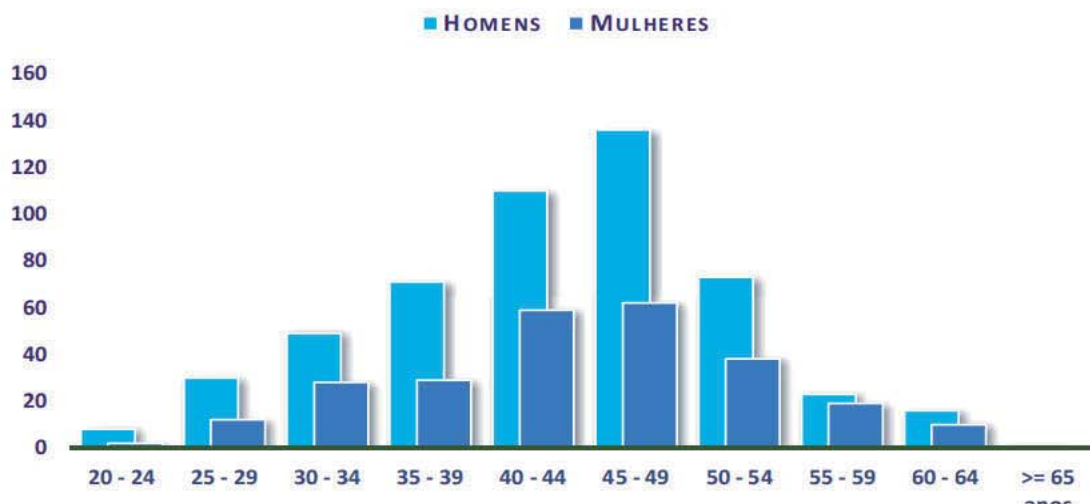


GRÁFICO 6-6 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS COLABORADORES POR GÉNERO

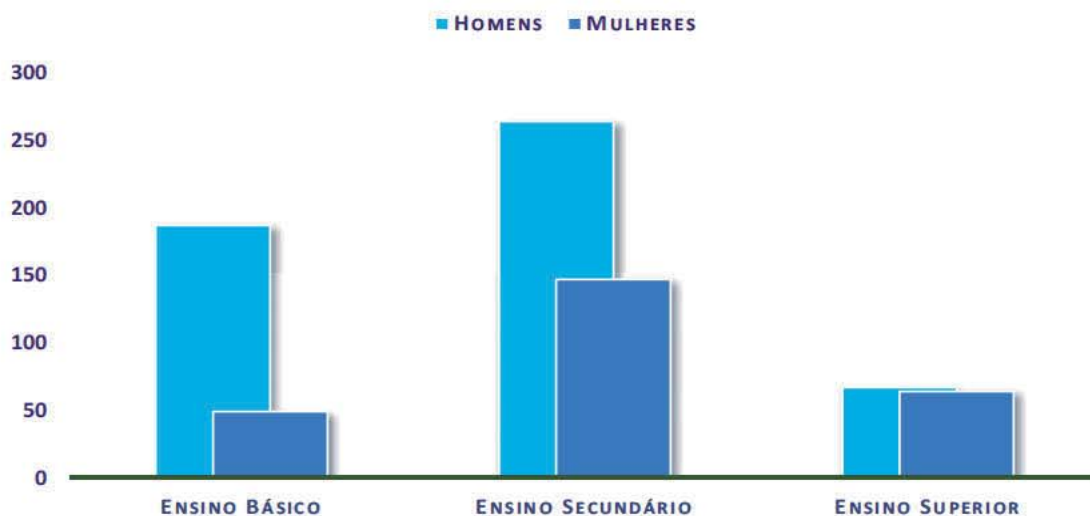


GRÁFICO 6-5 HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS COLABORADORES POR GÉNERO

6.2. ACADEMIA EMEL

O percurso da Academia EMEL continua a estar focado nos seus clientes internos, na EMEL, mas também no reforço do seu posicionamento para o mercado enquanto entidade formadora, para as empresas congéneres que procuram os seus serviços de formação.

Internamente, em 2023, a Academia EMEL trabalhou em grande proximidade com todas as Direções e Áreas da empresa, procurando realizar um Diagnóstico de Necessidades Formativas que tivesse em consideração várias fontes, assim fundamentando uma noção mais completa e exata dos temas com maior necessidade de desenvolvimento. O consequente Plano de Formação (na sua componente Comportamental e Técnico-Operacional) pretendeu dar uma resposta diversificada, abrangente e relevante aos temas formativos identificados, fosse em vertentes mais técnicas, comportamentais, tecnológicas ou de liderança.

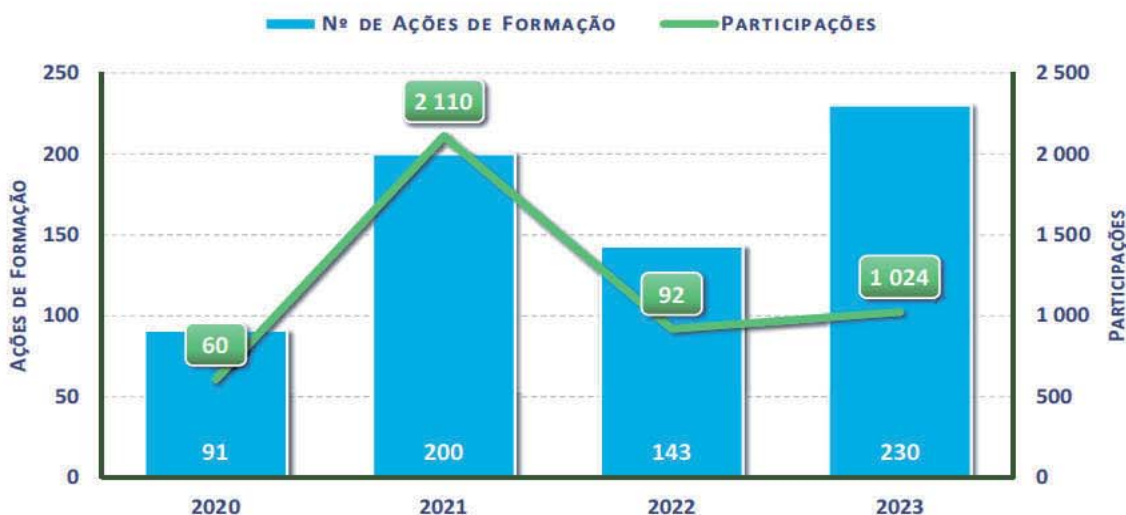


GRÁFICO 6-7 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO E DO NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES 2020 - 2023

Em 2023, pese embora o número de horas de formação tenha diminuído (18%), o número de ações de formação asseguradas internamente aumentou, sinal da capacidade de resposta da empresa para assegurar esta capacitação de competências internamente, e do investimento no *know-how* e dedicação dos formadores da casa e da Academia EMEL.

TABELA 6-6 INDICADORES DE FORMAÇÃO 2022 - 2023

	2022	2023
HORAS DE FORMAÇÃO	20 112	16 459
NÚMERO DE AÇÕES	143	230
NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES	920	1 024

Este volume formativo representa cerca de 19 horas de formação por colaborador (comparativamente com 25 horas em 2022) e uma taxa de abrangência de aproximadamente 65% (comparativamente com 68% em 2022) do quadro de pessoal. A tabela seguinte apresenta, de forma mais extensiva, a composição do total de horas, por tema formativo, da oferta da Academia EMEL em 2023.

Verifica-se que a área com maior investimento formativo na EMEL é a Fiscalização, população-alvo dos temas com maior número de horas de formação.

TABELA 6-7 TEMAS ABORDADOS EM FORMAÇÃO E RESPECTIVA QUANTIFICAÇÃO

TEMA FORMATIVO	PARTICIPAÇÕES	AÇÕES REALIZADAS	TOTAL HORAS
RECICLAGEM FISCALIZAÇÃO	86	10	2194
GESTÃO DE CONFLITOS	159	14	2006
ESTATUTO TRABALHADOR-ESTUDANTE	21	21	1772
EXTERNO - CURSO AFE	15	1	1470
SEGURANÇA PRIVADA - VIGILANTES	9	4	1322
COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO	70	12	1014
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	44	27	880
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	186	21	855
COMPARTICIPAÇÃO ESTUDOS SUPERIORES (PAFAC)	1	1	840
FERRAMENTAS OFFICE 365	56	13	699
INFORMÁTICA (PROGRAMAÇÃO / SISTEMAS)	16	6	413
GESTÃO DE PROJETOS / INVESTIMENTO	19	6	360
RGPD / DADOS / SEGURANÇA DE DADOS	49	10	349
PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	92	7	342
ACOLHIMENTO / PROCEDIMENTOS EMEL	26	4	273
INOVAÇÃO	30	6	220
TRABALHO DE EQUIPA	30	3	210
GESTÃO DE PRIORIDADES / TEMPO	23	9	198
PROGRAMA QUALIFICA	2	2	184
FORMAÇÃO PARA FORMADORES	2	2	180
MARKETING	9	1	162
GESTÃO DA FORMAÇÃO	9	3	124
LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS	20	12	100
DIREITO / PROCESSOS LEGAIS E JURÍDICOS	8	4	76
RECURSOS HUMANOS	11	6	63
CONTABILIDADE	9	6	60
TEMAS DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL	10	10	31
GESTÃO DA MUDANÇA	2	2	28
ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO E VENDAS	6	6	18
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	4	1	16
	1 024	230	16 459

Foi concluído um extenso programa de Reciclagem de Conhecimentos Técnicos que abrangeu todo o efetivo de Fiscalização. Os conteúdos programáticos incidiram no Código da Estrada, Regulamento Geral de Estacionamento e Contraordenações (o Regulamento de Sinalização do Trânsito já havia sido abrangido em 2021). Decorreu igualmente um programa de Reciclagem de Competências Comportamentais, cujos últimos grupos irão decorrer no primeiro trimestre de 2024. Os conteúdos programáticos incidiram sobre a Marca EMEL, competências de gestão de conflitos, gestão emocional, comunicação positiva e modelo de atendimento. Ambos os programas foram profundamente valorizados e percecionados como ferramentas de trabalho muito importantes no dia-a-dia dos Agentes de Fiscalização de Trânsito.

A Academia EMEL irá dar continuidade a este investimento formativo, tendo desenhado e desenvolvido em 2023, em parceria com a Direção de Exploração do Estacionamento e a Direção de Recursos Humanos, o Programa EMEL em Ação: Atendimento 360. Com início em março de 2024, este é um programa de formação comportamental de três dias, com uma fase subsequente de *follow-up*. Este programa é reforçado e precedido por formação específica para os Chefes de Equipa dos Agentes de Fiscalização de Trânsito, uma ação que engloba uma componente técnica e comportamental.



FIGURA 6-1 MANUAIS E MERSHANDISING ACADEMIA EMEL

A formação de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas é outro dos programas a realçar no ano de 2023. Esta é uma formação de cariz obrigatório,

enquadrada no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, e que irá abranger todo o capital humano da EMEL.

Até outubro de 2023, a Academia EMEL teve à disposição dos formandos, numa fase exploratória, uma Plataforma de *e-learning* que, apesar de se ter revelado uma ferramenta importante na gestão da formação, potenciando uma maior eficácia do trabalho e da partilha de informação sobretudo com formandos e respetivas chefias, a sua utilização para formação assíncrona ficou aquém do expectável, devido, designadamente, a constrangimentos relacionados com o elevado número de colaboradores em áreas operacionais. A Academia EMEL pretende, contudo, futuramente, voltar a proporcionar uma ferramenta de formação assíncrona aos seus formandos, embora considere oportuno, previamente, promover uma reflexão com os diversos *stakeholders* e elaborar e divulgar uma Política de Formação Assíncrona que ajude a maximizar o retorno deste investimento.

Na sua vertente de entidade formadora, certificada pela DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), a Academia EMEL continua a ser a escolha de várias empresas congéneres como parceira formativa, com experiência e reconhecimento no setor, tendo sido, por exemplo, a entidade escolhida pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M. (STCP) para ministrar formação a 60 dos seus colaboradores – o primeiro curso decorreu no último trimestre de 2023, com *feedback* extremamente positivo.

2023 foi, assim, um ano em que se viu reforçado o objetivo da Academia EMEL de promover a qualificação e desenvolvimento de competências do capital humano, seja da própria EMEL, de empresas congéneres ou outros formandos.

Como estratégia para os próximos anos, existe a pretensão de reforçar e dinamizar a bolsa de formadores internos, potenciando, desta forma, a valorização do conhecimento interno, a retenção do talento e uma adaptação dos conteúdos e estratégias formativas às idiossincrasias da empresa.

6.3. PELA CIDADE FORA



FIGURA 6-2 IMAGEM DO PROJETO PELA CIDADE FORA

O projeto Pela Cidade Fora é uma iniciativa da EMEL que pretende sensibilizar os mais novos, permitindo-lhes uma maior consciencialização das práticas de mobilidade e da utilização do espaço público. O programa, que conta com o

apoio e colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, através do Departamento de Educação, está orientado para a formação da cidadania das novas gerações, com a sensibilização das crianças do pré-escolar até aos jovens do ensino secundário, para as questões da Mobilidade Sustentável e em particular para as vantagens da utilização dos modos ativos e suaves.

O ano de 2023 foi um ano de consolidação, pós-pandemia, e de crescimento, tanto no tipo de atividades realizadas como na sua quantidade. Foram alargadas as atividades ao pré-escolar, com bastante sucesso, e incrementou-se o número de instituições de ensino abrangidas pelo projeto. O projeto Pela Cidade Fora esteve presente em 30 escolas de 17 freguesias diferentes, dinamizando 216 atividades práticas e impactando cerca de 4 500 alunos.



FIGURA 6-3 PAINEL DE ATIVIDADES DO PELA CIDADE FORA

Mais uma vez foram organizados os Campos de Férias nos períodos da Páscoa, Verão e Natal, para os filhos dos colaboradores EMEL, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, tendo-se registado lotação esgotada. As crianças tiveram, neste contexto, a possibilidade de experimentar algumas das atividades desenvolvidas no projeto Pela Cidade Fora, como o Mini Fiscal, a atividade “À descoberta da cidade”, ou «Eu ando de bicicleta», vários jogos tradicionais, e ainda um conjunto diverso de outras atividades mais lúdicas, como andar a cavalo ou de barco a remos, andar de cacilheiro ou ir de comboio a Sintra. A cada edição dos Campos de Férias há uma maior adesão e uma alegria redobrada naqueles que voltam.

Para além das atividades de carácter regular junto das escolas, o «Pela Cidade Fora» esteve ainda envolvido, de forma muito ativa, em diversos eventos

educacionais, culturais e de entretenimento, como o Indie Júnior (em que as oficinas do Pela Cidade Fora fizeram parte da programação oficial do festival), a Feira do Livro, o World Bike Tour, a Feira da Mobilidade no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, o Dia Mundial da Atividade Física, o Dia Mundial da Segurança Infantil, a Comic Con Portugal e ainda, a pedido da CML, na organização de um evento no Dia Mundial da Criança.



FIGURA 6-4 LIVROS E MERCHANDISING DO PELA CIDADE FORA

Claramente vocacionado para os mais jovens, o Pela Cidade Fora proporciona, no entanto, um excelente canal para chegar aos mais velhos e, assim, à comunidade.

7. ESTRUTURA EMEL



A estrutura da EMEL conheceu, em 2023, algumas alterações, no sentido da consolidação de responsabilidades e agilização dos processos.

A Direção de Apoio Técnico, que agregava a generalidade dos serviços de manutenção, foi diluída, aproximando serviços de manutenção e conservação da conceção e implementação.

O departamento de processamento de Contraordenações, antes integrado na Direção Jurídica, está agora individualizado, procurando maximizar a eficiência e eficácia do processo de notificação, uma vertente crítica na dimensão pedagógica da fiscalização do estacionamento a que a estratégia da EMEL pretende dar maior relevo.

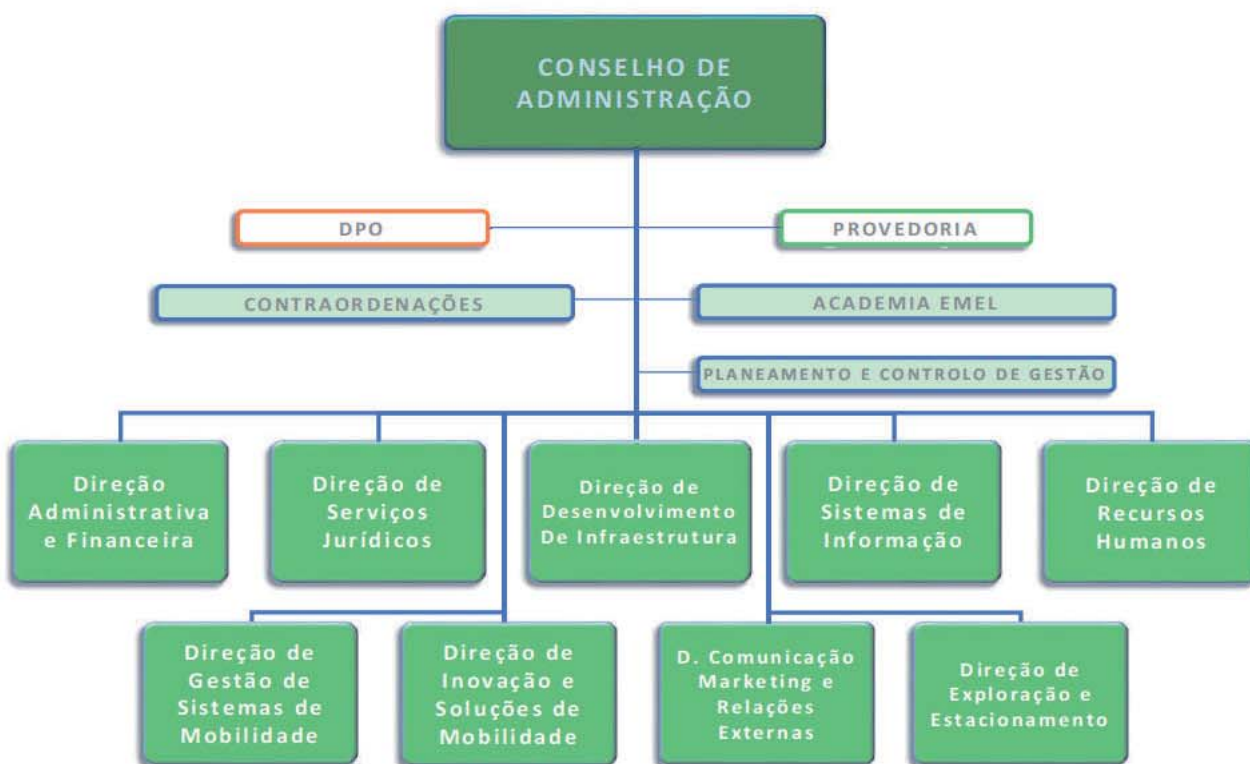


GRÁFICO 7-1 NOVO ORGANIGRAMA EMEL

A Academia EMEL, para além do enquadramento, planeamento e concretização das necessidades de formação, acolhe agora o projeto Pela Cidade Fora, com uma forte dimensão pedagógica e de ligação às escolas.

Na Direção de Serviços Jurídicos também foram adotadas mudanças de fundo. Os Serviços Jurídicos são um elemento-chave no acompanhamento e assessoria das várias direções e áreas da empresa nas inúmeras questões legais que surgem no âmbito da sua atividade e por força das funções que estatutariamente lhe estão cometidas. Nos últimos anos assistiu-se a um crescimento e diversificação da atividade da EMEL, sendo que também a

natureza e número de questões jurídicas, por vezes já em situações de pré-contencioso, se diversificaram e aumentaram.

O amplo espectro de atuação da EMEL levanta situações de relevo jurídico em múltiplas áreas do Direito, desde logo administrativo e laboral, mas também penal, fiscal, proteção de dados, cível e em novas áreas ainda pouco consolidadas como é o caso, por exemplo, da mobilidade elétrica. Por essa razão, a equipa de Serviços Jurídicos foi reforçada com juristas experientes por forma a conseguir responder de modo eficaz e seguro às crescentes necessidades da empresa.

A perspetiva de atuação dos Serviços Jurídicos abraça com naturalidade a integração do serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública (ACP). O ACP centraliza os processos aquisitivos da empresa, empenhando-se na promoção dos princípios e práticas de boa gestão em compras públicas, observando estrito respeito pelas regras e disposições legais do Código dos Contratos Públicos a que a EMEL se encontra vinculada. Este departamento, antes organicamente na dependência do Conselho de Administração e agora integrado na Direção de Serviços Jurídicos, é responsável por garantir que as necessidades aquisitivas identificadas pelas diversas Direções são satisfeitas tempestivamente, mas em obediência a um racional económico e legal consentâneo com o desenvolvimento das suas atividades e operações e com a natureza pública da empresa.

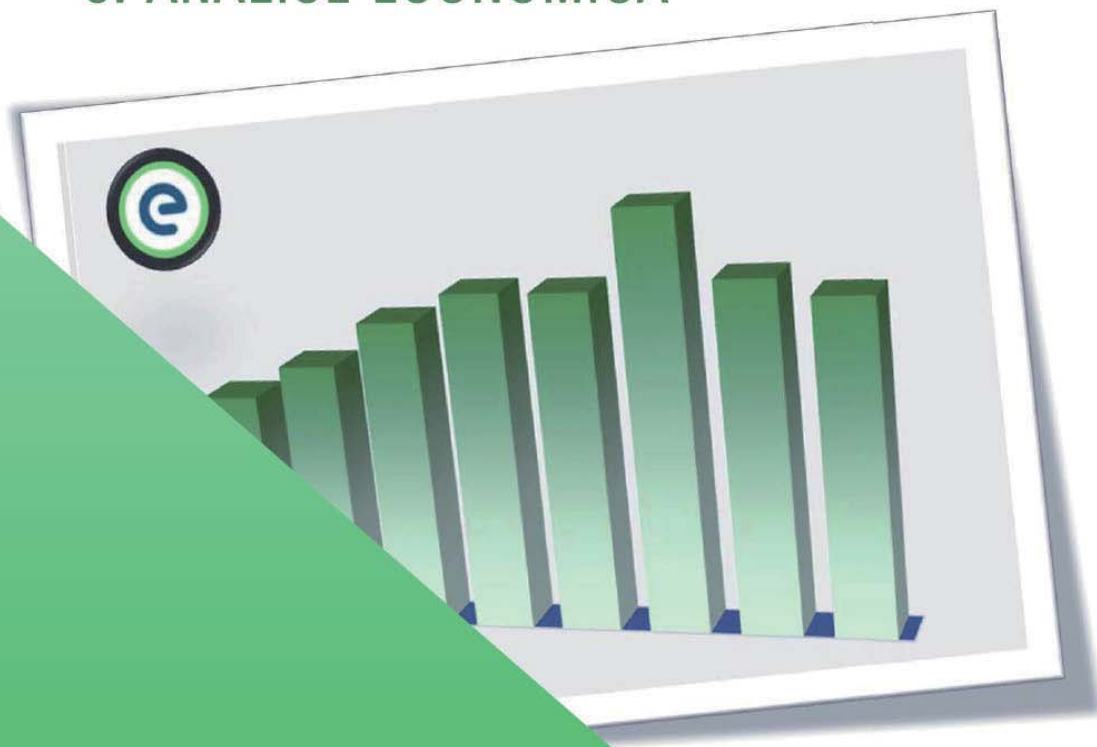
Em 2023 o ACP manteve uma forte dinâmica aquisitiva tendo sido um ano exigente no que respeita ao lançamento de procedimentos pré-contratuais. Destacam-se 66 Concursos Públicos lançados, dos quais 28 com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia e 11 procedimentos por Lotes. Apenas cinco destes procedimentos resultaram em não adjudicações o que significa um decréscimo em relação a anos anteriores, o que representa uma evolução positiva deste indicador.

Manteve-se, no ano transato, a tendência de promover procedimentos pré-contratuais amplamente mais concorrenciais, evidenciada pelo decréscimo do número de procedimentos por ajuste direto – 42 em 2023, contra 67 em 2021 e 51 em 2022, o que revela a maturidade dos processos implementados e dos técnicos responsáveis pela tramitação dos mesmos. Ao longo de 2023 o ACP assegurou igualmente a integração nos processos e em toda a documentação de suporte, das alterações legislativas e regulamentares publicadas, observando as melhores práticas de *compliance* nesta área. Em particular sublinha-se a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

O desempenho do ACP é fundamental para que a empresa obtenha bons resultados, sendo essencial que esta área planeie bem as compras e seja eficiente. Nesse intuito, é promovido um processo estratégico de *procurement*, no desígnio de melhoria da governança e redução os gastos da empresa. O

processo de *procurement* que se preconiza é focado no apoio à gestão e à tomada de decisão, promovendo aquisições de forma estruturada e estratégica, com o intuito de gerar redução de custos, satisfação, eficiência e agilidade nas compras feitas.

8. ANÁLISE ECONÓMICA



O exercício económico da EMEL, em 2023, reflete o pleno regresso à normalidade no período pós-pandemia – no início de 2022 ainda vigoraram algumas medidas de mitigação, com impacto na atividade da empresa.

Ao nível da exploração, verificou-se um crescimento das receitas das atividades, acompanhado por uma evolução quase idêntica nos Gastos com Pessoal, enquanto os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) se mantiveram praticamente no mesmo valor, com o aumento de alguns gastos decorrente da subida dos preços a ser acomodado pela redução do *fee* de gestão.

8.1. INVESTIMENTO

O investimento executado pela EMEL em 2023 teve um crescimento de quase 50% face a 2022.

TABELA 8-1 REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO EM 2023

	2023 (€)	%
EQUIPAMENTO BÁSICO – SINALIZAÇÃO	98 248	1%
OUTROS EQUIPAMENTOS BÁSICOS	891 001	12%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	198 637	3%
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	46 304	1%
EDIFÍCIOS E OUTRAS OBRAS - PARQUES DE ESTACIONAMENTO/VIA PÚBLICA	5 050 653	69%
OUTRAS OBRAS - MOBILIDADE EM CURSO	768 573	10%
ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	300 000	4%
TOTAL	7 353 415	100%

Quase 82% do montante global de investimento foi canalizado para projetos com objetivos claros de promoção de uma mobilidade mais sustentável. O Percurso da Graça, ou seja, o funicular que liga a Rua dos Lagares ao Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen, concentrou mais de metade do montante total, 3,9 milhões de euros, seguindo-se o GIRA, com um investimento, essencialmente em bicicletas e estações, de 1,4 milhões de euros. Nas obras da Avenida da Liberdade foi aplicado quase meio milhão de euros e na mobilidade elétrica 250 mil.

No estacionamento foi aplicado 7,5% do valor de execução, quase todo realizado na oferta *off street*, com a obra de requalificação do parque da Calçada do Combro a absorver a maior verba. O investimento no estacionamento na via pública não contemplou, em 2023, a aquisição de novos parquímetros, o equipamento mais dispendioso, o que possibilitou que o montante despendido, quase todo em sinalização, ficasse aquém dos 100 mil euros.

A restante despesa de investimento concretizada, 10,8%, tem caráter mais transversal.



GRÁFICO 8-1 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO CONCRETIZADO 2019 - 2023

Para além do investimento próprio, a EMEL também se empenha na infraestrutura de mobilidade do Município através da execução de Contratos de Mandato.

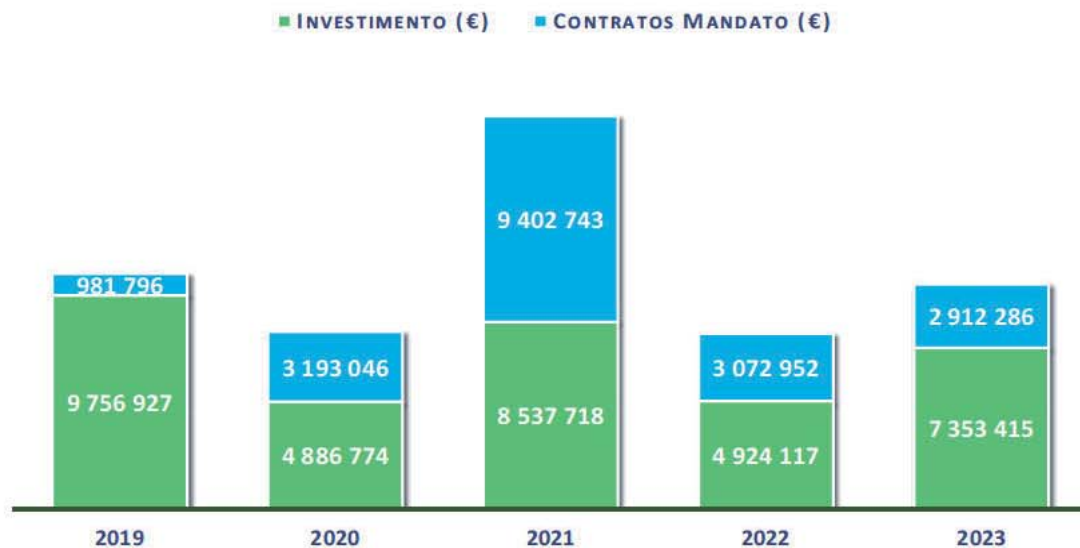


GRÁFICO 8-2 EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA EM INVESTIMENTO E CONTRATOS DE MANDATO 2019 - 2023

Em 2023 o investimento coberto por Contrato Mandato correspondia exclusivamente à expansão da rede ciclável, e a execução concentra-se, essencialmente, na construção da ponte ciclopedonal sobre o rio Trancão.

No conjunto das duas vertentes, investimento próprio e Contrato Mandato, a execução da EMEL rondou os 10,3 milhões de euros.

8.2. RENDIMENTOS

Em 2023 a atividade da EMEL fica marcada pelo crescimento dos rendimentos de exploração em todas as áreas.

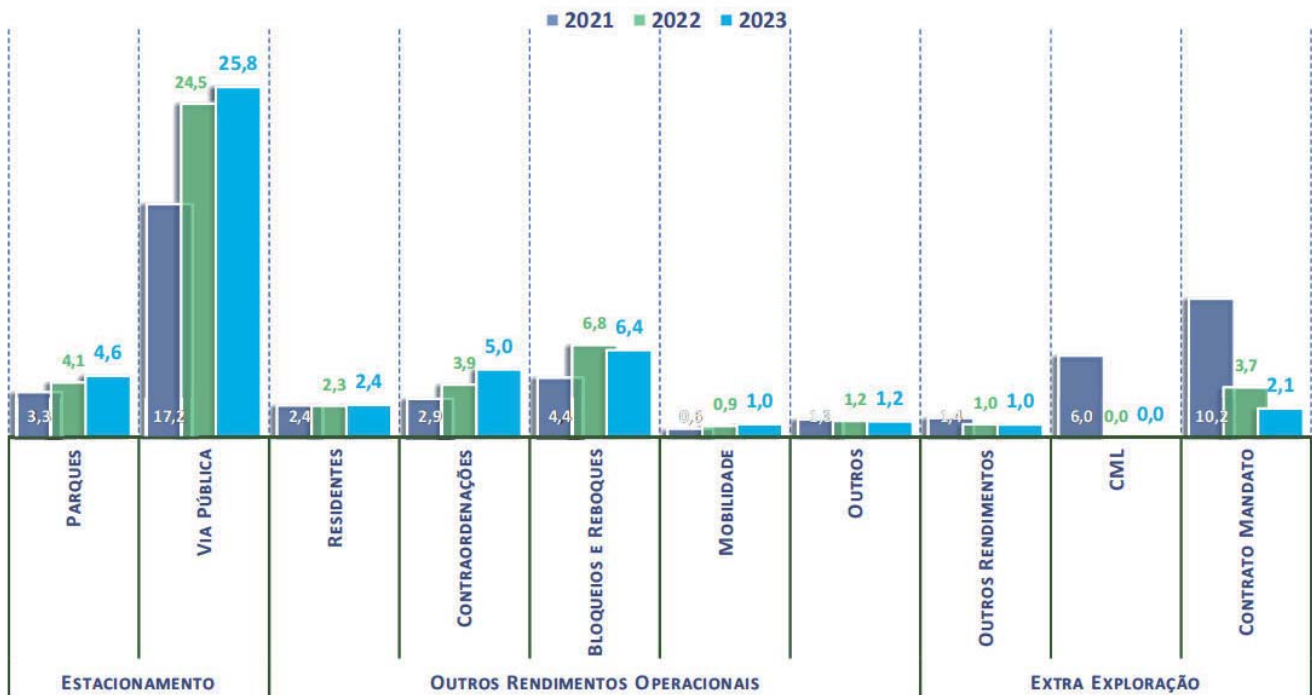


GRÁFICO 8-3 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS 2021 - 2023

Dentro da exploração do estacionamento, é da via pública que a EMEL consegue cobrar o maior valor, permanecendo acima dos 55% dos rendimentos totais de exploração, graças a um crescimento de 5% face a 2022. De notar que em 2022 a exploração ainda foi afetada por medidas de mitigação da pandemia de Covid-19, algo que já não se verificou em 2023. Para além disso, a operação beneficiou da expansão da atividade, com quase mais 2 000 lugares tarifados, e de modificações nas tarifas de que resultou um aumento do preço médio.

■ VARIACÃO DOS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO 2023/2022

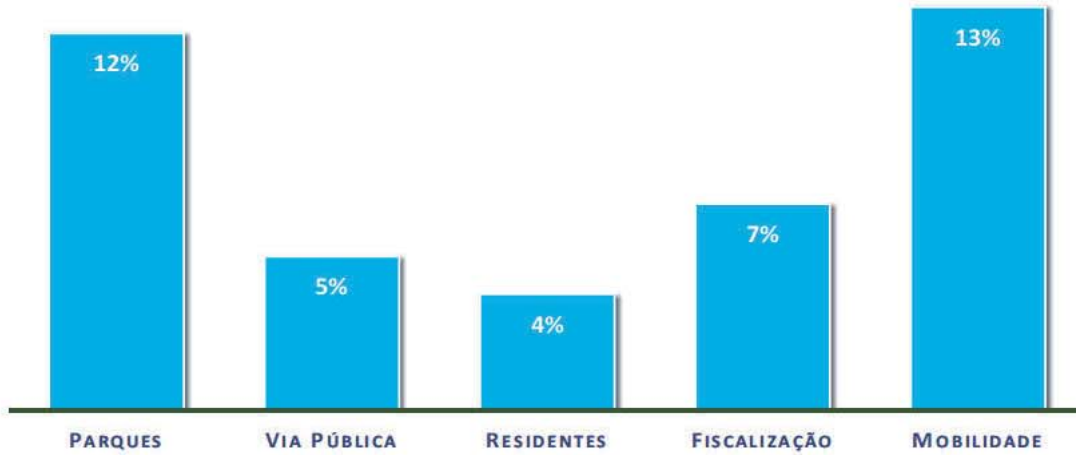


GRÁFICO 8-4 CRESCIMENTO DOS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO POR ÁREA FACE A 2022

TABELA 8-2 EVOLUÇÃO DOS LUGARES POR COROA TARIFÁRIA 2019 - 2023

	2019	2020	2021	2022	2023
EIXOS PRETOS	0	0	0	0	0
EIXOS CASTANHOS	0	0	1 366	1 382	1 543
EIXOS VERMELHOS	3 426	8 322	9 593	12 401	13 285
COROA AMARELA	17 788	15 338	14 241	23 411	23 958
COROA VERDE	59 784	57 656	55 889	47 883	48 226
BOLSAS DE RESIDENTES	10 455	10 837	12 441	12 814	14 089
FAMÍLIAS NUMEROSAS	0	0	0	211	314
LUGARES EM BAIROS HISTÓRICOS	518	522	508	507	510
TOTAL	91 971	92 675	94 038	98 609	101 925

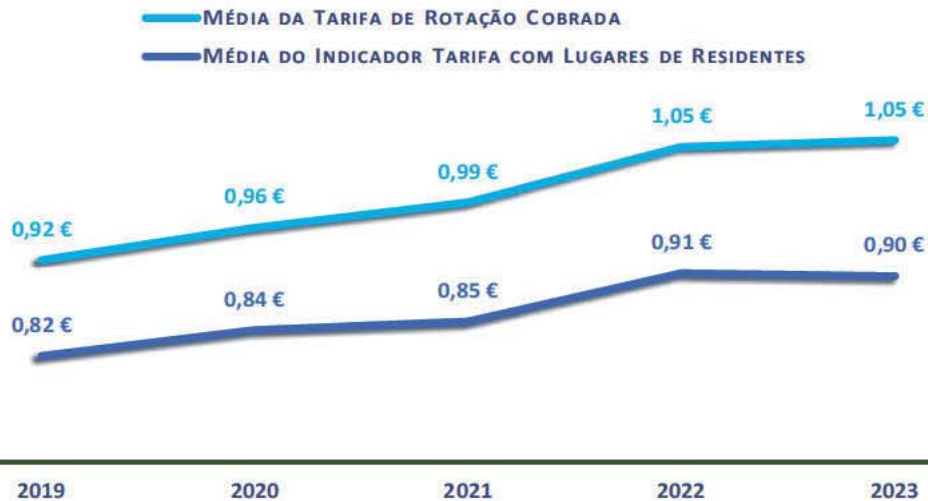


GRÁFICO 8-5 EVOLUÇÃO DA MÉDIA DA TARIFA COBRADA

Apesar da trajetória de subida da tarifa de rotação, decorrente da adequação das tarifas à pressão de estacionamento, o aumento da proporção de lugares reservados a residentes levou já a uma inversão dessa tendência, em 2023.

Nos parques de estacionamento o aumento dos rendimentos prende-se com o crescimento da procura e, muito especialmente, com a conclusão da requalificação do parque da Calçada do Combro, que, em 2023, já a operar com a capacidade total, mais que duplicou as suas vendas (de 200 mil euros em 2022, para quase 480 mil euros em 2023).

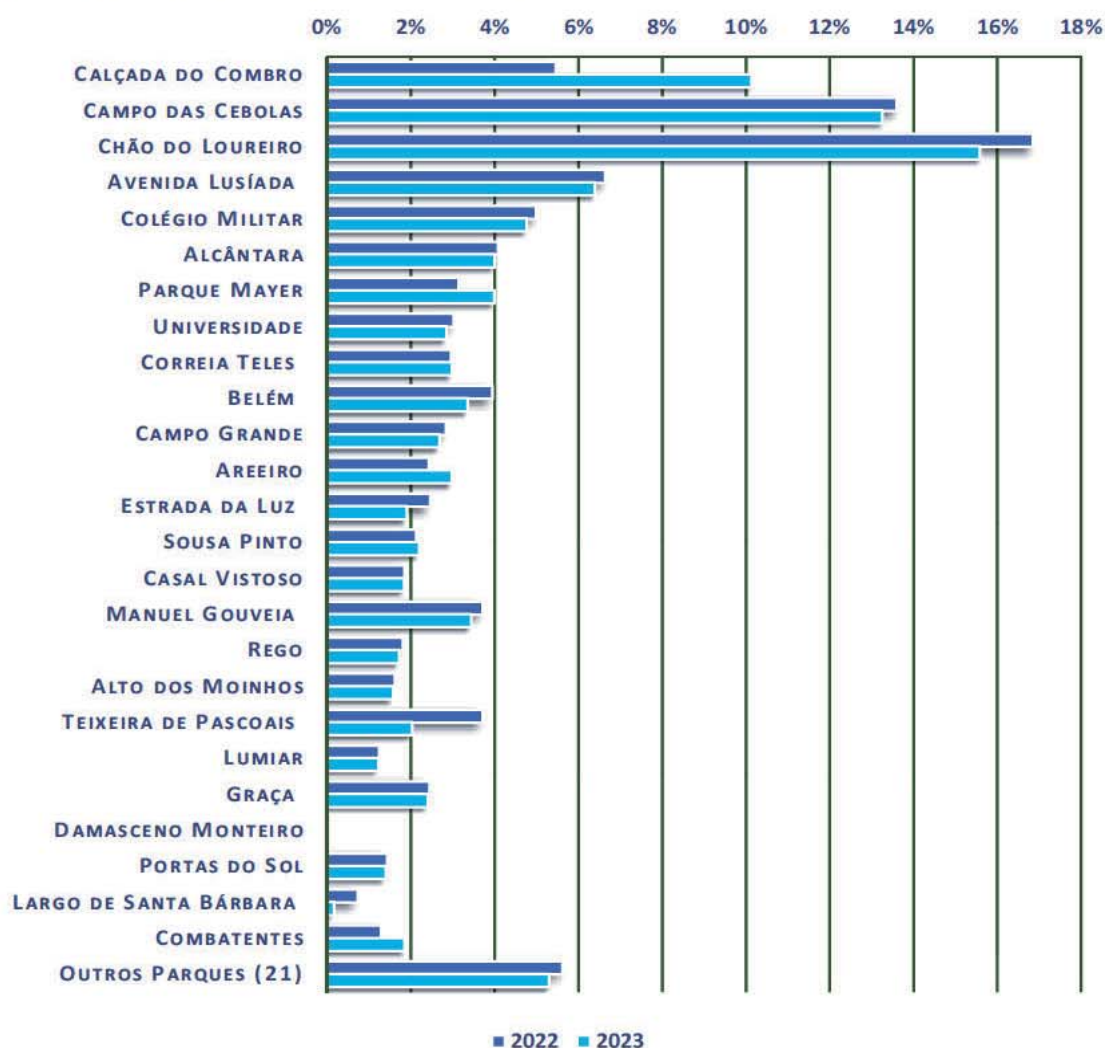


GRÁFICO 8-6 PROPORÇÃO DOS PRINCIPAIS PARQUES NOS RENDIMENTOS DE ESTACIONAMENTO OFF STREET 2023 VS 2022

A emissão de dísticos inverteu a tendência dos últimos anos e, em 2023, observou-se um aumento face a 2022. Aqui a subida está relacionada, naturalmente, com a expansão da atividade decorrente da abertura de mais de 4 000 novos lugares, mas também com o maior rigor na emissão de dísticos de usufruto, que terá relação com o aumento de emissões de dísticos para comerciantes e respetivas tarifas mensais.

O aumento dos rendimentos de Fiscalização integra duas realidades distintas: por um lado o crescimento de avisos e denúncias proporcionou um acréscimo de rendimentos, por outro, a redução de bloqueios e remoções refletiu-se numa descida. Em conjunto, as operações de fiscalização cresceram, e os respetivos rendimentos subiram cerca de 7%.

Na mobilidade assistiu-se a algo semelhante: o crescimento global de 13% resulta da subida dos carregamentos de veículos elétricos, que mais que compensou as perdas do GIRA decorrentes da integração no Navegante.

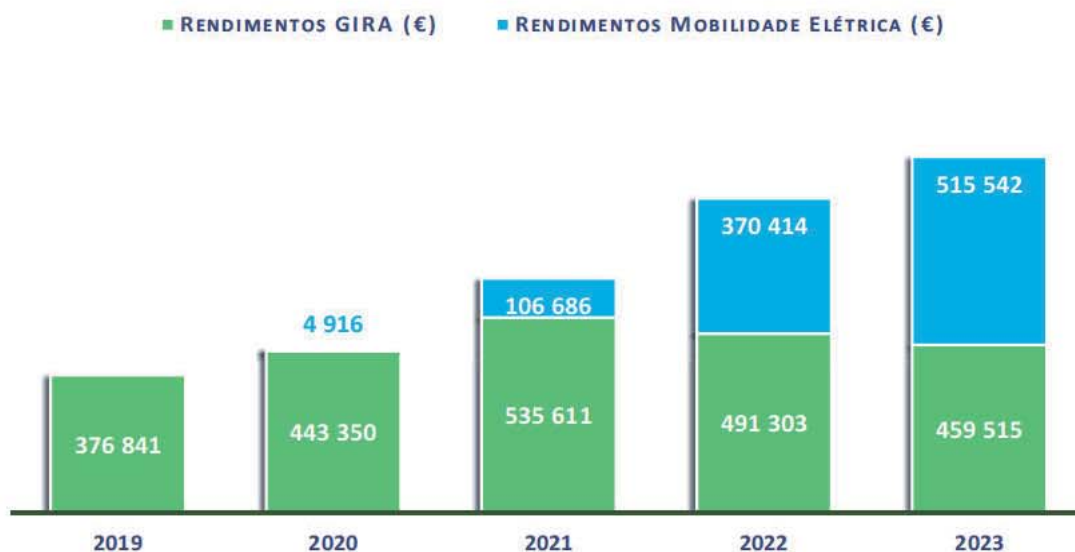


GRÁFICO 8-7 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS COM SISTEMAS DE MOBILIDADE GIRA E LEVE 2019 - 2023

A repartição dos rendimentos de exploração manteve uma configuração semelhante à de 2022.

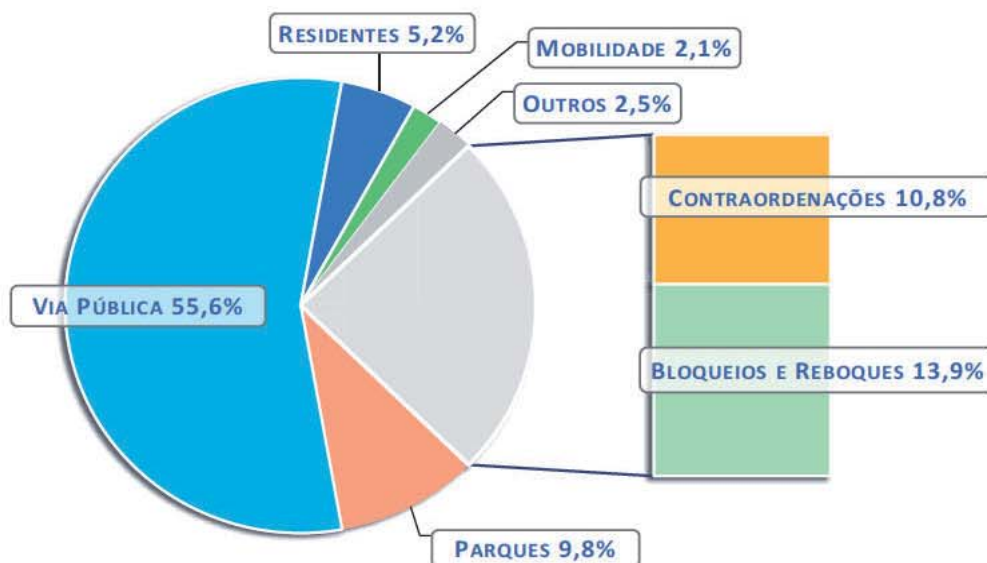


GRÁFICO 8-8 REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO 2023

As alterações mais substantivas respeitam à subdivisão no interior das operações de fiscalização, com a perda de relevo dos bloqueios e remoções em favor dos avisos e denúncias, em linha com os objetivos de maior relevo pedagógico na operação. Pelo seu valor, também é relevante a descida da participação da via pública, ainda assim marginal, de 56,1% para 55,6%.

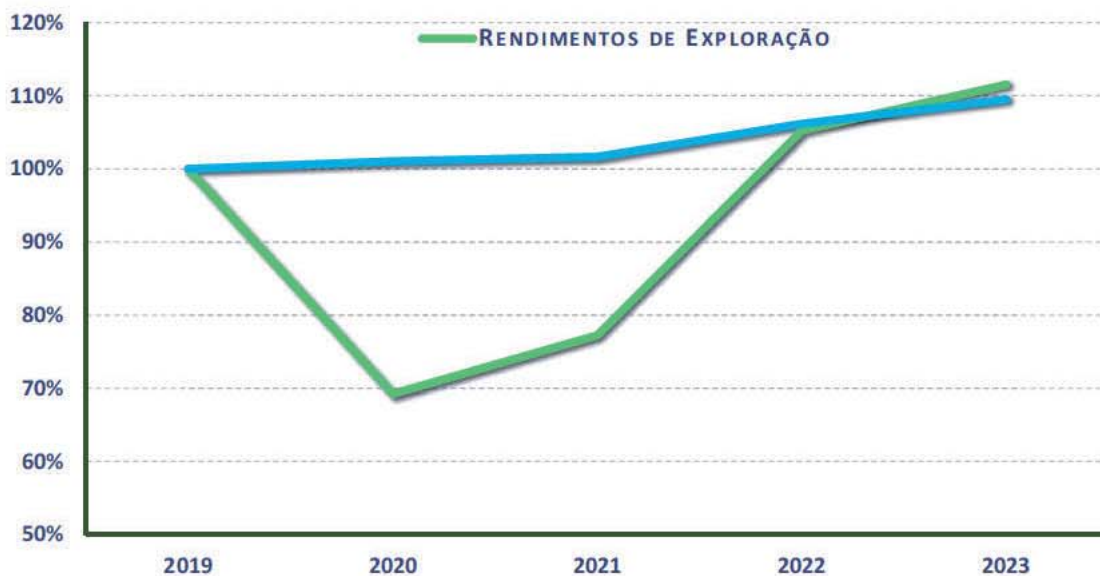


GRÁFICO 8-9 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES E DOS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO 2019 - 2023 (BASE 2019)

Apesar do expectável abrandamento – em 2022 concretizava-se a saída da pandemia e o final das medidas de mitigação, o que proporcionou subidas muito elevadas dos rendimentos – o aumento da receita em 2023 permaneceu acima do crescimento do número de lugares. Os impactos da pandemia ainda se poderão sentir, e certamente ainda se manifestam em muitas áreas, mas não com intensidade suficiente para se evidenciar nos rendimentos de exploração da EMEL: os valores de 2019 já haviam sido superados em 2022 e, em 2023 ficaram 12% acima do montante registado no último ano anterior à Covid-19.

8.3. ANÁLISE INTEGRADA

O crescimento dos rendimentos registado em 2023 teve correspondência, próxima, do lado dos gastos.

O contexto que envolve a atividade da empresa, marcado por um crescimento de preços sem precedentes em anos recentes e pela subida das taxas de juro, não podia deixar de impactar os gastos de exploração. A execução mais moderada da despesa de Contratos de Mandato deixa que o crescimento dos gastos de exploração se expresse adequadamente na estrutura de gastos.

TABELA 8-3 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS 2019 – 2023 (%)

	2019	2020	2021	2022	2023
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	49,3	32,3	27,4	36,2	35,6
FEE CML	16,6	0,0	0,0	6,1	2,5
OUTROS FSE	32,7	32,3	27,4	30,1	33,1
PESSOAL	34,6	43,4	37,4	40,3	44,9
JUROS	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11,7	14,4	12,4	14,5	13,7
CONTRATO MANDATO	2,4	8,3	20,6	7,9	4,5
OUTROS GASTOS	1,8	1,5	2,2	1,0	1,2
TOTAL	100	100	100	100	100

O crescimento dos rendimentos de exploração foi suficiente para compensar a travagem na execução do Contrato de mandato, e fez com que os rendimentos operacionais aumentassem 2%.

TABELA 8-4 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS POR RUBRICA (MILHARES DE EUROS) 2019 – 2023

	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022/2023
ESTACIONAMENTOS	29 165	20 075	20 478	28 597	30 329	6%
VIA PÚBLICA	23 730	16 755	17 159	24 541	25 775	5%
PARQUES	5 435	3 320	3 318	4 056	4 555	12%
OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	7 899	4 659	7 254	10 716	11 445	7%
RESIDENTES	3 173	2 511	2 371	2 337	2 412	3%
MOBILIDADE	377	448	642	862	975	13%
CONTRATOS MANDATO	982	3 193	9 402	3 698	2 134	-42%
CML E OUTROS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		4 731	6 256	0	0	0%
OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	1 744	2 776	2 498	2 201	2 126	-3%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS - TOTAL	43 340	38 394	48 900	48 410	49 423	2%
OUTROS RENDIMENTOS	28	2	0	1	1	0%
TOTAL DE RENDIMENTOS	43 367	38 396	48 900	48 411	49 424	2%

Embora o EBITDA se tenha deteriorado ligeiramente, a redução dos gastos com depreciações e amortizações viabilizou um crescimento de 11% do resultado líquido, que contou também com a subida dos ganhos financeiros que, assim contiveram a deterioração do resultado financeiro num contexto de escalada dos gastos de financiamento.

TABELA 8-5 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SINTÉTICA 2019 - 2023 (MILHARES €)

	2019	2020	2021	2022	2023
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	43 340	38 395	49 762	48 410	49 423
GASTOS OPERACIONAIS	36 988	32 801	43 432	39 929	41 019
EBITDA	6 352	5 594	6 330	8 482	8 404
DEPRECIações E AMORTIZAções	4 919	5 527	6 145	6 758	6 509
RESULTADO FINANCEIRO	- 32	-48	-49	-40	-43
IMPOSTO/RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	379	5	107	466	501
RESULTADO LÍQUIDO	1 022	15	29	1 218	1 352

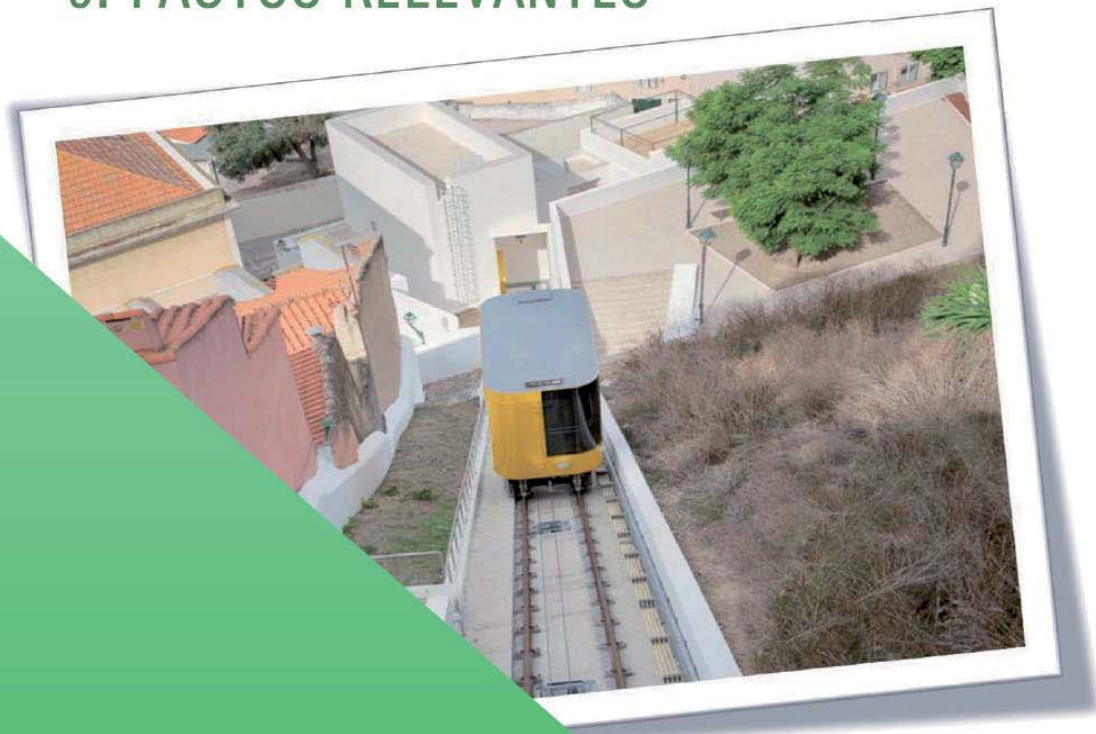
A apreciação da performance económica da EMEL, medida pelo conjunto de indicadores habitualmente divulgados, é positiva. A empresa mantém a capacidade de geração de resultados, melhorando a rentabilidade económica, pese embora a ligeira deterioração do EBITDA e da respetiva margem.

A posição financeira também regista uma degradação marginal, mas preserva a sua solidez para encarar os desafios futuros na promoção da mobilidade mais sustentável.

TABELA 8-6 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS 2019 - 2023

	2019	2020	2021	2022	2023
RENTABILIDADE ECONÓMICA = RES. ECONÓMICO/ATIVO LÍQUIDO	1,94%	0,09%	0,24%	2,21%	2,37%
SOLVABILIDADE = CAPITAL PRÓPRIO/PASSIVO	130,45%	122,49%	108,12%	112,93%	111,50%
AUTONOMIA FINANCEIRA = CAPITAL PRÓPRIO/ATIVO LÍQUIDO	56,61%	55,05%	51,95%	53,04%	52,72%
EBITDA (€)	6 352 079	5 594 226	6 329 775	8 481 534	8 404 394
MARGEM DO EBITDA = EBITDA/RENDIMENTOS OPERACIONAIS	14,66%	14,57%	12,72%	17,52%	17,01%

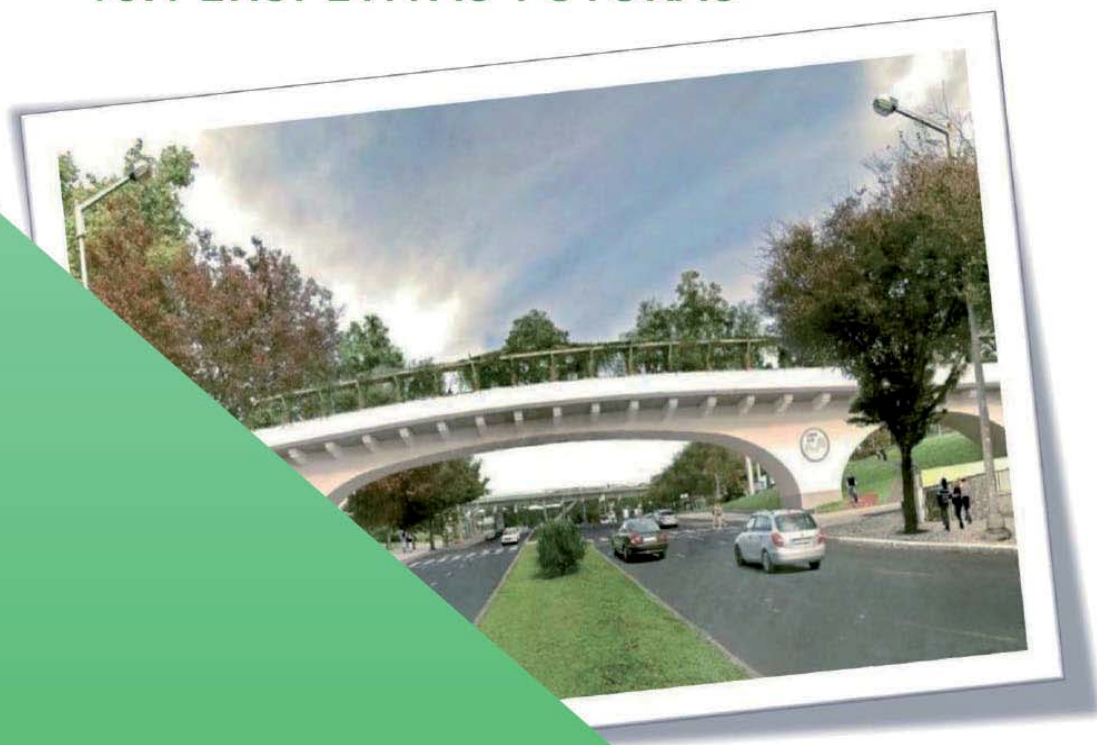
9. FACTOS RELEVANTES



No seguimento da proposta número 92/2024, aprovada na Reunião de Câmara Extraordinária número 134, de 19 de fevereiro de 2024, foi aprovada a designação da Doutora Sandra Cristina Cortez Braz como Vogal do Conselho de Administração da EMEL, não remunerada, substituindo no cargo a Doutora Ana Maria Loureiro Raimundo.

No dia 12 de março, teve lugar a inauguração do Funicular, equipamento que concretiza o percurso pedonal mecanicamente assistido da Graça, ligando a Rua dos Lagares ao Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen. A EMEL assegura a operação que, desde início, está a evidenciar excelente aceitação, registando 14 000 viajantes na primeira semana de atividade.

10. PERSPETIVAS FUTURAS



A EMEL prossegue o trajeto definido para uma cidade de Lisboa mais sustentável e competitiva.

A empresa olha para o futuro com a determinação em atingir os objetivos definidos, mas também, com a ambição de continuar a apostar numa estratégia de mobilidade sustentável alinhada com as necessidades dos residentes do Município de Lisboa.

Com este pano de fundo, a EMEL tem definido, a médio prazo, um programa de investimentos orçado em quase 80 milhões de euros.

O estacionamento em parques é a área que mobiliza mais meios – serão construídos oito novos parques, com quase 2 500 lugares, integrando um planeamento diversificado, visando as necessidades de residentes, a rotação ou a dissuasão.

A expansão do estacionamento na via pública irá prosseguir – no próximo quadriénio o crescimento do número de lugares sob gestão aproximar-se-á dos 12 500 novos lugares, sempre com a preocupação de procurar proteger os interesses dos residentes, com a melhor definição tarifária ou mesmo com a reserva de lugares para viaturas com dístico da ZEDL em causa.

Proseguirá a construção de novas ciclovias, sendo que, já em 2024, está prevista a construção da ponte ciclopedonal sobre a Av. Almirante Gago Coutinho, junto à Rotundo do Relógio. Este projeto, será mais que um percurso ciclopedonal, será uma passagem superior naturalizada, com 104,80 metros de extensão, que incorporará uma faixa verde com árvores e arbustos e permitirá que a ponte seja um prolongamento das áreas verdes adjacentes, ao mesmo tempo que completa a rede de percursos pedonais e cicláveis, promovendo a ligação entre o eixo central da cidade (Alvalade e o Campo Grande) com a zona oriental de Lisboa, mais concretamente Marvila, Olivais e também Parque das Nações.

A expansão do GIRA conduzirá a uma rede com 184 estações, mais 44 que o planeado no lançamento do sistema, e uma frota com mais de 2 000 bicicletas, com o objetivo de assegurar uma disponibilidade média de 10 bicicletas por estação, prevendo assim, já no próximo ano a chegada do GIRA a todas as freguesias da cidade.

A marca LEVE terá um crescimento significativo, com a implementação de novos carregadores em vários parques já existentes, assim como nos novos que a empresa planeia abrir. Está também previsto para a via pública a instalação de 24 novos pontos de carregamento e existem projetos para a criação de dois *Hubs* de carregamento super-rápido.

A modernização das interseções semaforizadas ficará concluída em 2024, reunindo assim, todos os requisitos necessários para o desenvolvimento do

sistema de gestão centralizada de tráfego, dando início à implementação de melhorias nas imediações de escolas e interfaces de transportes públicos, assente em objetivos de sinistralidade Zero.

O investimento na inovação, continuará presente no desenvolvimento de soluções que respondam aos desafios atuais e futuros da cidade. Neste sentido, a EMEL posiciona-se como um agente ativo na procura de novos projetos que assentem na análise e implementação de soluções de vanguarda, que permitam atingir a solução dos problemas da mobilidade, com vista a um futuro mais sustentável para a cidade de Lisboa.

A EMEL tem já previsto, para 2025, testar um conjunto de soluções inovadoras que ambicionam melhorar a gestão do estacionamento na via pública, incluindo a promoção da eficiência das atividades de logística urbana.

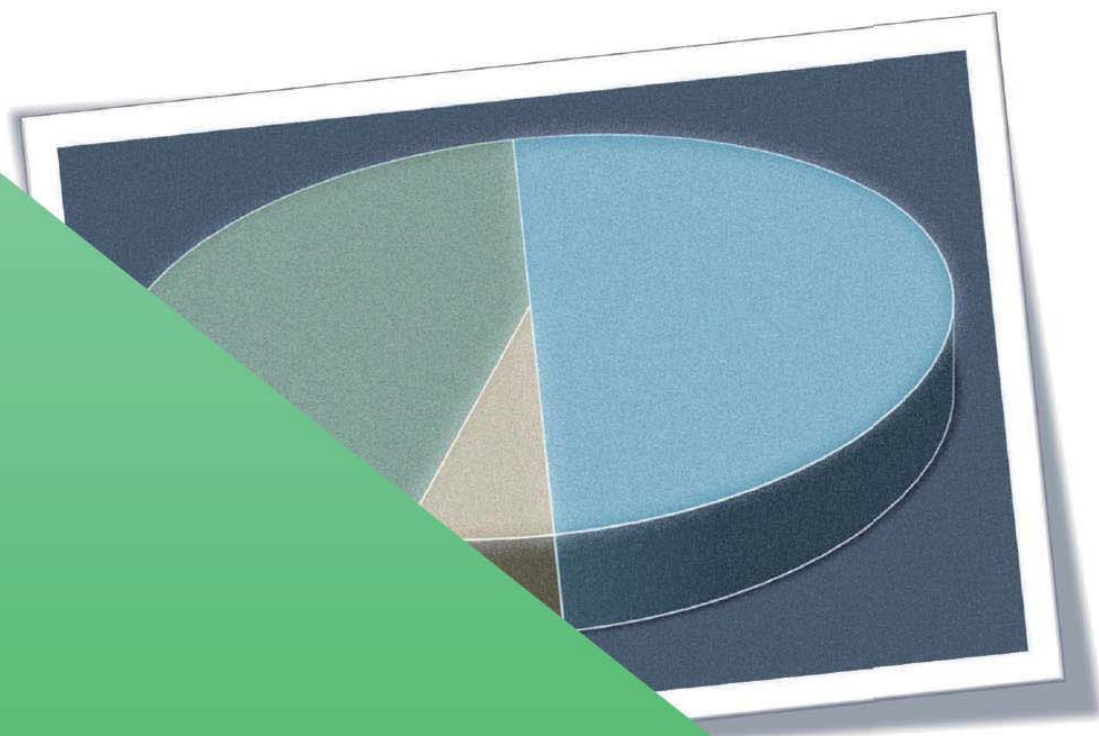
Também para fazer face às exigências atuais e futuras, o reforço na formação será um fator prioritário, essencialmente o investimento nas competências comportamentais, com o objetivo de desenvolver a comunicação e a gestão emocional das equipas quer a nível interno, quer externo, fator fundamental à difusão e consolidação da imagem da empresa enquanto agente essencial da nova mobilidade na cidade.

Esta imagem positiva, tem como objeto reforçar a marca EMEL através de campanhas e presença em eventos, promovendo parcerias com vários intervenientes económicos de referência incorporando assim a dimensão de Responsabilidade Social Corporativa, fundamentando a melhoria no relacionamento com os clientes e utilizadores e contribuindo com o apoio de ferramentas tecnológicas mais capazes, designadamente com a implementação de uma nova solução de CRM.

Sempre com o foco de preservar um quadro de pessoal estável, mas também como objetivo numa aposta tecnológica que permita ambiciosos ganhos de eficiência, a EMEL contribuirá sempre com o desenvolvimento de soluções integradas mais sofisticadas que permitam, simultaneamente, maior capacidade de intervenção e flexibilidade.

Num tempo em que a preocupação ambiental está cada vez mais presente na vida quotidiana das populações, a EMEL quer continuar a contribuir, com medidas concretas, para a forma como se olha a mobilidade urbana do futuro.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2023, no valor de 1 352 452,36€, seja aplicado da seguinte forma:

- Constituição de Reservas Legais (10%): 135 245,24€;
- Transferência para a conta de Resultados Transitados: 1 217 207,12€.

Lisboa, 22 de março de 2024

Carlos Silva
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2024.04.15 14:36:18 +01'00'
Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva
(Presidente do Conselho de Administração)

Francisca Ramalhosa
Assinado de forma digital por Francisca Ramalhosa
Dados: 2024.04.15 14:52:23 +01'00'
Francisca Leal da Silva Ramalhosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cristina Cortez Braz
(Vogal do Conselho de Administração)

Assinado por: **Sandra Cristina Cortez Brás Henriques**
Num. de Identificação: 
Data: 2024.04.15 14:31:43+01'00'

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31/12/2023

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	60 125 254,32	58 891 028,76
Propriedades de investimento	6	1 250 079,71	1 301 090,09
Ativos intangíveis	7	1 278 559,50	1 653 078,21
Outros investimentos financeiros		194 070,83	187 073,91
Créditos a receber	11	2 012 777,85	-
Ativos por impostos diferidos	8	101 301,82	101 301,82
		64 962 044,03	62 133 572,79
Ativo corrente			
Clientes	9	599 555,51	777 590,60
Estado e outros entes públicos	10	689 091,24	729 380,49
Outros créditos a receber	11	1 538 529,75	4 500 535,97
Diferimentos	12	2 483 203,66	1 449 252,52
Caixa e depósitos bancários	13	9 884 254,64	8 398 637,91
		15 194 634,80	15 855 397,49
Total do activo		80 156 678,83	77 988 970,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	32 000 000,00	32 000 000,00
Reservas legais	14	1 587 757,11	1 465 940,03
Resultados transitados	14	4 411 922,47	3 315 568,78
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	26	2 904 218,37	3 361 925,25
Resultado líquido do período		1 352 452,36	1 218 170,77
Total do capital próprio		42 256 350,31	41 361 604,83
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2 209 423,76	1 920 093,34
Financiamentos obtidos	16	825 491,01	1 330 429,33
Passivos por impostos diferidos	8	778 908,07	900 576,91
		3 813 822,84	4 151 099,58
Passivo corrente			
Fornecedores	17	10 473 982,07	13 437 903,54
Estado e outros entes públicos	10	1 446 299,04	1 539 337,03
Financiamentos obtidos	16	949 480,47	793 199,12
Outras dívidas a pagar	11	18 257 561,66	13 854 997,33
Diferimentos	12	2 959 182,45	2 850 828,85
		34 086 505,69	32 476 265,87
Total do passivo		37 900 328,53	36 627 365,45
Total do capital próprio e do passivo		80 156 678,83	77 988 970,28

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NUNO ALEXANDRE COTRIM BARÃO**
 Num. de Identificação: [Redacted] Barão
 Data: 2024.04.15 11:55:32+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº [Redacted]**



A ADMINISTRAÇÃO
Carlos Silva
 Assinado de forma digital por Carlos Silva
 Dados: 2024.04.15 14:37:33+01'00'
 (Presidente do Conselho de Administração)
Francisca Ramalhosa
 Assinado de forma digital por Francisca Ramalhosa
 Dados: 2024.04.15 14:53:13+01'00'
 (Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
 (Vogal do Conselho de Administração)

Assinado por: **Sandra Cristina Cortez Brás Henriques**
 Num. de Identificação: [Redacted]
 Data: 2024.04.15 12:40:34+01'00'

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31/12/2023

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	18	45 687 811,97	43 011 502,10
Subsídios à exploração	26	-	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(16 946 061,64)	(16 921 931,56)
Gastos com o pessoal	20	(21 381 970,78)	(18 825 659,91)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-	(53 269,58)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(289 330,42)	(264 488,88)
Outros rendimentos	21	3 735 546,10	5 398 760,00
Outros gastos	21	(2 401 600,95)	(3 863 378,64)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(EBITDA)	8 404 394,29	8 481 533,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	(6 508 658,35)	(6 758 250,02)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(EBIT)	1 895 735,94	1 723 283,51
Juros e rendimentos similares obtidos	18	37 907,43	648,97
Juros e gastos similares suportados		(80 382,13)	(40 153,80)
Resultado antes de impostos	(EBT)	1 853 261,24	1 683 778,68
Imposto sobre o rendimento do período	24	(500 808,88)	(465 607,91)
Resultado líquido do período		1 352 452,36	1 218 170,77

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NUNO ALEXANDRE COTRIM BARÃO**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2024.04.15 11:54:30+01'00' Barão
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC n° [REDACTED]**



A ADMINISTRAÇÃO
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2024.04.15 14:37:57+01'00'
Carlos Silva
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado de forma digital por Francisca Ramalhosa
Dados: 2024.04.15 14:53:55+01'00'
Francisca Ramalhosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
(Vogal do Conselho de Administração)

Assinado por: **Sandra Cristina Cortez Brás Henriques**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2024.04.15 12:41:56+01'00'

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2023

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		61 830 539,36	59 642 091,52
Pagamentos a fornecedores		(27 913 997,29)	(29 343 416,96)
Pagamentos ao pessoal		(11 652 781,09)	(10 243 087,19)
Caixa gerada pelas operações		22 263 760,98	20 055 587,37
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(587 619,26)	(363 739,55)
Outros recebimentos/pagamentos		(13 242 181,19)	(10 659 271,68)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		8 433 960,53	9 032 576,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6 572 181,27)	(5 422 079,16)
Ativos intangíveis		(0,00)	(4 043,12)
Investimentos financeiros		(16 879,38)	(47 740,62)
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 406,01	3 338,22
Activos intangíveis		(0,00)	(0,00)
Investimentos financeiros		5 766,51	2 212,41
Outros activos		(0,00)	(0,00)
Subsídios ao investimento		(0,00)	(0,00)
Juros e rendimentos similares		28 339,35	486,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(6 553 548,78)	(5 467 825,56)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(0,00)	(0,00)
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(348 656,97)	(352 246,80)
Juros e gastos similares		(46 138,05)	(24 643,23)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(394 795,02)	(376 890,03)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 485 616,73	3 187 860,55
Efeito das diferenças de câmbio		(0,00)	(0,00)
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 398 637,91	5 210 777,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	9 884 254,64	8 398 637,91

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NUNO ALEXANDRE COTRIM BARÃO**
 Num. de Identificação: [REDACTED]
 Data: 2024.04.15 15:05:36+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº [REDACTED]**



A ADMINISTRAÇÃO
Carlos Silva
 Assinado de forma digital por Carlos Silva
 Dados: 2024.04.15 14:38:20+01'00'
 (Presidente do Conselho de Administração)

Francisca Ramalhosa
 Assinado de forma digital por Francisca Ramalhosa
 Dados: 2024.04.15 14:54:36+01'00'
 (Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
 (Vogal do Conselho de Administração)

Assinado por: **Sandra Cristina Cortez Brás Henriques**
 Num. de Identificação: [REDACTED]
 Data: 2024.04.15 12:45:02+01'00'

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

NOTAS	DESCRICÃO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MAE										Total do capital próprio		
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instr. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses que não controlam
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	32 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 289 310,99	0,00	3 819 632,13	29 175,32	40 601 140,94	0,00	40 601 140,94
	Alterações de novo referencial contabilístico													
	Alterações de políticas contabilísticas													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização de excedentes de revalorização													
	Excedentes de revalorização													
	Ajustamentos por impostos diferidos													
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
2	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							26 257,79				121 668,84		121 668,84
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							26 257,79				121 668,84		121 668,84
4-2+3	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
	Realizações de capital													
	Realizações de prémios de emissão													
	Distribuições													
	Entradas para cobertura de perdas													
	Outras operações													
5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	32 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 315 568,78	0,00	3 361 925,25	1 218 170,77	41 361 604,83	0,00	41 361 604,83
	3=1+2+3+4-5													

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023

NOTAS	DESCRICÃO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MAE										Total do capital próprio		
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instr. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses que não controlam
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	32 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 315 568,78	0,00	3 361 925,25	1 218 170,77	41 361 604,83	0,00	41 361 604,83
	Alterações de novo referencial contabilístico													
	Alterações de políticas contabilísticas													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização de excedentes de revalorização													
	Excedentes de revalorização													
	Ajustamentos por impostos diferidos													
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
7	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							1 096 353,69				121 668,84		121 668,84
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							1 096 353,69				121 668,84		121 668,84
9-7+8	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
	Realizações de capital													
	Realizações de prémios de emissão													
	Distribuições													
	Entradas para cobertura de perdas													
	Outras operações													
10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	32 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 411 922,47	0,00	2 904 216,37	1 352 452,36	42 256 350,31	0,00	42 256 350,31
	6+7+8+10													

Assinado por: **NUNO ALEXANDRE COTRIM BARÃO**
 Num. de identificação: [Redacted]
 Data: 2024.04.15 12:00:46+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº [Redacted]**

Carlos Silva
 (Fornecido de forma digital)
 Assinado de forma digital por Carlos Silva
 14:38:50 +01'00'

A ADMINISTRAÇÃO
 Assinado de forma digital por Francisca Barata Antunes
 (Fornecido de forma digital)
 Assinado por: **Sandra Cristina Cortez Ribeiro Henriques**
 Num. de identificação: [Redacted]
 Data: 2024.04.15 12:46:29+01'00'

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2023

(Anexo)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada pela deliberação nº 73/AM/94, por proposta da deliberação nº 242/CM/94, de 14/07/94, e iniciou a sua atividade em 01/10/1994, tem a sua sede na Alameda das Linhas de Torres, 198/200, em Lisboa.

A Empresa tem como atividade principal a gestão do serviço público de estacionamento da cidade de Lisboa integrado no sistema global de mobilidade e acessibilidades definidos pela Câmara Municipal de Lisboa e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2023, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações de Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

(Nota 1)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto.

As presentes demonstrações financeiras foram, ainda, preparadas em conformidade com o DL n.º 98/2015, de 2 de junho e com a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que alteraram os DL n.º 158/2009, de 13 de julho e DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprovam o SNC.

A entidade adoptou as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a “NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com as demonstrações financeiras do exercício anterior.

(Nota 2)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.2 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

(Nota 3)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

	Anos de Vida Útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros activos fixos tangíveis	3 - 8

3.2.2 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para auferir rendimento e/ou valorizações do capital.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O justo valor foi determinado por avaliação efetuada por entidade especializada independente, com referência a 31/12/2021 (ver mais informação na nota 6).

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Investimentos em Curso - Ativos Fixos Tangíveis”. No final do período de promoção e construção o ativo é transferido para a rubrica “Propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.2.3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.2.4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

(Nota 3)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, a derrama estadual à taxa de 3% na matéria coletável superior a 1.500.000€, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.2.5 - CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.2.6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários, caso ocorram, são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.2.7 - IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação da perda assume um carácter permanente e definitivo e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso do ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

(Nota 3)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

3.2.8 - PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

3.2.9 - PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.10 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva e consequentemente não existem diferenças significativas entre a utilização do método do custo ou do custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.2.11 - FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

(Nota 3)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

3.2.12 - RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.13 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o referido anteriormente.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

3.2.14 - TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, correspondendo à moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor, denominados em moeda estrangeira, são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

(Nota 3)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

3.2.15 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.16 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as seguintes:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

(Nota 3)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, foi o seguinte:

Caixa e seus equivalentes:	31/12/2022	31/12/2023
Numerário	553 546,98	644 798,00
Depósitos à ordem	7 845 090,93	3 239 456,64
Aplicações tesouraria (Dep.a prazo)	-	6 000 000,00
	8 398 637,91	9 884 254,64

No final de 31/12/2023, todos os saldos de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

(Nota 4)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

		31/12/2022				
Ativo:	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	6 188 751,54	-	-	-	-	6 188 751,54
Edifícios e outras construções	51 191 843,20	-	-	343 904,45	-	51 535 747,65
Equipamento básico	25 482 196,07	1 019 239,75	-	966 991,02	-	27 468 426,84
Equipamento de transporte	2 881 745,82	-	-	-	-	2 881 745,82
Equipamento administrativo	4 015 617,79	68 402,20	59 086,10	-	-	4 024 933,89
Outros ativos fixos tangíveis	347 546,82	3 142,16	-	-	-	350 688,98
Ativos em curso	3 187 705,41	3 830 045,34	-	(1 310 895,47)	-	5 706 855,28
	93 295 406,65	4 920 829,45	59 086,10	-	-	98 157 150,00
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	12 993 510,22	2 811 181,71	173,68	-	-	15 804 518,25
Equipamento básico	15 332 759,81	2 100 048,93	471,44	-	-	17 432 337,30
Equipamento de transporte	1 948 168,22	403 417,49	-	-	-	2 351 585,71
Equipamento administrativo	2 899 513,70	512 526,26	57 021,52	-	-	3 355 018,44
Outros ativos fixos tangíveis	307 043,80	15 617,74	-	-	-	322 661,54
	33 480 995,75	5 842 792,13	57 666,64	-	-	39 266 121,24
Valor líquido	59 814 410,90	(921 962,68)	1 419,46	-	-	58 891 028,76
		31/12/2023				
Ativo:	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	6 188 751,54	-	-	-	-	6 188 751,54
Edifícios e outras construções	51 535 747,65	-	-	1 925 555,80	-	53 461 303,45
Equipamento básico (I)	27 468 426,84	989 248,70	2 593 687,64	452 964,32	-	26 316 952,22
Equipamento de transporte	2 881 745,82	46 304,00	47 172,72	-	-	2 880 877,10
Equipamento administrativo	4 024 933,89	183 301,02	13 112,88	-	-	4 195 122,03
Outros ativos fixos tangíveis	350 688,98	15 335,74	-	-	-	366 024,72
Ativos em curso (II)	5 706 855,28	5 819 226,01	34 850,00	(2 378 520,12)	-	9 112 711,17
	98 157 150,00	7 053 415,47	2 688 823,24	-	-	102 521 742,23
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	15 804 518,25	2 904 721,97	-	-	-	18 709 240,22
Equipamento básico (I)	17 432 337,30	2 165 610,25	2 594 159,09	-	-	17 003 788,46
Equipamento de transporte	2 351 585,71	319 772,44	47 172,72	-	-	2 624 185,43
Equipamento administrativo	3 355 018,44	381 074,43	11 706,58	-	-	3 724 386,29
Outros ativos fixos tangíveis	322 661,54	12 229,03	3,06	-	-	334 887,51
	39 266 121,24	5 783 408,12	2 653 041,45	-	-	42 396 487,91
Valor líquido	58 891 028,76	1 270 007,35	35 781,79	-	-	60 125 254,32

(I) No exercício findo em 2023, foi efetuado o abate de parquímetros completamente obsoletos e depreciados, sendo a suas estruturas metálicas valorizadas como sucatas.

(II) No exercício findo em 2023, os principais Ativos em Curso são: a obra do funicular da Graça (Percurso da Graça), a obra de requalificação e modernização semafórica das laterais da Av. da Liberdade e a requalificação do parque de estacionamento do Combro.

(Nota 5)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada das Propriedades de Investimento, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2022						
Custo:	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2022
Parque Estac. - Portas do Sol	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Teixeira Pascoais	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Ana C. Osório	893 401,08	-	-	-	-	893 401,08
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1 076 974,54	-	-	-	-	1 076 974,54
Activos em curso	-	-	-	-	-	-
	1 970 375,62	-	-	-	-	1 970 375,62
Depreciações acumuladas:						
Depreciações parques	618 275,15	51 010,38	-	-	-	669 285,53
	618 275,15	51 010,38	-	-	-	669 285,53
Valor líquido	1 352 100,47	(51 010,38)	-	-	-	1 301 090,09

31/12/2023						
Custo:	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2023
Parque Estac. - Portas do Sol	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Teixeira Pascoais	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Ana C. Osório	893 401,08	-	-	-	-	893 401,08
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1 076 974,54	-	-	-	-	1 076 974,54
Activos em curso	-	-	-	-	-	-
	1 970 375,62	-	-	-	-	1 970 375,62
Depreciações acumuladas:						
Depreciações parques	669 285,53	51 010,38	-	-	-	720 295,91
	669 285,53	51 010,38	-	-	-	720 295,91
Valor líquido	1 301 090,09	(51 010,38)	-	-	-	1 250 079,71

Foi efetuada avaliação dos ativos classificados como propriedades de investimento, com referência a 31/12/2021, por entidade especializada independente (ver nota 3.2.2). Conforme seguidamente se apresenta:

	Custo aquisição	Depreciações acumuladas	Valor escriturado	Justo valor 31/12/2021
Parque Estac. - Ana C. Osório	893 401,08	521 967,52	371 433,56	975 000,00
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1 076 974,54	198 328,39	878 646,15	982 555,06
	1 970 375,62	720 295,91	1 250 079,71	1 957 555,06

Encontra-se somente reconhecido em propriedades de investimento, a permissão de 188,68 do parque Chão do Loureiro.

(Nota 6)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Intangíveis, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2022						
Custo:	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2022
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	4 852 850,77	3 287,09	-	-	-	4 856 137,86
Drt. Superfície - Portas do Sol	734 800,00	-	-	-	-	734 800,00
Drt. Superfície - Chão do Loureiro	264 600,00	-	-	-	-	264 600,00
Drt. Superfície - R. Diário Notícias (I)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Arroios (I)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Campo das Cebolas (I)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	323 867,44	-	-	-	-	323 867,44
Ativos em curso	-	-	-	-	-	-
	6 176 118,21	3 287,09	-	-	-	6 179 405,30
Depreciações acumuladas:						
Programas de computador	3 009 591,48	844 997,16	-	-	-	3 854 588,64
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	651 750,45	19 988,00	-	-	-	671 738,45
	3 661 341,93	864 985,16	-	-	-	4 526 327,09
Valor líquido	2 514 776,28	(861 698,07)	-	-	-	1 653 078,21

31/12/2023						
Custo:	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2023
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	4 856 137,86	-	-	-	-	4 856 137,86
Drt. Superfície - Portas do Sol	734 800,00	-	-	-	-	734 800,00
Drt. Superfície - Chão do Loureiro	264 600,00	-	-	-	-	264 600,00
Drt. Superfície - Arroios (I)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Campo das Cebolas (I)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	323 867,44	-	-	-	-	323 867,44
Ativos em curso	-	300 000,00	-	-	-	300 000,00
	6 179 405,30	300 000,00	-	-	-	6 479 405,30
Depreciações acumuladas:						
Programas de computador	3 854 588,64	654 530,71	-	-	-	4 509 119,35
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	671 738,45	19 988,00	-	-	-	691 726,45
	4 526 327,09	674 518,71	-	-	-	5 200 845,80
Valor líquido	1 653 078,21	(374 518,71)	-	-	-	1 278 559,50

(I) Os direitos de superfície foram obtidos a título gratuito, comprometendo-se a Emel a edificar parques de estacionamento com as seguintes capacidades mínimas de lugares:

Drt. Superfície - Arroios (lug. 224)

Drt. Superfície - Campo das Cebolas (lug. 230)

(Nota 7)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido nos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos, foi o seguinte:

	31/12/2022					
	Saldo em 01/01/2022	Constituição		Reversão		Saldo em 31/12/2022
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos:						
Ajustamentos inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	71 133,72	-	-	-	-	71 133,72
Provisão p/outros riscos e encargos	30 168,10	-	-	-	-	30 168,10
	101 301,82	-	-	-	-	101 301,82
Passivos por impostos diferidos:						
Ganhos tributados períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Revalorizações ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	1 022 245,75	-	-	-	(121 668,84)	900 576,91
	1 022 245,75	-	-	-	(121 668,84)	900 576,91

	31/12/2023					
	Saldo em 01/01/2023	Constituição		Reversão		Saldo em 31/12/2023
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos:						
Ajustamentos inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	71 133,72	-	-	-	-	71 133,72
Provisão p/outros riscos e encargos	30 168,10	-	-	-	-	30 168,10
	101 301,82	-	-	-	-	101 301,82
Passivos por impostos diferidos:						
Ganhos tributados períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Revalorizações ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	900 576,91	-	-	-	(121 668,84)	778 908,07
	900 576,91	-	-	-	(121 668,84)	778 908,07

Na sequência da proposta nº 132/2016, de 23 de março, da Câmara Municipal de Lisboa, a Emel incorporou em Resultados Transitados, perdas associadas a créditos não assumidos pelo Município, no montante de 6.836.136,54 euros.

Existindo, aquando do encerramento das contas de 2015, dúvidas quanto à aceitação daqueles custos para efeitos fiscais, a estimativa de imposto foi, numa base de prudência, calculada não considerando aqueles para efeito de determinação da matéria coletável. Posteriormente ao encerramento das contas e até a entrega da declaração Mod.22, foram solicitados pareceres a fiscalistas, sobre esta situação, tendo sido entendimento de que os referidos custos deveriam concorrer para a formação do lucro tributável, razão pela qual, aquando da entrega da Mod.22 referente a 2015, estes custos foram considerados, originando um prejuízo fiscal a reportar de 3.235.938,27 euros. Dado que, os prejuízos fiscais de 2015, são reportáveis por 12 anos, procedeu-se no exercício de 2016, ao reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos, no valor de 679.547,04 euros por contrapartida de Resultados Transitados (em 31/12/2017 a reversão acumulada totaliza 608.413,32 euros, dos quais 160.654,65 euros de 2016 e 447.758,67 euros de 2017).

(Nota 8)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 9. CLIENTES

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na rubrica de Clientes, foi o seguinte:

Clientes:	Saldo em 01/01/2022	31/12/2022		Saldo em 01/01/2023	31/12/2023	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Cientes conta corrente	1 325 643,49	-	1 162 695,68	1 162 695,68	-	1 078 281,83
Cientes entidades relacionadas	2 193 925,16	-	160 836,33	160 836,33	-	67 215,09
Cientes factoring	-	-	-	-	-	-
Cientes cobrança duvidosa	-	-	53 269,58	53 269,58	-	53 269,58
Perdas por imparidade	(545 941,41)	-	(599 210,99)	(599 210,99)	-	(599 210,99)
	2 973 627,24	-	777 590,60	777 590,60	-	599 555,51

A antiguidade dos saldos de Clientes a 31/12/2023, foi a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Cientes conta corrente	149 156,39	10 899,90	10 126,07	908 099,47	1 078 281,83
Cientes entidades relacionadas	67 215,09	-	-	-	67 215,09
	216 371,48	10 899,90	10 126,07	908 099,47	1 145 496,92

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na rubrica de Perdas por Imparidade acumuladas de Clientes, foi o seguinte:

Perdas por imparidade:	31/12/2022	31/12/2023
Saldo inicial	545 941,41	599 210,99
Aumento	53 269,58	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	599 210,99	599 210,99

(Nota 9)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, foi o seguinte:

<u>Estado e O. Entes Públicos (Ativo):</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Imp. sobre rendimento pessoas coletivas (IRC)	214 834,13	394 132,87
Imp. sobre valor acrescentado (IVA)	514 546,36	294 816,35
Outros impostos e taxas	-	142,02
	<u>729 380,49</u>	<u>689 091,24</u>
<u>Estado e O. Entes Públicos (Passivo):</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Imp. sobre rendimento pessoas coletivas (IRC)	465 607,91	500 808,88
Imp. sobre valor acrescentado (IVA)	570 553,08	424 086,21
Imp. sobre rendimento pessoas singulares (IRS)	139 649,21	145 032,23
Segurança social	359 076,27	376 371,72
Outros impostos e taxas	4 450,56	-
	<u>1 539 337,03</u>	<u>1 446 299,04</u>
Valor líquido	<u>(809 956,54)</u>	<u>(757 207,80)</u>

Durante o período findo em 31/12/2022 e 31/12/2023, a Emel tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Segurança Social (SS) e a Autoridade Tributária (AT).

A Emel mantém o diferendo relativo a execução fiscal do IRC de 2015. Contudo, foi feito o pagamento voluntário do imposto em 2018, por forma a Empresa continuar a desenvolver a sua atividade normal perante as restantes entidades.

A Empresa, e na sequência de um processo inspetivo relativo ao IRC de 2016, contestou as conclusões do relatório de inspeção, opondo-se ao pagamento do acerto da liquidação de imposto e respetivos juros compensatórios. Tendo, em 2021, apresentado uma garantia bancária, por forma a Empresa continuar a desenvolver a sua atividade normal perante os restantes entidades, ver Nota 25 para melhor detalhe.

(Nota 10)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DIVÍDAS A PAGAR

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na rubrica de Outras Créditos a Receber, foi o seguinte:

	Saldo em 01/01/2022	31/12/2022		Saldo em 01/01/2023	31/12/2023	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Outros créditos a receber:						
Pessoal	-	-	91,56	91,56	-	-
Devedores p/acréscimos de rendimentos	515 013,34	-	1 352 730,65	1 352 730,65	-	661 721,14
Outros devedores	4 383 466,31	-	3 147 713,76	3 147 713,76	2 012 777,85	876 808,61
	4 898 479,65	-	4 500 535,97	4 500 535,97	2 012 777,85	1 538 529,75
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
	4 898 479,65	-	4 500 535,97	4 500 535,97	4 025 555,70	1 538 529,75

A rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos no período findo em 31/12/2023, inclui essencialmente o valor a faturar, em 2024, relativo aos Contratos de Mandato celebrados com o Município, no valor de 327.070,56 euros e a imputação relativa a utilização da App Via Verde no estacionamento na via pública, no valor de 253.185,75 euros.

A rubrica Outros Devedores no período findo em 31/12/2023, inclui o desreconhecimento do Ativo em Curso da Órbita, no valor de 2.012.777,85 euros. No seguimento do processo de insolvência da mesma, a Emel interpôs judicialmente uma ação contra a seguradora responsável pela emissão das garantias bancárias, perante a recusa na sua liquidação. No período findo em 31/12/2023 o saldo foi transferido para Não Corrente, uma vez que existe uma perspetiva jurídica de um desfecho processual favorável, contudo antevê-se uma elevada morosidade, face a processos judiciais de idêntica dimensão e natureza, não inferior a 5 anos.

A rubrica Outros Devedores no período findo em 31/12/2023, inclui a caução prestada à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativa às futuras instalações da Sede da Emel, no valor de 533.520,00 euros. De referir, que devido ao facto de se ter verificado a necessidade de produzir intervenções mais profundas na edificação do imóvel, ao nível do reforço estrutural e sísmico, imprevisíveis à data de celebração do contrato, circunstâncias que prejudicam fortemente a sua prossecução, pelo que a Emel manifestou já a sua vontade em resolver o contrato de arrendamento, estando as partes a procurar um acordo.

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, não ocorreram movimentos na rubrica Perdas por Imparidade acumuladas de Outros Devedores.

OUTRAS DIVÍDAS A PAGAR

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na rubrica de Outras Dívidas a Pagar, foi o seguinte:

	Saldo em 01/01/2022	31/12/2022		Saldo em 01/01/2023	31/12/2023	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Outras dívidas a pagar:						
Fornecedores de investimento	1 004 600,21	-	788 734,35	788 734,35	-	2 073 481,42
Credores p/acréscimos de gastos	2 540 136,96	-	2 471 931,60	2 069 812,87	-	2 480 317,79
Outros credores	8 078 085,14	-	10 578 818,50	10 578 818,50	-	13 694 101,45
Pessoal	15 062,81	-	15 512,88	15 512,88	-	9 661,00
	11 637 885,12	-	13 854 997,33	13 452 878,60	-	18 257 561,66

(Nota 11)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica Credores por Acréscimos de Gastos no período findo em 31/12/2023, inclui essencialmente o valor das remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias, no valor de 2.301.680,34 euros.

A rubrica Outros Credores no período findo em 31/12/2023, inclui essencialmente o valor da quota parte das contraordenações cobradas, e que não são rendimento da Emel, quer no exercício, quer em exercícios anteriores, a transferir, no valor de 12.581.150,44 euros. A variação de valor em 31/12/2023, face a 31/12/2022 é de 2.991.457,66 euros.

(Nota 11)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 12. DIFERIMENTOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na rubrica de Diferimentos, foi o seguinte:

<u>Diferimentos (Ativo):</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros	623 738,07	972 903,08
Rendas	31 129,53	50 616,16
Outros gastos a reconhecer	794 384,92	1 459 684,42
	<u>1 449 252,52</u>	<u>2 483 203,66</u>
<u>Diferimentos (Passivo):</u>		
Rendimentos a reconhecer	2 850 828,85	2 959 182,45
	<u>2 850 828,85</u>	<u>2 959 182,45</u>

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer no período findo em 31/12/2022, inclui essencialmente o valor dos componentes de manutenção das bicicletas GIRA, ainda não incorporados, no valor de 90.175,34 euros, e os gastos, ainda não reconhecidos, respeitantes à atividade normal, no valor de 484.785,66 euros.

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer no período findo em 31/12/2023, inclui essencialmente o valor dos componentes de manutenção das bicicletas GIRA, ainda não incorporados, no valor de 340.680,84 euros, e os gastos, ainda não reconhecidos, respeitantes à atividade normal, no valor de 1.074.232,77 euros.

A rubrica Outros Rendimentos a Reconhecer no período findo em 31/12/2022, inclui essencialmente o valor pago pelos utentes do parque de estacionamento da Teixeira de Pascoais, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento, no valor de 508.818,27 euros, os carregamentos efetuados pelos utentes de dispositivos móveis (ePark), no valor de 1.597.184,40 euros, os carregamentos efetuados pelos utilizadores do Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas (GIRA - Bike Sharing), no valor de 401.862,88 euros, e as participações no âmbito de projetos europeus na área da mobilidade, no valor de 313.514,74 euros.

A rubrica Outros Rendimentos a Reconhecer no período findo em 31/12/2023, inclui essencialmente o valor pago pelos utentes do parque de estacionamento da Teixeira de Pascoais, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento, no valor de 500.886,07 euros, os carregamentos efetuados pelos utentes de dispositivos móveis (ePark), no valor de 1.654.463,57 euros, os carregamentos efetuados pelos utilizadores do Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas (GIRA - Bike Sharing), no valor de 620.842,76 euros, e as participações no âmbito de projetos europeus na área da mobilidade, no valor de 160.926,74 euros.

(Nota 12)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os movimentos ocorridos nas rubricas de Caixa e Depósitos Bancários, foram os seguintes:

<u>Caixa e depósitos bancários:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	553 546,98	644 798,00
Depósitos à ordem	7 845 090,93	3 239 456,64
Depósitos a prazo	-	6 000 000,00
	<u>8 398 637,91</u>	<u>9 884 254,64</u>

No final de 31/12/2023, todos os saldos de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

(Nota 13)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 14. CAPITAL REALIZADO, RESERVAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

CAPITAL REALIZADO

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o capital da Empresa estava totalmente subscrito e realizado, de acordo com o seguinte:

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado em:

Capital:	% Capital	31/12/2022	31/12/2023
Câmara Municipal de Lisboa	100,00	32 000 000,00	32 000 000,00

RESERVA LEGAL

Os Estatutos da Emel estabelecem no n.º 2 do art. 31, que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva Legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

OUTRAS RESERVAS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, não foram constituídas Outras Reservas.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 29 de abril de 2022 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (Proposta n.º 203/CM/2022) e foi decidido que o Resultado Líquido, de 29.175,32 euros, referente a esse exercício fosse aplicado de acordo com o resumo abaixo.

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 26 de abril de 2023 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Proposta n.º 191/CM/2023) e foi decidido que o Resultado Líquido, de 1.218.170,77 euros, referente a esse exercício fosse aplicado de acordo com o resumo abaixo.

	% RLE	2021	2022
Reservas legais	10,00	2 917,53	121 817,08
Resultados transitados	90,00	26 257,79	1 096 353,69
		29 175,32	1 218 170,77

(Nota 14)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 15. PROVISÕES

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os movimentos ocorridos nas rubricas de Provisões, foram os seguintes:

<u>Provisões:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	1 655 604,46	1 920 093,34
Aumento	264 488,88	289 330,42
Redução	-	-
Utilizações	-	-
	<u>1 920 093,34</u>	<u>2 209 423,76</u>

Em 2022, a empresa reforçou as Outras Provisões em 264.488,88 euros para fazer face ao previsto nas disposições diversas do OE 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho) relativamente à eventual obrigatoriedade das empresa municipais serem obrigadas a contribuir para o ACSS, IP pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores.

Em 2023, a empresa reforçou as Outras Provisões em 289.330,42 euros para fazer face ao previsto nas disposições diversas do OE 2023 (Lei n.º 24-D/2023, de 30 de dezembro) relativamente à eventual obrigatoriedade das empresa municipais serem obrigadas a contribuir para o ACSS, IP pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores.

(Nota 15)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os movimentos ocorridos nas rubricas de Financiamentos Obtidos, foram os seguintes:

Financiamentos obtidos:	Saldo em 01/01/2022	31/12/2022		Saldo em 01/01/2023	31/12/2023	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Financiamento - BPI (I)	1 446 463,48	742 194,03	352 022,65	1 094 216,68	384 314,53	361 245,18
Financiamento - Turismo de Portugal (II)	1 029 411,77	588 235,30	441 176,47	1 029 411,77	441 176,48	588 235,29
	2 475 875,25	1 330 429,33	793 199,12	2 123 628,45	825 491,01	949 480,47
Valor em dívida			2 123 628,45			1 774 971,48

Os empréstimos bancários de M /L prazo, são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso:	31/12/2022	31/12/2023
Menos de 1 ano	793 199,12	949 480,47
1 a 2 anos	511 630,55	531 373,35
2 a 3 anos	524 681,12	147 058,82
3 a 4 anos	147 058,82	147 058,84
4 a 5 anos	147 058,84	-
Mais de 5 anos	-	-
	2 123 628,45	1 774 971,48

(I) Trata-se de um empréstimo do Banco Português de Investimentos (BPI) no valor de 4.000.000 euros, concedido em 2011, pelo prazo de 15 anos, destinado a financiar a construção do parque do Chão do Loureiro.

(II) Trata-se de um empréstimo concedido, em 2012, mas utilizado somente em 2016, no âmbito do programa Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas (Jessica) destinado a regeneração, reabilitação e revitalização económica em meio urbano. O valor total do empréstimo concedido ascende aos 2.500.000 euros, tendo sido utilizado até ao período findo em 31/12/2023, o montante de 1.250.000,00 euros, reembolsável no prazo de 10 anos, após a sua utilização. Em 2020, e como consequência da situação pandémica originada pela COVID-19, foi atribuído pelo Turismo de Portugal, uma moratória de um ano para a amortização de capital, prolongando adicionalmente pelo mesmo período a devolução do capital em dívida. Durante o ano de 2023 não foi realizada nenhuma amortização de capital, apesar das várias insistências da Emel, junto do Turismo de Portugal.

(Nota 16)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 17. FORNECEDORES

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na rubrica de Fornecedores, foi o seguinte:

Fornecedores:	Saldo em 01/01/2022	31/12/2022		Saldo em 01/01/2023	31/12/2023	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	3 960 277,50	-	3 564 615,25	3 564 615,25	-	5 003 433,06
Fornecedores entidades relacionadas (I)	12 657 538,70	-	9 873 288,29	9 873 288,29	-	5 470 549,01
	16 617 816,20	-	13 437 903,54	13 437 903,54	-	10 473 982,07

A antiguidade dos saldos de Fornecedores a 31/12/2023, foi a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	3 925 973,33	902 957,03	746 039,52	(571 536,82)	5 003 433,06
Fornecedores entidades relacionadas	1 931 100,00	-	(841 443,93)	4 380 892,94	5 470 549,01
	5 857 073,33	902 957,03	(95 404,41)	3 809 356,12	10 473 982,07

(I) O saldo da rubrica Fornecedores Entidades Relacionadas, no período findo em 31/12/2023, é composto essencialmente pela contrapartida devida à CML com o Fee de Gestão (CML) de 2022 e 2023, no valor de 3.525.056,07 euros e 1.931.100,00 euros respetivamente.

(Nota 17)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 18. RÉDITO

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os movimentos ocorridos na rubrica de Rédito foram os seguintes:

	31/12/2022			31/12/2023		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Prestações de serviços (I) (II)	43 011 502,10	-	43 011 502,10	45 687 811,97	-	45 687 811,97
Reversões	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos (III) (IV)	5 398 760,00	-	5 398 760,00	3 735 546,10	-	3 735 546,10
	48 410 262,10	-	48 410 262,10	49 423 358,07	-	49 423 358,07
Juros obtidos	648,97	-	648,97	37 907,43	-	37 907,43
Total	48 410 911,07	-	48 410 911,07	49 461 265,50	-	49 461 265,50

(I) Na rubrica Prestações de Serviços, no período findo em 31/12/2022 face ao período anterior, registou-se um crescimento de 11.539.052,43 euros (+36,7%), em consequência do levantamento de algumas das restrições à atividade operacional, motivadas pelo surto pandémico originado pela COVID-19.

(II) Na rubrica Prestações de Serviços, no período findo em 31/12/2023 face ao período anterior, registou-se um crescimento de 2.676.309,873 euros (+6,2%), em consequência da melhoria geral do enquadramento económico. Comparativamente com 2019, o crescimento é de 4.658.069,68 euros (+11,4%).

(III) Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, no período findo em 31/12/2022, foram registados os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com o Município, no valor de 3.697.741,91 euros.

(IV) Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, no período findo em 31/12/2023, foram registados os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com o Município, no valor de 2.134.217,78 euros.

(Nota 18)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, a repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos, foi a seguinte:

<u>Fornecimentos e serviços externos:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Fee Gestão CML (I)	2 865 899,24	1 194 503,24
Serviços Especializados	1 959 435,44	1 563 678,71
Publicidade e Propaganda	724 137,83	541 576,88
Vigilância e Segurança (II)	796 673,23	963 397,32
Conservação e Reparação Via Pública	615 555,76	461 761,16
Conservação e Reparação Mobilidade (III)	702 687,36	960 422,48
Ferramentas e Utensílios Outros	711 027,50	780 227,17
Eletricidade (IV)	577 743,95	635 338,64
Outras Rendas e Alugueres	336 221,67	303 479,80
Comunicações (V)	1 271 361,78	2 015 033,21
Seguros (VI)	278 288,84	423 854,74
Limpeza, Higiene e Conforto	521 612,20	468 129,41
Outros Serviços (VII)	817 452,97	962 275,40
Restantes Gastos	4 743 833,79	5 672 383,48
	<u>16 921 931,56</u>	<u>16 946 061,64</u>

(I) Em 2023, a variação da rubrica deve-se ao aumento dos gastos relevantes para o cálculo do Fee (FSE, Gastos com Pessoal, etc.).

(II) Em 2023, o aumento nesta rubrica deve-se ao reforço dos serviços de vídeo vigilância nas diversas instalações, concretamente nas novas instalações de Cabo Ruivo.

(III) Em 2023, a variação na rubrica deve-se ao aumento dos gastos com a manutenção da rede SLAT (semáforos) e PCVE na cidade de Lisboa.

(IV) Em 2023, o aumento nesta rubrica deve-se ao incremento das tarifas aplicáveis.

(V) Em 2023, a variação na rubrica deve-se ao incremento da atividade operacional, e consequentemente com o acréscimo dos gastos de expedição de contraordenações.

(VI) Em 2023, a variação da rubrica está diretamente relacionada com ajustes de prémios, imputações ao exercício findo e a entrada em vigor da nova apólice de seguros para o triénio 2023-2026.

(VII) Em 2023, a variação na rubrica, está diretamente relacionada com o aumento da utilização dos meios de pagamento digitais e consequentemente o valor das comissões bancárias cobradas.

(Nota 19)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 20. GASTOS COM PESSOAL E REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

GASTOS COM PESSOAL

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, a repartição dos Gastos com Pessoal, foi a seguinte:

<u>Gastos com Pessoal:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Remunerações dos órgãos sociais	132 673,45	113 853,54
Remunerações do pessoal	14 310 753,18	16 396 228,12
Indemnizações	64 161,07	71 212,67
Encargos sobre remunerações	3 149 290,93	3 572 535,62
Seguros	723 002,89	757 776,89
Gastos de acção social	2 826,00	7 492,72
Outros gastos com pessoal	442 952,39	462 871,22
	<u>18 825 659,91</u>	<u>21 381 970,78</u>

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Número médio de trabalhadores	784	782

REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, a repartição das Remunerações dos Órgãos Sociais, foi a seguinte:

<u>Órgãos Sociais:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Conselho de Administração (I)	132 673,45	113 853,54
Fiscal Único (II)	11 367,24	11 367,24
	<u>144 040,69</u>	<u>125 220,78</u>

(I) Em 05/08/2022 foi aprovada em Assembleia Geral, a proposta nº 491/CM/2022 de 27/07/2022, relativa a nomeação do novo Conselho de Administração e mesa da Assembleia Geral, com efeitos a partir de 01/08/2022. Em 31/12/2023 apenas são remunerados o Presidente e o Vogal Executivo do Conselho de Administração.

(II) Valor relevado em Fornecimentos e Serviços Externos.

No exercício findo em 31/12/2023, a valorização ocorrida dos Gastos com Pessoal resulta do aumento das remunerações dos trabalhadores, num cenário de inflação acentuada (em 2022), bem como na efetivação da aplicação do novo modelo de progressão nas carreiras, e os consequentes encargos (seguros e segurança social) associados.

(Nota 20)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, a repartição dos Outros Rendimentos e Ganhos, foi a seguinte:

<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendimentos suplementares (I) (II)	4 127 616,67	2 544 531,51
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	416 931,39	450 454,13
Outros rendimentos e ganhos (III) (IV)	854 211,94	740 560,46
	<u>5 398 760,00</u>	<u>3 735 546,10</u>

(I) No exercício de 2022, estão incluídos na rubrica os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 3.697.741,91 euros, de acordo com o mencionado na nota 23.

(II) No exercício de 2023, estão incluídos na rubrica os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 2.134.217,78 euros, de acordo com o mencionado na nota 23.

(III) No período findo em 31/12/2022, estão incluídos na rubrica os seguintes rendimentos: Subsídio do FEDER (Lisboa 2020), no valor de 136.832,78 euros, Subsídio do PORLisboa (QREN), no valor de 48.272,61 euros, Subsídio do Turismo de Portugal, no valor de 394.270,32 euros, e proveitos resultantes de correções de períodos anteriores, no valor de 143.853,25 euros.

(IV) No período findo em 31/12/2023, estão incluídos na rubrica os seguintes rendimentos: Subsídio do FEDER (Lisboa 2020), no valor de 136.832,78 euros, Subsídio do PORLisboa (QREN), no valor de 48.272,61 euros, Subsídio do Turismo de Portugal, no valor de 394.270,32 euros e proveitos resultantes de correções de períodos anteriores, no valor de 101.117,91 euros.

OUTROS GASTOS E PERDAS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, a repartição dos Outros Gastos e Perdas, foi a seguinte:

<u>Outros gastos e perdas:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos	41 731,19	32 383,26
Gastos e perdas em inv. não financeiros	1 772,12	36 028,88
Outros gastos e perdas (V) (VI)	3 819 875,33	2 333 188,81
	<u>3 863 378,64</u>	<u>2 401 600,95</u>

(V) No período findo em 31/12/2022, estão incluídos na rubrica os gastos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 3.697.741,91 euros, de acordo com o mencionado na nota 23.

(VI) No período findo em 31/12/2023, estão incluídos na rubrica os gastos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 2.134.217,78 euros, de acordo com o mencionado na nota 23.

(Nota 21)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 22. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os movimentos ocorridos nas rubricas de Gastos com Depreciações e Amortizações, foram os seguintes:

	31/12/2022			31/12/2023		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	51 010,38	-	51 010,38	51 010,38	-	51 010,38
Ativos fixos tangíveis	5 842 254,48	-	5 842 254,48	5 783 129,26	-	5 783 129,26
Ativos intangíveis	864 985,16	-	864 985,16	674 518,71	-	674 518,71
	6 758 250,02	-	6 758 250,02	6 508 658,35	-	6 508 658,35

(Nota 22)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 23. PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, as transações e saldos entre a Emel e empresa relacionadas, são apresentados no quadro seguinte:

<u>Transações:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços adquiridos	3 550 000,00	1 570 000,00
Serviços faturados (I) (II)	3 697 741,91	2 134 217,78
<u>Saldos:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber (III)	160 836,33	67 215,09
Contas a pagar (IV)	9 873 288,29	5 470 549,01
Acréscimo de gastos (V)	(684 100,76)	(375 496,76)

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

(I) Em 05/04/2019 foram assinados dois Contratos de Mandato com o Município: O primeiro com objetivo de encarregar a Emel da "Gestão da rede de Sinalização Semafórica da cidade de Lisboa, incluindo a respetiva modernização, manutenção e assistência técnica, de acordo com a estratégia de sinalização da via pública e da gestão de tráfego definida pelo Município", no valor de 5.460.000,00 euros, válido até 31/12/2021. E, o segundo no valor de 3.298.000,00 euros, válido até 31/12/2019, com objetivo de encarregar a Emel da "Execução das Ciclovias", no âmbito da prossecução da estratégia de Mobilidade para a cidade de Lisboa. O contrato foi alvo de um aditamento, com a finalidade de prorrogar o prazo de execução até 31/12/2020. Ambos os contratos foram visados pelo Tribunal de Contas em 30/05/2019.

(II) Em 07/05/2020 foram assinados dois Contratos de Mandato com o Município: O primeiro com o objetivo de requalificar a Av. Infante D. Henrique, na zona envolvente ao parque do Campo das Cebolas, no valor de 5.088.000,00 euros e válido até 31/12/2022. E, o segundo com finalidade de reforçar a mobilidade ciclável em Lisboa com a execução de Ciclovias, no valor de 27.493.711,00 euros e válido até 31/12/2022. Os contratos não foram sujeitos a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas em virtude das alterações emanadas da Lei nº 2/2020, de 31 de março, que isenta este tipo de contratos de fiscalização prévia.

(III) O saldo apresentado nas Contas a receber, refere-se ao valor faturado pela Emel, e ainda não liquidado pelo Município, no âmbito dos Contratos de Mandato.

(IV) O saldo constante nas Contas a Pagar, o valor de 5.470.549,01 euros é essencialmente referente à dívida do Fee de Gestão (CML) respeitante ao exercício de 2022 e 2023, no valor de 3.525.056,07 euros e 1.931.100,00 euros respetivamente.

(V) O montante registado apresentado no Acréscimo de Gastos, será regularizado através de Nota de Crédito, pelo Município em 2024, por contrapartida da Faturação do Fee de Gestão (CML) de 2023, que foi faturado inicialmente com base na melhor estimativa à data.

(Nota 23)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de Imposto sobre o Rendimento do Exercício reconhecido nas demonstrações financeiras nos períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, foi o seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto corrente	465 607,91	500 808,88
Imposto diferido	-	-
Imposto sobre rendimento do exercício	465 607,91	500 808,88

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

<u>Imposto sobre Rendimento:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado Antes de Impostos	1 683 778,68	1 853 261,24
Taxa de imposto	21%	21%
Imposto expetável	353 593,52	389 184,86
Efeito fiscal gerado por:		
Valores a acrescentar	76 884,96	63 787,26
Valores a deduzir	(30 209,18)	(23 739,12)
Tributação autónoma	24 566,61	24 597,38
Derrama estadual	12 181,33	16 319,00
Derrama municipal	28 590,66	30 659,50
Imposto sobre rendimento do exercício	465 607,90	500 808,88
Taxa efetiva de Imposto	28%	27%

Sobre Impostos Diferidos, ver Nota 8 do presente Anexo.

(Nota 24)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 25. GARANTIAS PRESTADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, as Garantias Prestadas pela Empresa, foram as seguintes:

<u>Garantias:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Turismo de Portugal (Jessica) (I)	2 500 000,00	2 500 000,00
Ministério da Administração Interna (MAI)	16 750,00	16 750,00
Comarca de Lisboa Oeste (II)	30 000,00	30 000,00
Comarca de Lisboa (III)	19 504,00	19 504,00
PSP (Lic. Autoproteção Seg. Privada)	16 750,00	16 750,00
Sociedade Vulcalino (IV)	30 723,79	830 723,79
Autoridade Tributária (V)	550 000,00	550 000,00
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (VI)	533 520,00	549 180,00
Mobi.E (VII)	5 811,07	6 535,73
	<u>3 703 058,86</u>	<u>4 519 443,52</u>

(I) A Emel, a pedido do Turismo de Portugal, prestou uma garantia bancária para fazer face ao eventual incumprimento do reembolso do empréstimo bancário concedido de 2.500.000,00 euros. Até ao período findo em 31/12/2023, o Turismo de Portugal apenas tinha transferido para a Empresa 1.250.000,00 euros, para melhor detalhe consultar a Nota 16.

(II) Garantia prestada destinada a atribuir efeito suspensivo ao recurso de apelação apresentado junto do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

(III) Garantia prestada destinada a atribuir efeito suspensivo ao recurso de apelação apresentado junto do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

(IV) Garantia prestada ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações da GIRA (sistema de bicicletas públicas partilhadas de Lisboa). Em 2023, foi efetuado um reforço da garantia para as novas instalações da Fiscalização e serviços de apoio, no valor de 800.000,00 euros.

(V) Garantia prestada na sequência do processo inspetivo ao IRC de 2016, que a Emel contesta, opondo-se ao pagamento do imposto adicional sobre o rendimento, bem como dos respetivos juros compensatórios, à Autoridade Tributária (AT).

(VI) Garantia prestada na sequência do contrato de arrendamento, a 15 anos, das novas instalações da futura sede da Emel, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

(VII) Garantia prestada à Mobi.E, na sequência da adesão ao Regulamento da Mobilidade Elétrica (RME) para os posto de carregamento de viaturas elétricas (PCVE), e demais obrigações contratuais.

(Nota 25)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 26. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Subsídios ao Investimento e à Exploração, foi o seguinte:

31/12/2022						
	Saldo em 01/01/2022	Recebidos	Imputação a Resultados	Correções e Transf.	Reembolso	Saldo em 31/12/2022
Subsídios ao Investimento						
FEDER - Lisboa 2020 (I)	775 385,62	-	136 832,76	-	-	638 552,86
Turismo Portugal (II)	2 575 048,56	-	394 270,32	-	-	2 180 778,24
POR Lisboa (III)	1 613 112,58	-	48 272,64	-	-	1 564 839,94
	4 963 546,76	-	579 375,72	-	-	4 384 171,04
Subsídios à Exploração						
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total	4 963 546,76	-	579 375,72	-	-	4 384 171,04

31/12/2023						
	Saldo em 01/01/2023	Recebidos	Imputação a Resultados	Correções e Transf.	Reembolso	Saldo em 31/12/2023
Subsídios ao Investimento						
FEDER - Lisboa 2020 (I)	638 552,86	-	136 832,76	-	-	501 720,10
Turismo Portugal (II)	2 180 778,24	-	394 270,32	-	-	1 786 507,92
POR Lisboa (III)	1 564 839,94	-	48 272,64	-	-	1 516 567,30
	4 384 171,04	-	579 375,72	-	-	3 804 795,32
Subsídios à Exploração						
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total	4 384 171,04	-	579 375,72	-	-	3 804 795,32

(I) Trata-se de um apoio a fundo perdido no âmbito do Programa Operacional de Lisboa 2020, participado pelo FEDER, com ojetivo da "Requalificação do Espaço Público da zona Poente da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina - Cais do Sodré/Corpo Santo".

(II) Trata-se de apoio financeiro de natureza não reembolsável, concedido pelo Turismo de Portugal, destinado a requalificação do espaço público no Campo das Cebolas, apoio à mobilidade no percurso da Mouraria e construção de um parque de estacionamento nos bombeiros da Graça.

(III) Trata-se de uma participação financeira de ajuda não reembolsável, concedida pelo Programa Operacional Regional de Lisboa no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), destinado ao "Projeto Integrado do Percurso Pedonal Assistido da Baixa ao Castelo de S. Jorge".

(Nota 26)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Na presente data, o Conselho de Administração, não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2023, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Fevereiro de 2024, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NUNO ALEXANDRE COTRIM BARÃO**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2024.04.15 14:39:25 +01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC n.º [REDACTED]**



A ADMINISTRAÇÃO
Carlos Silva
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2024.04.15 14:39:25 +01'00'
(Presidente do Conselho de Administração)
Francisca Ramalhosa
Assinado de forma digital por Francisca Ramalhosa
Dados: 2024.04.15 14:55:55 +01'00'
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
(Vogal do Conselho de Administração)

Assinado por: **Sandra Cristina Cortez Brás Henriques**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2024.04.15 12:38:51 +01'00'

(Nota 27)



EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA



Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 80.156.679 euros e um total de capital próprio de 42.256.350 euros, incluindo um resultado líquido de 1.352.452 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Na sequência de uma ação de fiscalização efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, esta entidade concluiu pela não dedutibilidade fiscal da variação patrimonial negativa reconhecida pela EMEL no exercício de 2015, no montante de 6.836.137 euros, tendo procedido à emissão de uma liquidação adicional de imposto e respetivos juros compensatórios em 23 de agosto de 2017, no valor global de 935.689,50 euros. Por discordar da conclusão constante do referido relatório, o Conselho de Administração procedeu à sua contestação nos termos admitidos pela legislação fiscal. Sem abdicar da Reclamação Graciosa entretanto apresentada, a EMEL refletiu aquele montante como gasto nas demonstrações financeiras de 2017 e efetuou o seu pagamento em 28 de fevereiro de 2018. Em 14 de junho de 2018, no seguimento da submissão da declaração modelo 22, relativa ao exercício de 2017, a Autoridade Tributária comunicou à EMEL que esta não dispunha de prejuízos fiscais reportáveis, situação que originou o registo de um gasto de 447.759 euros, respeitante a insuficiência de estimativa de IRC. Nestas circunstâncias, não é ainda possível quantificar o

efeito que o desfecho deste processo poderá vir a ter nas contas apresentadas, incluindo o eventual desconhecimento dos ativos por impostos diferidos (71.134 euros) associados a esta situação.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

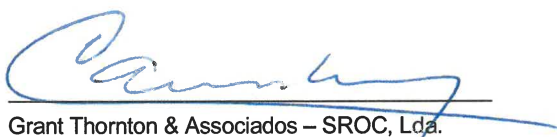
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

18 de abril de 2024



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160131



Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, (i) auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo; e (ii) emitimos nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Parecer sobre a informação financeira semestral (relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2023), em 18 de agosto de 2023 e o Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2024, em 20 de novembro de 2023.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2023 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos possíveis efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita na secção “Bases para a opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

18 de abril de 2024

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160131

- Deliberação n.º 221/CM/2024 (Proposta n.º 221/2024)
- Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia:

Apreciação do Relatório e Contas de 2023

CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.

Pelouro: Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.

Serviço: DMM e DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo Regime do Sector Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;

2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe «(...) no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do Exercício em causa»;

3 - O n.º 3 do artigo 40.º do RJAELPL estipula que «Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social». O n.º 4 estabelece que «No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).»;

4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do Município, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RJAELPL) - inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º do RJAELPL;

5 - A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., que se passa a indicar por CARRIS, é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e cujo capital social é integralmente detido pelo Município de Lisboa;

6 - A CARRIS é uma empresa local que tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa;

7 - A CARRIS apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, pelo que não está sujeita ao estipulado no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL, conforme evidenciado nas Contas de 2023 - Demonstração de Resultados;

8 - A CARRIS apresenta, em 31 de dezembro de 2023, um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50% do Capital Social, conforme evidenciado nas Contas de 2023 - Balanço, o que a coloca em situação de equilíbrio, no que concerne ao artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais;

9 - Da Certificação Legar de Contas, emitida pela BDO & Associados. SROC. Ltd.ª:

1 - “Em nossa Opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos matérias, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.”

2 - “Ênfase:

i - Conforme referido na nota 2.2 do anexo, o contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), tem, na sua redação, características que resultam no seu enquadramento no âmbito da aplicação da IFRIC 12 “Acordos de Concessão de Serviço”, sendo entendimento do Conselho de Administração da CARRIS que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os seus utentes das suas demonstrações financeiras, pelo que, desta forma, entendeu o Conselho de Administração da Carris ser mais apropriado proceder à derrogação divulgadas na referida nota 2.2 do anexo;

ii - Conforme evidenciado nas notas 4.2.9.2, 16, 20 e 28 do anexo, o contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a CML, estipula a atribuição de compensações financeiras pelo cumprimento de obrigações de serviço público. A Carris, tendo em conta as incertezas quanto à interpretação das variáveis contidas no cálculo das compensações, efetua o respetivo reconhecimento como rédito quando as compensações lhe são comunicadas nos termos previstos contratualmente. Assim, no exercício de 2023, a Carris reconheceu como rédito as compensações de serviço público relativas a 2022 e comunicadas em 2023;

iii - As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo da secção “Opinião” referem-se apenas à atividade da empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor, conforme evidenciado na Nota 1 do anexo às demonstrações financeiras. Nas persentes demonstrações financeiras, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme referido na Nota 4.2.5 do anexo;

iv - A nossa opinião não é modificada em relação a essas matérias.”

10 - Do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal:

1 - “O relatório de gestão, o relatório anual autónomo de boas práticas de governo societário (o qual inclui capítulo dedicado à análise de sustentabilidade da CARRIS nos domínios económico, social e ambiental), cumprem em termos gerias os requisitos legais e regulamentares estabelecidos;

2 - As demonstrações financeiras em apreço são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade;

3 - Pelo que é de parecer favorável a que sejam aprovadas, pela Assembleia-geral da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., nos termos estabelecidos pela alínea e) do artigo 10.º dos Estatutos da CARRIS:

a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2023;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.”

11 - O disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º e no artigo 455.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, nos termos dos quais compete à assembleia-geral anual proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, por força do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro e nos termos das disposições, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e n.º 1 do artigo 62.º, aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, da alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, e das alíneas a) e b) do artigo 25.º dos Estatutos da CARRIS, todos na redação em vigor:

1 - Apreciar favoravelmente o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.;

2 - Mandatar o Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia, para, em representação do Município de Lisboa na Assembleia-geral da CARRIS, votar favoravelmente o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., assim como a Proposta de Aplicação dos Resultados, constante da página 124 do citado Relatório relativo ao exercício de 2023.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind.NTL), 4 votos contra (1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 6 abstenções (3 PS, 2 PCP e 1 L).]

RELATÓRIO E CONTAS 2023



Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS	
1.1. SÍNTESE HISTÓRICA	
1.2. UNIVERSO DE EMPRESAS CARRIS	
2. PRINCIPAIS INDICADORES	
3. ANO 2023 EM REVISTA	
4. ATIVIDADE	
4.1. EXPLORAÇÃO OPERACIONAL	
4.2. QUALIDADE DO SERVIÇO	
4.3. ATIVIDADE COMERCIAL	
4.4. SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO (SAFETY)	
4.5. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO	
4.6. INFRAESTRUTURAS DE TRACÇÃO ELÉTRICA	
4.7. MUSEU DA CARRIS	
5. RECURSOS HUMANOS	
5.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO	
5.2. POLÍTICA SALARIAL	
5.3. FORMAÇÃO	
5.4. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO	
6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	
6.1. CONJUNTURA ECONÓMICA 2023	
6.2. ANÁLISE DE RESULTADOS DA EMPRESA	
6.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL	
6.4. INVESTIMENTO REALIZADO	
6.5. FLUXOS FINANCEIROS	
6.6. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	
7. GOVERNO SOCIETÁRIO	
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO	
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
2.1 BASE DE PREPARAÇÃO	
2.2 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC	
2.3 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA	
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	
4.1 BASES DE APRESENTAÇÃO	
4.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	

4.3 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS	
5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
7. LOCAÇÕES	
8. ATIVOS INTANGÍVEIS	
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO	
11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	
12. INVENTÁRIOS	
13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	
14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	
15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	
16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR	
17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	
18. DIFERIMENTOS PASSIVOS	
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	
20. RÉDITO	
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	
22. GASTOS COM O PESSOAL	
23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	
24. OUTROS RENDIMENTOS	
25. OUTROS GASTOS	
26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES	
27. PARTES RELACIONADAS	
28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS	
29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	
30. GARANTIAS	
31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	
32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo	
Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2023.....	
Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço	
Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente.....	
Gráfico 5 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais	
Gráfico 6 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho	
Gráfico 7 – Evolução Investimento (10 ³ €).....	

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2023	
Tabela 2 – Indicadores da Oferta.....	
Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h).....	
Tabela 4 – Ocorrências	
Tabela 5 – Taxa de ocupação.....	
Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração	
Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração	
Tabela 8 – Taxa de Cumprimento.....	
Tabela 9 – Passageiros – Validações.....	
Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte	
Tabela 11 – Tipologia de processos Comunicações do cliente.....	
Tabela 12 – Composição da Rede de Vendas	
Tabela 13 – Frota de Serviço Público	
Tabela 14 – Reparações de Carroçaria.....	
Tabela 15 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros	
Tabela 16 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico.....	
Tabela 17 – Apoio Psicossocial	
Tabela 18 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro	
Tabela 19 – Formação	
Tabela 20 – Absentismo em sentido lato	

Tabela 21 – Absentismo detalhado.....

Tabela 22 – Trabalho suplementar

Tabela 23 – Número de consultas realizadas, por tipo.....

Tabela 24 – Número de exames/ consultas (MT).....

Tabela 25 – Demonstração de Resultados (10³€).....

Tabela 26 – Variação do Património (10³€).....

Tabela 27 – Investimentos (10³€)

Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10³€).....

Tabela 29 – Prazo Médio de Pagamentos.....

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, a «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» («CARRIS») prosseguiu, com forte espírito de missão, o enorme desafio de se afirmar como a Mobilidade Inteligente do Futuro, alicerçada na promoção da sustentabilidade e na melhoria da eficiência e qualidade do serviço. Desta forma, procurou dar continuidade à sua longa história de sucesso, colocando-se na vanguarda da mobilidade e da inovação, evoluindo com a Cidade e ao serviço da Cidade, posicionamento que pretende assegurar e reforçar nos anos futuros!

O ano de 2023 foi fortemente marcado pela recuperação da procura, com cerca de 137 milhões de passageiros transportados, o que significa um acréscimo na ordem dos 10 milhões de passageiros (aproximadamente +8%) face ao período homólogo.

Para este aumento da procura contribuíram, naturalmente, todas as medidas que a empresa tem implementado no sentido de melhorar o seu serviço, bem como a comunicação com os seus clientes. Constituem exemplo destas medidas, entre outras, o reforço da oferta, através da introdução de novas carreiras, a reorganização de percursos e horários, bem como a resposta a eventos e/ou situações pontuais de aumento da procura de serviço de transporte público na Cidade, apresentando a CARRIS, no período em análise, uma taxa de cumprimento do serviço de 97%.

Importa também ter presente que a medida adotada, no último trimestre de 2022, pela Câmara Municipal de Lisboa, de atribuição da gratuitidade de acesso ao transporte público na cidade de Lisboa, aos maiores de 65 anos e aos jovens estudantes com idade inferior a 23 anos, teve efeitos muito positivos no ano 2023.

Destaca-se ainda, em agosto de 2023, a realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em Lisboa, o que constituiu um enorme desafio para a CARRIS. Com efeito, a operação da CARRIS sofreu nesses dias um grande impacto, quer pelo aumento brutal da procura, quer pela enorme imprevisibilidade dos fluxos de mobilidade então ocorridos (atenta inclusive a dispersão dos diversos locais em que decorreram os eventos), situação que determinou um ajustamento permanente das condições de operação.

Não obstante, este cenário extremo de operação, a CARRIS conseguiu responder ao desafio, transportando milhões de passageiros nesses dias, em condições adequadas de exploração, o que foi possível graças ao esforço e à dedicação plena de milhares de trabalhadores da empresa. Este contributo da CARRIS foi indubitavelmente relevante, tendo em consideração a complementaridade da cobertura da sua rede, para que a mobilidade na Cidade durante a JMJ fosse um sucesso.

Adicionalmente, a empresa reforçou o seu esforço de investimento na renovação da frota, rumo à descarbonização e a uma Cidade mais sustentável, com veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética. Nesse contexto, no decorrer de 2023, a CARRIS recebeu 10 autocarros standard elétricos, de um conjunto de 30 em produção e 24 autocarros articulados a Gás Natural Comprimido (GNC).

Foi contratada a aquisição de 14 novos autocarros mini elétricos, com o objetivo de reforçar esta tipologia de frota, maioritariamente usada nas carreiras de bairro ou em percursos onde as características da rede

viária urbana não permitam a utilização de autocarros de dimensão superior. Esta aquisição contribui ainda significativamente para o processo de descarbonização em curso, na medida em que são os primeiros autocarros elétricos desta tipologia a serem adquiridos pela empresa.

No que respeita à frota de elétricos, foram recebidos 12 elétricos rápidos articulados de grande capacidade, em 2023, de um conjunto de 15, prevendo-se que, nos primeiros meses de 2024, entrem ao serviço os remanescentes 3, de forma a dar continuidade ao processo de expansão da rede de elétricos.

Ainda no âmbito da política de investimento da empresa verificou-se em 2023, o retomar, volvidas várias décadas de inércia, da aposta na infraestrutura de transporte cuja exploração está cometida à CARRIS, nomeadamente, a expansão da sua rede de elétricos rápidos. Com efeito, a CARRIS abraçou, por orientação do seu acionista – a Câmara Municipal de Lisboa – o início do planeamento e execução de grandes empreendimentos de expansão e requalificação da sua rede de elétricos rápidos, de que cumpre destacar a futura expansão a ocidente e oriente da linha do 15 (de forma a percorrer todo o arco ribeirinho desde o Jamor ao Parque Tejo), o estudo e a conceção da futura linha de elétricos rápidos da Alta de Lisboa, bem como a profunda intervenção e requalificação da Estação de Santo Amaro, com a criação da denominada “Cidade Carris”. Para dar cumprimento a esta nova e exigente missão foi inclusive criada a nova Direção de Coordenação de Empreendimentos, que se tem vindo a dotar dos necessários recursos humanos especializados.

A sustentabilidade económica e financeira da CARRIS é também uma prioridade para a gestão da empresa. Apesar do contexto económico desafiante, marcado pela pressão inflacionista, a CARRIS logrou obter uma melhoria significativa dos seus resultados, face ao período homólogo, reforçando assim o equilíbrio da situação financeira. Com efeito, o Resultado Operacional da Atividade Transportes (EBITDA) apresentou um incremento de 57,6%, no período em análise, decorrente essencialmente do crescimento expressivo (12%) dos rendimentos provenientes da prestação do serviço público de transporte. A CARRIS apresentou um Resultado Líquido e Capitais Próprios positivos, uma autonomia financeira de 48,3% e uma solvabilidade de 93,6%.

No decurso do ano 2023, foi ainda possível integrar na empresa mais cento e trinta e sete novos trabalhadores, na sua esmagadora maioria tripulantes. Adicionalmente, foram tomadas medidas com o objetivo de assegurar a melhoria das condições de trabalho e remuneratórias dos trabalhadores da empresa. Cumpre realçar que os trabalhadores da CARRIS beneficiaram do maior aumento salarial concedido nos últimos anos, bem como a melhoria significativa de outras compensações remuneratórias, num clima de paz social, que se materializou na celebração, subscrita por todas as organizações sindicais, de uma Revisão Global do Acordo de Empresa. Situação esta que não vinha ocorrendo nos últimos exercícios.

Nunca é demais realçar que a história de sucesso da CARRIS assenta no esforço, no empenho e no profissionalismo diário dos seus trabalhadores! Por isso, neste momento de balanço, não podemos deixar de dirigir a todos os trabalhadores o nosso agradecimento e sentido reconhecimento pelo bom trabalho realizado.

No percurso de mais um ano ao serviço da Cidade, temos também de agradecer aos nossos Clientes, que sendo a razão da nossa existência, motivam o nosso desígnio diário de prestar um serviço melhor,

regular, acessível, seguro, confortável e eficiente, que melhore a sua experiência de viagem e de mobilidade na Cidade.

Por fim, importa ter presente que o sucesso da nossa missão apenas é possível graças à forte aposta que o nosso Acionista - a Câmara Municipal de Lisboa –, empenha na CARRIS, enquanto empresa de mobilidade do Município. O seu suporte incondicional na promoção de um sistema de mobilidade que incentiva a utilização do transporte público de forma cada vez mais sustentável, tem sido para nós fundamental!

A todos o nosso bem-haja, com o compromisso de continuarmos a dar o melhor de nós, na promoção da Mobilidade Inteligente do Futuro, ao serviço da Cidade, da CARRIS, dos seus clientes e dos seus trabalhadores.

O Conselho de Administração

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dra. Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.^a Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Dra. Sara Maria Pereira do Nascimento

Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

RELATÓRIO
E CONTAS

2023

CONSELHO
DE
ADMINISTRAÇÃO

No período em análise, o Conselho de Administração da CARRIS manteve a sua composição inalterada, com quatro membros executivos e um não executivo, apresentando-se infra a identificação dos seus titulares:



Fernando Pedro
Peniche de Sousa
Moutinho

Vogal não executivo

Maria de Albuquerque
Rodrigues da Silva
Lopes Duarte

Vice-Presidente

Pedro Gonçalo de
Brito Aleixo Bogas

Presidente

Sara Maria Pereira do
Nascimento

Vogal executiva

Ana Cristina Pereira
Coelho

Vice-Presidente

RELATÓRIO
E CONTAS

2023

01 APRESENTAÇÃO
DA EMPRESA
E SUAS
PARTICIPADAS

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS

1.1. Síntese histórica

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, foi fundada em 18 de setembro de 1872, tendo iniciado a sua atividade com um sistema de transporte do tipo “americano” (carruagens sobre carris movidas a tração animal). A sua primeira linha foi inaugurada em 1873. Na década seguinte surgiu um novo tipo de veículo – ascensor - que veio facilitar os acessos nas zonas mais íngremes da cidade. O ascensor do Lavra foi o primeiro a ser inaugurado, em 1884, seguindo-se o da Glória, em 1885 e, por fim, o da Bica, em 1892. O elevador de Santa Justa apareceu apenas em 1902, acompanhando outras inovações no sistema de transportes da altura.

Em 1901, fruto da convergência de dezenas de anos de esforços e transformações notáveis, surgiu o primeiro carro elétrico cuja rede foi rapidamente estendida a toda a cidade.

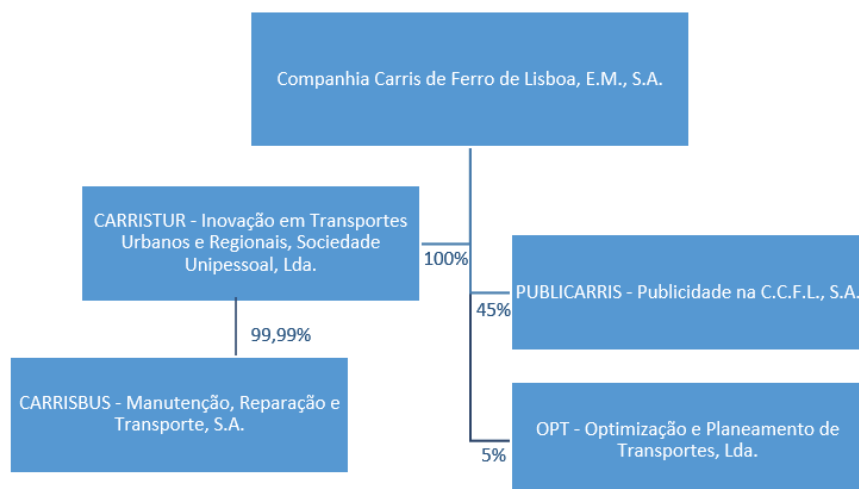
Em 1944, a CARRIS inaugurou o serviço de transporte com o modo autocarro. A partir do final da década de 50, coincidindo com a inauguração e crescimento da rede do metropolitano, esta rede de autocarros foi aumentada, em detrimento da rede de elétricos.

O serviço público de transporte rodoviário de passageiros é, há 151 anos, prestado, na cidade de Lisboa, pela CARRIS, tendo atualmente por base a concessão regulada pelo Decreto-Lei nº 174/2014, de 5 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro. Este diploma, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2017, transferiu para o Município de Lisboa a posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa celebrado com a CARRIS. Determinou, ainda, a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, bem como da universalidade de direitos e obrigações de que esta é titular, incluindo as suas participações sociais noutras sociedades.

No seguimento das alterações verificadas, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, a 25 de maio de 2017, a 2.ª alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros, celebrado entre o Município de Lisboa e a CARRIS, obtendo, em 13 de setembro de 2018, o parecer positivo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e, em 1 de outubro de 2018, o visto do Tribunal de Contas.

No final de 2023, a Empresa disponibilizava à cidade de Lisboa 101 carreiras de autocarros (7 da “rede da madrugada”), 6 carreiras de elétricos, 3 ascensores e 1 elevador, com um total de 797 veículos.

1.2. Universo de Empresas CARRIS



O universo de empresas CARRIS é formado pela «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» e pelas suas participadas, conforme organograma acima apresentado.

A CARRIS detém a totalidade do capital da empresa «CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.» («CARRISTUR»), empresa que desenvolve a sua atividade em duas principais áreas de negócio: o turismo e a formação. A CARRISTUR é o principal operador de circuitos turísticos em autocarros panorâmicos em Portugal, estando presente em quatro cidades portuguesas: Lisboa, Porto, Funchal e Braga. A realização de ações de formação de tripulantes de autocarros e de elétricos (guarda-freios), bem como a formação profissional no âmbito das tecnologias de organização e gestão de redes e sistemas de transporte público rodoviário e a sua exploração, constituem igualmente uma área de atuação relevante da empresa.

A CARRISTUR (e indiretamente a CARRIS,) detém a maioria do capital da empresa «CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transporte, SA» («CARRISBUS»), cujo objeto principal consiste na manutenção e na reparação de veículos pesados de passageiros, bem como de carros elétricos. Esta desenvolve ainda atividades no âmbito do recondicionamento geral de órgãos e de veículos, da desempanagem e reboque dos autocarros e elétricos sob assistência, e executa tarefas preventivas/curativas, nos equipamentos embarcados nos veículos.

A CARRIS tem ainda participação minoritária nas seguintes empresas:

- PUBLICARRIS: empresa criada para a exploração publicitária de meios nos veículos e espaços CARRIS; e
- OPT: empresa especializada em soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público.

RELATÓRIO E CONTAS

2023

02 PRINCIPAIS INDICADORES

2. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE	Unidade	REAL 2023	REAL 2022	ORÇ 2023	Var 2023/2022 (%)	Var 2023/ORÇ (%)
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados SP com Título Válido)	10 ³	136 688	126 919	146 019	7,7%	-6,4%
PKT (Passageiros x km)	10 ³	491 854	448 744	517 965	9,6%	-5,0%
Receita Tarifária (compensações incluídas)	M€	119,225	106,464	123,266	12,0%	-3,3%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	2 427	2 445	2 540	-0,8%	-4,5%
Veículos x km (serviço público)	10 ³	36 536	36 759	37 865	-0,6%	-3,5%
Qualidade de Serviço						
Taxa de cumprimento (VeicXKm)	%	97,2%	98,7%	-	-1,5 p.p.	-
Taxa de Ocupação	%	20%	18%	20%	1,9 p.p.	-0,1 p.p.
INDICADORES DE RH						
Nº de efetivos	Un.	2 541	2 591	2 706	-1,9%	-6,1%
Massa Salarial	m€	66 873	60 459	64 437	10,6%	3,8%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	165,236	129,154	181,798	27,9%	-9,1%
Ativo corrente	M€	78,147	81,806	71,499	-4,5%	9,3%
Total Ativo	M€	243,383	210,960	253,297	15,4%	-3,9%
Capital Próprio	M€	117,637	110,745	124,754	6,2%	-5,7%
Passivo	M€	125,746	100,215	128,543	25,5%	-2,2%
Total Capital Próprio e Passivo	M€	243,383	210,960	253,297	15,4%	-3,9%
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	3,443	1,680	10,470	104,9%	-67,1%
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	46,610	12,496	57,674	273,0%	-19,2%
Outros Investimentos	M€	3,566	1,598	5,798	123,2%	-38,5%
DESPESA DE INVESTIMENTO	M€	53,618	15,774	73,943	239,9%	-27,5%
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Autonomia Financeira	%	48,3%	52,5%	49,3%	-4,2 p.p.	-0,9 p.p.
Solvabilidade	%	93,6%	110,5%	97,1%	-17,0 p.p.	-3,5 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Volume de Negócios	M€	121,630	108,641	126,062	12,0%	-3,5%
Resultado Líquido	M€	9,494	3,067	1,519	209,5%	524,9%
EBITDA	M€	30,360	19,260	22,993	57,6%	32,0%
Rendimentos Operacionais ¹	M€	172,112	155,585	173,525	10,6%	-0,8%
Gastos Operacionais ²	M€	143,567	134,794	152,227	6,5%	-5,7%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado ³	€	0,94	0,97	0,94	-2,8%	-0,1%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	119,9%	115,4%	114,0%	4,5 p.p.	5,9 p.p.

1) Exclui Reversões + Ajustamentos + Equiv. Patrimonial + Sub. Investimento

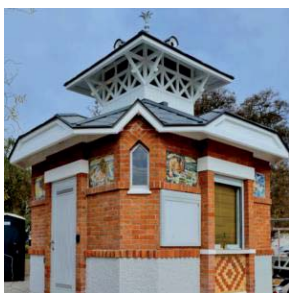
2) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Benefícios Pós-Emprego + Equiv. Patrimonial

3) Passageiros transportados incluindo passageiros em fraude

RELATÓRIO
E CONTAS
2023

03 ANO 2023
EM REVISTA

3. ANO 2023 EM REVISTA



Fevereiro

Beneficiação do Quiosque do Cais do Sodré



Março

Implementação da nova carreira de bairro 67B - Estrela



Abril

Chegada do protótipo do novo elétrico a Lisboa | 28 de abril



Maio

Campanha “Estacione Corretamente, o mundo não tem de parar consigo.”



Presença no Salão Imobiliário de Portugal no stand da CML para divulgação das carreiras de bairro



Junho

Reposição da carreira 778



CARRIS eleita pela 6ª vez consecutiva Marca de Confiança



On Boarding: Novo programa de acolhimento de novos colaboradores



Julho

Serviço CARRIS em festivais



Agosto

Reforço de serviço para acesso aos encontros da Jornada Mundial da Juventude



Setembro

151º Aniversário da CARRIS



Chegada dos novos elétricos



Lançamento da Campanha “Lisboa, são tuas, as Linhas que nos definem”



Novembro

Lançamento de nova carreira da Rede da Madrugada 203 – Restelo/Xabregas



Dezembro

Campanha e serviço especial de shuttle “Estacione e festeje o Natal” em parceria com a CML e a EMEL



Chegada dos 24 novos autocarros articulados a GNC



Chegada dos novos autocarros elétricos



Celebração da Revisão Global do Acordo de Empresa

RELATÓRIO
E CONTAS
2023

04 ATIVIDADE

4. ATIVIDADE

4.1. Exploração Operacional

4.1.1. Rede

As medidas implementadas na oferta, no decorrer de 2023, visaram responder às necessidades da procura, nomeadamente as relacionadas com o ajuste de horários e percursos das linhas da rede, e com a realização de serviços especiais para resposta a eventos na cidade. Em particular salienta-se:

- Lançamento de **duas novas carreiras**, uma da Rede de Bairros, em março, e uma da Rede da Madrugada, em novembro:
 - 67B – Estrela;
 - 203 – Restelo-Xabregas.
- Reforço da oferta disponível no **Projeto de Mobilidade Escolar Amarelo**, passando de 3 para 5 carreiras (26B, 29B, 40B, 67B e 70B).
- Disponibilização de **Serviços Especiais**, de apoio a eventos na cidade que mobilizaram grande quantidade de pessoas, com destaque para a Jornada Mundial da Juventude, eventos desportivos (como corridas várias e meia maratona), festas da cidade (com destaque para os Santos Populares e o Shuttle de Natal), grandes conferências como o Web Summit, e concertos e festivais (tais como o NOS Alive, SuperBock Super Rock, Kalorama, entre outros).
- Reforços de oferta em resposta a situações de interrupção de serviço do Metropolitano de Lisboa.
- Reforço de oferta, ajustes de horário, prolongamentos de percurso ou de período de funcionamento:
 - 702 – Serviços nas horas de ponta prolongados ao Bairro da Liberdade;
 - 770 – Percurso principal via Espaço Monsanto em Dia Útil;
 - 771 – Prolongamento à Boa Hora;
 - 778 – Reposição do serviço no Campo Grande-Metro.

Para corresponder da melhor forma às necessidades dos clientes, foram criadas novas paragens, na sequência de solicitações efetuadas por estes ou pelas Juntas de Freguesia. Foram também efetuados ajustes à rede de oferta, de forma a responder aos constrangimentos criados por motivo de obras ou por conclusão das mesmas.

Ao longo do ano, e principalmente em períodos e troços de maior afluência de passageiros, foram efetuados reforços, adicionais aos já previstos na informação ao público, de modo a garantir maior qualidade do serviço prestado e maior conforto ao passageiro. Ainda como medida de incremento da oferta, sempre que possível, foram colocados veículos de maior capacidade (articulados ou *standard*) em linhas que normalmente operam com tipologias de veículos de menor capacidade.

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2023

	Autocarros	Elétricos	Ascensores e Elevador	TOTAL
Nº de Carreiras	101	6	4	111
Extensão da Rede (via simples - km)	749	53		755
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1 849	67		1916
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	18	11		18

4.1.2. Oferta

No ano de 2023 foram criadas duas novas linhas da CARRIS (67B e 203), que permitiram reforçar o serviço tanto da Rede de Bairros, como da Rede da Madrugada.

Por outro lado, este foi um ano de adaptação aos ajustes à dinâmica da mobilidade na Cidade, com um desafio acrescido motivado pelas obras que decorrem na Cidade, nomeadamente na zona da Baixa, que determinaram a necessidade de proceder a adaptações na rede de serviço público da CARRIS, nomeadamente na adaptação de horários e percursos. No caso particular do modo elétrico, esta redução deveu-se à interrupção de uma parte da rede de elétricos decorrente de obras na via pública, com destaque para o encerramento da Rua da Prata.

Os resultados da Oferta registaram um decréscimo de 0,6% em Veículos*km, comparativamente a 2022 (ano em que o efeito da Pandemia na redução do volume de tráfego ainda se fez sentir). Não tendo ocorrido um corte de serviços, este decréscimo foi sobretudo resultado do crescente congestionamento e interrupções na circulação que resultaram em atrasos e conseqüente redução do número de quilómetros percorridos. Evidenciando esta situação verifica-se que o indicador veículos*horas aumentou, o que significa que se despenderam mais horas de operação, mas com menos quilómetros de serviço público realizados.

O resultado do indicador Lugares*km decorre do indicador Veículos*km, bem como das diferentes tipologias de frota utilizada nas carreiras de serviço público da Rede CARRIS. A este título, salienta-se que a oferta em termos de número de lugares disponibilizados aumentou 6,8% no modo elétrico, pela introdução, na operação, dos novos elétricos articulados, com maior capacidade.

Tabela 2 – Indicadores da Oferta

	Veículos * km (10 ³) SP				Veic * hr (10 ³) SP				Lugares * km (10 ⁶)			
	2022	2023	Var.		2022	2023	Var.		2022	2023	Var.	
			Abs.	%			Abs.	%			Abs.	%
Autocarros	34 931	34 732	-199	-0,6	2 469	2 502	32	1,3	2 319	2 291	-28	-1,2
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1 828	1 804	-24	-1,3	228	228	1	0,4	127	136	9	6,8
TOTAL	36 759	36 536	-223	-0,6	2 697	2 730	33	1,2	2 445	2 427	-19	-0,8

4.2. Qualidade do Serviço

4.2.1. Velocidade Média de Exploração

Em 2023, a Velocidade Média de Exploração na rede CARRIS, registou um decréscimo relativamente ao ano anterior.

As obras na Cidade e as interrupções de serviço ocasionadas por motivos alheios à responsabilidade da CARRIS, são as principais causas do resultado do indicador.

Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h)

	2022	2023	Var (%)
Autocarros	14,15	13,88	-1,8
Elétricos	9,13	9,09	-0,4
TOTAL	13,77	13,54	-1,7

A variação da velocidade média de exploração tem um impacto relevante na prestação de um serviço fiável e de qualidade. Com efeito, caso a CARRIS tivesse conseguido operar com uma velocidade de exploração de 14 Km/h em vez dos 13,54 km/h registados, teria sido possível percorrer +1.246.250 Km de serviço público desde o início do ano. Ou seja, com os mesmos recursos (veículos e tripulantes), a CARRIS teria aumentado a sua oferta em km em cerca de 3%.

Atendendo a esta tendência, a CARRIS encontra-se a trabalhar ativamente com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de introduzir medidas que permitam melhorar a velocidade média de exploração e aumentar a competitividade do transporte público à superfície.

As interrupções por estacionamento indevido registaram valores próximos dos registados em 2022: 1.200 ocorrências com 811 horas de impacto para o cliente e afetando 1.378 veículos.

Tabela 4 – Ocorrências

	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Ocorrências	1 195	1 200	5	0,4
Horas de Interrupção	874	811	-63	-7,2
Veículos Imobilizados	1 371	1 378	7	0,5
Nº de arruamentos c/interrupção por mau estacionamento	192	198	6	3,1

4.2.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros*km”, com a Oferta, medida em “Lugares*km”, situando-se em cerca de 20%. Em 2023, este indicador regista um aumento de 1,92 p.p. relativamente a 2022.

Tabela 5 – Taxa de ocupação

	2022	2023	Var
Autocarros	18,03	19,88	1,85 p.p.
Elétricos, Ascensores e Elevador	24,16	23,02	-1,14 p.p.
TOTAL	18,35	20,27	1,92 p.p.

4.2.3. Taxa de Acidentes

O número de Acidentes de Exploração ocorridos em 2023, num total de 1.564, foi superior ao verificado no ano anterior, representando um aumento de cerca de 16%. Note-se que este indicador inclui também incidentes tais como pequenos abalroamentos de veículos ou de elementos na via pública.

O agravamento, face a 2022, é explicado pelo aumento da intensidade de tráfego rodoviário verificado na Cidade, criando condições para o aumento da accidentalidade.

Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração

Acidentes de Exploração (n.º)	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	1 216	1 383	167	13,7
Modo Elétrico	132	181	49	37,1
TOTAL	1 348	1 564	216	16,0

No que respeita à Taxa de Acidentes de Exploração global registou-se um aumento na ordem dos 6,0 p.p., com um impacto mais expressivo no modo elétrico.

Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração

Taxa de Acidentes de Exploração *	2022	2023	Var.
Modo Autocarro	34,63	39,56	4,9 p.p.
Modo Elétrico	68,89	94,80	25,9 p.p.
TOTAL	36,40	42,42	6,0 p.p.

* Acidentes por milhão de Vkm (Serviço Total)

Apesar do aumento referido, este foi controlado, mediante a adoção de diversas medidas e ações que foram tomadas e efetuadas pela Empresa, em resultado da implementação e respetiva certificação pela Norma NP ISO 39001:2017, do “Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária”, SGSR, da CARRIS.

Acresce que, a CARRIS aprovou, em 2021, um plano estratégico - “Estratégia Segurança Rodoviária CARRIS Zero-30” - o qual, em paralelo com o processo de melhoria contínua imposto pela certificação referida, promove políticas e a adoção de medidas, conducentes à persecução dos objetivos predefinidos para os próximos 10 anos relativos à segurança rodoviária.

Em resultado das políticas e medidas implementadas, a CARRIS apresenta uma Taxa de Acidentes global menor, quando se compara com as obtidas por outras empresas congéneres europeias.

A CARRIS investe permanentemente na formação e na sensibilização dos seus tripulantes, seja na formação inicial, seja na formação contínua, dando especial enfoque aos princípios de condução defensiva, cómoda e segura. Nesse sentido, o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização de ações de sensibilização nas estações, ministradas pelo pessoal de enquadramento (Inspetores de Tráfego), têm sido fundamentais para o controlo da accidentalidade.

A formação dos novos tripulantes, admitidos a partir de 2022, inclui um módulo dedicado a temas de Segurança Rodoviária. De referir que a introdução desta temática na formação inicial de tripulantes, corresponde a uma das medidas previstas no documento estratégico acima referido.

De forma a incentivar um melhor desempenho por parte dos Tripulantes encontra-se restabelecido desde 2017, o pagamento do prémio de condução defensiva, atribuído em função do número de horas de condução sem acidentes, promovendo um reconhecimento aos Tripulantes que no exercício das suas funções contribuem para a redução da taxa de acidentes.

Adicionalmente, no âmbito da prevenção de acidentes, a CARRIS possui uma Comissão de Inquérito a Acidentes Graves (CIAG), acionada sempre que ocorra algum acidente grave, que, pela sua severidade, impacto e gravidade, implique uma análise mais pormenorizada das respetivas causas, bem como a proposta de eventuais recomendações, com vista à mitigação do risco em situações similares futuras. Em 2023, a CIAG foi acionada para proceder à averiguação de 6 acidentes considerados graves, tendo culminado na apresentação de um conjunto de recomendações de melhoria, com vista à redução do risco rodoviário. Apesar destes acidentes terem sido considerados graves, não foi registada nenhuma morte por acidente rodoviário.

4.2.4. Taxa de Cumprimento de Serviço

A Taxa de Cumprimento de Serviço fixou-se em 97%, resultado inferior ao de 2022, pelas razões já apontadas anteriormente, mantendo-se, contudo, em valor superior ao mínimo estabelecido no Contrato de Concessão celebrado com a CML.

Tabela 8 – Taxa de Cumprimento

	2022	2023	Var
Taxa de cumprimento (VeicXkm)	98,68	97,16	-1,5 p.p.
Taxa de cumprimento (VeicXhr)	99,42	98,77	-0,6 p.p.

4.3. Atividade Comercial

4.3.1. Atividade Desenvolvida

O ano de 2023 foi um ano de foco na criação de soluções de mobilidade adaptadas às necessidades dos clientes, como forma de captar e fidelizar clientes para o sistema.

Este esforço foi visível nas diversas presenças da marca em eventos na Cidade, adotando modelos de presença diferenciados com oferta de serviço dedicado ajustado ou oferta de soluções tarifárias adaptadas a necessidades pontuais de mobilidade.

Esta aposta materializou-se também no aumento de capacidade dos locais de venda, no reforço da formação de colaboradores e no alargamento do leque de serviços disponíveis, com vista a estreitar a proximidade com o cliente, municiando-o com soluções eficientes às mais diversas necessidades de mobilidade.

4.3.2. Procura

Durante o ano de 2023, a CARRIS transportou cerca de 136,7 milhões de passageiros, recuperando progressivamente a procura para níveis pré-pandémicos, traduzindo-se em mais 9,8 milhões de passageiros transportados com título válido, o que representa um acréscimo de procura de 7,7% face ao ano de 2022.

Os passes foram os títulos de transporte mais utilizados, com um crescimento de 8,2% face ao ano anterior. Os passageiros de títulos ocasionais cresceram 4,9% em termos homólogos, correspondendo a cerca de mais 900 mil clientes.

Tabela 9 – Passageiros – Validações

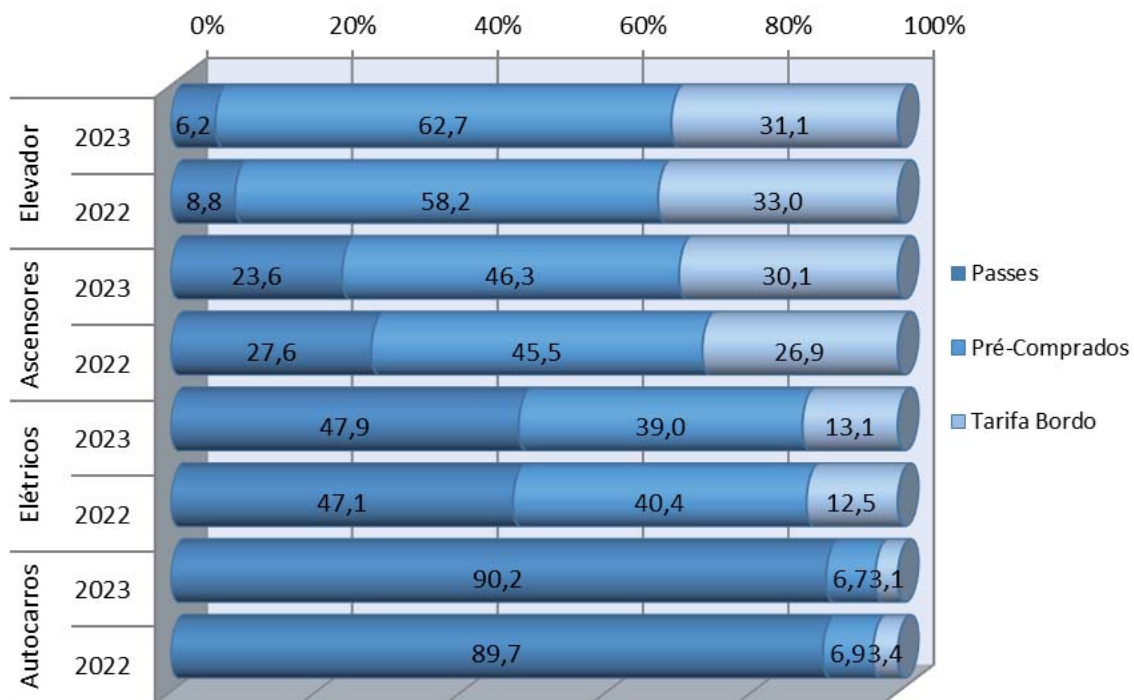
(milhares de passageiros)

Passageiros - Validações	2022	2023	Var (%)
Títulos ocasionais	18 180	19 078	4,9
Passes	108 739	117 610	8,2
Total Passageiros transportados com Título Válido	126 919	136 688	7,7

A utilização de títulos de transporte mensais (passes) representou 86% das validações. Em termos de distribuição da procura, os títulos mensais continuam a ter maior expressão no modo autocarro, sendo os títulos ocasionais os que têm maior peso no modo elétrico.

Os utilizadores de tarifa de bordo têm maior representatividade nos ascensores e no elevador de Santa Justa.

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo¹



¹ Considerados, também, os passageiros com título gratuito.

4.3.3. Receitas Tarifárias

No quadro de um novo sistema tarifário metropolitano, o Regulamento nº 278-A/2019, de 27 de março, veio definir as regras gerais para a «Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa», nomeadamente no que respeita à atribuição da compensação financeira no âmbito dos títulos de transporte visados pelo «Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)».

Em 2023, manteve-se em vigor o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, que estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19.

Neste contexto, as receitas dos passes navegante resultam das vendas da rede de cada operador acrescidas da quota parte das vendas dos canais dos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), das compensações de tarifas reduzidas (4-18/sub23, social+, Antigo Combatente, redução do preço do passe Urbano 3ª Idade e Gratuitidade Lisboa), da compensação PART e da compensação por obrigações de serviço público (tarifária).

Em 2023, as receitas tarifárias da CARRIS², cresceram 12% face ao período homólogo, atingindo 119 milhões de euros. Os resultados foram positivamente afetados pelas vendas de passes mensais, traduzindo-se em mais 6,7%, e pelas receitas de títulos ocasionais que registaram um crescimento substancial de 14%.

As participações por reduções tarifárias resultam da prática das modalidades de desconto e continuaram a alavancar a receita da CARRIS com 9,2 milhões de euros referentes a passes 4_18/ Sub23, social+, Antigo Combatente, Urbano 3.ª idade, Gratuitidade Lisboa e Compensação de serviço público tarifária (COSP tarifária, no âmbito do Contrato de Concessão). No que respeita ao PART, os valores registados correspondem a 32 milhões de euros, estando a aguardar regularização de fecho do ano.

Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte

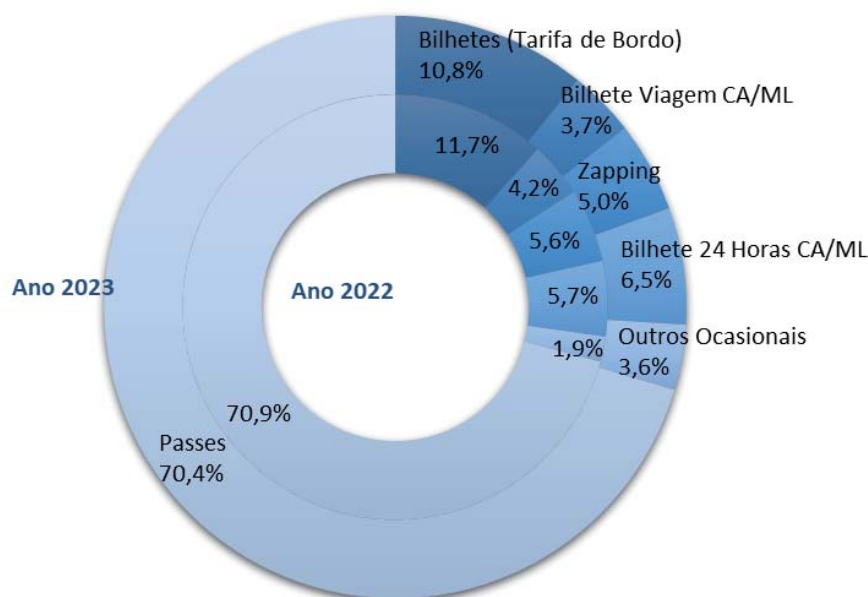
Títulos de transporte		(milhares de €)		
		2022	2023	Var (%)
Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	30 922	35 265	14,0
	Passes	40 105	42 789	6,7
	Total das receitas	71 027	78 054	9,9
	Comparticipações 4-18 / sub23 / social + / AC / Urbano 3ª Id / GLx / PART / COSP Tarifária	35 437	41 171	16,2
	Total das receitas com participações	106 464	119 225	12,0

² Incluindo participações por reduções tarifárias.

As receitas associadas aos diferentes títulos ocasionais representam 30% das receitas tarifárias auferidas em 2023, ascendendo a 35,3 milhões de euros, o que representa mais cerca de 4,3 milhões de euros, face a 2022.

O gráfico seguinte ilustra o peso da receita tarifária da CARRIS por título, incluindo as participações tarifárias, sendo a maior parte, 70,4%, proveniente das vendas de passes e 10,8% da venda de tarifa a bordo nos veículos.

Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2023



4.3.4. Receita Não Tarifária

Além das receitas provenientes da sua atividade principal, o transporte público, importa neste ponto ressaltar receitas provenientes de outras fontes, nomeadamente, aluguer de veículos para eventos ou filmagens, receitas de elétricos de turismo, aluguer de espaços, receitas publicitárias, vendas diversas (museu, resíduos e refugos e ainda de cartões para títulos de transporte). Em 2023, estas vendas totalizaram cerca de 2,515 milhões de euros.

Em 2023 verificou-se um ligeiro acréscimo, de 4,1%, desta receita complementar, nomeadamente no que diz respeito aos alugueres.

4.3.5. Combate à Fraude

Durante o ano de 2023 foram fiscalizados cerca de 2,6 milhões de passageiros e foram emitidos 23.109 Autos de Notícia. A taxa de coimas pagas voluntariamente na CARRIS aumentou de 14,50%, no ano de 2022, para 17,21%, no ano de 2023, na relação de Autos pagos vs. Autos emitidos.

Em 2023, continuou-se com o processo de submissão, comunicação e envio dos Autos de Notícia, via IMT, I.P., através de plataforma informática (*WebService*), à entidade responsável pela cobrança (AT).

Na prossecução do objetivo de modernização tecnológica da CARRIS, no ano de 2023 consolidou-se o processo de desmaterialização do Auto de Notícia, bem como da implementação de processo eletrónico de liquidação presencial de coimas, junto do Agente de Fiscalização, via *MBWay*.

No âmbito da JMJ, implementou-se uma valência tecnológica de validação de títulos de transporte nos terminais de fiscalização, estando esta função disponível para necessidades futuras.

4.3.6. Feedback do cliente

Alicerçada na sua missão de proporcionar uma experiência de mobilidade de excelência, a CARRIS reafirmou o compromisso de promover um serviço focado no cliente, consolidando este desígnio através do Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC), realizado anualmente. Este inquérito constitui uma ferramenta essencial para a avaliação da perceção global dos clientes em relação ao serviço prestado.

O ISC reflete a média ponderada de sete critérios fundamentais de qualidade: Oferta de Serviço, Acessibilidade, Informação, Tempo, Apoio ao Cliente, Conforto e Segurança Pública/Pessoal. Em 2023, a CARRIS obteve um índice de satisfação do cliente de 7,90 pontos numa escala de 1 a 10, representando um incremento de 0,03 em comparação com o ano anterior. É relevante destacar que este resultado, quando contextualizado com o período pré-pandémico, demonstra uma melhoria substancial (6,86 vs. 7,90).

Destacando-se como um ponto de ênfase positivo, a acessibilidade continua a ser o critério com maior destaque entre os clientes. É notável que a esmagadora maioria dos clientes CARRIS (94,8%) atribui índices de satisfação entre 7 e 10. No extremo oposto, a proporção de clientes insatisfeitos, com índices entre 0 e 3, diminuiu em relação a 2022, praticamente atingindo a marca de 0,1%.

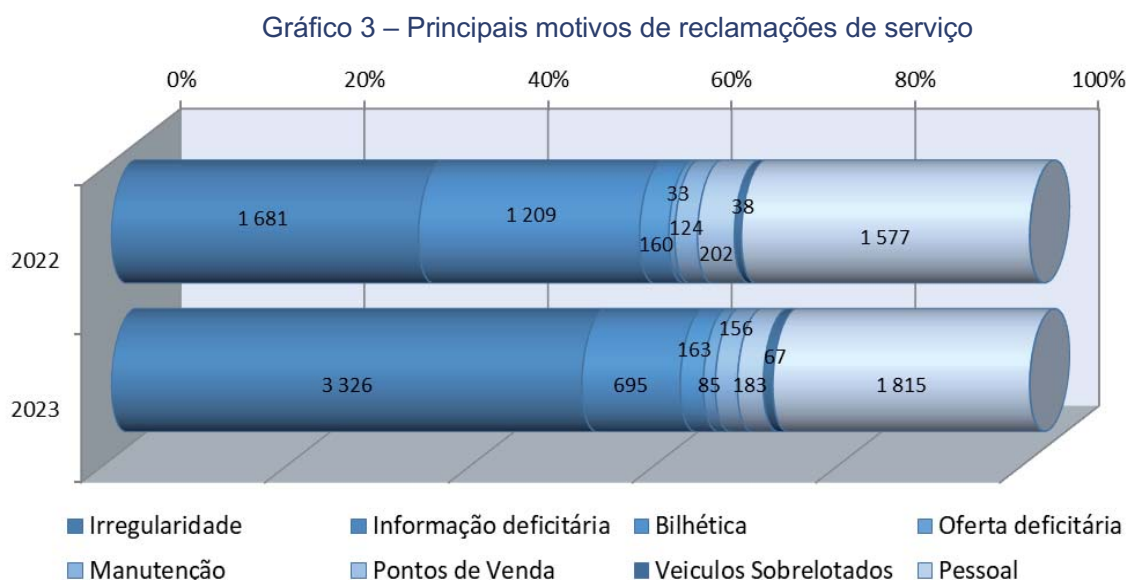
Estes resultados evidenciam a satisfação dos clientes, reconhecendo o empenho diário da CARRIS na oferta de serviços de mobilidade de qualidade na Cidade de Lisboa. Este êxito reflete-se não apenas na avaliação global, mas também na perceção detalhada de cada critério que compõe o ISC.

No que concerne às comunicações dos clientes, registou-se em 2023 um total de 21.777, das quais 6.649 corresponderam a reclamações de Clientes (31%) e as restantes a pedidos de informação e elogios.

Tabela 11 – Tipologia de processos | Comunicações do cliente

	2022	2023	Var (%)
Reclamações	5 129	6 649	29,6
Pedidos e Sugestões	11 338	14 889	31,3
Elogio a Pessoal e Serviço	246	239	-2,8
TOTAL	16 713	21 777	30,3

Relativamente às reclamações de serviço, os principais motivos apresentam-se no gráfico seguinte:



O sistema de atendimento/reclamações da CARRIS está estruturado de forma a ser também uma fonte de informação rápida e ágil, através da qual as reclamações, sugestões ou informações, são processadas e distribuídas pelas respetivas áreas, permitindo, assim, intervenção em tempo útil na melhoria contínua de cada serviço e promovendo um aumento global da eficácia com que é prestado o serviço aos clientes.

No que respeita ao tempo médio de resposta a clientes, foi atingida, em 2023, a média de 1,8 dias úteis, o que é demonstrativo das melhorias introduzidas no processo de resposta e da maior articulação da equipa de gestão de reclamações com todas as áreas da Empresa.

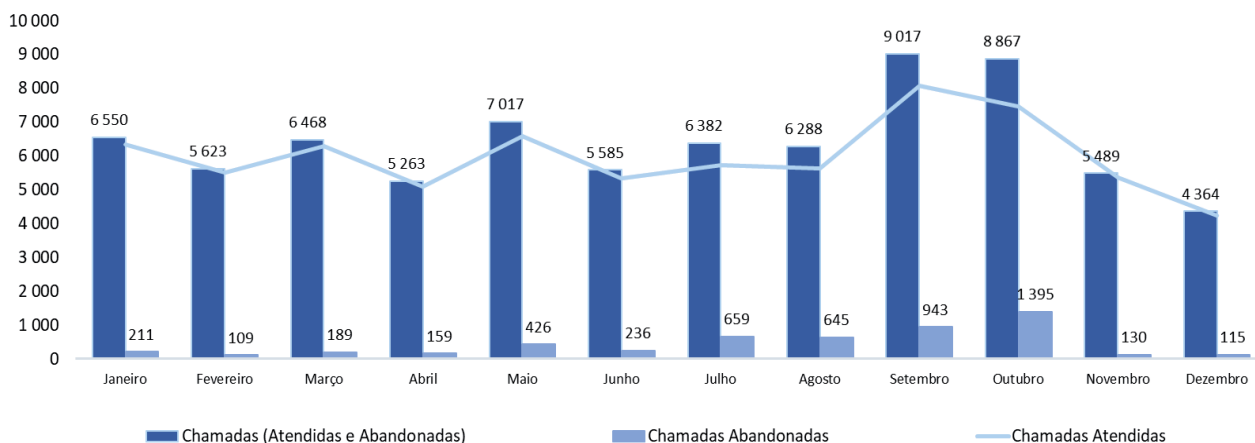
Atendimento Telefónico | Call center

O centro de atendimento telefónico CARRIS está disponível nos dias úteis, das 8h às 20h, proporcionando um apoio abrangente aos clientes CARRIS em diversas áreas e tópicos. Este serviço destaca-se por fornecer informações úteis, precisas e claras sobre os serviços prestados.

No que diz respeito ao Centro de Atendimento CARRIS, o ano de 2023 representou mais um período desafiante.

Durante este ano, registou-se um total de 76.913 chamadas, com aproximadamente 7% destas resultando em chamadas abandonadas. Este valor reflete um aumento de 6% em comparação com o ano anterior. Importa salientar que, apesar do aumento do volume de chamadas, conseguiu-se manter um tempo médio de espera inferior a 1 minuto, reforçando o compromisso da CARRIS em proporcionar uma experiência de atendimento eficiente e célere.

Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente



4.3.7. Rede de Vendas

A 31 de dezembro de 2023, a Rede de Vendas da CARRIS era composta da seguinte forma:

Tabela 12 – Composição da Rede de Vendas

	2022	2023
Lojas CARRIS	3	3
Quiosques CARRIS	4	4
Concessionários CARRIS	15	10
Agentes Payshop	369	0
TOTAL	391	17

Em 2023, a TML assumiu uma estratégia global para a venda do sistema de transportes, com a contratação de um prestador de serviços externo, especializado, encarregue desta atividade e com dispersão/presença ao nível da área metropolitana de Lisboa.

Assim, a CARRIS conseguiu focar-se de forma mais eficiente, na gestão da sua rede própria, com clara aposta no aumento de capacidade dos locais de venda, aumento do portfólio de serviços disponíveis, aposta na formação e acompanhamento próximo e foco nas funções de pré e pós-venda como ferramenta de captação e fidelização de clientes para o sistema de transportes.

Em 2023, foram atendidos nas Lojas CARRIS um total de 215.841 clientes distribuídos da seguinte forma: 117.134 clientes na Loja do Arco Cego, 75.871 clientes na Loja de Santo Amaro e 22.836 clientes na Loja de Cidadão do Saldanha.

De ressaltar a disponibilidade e capacidade de adaptação às necessidades dos clientes com o alargamento do horário de funcionamento em dias úteis e abertura em fins de semana e feriados desta rede de vendas própria, com vista a dar resposta ao acréscimo de procura verificado nas JMJ e no período de setembro/outubro pelos jovens estudantes.

Ao nível da produção de cartões, foram produzidos 83.672 cartões navegante personalizados, incluindo pedidos em prazo normal (10 dias úteis), urgentes (24 horas) e 15 minutos, na rede de Lojas e Quiosques da CARRIS, designadamente: 43.787 na Loja do Arco Cego, 21.909 na Loja de Santo Amaro, 13.239 na Loja de Cidadão do Saldanha e 4.737 na rede de Quiosques do Colégio Militar, Lumiar, Campo Pequeno e Cais do Sodré.

No âmbito da estratégia de melhoria contínua e, tendo em vista, o ajuste às necessidades do cliente foi alargado o portefólio de serviços na rede de Quiosques, tais como:

- Alargada a possibilidade de pedido de produção de cartões navegante urgentes no segundo semestre do ano, gerando um total de 2.666 pedidos desta índole nestes 4 locais;
- Disponibilizada a função de renovação de perfis nos cartões navegante, de forma a dar resposta ao acréscimo de procura de jovens estudantes nos meses de setembro e outubro à rede dos operadores de transporte.

Cumpra ainda mencionar, a conclusão da obra de recuperação e remodelação do Quiosque do Cais Sodré, que visou melhorar o estado de conservação do edifício, bem como garantir a funcionalidade e adaptação do serviço às necessidades da Empresa e dos seus clientes.

4.4. Segurança de Exploração (*Safety*)

A CARRIS manteve o foco na Segurança de Exploração (*Safety*), em particular, na sua componente rodoviária, através da implementação do seu plano “Estratégia de Segurança Rodoviária Zero-30”, e do desenvolvimento do seu Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária (SGSR), criando as condições para a melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade, bem como a redução dos respetivos

impactos, seja ao nível das consequências humanas e materiais, seja ao nível da qualidade do serviço público prestado.

Durante o período em apreço foi também reforçado o acompanhamento das ocorrências de exploração no âmbito do vandalismo e segurança (*Security*), garantindo a articulação com as forças de segurança, em particular com a PSP, nos casos em que tais ocorrências pudessem contribuir para o aumento do risco de acidente, com o objetivo de tornar o transporte público mais seguro para os clientes, os tripulantes e o material circulante.

A CARRIS executou as medidas previstas no Plano Anual de Segurança de Exploração, com particular ênfase na temática da segurança rodoviária. Foi igualmente mantida a análise e tratamento de dados das ocorrências, de acidentes e de incidentes, averiguando as respetivas causas e circunstâncias e propondo medidas mitigadoras dos impactos negativos dos mesmos. Adicionalmente ao tratamento que já era realizado, iniciou-se em 2023, a análise detalhada das reclamações recebidas, com impacto direto na Segurança Rodoviária, o que possibilita a identificação de comportamentos de risco rodoviário, os quais, por via da formação e sensibilização, poderão ser corrigidos e irão promover a realização de um serviço público mais seguro.

No âmbito da Estratégia de Segurança Rodoviária Zero-30 da CARRIS, durante 2023, foram realizadas 720 visitas técnicas a veículos de serviço público (657 a autocarros e 63 a elétricos sobre carril).

4.5.Frota de Serviço Público

4.5.1. Situação Geral

No decorrer do ano de 2023, a CARRIS prosseguiu o processo de renovação da sua frota, com a aquisição de veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética.

Importa destacar a receção de 12 dos 15 novos carros elétricos articulados em aquisição pela CARRIS, sendo que destes, 10 entraram ao serviço ainda em 2023, vindo reforçar a oferta da linha 15E, mais modernos, mais silenciosos e com maior capacidade do que os elétricos articulados de que a CARRIS já dispunha (220 passageiros). Os 3 veículos remanescentes serão entregues e entrarão ao serviço no 1.º semestre de 2024.

Assim, no final de 2023, a CARRIS estava dotada de um total de 17 carros elétricos articulados, a que se juntam 38 carros elétricos históricos que diariamente realizam os serviços nas colinas de Lisboa.

No que respeita à frota de autocarros, no final de 2023 a CARRIS dispunha de 734 veículos, repartidos pelas diversas tipologias, sendo 60 *Minis*, 57 *Médios*, 520 *Standard*, 92 *Articulados* e 5 veículos específicos para o serviço especial para passageiros com mobilidade reduzida (PMR), utilizando diversas alternativas energéticas, de forma a criar resiliência num contexto de instabilidade do mercado energético, permitindo oferecer ao cliente uma frota com maior conforto, mais fiável, e com menor impacto ambiental para a Cidade.

Tabela 13 – Frota de Serviço Público

Ano	31.12.2022	31.12.2023
Autocarros	737	734
Standard	510	504
Standard Elétricos	15	16
Minis	61	60
Médios	57	57
Articulados	89	92
Serviço Especial - Passageiros Mobilidade Reduzida	5	5
Elétricos	48	55
Remodelados	38	38
Articulados*	10	17
Ascensores + Elevador	8	8
Total	793	797

* O número total de elétricos articulados no final de 2023 era de 19, sendo que 2 apenas entraram ao serviço no início de 2024

Em 2023 foram recebidos 34 novos autocarros, sendo 10 *Standard* elétricos (no âmbito de um processo de aquisição de 30 autocarros elétricos desta tipologia) e 24 Articulados a gás natural comprimido (GNC), o que permitiu oferecer ao cliente uma frota cada vez mais sofisticada e com menos impacto ambiental para a Cidade.

Durante o ano de 2023 foram também celebrados novos contratos para aquisição de autocarros, bem como iniciados novos procedimentos com o mesmo desiderato, de forma a garantir e a acelerar o processo de renovação da frota. Assim, foi contratada a aquisição de 14 novos autocarros *mini* elétricos, com o objetivo de alargar esta tipologia de frota, maioritariamente usada nas carreiras de bairro ou em percursos onde as características da rede viária urbana não permitem a utilização de autocarros de dimensão superior. Esta aquisição vem contribuir para o processo de descarbonização em curso, na medida em que estes são os primeiros autocarros elétricos desta tipologia a serem adquiridos pela empresa. Foi igualmente iniciado um procedimento de aquisição de 75 autocarros *standard* GNC, com o objetivo de substituir segmentos de autocarros *standard* a gasóleo com uma idade avançada, e cuja contratação será concretizada no início de 2024.

No sentido de incrementar a eficiência energética nos transportes urbanos públicos no País, foram lançados Avisos do Portugal 2020 pelo «Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)», aos quais a CARRIS se candidatou com objetivo de ver cofinanciado o seu investimento em nova frota, com melhor desempenho ambiental. Ao todo foram aprovadas três candidaturas. Assim, a CARRIS beneficiou de um apoio na aquisição de um conjunto de 205 autocarros

(dos quais 180 movidos a GNC e 25 elétricos), no âmbito de 2 candidaturas integralmente executadas e encerradas em 2023. Em paralelo, a CARRIS candidatou-se ao Apoio à aquisição de veículos limpos para o transporte coletivo de passageiros, como resposta ao objetivo da «Descarbonização dos Transportes Públicos», ao abrigo do «Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)», que permitirá adquirir de forma cofinanciada um conjunto de 20 autocarros standard elétricos e 14 minis elétricos, no decorrer do ano de 2024.

A idade média da frota de autocarros situou-se nos 11,1 anos, no final de 2023, idade superior aos 10,3 anos que se verificaram no final de 2022, devido a atrasos registados na entrega dos novos autocarros que levaram a um necessário prolongamento de vida de alguns autocarros cujo abate estava previsto acontecer.

4.5.2. Manutenção da Frota de Autocarros

No decurso do ano de 2023, a CARRIS desenvolveu a atividade de manutenção e reparação de carroçarias dos veículos da frota de autocarros, seja por prestação de serviços internos, seja com recurso a prestações externas.

Procedeu-se a grandes reparações gerais de carroçaria em alguns segmentos, tendo aumentado as reparações com recurso a prestadores externos e reduzido as de prestação interna. Todas as grandes reparações foram realizadas em autocarros de tipologia *Standard*, em segmentos adquiridos em 2005 e em 2009. Estas grandes reparações foram promovidas por forma a aumentar a vida útil do bem, de forma a manter o bom estado de condição da carroçaria por mais anos.

Tabela 14 – Reparações de Carroçaria

Reparações de Carroçaria (n.º)	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Interna	14	5	-9	-64,3
Externa	12	14	2	16,7
TOTAL	26	19	-7	-26,9

Durante o ano, deu-se continuidade à manutenção regular dos veículos da frota de autocarros, através da prestação de serviços internos complementada com recurso a prestações externas, baseadas em contratos de manutenção celebrados para cada um dos 18 segmentos existentes.

Tabela 15 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros

	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção do Modo Autocarro (€)	16 085 562	18 388 357	2 302 795	14,32

4.5.3. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2023, o plano de reparações gerais dos carros elétricos tendo sido reparados 8 elétricos remodelados e 1 elétrico articulado. Foi ainda efetuada a reparação intermédia dos ascensores da Bica e do Lavra.

Deu-se igualmente continuidade à manutenção corrente dos veículos da frota de elétricos.

Tabela 16 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico

	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção da Frota de Elétricos/Ascensores/Elevador(€)	3 019 404	3 331 247	311 843	10,33
Custo de Manutenção das Infraestruturas do Modo Elétrico(€)	1 761 540	1 444 833	-316 707	-17,98

4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica

4.6.1. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2023 foram substituídos 1.437 m de fio de contacto, no âmbito da renovação da infraestrutura da Rede Aérea. Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da rede aérea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

4.6.2. Via-férrea

Para além dos trabalhos desenvolvidos em colaboração com entidades externas, no âmbito das obras da CML, foram executadas regularmente as ações de manutenção da via, com limpeza dos carris e lavagem/lubrificação de todos os aparelhos de via, de modo a garantir as necessárias condições de segurança para circulação dos elétricos.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Renovação de linha – 301,58 m
- Limpeza de agulhas – 4.668 un
- Lubrificação de agulhas – 12.109 un
- Afinação de agulhas – 784 un
- Reparação de agulhas – 54 un
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 744 un
- Limpeza de canal do carril – 473,42 km
- Reparação de juntas de carril (calos) – 84 un

- Reperfilagem de carril com soldadura/limagem – 102,2 m

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da via-férrea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

4.6.3. Colaboração com Entidades Externas

A CARRIS tem vindo a colaborar com diversas entidades na renovação e expansão da rede de elétricos, com destaque para a articulação estreita que existe com a CML neste âmbito. Foram elaborados diversos projetos de execução e planos de viabilidade para diferentes zonas da Cidade, incluindo a compatibilização da rede de elétricos com as obras em curso na Cidade, de que é exemplo a intervenção realizada na Av. Almirante Reis no âmbito das obras do Plano Geral de Drenagem.

Paralelamente, foram realizados trabalhos em colaboração com o Metropolitano de Lisboa, no âmbito das obras em curso em Santos e na Av. 24 de Julho, bem como estudos relacionados com futuras obras de expansão da rede do Metro que implicam adaptações temporárias na rede de elétricos da CARRIS.

4.7. Museu da CARRIS

O Museu da CARRIS, inaugurado a 12 de janeiro de 1999, visa preservar e divulgar o valioso acervo histórico da Empresa, que é parte integrante e imprescindível da História do desenvolvimento dos transportes e da mobilidade na Cidade de Lisboa. O Museu tem vindo, cada vez mais, a marcar presença no panorama museológico nacional e municipal, sobretudo desde que a CARRIS passou a integrar o universo dos equipamentos culturais da Cidade. Através de uma viagem emocionante no tempo, conta histórias do quotidiano de uma Cidade que ficaram retidas na sua memória e nos veículos da CARRIS.

O ano de 2023 foi um ano de crescimento e consolidação. Cumpriu-se o objetivo traçado de aproximação a números pré-pandemia, nomeadamente, tendo como referência o ano de 2019, superando assim o valor anual de venda de bilhética.

O Museu da CARRIS manteve o compromisso com a solidariedade social através da Bolsa de Responsabilidade Social, tendo recebido diversas associações: Casa Pia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, Associação *Vitae*, Comunidade Vida e Paz, Agrupamento de Escolas *Lapiás*, Associação *Serve the City*, Projeto Passaporte E8G e Psiquiatria do Hospital Egas Moniz.

Reforçou-se a posição do Museu da CARRIS como palco estratégico da Empresa no âmbito da Representação Institucional, para além da sua missão enquanto equipamento cultural do universo da Empresa, testemunho da sua riqueza e história, procurando, sempre que possível, promover visitas institucionais no âmbito de encontros, congressos, *talks* e conferências externas e internas. Salienta-se, entre outras iniciativas, a promoção da visita institucional no âmbito do projeto de mobilidade *VoxPop*, a

3.ª Reunião do Comité de Acompanhamento Sustentável 2030 da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e o evento de Apresentação da Campanha “O melhor presente é estar presente” da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Em setembro de 2023, a CARRIS celebrou 151 anos. Neste contexto, o Museu foi palco de eventos integrantes da esfera da Responsabilidade Corporativa e Representação Institucional em que se inscreve. Mais uma vez, como um verdadeiro “cartão de visita” institucional, as atividades promovidas no Museu integraram o programa do “*Open Day*” da Empresa, evento de convívio e partilha dos colaboradores da Empresa. Este evento também contou com a Cerimónia institucional de reconhecimento e de entrega aos colaboradores dos emblemas e diplomas de “Boa Condução” e “Antiguidade”, um momento com forte tradição na CARRIS.

O Museu foi, novamente, o palco da partida para mais uma edição do “Desfile de Clássicos do Museu da Carris”, desta feita com destino a Algés. À frota de clássicos juntaram-se mais três elétricos temáticos da CARRISTUR. Na zona de acolhimento e *onboarding* dos passageiros ocorreram dois momentos musicais, promovidos pela Banda da CARRIS.

Outra ação com tradição no âmbito da Estratégia da Responsabilidade Corporativa, na vertente social, é o “Elétrico de Natal da CARRIS”, promovida desde 1980. Com 41 edições realizadas, são várias as gerações de crianças que celebraram o Natal num passeio de elétrico pelas ruas da Cidade. Esta ação é especialmente dedicada a grupos escolares e contempla a encenação de um conto clássico de Natal e uma atividade criativa no interior do elétrico, realizada por monitores do Serviço Educativo do Museu da CARRIS.

No ano em que a CARRIS celebrou 151 anos de história, o Elétrico de Natal mobilizou cerca de 2.160 crianças num total de 3.750 pessoas. O Museu da CARRIS abre portas à ação, concebe a atividade e apoia a ação através dos seus Serviços Educativos.

Ainda no âmbito da Responsabilidade Corporativa e da cultura da Empresa, a CARRIS dedicou alguns dias exclusivos do Elétrico de Natal aos seus colaboradores e familiares. Este ano, pela primeira vez, contemplou três dias dedicados aos trabalhadores da CARRIS, CARRISBUS e CARRISTUR, com lotação máxima.

O Museu da CARRIS continuou ainda a apostar na programação do Serviço Educativo para os vários públicos – crianças, jovens, escolas, famílias, seniores e pessoas com necessidades específicas, com o propósito de consciencializar o público para a existência da coleção e do património da CARRIS, bem como a sua importância na evolução da morfologia da Cidade, do desenvolvimento tecnológico e sua história. Em 2023, o Serviço Educativo do Museu, consolidou e fidelizou públicos, destacando-se a forte adesão de turmas das faixas etárias dos 3 aos 5 anos, bem como no regresso mais expressivo das famílias, nomeadamente, em *workshops* ao fim-de-semana, uma nova oficina para seniores e a promoção de uma visita intitulada “O caminho da Sustentabilidade” vocacionada para o público adolescente, ou seja, no contexto do ensino secundário ou de cursos técnicos.

Com um balanço positivo do ano de 2023, colocou-se no segundo semestre um olhar sobre o ano de 2024, em que o Museu celebra 25 anos de história. Neste sentido, elaborou-se um programa ambicioso, com muitos eventos, novas peças, novas exposições temporárias, novo *merchandising*, o *rebranding* do Museu e a mobilização de novos parceiros, nomeadamente, o Museu Nacional Ferroviário e o Museu

do Carro Elétrico. Pretende-se também fazer uma maior exibição externa da coleção de material circulante com a inerente maior visibilidade do Museu nas ruas de Lisboa junto do público.

Pretende-se celebrar esta efeméride, num cenário de crescimento contínuo do Museu, tanto em número de visitantes, como em valores de bilhética, de modo a reforçar a imagem do Museu da CARRIS como um cartão de visita da Empresa, um espaço museológico sustentável e um repositório vivo de História que represente o passado, mas também projete, o futuro da CARRIS, da mobilidade e da Cidade.

RELATÓRIO
E CONTAS
2023

05 RECURSOS
HUMANOS

5. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano CARRIS é gerido de forma estratégica. Assente num modelo de gestão de competências e objetivos, procura facilitar o alcance dos objetivos estratégicos, tendo presente a sustentabilidade da Empresa. Nesse sentido, em 2023 o vetor principal que orientou a política de gestão dos colaboradores CARRIS, foi a melhoria das condições remuneratórias e de trabalho, bem como o alinhamento das atividades com os objetivos da Empresa.

De forma a garantir o cumprimento do Plano de Oferta, a Empresa continuou a reforçar o seu quadro de efetivos, quer ao nível operacional, quer nas áreas de suporte ao negócio. Assim, em 2023, procedeu-se à contratação de 137 colaboradores, de acordo com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento, com enfoque, natural, nos profissionais da área operacional. Ao nível dos tripulantes (Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios) foram admitidos 110 trabalhadores, 5 para a área oficial, 1 técnico especialista, a que se juntaram 21 novos trabalhadores para as áreas corporativas. Por decisão judicial, foi ainda reintegrado na Empresa mais um tripulante.

A CARRIS, nos seus processos de gestão do capital humano, procede à reconversão profissional de trabalhadores oriundos da área do tráfego (Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios), que ficam inaptos definitivamente para o desempenho das funções de origem, em virtude da avaliação clínica, pela medicina do trabalho, tendo concretizado 15 reconversões no ano em análise.

O Apoio Social CARRIS desenvolve a atividade com o propósito da promoção do bem-estar psicossocial dos colaboradores, através de ações de prevenção, acompanhamento e potenciando o reforço da cultura CARRIS junto dos trabalhadores. Em 2023, os processos assentaram, essencialmente, no acompanhamento de trabalhadores, quer a pedido dos próprios, das respetivas chefias, ou através de sinalização da psiquiatria.

É de referir que o Núcleo de Apoio Social incide a sua atividade, sobretudo, ao nível dos trabalhadores operacionais. Na globalidade registou-se um crescimento, de cerca de 5%, ao nível dos acompanhamentos realizados.

Tabela 17 – Apoio Psicossocial

Ano	2022	2023
Tripulantes	71	79
Agentes de Fiscalização	2	5
Outros trabalhadores	14	7
Total de acompanhamentos	87	91

5.1. Evolução do Efetivo

Em 2023, o Efetivo Global CARRIS, tal como já se havia registado no ano transato, verificou uma diminuição de 1,9%, em resultado da saída de trabalhadores ter sido superior à perspectivada no Plano de Atividade e Orçamento (traduziu-se em mais 36 saídas do que em 2022).

Tabela 18 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro

Ano	2022	2023
Efetivo Global	2 591	2 541
Tripulantes	1 890	1 849
Quadros Superiores	150	160
Outros	551	532

5.2. Política Salarial

A negociação coletiva de 2023, resultou na revisão global dos Acordos de Empresa, com a atualização significativa dos índices salariais e do regime de progressões previstas no Regulamento de Carreiras Profissionais (RCP).

Durante o período em que decorreram as JMJ, em Portugal, o serviço de transporte público de passageiros foi o meio privilegiado e mais adequado para as deslocações, gerando um acréscimo exponencial da procura, pelo que a CARRIS garantiu a oferta que facilitou a mobilidade dos participantes. Desta forma, a Empresa e as Associações Sindicais outorgantes dos Acordos de Empresa, em sede de negociação, acordaram a atribuição de uma compensação pelo acréscimo de penosidade do serviço público de transporte rodoviário, na Cidade de Lisboa, no período em que decorreram as JMJ, que se traduziu num abono, por cada hora trabalhada, a todos os trabalhadores.

5.3. Formação

A CARRIS procura promover o desenvolvimento de competências e a qualificação do capital humano por meio de programas formativos, sustentados nos pilares estratégicos da organização, designadamente no que compreende o foco na qualidade de serviço ao cliente. Os programas incluem Formação Contínua para trabalhadores CARRIS e Formação Inicial para candidatos à função de Tripulante - Motorista de Serviço Público (MSP) e Guarda-Freio (GF), integrando formação técnica e comportamental.

Em 2023, foram executadas 92 837 horas de volume de Formação nas seguintes áreas:

- Formação Contínua (39%)

Volume de Formação realizado:

- Área Corporativa: 6 391 horas (18%)
- Área Operacional: 26 615 horas (74%)
- Área Ofical: 2 947 (8%)

- Formação Inicial (61%)

Volume de Formação realizado:

- Motorista de Serviço Público (MSP): 53 141 horas (93%)
- Guarda-Freio (GF): 3 744 horas (7%)

Comparando com o ano anterior, o volume de Formação em 2023 aumentou globalmente, em cerca de 49%, essencialmente devido ao facto de a formação inicial ter incidido mais em candidatos a tripulante que apenas detinham carta de condução de ligeiros (Carta B), pelo que a Empresa promoveu a obtenção da Carta de Condução de Pesados de Passageiros (Carta D) e a obtenção da Carta de Qualificação de Motorista (CQM), obtida na sequência de formação que confere o Certificado de Aptidão de Motorista (CAM). Os projetos formativos de integração de novos trabalhadores para a área de tráfego foram os que mais se destacaram.

Tabela 19 – Formação

Ano	2022	2023
Horas	62 232	92 837
Participantes	2 690	2 695
Custo (10 ³ euros)	346	435
Taxa de Formação (%)	13,7	20,5

5.4. Indicadores de Prestação do Trabalho

5.4.1. Taxa de Absentismo

No ano em análise, verificou-se uma inversão na tendência de crescimento das ausências ao serviço. A Taxa de Absentismo, reduziu cerca de 0.8 p.p, face a 2022, essencialmente devido ao fim da pandemia resultante do COVID-19, declarado em maio de 2023, pela OMS.

Tabela 20 – Absentismo em sentido lato

Ano	2022	2023
Horas	510 700	471 283
Taxa de Absentismo Global	11,2%	10,4%

Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o principal fator a contribuir para o absentismo, verificando-se um crescimento marginal deste indicador.

Tabela 21 – Absentismo detalhado

Ano	2022	2023
Doença	6,56%	6,57%
Acidentes de Trabalho	0,7%	0,9%
Faltas Injustificadas	0,1%	0,2%
Faltas Justificadas	3,8%	2,7%
Taxa de Absentismo Global	11,2%	10,4%

5.4.2. Trabalho Suplementar

O ano de 2023 caracterizou-se pelo crescimento do recurso a trabalho extraordinário, para garantir o cumprimento do Plano de Oferta, dado que a Empresa contou com menor número de trabalhadores ao serviço. Assim, a taxa de Trabalho Suplementar Global em 2023 registou um crescimento de 2,5 p.p., apresentando uma taxa de 7,6%, justificado essencialmente ao nível da operação, dado que se verificou um aumento do número de horas de trabalho suplementar efetuado pelo pessoal tripulante em 3,29 p.p.

Tabela 22 – Trabalho suplementar

Ano	2022	2023
Horas (10 ³)	218,0	332,0
Custo (10 ³ Euros)	2 749	4 296
Taxa de Trabalho Suplementar	5,1%	7,6%

5.4.3. Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

A promoção de um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável é o vetor que orienta a atividade dos serviços internos de Saúde e Segurança no Trabalho CARRIS.

Em 2023, das atividades concretizadas é de destacar a realização de visitas técnicas de avaliação das condições de trabalho, com a emissão dos respetivos relatórios, onde se identificaram riscos e posteriormente foram elaboradas medidas de prevenção, com indicação de melhorias a implementar, de forma a mitigar os respetivos riscos. No ano em análise, com o fim da Pandemia, foram retomadas as visitas técnicas, em conjunto com a Medicina e Enfermagem do Trabalho, de forma a dar cumprimento ao previsto, na legislação, em vigor, aplicável.

Em cumprimento do previsto na legislação em vigor sobre a Prevenção e Controlo da Legionella (Lei n.º 52/2018 de 20 de agosto, Portaria n.º 25/2021 de 29 de janeiro), foi implementado um Plano de Prevenção e Controlo da Legionella, sendo que a Área da Segurança no Trabalho passou a gerir o processo de realização de análises regulares laboratoriais às águas de todos os estabelecimentos CARRIS. Para o efeito, foi criada uma equipa dedicada à gestão e acompanhamento do processo.

No âmbito da Medicina Curativa mantiveram-se as consultas de clínica geral e especialidades - Urologia e Psiquiatria - bem como a consulta/tratamento de Osteopatia, com elevado impacto e procura na população da Empresa.

No ano em análise, a CARRIS facultou, ainda, consultas de nutrição na Empresa, com procura significativa por parte dos trabalhadores.

A campanha de vacinação contra a gripe manteve-se ativa com protocolo estabelecido com farmácia comunitária de forma a facilitar, também, a vacinação contra o COVID-19.

Em 2023 foi realizado o rastreio/campanha “maio mês saudável”, e dada continuidade aos rastreios de Prevenção do Cancro da Próstata e da Diabetes/HTA. É de destacar a campanha relativa ao rastreio do Cancro do Colorretal, com sessão de esclarecimento, na Empresa, por entidade especializada.

As consultas de Cessação Tabágica, com o apoio da especialidade de Psiquiatria, continuam a ser uma aposta da CARRIS, com um grau de sucesso considerável junto dos colaboradores.

Ao nível da Medicina do Trabalho, durante o ano de 2023, foram realizados os habituais exames de saúde, periódicos, ocasionais e os exames de admissão a todos os candidatos a integrar na Empresa. Importa referir que, em termos de volume de exames realizados aos trabalhadores, o ano em análise registou, como seria de esperar, menor quantidade de exames, comparando com os dois últimos anos, em que era obrigatório a realização de exames de regresso ao serviço (exames de retoma) para todos os trabalhadores que tivessem tido COVID-19.

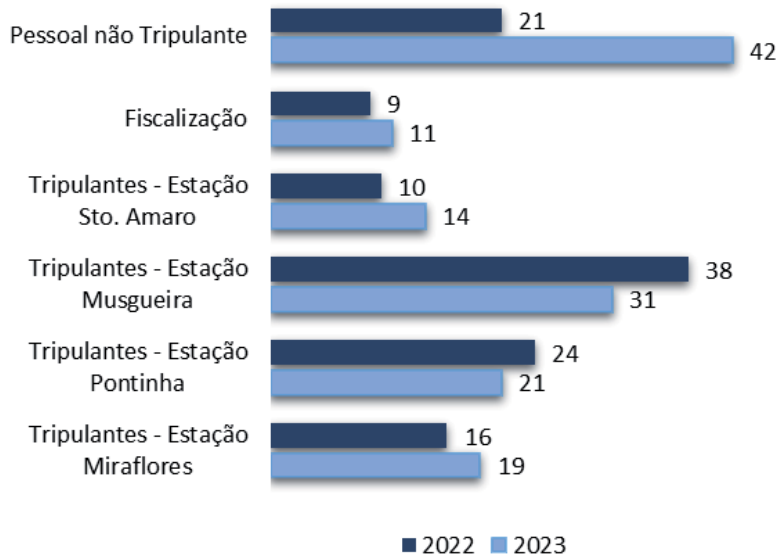
5.4.4. Sinistralidade Laboral

No que respeita à Sinistralidade Laboral, em 2023, observou-se um aumento no número total de acidentes de trabalho em comparação com 2022, apesar dos esforços desenvolvidos pela CARRIS para identificar, controlar, reduzir e/ou eliminar as condições perigosas e/ou os atos inseguros que originam os acidentes de trabalho.

A maioria dos acidentes de trabalho registados em 2023 envolveu tripulantes, totalizando 85 acidentes (62%), o que está alinhado com o facto de ser a maior população de trabalhadores na Empresa. No

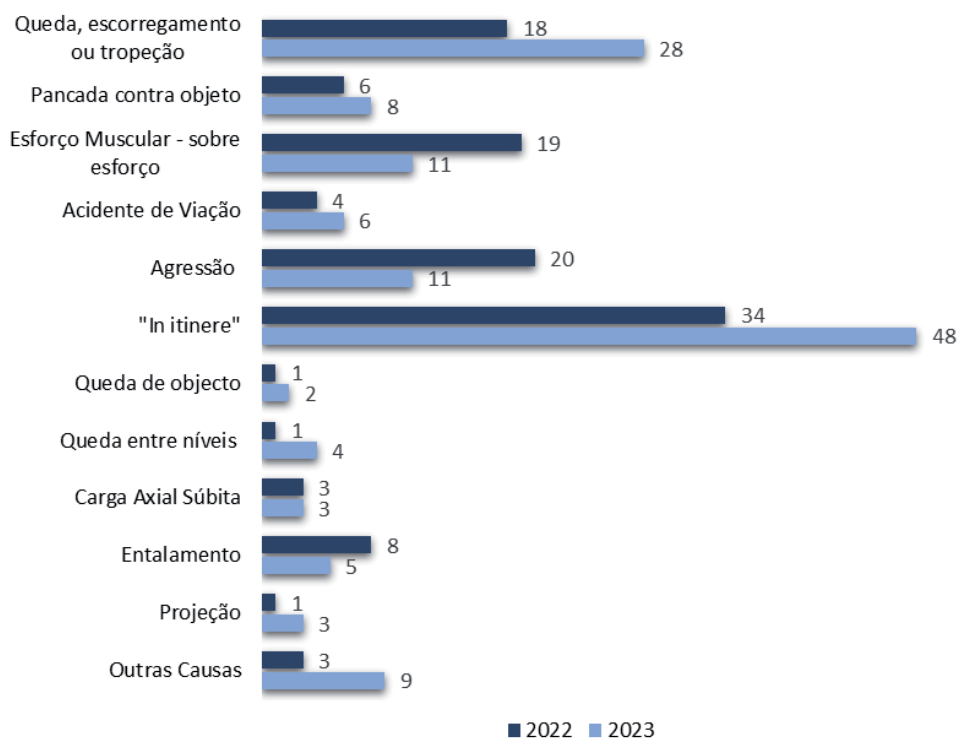
entanto, houve também um aumento nos acidentes envolvendo trabalhadores das áreas oficiais e corporativas.

Gráfico 5 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais



Os acidentes "*in itinere*" destacam-se como a principal causa de incidentes laborais na Empresa, totalizando 35%, seguido pelos ocorridos devido a quedas, escorregões ou tropeções (20%) e as agressões (8%).

Gráfico 6 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho



5.4.5. Saúde

A assistência clínica efetuada nos serviços de saúde internos da CARRIS abrange a Medicina Curativa, Consultas de Especialidade, Medicina do Trabalho e Serviços de Enfermagem.

Tabela 23 – Número de consultas realizadas, por tipo

Ano	2022	2023
Consultas Medicina Curativa	5 655	4 985
Consultas de Especialidades	1 501	1 220
Medicina no Trabalho - Trabalhadores	3 868	2 579
Medicina no Trabalho - Candidatos	185	310
Total de consultas	11 209	9 094

Conforme acima mencionado, a diminuição quantitativa, ao nível das consultas de Medicina do Trabalho, resulta da obrigatoriedade, da realização de exame de retoma de doença após baixa por COVID-19 a todos os trabalhadores. Por outro lado, verificou-se em 2023, um aumento significativo do número de exames médicos realizados a candidatos para a Empresa.

No que respeita à Medicina Curativa, verificou-se uma diminuição do número de consultas em 2023, que resultou da rotatividade de médicos, por pedido de cessação de prestações de serviços. A Área Clínica da CARRIS, gere um conjunto de protocolos com entidades externas de forma a assegurar assistência clínica em diferentes áreas, como por exemplo fisioterapia, fisioterapia, e outras consultas de especialidade médica (oftalmologia, dermatologia, otorrinolaringologista, cirurgia, ginecologia, neurologia, neurocirurgia, ortopedia e cardiologia).

A atividade dos serviços de Enfermagem, ao nível dos tratamentos registou um ligeiro aumento, por contrapartida da redução das consultas de Enfermagem do trabalho, o que está alinhado com a redução do número de exames de medicina do trabalho, associados às retomas de doença ao serviço, após COVID-19.

Tabela 24 – Número de exames/ consultas (MT)

Ano	2022	2023
Consultas de Enfermagem MT	4 053	2 889
Rastreios Diabetes	53	29
Rastreios HTA	347	441
Tratamentos (pensos, administração de medicação ...)	686	879
Outros	212	25
Total de consultas	5 351	4 263

5.4.6. Comunicação interna

Ao longo do ano 2023, foram promovidas várias ações no âmbito da Comunicação Interna.

Para além de alguns desenvolvimentos e melhorias no portal *MyCarris* (a plataforma interna que reúne o acesso a diversas aplicações e aos conteúdos informativos da Empresa), a *newsletter* mensal “22C” tem vindo a ganhar cada vez mais importância junto dos trabalhadores, desde o seu lançamento em 2022.

O grande objetivo das iniciativas de Comunicação Interna passa por envolver e potenciar a proximidade entre os colaboradores, as áreas e as direções da CARRIS, e dar a conhecer, em primeira mão, as principais novidades da Empresa.

RELATÓRIO
E CONTAS

2023

06 ANÁLISE
ECONÓMICA
E FINANCEIRA

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. Conjuntura económica 2023

Em 2023 registou-se um abrandamento do crescimento económico, que retomou os níveis anteriores à pandemia COVID-19.

Assim, no ano 2023, o PIB português cresceu 2,3%³, o valor mais baixo dos últimos 3 anos, embora superior à taxa média de 0,5% registada na zona Euro. Com efeitos positivos para o transporte público, destaca-se o crescimento registado no setor do turismo, com um aumento superior a 10% nas dormidas.

É de salientar igualmente a inversão da tendência crescente de aumento dos preços registada desde 2021: o efeito conjugado da descida dos preços dos recursos energéticos e das medidas de política monetária de estabilização (aumento das taxas de juro) tomadas pelo BCE, permitiu reduzir a taxa de inflação, cujo valor médio anual se fixou em 4,3% (7,8% em 2022). As previsões para 2024 mantêm esta tendência de decréscimo, para valores inferiores a 3%, e progressiva estabilização da taxa de inflação.

O desempenho da CARRIS em 2023 reflete, por um lado, a consolidação da recuperação económica e, por outro, o investimento na melhoria do serviço e da atratividade do transporte público:

- Crescimento significativo (7,7%) da procura de transporte público,
- Recuperação dos rendimentos de serviço público, registando um aumento de cerca de 12% das receitas tarifárias⁴;
- Diminuição dos gastos com recursos energéticos – gás, eletricidade e gasóleo – refletindo a tendência geral de redução do preço destes fatores;
- Aumento expressivo do investimento no reforço e modernização da frota de serviço público.

³ Síntese Económica da Conjuntura, INE

⁴ Incluindo participações por reduções tarifárias.

6.2. Análise de resultados da empresa

Tabela 25 – Demonstração de Resultados (10³€)

RENDIMENTOS E GASTOS	2022 Re-expresso	2023	unid 10 ³ € Var.	
			Abs.	%
Vendas e Prestações de Serviços	108 641	121 630	12 989	12,0
Prestação de Serviço Público	107 414	120 121	12 707	11,8
Vendas e Prestação de Serviços - Outros	1 227	1 509	282	23,0
Compensações Serviço Público	45 289	48 520	3 231	7,1
Trabalhos para a própria entidade	188	276	89	47,4
Outros rendimentos	3 102	3 548	446	14,4
Rendimentos Operacionais	157 220	173 974	16 755	10,7
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	-18 730	-17 632	1 097	-5,9
Fornecimentos e Serviços Externos	-36 183	-38 490	-2 306	6,4
Gastos com Pessoal	-80 178	-88 714	-8 536	10,6
Outros gastos	-994	-769	225	-22,7
Gastos Operacionais	-136 085	-145 605	-9 520	7,0
Resultado Operacional da Atividade Transporte (EBITDA)	21 134	28 369	7 235	34,2
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-16 692	-19 963	-3 272	19,6
Indemnizações por rescisão	-119	-250	-131	110,1
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-30	16	46	-152,8
Aplicação do Método Equivalência Patrimonial	1 907	1 550	-357	-18,7
Provisões (aumentos/reduções)	-3 631	675	4 306	-118,6
Diferenças de câmbio	-1	0	1	-100,0
Resultado Operacional	2 568	10 397	7 829	304,8
Juros e rendimentos similares obtidos	0	972	972	100,0
Juros e gastos similares suportados	-28	0	28	-99,8
Resultado financeiro	-28	972	1 000	-3 602,2
Resultado antes de impostos	2 541	11 369	8 829	347,5
Imposto sobre o rendimento	527	-1 876	-2 402	-456,2
Resultado líquido do período	3 067	9 494	6 426	209,5

6.2.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido registado em 2023 ascendeu a 9,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 6,4 milhões de euros, relativamente a 2022.

Relevam essencialmente como fatores explicativos desta variação:

- I. Pela positiva, o aumento dos Rendimentos Operacionais (com particular destaque para a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços) e a variação das Provisões;
- II. E, pela negativa, o acréscimo dos Gastos Operacionais (com especial relevância dos Gastos com Pessoal e das Depreciações).

6.2.2. Resultado operacional da atividade de transportes (EBITDA)

O EBITDA da atividade de transporte em 2023 ascendeu a 28,4 milhões de euros, registando um acréscimo de 7,2 milhões de euros (34%) relativamente ao exercício anterior.

Para este resultado concorreram os seguintes fatores essenciais:

- i. Os Rendimentos Operacionais aumentaram 16,8 milhões de euros, devido à evolução das duas componentes principais: rendimentos de serviço público, que crescem 12,7 milhões euros, e compensações de serviço público, com um acréscimo de 3,2 milhões euros;
- ii. Os Gastos Operacionais aumentaram 7% (9,5 milhões de euros), devido ao crescimento dos Gastos com Pessoal (10,6%) e dos Fornecimentos e Serviços Externos (6,4%);
- iii. Os Gastos com Pessoal registaram um crescimento de 8,5 milhões de euros. Os principais motivos para esta variação são os seguintes: atualizações salariais, incluindo os resultados dos processos de avaliação de desempenho; o pagamento de valores resultante da alteração, por decisão judicial e orientação jurisprudencial, da fórmula de cálculo do valor das férias e subsídio de férias, e o aumento do trabalho extraordinário para garantir o cumprimento do plano de oferta, incluindo o complemento remuneratório e o serviço prestado na semana das JMJ;
- iv. Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 2,3 milhões de euros, essencialmente devido ao acréscimo dos gastos com manutenção das viaturas de serviço público (autocarros e elétricos) que, no conjunto, crescem 1,9 milhões de euros, o que representa 83% do acréscimo total desta conta.

6.2.3. Resultado operacional

O Resultado Operacional, no valor de 10,4 milhões de euros, regista um aumento de 7,8 milhões de euros relativamente ao resultado apurado em 2022. Para além do contributo dos fatores já mencionados nos pontos anteriores, destacam-se:

- i. O aumento, em 3,3 milhões de euros, dos gastos com Depreciações / Amortizações, decorrente do investimento realizado;
- ii. A redução das Provisões em 4,3 milhões de euros, essencialmente devido ao desfecho de processos judiciais em curso;
- iii. O reconhecimento, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados positivos da participada Carristur, no valor de 1,5 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 357 mil euros face a 2022.

6.2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro reflete essencialmente os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria na aquisição de Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDIC) junto do IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

6.3.Estrutura Patrimonial

Apresenta-se uma análise das principais variações nas rubricas do balanço face ao período homólogo.

Tabela 26 – Variação do Património (10³€)

Ano	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	121 605	156 457	34 852	28,7
Participações e Outros Ativos Financeiros	6 812	8 328	1 516	22,3
Ativos por impostos diferidos	737	451	-286	-38,8
Ativo Corrente - Inventários	1 885	2 148	263	14,0
Ativo Corrente - Valores a Receber	12 762	17 992	5 229	41,0
Ativo Corrente - Disponibilidades	67 159	58 007	-9 152	-13,6
Total	210 960	243 383	32 423	15,4
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	110 745	117 637	6 892	6,2
Provisões	5 561	4 836	-726	-13,0
Passivo não Corrente (Outro)	31 183	36 588	5 404	17,3
Passivo Corrente	63 470	84 322	20 852	32,9
Total	210 960	243 383	32 423	15,4

6.3.1. Ativo

Em 2023, a CARRIS aumentou o seu Ativo em 32,4 milhões de euros, destacando-se as seguintes variações mais relevantes:

- O aumento do Ativo Não Corrente, em 36,1 milhões de euros, em resultado do:
 - I. Crescimento dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis, em cerca de 34,9 milhões de euros, traduzindo o investimento realizado no ano;
 - II. Aumento das Participações financeiras, em cerca de 1,5 milhões de euros, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da participada CARRISTUR (que integra também os resultados da CARRISBUS).
- O Ativo corrente diminuiu 3,7 milhões de euros, em resultado essencialmente das variações ocorridas nas seguintes rubricas:
 - i. Aumento do saldo de Outros Créditos a Receber, em 3,3 milhões de euros, relacionado com o reconhecimento de compensações tarifárias a receber;
 - ii. Acréscimo da rubrica Estado e outros entes públicos em 1 milhão de euros;
 - iii. Diminuição da Caixa e depósitos bancários em 9,2 milhões de euros.

6.3.2. Capital Próprio

O Capital Próprio regista uma variação positiva de 6,9 milhões de euros, explicada essencialmente pelos seguintes fatores:

- i. A variação negativa dos Resultados Transitados, no valor de 1,6 milhões de euros, decorre do efeito combinado, com sinais contrários, da transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido apurado em 2022 e dos Excedentes de Revalorização realizados (ambas com efeito positivo), bem como do reconhecimento das perdas atuariais, decorrentes da avaliação das responsabilidades da CARRIS com benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos, em 31 de dezembro de 2023 (com efeito negativo);
- ii. Variação positiva da rubrica Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio, em 2,2 milhões de euros em resultado da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que são reconhecidas as respetivas depreciações/amortizações dos ativos subsidiados;
- iii. Aumento do Resultado Líquido no período em análise, face a 31/12/2022, de 6,4 milhões de euros.

6.3.3. Passivo

Em 2023, o Passivo regista um aumento de 25,5 milhões de euros, que resulta essencialmente dos seguintes fatores:

- i. Acréscimo das Responsabilidades por Benefícios Pós-emprego em 5,4 milhões de euros;
- ii. Aumento da dívida a Fornecedores em 21 milhões de euros, em resultado do acréscimo significativo da faturação recebida no final do ano relacionada com a aquisição de frota nova, que apenas foi liquidada no início de 2024, tendo em consideração os prazos de pagamento estipulados;
- iii. Diminuição de Outras Dívidas a Pagar, em cerca de 1,1 milhões de euros;
- iv. Aumento das dívidas ao Estado e outros entes públicos em 1,5 milhões de euros, devido essencialmente ao reconhecimento da estimativa de imposto sobre o rendimento a liquidar pela empresa com referência a 2023.

6.4. Investimento Realizado

Em 2023, foi realizado um investimento de cerca de 54 milhões de euros, representando um aumento de 37,8 milhões de euros face ao ano anterior, sendo de salientar:

- A aquisição de 12 novos elétricos articulados, no valor de 32,291 milhões de euros;
- A aquisição de 24 autocarros articulados a GNC, no valor de 9 milhões de euros;
- A aquisição de 10 autocarros standard elétricos, no valor de 4 milhões de euros;

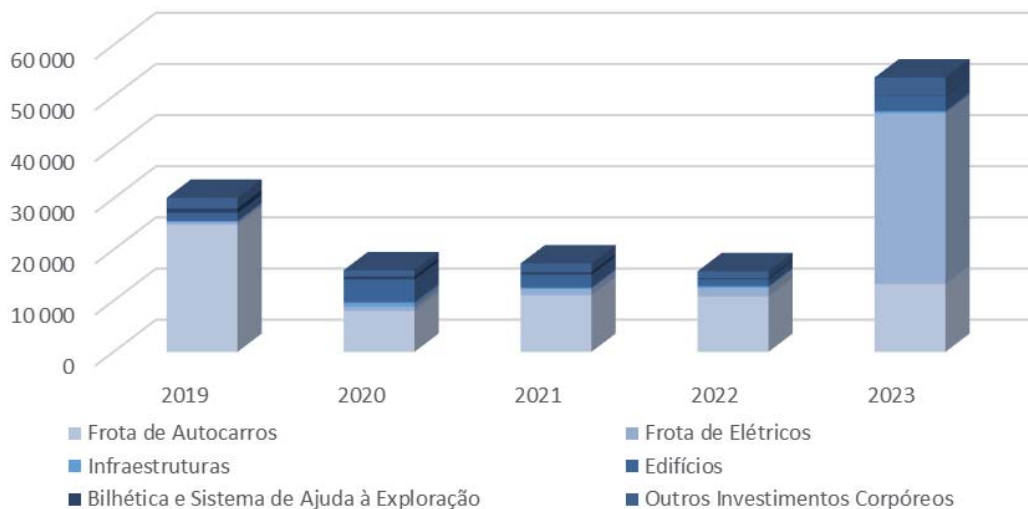
- Obras de melhoria nas instalações da Empresa, tendo em vista a adaptação às necessidades operacionais e administrativas da mesma e a melhoria das condições de trabalho, no valor de 3,025 milhões de euros;
- Grandes reparações na frota de elétricos, no valor de 0,840 milhões de euros;
- Melhorias nos sistemas informáticos, no valor de 0,464 milhões de euros.

Tabela 27 – Investimentos (10³€)

Ano	2022	2023
Frota de Autocarros	10 859	13 281
Aquisições	10 568	13 118
Grandes Reparações	264	90
Outros	27	73
Frota de Elétricos	1 637	33 329
Aquisições	0	32 291
Grandes Reparações	1 490	840
Outros	147	198
Infraestruturas	308	418
Grandes Reparações de Linha e Rede Aérea	175	229
Outros	133	190
Edifícios	1 372	3 025
Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração	184	73
Outros Investimentos Corpóreos	1 413	3 493
Total Investimentos não Financeiros	15 774	53 618
Investimentos Financeiros	-	-
Total	15 774	53 618

O gráfico seguinte mostra a evolução do investimento total e por tipo de ativo nos últimos 5 anos, correspondendo a um considerável esforço financeiro da Empresa.

Gráfico 7 – Evolução Investimento (10³€)



O programa de renovação e aumento da frota de viaturas do serviço público irá manter-se nos próximos anos conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2024-2027 aprovado pelo acionista.

6.5.Fluxos Financeiros

As atividades operacionais geraram fluxos de caixa positivos, no valor de 27,5 milhões de euros, representando uma redução de 9 milhões de euros face ao ano transato, devido ao menor volume de compensações recebidas.

Por outro lado, regista-se um aumento significativo do exfluxo para pagamento do investimento realizado, parcialmente amortizado pelos rendimentos proveniente da aplicação dos excedentes de tesouraria (862 mil euros) e subsídios ao investimento (517 mil euros). As atividades de investimento geraram, assim, um *cash-flow* negativo de 36,6 milhões de euros.

Em consequência, as disponibilidades no final do exercício apresentam um decréscimo, face ao ano anterior, de 9,2 milhões euros.

Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10³€)

Ano	2022	2023
Fluxo das Atividades Operacionais	36 634	27 451
Recebimentos	190 950	182 633
Pagamentos	154 316	155 182
Fluxo das Atividades de Investimento	-19 024	-36 603
Recebimentos	1 359	1 417
Pagamentos	20 383	38 019
Fluxo das Atividades de Financiamento	-28	0
Recebimentos	0	0
Pagamentos	28	0
Varição de Caixa e seus equivalentes	17 583	-9 152

6.6. Prazo Médio de Pagamentos

Desde 2017 que a CARRIS vem implementando um conjunto de procedimentos internos para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento, com o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 30 dias. As medidas adotadas permitiram melhorias significativas neste indicador.

No final do ano o indicador PMP, calculado nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, é de 39 dias. Verifica-se um acréscimo de 5 dias no Prazo Médio de Pagamentos, justificada pela concretização das entregas de um elevado número de novas viaturas de serviço público durante o mês de dezembro, aumentando de forma significativa o saldo em dívida a fornecedores de investimento.

Tabela 29 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Prazo (dias)	34	39	5	15

RELATÓRIO
E CONTAS
2023

07 GOVERNO
SOCIETÁRIO

7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com os Princípios de Bom Governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2023, disponível para consulta no site da Empresa.

RELATÓRIO
E CONTAS

2023

08 PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do disposto na alínea f), do número 5, do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no valor de **9.493.876,65€**, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados, em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 29.º dos Estatutos da CARRIS.

RELATÓRIO E CONTAS

2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31/12/2022 (Reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	155.064.272,61	120.501.306,92
Ativos intangíveis	8	1.392.987,37	1.103.496,45
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	6.767.962,01	5.217.939,89
Outros investimentos financeiros	11	1.559.860,86	1.593.741,37
Ativos por impostos diferidos	10	451.055,70	737.211,45
		165.236.138,55	129.153.696,08
Ativo corrente			
Inventários	12	2.147.792,02	1.884.815,63
Clientes	13	3.384.418,94	2.544.663,90
Estado e outros entes públicos	17	4.662.556,54	3.587.214,06
Outros créditos a receber	13	9.944.612,95	6.630.272,39
Caixa e depósitos bancários	5	58.007.432,35	67.159.197,74
		78.146.812,80	81.806.163,72
Total do ativo		243.382.951,35	210.959.859,80
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	78.674.000,00	78.674.000,00
Resultados transitados	2,3, 14	(46.811.946,00)	(45.169.612,96)
Excedentes de revalorização	2,3, 14	40.827.051,32	40.955.330,04
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	2,3, 14	35.454.468,14	33.218.395,54
		108.143.573,46	107.678.112,62
Resultado líquido do período		9.493.876,65	3.066.905,78
Total do capital próprio		117.637.450,11	110.745.018,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	4.835.953,90	5.561.498,07
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	24.215.031,53	18.803.084,38
Passivos por impostos diferidos	10	12.372.640,50	12.380.395,10
		41.423.625,93	36.744.977,55
Passivo corrente			
Fornecedores	16	28.549.345,91	7.564.207,01
Estado e outros entes públicos	17	3.019.466,23	1.515.249,00
Outras dívidas a pagar	16	51.633.987,90	52.705.933,89
Diferimentos	18	1.119.075,27	1.684.473,95
		84.321.875,31	63.469.863,85
Total do passivo		125.745.501,24	100.214.841,40
Total do capital próprio e do passivo		243.382.951,35	210.959.859,80

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	2.3, 20	121.629.801,79	108.640.976,14
Subsídios à exploração	2.3, 20, 28	48.520.495,08	45.288.822,99
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	1.550.022,12	1.907.194,15
Trabalhos para a própria entidade		276.410,16	187.514,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(17.632.431,28)	(18.729.927,95)
Fornecimentos e serviços externos	21	(38.489.609,28)	(36.183.311,14)
Gastos com o pessoal	22	(88.963.654,90)	(80.297.041,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(37.562,20)	-
Provisões (aumentos/reduções)	15	675.470,52	(3.631.134,37)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		15.619,55	(30.304,41)
Outros rendimentos	24	3.547.601,69	3.102.217,73
Outros gastos	25	(731.770,41)	(995.329,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30.360.392,84	19.259.676,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(19.963.099,58)	(16.691.574,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.397.293,26	2.568.101,79
Juros e rendimentos similares obtidos	26	972.325,30	-
Juros e gastos similares suportados	26	(42,98)	(27.762,41)
Resultado antes de impostos		11.369.575,58	2.540.339,38
Imposto sobre o rendimento do período	10	(1.875.698,93)	526.566,40
Resultado líquido do período	14	9.493.876,65	3.066.905,78

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		169.190.407,90	152.843.457,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		(137.842.059,94)	(126.201.445,65)
Resultado bruto		31.348.347,96	26.642.011,35
Outros rendimentos		9.092.421,43	6.606.865,25
Gastos de distribuição		(6.946.401,66)	(6.764.906,61)
Gastos administrativos		(13.400.605,51)	(13.006.057,82)
Outros gastos		(9.696.468,96)	(10.909.810,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.397.293,26	2.568.101,79
Gastos de financiamento (líquidos)	26	972.282,32	(27.762,41)
Resultados antes de impostos		11.369.575,58	2.540.339,38
Imposto sobre o rendimento do período	10	(1.875.698,93)	526.566,40
Resultado líquido do período		9.493.876,65	3.066.905,78

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados Por Funções do período findo em 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		85.009.616,22	79.738.310,82
Compensações e outros subsídios:			
Compensações tarifárias		41.572.991,95	40.106.551,22
Compensações de Serviço Público (NT) *	28	46.203.815,74	54.196.014,99
Outros subsídios		1.654.063,97	7.057.677,11
Pagamentos a fornecedores		(69.624.212,68)	(70.219.548,10)
Pagamentos ao pessoal		(85.557.555,25)	(77.643.727,14)
Caixa gerada pelas operações		19.258.719,95	33.235.278,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.371.347,17	(6.452.762,42)
Outros recebimentos/pagamentos *	5	6.820.891,06	9.851.485,38
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		27.450.958,18	36.634.001,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(37.223.639,02)	(20.072.744,69)
Ativos intangíveis		(795.558,15)	(310.101,56)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		33.454,12	107.593,82
Subsídios ao investimento		517.073,82	1.215.264,65
Juros e rendimentos similares	26	862.334,99	30.173,62
Dividendos	24	3.653,65	6.256,25
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(36.602.680,59)	(19.023.557,91)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	26	(42,98)	(27.762,41)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(42,98)	(27.762,41)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		(9.151.765,39)	17.582.681,54
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	67.159.197,74	49.576.516,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	58.007.432,35	67.159.197,74

* Nota: O montante de € 38,2 milhões, referente a pagamentos por conta efetuados pelo Município de Lisboa, que em 2022 tinha sido considerado em "Outros Recebimentos/Pagamentos" foi reclassificado para "Compensações de Serviço Público"

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023**

<i>(Montantes expressos em euros)</i>							
DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	14	78.674.000,00	(45.169.612,96)	40.955.330,04	33.218.395,54	3.066.905,78	110.745.018,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização	6, 14		1.202.083,58	1.202.083,58			1.202.083,58
Realização de excedentes de revalorização	2, 14		(1.153.756,95)	(1.153.756,95)			-
Subsídios e doações	14				484.355,34		484.355,34
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(3.589.936,90)	(3.589.936,90)			(3.589.936,90)
Ajustamentos por impostos diferidos	10		(388.785,71)	(176.605,35)	(132.555,90)		(697.946,96)
Aplicação dos resultados de 2022	14		3.066.905,78			(3.066.905,78)	-
Resultados não atribuídos	9		(1.884.273,16)		1.884.273,16		-
		-	(1.642.333,04)	(128.278,72)	2.236.072,60	(3.066.905,78)	(2.601.444,94)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						9.493.876,65	9.493.876,65
RESULTADO INTEGRAL						6.892.431,71	6.892.431,71
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023		78.674.000,00	(46.811.946,00)	40.827.051,32	35.454.468,14	9.493.876,65	117.637.450,11

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022 (Reexpresso)**

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	14	78.674.000,00	(77.590.862,64)	67.384.597,79	34.530.309,05	11.546.403,92	114.544.448,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização	6, 14			1.714.527,03			1.714.527,03
Realização de excedentes de revalorização	2.3, 14		27.774.217,67	(27.774.217,67)	(1.602.716,23)		(1.602.716,23)
Subsídios e doações	14						
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(6.271.825,53)	(369.577,11)	290.802,72		(6.271.825,53)
Ajustamentos por impostos diferidos	2.3, 10		(627.546,38)				(706.320,77)
Aplicação dos resultados de 2021	14		11.546.403,92			(11.546.403,92)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			32.421.249,68	(26.429.267,75)	(1.311.913,51)	(11.546.403,92)	(6.866.335,50)
RESULTADO INTEGRAL							
						3.066.905,78	3.066.905,78
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		78.674.000,00	(45.169.612,96)	40.955.330,04	33.218.395,54	3.066.905,78	110.745.018,40

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» (adiante abreviadamente designada por CARRIS, Empresa ou Sociedade) é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em setembro de 1872, com sede social na Rua 1.º de Maio, n.º 103, em Lisboa. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços relativos ao transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador, conforme o contrato de concessão celebrado com o Município de Lisboa, em 14 de novembro de 2017, nos termos conjugados da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros outorgado pelo Estado Português à CARRIS, em 31 de dezembro de 1973, e do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, assinado em 20 de setembro de 2018.

Em 30 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, que determinou a transferência da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado com a CARRIS, e a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, do Estado para o Município de Lisboa, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017. Enquanto empresa municipal, a CARRIS é enquadrada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e posteriores alterações a este diploma legal, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

A CARRIS é uma empresa municipal que integra o Grupo Município de Lisboa, seu acionista único. Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, a CARRIS encontra-se dispensada de preparar e divulgar contas consolidadas, por ser ela própria uma subsidiária e integrar as demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Lisboa.

As demonstrações financeiras anexas refletem as contas individuais da Empresa, sendo apresentadas em euros. Foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 07 de março de 2024. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Acionista em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Com exceção dos aspetos referidos nos parágrafos seguintes, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram efetuadas outras derrogações às disposições previstas no SNC.

O contrato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) tem, na sua redação, características que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12. Contudo, é entendimento do Conselho de Administração e dos assessores jurídicos da Carris que a substância do contrato, traduzida na intenção das partes aquando da celebração do mesmo, é a de um contrato de prestação de serviço público.

Adicionalmente, atendendo à referida substância do contrato, revela-se extremamente complexa a operacionalização da aplicação da IFRIC 12. Isto porque:

- (i) Não existe uma delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato;
- (ii) A Carris não constrói ou produz uma infraestrutura em concreto; essencialmente, adquire equipamentos para a prestação do serviço público;
- (iii) Os fluxos de caixa garantidos pelo mecanismo de Compensação das Obrigações de Serviço Público (COSP) não são claramente identificáveis e determináveis;
- (iv) O prazo do contrato é claramente desajustado face ao período que seria necessário para a recuperação do investimento.

Neste contexto, é entendimento do Conselho de Administração que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das demonstrações financeiras da CARRIS, porquanto não traduz a substância do contrato e implica a assunção de pressupostos e o exercício de julgamentos de elevada subjetividade e de pouco rigor cujo custo excede claramente os benefícios associados.

Desta forma, tendo em consideração o disposto no parágrafo 19 da IAS 1 (aplicação supletiva preconizada pelo ponto 1.4 do anexo ao Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, atendendo à omissão da NCRF 1) entendeu o Conselho de Administração ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, é de seguida apresentado o efeito, em 31 de dezembro de 2022 e 2023, resultante da aplicação da IFRIC 12.

BALANÇO			
	2022		2022
	(tal como relatado)	Ajustamentos IFRIC 12	(ajustado com a IFRIC 12)
AFT	120 501 307	(113 308 595)	7 192 712
Intangíveis	1 103 496		1 103 496
Participações financeiras	5 217 940		5 217 940
Outros investimentos financeiros	1 593 741		1 593 741
Outros créditos a receber	-	45 866 332	45 866 332
Ativos por impostos diferidos	737 212		737 212
	<u>129 153 696</u>	<u>(67 442 263)</u>	<u>61 711 433</u>
Inventários	1 884 816		1 884 816
Clientes	2 544 664		2 544 664
Estado e outros entes públicos	3 587 214		3 587 214
Outros créditos a receber	6 630 272	10 593 967	17 224 239
Caixa e depósitos bancários	67 159 198		67 159 198
	<u>81 806 164</u>	<u>10 593 967</u>	<u>92 400 131</u>
Total do ativo	<u>210 959 860</u>	<u>(56 848 297)</u>	<u>154 111 563</u>
Capital subscrito	78 674 000		78 674 000
Resultados transitados	(72 648 820)	(7 678 831)	(80 327 651)
Excedentes de revalorização	68 729 548	(18 837 369)	49 892 179
Outras variações no capital próprio	32 923 384		32 923 384
Resultado líquido do período	3 066 906	(19 268 967)	(16 202 061)
Total do capital próprio	<u>110 745 018</u>	<u>(45 785 167)</u>	<u>64 959 851</u>
Provisões	5 561 498		5 561 498
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18 803 084		18 803 084
Passivos por impostos diferidos	12 380 395	(5 468 913)	6 911 482
	<u>36 744 977</u>	<u>(5 468 913)</u>	<u>31 276 064</u>
Fornecedores	7 564 207		7 564 207
Estado e outros entes públicos	1 515 249	(5 594 216)	(4 078 967)
Outras dívidas a pagar	52 705 934		52 705 934
Diferimentos	1 684 475		1 684 475
	<u>63 469 865</u>	<u>(5 594 216)</u>	<u>57 875 649</u>
Total do passivo	<u>100 214 842</u>	<u>(11 063 130)</u>	<u>89 151 712</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>210 959 860</u>	<u>(56 848 296)</u>	<u>154 111 564</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2022	Ajustamentos	2022
	(tal como	IFRIC 12	(ajustado com a
	relatado)	IFRIC 12	IFRIC 12)
Vendas e serviços prestados	103 999 056	(30 608 258)	73 390 798
Subsídios à exploração	49 930 742		49 930 742
Ganhos/perdas subsidiárias	1 907 194		1 907 194
Trabalhos para a própria entidade	187 514		187 514
CMVMC	(18 729 928)	(13 163 176)	(31 893 104)
Fornecimentos e serviços externos	(36 183 311)		(36 183 311)
Gastos com o pessoal	(80 297 041)		(80 297 041)
Provisões	(3 631 134)		(3 631 134)
Imparidade de investimentos não depreciables	(30 304)		(30 304)
Outros rendimentos	3 102 218		3 102 218
Outros gastos	(995 330)		(995 330)
EBITDA	19 259 676	(43 771 434)	(24 511 758)
Gastos de depreciações e amortizações	(16 691 574)	14 452 543	(2 239 031)
EBIT	2 568 102	(29 318 891)	(26 750 789)
Juros e rendimentos obtidos	-	4 455 708	4 455 708
Juros e gastos suportados	(27 763)		(27 763)
RAI	2 540 339	(24 863 183)	(22 322 844)
Imposto sobre o rendimento do período	526 567	5 594 216	6 120 783
Lucro/prejuízo	3 066 906	(19 268 967)	(16 202 061)

BALANÇO

	2023	Ajustamentos	2023
	(tal como	IFRIC 12	(ajustado com a
	relatado)	IFRIC 12	IFRIC 12)
AFT	155 064 273	(147 664 196)	7 400 076
Intangíveis	1 392 987		1 392 987
Participações financeiras	6 767 962		6 767 962
Outros investimentos financeiros	1 559 861		1 559 861
Outros créditos a receber	-	56 752 025	56 752 025
Ativos por impostos diferidos	451 056		451 056
	<u>165 236 139</u>	<u>(92 041 440)</u>	<u>74 323 967</u>
Inventários	2 147 792		2 147 792
Clientes	3 384 419		3 384 419
Estado e outros entes públicos	4 662 557		4 662 557
Outros créditos a receber	9 944 613	22 585 365	32 529 978
Caixa e depósitos bancários	58 007 432		58 007 432
	<u>78 146 813</u>	<u>23 714 633</u>	<u>100 732 178</u>
Total do ativo	<u>243 382 951</u>	<u>(68 326 807)</u>	<u>175 056 145</u>
Capital subscrito	78 674 000		78 674 000
Resultados transitados	(46 811 946)	(26 947 798)	(73 759 744)
Excedentes de revalorização	40 827 051	(19 862 847)	20 964 204
Outras variações no capital próprio	35 454 468		35 454 468
Resultado líquido do período	9 493 877	10 414 610	19 908 487
Total do capital próprio	<u>117 637 450</u>	<u>(36 396 035)</u>	<u>81 241 415</u>
Provisões	4 835 954		4 835 954
Responsabilidades por benefícios pós-ε	24 215 032		24 215 032
Passivos por impostos diferidos	12 372 641	(5 645 518)	6 727 122
	<u>41 423 626</u>	<u>(5 645 518)</u>	<u>35 778 107</u>
Fornecedores	28 549 346		28 549 346
Estado e outros entes públicos	3 019 466	(2 570 620)	448 846
Outras dívidas a pagar	51 633 988	(23 714 633)	27 919 355
Diferimentos	1 119 075		1 119 075
	<u>84 321 875</u>	<u>(26 285 253)</u>	<u>58 036 623</u>
Total do passivo	<u>125 745 501</u>	<u>(31 930 771)</u>	<u>93 814 730</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>243 382 951</u>	<u>(68 326 807)</u>	<u>175 056 145</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2023	Ajustamentos	2023
	(tal como	IFRIC 12	(ajustado com a
	relatado)		IFRIC 12)
Vendas e serviços prestados	121 629 802	42 136 016	163 765 817
Subsídios à exploração	48 520 495		48 520 495
Ganhos/perdas subsidiárias	1 550 022		1 550 022
Trabalhos para a própria entidade	276 410		276 410
CMVMC	(17 632 431)	(50 723 506)	(68 355 937)
Fornecimentos e serviços externos	(38 489 609)		(38 489 609)
Gastos com o pessoal	(88 963 655)		(88 963 655)
Imparidade de dívidas a receber	(37 562)		(37 562)
Provisões	675 471		675 471
Imparidade de investimentos não depreciáveis	15 620		15 620
Outros rendimentos	3 547 602		3 547 602
Outros gastos	(731 770)		(731 770)
EBITDA	30 360 393	(8 587 490)	21 772 903
Gastos de depreciações e amortizações	(19 963 100)	17 569 988	(2 393 112)
EBIT	10 397 293	8 982 498	19 379 792
Juros e rendimentos obtidos	972 325	4 455 708	5 428 033
Juros e gastos suportados	(43)		(43)
RAI	11 369 576	13 438 206	24 807 782
Imposto sobre o rendimento do período	(1 875 699)	(3 023 596)	(4 899 295)
Lucro/prejuízo	9 493 877	10 414 610	19 908 487

Estes impactos foram determinados tendo por base os seguintes pressupostos principais:

- Os cálculos foram efetuados retrospectivamente, com referência a 1/1/2010, ano da adoção do SNC, apesar da IFRIC 12 ser aplicável a partir de 1/1/2008. Entendemos que o efeito desta situação é imaterial, decorrendo da dificuldade de mapeamento das contas de ativos fixos tangíveis antes e após a conversão para o SNC;
- Não havendo delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato de concessão, assumiu-se que integrariam a concessão o equipamento básico, os terrenos e os edifícios;
- Pelo facto de, até novembro de 2017, não existir compensação pelas obrigações de serviço público, assumiu-se que, até essa data, o ativo da concessão correspondia a um ativo intangível. Consequentemente, na adoção inicial da IFRIC 12, a quantia estimada líquida dos ativos fixos tangíveis associados à concessão seria transferida para o referido ativo intangível;
- As revalorizações efetuadas nos ativos fixos tangíveis foram revertidas, uma vez que a IAS 38 não permite a revalorização de ativos intangíveis para os quais não existe um mercado ativo (é o caso

do intangível da concessão). De igual forma, a IFRS 9 não permite a revalorização de ativos financeiros;

- No exercício em que ocorreram, assume-se meio ano de amortização dos aumentos/diminuições do período do ativo intangível da concessão;
- Considera-se que, em novembro de 2017, a nova adenda ao contrato de concessão, ao introduzir a compensação por obrigações de serviço público, vem atribuir à CARRIS um direito contratual de receber dinheiro. A compensação das obrigações de serviço público assegura à CARRIS um fluxo de caixa positivo de 10,2 milhões de euros por ano. Esta alteração contratual leva a que a concessão deixasse de ter risco operacional para a CARRIS. Ou seja, a CML assegura à CARRIS o fluxo de caixa líquido referido independentemente do fluxo de clientes. Consequentemente, a totalidade do investimento da CARRIS no âmbito da concessão passaria a ser recuperada através de um ativo financeiro;
- Para os cálculos efetuados considerou-se uma taxa interna de rentabilidade (TIR) de 5%, de acordo com o estipulado no contrato de concessão;
- O ativo financeiro foi, inicialmente, reconhecido pela quantia escriturada do intangível da concessão. Subsequentemente, foi aumentado pelos juros do período e pelo investimento líquido nos ativos afetos à concessão e reduzido pelos recebimentos;
- Os recebimentos do ativo financeiro foram revistos em cada data de relato, tendo sido estimados como sendo a anuidade de uma renda pelo prazo remanescente da concessão cujo valor atual, apurado com base numa taxa de desconto correspondente à TIR atrás referida, corresponde à quantia escriturada do ativo financeiro no final do período anterior;
- Assumiu-se que não existe imparidade do ativo, uma vez que a CML assegura sempre um fluxo de caixa positivo à CARRIS por via da compensação das obrigações de serviço público;
- De acordo com o Aditamento à segunda alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão, através de deliberação pelos Órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão encontra-se prorrogado por cinco anos. Isto é, até 31 de dezembro de 2028, tendo assim um prazo estimado de 5 anos;
- Não foi considerado o efeito fiscal dos ajustamentos para os anos anteriores a 2022, na medida em que as correspondentes declarações fiscais já se encontram entregues e liquidadas;
- Não estando previsto no contrato de concessão uma obrigação contratual de assegurar um determinado nível de investimento (CAPEX), assumiu-se que a CARRIS não tem qualquer obrigação nesse âmbito, pelo que não reconhece uma provisão para o efeito.

Alerta-se para o facto de as estimativas apresentadas comportarem um risco elevado de não traduzirem de forma fidedigna os impactos reais que teriam ocorrido, caso a IFRIC12 tivesse sido aplicada desde 1 de janeiro de 2008. De facto, os custos de determinação exaustiva e rigorosa de todos os impactos desde essa data, suplantam largamente os benefícios, especialmente tendo em consideração os motivos apresentados para a derrogação da respetiva aplicação anteriormente apresentados.

Por outro lado, importa ter presente que a alteração de política contabilística (adoção da IFRIC 12) desde 1 de janeiro de 2010 teria certamente impacto na determinação da compensação das obrigações de serviço público a suportar pelo Concedente, não sendo possível refletir rigorosamente na mesma os ajustamentos efetuados, até porque teriam de ter sido formalmente aceites pelo Concedente. A esse nível ressalva-se, no entanto, a obrigação contratual do concedente assegurar uma TIR de 5%, correspondente a um fluxo de caixa anual de cerca de €10,2 milhões de euros, garantindo desta forma a sustentabilidade e o equilíbrio económico e financeiro da CARRIS.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior, tendo para o efeito a Empresa procedido à reexpressão de algumas rubricas das demonstrações financeiras com referência a 2022.

A Empresa alterou em 2023 o método de contabilização de algumas compensações devidas pela prática de tarifários bonificados, que passaram a ser incluídas em “Vendas e serviços prestados”. As demonstrações financeiras com referência a 2022 foram reexpressas no que respeita às rubricas de “Vendas e Serviços Prestados” e “Subsídios à Exploração”, de forma a garantir-se a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 2023.

Também as rubricas de “Resultados Transitados” e “Excedentes de Revalorização” foram reexpressas em 2022, de forma refletirem a transferência para “Resultados Transitados” dos excedentes de revalorização realizados, operação que não foi assegurada no âmbito do encerramento de contas de 2022. Pretende-se, desta forma, garantir a comparabilidade com os valores reais de 2023 que incluem e refletem esta transferência.

Os efeitos na Demonstração dos resultados e no Balanço em 31 de dezembro de 2022, decorrentes das alterações acima mencionadas, foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2022	Ajustamentos	31 de dezembro de 2022 (reexpresso)
Demonstração dos Resultados:			
Vendas e serviços prestados	103.999.056,52	4.641.919,62	108.640.976,14
Subsídios à exploração	49.930.742,61	-4.641.919,62	45.288.822,99
Balanço:			
Resultados transitados	-72.648.819,51	27.479.206,55	-45.169.612,96
Excedentes de revalorização	68.729.547,71	-27.774.217,67	40.955.330,04
Ajustamentos/OVCP	32.923.384,42	295.011,12	33.218.395,54

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão prorrogou-se por cinco anos, isto é, até 31 de dezembro de 2028.

Sem prejuízo deste período de vigência do Contrato de Concessão, o Órgão de Gestão considera que não está em causa a continuidade da empresa, tendo em consideração:

- A forte aposta do seu Acionista, a CML, no investimento já realizado e a realizar pela Empresa nos próximos anos, prevendo-se que atinja um valor de € 258,9 milhões entre 2024 e 2027. Tendo em consideração o valor do investimento e a vida económica dos bens, a recuperação do valor investido através do serviço público realizado só será possível com a prorrogação do prazo estabelecido;
- O inegável contributo da CARRIS para a mobilidade na cidade de Lisboa, resultado de uma atividade desenvolvida há mais de 150 anos, e em que esta se tem posicionado como um parceiro incondicional do seu Acionista na promoção de um sistema de transporte de superfície sustentável e que promova a utilização do serviço público, na cidade de Lisboa.

4.2 Políticas Contabilísticas Relevantes

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, S.A. com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de Revalorização”. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de Revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico: Autocarros:	8 - 12
Via-Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rotáveis de Autocarros:	8 - 12
Rotáveis de Elétricos:	16
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Ferramentas e Utensílios:	1 - 14
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros:	3 - 20

A Administração entende que o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 4.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em Excedentes de Revalorização é transferido para “Resultados Transitados”.

4.2.2 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, considerando-se habitualmente um período de vida útil de cinco anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.

4.2.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

4.2.5 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

4.2.6 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Imparidade de Inventários (perdas/reversões)”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.2.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Assim, com exceção dos ativos ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação, e para os quais seja possível obter o seu justo valor, todos os instrumentos financeiros devem ser mensurados pelo custo ou custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e Outros Créditos a Receber

Os saldos de Clientes e de Outros Créditos a Receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros Investimentos Financeiros

Os Outros Investimentos Financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

d) Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

Os saldos de Fornecedores e de Outras Dívidas a Pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção de financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas ao longo do período dos financiamentos associados. Em termos de impacto nos resultados da Empresa a adoção deste método não difere, de forma material, do que resultaria da aplicação do método do juro efetivo ao longo do período de vida dos financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos Obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras Dívidas a Pagar”.

f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica “Outros Ativos Financeiros” ou na rubrica “Outros Passivos Financeiros”.

Os ativos financeiros incluídos na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.2.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

1) Receita tarifária

Em abril de 2019 foi implementado um novo tarifário no sistema de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

A maior alteração tarifária dos últimos anos, os novos passes Navegante, representam uma redução significativa no preço e na quantidade de passes disponíveis na Área Metropolitana de Lisboa, criando um passe Navegante Metropolitano e 18 passes Navegante Municipal (um para cada município) com as respetivas modalidades, dois destes passes válidos na cidade de Lisboa, o Municipal Lisboa e o Metropolitano.

Nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado 2019 (Lei 71/2018), entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), e foi criado o Regulamento Metropolitano n.º 278-A/2019 das Regras Gerais para a Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa (AML), publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 61, de 27 de março de 2019, colocando à disposição das autoridades de transportes, por via das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, financiamento para concretização da redução das tarifas dos transportes públicos, através do PART.

Atualmente a receita tarifária da CARRIS é reconhecida do seguinte modo:

1. Tarifas de Bordo e Passes Navegante Municipal e Metropolitano: a receita da venda é apropriada integralmente pela CARRIS, sendo o rédito reconhecido no momento da venda/utilização;
2. Viagens Ocasionais/Zapping e Passes Interempresas: títulos combinados com outros Operadores. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada Operador, ou de acordo com as quotas definidas nos protocolos estabelecidos para a sua constituição, sendo o rédito reconhecido após repartição.

Com o programa PART, o processo de apuramento mensal do rédito obedece ao seguinte modelo:

- A AML paga aos Operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento 278-A/2019, que garante a

manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;

- O modelo define igualmente regras para distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (upside) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os Operadores com maior crescimento de procura;
- A comunicação dos pagamentos por conta mensais e respetivos pagamentos é realizada pela Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas nos termos do Contrato Administrativo de Delegação e Subdelegação de Competências entre a AML e a TML, de 3 de março de 2021. Estes montantes são estimativas, que são revistas e ajustadas com base nas vendas reais;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos Operadores da AML, deverá ser efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

Em abril de 2020, após ser decretado o primeiro estado de emergência em Portugal devido à pandemia Covid-19, o Governo fez publicar o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, estabelecendo que, durante o 2.º trimestre de 2020, fossem mobilizadas as verbas orçamentadas do PART, Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) e das compensações dos passes 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e passe Social+ para as autoridades de transporte remunerarem os Operadores pela manutenção de serviços de transportes mínimos essenciais.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 39-A/2020, os apoios concedidos no âmbito do programa PART foram desdobrados em duas parcelas:

- Uma “parcela fixa”, correspondente aos pagamentos por conta previstos no programa PART mantendo o referencial histórico de 2019;
- Uma “parcela variável”, para permitir que os Operadores atinjam 90% (ou 100%) da sua receita habitual, por forma a garantir níveis de oferta compatíveis com as condições de segurança sanitária definidas, contando para o efeito com o reforço de verbas inscritas no Orçamento de Estado 2020, na sua versão da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho.

Considerando que estas transferências visam propósitos diferentes, a compensação da perda de receita resultante de uma nova política tarifária (“parcela fixa”) é registada numa conta de rédito, e o financiamento da manutenção dos níveis de oferta em contexto de pandemia (“parcela variável”) é contabilizado numa conta de subsídios à exploração, regra que se manteve até ao termo deste apoio suplementar que ocorreu no final do 1.º semestre de 2022.

O Decreto-Lei n.º 14-C/2020 introduziu ainda o conceito de “Receita de Referência”, correspondente à soma da receita de bilheteira (vendas) com as compensações relativas a passes de tarifa bonificada e os apoios PART, parcela fixa e parcela variável.

Considerando que, em 2022, a retoma da procura de transporte público ainda se encontrava afetada pelos efeitos da pandemia, o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 14-C/2020, prorrogando o prazo de vigência do mecanismo que permite compensar a redução da procura e do pagamento de indemnizações compensatórias até 31 de dezembro de 2022, para minimizar os impactos da pandemia e garantir a manutenção das condições de funcionamento dos serviços de transporte público.

Neste contexto, a parcela fixa do PART foi calculada tendo por base a proporção de verbas que competiu a cada Operador nos pagamentos de 2019 aplicada ao PART disponível para 2022; o valor da parcela variável corresponde, por seu lado, ao montante necessário para a CARRIS atingir a Receita de Referência, calculada nos termos do DL n.º 14-C/2020.

No 2.º semestre de 2022, a receita de bilheteira da CARRIS recuperou significativamente, tornando desnecessário o pagamento da parcela PART variável.

No 2.º semestre de 2022, o Município de Lisboa implementou a **gratuidade** dos transportes públicos para os seguintes grupos com domicílio fiscal na cidade: estudantes com idades entre os 13 e os 23 anos, e população com mais de 65 anos.

Para implementação do transporte coletivo gratuito, o Município estabeleceu um Acordo com a TML, entidade a quem compete assegurar a correta implementação e operacionalização das medidas de gratuidade, comunicar e efetuar os pagamentos das compensações devidas aos Operadores:

- **Gratuidade aos estudantes:** o processo de adesão iniciou-se em agosto de 2022 e os carregamentos iniciaram-se em setembro do mesmo ano. Abrange as redes da CARRIS, Metro, CP e Fertagus em que seja válido o passe Navegante Municipal Lisboa (modalidade 4_8/sub23 escalões A e B);
- **Gratuidade +65 anos:** a adesão iniciou-se em julho e os carregamentos em agosto de 2022; Abrange as redes da CARRIS, Metro e CP em que seja válido o passe Navegante Urbano 3ª Idade.

A compensação aos Operadores é paga pelo Município através da TML, sendo o cálculo efetuado com base nos carregamentos mensais desde que tenham o registo de, pelo menos, uma validação mensal.

Nos termos do Acordo da Gratuidade, nos primeiros três meses os operadores foram compensados por um valor fixo; contudo, as compensações comunicadas pela TML têm por base os carregamentos reais registados nos meses de agosto a dezembro de 2022, sendo estes os montantes que foram contabilizados como rédito. Os valores fixos que foram pagos foram contabilizados como valores a acertar no termo do Acordo de Gratuidade.

2) Compensações de Serviço Público

O contrato de Concessão celebrado entre o Município e a CARRIS estipula, no n.º 1 da cláusula 22 do Aditamento, a atribuição de compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, correspondente “ao montante do efeito financeiro líquido decorrente da soma das incidências, positivas ou negativas, da sua execução sobre os custos e as receitas da CARRIS”. Para o cálculo deste valor são comparados os custos e as receitas da CARRIS numa situação de cumprimento das Obrigações de Serviço Público com os custos e receitas em condições normais de mercado, abrangendo a realização do serviço de transporte em carreiras e horários que não seriam rentáveis em termos comerciais, bem como a prática de tarifários reduzidos para grupos etários ou sociais desfavorecidos.

Anualmente, o Município de Lisboa realiza dois pagamentos por conta das Compensações de Serviço Público a apurar relativamente a esse mesmo ano. Conforme dispõe a cláusula 23.1 da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, estes pagamentos por conta devem efetuar-se no início de fevereiro e julho de cada ano.

Até ao dia 30 de março de cada ano, a CARRIS calcula e informa o Acionista dos valores das compensações devidas pelo cumprimento das obrigações no ano anterior as quais, de acordo com o modelo financeiro estabelecido, deverão proporcionar uma taxa interna de rentabilidade (TIR) dos capitais próprios de 5%, nos termos das cláusulas 22.6 e 22.7 da Segunda Alteração e Aditamento ao contrato de Concessão. Após receber esta informação, o Município dispõe de 30 dias para se pronunciar sobre os montantes propostos pela CARRIS e, havendo desacordo, segue-se um período de cinco dias para a conciliação de valores.

No exercício de 2023, a CARRIS reconheceu como rédito as compensações de serviço público relativas a 2022, calculadas e comunicadas nos termos previstos contratualmente. A CARRIS reconheceu também como rédito em 2023 uma estimativa da componente de compensações tarifárias decorrentes da prática de tarifas bonificadas pela CML para determinados grupos da população, calculada com base nos perfis de utilizadores e vendas de passes para os segmentos alvo.

4.2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A Empresa apenas reconhece ativos por impostos diferidos quando tem um elevado grau de certeza de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro. Assim, tendo em consideração o prescrito na Estrutura Conceptual do SNC, de que apenas deve ser reconhecido um ativo quando existir a certeza de vir a ocorrer um benefício económico futuro para a entidade, e, mantendo a consistência do que tem vindo a ser a política contabilística seguida, a Empresa optou por não reconhecer ativos por impostos diferidos, relacionados com responsabilidades de benefícios pós-emprego, por não possuir garantia de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro (poupança fiscal).

4.2.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação, podendo originar aumento ou diminuição do valor das provisões, por contrapartida dos resultados do período.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos (benefícios económicos) não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.2.12 Benefícios pós-emprego

Plano de benefícios definidos

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente por contrapartida de Resultados Transitados.

4.2.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

4.2.14 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.15 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*“adjusting events”* ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (*“non adjusting events”* ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer factos e circunstâncias, em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas, conduzindo à sua revisão, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das estimativas efetuadas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com:

- a) *Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- b) *Registo de perdas de imparidade em ativos correntes;*
- c) *Constituição de Provisões;*
- d) *Responsabilidades com benefícios de reforma.*

5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus Equivalentes” inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e outras aplicações de curto prazo.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” é constituída pelos seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Numerário	9.929,82	16.503,77
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.997.502,53	27.142.693,97
Outras aplicações (CEDIC)	47.000.000,00	40.000.000,00
	<u>58.007.432,35</u>	<u>67.159.197,74</u>

Os montantes totais incluídos em “Outras Aplicações” referem-se a aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor reconhecido na demonstração de fluxos de caixa em “Outros recebimentos/pagamentos” inclui o montante de € 5,7 milhões referente a pedidos de reembolso de IVA pagos pela Autoridade Tributária no decurso do período.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2023 e 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	38.220.622,64	151.377.663,41	265.929.749,42	2.334.728,50	9.468.361,89	18.336.980,81	3.760.297,14	489.428.403,81
Aquisições	-	1.032.437,85	47.533.431,98	94.100,00	457.921,60	1.797.167,58	2.526.087,86	53.441.146,87
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-9.673,53	-	-	-57.633,29
Transferências	-	1.127.118,89	1.031.632,41	-	62.267,38	167.592,30	-2.811.670,98	-423.060,00
Abates	-	-	-2.195.886,65	-	-324.537,80	-	-	-2.520.424,45
Revalorizações	1.300,00	1.200.783,58	-	-	-	-	-	1.202.083,58
Saldo	38.221.922,64	154.738.003,73	312.267.962,02	2.411.833,88	9.654.339,54	20.301.740,69	3.474.714,02	541.070.516,52
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	129.977.042,22	212.242.397,94	1.868.662,18	8.135.618,00	16.703.376,55	-	368.927.096,89
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.451.149,58	15.118.838,50	199.492,02	829.193,73	1.053.923,02	-	19.652.596,85
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-8.084,21	-	-	-56.043,97
Abates	-	-	-2.194.771,03	-	-322.634,83	-	-	-2.517.405,86
Saldo	-	132.428.191,80	225.135.500,27	2.051.159,58	8.634.092,69	17.757.299,57	-	386.006.243,91
Ativos Líquidos	38.221.922,64	22.309.811,93	87.132.461,75	360.674,30	1.020.246,85	2.544.441,12	3.474.714,02	155.064.272,61

2022								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	38.042.922,64	148.981.411,20	262.716.480,04	2.156.038,35	8.365.350,34	17.868.426,30	3.334.371,86	481.465.000,73
Aquisições	-	555.298,30	11.834.990,16	132.519,06	676.850,55	92.397,76	2.149.977,19	15.442.033,02
Alienações	-	-	-	-	-12.670,03	-	-	-12.670,03
Transferências	-	307.099,40	436.714,90	46.171,09	502.237,36	410.766,16	-1.724.051,91	-21.063,00
Abates	-	-2.972,52	-9.058.435,68	-	-63.406,33	-34.609,41	-	-9.159.423,94
Revalorizações	177.700,00	1.536.827,03	-	-	-	-	-	1.714.527,03
Saldo	38.220.622,64	151.377.663,41	265.929.749,42	2.334.728,50	9.468.361,89	18.336.980,81	3.760.297,14	489.428.403,81
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	127.850.577,56	209.006.800,56	1.657.024,26	7.442.078,46	16.003.204,04	-	361.959.684,88
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.129.437,18	12.323.106,25	211.637,92	764.549,83	700.424,11	-	16.129.155,29
Alienações	-	-	-	-	-9.127,19	-	-	-9.127,19
Transferências	-	-	-34.357,81	-	-	34.357,81	-	-
Abates	-	-2.972,52	-9.053.151,06	-	-61.883,10	-34.609,41	-	-9.152.616,09
Saldo	-	129.977.042,22	212.242.397,94	1.868.662,18	8.135.618,00	16.703.376,55	-	368.927.096,89
Ativos Líquidos	38.220.622,64	21.400.621,19	53.687.351,48	466.066,32	1.332.743,89	1.633.604,26	3.760.297,14	120.501.306,92

As aquisições registadas na rubrica de “Equipamento Básico”, em 31 de dezembro de 2023, respeitam essencialmente a aquisições de novos elétricos e autocarros e a grandes reparações efetuadas nos veículos de serviço público.

O equipamento administrativo em poder de terceiros à data de 31 de dezembro de 2023 tem o valor líquido contabilístico de € 106,65 (€ 1.220,48 em 2022) e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 1.414.718,78 (€ 937.672,58 em 2022) e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e na Alta de Lisboa.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de € 19.652.596,85 (Nota 23) (€ 16.129.155,29 em 2022), foram registadas nas seguintes rubricas:

	2023	2022
Edifícios e Outras Construções	2.451.149,58	2.129.437,18
Equipamento Básico	15.118.838,50	12.323.106,25
Equipamento Transporte	199.492,02	211.637,92
Equipamento Administrativo	829.193,73	764.549,83
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.053.923,02	700.424,11
	19.652.596,85	16.129.155,29

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2023 e 2022, líquidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	2023		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.341.706,22	38.221.922,64
Edifícios e Outras Construções	7.518.160,91	14.791.651,02	22.309.811,93
Equipamento Básico	87.102.388,18	30.073,57	87.132.461,75
Equipamento Transporte	360.674,30	-	360.674,30
Equipamento Administrativo	1.020.246,85	-	1.020.246,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.544.441,12	-	2.544.441,12
	100.426.127,78	51.163.430,81	151.589.558,59

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2023.

	2022		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (b)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.340.406,22	38.220.622,64
Edifícios e Outras Construções	6.367.833,92	15.032.787,27	21.400.621,19
Equipamento Básico	53.628.524,94	58.826,54	53.687.351,48
Equipamento Transporte	466.066,32	-	466.066,32
Equipamento Administrativo	1.332.743,89	-	1.332.743,89
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.633.604,26	-	1.633.604,26
	65.308.989,75	51.432.020,03	116.741.009,78

(b) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2022.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos períodos.

7. LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não mantinha quaisquer contratos de locação financeira.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa era locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2023	2022
Até 1 ano	98.221,38	89.196,67
Entre 1 ano e 5 anos	13.419,93	19.838,15
	111.641,31	109.034,82

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2023	2022
Pagamentos mínimos	163.528,80	154.197,56

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2023		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos			
Saldo Inicial	10.855.202,77	969.655,32	11.824.858,09
Aquisições	146.365,24	30.568,41	176.933,65
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	423.060,00	-	423.060,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
Saldo	11.424.628,01	1.000.223,73	12.424.851,74
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	10.721.361,64	-	10.721.361,64
Amortizações do período (Nota 23)	310.502,73	-	310.502,73
Abates	-	-	-
Saldo	11.031.864,37	-	11.031.864,37
Ativos Líquidos	392.763,64	1.000.223,73	1.392.987,37

	2022		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos			
Saldo Inicial	10.815.762,27	656.157,73	11.471.920,00
Aquisições	18.377,50	313.497,59	331.875,09
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	21.063,00	-	21.063,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
Saldo	10.855.202,77	969.655,32	11.824.858,09
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	10.158.942,68	-	10.158.942,68
Amortizações do período (Nota 23)	562.418,96	-	562.418,96
Abates	-	-	-
Saldo	10.721.361,64	-	10.721.361,64
Ativos Líquidos	133.841,13	969.655,32	1.103.496,45

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica “Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial” foi o seguinte:

	2023	2022
Participações financeiras		
Saldo inicial	5.217.939,89	3.399.666,46
Varição - Método de equivalência patrimonial	1.550.022,12	1.884.273,16
Liquidação da Otlis, ACE	-	-65.999,73
Saldo final	6.767.962,01	5.217.939,89

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias e associadas:

		2023								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
Subsidiárias:										
Carristur (a)	Lisboa		9.876.789,00	3.108.826,99	6.767.962,01	13.917.245,51	1.517.207,48	100,00	6.767.962,01	1.550.022,12
Empresas associadas:										
Publicarris - Publicidade na CCFL (a)	Amadora		2.283.665,00	3.005.180,00	-721.515,00	1.521.002,00	35.521,00	45,00	-	-
									6.767.962,01	1.550.022,12

(a) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2023.

		2022								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
Subsidiárias:										
Carristur (b)	Lisboa		7.655.968,59	2.438.028,70	5.217.939,89	12.182.732,57	1.884.273,16	100,00	5.217.939,89	1.884.273,16
Empresas associadas:										
Publicarris - Publicidade na CCFL (b)	Amadora		2.064.737,00	2.707.850,00	-643.113,00	1.581.023,00	147.610,00	45,00	-	-
									5.217.939,89	1.884.273,16 (c)

(b) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2022.

(c) Na demonstração de resultados encontram-se registados rendimentos no valor de € 1.907.194,15 (e não € 1.884.273,16) devido à contabilização de despesas com a liquidação da OTLIS no montante de € 22.920,99.

10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se verificarem prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aplicando uma taxa de 21% sobre a matéria coletável.

A Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, e a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, alteraram: (i) o artigo 87.º do código do IRC, fixando a partir de 2015, inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; (ii) o artigo 87.º-A do código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, por escalão em função do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.295.244,74	832.813,59
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-316.915,85	-289.633,28
Impostos diferidos decorrentes de subsídios ao investimento	-388.785,71	-332.535,26
Impostos diferidos decorrentes de provisões	286.155,75	-737.211,45
Gasto com impostos sobre o rendimento	1.875.698,93	-526.566,40

	2023	2022
Resultado antes de impostos	11.369.575,58	2.394.500,17
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	2.558.154,51	538.762,54
Tributações autónomas	11.505,53	14.372,39
Diferenças permanentes	-530.095,16	223.097,34
Derrama Estadual	255.679,86	56.581,32
Diferenças temporárias:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (depreciação)	-316.915,85	-289.633,28
Impostos diferidos decorrentes de subsídios ao investimento	-388.785,71	-332.535,26
Impostos diferidos decorrentes de provisões	286.155,75	-737.211,45
Gasto com impostos sobre o rendimento	1.875.698,93	-526.566,40

Impostos diferidos

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2023, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 22,5%.

No cálculo efetuado relativamente aos ativos objetos de reavaliações legais, considerou-se o efeito da não dedução fiscal de 40% das reavaliações efetuadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 118-B/86.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>Passivos por impostos diferidos</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>12.380.395,10</u>	<u>12.296.242,87</u>
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-307.592,16	-279.935,44
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-9.323,69	-9.697,84
Subsídios ao investimento	<u>-388.785,71</u>	<u>-332.535,26</u>
	<u>-705.701,56</u>	<u>-622.168,54</u>
Efeito em reservas e capital próprio:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	176.605,35	369.577,11
Subsídios ao investimento	<u>521.341,61</u>	<u>336.743,66</u>
	<u>697.946,96</u>	<u>706.320,77</u>
Saldo final	<u><u>12.372.640,50</u></u>	<u><u>12.380.395,10</u></u>

No período findo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se constituídos ativos por impostos diferidos no montante de € 451.055,70 (€ 737.211,45 em 2022) em resultado do registo de provisão para atender às responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias, relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (Nota 15).

11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outros Investimentos Financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	417.967,78	717.522,76
Títulos da dívida pública em carteira	11.879,23	11.879,23
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	792.720,23	549.876,80
Perdas por imparidades de outros investimentos financeiros	-54.666,71	-70.286,26
	<u>1.167.900,53</u>	<u>1.208.992,53</u>
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	376.960,33	369.748,84
Participações financeiras – método do custo	15.000,00	15.000,00
	<u>1.559.860,86</u>	<u>1.593.741,37</u>

Em 2023, o montante de € 1.167.900,53 (€ 1.208.992,53 em 2022) respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora, até 8 de janeiro de 1999.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de € 15.000,00 em “Participações financeiras” refere-se à participação na Empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	72.265,08	-	72.265,08	72.116,14	-	72.116,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.093.619,92	18.092,98	2.075.526,94	1.830.792,47	18.092,98	1.812.699,49
	<u>2.165.885,00</u>	<u>18.092,98</u>	<u>2.147.792,02</u>	<u>1.902.908,61</u>	<u>18.092,98</u>	<u>1.884.815,63</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

	2023		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	72.116,14	1.830.792,47	1.902.908,61
Compras	13.019,58	17.929.802,29	17.942.821,87
Regularizações	-961,19	-46.453,01	-47.414,20
Saldo final	<u>72.265,08</u>	<u>2.093.619,92</u>	<u>2.165.885,00</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>11.909,45</u>	<u>17.620.521,83</u>	<u>17.632.431,28</u>

	2022		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	67.859,90	1.387.925,75	1.455.785,65
Compras	11.031,36	19.165.436,69	19.176.468,05
Regularizações	662,00	-79,14	582,86
Saldo final	72.116,14	1.830.792,47	1.902.908,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.437,12	18.722.490,83	18.729.927,95

Perdas por imparidade

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se registadas perdas por imparidade acumuladas de inventários no montante de € 18.092,98.

13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo amortizado menos perdas por imparidade:						
Clientes	3.384.418,94	-	3.384.418,94	2.544.663,90	-	2.544.663,90
Outros créditos a receber	10.028.687,24	84.074,29	9.944.612,95	6.689.437,22	59.164,83	6.630.272,39
	<u>13.413.106,18</u>	<u>84.074,29</u>	<u>13.329.031,89</u>	<u>9.234.101,12</u>	<u>59.164,83</u>	<u>9.174.936,29</u>

A rubrica “Outros Créditos a Receber”, à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, inclui as seguintes verbas:

	2023	2022
Compensações PART	1.877.489,92	1.678.016,26
Operadores de transportes	3.309.583,90	2.100.979,11
Vendas de dezembro	656.258,11	1.375.689,21
Subsídios por receber	2.545.084,92	466.773,59
Outros	1.640.270,39	1.067.979,05
	<u>10.028.687,24</u>	<u>6.689.437,22</u>

A rubrica de “subsídios por receber” em 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de € 745.084,92 referente à compensação atribuída pela disponibilização do Passe de Antigo Combatente (€ 466.773,59 em 2022) e o valor de € 1.800.000,00 referente a uma verba do POSEUR a receber em 2024.

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2023 o Capital subscrito e realizado da Empresa corresponde a 15.734.800 ações ordinárias nominativas com o valor nominal de € 5,00 cada, sendo detido a 100% pelo Município de Lisboa.

Por deliberação do seu Acionista, datada de 28 de abril de 2023, o Resultado Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de € 3.066.905,78 foi transferido para Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização:

O movimento na rubrica de “Excedentes de Revalorização” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
Saldo no início do período (reexpresso)	40.955.330,04
Revalorizações do período (Nota 6)	1.202.083,58
Realização de reservas	-1.153.756,95
Impostos diferidos (Nota 10)	-176.605,35
Saldo no final do período	40.827.051,32

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as depreciações do exercício findo em 2023 foram aumentadas em € 103.596,52. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Em 2023 a Empresa transferiu para Resultados Transitados os valores de excedentes de revalorização realizados. Para garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras, tal como referido na Nota 2.3, a Empresa procedeu à reexpressão dos valores de constantes nas rubricas de “Excedentes de Revalorização” e Resultados Transitados” com referência a 2022.

Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa registou os valores relacionados com subsídios:

	2023	2022
Subsídios relacionados com ativos:		
Montante atribuído no ano	2.317.073,82	-
Rédito do período	-1.832.718,48	-1.602.716,23
	484.355,34	-1.602.716,23
Impostos diferidos	-132.555,90	290.802,72
Variação no Capital Próprio	351.799,44	-1.311.913,51

Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do Capital Próprio, incluindo os da sua aplicação através do Resultado Líquido do período, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	1.056.048,95	1.172.170,22	480.061,25	50.073,65	1.698.084,27
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	648.220,84	-	56.282,72	-	591.938,12
Outras provisões	3.857.228,28	876.132,90	2.187.429,67	-	2.545.931,51
	<u>5.561.498,07</u>	<u>2.048.303,12</u>	<u>2.723.773,64</u>	<u>50.073,65</u>	<u>4.835.953,90</u>

	2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	539.626,96	678.236,11	161.814,12	-	1.056.048,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	670.981,22	-	22.760,38	-	648.220,84
Outras provisões	719.755,52	3.276.495,34	139.022,58	-	3.857.228,28
	<u>1.930.363,70</u>	<u>3.954.731,45</u>	<u>323.597,08</u>	<u>-</u>	<u>5.561.498,07</u>

As variações registadas, em 2023, na rubrica de Provisões decorrem essencialmente:

- Da estimativa de desfecho dos processos judiciais em curso (que originou um aumento do saldo das Provisões constituídas para processos judiciais em curso na ordem dos € 0,6 milhões);
- Da avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999 (que originou uma diminuição das provisões constituídas para acidentes de trabalho e doenças profissionais na ordem dos € 56 milhares);
- Da necessidade de provisionar outras contingências, nomeadamente decorrentes de sinistros rodoviários, participação financeira na Publicarris e responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (que originou um reforço das outras provisões constituídas na ordem dos € 0,9 milhões). Ao longo do ano de 2023 foram efetuadas reversões de provisões decorrentes do desfecho dos processos e do reconhecimento pela Empresa dos respetivos gastos.

16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	6.217.413,14	4.746.618,42
Faturas em receção e conferência	1.573.120,77	1.632.995,41
Fornecedores de Investimento	<u>20.758.812,00</u>	<u>1.184.593,18</u>
	<u>28.549.345,91</u>	<u>7.564.207,01</u>

A variação da rubrica “Fornecedores de Investimento” em 2023 encontra-se relacionada com as aquisições de novos elétricos e autocarros (Nota 6).

O Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que procedeu à municipalização da CARRIS, transmitiu para a CML a totalidade das ações representativas do capital social da Empresa. No âmbito deste processo, o Estado assumiu a totalidade da dívida financeira registada no balanço da CARRIS à data de 31 de dezembro 2016, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Outras Dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Outras dívidas a pagar:		
Remunerações a liquidar	12.381.968,67	11.879.901,52
Outros credores por acréscimos de gastos	1.277.172,01	454.611,32
Outros credores	597.906,04	981.761,21
Pagamentos por conta – CML	36.939.798,84	38.224.044,59
Pagamentos por conta – TML Gratuitidade	426.984,67	1.155.457,58
Acionistas/sócios	10.157,67	10.157,67
	<u>51.633.987,90</u>	<u>52.705.933,89</u>

O saldo credor da rubrica “Pagamentos por conta – CML” regista os montantes recebidos no período por conta das compensações de serviço público, deduzidos dos valores em dívida relativos às compensações de serviço público apuradas (Notas 20 e 28).

A rubrica “Pagamentos por conta – TML Gratuidade” inclui os montantes recebidos a título de pagamentos por conta no âmbito do acordo sobre a implementação de transporte coletivo gratuito no Município de Lisboa, para jovens e maiores de 65 anos, com domicílio fiscal em Lisboa.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta		-664.805,36	3.071.316,33	
Estimativa de imposto (Nota 10)		2.295.244,74	-832.813,59	
Retenções na Fonte		-267.560,83	61.921,08	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		524.106,08		684.024,25
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.662.556,54		1.286.790,24	
Contribuições para a Segurança Social		1.108.010,25		802.618,53
Outros impostos		24.471,35		28.606,22
	<u>4.662.556,54</u>	<u>3.019.466,23</u>	<u>3.587.214,06</u>	<u>1.515.249,00</u>

Em 31 de dezembro de 2023 o montante inscrito na rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” refere-se a pedidos de reembolso solicitados para os meses de outubro a dezembro de 2023.

18. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam os seguintes saldos:

	2023	2022
Diferimentos	1.119.075,27	1.684.473,95

O montante inscrito nestas rubricas refere-se sobretudo ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu, em data anterior à sua municipalização, o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022 pela empresa Actuariado. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2023	2022
Idade normal de reforma	Variável	Variável
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV88/90 80%	TV88/90
Tábua de invalidez	SR01 130%	SR01 150%
Tábua de Turnover	CARRIS	CARRIS
Taxa de desconto	3,30%	3,80%
Taxa de crescimento dos salários	4,80% (2024) 2,60% (após 2024)	2,60%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, alterado pela Lei n.º 107/2017 de 10 de novembro, veio proceder à transferência das responsabilidades relativas a complementos de pensões de reformados, pensionistas e trabalhadores no ativo à data de 31 de dezembro de 2016 para a Caixa Geral de Aposentações, conforme Decreto-Lei n.º 95/2017 de 10 de agosto.

O estudo atuarial para cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego tem em conta as alterações decorrentes dos referidos diplomas legais, considerando que todas as variações estimadas nos benefícios pós-emprego decorrentes das alterações salariais verificadas após 31 dezembro 2016, bem como de novas admissões, são da responsabilidade da CARRIS.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Trabalhadores no ativo	20.120.110,44	16.436.814,43
Reformados	4.094.921,09	2.366.269,95
	<u>24.215.031,53</u>	<u>18.803.084,38</u>

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

População	2023	2022
Ativos	2.541	2.591
Pensionistas	108	73

O montante registado como gasto no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de € 2.000.638,27 (€ 1.291.898,98 em 2022) (Nota 22). Em 2023 foram ainda pagos complementos de reforma no montante de € 178.628,02 (€ 117.133,69 em 2022).

A evolução das responsabilidades da Empresa com pensões nos períodos de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Valor presente da obrigação no início do período	18.803.084,38	11.356.493,56
Custo dos serviços correntes	1.265.471,05	1.137.631,33
Pensões pagas	-178.628,02	-117.133,69
Custo dos juros	735.167,22	154.267,65
Ganhos e perdas atuariais	3.589.936,90	6.271.825,53
	<u>24.215.031,53</u>	<u>18.803.084,38</u>

20. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados		
Venda de bens	64.294,17	139.363,30
Prestação de serviços e compensações tarifárias	121.565.507,62	108.501.612,84
	121.629.801,79	108.640.976,14
Subsídios (inclui compensações não tarifárias atribuídas pela CML)	48.520.495,08	45.288.822,99
	<u>170.150.296,87</u>	<u>153.929.799,13</u>

Prestação de Serviços e compensações tarifárias:

	2023	2022 (Reexpresso)
Serviço Público:	77.943.980,40	70.786.860,06
Autocarros	62.479.291,81	57.610.758,30
Elétricos	11.703.304,30	10.744.260,80
Ascensores	2.685.453,08	1.667.436,15
Carmo	1.075.931,21	764.404,81
Compensações tarifárias:	41.170.550,10	35.437.123,29
Compensações 4_18/sub23 e Social+	2.652.470,42	2.607.073,43
PART Fixo	31.954.269,16	29.151.439,62
COSP Tarifária	2.643.019,37	2.034.846,19
Compensações Gratuitidade	3.405.517,56	1.176.990,46
Compensação passe antigo combatente	515.273,59	466.773,59
Alugueres	520.096,99	354.838,92
Aluguer de espaços para publicidade	756.451,74	732.771,65
Cartões Títulos Transporte	895.594,80	950.349,05
Outras	278.833,59	239.669,87
	<u>121.565.507,62</u>	<u>108.501.612,84</u>

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Manutenção e reparação autocarros	14.800.889,06	13.015.138,76
Manutenção e reparação elétricos	2.666.389,82	2.591.623,53
Outras manutenções e reparações	2.397.354,05	2.401.636,38
Gasóleo, gasolina, gás e lubrificantes	2.188.064,98	2.489.168,98
Licenciamento de software	2.003.550,93	1.870.421,86
Comissões a intermediários	1.080.344,51	1.090.414,27
Seguros	2.128.543,44	2.010.301,26
Auditoria, consultoria e honorários	2.778.335,00	2.725.284,75
Limpeza material circulante e outros	1.568.992,16	1.677.270,41
Aluguer de pneus	890.302,74	692.823,76
Eletricidade	1.909.520,79	1.875.711,69
Comunicação	1.011.729,27	1.010.666,64
Vigilância e segurança	1.034.702,49	869.472,40
Outros fornecimentos e serviços externos	2.030.890,04	1.863.376,45
	<u>38.489.609,28</u>	<u>36.183.311,14</u>

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram um aumento de 6,4% face a 2022, destacando-se o contributo da rubrica de “Manutenção e Reparação de Autocarros” para o efeito. Importa ter presente que os gastos com manutenção e reparação (de autocarros, elétricos e outros) representam cerca de 52% do total dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	359.862,76	363.320,92
Remunerações do pessoal	66.893.081,74	60.476.868,60
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 19)	2.000.638,27	1.291.898,98
Rescisões	250.000,00	119.406,66
Encargos sobre remunerações	15.719.714,41	14.375.647,94
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	961.862,42	1.266.334,60
Gastos de ação social	305.193,39	248.119,74
Outros	2.473.301,91	2.155.443,91
	<u>88.963.654,90</u>	<u>80.297.041,35</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de € 328.362,76 referente a remunerações do Conselho de Administração (€ 331.820,92 em 2022). O remanescente refere-se a remunerações do Conselho Fiscal, eleito por deliberação datada de 1 de outubro de 2020.

Os Gastos com Pessoal registaram um acréscimo de 10,8% face ao período homólogo, que decorre essencialmente das atualizações das remunerações do pessoal, mas também do pagamento do complemento remuneratório especial aquando das JMJ.

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de, respetivamente, 2023 e 2022 era de 2.541 e 2.591.

23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	19.652.596,85	16.129.155,29
Ativos Intangíveis (Nota 8)	310.502,73	562.418,96
	<u>19.963.099,58</u>	<u>16.691.574,25</u>

24. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Rendimentos suplementares:		
Indemnizações	570.293,25	486.470,39
Rendas e cedência instalações	514.953,36	445.312,78
Outros rendimentos suplementares	292.847,70	236.286,68
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	29.445,98	32.229,87
Rendimentos em investimentos não financeiros	10.507,00	12,94
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 14)	1.832.718,48	1.602.716,23
Outros	296.835,92	299.188,84
	<u>3.547.601,69</u>	<u>3.102.217,73</u>

A rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros” no período findo em 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de € 3.653,65 referente a dividendos distribuídos pela empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA relativos ao exercício de 2022.

25. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Impostos e taxas	165.327,75	169.518,90
Gastos e perdas em investimentos financeiros	56.469,98	-
Gastos em investimentos não financeiros	3.871,15	8.048,06
Quotizações	61.445,92	76.335,67
Insuficiência de estimativa para impostos	857,22	212.683,15
Outros	443.798,39	528.744,16
	<u>731.770,41</u>	<u>995.329,94</u>

26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Outros gastos de financiamento	42,98	27.762,41

Foram reconhecidos os seguintes juros e outros rendimentos similares no decurso dos exercícios findos em 2023 e 2022:

	2023	2022
Juros obtidos	<u>972.325,30</u>	<u>-</u>

27. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2023 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 328.362,76 (€ 331.820,92 em 2022).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2023				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	17.031,79	849.414,66	1.092,00	-	766.684,80
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		758.451,74			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (a)	<u>96.576,02</u>	<u>1.710.291,01</u>	<u>12.600,00</u>	<u>40.540,00</u>	<u>11.442.174,47</u>
	<u><u>113.607,81</u></u>	<u><u>3.318.157,41</u></u>	<u><u>13.692,00</u></u>	<u><u>40.540,00</u></u>	<u><u>12.208.859,27</u></u>

(a) Empresa detida a 100% pela Carristur.

	2022				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	5.711,16	651.041,79	468,00	420.000,00	690.417,42
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		732.771,65			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (b)	<u>102.655,06</u>	<u>1.010.856,14</u>	<u>4.227,50</u>	<u>199.155,55</u>	<u>10.493.050,88</u>
	<u>108.366,22</u>	<u>2.394.669,58</u>	<u>4.695,50</u>	<u>619.155,55</u>	<u>11.183.468,30</u>

(b) Empresa detida a 100% pela Carristur.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2023		2022	
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias:				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	859.097,12	1.018.132,26	290.134,00	830.828,25
Associadas:				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	540.307,99	-	457.464,96	
Outras partes relacionadas:				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	<u>141.402,45</u>	<u>981.237,95</u>	<u>105.194,59</u>	<u>1.033.844,67</u>
	<u>1.540.807,56</u>	<u>1.999.370,21</u>	<u>852.793,55</u>	<u>1.864.672,92</u>

28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa beneficiou das seguintes compensações por obrigações de serviço público:

	2023	
	Montante recebido	Rédito do período
COSP não tarifária – 2022	6.620.997,53	46.879.888,31
Pagamentos por conta – 2023	39.582.818,21	-
	<u>46.203.815,74</u>	<u>46.879.888,31</u>

	2022	
	Montante recebido	Rédito do período
Pagamentos por conta – 2022	40.258.890,78	-
COSP não tarifárias - 2021	13.937.124,21	38.433.009,30
	<u>54.196.014,99</u>	<u>38.433.009,30</u>

Em 2023 e 2022, a Empresa registou as seguintes compensações ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) no que se refere à parcela “variável”:

	2023	2022
PART “variável”	-	3.732.873,87

Em 2023 foram reconhecidos rendimentos no montante de € 1.535.940,00 decorrentes do apoio extraordinário e excecional ao setor dos transportes públicos de passageiros, criado a fim de mitigar os efeitos da subida dos preços do combustível, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021 de 12 de novembro. Em 2022 este apoio tinha sido de € 2.920.680,00.

Em 2023 e 2022 foram ainda reconhecidos os seguintes subsídios à exploração:

	2023	2022
Projeto Tangent	27.560,06	4.916,06
Projeto Trips	5.809,30	69.536,84
Projeto Upper	16.770,25	-
Projeto Safebus	20.800,80	-
EIT KIC	5.372,85	-
Urban Mobility	28.353,51	-
Projeto VoxPop	-	70.187,35
Projeto C-Streets	-	5.832,14
POSEUR	-	51.787,43
	104.666,77	202.259,82

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas tem direito a faturar € 33.000,00 relacionados com a revisão legal das contas de 2023. Durante o ano de 2023 foram faturados € 22.000,00 referentes ao período de 2022.

Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, nos exercícios de 2023 e 2022, as seguintes:

	2023	2022
Custo das Matérias Consumidas	343,96	61,22
Gastos com o Pessoal	680.277,68	644.926,16
Depreciações	176,32	114,52
	680.797,96	645.101,90

Houve, em média, onze trabalhadores afetos a tempo inteiro a estas estruturas em 2023 e 2022.

30. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 10.189,58 (€ 42.037,16 em 2022), como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Garantias a favor dos tribunais	-	31.348,78
Garantias a favor de outras entidades	10.189,58	10.688,38
	<u>10.189,58</u>	<u>42.037,16</u>

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem factos relevantes após a data do balanço a reportar.

32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de € 9.493.876,65, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.^a Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.^a Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.^a Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.^o Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 243.382.951,35 euros e um total de capital próprio de 117.637.450,11 euros, incluindo um resultado líquido de 9.493.876,65 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na nota 2.2 do anexo, o contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, tem, na sua redação, características que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12 “Acordos de Concessão de Serviço”, sendo entendimento do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das suas demonstrações financeiras, pelo que, dessa forma, entendeu o Conselho de Administração da Entidade ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12, posição com a qual concordamos. Adicionalmente, os efeitos dessa derrogação encontram-se divulgados na referida nota 2.2 do anexo.

Relatório de Auditoria em 31 de dezembro de 2023
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A.
Página 2 de 4

Conforme divulgado na nota 4.1 do anexo, de acordo com o Aditamento à segunda alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a Câmara Municipal de Lisboa, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão, através de deliberação pelos Órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão encontra-se prorrogado por cinco anos, isto é, até 31 de dezembro de 2028. No entanto, este Aditamento não prevê a prorrogação da concessão para além daquela data. Assim, sem prejuízo desta situação, o Conselho de Administração considera que não está em causa a continuidade da Entidade.

Conforme divulgado na nota 2.3 do anexo, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. reexpressou as rubricas de vendas e serviços prestados e de subsídios à exploração com referência a 31 de dezembro de 2022, em virtude da alteração, em 2023, do método de contabilização de algumas compensações devidas pela prática de tarifários bonificados, as quais passaram a ser registadas na rubrica de vendas e serviços prestados. Adicionalmente, reexpressou também a rubrica de resultados transitados e de excedentes de revalorização, como resultado da realização dos excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis por via das suas depreciações.

A nossa conclusão não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Relatório de Auditoria em 31 de dezembro de 2023
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A.
Página 3 de 4

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Relatório de Auditoria em 31 de dezembro de 2023
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A.
Página 4 de 4

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 08 de março de 2024

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015
Registado na CMVM com o n.º 20160630

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023

1. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. (a Entidade ou CARRIS), aprovadas pelo Conselho de Administração, em 7 de março de 2024, relativamente ao ano de 2023.

O exercício de 2023 da Entidade foi o sexto que decorreu inteiramente sob responsabilidade municipal, uma vez que o Município de Lisboa passou a ser, em 1 de fevereiro de 2017, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, não só o acionista único da CARRIS mas, em simultâneo, o detentor das atribuições e competências legais referentes ao serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície na cidade de Lisboa e da posição contratual do Estado no Contrato de Concessão de Serviço Público vigente.

O Conselho Fiscal, que subscreve este relatório, foi nomeado em Assembleia Municipal de Lisboa (AML) realizada em 1 de outubro de 2020, tendo iniciado funções nessa mesma data, e será substituído por novos membros, após aprovação formal do Relatório e Contas de 2023, tendo sido sua maior responsabilidade, durante o período em que esteve no exercício de funções, a supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da CARRIS.

2. Atividade desenvolvida

Desde a data de início de funções, o Conselho Fiscal procurou acompanhar a gestão da CARRIS e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos regulares com os seus principais responsáveis, análise às contas intercalares periódicas neste período, da responsabilidade do órgão de gestão e por este disponibilizadas, leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e acompanhamento dos trabalhos do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas ("ROC"), conducentes à emissão dos respetivos Relatório de Auditoria e Certificação Legal de Contas ("CLC") reportados ao exercício de 2023.

Note-se, a este respeito, que durante o período em que esteve em funções este Conselho Fiscal, foram nomeados novos membros do Conselho de Administração da CARRIS, durante o exercício de 2022, por Deliberação Unânime por Escrito, da Assembleia Geral, datada de 25 de maio de 2022, sendo que os procedimentos do Conselho Fiscal foram similares aos desenvolvidos com a anterior Administração, não se tendo identificado alterações materiais ao nível da tipologia de trabalho e de relacionamento entre as partes.

Efetivamente, o Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções, fazendo julgamentos técnicos e profissionais, mantendo no decurso dos seus trabalhos o natural ceticismo profissional a que a função obriga.

No decurso destes trabalhos procurou o Conselho Fiscal obter uma boa compreensão dos controlos internos em vigor, sobretudo nas áreas de maior risco a potenciais distorções materialmente relevantes às demonstrações financeiras, tendo igualmente zelado por avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo órgão de gestão.

No decurso de todo o seu período em funções, os membros do Conselho Fiscal estiveram sempre coordenados na execução das responsabilidades do órgão de fiscalização, comunicando informalmente entre si de forma muito regular, tendo reunido formalmente, durante 2023, por 10 (dez) ocasiões. Nestas reuniões, e para lá do natural acompanhamento da evolução da atividade da CARRIS e seu reflexo nas contas, o Conselho Fiscal coordenou, como era sua responsabilidade estatutária, o procedimento concursal conducente à aquisição de serviços de Revisão e Certificação Legal das Contas da CARRIS para o período 2023-2025.

Ainda no decurso de 2023, mais concretamente a 28 de novembro de 2023, foi emitido parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o quadriénio 2024-2027.

Em 7 de Março de 2024, o Conselho Fiscal reuniu com o Revisor oficial de Contas da CARRIS, de forma a analisar e discutir o trabalho de auditoria e validação das contas de 2023 desta Entidade, bem como proceder à discussão da versão preliminar da Certificação Legal de Contas, emitida na sua versão definitiva em 15 de março de 2024, sem que se tenham verificado alterações na mesma entre as duas datas.

Em 12 de março de 2024, o Conselho Fiscal reuniu com o Auditor Externo da CARRIS, de forma a analisar e discutir o trabalho de auditoria e validação das contas de 2023 desta Entidade, bem como proceder à discussão da versão preliminar do seu Relatório de Auditoria, de cuja versão definitiva tivemos conhecimento em 15 de março de 2024, sem que se tenham verificado alterações no mesmo documento entre as duas datas.

O Conselho Fiscal procedeu, ainda, à análise do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

3. Relatório de gestão

O relatório de gestão contém todas as matérias previstas nos artigos 66º e 66º-A do CSC, bem como os aspetos exigidos pela legislação específica, aplicável ao Setor Empresarial Local. Assim, o relatório apresentado divulga apropriadamente a atividade desenvolvida no exercício, designadamente a evolução dos negócios, o desempenho económico-financeiro, a execução do investimento, a caracterização dos recursos humanos, bem como as perspetivas futuras.

4. Relatório de boas práticas de governo societário

Em cumprimento do artigo 54º, do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual versão, aplicável às empresas locais por força do artigo 67º do mesmo diploma, a CARRIS apresenta o relatório de boas práticas de governo societário, conforme modelo disponibilizado no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM). O Conselho Fiscal analisou o conteúdo do Relatório do Governo Societário e é do seu parecer que o mesmo inclui os elementos e informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do referido RJSPE e que traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis.

5. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras.

O Conselho Fiscal acompanhou os trabalhos do Revisor Oficial de Contas e teve conhecimento da respetiva Certificação Legal de Contas (CLC), relativa ao exercício de 2023, nada tendo a objetar quanto ao seu conteúdo.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente os trabalhos do Auditor Externo e teve conhecimento do respetivo Relatório de Auditoria, relativa ao exercício de 2023, nada tendo a objetar quanto ao seu conteúdo.

Tendo analisado todos os temas materialmente relevantes para a leitura e interpretação das contas da CARRIS a 31 de dezembro de 2023, com o Conselho de Administração, com o ROC e com o Auditor Externo, entende o Conselho Fiscal:

5.1 - Estar de acordo com o teor da CLC, a qual contém um ênfase relativo ao facto do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), ter, na sua redação, características que se enquadram no âmbito de aplicação da IFRIC 12 “Acordos de Concessão de Serviço”, mas que, por ser do entendimento do Conselho de Administração da CARRIS que a aplicação da IFRIC 12 não contribuiria para a apresentação de informação financeira útil, para os utentes das suas demonstrações financeiras, entendeu o órgão de gestão da CARRIS ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12, encontrando-se os argumentos de suporte a essa derrogação, bem como os efeitos no ativo, no passivo e nos resultados de 2022 e 2023 que resultariam da aplicação da mesma, divulgados no anexo às demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2023.

A CLC contem, ainda, uma outra ênfase relativa às incertezas quanto à interpretação das variáveis contidas no cálculo das compensações de obrigações de serviço público (COSP), pelas quais a CARRIS efetua o respetivo reconhecimento como rédito quando as compensações lhe são comunicadas nos termos contratualmente previstos. Assim, no exercício de 2023, a Carris reconheceu como rédito as compensações de serviço público relativas a 2022 e comunicadas em 2023.

A CLC destaca, ainda, que as demonstrações financeiras, sobre as quais opina, se referem apenas à atividade da Empresa a nível individual, estando as participações financeiras, em subsidiárias e associadas registadas, pelo método da equivalência patrimonial, conforme referido na nota 1 do anexo.

5.2 – Considerar como natural que também o Relatório de Auditoria, contenha uma ênfase, idêntica à da CLC, pelo facto do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), ter, na sua redação, características que se enquadram no âmbito de aplicação da IFRIC 12 “Acordos de Concessão de Serviço”, mas que por ser do entendimento do Conselho de Administração da CARRIS que a aplicação da IFRIC 12 não contribuiria para a apresentação de informação financeira útil, para os utentes das suas demonstrações financeiras, entendeu o órgão de gestão da CARRIS ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12.

Concordar com a inclusão de uma outra ênfase no Relatório de Auditoria sobre o facto de que de acordo com o Aditamento à segunda alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a Câmara Municipal de Lisboa, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão, através de deliberação pelos Órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão encontra-se prorrogado por cinco anos, isto é, até 31 de dezembro de 2028. No entanto, este Aditamento não prevê a prorrogação da concessão para além daquela data. Sem prejuízo desta situação, o Conselho de Administração considera que não está em causa a continuidade da CARRIS para lá dessa data.

Entender como pertinente para os potenciais utilizadores das demonstrações financeiras da CARRIS, reportadas a 31 de Dezembro de 2023, a inclusão no relatório dos Auditores Externos, entre as suas ênfases, de uma referência ao facto de a CARRIS ter reexpressado as rubricas de vendas e serviços prestados e de subsídios à exploração com referência a 31 de dezembro de 2022. em virtude da alteração, em 2023, do método de contabilização de algumas compensações devidas pela prática de tarifários bonificados, as quais passaram a ser registadas na rubrica de vendas e serviços prestados. Adicionalmente, reexpressou também a rubrica de resultados transitados e de excedentes de revalorização, como resultado da realização dos excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis por via das suas depreciações.

A opinião do Conselho Fiscal não é modificada em resultado de nenhuma destas matérias alvo de ênfase na CLC e no Relatório de Auditoria.

Cumprimento do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais

Chamamos a atenção para o facto das contas da CARRIS, a 31 de dezembro de 2023, estarem em perfeito cumprimento com o artigo 35º do CSC, na sua atual redação.

7. PARECER

Em consequência do anteriormente referido, o Conselho Fiscal considera que:

- O relatório de gestão e o relatório anual autónomo de boas práticas de governo societário (o qual inclui capítulo dedicado à análise de sustentabilidade da CARRIS nos domínios económico, social e ambiental), cumprem em termos gerais os requisitos legais e regulamentares estabelecidos;

- As demonstrações financeiras em apreço são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade;

pelo que é de parecer favorável a que sejam aprovados, pela Assembleia-Geral da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A., nos termos estabelecidos pela alínea e) do artigo 10º dos Estatutos da CARRIS:

a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2023;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

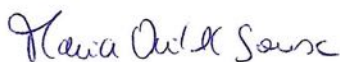
Lisboa, 15 de março de 2024

O Conselho Fiscal,



Dr. Luís Sérgio Berenguer Costa

(Presidente)



Dr.ª Maria Onilda Sousa

(Vogal)



Dr. Pedro Manuel de Resende Pinguichá Galego

(Vogal)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA (Carris ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 243 382 951 euros e um total de capital próprio de 117 637 450 euros, incluindo um resultado líquido de 9 493 877 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Carris nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na nota 2.2 do anexo, o contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), tem, na sua redação, características que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12 “Acordos de Concessão de Serviço”, sendo entendimento do Conselho de Administração da Carris que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das suas demonstrações

financeiras, pelo que, dessa forma, entendeu o Conselho de Administração da Carris ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12, encontrando-se os efeitos dessa derrogação divulgados na referida nota 2.2 do anexo.

Conforme evidenciado nas notas 4.2.9.2, 16, 20 e 28 do anexo, o contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a CML, estipula a atribuição de compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público. A Carris, tendo em conta as incertezas quanto à interpretação das variáveis contidas no cálculo das compensações, efetua o respetivo reconhecimento como rédito quando as compensações lhe são comunicadas nos termos previstos contratualmente. Assim, no exercício de 2023, a Carris reconheceu como rédito as compensações de serviço público relativas a 2022 e comunicadas em 2023.

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo da secção “Opinião” referem-se apenas à atividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor, conforme evidenciado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras. Nas presentes demonstrações financeiras, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme referido na nota 4.2.5 do anexo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Carris de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Carris de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Carris.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Carris;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Carris para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Carris descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2024



Rui Carlos Lourenço Helena,
(ROC n.º 923, inscrito na CMVM sob o n.º 20160541)
em representação de BDO & Associados - SROC

- Deliberação n.º 222/CM/2024 (Proposta n.º 222/2024)
- Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia:
e pela Vereadora Filipa Roseta:

Apreciação do Relatório e Contas de 2023 da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A.

Pelouros: Vereadora Filipa Roseta e Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.

Serviços: DMHDL e DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Sector Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;

2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe «(...) no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa»;

3 - O n.º 3 do mesmo artigo estipula que «Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social». O n.º 4, por sua vez, estabelece que «No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).»;

4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do Município, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no seu capital social, «em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas» previstas no artigo 46.º do RJAELPL;

5 - A GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., doravante designada por GEBALIS, é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza

municipal, constituída pelo Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

6 - A GEBALIS é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, que tem como objeto a gestão do arrendamento da habitação social municipal em bairros municipais, nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa;

7 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da GEBALIS deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, com respeito pelo disposto nas orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro;

8 - A GEBALIS apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, pelo que não está sujeita ao estipulado no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL, conforme evidenciado nas Contas de 2023 - Demonstração de Resultados;

9 - A GEBALIS apresenta, em 31 de dezembro de 2023, um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50 % do Capital Social, conforme evidenciado nas Contas de 2023 - Balanço, o que a coloca em situação de equilíbrio, no que concerne ao artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, temos a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2102, de 31 de agosto e n.º 1 do artigo 62.º aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, das alíneas oo) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e n.º 1 do artigo 8.º, das alíneas d) e h) do n.º 1 do artigo 20.º, da alínea d) do artigo 24.º e dos artigos 34.º e 35.º, todos dos Estatutos da GEBALIS:

1 - Apreciar favoravelmente o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., assim como Proposta de Aplicação de Resultados, prevista na página 97 do Relatório & Contas;

2 - Mandatar a Vereadora Filipa Roseta - representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral da GEBALIS - para os votar favoravelmente, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind.NTL), 4 votos contra (1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 5 abstenções (2 PS, 2 PCP e 1 L).]

GEBALIS, E.M., S.A.
**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
E CONTAS
2023**

GEBALIS, E.M., S.A.



ÍNDICE

ATIVIDADES

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃOS SOCIAIS
QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS
A GEBALIS EM NÚMEROS
UMA ESTRATÉGIA E UMA VISÃO
O QUE GERIMOS E COMO O FAZEMOS
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS NOSSOS MORADORES
EIXO 1. Gestão Eficiente e Eficaz do Arrendamento
EIXO 2. Prevenção e Recuperação de Dívida de Rendas
EIXO 3. Co-Governança dos Espaços de Habitar
EIXO 4. Sustentabilidade Social e Ambiental
COMO MELHORAMOS AS NOSSAS HABITAÇÕES
CUIDAR DE QUEM CUIDA
UMA MARCA NA CIDADE DE LISBOA
UMA EMPRESA DO FUTURO
SEGURANÇA NO QUE FAZEMOS
UMA EMPRESA LIGADA À CIDADE, AO PAÍS E AO MUNDO

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1.

ATIVIDADES



Gebalis



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sensivelmente há 1 ano, destacava-se, neste mesmo espaço destinado à mensagem do Conselho de Administração, as bases que tinham sido lançadas para a concretização de um ciclo, que se desejava estruturante para o futuro da habitação municipal em Lisboa.

Concluída que está a primeira metade do mandato deste Conselho de Administração, importa, por um lado, refletir sobre em que medida os objetivos estabelecidos têm visto concretização prática e, por outro, avaliar o impacto real da atividade da Empresa na vida das pessoas e dos bairros municipais.

Olhando às prioridades definidas para o mandato, dos 1600 fogos devolutos propostos reabilitar e afetar a programas de arrendamento municipal, 1000 encontram-se já concluídos, em apenas 2 anos. Concretizou-se em 2023 o reforço previsto para investimento na manutenção e reparação de elevadores, mantendo-se o objetivo de continuar a modernizar o parque de equipamentos instalados. No que respeita à requalificação dos bairros municipais em pior estado de degradação, importa sublinhar o início das obras de reabilitação em todas as 11 ações previstas, no âmbito do CP354CM2022, e a celebração de mais um contrato-programa com a Câmara Municipal de Lisboa, no valor de 100M, num total de 142M já contratualizados com o Município durante o atual mandato. E quanto ao aumento do peso e relevância dos projetos de intervenção comunitária, destaca-se o reforço do investimento nesta área, o crescimento substancial do número de iniciativas desenvolvidas, a aposta inédita no primeiro grande estudo sobre as trajetórias

sociais das populações dos bairros municipais, com o Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica, e o alargamento de ações de intervenção comunitária a mais bairros e a mais freguesias da cidade de Lisboa.

“Colocar as pessoas em primeiro lugar” é o mote e o princípio fundamental que norteia a nossa ação: responder de forma concreta aos problemas das nossas comunidades, através da recuperação do edificado e, tão ou mais importante, pela integração dos nossos moradores no ambiente social da cidade de Lisboa. 673 fogos reabilitados, 75 mil atendimentos concretizados e 9,9 mil visitas domiciliárias efetuadas. Acima de 99% de execução financeira de contratos-programa celebrados com a CML.

Os números relativos ao ano de 2023 são bem elucidativos que o rumo preconizado para a Empresa apresenta já resultados objetivos e quantificáveis.

A resposta às situações precárias em que muitas famílias vivem é um desafio permanente, e uma capacidade de contacto e resposta atempada aos moradores um desígnio para este mandato. E é precisamente para colocar a Gebalis noutra patamar de resposta às pessoas, para otimizar procedimentos internos e para elevar os níveis de eficiência da organização, que assumimos como prioritários alguns projetos estruturais para o futuro da Empresa.

O Portal do Morador, lançado durante o ano de 2023, permite, aos residentes, submeter pedidos à distância de um click; o novo Contact-Center, inaugurado também em 2023, trouxe consigo a uniformização e a centralização de todo o atendimento não presencial; e o novo CRM, que se encontra em fase



de preparação, propõe-se a dar uma nova robustez à gestão interna da Empresa, com vista a otimizar processos e a melhorar tempos de resposta aos pedidos recebidos.

O investimento que tem vindo a ser realizado na Empresa, nos moradores e nos bairros de habitação municipal não se tem cingido somente a responder ao imediato, ou em preparar exclusivamente o médio e o longo prazo. O equilíbrio entre a urgência de respostas para ontem, pela ausência de investimento continuado durante vários anos, e a necessidade de reestruturar e de preparar a Empresa para, no futuro, a capacidade de resposta interna apresentar outra cadência, têm sido princípios orientadores da gestão, fundamentais para alcançar os objetivos preconizados.

Uma palavra de profundo reconhecimento aos nossos parceiros que, lado-a-lado com a Gebalis, permitem aumentar a capacidade de presença e de proximidade da Empresa no apoio aos nossos moradores. Importa também relevar o papel das Juntas de Freguesia, parceiros institucionais da Empresa, com quem temos estabelecido um caminho de diálogo e colaboração.

A Gebalis é uma grande marca da cidade de Lisboa, composta por uma extraordinária equipa, de quem a cidade muito tem de se orgulhar. Pela sua entrega, resiliência, espírito de sacrifício e superação. Por nunca baixarem os braços, mesmo em circunstâncias tantas vezes difíceis. Por tudo fazerem para que nenhum morador seja deixado para trás.

Por fim, um agradecimento a todo o Executivo camarário pela confiança e permanente apoio prestado à Gebalis.

Lisboa, 27 de março de 2023

O Conselho de Administração



Gebalis
Gestão do Arrendamento da
Habitação Municipal de Lisboa

Reunião do CA – 09 de fevereiro de 2024

Deliberação n.º 052/CA/2024 –O Conselho de Administração deliberou por unanimidade, **aprovar** o **Relatório de Atividades e as Contas relativas ao exercício de 2023** da Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M. S.A.

O Presidente do Conselho de Administração,

Fernando Angleu Teixeira

O Vogal do Conselho de Administração

Gonçalo de Sampaio

A Vogal do Conselho de Administração

Ana Paula Cunha

Gebalis
Gestão do Arrendamento
da Habitação Municipal de
Lisboa, E.M. SA

Rua Laura Alves, 12 - 7º
1050-138 Lisboa

Tel. 808 101 000 | 217 511 000
gbl@gebalis.pt
www.gebalis.pt

NIF: 503 541 567
C.R.C. Lisboa: 642/951128
CAPITAL SOCIAL: 1.300.000,00€

ORGÃOS SOCIAIS

Eleitos na Assembleia Geral de 22 de dezembro de 2021

ASSEMBLEIA GERAL

**Diretor(a) Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local
da Câmara Municipal de Lisboa**
PRESIDENTE DA MESA

Diretor(a) Municipal de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa
SECRETÁRIA DA MESA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Angleu Teixeira
PRESIDENTE

Gonçalo de Sampaio
VOGAL

Ana Paula Cunha
VOGAL NÃO EXECUTIVO

FISCAL ÚNICO

Grant Thornton & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais
de Contas (SROC), Lda., representada pelo **Dr. Pedro Lisboa Nunes**

QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS

A Cidade de Lisboa tem uma tradição de cerca de 80 anos de suporte habitacional a quem mais necessita. Este apoio habitacional tem o seu início com maior expressão nos anos 40 do Século XX, com a construção dos bairros económicos, seguindo-se até aos dias de hoje através da concretização de vários programas habitacionais.

Nos primeiros empreendimentos, iniciados pelo Estado Central, as habitações eram reservadas para funcionários públicos. Nos projetos subsequentes, o foco deslocou-se para a construção de habitações destinadas às famílias mais vulneráveis, com necessidades económicas mais prementes. Além disso, houve espaço reservado para realojar famílias afetadas pela construção de infraestruturas ou repatriadas após a independência das antigas colónias portuguesas.

Isso resultou na acumulação, sob a gestão da Câmara Municipal de Lisboa, de milhares de fogos sociais. Com o significativo aumento dessas unidades construídas pelo Programa Especial de Realojamento, que erradicou as barracas em Lisboa e completou 30 anos em 2023, a CML optou por criar uma empresa municipal para administrar socialmente esse património.

Assim, em 1995, a Gebalis foi criada com a missão de gerir de forma integrada os bairros municipais,

desfrutando de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Esta gestão integrada abrange as áreas financeira (incluindo a cobrança de rendas), patrimonial (conservação e reabilitação de edifícios, entre outros) e, especialmente, a social.

É no âmbito da gestão social que a Empresa se destaca, proporcionando um acompanhamento próximo e cuidadoso a cada agregado familiar, visando não só o apoio habitacional, mas também a melhoria das condições de vida para promover a sua ascensão social e financeira.

Com 10 Gabinetes de Intervenção Local e 2 lojas de atendimento situadas em Lojas do Cidadão, a Gebalis está presente junto das comunidades, apoiando 69 bairros e mais de 22 mil habitações, garantindo um contacto permanente com os residentes e transmitindo-lhes um sentimento de apoio e segurança.

Com a alteração e diversificação dos programas de arrendamento, a Gebalis passou a gerir também unidades habitacionais destinadas a moradores de diferentes situações económicas, através do programa de arrendamento acessível. Com uma equipa de 260 trabalhadores ativos, estamos empenhados em trabalhar para o bem-estar dos nossos moradores.

A GEBALIS EM NÚMEROS

PATRIMÓNIO

69 BAIROS (66 EM LISBOA)

20.520 FOGOS (COM CONTRATO DE ARRENDAMENTO ATIVO)

2.479 LOTES (COM FOGOS COM CONTRATOS ATIVOS)

1.140 ESPAÇOS NÃO HABITACIONAIS (COM CONTRATO DE ARRENDAMENTO ATIVO)

ESTRUTURA INTERNA

10 GABINETES DE INTERVENÇÃO LOCAL

2 LOJAS DO CIDADÃO

277 TRABALHADORES

O ANO DE 2023

673 FOGOS REABILITADOS

4 ESPAÇOS FÍSICOS DA EMPRESA INTERVENÇIONADOS

75 MIL ATENDIMENTOS (PRESENCIAIS E TELEFÓNICOS)

9,9 MIL VISITAS DOMICILIÁRIAS

103 MIL ATIVIDADES



UMA ESTRATÉGIA E UMA VISÃO

Como Empresa municipal, a Gebalis está sujeita às diretrizes estratégicas estabelecidas pelo seu acionista, a Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, é natural que a sua estratégia e execução estejam alinhadas com essas diretrizes. No entanto, a Empresa sempre manteve intacto o seu foco principal: promover habitações dignas e um ambiente saudável para o desenvolvimento pessoal e comunitário dos moradores.

A estratégia da Empresa está profundamente ligada ao impacto social da sua gestão, respeitando os moradores e fomentando uma cultura de cidade e urbanidade, ao lado de outros parceiros, para proporcionar oportunidades sociais. Oferecer um serviço de qualidade que atenda às necessidades dos moradores e da cidade como um todo, juntamente com eficiência e proximidade, são os princípios fundamentais da Empresa.

Nessa estratégia, as questões ambientais não podem ser negligenciadas, dado o seu crescente impacto, tanto em termos sociais quanto económicos. Portanto, é essencial que temas como a eficiência energética – especialmente relacionada à pobreza energética – e a gestão eficaz de recursos e economia circular, estejam integrados em todas as atividades da Empresa.

Temos uma visão clara: **proporcionar aos nossos moradores ambientes saudáveis e adaptados às suas necessidades, garantindo acesso às oportunidades de desenvolvimento pessoal que lhes permitam melhorar sua qualidade de vida e alcançar ascensão social.** Trabalhamos diariamente com esse propósito em mente, conhecendo o nosso caminho, utilizando as ferramentas disponíveis e cada vez mais empenhados em sermos parte integrante dos projetos de vida das pessoas, que habitam os nossos bairros.

O QUE GERIMOS E COMO O FAZEMOS

A Gebalis é a maior empresa portuguesa de gestão de habitação, em particular de habitação municipal, gerindo, a 31 de dezembro de 2023, 21 404 frações dispersos em 69 bairros municipais (66 na cidade de Lisboa).

A dimensão da sua tarefa é proporcional ao empenho na sua gestão, ao empenho que os seus trabalhadores colocam todos os dias ao serviço da comunidade, preocupados e empenhados em melhorar a vida dos mais de 65 mil lisboetas que habitam nas habitações sob gestão da Empresa.

Para que esta missão seja levada a bom porto, é fundamental que exista uma estrutura atualizada e robusta. Por isso, no final de 2022, procedeu-se a uma reestruturação orgânica que visou responder aos desafios de gestão, os quais foram acrescidos pela celebração com a Câmara Municipal de Lisboa de Contratos-Programa ímpares, de grande dimensão financeira.

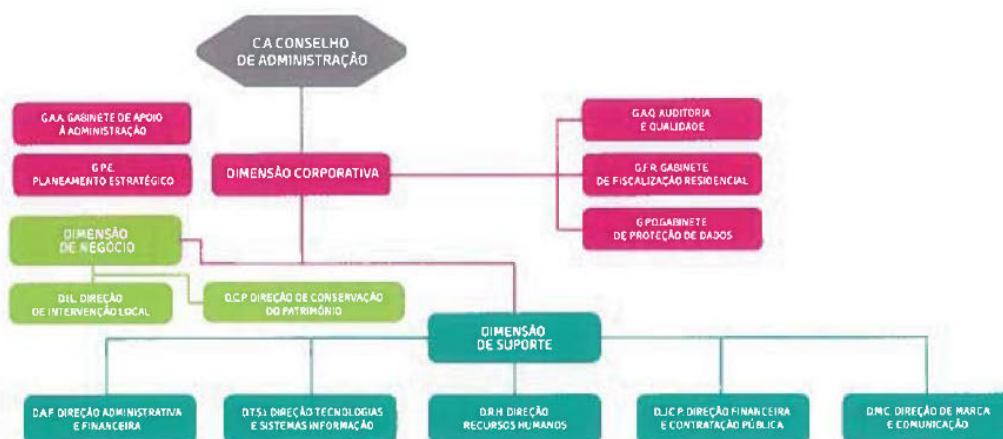
Esta prova de confiança da CML na Gebalis, e nos seus trabalhadores, tem de ser correspondida

no terreno com eficácia, eficiência, competência e celeridade.

Para tal, a estrutura da Empresa encontra-se preparada para responder aos desafios e é suficientemente flexível para se adaptar constantemente a novas necessidades e oportunidades.

Em 2023, em linha com o processo de reestruturação interna, **a sede social mudou de instalações, com contrato de arrendamento celebrado até 2027, criando-se assim condições dignas para os trabalhadores exercerem a sua missão.** Também vários Gabinetes de Intervenção Locais foram requalificados ou mudaram de instalações, oferecendo agora melhores condições para os trabalhadores, mas também para os moradores e entidades que nos procuram.

A estrutura da Gebalis assenta a sua atividade nas várias Direções da Empresa, bem como em estruturas de apoio ao Conselho de Administração, conforme o organograma que se segue:



“Colocar as pessoas em primeiro lugar”

Este é, sem dúvida, o mote e o propósito da existência da Empresa.

Sendo a habitação considerada o principal pilar na estruturação pessoal e familiar, cada um dos nossos moradores merece o lugar central na atividade da empresa.

É para o bem-estar individual e coletivo dos moradores que cada um dos 277 trabalhadores da Empresa trabalha. É por eles que inovamos, que criamos soluções, que melhoramos procedimentos e que tentamos todos os dias fazer melhor.

Todos e cada um são importantes. Daí desenvolvermos projetos que envolvem as crianças do bairro e das escolas – seja na consciencialização do uso racional da energia, no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, etc. –, os jovens – fazendo, por exemplo, do desporto uma escola social – dos adultos – trabalhando a questão da formação ou da empregabilidade e dos idosos – prestando cada vez mais atenção às questões das acessibilidades e da saúde mental.

Quando colocamos as pessoas em primeiro lugar, sentimos que estamos a aprofundar valores de gestão social e a cumprir com a missão que nos foi atribuída.



MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS NOSSOS MORADORES

A qualidade de vida pode ser aferida e sentida de várias formas. No que diz respeito à habitação, a Gebalis realiza diversas intervenções sociais e patrimoniais que permitem aumentar a qualidade de vida dos moradores e das famílias.

Quando melhoramos a eficiência térmica de uma habitação, substituindo uma janela para uma nova mais eficiente, estamos a proporcionar maior conforto térmico, menor consumo de energia e uma melhor sensação de vivência da casa.

Quando colocamos uma rampa de acesso para quem precisa de se deslocar de cadeira de rodas estamos a proporcionar autonomia e segurança, aumentando assim a qualidade de vida. Quando promovemos atividades de entretenimento às crianças e jovens estamos a despertá-los para novos mundos e novas ambições.

Os números e os indicadores que constam neste relatório e que espelham a atividade da Empresa são a prova do profundo empenho em proporcionar uma vida diferente – para melhor – aos nossos moradores. Esta vida diferente tem múltiplas vertentes que importa cuidar. Se a atribuição de uma habitação é um primeiro passo para a construção de um projeto de vida, todas as outras vertentes sociais e financeiras devem ser acarinhadas e trabalhadas, de forma a potenciar o efeito da atribuição da habitação.

Temas como a empregabilidade, a formação, a construção de valores e a aquisição de competências sociais, a literacia financeira, a vida em comunidade são estruturantes da personalidade de cada um dos nossos moradores. Outros temas que saem da questão personalista são, no entanto, igualmente importantes para que esta construção seja possível.

Uma habitação saudável, com conforto térmico, com bons acessos que não criem exclusões sociais, segura e integrada na cidade proporciona e potencia as questões personalistas e são essenciais para a tão desejada ascensão social.

O ano de 2023 foi, a todos os níveis, marcante para a Gebalis, reforçando o objetivo da melhoria da qualidade de vida dos nossos moradores. Por um lado, a **reabilitação recorde de 627 fogos, aliado ao lançamento de todas as 11 empreitadas de reabilitação de Bairros Municipais, no âmbito do Contrato-Programa 354/CM/2022**, e, por outro, a **dinamização de novos projetos de intervenção comunitária**, que trouxeram novas e importantes ações de integração social nas nossas comunidades.

É com este foco que a Empresa trabalhou e trabalha, que os seus trabalhadores diariamente se entregaram e entregam à sua missão, em conjunto com muitos outros atores, com destaque para a Câmara Municipal de Lisboa.

Para atingir estes objetivos, a atuação junto dos moradores estruturou-se nos seguintes eixos orientadores:



EIXO 1. GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ DO ARRENDAMENTO

GESTÃO DO ARRENDAMENTO

Em 31/12/2023, na aplicação GPH – Gestão do Parque Habitacional, estavam registados 21.404 contratos ativos (inclui contratos já criados/inseridos referentes a aberturas de conta a iniciar no ano de 2024), segmentados da seguinte forma:

Tipo Atribuição / Utilização do espaço	N.º de frações
ENH - Espaços Não Habitacionais *	884
Habitação	20.520
Total	21.404

*inclui fogos cedidos a instituições coletivas

Arrendamento Apoiado e ENH

Em 31/12/2023, estavam ativos 20.274 contratos referentes a Arrendamento Apoiado e a Espaços Não Habitacionais (ENH). Atendendo que estavam registadas 884 atribuições caracterizadas como ENH (frações do tipo arrecadação, garagem, loja e habitações cedidas a instituições coletivas), as atribuições registadas relativas a Arrendamento Apoiado totalizavam 19.390 registos.



Renda Convencionada e Acessível

No que diz respeito aos contratos de arrendamento rubricados ao abrigo dos Programas Renda Acessível e Renda Convencionada, no final do ano de 2023, estavam ativos 1.130 contratos (Programa Renda Acessível: 853 contratos; Programa Renda Convencionada: 277 contratos), sendo que 13 contratos tinham como data de início 01/01/2024.

No ano de 2023, foram registados 296 novos contratos dos Programas Renda Acessível (295 contratos) e Renda Convencionada (1 contrato). Cerca de 60% destes novos contratos dizem respeito a atribuições de habitações nos edifícios situados na Rua da Cruz Vermelha, 12, Rua Projetada à Rua Sanches Coelho, N.º 1, Avenida da República, N.º 100 e Rua de Campolide, N.º 292.

Tendo por base a emissão de rendas relativa ao mês de dezembro de 2023, a renda média para os 1.117 contratos com emissão de renda era de 317,88 €.

De forma programada e regular são realizadas visitas aos edifícios, para aferir e avaliar a execução de trabalhos pelos prestadores de serviços e para verificação do estado dos espaços comuns quanto a eventuais anomalias e à ocupação dos espaços.

ATENDIMENTO

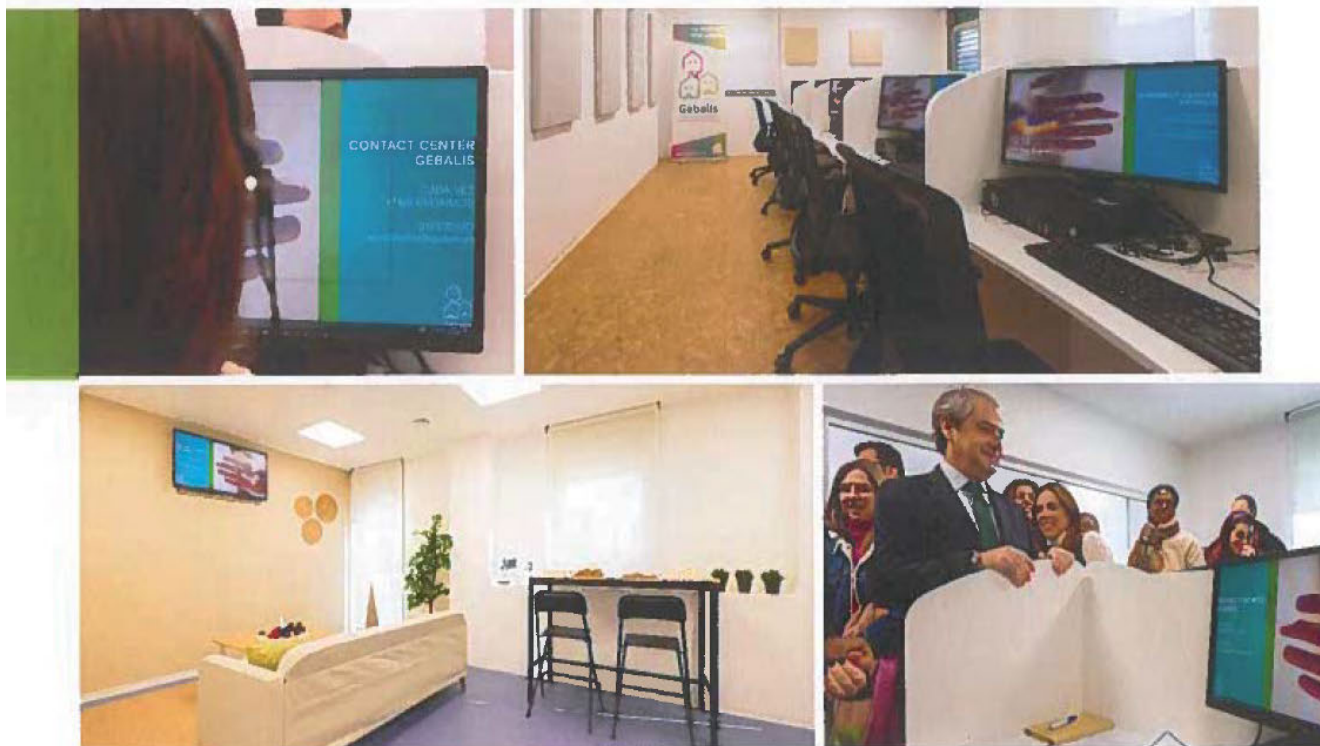
No âmbito das atividades desenvolvidas pela Gebalis, ao longo do ano de 2023, é de destacar que os números registados são os mais elevados dos últimos anos. Esses indicadores refletem não apenas uma expansão significativa das interações com os residentes, mas também um aumento substancial na abrangência dos serviços prestados.

Ao realizar um **total de 102.995 interações com os residentes** através de vários canais, incluindo contactos telefónicos, atendimentos presenciais, visitas e e-mails, a Gebalis estabeleceu um novo padrão de envolvimento com a comunidade, evidenciando o empenho da Empresa em promover um contacto próximo e acessível a todos.

As interações realizadas ao longo do período, envolveram diretamente cerca de 15,3 mil agregados familiares, evidenciando a amplitude do alcance da Gebalis.

Os 35.278 atendimentos presenciais nos 10 gabinetes de intervenção local e nos 2 balcões nas lojas de cidadão representam um aumento considerável em relação a anos anteriores. Este aumento destaca a importância dos postos de atendimentos físicos descentralizados para a Gebalis.

A realização de 9.914 visitas ao longo do ano, um aumento de cerca de 60% em comparação com o período homólogo, marca um novo patamar na presença da Gebalis no terreno. Este número sublinha o empenho da Empresa em compreender as necessidades específicas dos residentes, através de interações diretas com os residentes, consolidando uma presença ainda mais ativa nos bairros.



A nível de atendimento, 2023 ficou ainda marcado pela **implementação do Contact-Center da Gebalis**.

O Contact-Center é um centro de atendimento que pode integrar diversos canais de comunicação, como telefone, e-mail, chat e redes sociais. Funciona como um ponto de convergência para o contacto dos moradores, permitindo que a Empresa possa atender às solicitações de forma mais ágil.

A criação deste Contact-Center teve como principal objetivo dar uma resposta mais rápida, fluída e eficaz a todos os residentes, demonstrando um sentido de proximidade e disponibilidade cada vez mais evidente. Surge, portanto, alinhado nesta estratégia de alargamento e dinamização dos meios de comunicação da Empresa (Gabinetes de Intervenção Local, Lojas do Cidadão, Portal do Morador, redes sociais, correio eletrónico, etc.) e de garantia do atendimento integral e uniforme, registando e parametrizando todas as chamadas recebidas pela organização. Além disso, permite a libertação das equipas territoriais para o trabalho de terreno e proximidade física.



Foram realizadas obras significativas para adaptar o espaço às exigências específicas do *Contact-Center*. Estas incluíram uma sala de operações dotada de estações de trabalho ergonómicas, assim como um "lounge" concebido para efeitos de descanso (os necessários períodos de pausa) da equipa. Para além da copa que serve os operadores, existe uma sala técnica que é ocupada pelos colaboradores da Gebalis com responsabilidade no *Contact-Center*, nomeadamente os supervisores de atendimento telefónico/correio eletrónico. O espaço tem um Gabinete de Atendimento deslocalizado, na dependência do Gabinete de Intervenção Local Oriente, com vista à realização de atendimentos aos munícipes do Bairro Alfredo Bensaúde, o que é elucidativo, e reitera, a posição assumida pela Empresa de reforço da proximidade aos moradores do bairro.

O sucesso do *Contact-Center* depende significativamente da qualidade da resposta prestada. Com isso em mente, implementámos um programa abrangente de formação – incluindo todas as áreas de atuação da Gebalis – para garantir que esta equipa estivesse adequadamente preparada para enfrentar os desafios e proporcionar um serviço de excelência aos residentes.

Foi inaugurado a 15 de dezembro, sendo composto por 7 colaboradores externos (6 atendedores e 1 supervisor) e por 1 colaborador interno.

Nos último 15 dias do ano foi registado o atendimento de 959 chamadas por este serviço.

ESPAÇOS NÃO HABITACIONAIS

A Gebalis tem sob sua gestão 1.414 espaços não habitacionais, dos quais 1.140 têm, a 31/12/2023, contrato de arrendamento ativo.

O ano de 2023 caracterizou-se por duas intervenções inovadoras no âmbito da gestão dos espaços não habitacionais:

1. Auscultação de interesse das entidades em participar em ações realizadas pelo município ou interinstitucionais, com envio de relatório de atividades.

Constatou-se que eram escassas as entidades que remetiam aos serviços o relatório de atividades anual, em cumprimento com o protocolo de cedência assinado com o município, o que não permitia aos serviços ter um conhecimento real das valências e atividades oferecidas às comunidades, assim como da disponibilidade em participar em ações futuras.

Foi assim remetido a todas as entidades sem fins lucrativos, que não integrassem a administração pública ou local, um breve questionário de fácil resposta, com a possibilidade de envio do relatório de atividades digitalizado.

Foram obtidas 155 respostas, permitindo aferir áreas de interesse e capacidade de intervenção no terreno.

2. Implementação de alertas de recibos em débito.

Numa estratégia de contenção do aumento de titulares com dívida, e à semelhança do que já sucede na maior parte das organizações, foi implementado um sistema de alerta via e-mail, enviado aos titulares que, até ao dia 8 de cada mês, não liquidaram a renda ou incumpriram um acordo de regularização de dívida.

Numa primeira fase, restringido o universo aos pequenos devedores, o sucesso da ação culminará no alargamento da medida aos médios devedores em 2024.

ANÁLISE PROCESSUAL

Foram analisados e instruídos 3067 Processos de Agregado, sendo as transações com maior expressão as relativas a atualizações de agregado e revisões de renda.

Os processos e requerimentos rececionados foram, em média, analisados e instruídos no espaço de 1 mês.

Foram instruídos 200 cancelamentos de conta, 1323 Acordos de Liquidação de Dívida e 310 pedidos de adaptação de habitação - com fundamento social.

Foram analisados 275 pedidos de transferência de habitação por iniciativa do agregado e 52 por iniciativa da Entidade Gestora.

Foram concretizadas 202 atribuições de fogos, entre as quais 121 transferências de habitação, 67 relacionados com processos de realojamento, 13 por regularização ao abrigo do RDHM e 2 por regularização 855/CM/2022.

MOTIVO	ANO 2023
Transferências	121
Realojamento	67
Outros Motivos - RDHM	13
Outros Motivos - 855/CM/2022	1
TOTAL	202

DELIBERAÇÕES NºS 855-A/CM/2022 E 855/CM/2022

Na sequência da operacionalização da Deliberações nºs 855-A/CM/2022 e 855/CM/2022, publicada no 5º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1506, de 29 de dezembro de 2022, que prevê o "início de processo de diagnóstico, de análise e de resolução das situações de ocupação não autorizada e não titulada de habitações municipais, à revelia da Entidade Gestora", foi necessário **efetuar o levantamento de todas as ocupações não autorizadas ocorridas até 01/10/2021, com o objetivo de notificar todos os agregados nestas condições e efetuar a verificação sociofamiliar destes.**

Dado o elevado número de situações, identificou-se a necessidade premente de desenvolver uma aplicação informática que pudesse centralizar informações e simplificar processos. Nesse contexto, foi concebida e está ainda em fase de desenvolvimento a Plataforma de Ocupações Não Autorizadas, destinada a agilizar a gestão, instrução processual e consolidação de dados relevantes.

No decurso deste processo, foi realizado o levantamento de todas as ocupações identificadas, e os dados resultantes foram integrados na referida plataforma. Este instrumento tornou-se essencial para consolidar e organizar as informações relacionadas com as ocupações não autorizadas, fornecendo uma visão holística e acessível para fins de análise e gestão deste processo, quer ao nível macro de gestão da informação,



quer ao nível de cada situação em particular, permitindo acompanhar o percurso de cada processo e fase do mesmo.

No que concerne à operacionalização das Deliberações ao longo do ano de 2023, observaram-se os seguintes indicadores:

- 763 agregados notificados;
- 1.719 atendimentos efetuados neste âmbito;
- 594 agregados com documentação entregue;
- 236 verificações sociofamiliares efetuadas.

Estes dados evidenciam o impacto prático e operacional das Deliberações nº 885/CM/2022, demonstrando a resposta ativa e proativa da Gebalis face ao universo em estudo. O desenvolvimento contínuo da plataforma de ocupações não autorizadas sinaliza o compromisso constante em aprimorar os processos e fortalecer a capacidade de gestão face a este desafio específico.

Foram ainda promovidas de 16 sessões formativas junto dos intervenientes internos: Loja do Cidadão Saldanha e Marvila, Gabinetes de Intervenção Local, Gabinete de Fiscalização Residencial, Gabinete de Apoio à Administração, Departamento Gestão Administrativa, Serviço Financeiro e Contabilidade, Departamento Apoio Jurídico e Departamento Gestão de Contratos de Arrendamento.

GESTÃO DE CONDOMÍNIOS

No ano de 2023, a **Gebalis continuou a apostar num contacto próximo com as administrações de condomínio e proprietários(as)**, de modo a prestar os esclarecimentos solicitados e mediar alguns conflitos e reclamações, tendo marcado **presença em 109 reuniões formais de condomínio ou de proprietários(as)**, divididas da seguinte forma:

Tipo Reunião	N.º Reuniões
Assembleia Extraordinária	8
Assembleia Ordinária	100
Reunião com Administração	1
Total	109

Comparando com o ano de 2022, a Gebalis esteve presente em mais 7 reuniões de condomínio, sendo que em 2023 não foram constituídos novos condomínios.

Em 31/12/2023, o número total de condomínios constituídos e ativos era de 707, onde estão inseridas 3.312 frações sob gestão da Empresa.

Em termos geográficos, os prédios com condomínio constituído, no final do ano 2023, estão distribuídos da seguinte forma:

Zona	N.º Condomínios	N.º Frações GEBALIS
Património Disperso	8	24
Norte Ocidental	24	204
Norte Oriental	356	1940
Ocidental	147	568
Oriental	76	304
Sul	96	272
Total	707	3312

Se é certo que o valor das quotizações envolvidas já assume um valor considerável, também não deixa de ser verdade que, por via da sua criação, se transfere para os condomínios a gestão dos elevadores e os contratos dos serviços comuns de eletricidade e água. A este propósito refira-se que a Empresa tem tido um envolvimento crescente com os proprietários(as) dos condomínios já constituídos, por forma a auxiliá-los e a capacitá-los para a gestão do património comum dos lotes.

ANO	CONDOMÍNIOS NOVOS	CONDOMÍNIOS ATIVOS	PAGAMENTOS A CONDOMÍNIOS
2008	15	545	395.645,00 €
2009	34	579	626.538,77 €
2010	24	603	647.199,55 €
2011	20	623	685.882,55 €
2012	9	629	897.987,12 €
2013	12	641	767.936,65 €
2014	20	659	781.406,00 €
2015	5	664	1.040.282,34 €
2016	6	670	1.076.744,36 €
2017	19	689	1.005.309,63 €
2018	8	702	1.146.570,37 €
2019	4	709	1.144.374,80 €
2020	1	712	1.522.033,95 €
2021	1	713	1.096.891,81 €
2022	2	709	1.293.475,16 €
2023	0	707	1.164.396,47 €
TOTAIS	180		15.292.674,53 €

Durante o ano de 2023, a Gebalis procedeu a pagamentos a condomínios no valor de 1.164.396,47 €, correspondente a quotas ordinárias, extraordinárias e seguros. Face ao ano de 2022, os valores pagos registaram uma redução de cerca de 129.078,69 € (-9,98%).

SEGURANÇA DAS NOSSAS HABITAÇÕES

A proteção do património municipal, garantindo a ocupação legal das habitações, através dos programas de arrendamento municipal, é um dever que a Empresa assume, promovendo um forte combate às ocupações ilegais.

Neste âmbito, **mantém-se a intensificação do programa de securização de fogos municipais**, recorrendo a dispositivos baseados em IoT (*Internet of Things*) e sem necessidade de alimentação elétrica de rede pública.

Tal tem permitido combater a proliferação de impunidade na ocupação indevida de património municipal, tendo-se registado, em 2023, **100% de sucesso no combate a estas intrusões**.

Soma Instalados - Soma Desinstalados - Soma Ativos



Soma Instalados	58	100	169	213	278	328	397	454	503	564	620	655
Soma Desinstalados	29	78	136	190	241	307	383	412	466	523	575	642
Soma Ativos	995	988	999	989	1003	987	980	1003	1003	1007	1011	979

Progressão na implementação de segurança de espaços municipais durante 2023

EIXO 2. PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDAS

O plano de ação, para a prevenção e recuperação de dívida de rendas em 2023, deu continuidade ao trabalho de proximidade com as famílias sinalizadas, procurando identificar e ativar recursos formais e informais com o objetivo de diminuir a dívida existente.

Neste contexto foram implementadas medidas como:

- Articulação com entidades externas que acompanhem as famílias (como por exemplo a SCML);
- Continuidade de implementação da metodologia MARS – Matriz de Análise de Risco Habitacional;
- Visitas e reunião conjuntas;
- Atendimento presenciais e contactos telefónicos.

Esta ação visou não só a recuperação de dívida, mas funcionou também como teste de metodologias de profundidade e longitudinais junto dos dois segmentos de dívida mais cristalizados da realidade Gebalis.



CRITÉRIOS QUANTITATIVOS

Valor da dívida

CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Contratualização da dívida através de novo contrato ou reformulação do existente quando em incumprimento

Regressão para tipologia de dívida menos grave

Diagnóstico e identificação do perfil comportamental da família devedora

No ano de 2023, a taxa de inflação anual situou-se nos 4,3%, assistindo-se, uma vez mais, à quebra do poder de compra dos agregados familiares, em especial, daqueles que têm rendimentos mais baixos, o que influenciou o resultado das diversas ações de recuperação dos valores em dívida implementadas do decorrer do ano.

A evolução da dívida está demonstrada no quadro seguinte:

ANO MOV	EMIÇÃO ANO	DÍVIDA 2021		DÍVIDA 2022		DÍVIDA 2023		VARIÇÃO / RECUPERADO *			
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	2022	%	2023	%
1996	854.208,91 €	568,87 €	0,07%	541,66 €	0,06%	410,42 €	0,05%	27,01 €	4,75%	131,24 €	24,23%
1997	3.713.634,99 €	4.908,06 €	0,13%	2.654,04 €	0,07%	2.166,05 €	0,06%	2.254,02 €	45,92%	487,99 €	18,39%
1998	4.661.815,36 €	8.603,12 €	0,18%	6.762,12 €	0,15%	5.415,25 €	0,12%	1.841,00 €	21,40%	1.346,87 €	19,92%
1999	6.045.928,04 €	22.268,69 €	0,37%	18.422,84 €	0,30%	17.864,06 €	0,30%	3.845,85 €	17,27%	558,78 €	3,03%
2000	7.600.949,05 €	77.237,57 €	1,02%	72.415,45 €	0,95%	89.329,42 €	0,81%	4.822,12 €	6,24%	3.088,03 €	4,26%
2001	10.140.010,16 €	137.582,76 €	1,36%	126.863,22 €	1,25%	120.854,19 €	1,19%	10.919,54 €	7,94%	5.909,03 €	4,59%
2002	12.897.129,11 €	188.436,96 €	1,46%	178.931,62 €	1,39%	171.073,30 €	1,33%	9.505,33 €	5,04%	7.858,32 €	4,39%
2003	15.154.385,19 €	274.171,32 €	1,81%	257.817,16 €	1,70%	247.033,10 €	1,63%	16.354,16 €	5,86%	10.784,06 €	4,16%
2004	17.458.415,62 €	436.265,96 €	2,50%	400.542,04 €	2,29%	370.738,55 €	2,12%	35.723,92 €	8,19%	29.803,49 €	7,44%
2005	19.210.944,31 €	647.091,56 €	3,37%	603.292,37 €	3,14%	551.179,94 €	2,87%	43.799,19 €	6,77%	52.112,43 €	8,64%
2006	19.347.497,00 €	950.329,45 €	4,91%	889.519,96 €	4,60%	819.567,00 €	4,24%	60.809,49 €	6,40%	69.952,96 €	7,86%
2007	20.211.513,80 €	1.236.181,97 €	6,12%	1.157.288,35 €	5,73%	1.080.491,34 €	5,35%	78.893,62 €	6,38%	76.797,01 €	6,64%
2008	20.957.507,77 €	1.689.238,07 €	8,03%	1.591.462,42 €	7,59%	1.497.180,48 €	7,14%	97.775,65 €	5,79%	94.281,94 €	5,92%
2009	21.098.615,72 €	1.990.323,92 €	9,43%	1.866.179,95 €	8,85%	1.769.070,31 €	8,38%	124.143,97 €	6,24%	97.109,84 €	5,20%
2010	20.859.835,09 €	2.219.275,72 €	10,64%	2.098.703,46 €	10,05%	1.985.981,07 €	9,52%	122.572,26 €	5,52%	110.722,39 €	5,28%
2011	20.417.278,89 €	2.371.445,61 €	11,61%	2.234.191,49 €	10,94%	2.121.624,07 €	10,39%	137.254,12 €	5,79%	112.567,42 €	5,04%
2012	20.282.868,20 €	2.462.142,51 €	12,14%	2.325.196,98 €	11,46%	2.204.000,21 €	10,87%	136.945,53 €	5,56%	121.196,77 €	5,21%
2013	20.572.959,72 €	2.692.025,99 €	13,09%	2.640.052,34 €	12,35%	2.406.738,20 €	11,70%	151.973,65 €	5,65%	133.314,14 €	5,25%
2014	18.860.829,74 €	2.877.649,75 €	15,26%	2.742.251,77 €	14,54%	2.620.097,81 €	13,89%	135.397,98 €	4,71%	122.153,96 €	4,45%
2015	18.489.431,34 €	2.683.783,12 €	14,53%	2.521.337,39 €	13,65%	2.410.811,03 €	13,05%	162.445,73 €	6,05%	110.526,36 €	4,38%
2016	17.558.253,78 €	3.112.546,95 €	17,73%	2.784.890,12 €	15,86%	2.643.734,72 €	15,06%	327.656,83 €	10,53%	141.155,40 €	5,07%
2017	19.214.310,00 €	5.868.746,30 €	30,54%	5.484.311,31 €	28,54%	5.178.315,47 €	26,95%	384.434,99 €	6,55%	305.995,84 €	5,58%
2018	18.311.414,59 €	2.921.416,15 €	15,95%	2.722.610,81 €	14,87%	2.586.263,16 €	14,12%	198.805,34 €	6,81%	136.347,65 €	5,01%
2019	18.998.736,48 €	3.126.597,21 €	16,46%	2.983.646,16 €	15,18%	2.740.504,65 €	14,42%	242.851,05 €	7,77%	143.141,51 €	4,98%
2020	19.321.741,53 €	3.414.134,18 €	17,67%	3.089.762,67 €	15,89%	2.870.749,84 €	14,86%	344.371,51 €	10,09%	199.012,73 €	6,48%
2021	20.411.432,80 €	3.883.897,59 €	19,03%	3.284.729,52 €	16,09%	3.022.899,34 €	14,81%	599.268,07 €	15,43%	261.830,18 €	7,97%
2022	20.935.031,98 €			3.425.836,26 €	16,38%	2.877.179,55 €	13,74%			548.656,73 €	16,02%
2023	22.642.181,89 €					3.087.973,05 €	13,64%				
TOTAL	458.206.880,74 €	45.296.869,15 €	10,98%	45.288.013,50 €	10,45%	45.479.245,88 €	9,97%	3.434.791,93 €	7,58%	2.896.740,87 €	6,40%

* - Além de valores recuperados, inclui o efeito das reduções e anulações de dívida.



Observando o quadro anterior, verificamos que, da dívida existente desde a fundação da Empresa, em 2023 **foram recuperados 6,4% de dívidas de rendas de anos anteriores**. No ano de 2023, a percentagem dos valores em dívida, face à totalidade dos valores emitidos, diminuiu 0,48 pontos percentuais, passando de 10,45% para 9,97%.

O valor em dívida registado em 31/12/2023, incorpora o montante de 366.049,44 € de dívida englobada em processos de insolvência individual. Esta dívida será anulada, caso exista sentença judicial de exoneração final do passivo restante no final do processo de insolvência.

É de registar, que o valor em dívida existente no final do ano de 2023, engloba o montante de 5.588.278,92 € (12,29%), referente a dívida registada em atribuições que já se encontram canceladas, isto é, em que os titulares já procederam à entrega das chaves da fração que lhes foi atribuída.

Nos valores em dívida estavam incluídos 1.238.776,38 € de dívidas de funcionários(as) municipais, moradores(as) no Bairro Cooperativa dos Alfinetes (Av. Paulo VI), que devido a contencioso com o Município acumularam rendas por pagar naquele montante.

No que respeita às imparidades constituídas pela Gebalis, no final do ano de 2023, totalizavam o valor de 41.453.840,73 € da dívida (já incorporados em gastos) o que nos remete para uma dívida líquida de imparidades de 4.025.404,95 €.

Em 2023, foram reduzidas rendas e anuladas dívidas (por ser irrecuperável ou por exoneração do passivo restante) no montante de 992.152,80 €, conforme quadro abaixo:

TIPO	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Anulação Dívida	286.285,18 €	339.278,74 €	641.104,61 €	652.287,97 €	396.218,30 €	2.315.174,80 €
Redução Pontual Renda	597.355,13 €	560.820,51 €	358.622,74 €	375.076,61 €	409.016,76 €	2.300.891,75 €
Redução Renda	602.249,11 €	260.816,38 €	230.838,72 €	248.891,92 €	186.917,74 €	1.529.713,87 €
TOTAL	1.485.889,42 €	1.160.915,63 €	1.230.566,07 €	1.276.256,50 €	992.152,80 €	6.145.780,42 €

Reduções de renda concedidas.

De acordo com o quadro anterior, nos últimos cinco anos, **a adequação das rendas cobradas aos rendimentos declarados pelos agregados, significou a atribuição de reduções de renda num montante de 6.145.780,42 €.**

Comparando os anos de 2022 e 2023, verificamos que existiu uma redução de 284.103,70 € (-22,26%), na totalidade das reduções de renda e anulação de dívida.

Analisando o impacto e a evolução do processo de alienações em curso pelo Município de Lisboa, no ano de 2023, o património sob gestão da Empresa foi reduzido em 75 frações cujas rendas a cobrar mensalmente representavam o valor de 10.511,78 €. Trata-se de um processo que, desde 2010, ano em que foram alienadas 205 frações, se traduziu num decréscimo de receitas estimado, até final do exercício, em mais de 10.850.672,29 €, conforme se discrimina:

ANO ALIENAÇÃO	N.º FRAC ALIENADAS *	RENDA MENSAL**	PERDA RECEITA	
			ANO 2023	TOTAL até dez/2023
2010	202	15.791,89 €	189.502,68 €	2.544.799,29 €
2011	109	8.860,76 €	106.329,12 €	1.338.813,85 €
2012	109	10.009,19 €	120.110,28 €	1.374.711,41 €
2013	25	1.189,69 €	14.276,28 €	151.393,18 €
2014	58	5.000,74 €	60.008,88 €	566.952,80 €
2015	96	11.687,50 €	140.250,00 €	1.157.617,93 €
2016	74	6.905,94 €	82.871,28 €	610.601,94 €
2017	69	8.177,01 €	98.124,12 €	655.340,50 €
2018	104	11.980,26 €	143.763,12 €	799.594,02 €
2019	119	13.052,28 €	156.627,36 €	692.159,68 €
2020	52	7.071,77 €	84.861,24 €	279.243,19 €
2021	99	13.128,83 €	157.545,96 €	427.044,78 €
2022	64	8.217,08 €	98.604,96 €	162.742,83 €
2023	75	10.511,78 €	89.656,89 €	89.656,89 €
Total	1.255	131.684,72 €	1.542.532,17 €	10.850.672,29 €

* - N.º de frações alienadas comunicadas à GEBALIS até à elaboração do quadro.

** - A renda mensal apresentada, tal como os restantes cálculos efetuados, consideram o valor da renda à data da alienação, não se procedendo a qualquer atualização.

Evolução do Processo de Alienações de Frações Municipais

Importa ainda salientar a preocupação da Empresa, com o facto de não ter sido executada a alienação de lotes, por inteiro, pelo que persistirão encargos futuros para a Gebalis no que se refere às quotizações para condomínios.

ANÁLISE À DÍVIDA POR TIPOLOGIA DE DEVEDOR

Em relação à dívida, foram desencadeadas 4 medidas de ação consoante o tipo de devedor em análise. Assim temos:

Devedores Transitórios e Ligeiros < 6 recibos

A implementação das metodologias *nudge* junto dos devedores transitórios e ligeiros, que decorreu em 2023, permitiu garantir que mensalmente todos os devedores destes segmentos, sem dívida contratualizada, fossem notificados com cartas *nudge* simples, com um layout mais apelativo e com a inserção de referências MB para facilitar o processo de pagamento.

Dado o sucesso da medida, a Gebalis irá mantê-la para todos os devedores transitórios e para os devedores ligeiros com dívidas até 6 meses, sem dívida contratualizada.

Devedores Ligeiros > 6 e médios

A implementação das metodologias *nudge* junto dos devedores ligeiros, que decorreu em 2023, permitiu perceber que a carta *nudge* perde eficácia em contratos de devedores ligeiros, com dívidas superiores a 7 meses. Nestes casos, importa desenvolver abordagens mais personalizadas e intensivas, que permitam



fazer o diagnóstico da situação, procurando-se outras soluções que garantam a recuperação da dívida.

A mesma metodologia foi aplicada aos devedores médios.

Mensalmente foram identificados os devedores ligeiros com dívidas entre 7 a 12 meses e devedores médios (sem procedimento jurídico em curso e sem dívida contratualizada), que serão trabalhados através da ativação de medidas mais personalizadas – atendimentos, contactos telefónicos, visitas domiciliárias, reuniões com parceiros, etc.

A medida tem como principal objetivo reduzir o número de agregados devedores ligeiros, que acumulam dívidas entre 7 e 12 meses, e reduzir o número de agregados do segmento médio, com impacto global na redução dos valores em dívida.

Objetivos anuais e resultados alcançados:

- Efetuar diligências mensais a 70% dos agregados – 85% agregados contactados;
- Reduzir em 5% o número de agregados neste segmento – diminuição em 12,41%;
- Aumentar em 5% a contratualização da dívida em cumprimento – Aumento de 45%.

Devedores Crónicos e Crónicos Graves

A implementação das metodologias mais personalizadas e intensivas, que decorreu em 2023, permitiu iniciar contactos regulares junto de 10% dos agregados crónicos e crónicos graves identificados pelas equipas. Neste sentido, importa continuar a aplicar abordagens que permitam fazer o diagnóstico da situação, identificar o perfil de devedor no sentido de mobilizar estratégias que garantam a recuperação da dívida.

Cada equipa responsável identificou 10% dos agregados crónicos e crónicos graves sem procedimento jurídico iniciado, que foram trabalhados através da ativação de medidas mais personalizadas – atendimentos, contactos telefónicos, visitas domiciliárias, reuniões com parceiros, etc.

A medida tem como principal objetivo reduzir o número de agregados que acumulam dívidas superiores a 24 meses, com impacto global na redução dos valores em dívida.

Objetivos anuais e resultados alcançados:

- Efetuar diligências mensais a 70% dos agregados – 95% agregados contactados;
- Reduzir em 10% o número de agregados neste segmento – redução de 10,22%;
- Aumentar em 10% o cumprimento da dívida contratualizada – Diminuição de 15%.

Controlo dos Acordos de Liquidação de Dívida

A implementação do Modelo de Gestão da Dívida teve um impacto muito positivo no aumento da contratualização. Não obstante este incremento, registamos taxas de incumprimento demasiado elevadas que importa reverter, implementando medidas de controlo mensal dos acordos de liquidação de dívida.

Cada equipa implementou, ao longo do ano de 2023, protocolos de contacto com os agregados incumpridores (contacto telefónico, SMS, email, atendimento, visita domiciliária, etc), conducentes à recuperação das prestações em atraso, reformulações dos acordos ou outras medidas que se mostrem

adequadas à recuperação consistente da dívida.

Esta metodologia permitiu aumentar o número de agregados que cumprem os acordos de liquidação de dívida, com impacto global na redução dos valores em dívida.

Objetivos anuais e resultados alcançados:

- Efetuar diligências mensais a 70% dos agregados – **65% agregados contactados;**
- Aumentar a taxa de cumprimento da dívida contratualizada, atingindo-se 50% de acordos de liquidação de dívida em cumprimento – **54% de acordos de liquidação de dívida em cumprimento.**

EIXO 3. CO-GOVERNAÇÃO DOS ESPAÇOS DE HABITAR

AÇÕES TRANSVERSAIS

O ano de 2023 voltou a merecer uma forte aposta da Empresa na área dos projetos de intervenção comunitária. A vertente dos projetos transversais contou com incremento de 160% face ao ano anterior e mereceu uma grande recetividade de residentes e parceiros.

Se, por um lado, os projetos transversais cresceram com um forte investimento no público mais jovem, sem descurar a população mais sénior, a dinamização de comunidades e a comunicação com os diferentes intervenientes; por outro lado, é fundamental continuar a investir na inovação, na melhoria dos procedimentos internos alinhados com a missão da Empresa, no estudo e adequação de projetos dirigidos aos mais velhos e na comunicação mais eficaz com o nosso público, tirando partido do avanço tecnológico e dos diferentes canais e plataformas digitais.

Programa Lotes ComVida



“O “Lotes ComVida” é um programa de incentivo à organização coletiva dos espaços comuns dos lotes e de valorização das relações de vizinhança e tem como objetivo principal a capacitação e participação dos residentes e das entidades locais, na organização, conservação e gestão colaborativa dos lotes.

É um grande “chapéu”, com ações transversais à cidade e ações locais, que respeitam a identidade territorial.



O programa surgiu da oportunidade criada pelo “Programa de Requalificação de Bairros Municipais de Lisboa”, com forte investimento na recuperação da envolvente exterior dos lotes, na evidência da correlação positiva entre organização coletiva dos lotes e o grau de satisfação residencial e da competência da entidade gestora na promoção da constituição de comissões de lote, assegurando assim a participação dos agregados residentes na gestão e conservação dos edifícios municipais.

O “Lotes ComVida”, em 2023, interveio em 16 bairros, abrangendo um total de 172 edifícios, 2501 famílias e cerca de 6958 munícipes.

Como indicadores de resultado apura-se:

- 100% organização coletiva de lote;
- 56 reuniões de lote;
- 104 comissões de lote constituídas;
- 221 gestores de lote identificados;
- 79% do total dos lotes tem uma melhoria de apropriação dos espaços comuns;
- 1423 visitas a lotes;
- 3923 visitas domiciliárias;
- 33 ações comunitárias;
- 19 ações em parceria.

Em todos os lotes abrangidos foram diagnosticadas as necessidades, o nível de apropriação e a organização coletiva, através da elaboração de bilhetes de identidade de lote.

Foi promovida a organização coletiva de 100% dos lotes intervencionados pelo Programa “Lotes ComVida”, através da constituição de comissões de lote, da implementação de modelo de limpeza, da identificação de gestores de lote ou da constituição de condomínios.

Quanto aos níveis de apropriação dos espaços comuns abrangidos pelo Programa “Lotes ComVida”, através da dinamização de ações com os diferentes atores, foi possível melhorar os níveis de apropriação dos espaços comuns em 79% dos edifícios.

A manutenção e ampliação do Programa Lotes ComVida é um investimento que tem trazido frutos a vários níveis, nomeadamente:

- Para os residentes, os atores principais do processo que, envolvidos, participativos, responsabilizados e com poder de decisão, podem contribuir de forma determinante para a gestão e conservação do seu lote e, em suma, para a sua qualidade de vida;
- Residentes mais capacitados e a fazerem parte das decisões do seu lote, transportam essa confiança, autonomia, iniciativa para outras esferas da sua vida;
- A Empresa tem beneficiado de residentes mais satisfeitos, lotes mais conservados e menos custos de reparação;
- A Empresa beneficia ainda de um programa transversal, próximo da população, que acompanha a intervenção de edificado com a social – “não há obras sem pessoas”;
- Os parceiros beneficiam de um programa ativo, próximo, que dinamiza os lotes, medeia relações de vizinhança e que pode chegar às populações mais vulneráveis com facilidade;
- A cidade beneficia de bairros com uma imagem pública mais positiva, relações de vizinhança despertas, com forte sentimento comunitário e com populações menos excluídas.

Programa Bem-Vindos

Este programa pretende promover a melhor adaptação dos novos residentes ao novo espaço de residência e mobilizar processos generativos noutras dimensões de vida, através de uma intervenção precoce em articulação com a Rede Social.

As equipas desenvolveram ações de acolhimento destas famílias nomeadamente:

- **250 visitas domiciliárias**, integração dos novos residentes nas dinâmicas de lotes existentes (apresentação vizinhos, interlocutores, gestores de lote, inclusão na organização do lote);
- Promoção de ações de informação sobre aspetos práticos de gestão doméstica (segurança na habitação, literacia financeira, cuidados de manutenção) e sobre o contrato de arrendamento em regime de arrendamento apoiado.

Festival Iminente



Fonte: Festival Iminente

O Festival Iminente teve como objetivo desenvolver uma série de *workshops* comunitários em bairros da cidade de Lisboa, onde a prática e fruição artística estão distantes da comunidade.

Os bairros escolhidos foram a Alta de Lisboa (PER 7 e PER 11), Bairro do Rego, Quinta do Lavrado e Quinta do Loureiro, onde foram desenvolvidos, entre junho e setembro, um total de 16 *workshops* com artistas de diversas áreas, como música, dança, arte urbana, escultura e gastronomia.

A Gebalis, enquanto parceira, teve como objetivo não só promover a oportunidade de práticas artísticas inclusivas às crianças e jovens dos nossos territórios, mas também estreitar relações com as instituições e comunidades locais.

À imagem do Programa Lotes ComVida foram, ainda, dinamizados projetos locais com o objetivo de promover a organização coletiva dos lotes e capacitação para a participação dos residentes, destacando-se os seguintes projetos:

- Movimento na Avenida (Av. Ceuta Sul) – **8 reuniões de lote; presença de 24% dos residentes;**
- Fiadeiro Maneiro (Casalinho da Ajuda) – **6 reuniões de lote; 5 gestores identificados; presença de**

50% dos residentes;

- Comunidade Vida BIP-ZIP (Quinta do Cabrinha) – **50 reuniões de lote; presença de 10% dos residentes;**
- (+) Perto (Alfredo Bensaúde) – **96 reuniões com interlocutores; 4 diagnósticos efetuados;**
- Bairro sem Fronteiras (Padre Cruz) – **75 questionários aplicados a agregados; 14 reuniões realizadas;**
- Pátio do Padre Cruz – **20 grelhas de apropriação aplicadas; 1 workshop dinamizado, com visíveis resultados de melhoria da apropriação;**
- Estamos Aqui! (Charquinho) – **40 reuniões de lote;**
- Vizinho Limpinho (Telheiras Sul) – **5 reuniões de lote; 23 visitas com parceiros.**

AÇÕES LOCAIS

Sê Bairrista



Através da execução de benfeitorias nos espaços exteriores, e de dinâmicas de confraternização comunitária, pretende-se promover o sentimento de pertença ao território como um todo, incrementar e fortalecer as relações de vizinhança e potenciar a cogovernança do território, capacitado por via do trabalho de continuidade e da troca de experiências/boas práticas.

É um projeto de génese e metodologias participativas, que tem também como parceiros os residentes/facilitadores comunitários, os quais contribuem ativamente para a qualificação do território.

O projeto tem como parceiros institucionais a Gebalis, a Associação Rés do Chão, a Biblioteca de Marvila, a SCML-PRODAC e a Junta de Freguesia de Marvila.

O trabalho do projeto tem-se alargado a outras vertentes (como os Festivais Felizmente Há Lugar, em 2021, e o Festival Co.Cidades, que ocorreu em 2023), mantendo os propósitos de promoção deste território, de capacitação/envolvimento da comunidade e de coesão comunitária.



Como principais resultados contou-se com a presença de 14 facilitadores comunitários e 240 participantes no Festival Co.Cidades.

Re-ACT

Em dezembro de 2021 deu-se início à criação da RE-ACT – Rede de Atuação Conjunta na Habitação. **Através da realização de encontros mensais, foi possível efetuar-se uma análise aprofundada dos principais desafios e elementos facilitadores na intervenção junto de famílias/indivíduos, que apresentam uma situação de má apropriação habitacional/insalubridade** e, por vezes, associada a problemas de saúde mental, isolamento social, comportamentos de negligência pessoal e problemas emocionais.

Através desta rede foi possível trabalhar-se com eficácia um caso extremamente complexo de saúde mental e insalubridade habitacional, que continua a merecer acompanhamento.

Observar para cuidar

Com o objetivo de contribuir para a melhor conservação dos espaços públicos e para uma maior consciencialização ambiental, por parte dos residentes, por forma a combater-se a degradação da imagem dos bairros e a perturbação da tranquilidade, desenvolveu-se o projeto *Observar para cuidar*.

Contabilizam-se, neste semestre, **11 visitas aos bairros, com a presença de 20 entidades/residentes.**

Exposição “Senhemos Calons – Uma rua, vários rostos”

Esta iniciativa foi dinamizada em parceria com a SCML e a Junta de Freguesia da Ajuda, inserida no âmbito do projeto comunitário “Fiadeiro Maneiro”, na Rua Joaquim Fiadeiro, no Alto da Ajuda, que **procurou promover o sentimento de pertença dos seus moradores, valorizando o espaço habitacional e o meio envolvente, bem como fomentar o empoderamento e a capacitação social e cívica dos agregados familiares que dela fazem parte.**

A exposição procurou, também, valorizar a transmissão da história e cultura cigana.

Gebalis em REDE

Os grupos comunitários e de parceiros são fundamentais na execução das ações de intervenção social da Gebalis, quer na difusão dos programas e projetos desenvolvidos pela Empresa, quer na própria capacitação e sensibilização aos moradores, sobre a importância da promoção de boa vizinhança e da boa apropriação dos espaços comuns.

A Gebalis manteve participação ativa nos Grupos Comunitários:

- Grupo Comunitário 4 Crescente (Alfinetes, Salgadas, Quinta do Chalé e Quinta das Salgadas);
- Grupo Comunitário Armador;
- Grupo Comunitário Flamenga e Bairro dos Loios;
- Grupo Comunitário Horta Nova;
- Grupo Comunitário Bensaúde;
- Grupo Comunitário Alta de Lisboa;
- Grupo Comunitário Liberdade e Serafina;
- Grupo Comunitário Boavista;

- Grupo Comunitário Padre Cruz;
- Grupo Comunitário Galinheiras e Ameixoeira;
- Grupo de Parceiros da Quinta do Lavrado;
- Grupo de Parceiros Olaias e Portugal Novo;
- Grupo Comunitário Alvalade;
- Grupo Comunitário Telheiras Sul;
- Rede L&M.

A Empresa manteve ainda presença em todos os grupos de segurança e comissões sociais de freguesia, nos territórios sob nossa gestão.

Maria Vai



A Gebalis lançou o concurso de música e dança Maria Vai, em homenagem a Maria José da Guia, Maria Alice e Maria do Carmo Torres, três fadistas portuguesas do início do século XX que dão nome a três ruas da Alta de Lisboa. O concurso esteve aberto a todos os residentes da Alta de Lisboa.

Com esta iniciativa, procura-se promover a relação entre as pessoas e a toponímia do bairro, aumentando o sentimento de pertença e a boa apropriação dos espaços, assim como o apoio a artistas criativos emergentes, criando um espaço aberto para a divulgação dos seus trabalhos.

O evento final, que decorreu no Auditório da Biblioteca Orlando Ribeiro, envolveu a apresentação por parte dos 10 finalistas, tendo sido escolhidos 3 vencedores.

EIXO 4 – SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Projeto Radar



O Projeto Radar é uma operacionalização do “Programa Lisboa, Cidade de Todas as Idades”, tratando-se de uma estratégia de investigação-ação participativa, que pretende detetar precocemente situações de risco e definir uma intervenção ajustada e concertada, com base nos recursos locais, seja de parceiros sociais, seja da comunidade em geral.

Como parceiros-chave identificam-se: CML, SCML, ISS, ARS, PSP, Juntas de Freguesia, Gebalis e Rede Social de Lisboa. A estes poderão juntar-se outras entidades públicas e privadas e a comunidade em geral.

A Gebalis aderiu ao Projeto Radar em setembro de 2020, assumindo duas grandes missões de trabalho. Por um lado, a apropriação da plataforma digital do Projeto Radar e, por outro, a participação nas ações de rua, com o objetivo de não só captar radares comunitários, como também alcançar o grande objetivo: **mapear e georreferenciar as pessoas 65+, as suas privações, expectativas e potencialidades, procurando respostas concertadas, alicerçadas na rede de parceiros e nos radares comunitários, sem perder a reflexão constante que os desafios da longevidade lançam, nomeadamente na área da Habitação.**

O Radar é um projeto de continuidade, que envolve todas as equipas de proximidade, dos Gabinetes de Intervenção Local da Gebalis. Em cada Gabinete existe um ponto focal, acrescido de um ponto focal central, localizado na sede da Empresa. É amplamente reconhecido pelo consórcio que a entrada da Gebalis foi uma mais-valia para o projeto: por residirem nos bairros municipais de Lisboa cerca de 10% dos idosos da cidade; pelo conhecimento que dispõe dos bairros municipais; pelo conhecimento e proximidade com as famílias; pela presença ativa dos técnicos da Empresa nas ações de rua; e pela necessidade de se adaptarem as habitações a uma população cada vez mais envelhecida.

Como indicadores de atividades apuram-se:

- 93 ações de rua;
- 2 ações de formação;
- 102 idosos Gebalis inseridos na Plataforma.

Verificou-se a participação em 99% das ações de rua, perspetivadas pela Unidade de Missão para as freguesias com habitação municipal.

Foco no Bairro



Com a crença de que a cidade de Lisboa deve poder olhar para os seus bairros municipais de forma mais positiva e através da arte, lançámos o repto a todos os que “vivem” os nossos bairros para que nos mostrassem, através da sua objetiva, o seu olhar.

No total, **foram rececionadas 68 fotografias, que resultaram numa exposição itinerante, com 9 momentos expositivos, que passou em vários sítios emblemáticos de 6 freguesias.**

Esta ação permitiu-nos não só abrir as portas dos bairros à restante cidade, como também valorizar os territórios, os seus moradores e as dinâmicas características de cada um deles.

Foi ainda um projeto que procurou trazer o nome da Gebalis a vários fóruns e populações que no seu dia-a-dia não estão intimamente ligados à habitação municipal.

Bairro Seguro



Em parceria com o Serviço Municipal de Proteção Civil, lançámos a iniciativa “Bairro Seguro”, no bairro das Murtas. **Um projeto que visa promover ações de sensibilização junto dos moradores, sobre temáticas como acidentes domésticos, risco de incêndios urbanos e medidas de autoproteção.**

Neste âmbito, foram desenvolvidas três sessões: uma para crianças e jovens, outra para um público mais adulto e uma visita à Casa do *Tinoni*, onde se procurou ensinar de forma lúdica e prática a identificação dos perigos e riscos que podem ocorrer, no dia-a-dia, e as regras mais ajustadas a cada situação.

As duas ações de sensibilização contaram com a participação de 21 elementos, tendo a visita à Casa *Tinoni* contado com a presença de 52 pessoas.

Community Champions League



O *Community Champions League* (CCL) é um projeto europeu, organizado pela *European Football for Development Network Foundation* (EFDN) e apoiado pelo programa Erasmus + da Comissão Europeia. Em Portugal é implementado pela "Fundação Benfica", em parceria estratégica com a Gebalis

Este é um projeto de inclusão social, que privilegia o futebol e a inter-competição como ferramentas de sucesso para o desenvolvimento comunitário e para a promoção de uma cidadania ativa, em indivíduos e populações de diferentes contextos sociodemográficos. Pretende-se que este projeto seja promotor de igualdade no acesso ao desporto e de coesão social e territorial.

Para o efeito, as equipas ganham pontos dentro e fora de campo. Por um lado, através de um torneio desportivo, onde se pontua pelos golos marcados e pela atitude positiva. Por outro lado, fora de campo, cada equipa conquista pontos através de iniciativas a favor da sua comunidade.

Os jovens são convidados a olhar para os seus territórios, a identificarem necessidades e a organizarem-se coletivamente para responderem às mesmas, com pequenas ações.

Como principais indicadores, destaca-se:

- 170 participantes, distribuídos por 14 equipas;
- 85 contribuições comunitárias;
- 7 workshops dinamizados;
- 1 evento final e 1 inicial;
- 405 parceiros envolvidos;
- 3968 beneficiários alcançados.

Jogo O Meu Bairro, A Minha Cidade



Este jogo de tabuleiro promovido pela Gebalis, desenvolvido pela “Science4You”, com a participação de colaboradores da Gebalis, foi criado tendo como principais objetivos a promoção de competências de apropriação, de gestão doméstica e de gestão de recursos (eficiência energética) dos residentes.

Desta forma, desenvolveu-se um produto identitário da Gebalis, permitindo à Empresa aproximar-se do público mais novo, trabalhando temáticas fundamentais de uma forma lúdica. A dinamização deste jogo tem permitido, através de uma estratégia lúdico-pedagógica, desconstruir comportamentos com os mais novos, numa lógica de educação não formal.

Nesta ótima **foram dinamizadas, em 2023, 49 sessões de jogo nos diversos bairros municipais da cidade**. Por norma, as sessões foram dinamizadas com parceiros locais a quem foi cedido um jogo para possíveis dinamizações futuras junto do público-alvo.

Para além destas sessões realizadas nos diversos bairros, o jogo foi ainda protagonista na celebração do Dia Mundial da Criança, onde **cerca de 80 crianças e jovens de 4 turmas das freguesias de São Domingos de Benfica e de Marvila tiveram a possibilidade de visitar os Paços do Concelho e experimentar este jogo inovador**. Isto permitiu não só potenciar um maior conhecimento da história do seu bairro e da sua cidade, como também trabalhar competências sociais, económicas e humanas.

Fun Coders Academy



Estes cursos de programação digital são promovidos pela Gebalis e são operacionalizados em parceria com a *Climbing Planet Portugal*.

A *Fun Coders Academy* é uma escola de programação para crianças dos 7 aos 17 anos. Numa sociedade cada vez mais tecnológica e digital, o domínio destas competências é essencial, embora ainda não estejam acessíveis no ensino corrente e a preços acessíveis, pelo que a hipótese de realização desta experiência para jovens de territórios mais vulneráveis foi uma oportunidade única de inclusão digital e um estímulo de inovação, criatividade e sentido crítico.

Se no ano de 2022 se preparou a iniciativa, **em 2023 concretizou-se a medida com a participação de 18 turmas, envolvendo um total de 183 alunos participantes nos cursos**, o que é elucidativo do investimento da Empresa nas gerações mais jovens, que visa o reforço de competências sociais, pessoais, académicas e digitais.

Esta iniciativa teve como objetivos fundamentais potenciar a diferenciação no mercado de trabalho, promover a inclusão digital como uma alavanca para a inclusão social, estimular o raciocínio lógico através da linguagem da programação, desafiar a criatividade de cada criança/jovem e promover a coesão social dos territórios, através de jovens com mais oportunidades formativas.

Para levar a cabo a Semana Digital da Gebalis, procedeu-se à constituição de 20 turmas, cada uma composta por 10 crianças/jovens, dos 10 aos 16 anos, tendo-se realizado a distribuição dos grupos de alunos pelos gabinetes de intervenção local da Empresa.

Os cursos decorreram em dois turnos (manhãs e tardes), tendo sido ministrados por professores credenciados, num total de 15 horas (quatro dias x 3.5 horas), com o último dia a contar com um evento final na Escola Secundária D. Dinís.

Rock The House| Adultos e Kids



O “Rock The House” apresentou-se como um programa de intervenção na área da sustentabilidade social e ambiental. Este novo passo representou **uma ambição da Gebalis, no sentido de acompanhar as novas alterações sociais relacionadas com aspetos socioeconómicos dos seus residentes, feita conjuntamente com parceiros de referência.**

Esta ação centrou-se em 4 eixos programáticos: sustentabilidade ambiental, cuidados com a habitação, promoção da literacia ambiental/financeira e empregabilidade.

No que diz respeito às ações “Rock The House (adultos)”, há a considerar em 2023:

- Realização de 4 sessões com 27 participantes.

No que diz respeito às ações “Rock The House (kids)”, há a considerar em 2023:

- 8 Sessões Lisboa E-Nova com a participação de 155 crianças.

Visitas ao Parque KidZania



No âmbito do concurso “A Escola dá Vida à Casa”, uma iniciativa *Rock The House Kids*, contámos com a participação de 20 turmas e a submissão de trabalhos muito diversos sobre a temática da gestão doméstica, divididos pelas três categorias do concurso: artes plásticas, música e literatura.

Como reconhecimento pelo talento e empenho demonstrados e a elevada qualidade, **a Gebalis considerou todos os trabalhos vencedores, convidando as cerca de 460 crianças a visitar a Kidzania durante o mês de novembro.**

As 20 turmas de escolas do 1º ciclo, inseridas ou que servem os bairros municipais geridos pela Gebalis, desenvolveram trabalhos muito diversos e criativos, evidenciando dinâmicas desenvolvidas dentro e fora

da sala de aula, que envolveram, também, os agregados familiares.

O concurso visava incentivar e reconhecer boas práticas de gestão doméstica, promovendo o cuidado da casa, a eficiência energética e a gestão financeira na população mais jovem, tendo como meta os seguintes objetivos: promover competências pessoais e sociais dos mais novos; promover competências de literacia financeira; promover o contacto e o conhecimento de diferentes áreas profissionais; promover nos mais novos uma maior responsabilização e consciência do seu potencial no seio da sua comunidade, casa e família; promover a relação de proximidade com a comunidade escolar, contribuindo para a dinamização de atividades com crianças e jovens dos bairros municipais; contribuir para fomentar na comunidade educativa, particularmente nas crianças e jovens, o sentido crítico e a responsabilidade para a sustentabilidade e cidadania.

A KidZania é um parque temático dirigido a famílias com crianças até aos 15 anos, com carácter pedagógico e lúdico, no qual são recriadas inúmeras profissões e atividades que os adultos desempenham no seu dia a dia.

A proposta apresentada configurou-se como uma oportunidade para as crianças e jovens dos nossos bairros terem uma experiência externa ao seu território, estarem em contacto com um espetro mais alargado de profissões, permitindo abrir os horizontes profissionais, ambicionar outros objetivos, enquanto treinam competências de gestão financeira.

Estudo “30 anos de PER: trajetórias sociais das famílias realojadas”



O estudo de satisfação residencial promovido durante o ano de 2023, realizado em articulação com o Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa, teve como objetivos: **apoiar o planeamento e a reflexão da intervenção pública; conhecer melhor os residentes de habitação municipal e suas trajetórias; apurar a satisfação residencial face à casa, ao prédio, ao bairro e à Gebalis; e apurar de que forma os não residentes percecionam a habitação municipal.**

O questionário I foi aplicado a residentes nos bairros municipais, entre 13 e 31 de janeiro de 2023, a pessoas com mais de 18 anos, selecionados aleatoriamente a partir de uma base de dados. Obtiveram-se 1000 inquéritos válidos.

O questionário II foi aplicado a 865 residentes de habitações de “mercado livre” entre 9 de dezembro e 10 de janeiro de 2023, com mais de 18 anos, residentes em Lisboa, cujos contactos foram gerados de forma aleatória.

Este estudo permitiu aprofundar o conhecimento relativo aos elementos residentes nos bairros municipais e da forma como a vida no bairro influenciou as suas vivências. Permitiu, igualmente, conhecer a perceção dos bairros municipais por elementos não residentes.

Matriz de análise de risco habitacional – Programa MARS



Deu-se continuidade ao acompanhamento social articulado e integrado, através da aplicação de uma Matriz de análise de risco habitacional (MARS).

Trata-se de sinalizar e priorizar a intervenção e encaminhamento de casos sociais, consoante a sua gravidade, através de uma grelha objetiva de análise que indica a intensidade de acompanhamento, bem como estruturar planos de intervenção com as entidades com responsabilidades em cada uma das áreas de atuação.

Mantêm-se em **acompanhamento 146 agregados**.

“LIFE” – Programa para as acessibilidades e adaptação de fogos de habitação municipal a indivíduos com mobilidade condicionada.



Um pouco por toda a cidade encontramos obstáculos que nos impedem de circular com facilidade e segurança.

A Gebalis através das empreitadas que promove ao nível da manutenção/conservação do património edificado, ou das desenvolvidas no âmbito do ambiente e espaços exteriores, tem procurado corrigir ou resolver problemas associados às acessibilidades.

No ano de 2023 foram realizados 34 trabalhos de adaptação de habitações, designadamente nas atividades de alteração de instalações sanitárias e de vãos de acesso nos interiores.

Constituído no final de 2010, o Programa Life já concluiu 17 projetos/obra de casa adaptada, estando 3 associados ao Projeto Vida Independente.

Em 2023 foram reforçados os objetivos, ao incorporar no conceito de habitação universal o tema da Saúde Mental.

O Programa LIFE mereceu particular destaque nos eventos:

- AVS – “Buenas Prácticas de los Gestores Públicos de Vivienda y Suelo” – Espanha, abril de 2023
- International Social Housing Festival – Barcelona, junho de 2023.

Programa “Guardiões de Jardim”



Com o objetivo de fomentar valores de pertença e estima pelos espaços ajardinados, **o Projeto “Guardiões do Jardim” tem, desde 2006, através da promoção de atividades lúdicas/didáticas sob o tema da Botânica e Preservação das Zonas Verdes, envolvido as comunidades residentes nos Bairros Municipais e Escolas com reconhecido sucesso.**

No ano de 2023, o Programa Guardiões do Jardim marcou presença ativa em termos técnicos em eventos locais, nomeadamente no Programa Sê Bairrista (Alfinetes).



COMO MELHORAMOS AS NOSSAS HABITAÇÕES

“Gerir e Promover a Qualidade do Património Edificado e Espaço Público dos Bairros Municipais de Lisboa” é o mote da nossa ação na conservação do património, que decorre da Missão, Valores e Princípios da Gebalis.

O plano delineado para as atividades a serem realizadas em 2023 foi ajustado para lidar com os impactos das variáveis associadas aos indicadores económicos, incluindo produção (fabrico e mão de obra), disponibilidade e custos relacionados, sem comprometer os objetivos estratégicos voltados para a manutenção, conservação, requalificação e inovação do património administrado pela Gebalis.

Além disso, incluiu ações de divulgação junto a instituições sobre os procedimentos adotados em relação à manutenção e sensibilização para as boas práticas na conservação e cuidado com o bem público (municipal) entre os inquilinos e a comunidade local.

Tal como no ano anterior, registámos neste período quebras em termos de produção em frentes de obra com suspensões temporárias totais (paragem efetiva de obra) ou perda de capacidade de execução (por redução do número de efetivos em obra ou de ausência de mão de obra qualificada).

Em 2023 é de salientar a celebração de mais um contrato-programa entre o Município de Lisboa e a Gebalis:

- **CP 355/CM/2023 no valor de 100M€, composto por ações de reabilitação**

de edifícios e reabilitação de frações de habitação, reabilitação de espaços não habitacionais e modernização de equipamentos eletromecânicos.

Salienta-se ainda a **consolidação operacional do Contrato-Programa 354/CM/2022, no valor de 40M€, onde todas as 12 ações estão em produção.**

A gestão do Património Habitacional Municipal da Gebalis em termos de manutenção/conservação desenvolve-se em áreas distintas que se complementam na sua ação, de cuidar o património edificado.

Assim, há ainda a destacar em 2023:

- A celebração de mais um contrato-programa entre a CML e a Gebalis, o terceiro em 3 anos, que totaliza um valor total de contratos-programa de 142M€;
- A reabilitação de 673 frações de habitação (totalizando no período de 2 anos a reabilitação de 1000 fogos);
- A realização de 100 trabalhos de adaptação de habitações, designadamente nas actividades de alteração de instalações sanitárias e de vãos de acesso nos interiores.

AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS

Durante 2023 estiveram sob gestão vários procedimentos associados a serviços de fiscalização, coordenação de segurança e qualidade, integrados no Contrato-Programa 354/CM/2022.

FREGUESIA	PROCEDIMENTO	DESIGNAÇÃO	ADJUDICATÁRIO	ADJUDICAÇÃO (S/IVA)	FINANCIAMENTO	ESTADO
CARNIDE	30/GEBALIS/2023	Serviços de fiscalização, coordenação de segurança para empreitadas de reabilitação e conservação de edifícios de habitação municipal - Lote 2	TUU, LDA	104 560,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
MARVILA	74/GEBALIS/2023	Gestão global de contrato de empreitada no Bairro da Flamenga, lotes 369A a 371B, incluindo coordenação de segurança em obra, fiscalização e outros atos técnicos	Avp - Engenharia, Lda	107 000,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
AJUDA	92/GEBALIS/2023	Gestão global de contrato de empreitada no Bairro das Açucenas, lotes 1 e 2 e lotes 3 a 7, incluindo coordenação de segurança em obra, fiscalização e outros atos técnicos	Prospetiva - Projetos, Serviços e Estudos, S.A.	78 000,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
BEATO	93/GEBALIS/2023	Gestão global de contrato de empreitada no Bairro João Nascimento Costa, lotes 1 a 9, incluindo coordenação de segurança em obra, fiscalização e outros atos técnicos	Brazão Farinha - Engenharia, Unipessoal, Lda	99 705,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
AVENIDAS NOVAS	30/GEBALIS/2023	Serviços de fiscalização, coordenação de segurança para empreitadas de reabilitação e conservação de edifícios de habitação municipal - Lote 1	TUU, LDA	104 560,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
MARVILA	137/GEBALIS/2023	Gestão global de contrato de empreitada no Bairro Condado, lotes 553, 554, 555 e 556, incluindo coordenação de segurança em obra, fiscalização e outros atos técnicos	VHM	-	CP 354/CM/2022	Em curso
AJUDA	91/GEBALIS/2023	Gestão global de contrato de empreitada no Bairro 2 de Maio, lotes 23 a 26, 27 e 29 a 40, incluindo coordenação de segurança em obra, fiscalização e outros atos técnicos	Engibene, Lda	138 240,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
BENFICA	136/GEBALIS/2023	Gestão global de contrato de empreitada no Bairro Bom Pastor, lotes 1 a 11, incluindo coordenação de segurança em obra, fiscalização e outros atos técnicos	VHM	-	CP 354/CM/2022	Em curso
ALVALADE	30/GEBALIS/2023	Serviços de fiscalização, coordenação de segurança para empreitadas de reabilitação e conservação de edifícios de habitação municipal - Lote 1	TUU, LDA	104 560,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
BENFICA	30/GEBALIS/2023	Serviços de fiscalização, coordenação de segurança para empreitadas de reabilitação e conservação de edifícios de habitação municipal - Lote 2	TUU, LDA	104 560,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso
MARVILA	30/GEBALIS/2023	Serviços de fiscalização, coordenação de segurança para empreitadas de reabilitação e conservação de edifícios de habitação municipal - Lote 2	TUU, LDA	104 560,00 €	CP 354/CM/2022	Em curso

GRANDES EMPREITADAS DE REABILITAÇÃO DE BAIROS

Também, e no âmbito do Contrato-Programa 354/CM/2022, destaca-se a gestão dos seguintes procedimentos de empreitadas de reabilitação do património municipal, concursadas e em fase de produção (obra) - Programa Móiar Melhor.



FREGUESIA	PROCEDIMENTO	DESIGNAÇÃO	ADJUDICATÁRIO	ADJUDICAÇÃO (S/IVA)	FINANCIAMENTO	ESTADO
PARQUE DAS NAÇÕES	17/GEBALIS/2021	Obras de reabilitação no Bairro Casal dos Machados	RKESA, LDA	1 702 696,14 €	CP 349/CM/2018	Em fase Garantia de Obra
S. DOMINGOS DE BENFICA	121/GEBALIS/2021	Obras de reabilitação em acessos comuns verticais com adaptação de elevadores em prédios do Bairro das Furnas	PINTO & CRUZ, S.A	1 362 611,39 €	CP 601/2019	Em fase Garantia de Obra
CARNIDE	112/GEBALIS/2022	Bairro Padre Cruz - Obras de substituição de cobertura nos lotes 38 a 47 e 49 a 51	SOTECNISOL, S.A	486 559,76 €	CP 354/CM/2022	Em fase de recepção provisória
MARVILA	118/GEBALIS/2022	Obras de reabilitação e conservação no Bairro da Flamengo, lotes 369A a 371B	CONSTRUBUILD, LDA	2 750 611,57 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
AJUDA	18/GEBALIS/2023	Obras de reabilitação no Bairro das Açucenas, lotes 1 e 2 e lotes 3 a 7	TECNACO, S.A	765 000,00 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
BEATO	40/GEBALIS/2023	Bairro João Nascimento Costa - Obras de reabilitação no Bairro João Nascimento Costa, lotes 1 a 9	HBT MAIS	1 386 484,06 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
AVENIDAS NOVAS	41/GEBALIS/2023	Obras de reabilitação no Bairro Rego A	JRC, LDA	2 130 633,40 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
MARVILA	44/GEBALIS/2023	Bairro do Condado - Obras de reabilitação nos lotes 553, 554, 555 e 556	TPS, S.A	4 287 884,15 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
AJUDA	45/GEBALIS/2023	Bairro 2 de Maio - Obras de reabilitação e conservação nos lotes 23 a 26, 27 e 29 a 40	HBT MAIS	2 481 999,81 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
BENFICA	46/GEBALIS/2023	Obras de reabilitação e conservação no Bairro Bom Pastor, lotes 1 a 11	JRC, LDA	1 775 891,97 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
ALVALADE	58/GEBALIS/2023	Obras de reabilitação no Bairro Telheiras Sul	RAMIRO & DELGADO, LDA	1 369 847,59 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
BENFICA	61/GEBALIS/2023	Bairro da Boavista - Obras de conservação nos lotes 11 a 26	MONOCAPA, LDA	850 000,00 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso
MARVILA	62/GEBALIS/2023	Bairro Alfinetes - Obras de reabilitação no Bairro dos Alfinetes, lotes A 1 a A7	MONOCAPA, LDA	680 500,00 €	CP 354/CM/2022	Obra em curso

No ano de 2023 foram lançados e contratados vários procedimentos destinados à elaboração de projetos de reabilitação. **No último trimestre de 2023 todas as ações destinadas à reabilitação de património municipal já se encontravam em fase de produção.**

REABILITAÇÃO DE FOGOS MUNICIPAIS

No ano de 2023, a **Gebalis** *reabilitou um total de 673 fogos municipais*, destinados aos diferentes programas municipais de arrendamento, realojamento, transferência e de reposição de condições de habitabilidade.

Este foi um ano verdadeiramente histórico para a Empresa, com *uma média de 2,7 fogos reabilitados por dia útil*.

No quadro abaixo estão registadas as frações reabilitadas, por freguesia:

FREGUESIA	N.º FOGOS CONCLUÍDOS
AJUDA	29
ALCÂNTARA	19
ALVALADE	12
AREIRO	4
ARROIOS	2
AVENIDAS NOVAS	7
BEATO	51
BELÉM	0
BENFICA	28
CAMPO OURIQUE	34
CAMPOLIDE	12
CARNIDE	36
ESTRELA	10
LUMIAR	44
MARVILA	149
MISERICÓRDIA	2
OLIVAIS	49
PARQUE NAÇÕES	58
PENHA DE FRANÇA	18
S. DOM. BENFICA	13
SANTA CLARA	86
SANTA MARIA MAIOR	4
SANTO ANTÓNIO	0
SÃO VICENTE	3
ALFRAGIDE (AMADORA)	0
ALGUEIRÃO-MEM MARTINS (SINTRA)	1
CASAL CAMBRA (SINTRA)	2
TOTAL	673

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS

A Gebalis garante a manutenção, conservação e requalificação das instalações elétricas do Património Edificado.



Durante o ano de 2023 desenvolveram-se diversas ações preventivas e corretivas, com particular destaque para manutenção do sistema fotovoltaico, requalificação do sistema de iluminação em zonas comuns e reabilitação de redes em ocorrências de pós sinistro (incêndio), atos de vandalismo e furto/roubo.

Destacam-se o aumento do número de intervenções realizadas para redução do risco de acidente por ocorrência de vandalismo/má apropriação e furto/roubo.

No que respeita aos equipamentos eletromecânicos, a Gebalis aumentou ligeiramente, pelo segundo ano consecutivo, o seu parque de elevadores sob gestão por incorporação dos equipamentos do edificado PRESS, perfazendo um total de 1.204 elevadores sob sua responsabilidade direta.

Em 2023 foram mantidos os procedimentos destinados à manutenção completa do parque de ascensores, estando todos os 1.204 elevadores, sob gestão da Empresa, com contratos de manutenção completa.

Para além da manutenção corrente dos equipamentos existentes no parque gerido pela Gebalis, tendo por base a gestão dos Contratos de Manutenção Completos, a Empresa garante ainda a reparação/modernização de equipamentos eletromecânicos, de acordo com as necessidades identificadas.

Freguesia	Designação do Fornecimento	Adjudicatário	Valor Adjudicação
Marvila	AQS/183/GEBALIS E.M., S.A./2018 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores do Bairro dos Alfinetes	CENTRAL	137.727,87 €
Marvila	AQS/10/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores do Bairro do Armador	CENTRAL	313.305,74 €
São Domingos Benfica, Benfica	AQS/11/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros da BOAVISTA / CHARQUINHO / QUINTA BARROS / ISSAN SARTAWI	CENTRAL	302.058,76 €
Lumiar, Alvalade	AQS/14/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros da ALTA LISBOA SUL / ALTO LUMIAR / TELHEIRAS SUL / ALTO FAIA	PINTO E CRUZ	788.970,00 €
Carnide, Alvalade, Lumiar	AQS/109/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros da HORTA NOVA / MURTAS / PAÇO LUMIAR	SCHMITT	288.428,80 €
Ajuda / Campo Ourique	AQS/42/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros da CASALINHO DA AJUDA / QUINTA BELA FLÔR / VALE DE ALCÂNTARA	ORONA	558.119,00 €
Olivais / Parque Nações	AQS/110/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros da ALTO DA EIRA / AVª CIDADE DE LUANDA / AVª BERLIM / QUINTA DAS LARANJEIRAS / CASAL DOS MACHADOS	ORONA	356.267,00 €
Marvila	AQS/116/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros CONDADO / MARQUES DE ABRANTES	GRUPNOR	373.146,79 €
Santa Clara / Lumiar / Campo Grande	AQS/248/GEBALIS E.M., S.A./2019 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros ALTA LISBOA CENTRO / TELHEIRAS SUL	ORONA	444.141,00 €
São Vicente / Beato	AQS/01/GEBALIS E.M., S.A./2020 - Concurso público para contratação de serviços de manutenção de ascensores dos Bairros CARLOS BOTELHO / GRAÇA - SAPADORES / OLAIAS / QUINTA DO LAVRADO / QUINTA DOS OURIVES / VALE DE SANTO ANTÓNIO	Kone	346.840,00 €



Durante o ano de 2023, foram registadas 145 intervenções em ascensores e foram apresentadas 58 queixas-crime.

ELEVADORES (Janeiro a Dezembro)					
Junta da Freguesia	Elevadores	Nº Intervenções	Nº Queixas Crimes	Custo Manutenções/IVA	Custo Reparações/IVA
Ajuda	12			13 350,00 €	
Alcântara	16		4	17 088,00 €	
Alvalade	25	2	1	21 701,60 €	16 208,72 €
Areeiro	21			22 272,00 €	
Arroios	2			1 795,20 €	
Avenidas Novas	44	3		27 820,00 €	2 910,99 €
Beato	36	6		27 948,00 €	51 323,34 €
Benfica	62	2	3	58 719,62 €	1 351,65 €
Campo Ourique	54	29	8	352 448,00 €	163 539,99 €
Campolide	22		1	18 822,00 €	
Carnide	126	11	5	95 911,98 €	63 996,13 €
Estrela	8	3	1	2 136,00 €	3 656,52 €
Lumiar	122	28	6	178 791,60 €	382 702,69 €
Marvila	281	23	9	198 468,00 €	131 074,10 €
Olivais	49	10	9	49 536,00 €	59 484,56 €
Parque das Nações	50	13	2	54 468,00 €	21 861,00 €
Penha de França	70	3	3	60 468,00 €	1 645,00 €
Santa Clara	174	7	6	221 726,80 €	30 398,00 €
São Domingos Benfica	22	1		18 279,84 €	95,00 €
São Vicente	8	4		2 784,00 €	5 725,50 €
TOTAL	1204	145	58	1 444 534,64 €	935 973,19 €
TOTAL GERAL				2 380 507,83 €	

No final do ano de 2023 registámos os seguintes procedimentos para reparação/modernização de elevadores (ações fora do âmbito dos contratos de manutenção):

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO DO FORNECIMENTO	NÚMERO DE ELEVADORES	ADJUDICATÁRIO	VALOR ADJUDICAÇÃO COM IVA	ESTADO
Olivais / Carnide / Lumiar / Alvalade	EMPREITADA 112/GEBALIS/2021 - Concurso Público Para Reparação De Elevadores Nos Bairros Alfredo Bensaúde, Horta Nova, Alta Lisboa Sul, E Murtas Em Lisboa	6	Liftech	74 096,60 €	Falta a obra do BS, C3 à espera de desocupação total do prédio
Campo Ourique / Lumiar / Beato	EMPREITADA 11/GEBALIS/2022 - Bairro Alta Lisboa / João Nascimento Costa / Vale Alcântara - Obras De Reparação De Elevadores	11	Liftech	132 781,96 €	Em execução
Lumiar / Olivais / Marvila	EMPREITADA 31/GEBALIS/2022 - CONCURSO PÚBLICO REPARAÇÃO DE ELEVADORES NOS BAIRROS ALTO LUMIAR/ALFREDO BENSAÚDE/CONDADO	5	Central de Elevadores	36 723,70 €	Em execução
Lumiar / P. França / S. Vicente / Marvila	Empreitada 70/GEBALIS/2022 - Obras de reparação de anomalias em elevadores - Alta Sul / Alto da Eira / Vale Santo António / Condado	7	Liftech	77 289,26 €	Em execução
Lumiar	Empreitada 71/GEBALIS/2022 - Bairro Alta de Lisboa Sul - Obras de reparação de anomalias em elevadores	14	Liftech	129 798,39 €	Em execução
P. França	Empreitada 90/GEBALIS/2022 - Bairro Quinta do Lavrado - Obras de reparação de elevadores	7	Central de Elevadores	66 631,60 €	Em execução
Sa. Clara / Lumiar / Olivais / Alvalade	Empreitada 91/GEBALIS/2022 - Bairro Alta Lisboa / Bensaúde / Murtas - Obras de reparação de elevadores	6	ORONA	39 110,84 €	Em execução
Pq. Nações / Olivais	Empreitada 99/GEBALIS/2022 - Obras de reparação de elevadores	26	CENTRAL ELEVADORES	38 630,64 €	Em execução
P. França / Olivais	Empreitada 111/GEBALIS/2022 - Bairro Quinta do Lavrado / Cidade de Luanda - Obras de modernização e reparação de elevadores	12	ORONA	153 488,00 €	Em execução
Beato / Marvila / Benfica / Alvalade / Carnide	Empreitada 3/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	15	Grupnor	89 823,83 €	Em execução
Marvila / Lumiar / Carnide / Campo de Ourique	Empreitada 14/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	35	Grupnor	221 440,38 €	Em execução
Pq. Nações	Empreitada 30/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	3	Lote 1 - Orona	143 948,01 €	Em execução
Marvila		4	Lote 2 - Grupnor	37 190,35 €	Em execução
Santa Clara / Olivais / Benfica / Marvila / Campo de Ourique / Alvalade	Empreitada 50/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação/modernização de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	19	Grupnor	451 068,59 €	Em execução
Beato / Marvila / Olivais / São Vicente	Empreitada 65/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação/modernização de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	6	Grupnor	95 165,94 €	Em execução
Marvila / Olivais / Penha de França	Empreitada 86/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação/modernização de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	5	Grupnor	72 138,48 €	Em execução
Lumiar / Olivais / Marvila	Empreitada 96/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação/modernização de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	5	Central de Elevadores	84 548,97 €	Em execução
Carnide / Campo Ourique / Marvila / Lumiar / Penha França	Empreitada 99/GEBALIS/2023 - Empreitada de reparação/modernização de elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade	13	ORONA	350 367,40 €	Em execução
Marvila	Empreitada 127/GEBALIS/2023 - Empreitada de substituição de porta Bus em elevadores - Eixo acessibilidade / mobilidade - Bairro do Condado	8	Grupnor	24 002,12 €	Em execução
TOTAL		207		2 318 245,06 €	



Há ainda a referir que em 2023 não foram transferidos elevadores para a responsabilidade de Administrações de Condomínio constituídas.

Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto no DL 320/02 foram também remetidos requerimentos à CML, para promoção da inspeção obrigatória em diversos equipamentos eletromecânicos.

No plano de investimentos estruturais nesta área, importa relevar que, ***no âmbito do Contrato Programa 601CM2019, se concluiu, em 2023, a obra destinada à instalação de elevadores em 27 prédios no Bairro das Furnas, em Lisboa.***

Com o objetivo de preparar uma nova edição de concursos públicos internacionais para a manutenção, ***a Gebalis tem em curso um serviço de avaliação do estado de conservação dos equipamentos e auditoria às manutenções prestadas pelas diversas empresas de manutenção contratadas.*** Com base nos resultados, é objetivo adotar medidas recomendadas para melhorar a gestão deste parque de equipamentos.

Destaque ainda para os ***procedimentos em curso relativos à elaboração de projetos destinados à implementação de elevadores em edificado sem este tipo de equipamento e modernização.***

Verifica-se um reforço do investimento neste setor, com o objetivo de modernizar um parque com equipamentos na sua grande maioria com mais 25 anos.

CUIDAR DE QUEM CUIDA

Numa organização – e especialmente nesta que tem uma carga emocional elevada devido ao contacto permanente com os moradores e na vontade que os trabalhadores têm de ser peças chave na resolução dos seus problemas sociais – **a gestão de recursos humanos assume um papel primordial.**

É uma área que tem evoluído de forma significativa, relevando aspetos que ganharam peso na gestão de uma Empresa.

A Gebalis tem-se mantido na linha da frente de inovação nesta área, com investimento contínuo e preocupação do bem-estar global dos seus trabalhadores, por exemplo, introduzindo melhorias no sistema de gestão da conciliação entre trabalho-família-vida pessoal, atualizando e revendo o Acordo de Empresa, investindo na requalificação física dos seus espaços operacionais, sempre acautelando a sustentabilidade da Empresa, tanto a nível económico como social e cultural.

UMA EMPRESA COM PRESENTE E FUTURO

Na continuidade do trabalho iniciado no ano anterior, no ano 2023 a Gebalis investiu na melhoria contínua da sua atividade, suportada pelas alterações de operação introduzidas no final de 2022.

A reestruturação organizacional da Empresa, implementada a partir de 1 de dezembro de 2022,

adotando uma estrutura mais horizontal, moderna e envolvendo todas as unidades orgânicas nos processos da Empresa, impulsionou a Gebalis para maior desenvolvimento e capacitação dos seus trabalhadores, promoção da sua profissionalização e qualidade de performance.

Paralelamente a esta reestruturação organizacional, **a revisão do Acordo de Empresa,** que envolveu as estruturas sindicais e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2023 permitiu, por um lado, proporcionar condições para enfrentar os desafios futuros no que respeita ao mercado concorrencial de trabalho e, por outro lado, contribuiu para a estabilização das relações de trabalho e melhoria das condições de trabalho, adequadas às particularidades de cada segmento profissional.

Com a entrada em vigor do Acordo de Empresa revisto, destacamos:

- A introdução de mais um apoio de natureza social de “dispensa em caso de assistência a parente ou afim ascendente no 1º grau da linha reta”, pelo facto da média de idade dos trabalhadores na Empresa ser de 47 anos e, em muitos casos, apoiarem também familiares ascendentes;
- A introdução de falta ao trabalho justificada por falecimento de parente, ou afim, da linha colateral em 3º grau;
- Alteração das condições de acesso a novos trabalhadores, aplicando regras iguais para todas as áreas onde seja necessário ganhar competitividade na oferta de emprego;
- Aprovação dos Regulamentos anexos ao Acordo de Empresa;
- A eliminação das duas primeiras posições da



tabela salarial nas carreiras técnico superior e assistente técnico e criação de dois novos níveis (16 e 17), para dar provimento à normal progressão dos trabalhadores que já se encontram perto das últimas posições existentes;

- Alteração do valor relativo ao suplemento de insalubridade, penosidade e risco para 8,50€/dia útil.

E, ainda, em matérias relacionadas com remunerações, importa destacar:

- A aplicação da norma transitória prevista em Acordo de Empresa, relacionada com a antecipação das progressões na carreira. Todos os trabalhadores admitidos até 31 de dezembro de 2022 progrediram na carreira no ano de 2023, nos termos indicados na mesma;
- A atualização da tabela salarial da Gebalis em 53,00€, com um mínimo de 2% por nível de carreira;
- A atualização dos apoios de natureza social previstos no Acordo de Empresa cujos valores estão indexados à Retribuição Mínima Mensal Garantida e ao Indexante dos Apoios Sociais;
- Atualização do subsídio de refeição para o valor máximo isento de IRS e de Segurança Social, com efeitos a janeiro de 2023.

A Revisão do Acordo de Empresa, tal como referido anteriormente, veio aprovar o **Regulamento de Avaliação de Desempenho**, cujo objetivo é o de promover uma avaliação sistemática, realizada pelos superiores hierárquicos dos trabalhadores, permitindo à Empresa identificar problemas de integração, motivação e subaproveitamento do potencial das pessoas, facultando também aos trabalhadores a possibilidade de verem de que forma o seu trabalho está a contribuir para o sucesso da Gebalis.

A implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho teve início em abril de 2023, com apoio de uma entidade externa especializada, tendo sido realizadas um conjunto de atividades preparatórias para o início dos ciclos anuais de avaliação de desempenho, a partir de janeiro de 2024, que incluíram: sessões formativas e de apresentação sobre o sistema de avaliação da Gebalis (SAD) para avaliadores e avaliados, reuniões de apoio e consultoria às Unidades Orgânicas, reuniões de equipas entre dirigentes intermédios e os seus trabalhadores, análise e discussão de objetivos a considerar e parâmetros de avaliação, em conformidade com o Regulamento de Avaliação de Desempenho aprovado e as linhas de orientação estratégicas adotadas para o ano 2023, a saber:

- **Comunicação:** No plano interno, é fundamental que todos nós conheçamos o que a Empresa está a desenvolver. Os projetos de intervenção comunitária que estão a decorrer, as grandes frentes de reabilitação de bairros municipais ativas e os grandes objetivos traçados para cada ano. No plano externo, o foco está na melhoria da relação com o município. É obrigatório que a Empresa seja célere a dar respostas e nunca deixe nenhum morador sem resposta, mesmo que, muitas vezes, a mensagem não seja a que mais gostaríamos de transmitir.
- **Execução:** Os dinheiros públicos exigem permanente eficiência e a sua correta utilização, no rigoroso cumprimento dos procedimentos de contratação pública previstos na Lei. Só somos eficientes, enquanto Empresa, se executarmos o orçamento que temos, se reabilitarmos os fogos que temos previstos executar e se requalificarmos os bairros que estimamos requalificar. O objetivo "macro" da Empresa é o de melhorar a qualidade de vida dos nossos moradores, colocando as pessoas sempre em primeiro lugar. É isso que norteia, diariamente, a missão da Gebalis, nas tarefas que estão confiadas a cada trabalhador.
- **Proximidade:** Só acrescentamos valor se estivermos próximos, se conseguirmos "entrar na casa" das pessoas que servimos. Os projetos de intervenção comunitária adquirem, por isso, uma importância basilar naquela que é a nobre missão da Empresa na cidade de Lisboa. É através deles que o



Município chega, muitas vezes, onde não consegue chegar de qualquer outra forma. E é com eles que conseguimos integrar comunidades, unir famílias e promover a saudável convivência entre os moradores.

REFORÇO DAS EQUIPAS PARA MELHOR RESPOSTA ÀS PESSOAS

O ano 2023 caracterizou-se por um **forte investimento no reforço das Equipas da Gebalis**, com a seleção e o recrutamento de novos trabalhadores para a Empresa.

No decurso do ano de 2023 foram admitidos 35 novos trabalhadores:

- 24 resultantes dos processos de recrutamento interno/externo, realizados no decurso de 2023;
- 9 em resultado de processos de recrutamento iniciados em 2022;
- 2 em Comissão de Serviço.

A Direção de Intervenção Local foi a Unidade Orgânica objeto de maior reforço de equipas, tendo integrado 51,5% dos trabalhadores admitidos. Este reforço tem por base a aposta numa maior presença no terreno, como forma de oferecer respostas mais céleres e eficientes aos reais problemas das pessoas.

A nossa aposta na identificação interna de talentos, e a promoção do desenvolvimento e realização profissional dos trabalhadores, conduziu à realização de 9 processos de recrutamento interno, dos quais resultou a movimentação de 8 trabalhadores em 2023 e 3 previstos para 2024.

O ajustamento do capital humano teve por finalidade a adequação dos recursos e o aumento da capacidade de resposta das equipas, face às responsabilidades acrescidas da Empresa, tanto na gestão dos fogos e dos espaços não habitacionais, como no aprofundamento do trabalho de intervenção local e de desenvolvimento comunitário nos territórios, onde a Gebalis está presente.

Como se pode observar no quadro "Recrutamento internos e internos/externos lançados em 2023", dos processos de recrutamento interno/externo de 2023 resultaram 24 novas admissões durante o ano em análise.

O investimento realizado em recrutamentos pretendeu melhorar os recursos e capacidades de recursos humanos da Empresa, para poder responder de forma adequada à Deliberação 855/CM/2023, assim como às novas exigências impostas pelos Contratos-Programa entretanto celebrados.

TIPO DE RECRUTAMENTO	FUNÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA	Nº DE CANDIDATURAS	ADMISSÃO EM 2023	ADMISSÃO
Interno	Técnico Superior de Intervenção Local	DIL - DGCA	3	2	abril e maio
Interno	Adjunto Técnico	DIL - DGCA	1	1	julho
Interno	Técnico Superior de Intervenção Local	DIL - DPIC	3	2	junho e julho
Interno	Administrativo	DCP	6	1	outubro
Interno	Administrativo	DCP - DMC e DRIDP	7	2	outubro e jan.2024
Interno	Estafeta	DAF - DGA	0	0	NA
Interno	Técnico Gestão de Condomínios e Renda Convencionada	DAF - DC/DRA	3	1	julho
Interno	Administrativo	DAF - DC/DRA	2	1	A definir
Interno	Técnico de Controle Rendas	DAF - DFC	2	1	Alteração de UO: jan.2024
Interno/externo	Técnico Superior Intervenção Local	DIL	35	7	Maio, junho e setembro
Interno/Externo	Adjunto Técnico	DIL	29	6	maio, junho, julho, setembro
Interno/Externo	Estafeta	DAF - DGA	26	1	julho
Interno/Externo	Técnico Superior Jurista	DJCP	24	3	julho e setembro
Interno/Externo	Fiscal de Zona	DCP	10	3	setembro
Interno/Externo	Técnico Superior PE	DCP - DMC e DRIDP	9	2	setembro
Interno/Externo	Técnico Superior PE	DCP - DEE	5	1	setembro
Interno/externo	Técnico Superior TIC	DTSI-DID	4	0	NA
Interno/externo	Técnico TIC	DTSI-DST	12	1	Setembro
Interno/externo	Técnico Superior PE	DCP - DRIDP	7	0	Aguarda proposta de seleção
Interno/externo	Técnico Superior Intervenção Local	DIL	77	0	Previsão: jan., fev., março e abril 2024

Pela necessidade de desenvolver um maior número de processos de recrutamento e subsequente processo de admissão e integração na Empresa, foi realizado, ainda no primeiro semestre de 2023, um levantamento das atividades de recursos humanos, relacionadas com ambos os processos (Recrutamento e Admissão/Integração), com o objetivo de estruturar e descrever os respetivos procedimentos, para a atualização e desenvolvimento do Manual de Procedimentos de Recursos Humanos da Gebalis (previsto para 2024).

Para a concretização das atribuições fixadas no âmbito da missão da Gebalis, tinha sido previsto alargar o quadro de pessoal para que, no final de 2023, este fosse formado por 263 trabalhadores. Contudo, e no seguimento da necessidade do ajustamento de capital humano, o quadro de pessoal no final do ano de 2023 totalizou 277 trabalhadores.

Em consequência da participação e parceria da Gebalis com outras entidades e, também, atendendo à legislação vigente, em particular a Lei 4/2019 de 10 de janeiro, a partir de 2023, é feita a divulgação de todos os recrutamentos internos/externos junto da *RedEmprega* Lisboa e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No total, no ano 2023 foram rececionadas 238 candidaturas, registando-se um aumento de 7,2% (16 candidaturas) relativamente a 2022.

As funções de carácter social e administrativo são aquelas que atraem um maior número de candidaturas externas. É de salientar que no ano de 2023 foi possível recrutar trabalhadores de áreas geralmente mais

desafiantes em termos de capacidade de atração de talento: área da eletricidade, informática, fiscais de zona e técnicos superiores do património edificado. A possibilidade de valorização da experiência profissional para a definição do nível salarial, prevista na revisão do Acordo de Empresa, terá contribuído para atenuar a dificuldade de recrutamento geralmente sentida nestas áreas técnicas.

Analisando o fluxo de entradas e saídas de trabalhadores da Gebalis importa registar as seguintes ocorrências:

Entradas:

- 33 admissões, por recrutamento externo;
- 2 admissões, por contrato em comissão de serviço;
- 3 regressos à Empresa - licença sem remuneração.

Saídas:

- 3 por aposentação;
- 2 por acordo de cedência de interesse público;
- 2 por iniciativa do trabalhador.

Destaque ainda para o facto de 12 trabalhadores terem visto os seus contratos de trabalho a termo convertidos em contrato sem termo.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do volume de trabalhadores da Gebalis entre 2021 e 2023:



ACIP - Acordo de Cedência de Interesse Público

LSR - Licença sem remuneração

É evidente a tendência crescente do número de trabalhadores nos 3 anos em análise.

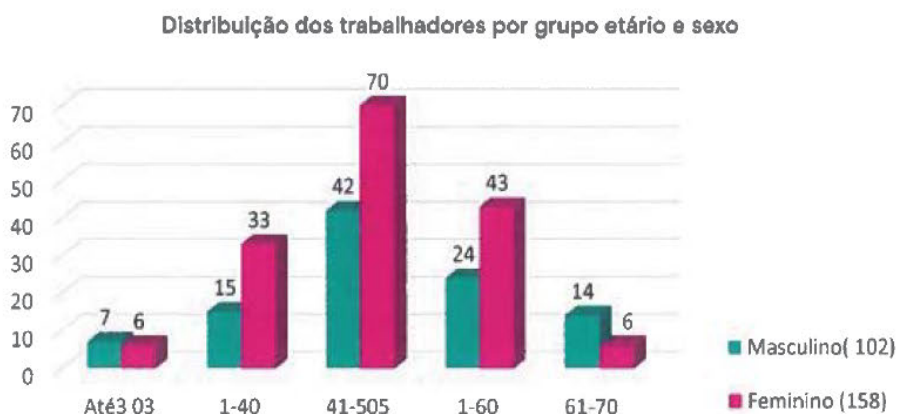
O gráfico “Evolução do Quadro de Pessoal (2021-2023)” traduz a preocupação da Gebalis em garantir a capacidade e a qualidade de resposta das equipas.

Verifica-se um aumento do número de trabalhadores em 18,4%, correspondendo a mais 43 trabalhadores em 2 anos. Entre o final de 2022 e o final de 2023 registou-se um aumento efetivo de 30 trabalhadores (12,1%).



Após o reforço expressivo das equipas, ocorrido em 2023, em resposta ao aumento do volume de trabalho, resultante da deliberação 855/CML/2020 e dos contratos-programa no âmbito do PRR, prevê-se que em 2024 o número de admissões seja menor do que o registado no ano anterior.

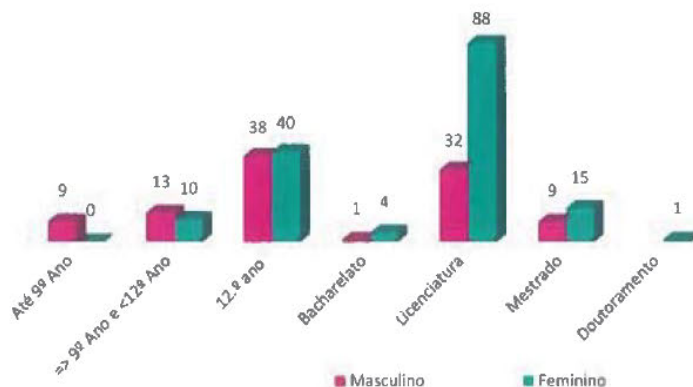
A caracterização dos trabalhadores da Gebalis, no final do ano 2023 é a seguinte:



É clara uma maior presença de mulheres, representando 60,8% do total.

No entanto, nas categorias mais jovens e mais velhas é mais expressiva a presença masculina. A categoria modal é a dos 41-50 anos, reunindo 43,5% dos trabalhadores. A média de idades é de 46,6 anos, muito próxima da idade média da população ativa em Portugal que era em 2022 de 46,8 anos. Analisando o perfil etário dos trabalhadores admitidos em 2023 verifica-se que a média é de 37,8 anos, revelando um ligeiro rejuvenescimento, mas sempre tendo por referência a não discriminação com base no fator idade. Em 2023 o trabalhador admitido mais jovem tinha 23 anos e o mais velho 51 anos.

Distribuição dos trabalhadores, por grau de escolaridade



Observando o gráfico acima, verifica-se que mais de metade dos trabalhadores da Gebalis tem uma escolaridade de nível superior (57,7%).



VALORIZAÇÃO DO MAIOR ATIVO DA EMPRESA: OS TRABALHADORES

Os maiores ativos da Gebalis continuam a ser os seus trabalhadores. Mantendo o propósito de valorização dos seus ativos, desenvolveram-se **protocolos de benefícios em várias dimensões** (saúde, segurança, educação, banca e estacionamento), no total de 23 no final do ano, assim como foram revistas e atualizadas as **condições de segurança, higiene e saúde no trabalho**.

Este objetivo complementa o investimento da Empresa na **manutenção do Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar** da Gebalis.

Concluído o primeiro ciclo de 3 anos de Certificação pela Norma NP 4552:2016 - Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar obtida em fevereiro de 2020, **a Gebalis recebeu nova Certificação, pelo período de mais 3 anos (2023-2026), após submissão de novo processo e realização de Auditorias Internas e Externas para o efeito**.

Em consequência da revisão da Norma NP4552 para uma nova versão atualizada, ainda em 2023 a Gebalis concretizou o processo de preparação de transição do Sistema de Gestão de Conciliação implementado na Empresa, para responder em conformidade à nova versão da norma, o que incluiu: nova avaliação das partes interessadas identificadas (trabalhadores; famílias; dirigentes; Comissão de Trabalhadores e Conselho de Administração), nova auditoria interna realizada em outubro de 2023; nova revisão pela gestão para o efeito e, ainda, a realização de auditoria externa realizada em janeiro de 2024, para apuramento da qualidade do sistema e atualização da Certificação obtida de acordo com a nova versão da Norma (NP4552:2022).

A constatação da atual média etária de 47 anos na Empresa, idade em que, em termos de ciclo de vida, os filhos ainda estão em idade escolar e/ou em formação e os pais começam a precisar de apoio, tanto em termos de saúde, como de gestão do quotidiano, sugere que no desenvolvimento do novo ciclo seja dada prioridade a medidas que possibilitem um maior apoio aos familiares mais velhos, à semelhança de medidas já aplicadas para apoio aos descendentes. Importa referir, contudo, dada a importância do tema, que o Acordo de Empresa revisto e aprovado no final de dezembro de 2022 já contemplou também esta questão.

Assim, manteve-se durante todo o ano 2023, o SGC - Sistema de Gestão da Conciliação da Gebalis e foram atendidas todas as medidas solicitadas pelos trabalhadores.

Há ainda a relevar o aprofundamento da aposta não só no bem-estar físico, mas também psicológico dos trabalhadores, **com oferta de consultas de psicologia integralmente pagas pela Empresa**, em complemento ao já existente Seguro de Saúde (comparticipado em 80% para o trabalhador e seus descendentes até aos 25 anos).

Ainda neste âmbito, e assumindo a saúde e segurança no trabalho uma importância central na prevenção e combate, de um ponto de vista não médico, tanto às doenças profissionais, como aos acidentes de trabalho, tanto pela eliminação das condições inseguras do ambiente, como pela sensibilização dos trabalhadores para a adoção de medidas preventivas, damos conta das ações realizadas:

SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA - 2023													
Vigilância da Saúde			Higiene e Segurança								Formação		
Tipo de Exame		Total de Exames de saúde realizados	Relatórios			Total	Auditoria Instalações			Total	Ações de Formação		
Admissão /Periódico /Ocasional	Complementares		Ambiente Térmico	Iluminação	Ruído		Tipo Administrativo	Tipo Oficina/Armazém	Tipo Sociais		N.º de ações de formação realizadas	N.º participantes	
218	12	230	2	2	0	4	21	5	1	27	3	208	

ESPAÇOS FÍSICOS COM CONDIÇÕES DE TRABALHO DIGNAS

Em 2023 foi concluída a obra iniciada em 2022, do Gabinete de Intervenção Local do Bairro Padre Cruz, e foram ainda realizadas as obras de requalificação profunda nos Gabinetes de Intervenção Local da Ameixoeira e da Alta de Lisboa (este último em fase de conclusão de obra), com o objetivo de introduzir melhorias nas condições de trabalho e segurança não só dos trabalhadores, mas também para melhor atendimento dos munícipes que recorrem à Gebalis.

Ainda em 2023, após mudança de Sede da Gebalis para novas instalações, foi também realizada uma profunda obra de requalificação de um dos espaços da antiga sede, situada no Bairro Alfredo Bensaúde, para alojar o **novo Contact-Center da Gebalis**, que iniciou em pleno a sua atividade a 15 de dezembro de 2023.

Todas estas obras de reabilitação/reconversão nas estruturas operacionais locais da Gebalis seguiram os princípios do CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design / Prevenção do Crime através do Desenho Urbano*), para melhoria das condições de conforto e segurança tanto para os trabalhadores como para os moradores e entidades visitantes. Foram ainda seguidas as recomendações da Saúde e Segurança no Trabalho.

MAIS E MELHOR FORMAÇÃO

No âmbito da valorização dos Recursos Humanos da Gebalis, a **Academia Gebalis**, implementada no segundo semestre de 2022, tem vindo a contribuir com uma nova dinâmica para o desenvolvimento profissional e pessoal dos trabalhadores.

Esta é mais uma das medidas de motivação e realização, apoiando o bem-estar e a promoção do alinhamento dos objetivos da Unidades Orgânicas e dos trabalhadores com os objetivos estratégicos da organização.

No ano de 2023 **todos os trabalhadores da Gebalis tiveram oportunidade de participar em, pelo menos, uma ação de formação.**

O apoio aos estudos para aqueles que decidem investir na sua formação, atendendo à atividade da Empresa, é outra das vertentes que se mantém ativa, tendo sido atribuídos 8 abonos para estudo, em 2023.



bem como foram estabelecidos contactos com Universidades para o apoio ao acolhimento e realização de estágios. Em 2023, a Gebalis acolheu 3 estágios académicos.

O Plano de Formação, aprovado para 2023, foi concretizado através de:

- Apoio/organização de **125 ações** de formação, representando **1279 inscrições**, abrangendo **260 trabalhadores**. Estas incluem 101 ações externas e 24 ações internas;
- Promoção no total de **7479 horas de formação**, apoiando os objetivos estratégicos da Empresa com ações de formação promovidas para grupos alargados com vista a:
 - > Domínio da comunicação em especial nas áreas digitais (construir uma pegada digital com impacto), para dirigentes;
 - > Implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho, dirigida a Avaliadores e Avaliados;
 - > Sensibilização para o Regime Geral de Proteção de Dados (MY DATA MANAGER- Formação Inicial I e II), para toda a Empresa;
 - > No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, ações de Primeiros Socorros; Organização de Emergência Teórico e Prática e formação em Ergonomia e Condições dos Locais de trabalho.
 - > Implementação de canal de atendimento aos residentes, através do Portal do Morador - resposta a formulários;
 - > Desafio de implementação dos ODS e os princípios ESG na gestão de habitação municipal;
 - > Reforço das competências das equipas em matéria de Ética e Prevenção de Suborno, Corrupção, Fraude, para dirigentes.

Importa referir que **19,39% dos trabalhadores tiveram 40 ou mais horas de formação e que foi assegurada uma taxa de concretização obrigação legal (nº de horas de formação dada / nº de horas legais x 100) de 80,12%**.

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Academia Gebalis, foram desenvolvidos e disseminados fluxos de trabalho e documentação de suporte e de registo, necessários à gestão e melhoria contínua desta recente área de trabalho. Foram ainda estabelecidos contactos com outras entidades formadoras, no sentido de aprender e de desenvolver as práticas recomendadas nesta área.

Pela primeira vez, e através da Academia Gebalis, a Empresa recebeu um convite de uma entidade externa (ANIMAR) para elaborar a estrutura de criação de um percurso formativo de 46 horas para capacitação de técnicos/as que intervêm na gestão da habitação municipal.

O curso criado já teve a sua 1ª edição no último trimestre de 2023. Este foi criado online e dirigido a entidades de todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas. A construção do referencial teve por base o desenvolvimento prévio de uma Oficina Participativa Inter pares, com a duração de 25 horas, que contou com a dinamização de dois Técnicos Superiores de Intervenção Social da Gebalis e com a participação e contributos de técnicos de entidades de gestão habitacional, que voluntariamente participaram, representando o território nacional.

Também em 2023 foi possível a negociação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para o desenvolvimento de uma ação no domínio da língua inglesa. Esta iniciou-se no 4º trimestre de 2023 e terminará em janeiro de 2024.

Houve ainda lugar à constituição de um grupo para receber Formação Inicial Pedagógica de Formadores, prevista realizar-se no início de 2024, que será a etapa inicial para a constituição de uma Bolsa de Formadores Internos da Gebalis.



Já no final de 2023, e a propósito da procura de espaços de estacionamento acessíveis para os trabalhadores da Gebalis, perto da nova Sede, foi possível a concretização de um protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Av. Berna), não só para o arrendamento de espaços de estacionamento, mas também de disponibilidade de acolhimento de estágios curriculares de licenciaturas e mestrados da referida Faculdade.

UMA EMPRESA MAIS SOLIDÁRIA QUE PROMOVE A IGUALDADE DE GÉNERO

Desde 2008 que a Gebalis adotou uma política de responsabilidade social, consentânea com a sua atividade e serviço à cidade de Lisboa.

Nesse âmbito foi criado o Projeto “Gebalis Solidária”, que tem como principal objetivo o apoio a trabalhadores que desejem realizar atividades de voluntariado com o apoio da Empresa, tendo sido criada uma medida (justificação de falta) específica para o efeito de “Voluntariado Empresarial” (realização de atividade voluntária, em horário laboral, até ao máximo de 7 horas por mês).

A “Gebalis Solidária” é coordenada por um pequeno grupo de trabalhadores de diferentes Unidades Orgânicas, que têm promovido e desenvolvido diferentes atividades ao longo dos anos.

No ano de 2023, ano de mudança de sede da Gebalis, e de adaptação à nova estrutura orgânica da Empresa, **a atividade do grupo de voluntariado da “Gebalis Solidária” centrou-se sobretudo na continuidade do Banco de Bens, que tem como objetivo principal a doação de bens e objetos domésticos a famílias carenciadas.**

No final do ano 2023 foram 80 os pedidos recebidos, de apoio de doação de bens para habitações, tendo sido possível responder, em pleno, a 42 situações (de referir que cada pedido de uma mesma morada pode incluir um ou mais objetos ou móveis necessários ou até mesmo o recheio completo de uma casa). As restantes situações aguardam oportunidade de entrega, nomeadamente a existência do que é necessário no Banco de Bens, e o pedido só é concluído quando totalmente satisfeito ou interrompido por se ter encontrado solução alternativa adequada.

Esta intervenção da Gebalis é articulada com outras entidades que desenvolvem trabalho no terreno, desde a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Departamentos da CML, Juntas de Freguesia, Coletividades e Associações locais, tendo 18 pedidos resultado de trabalho conjunto com parceiros locais. Decorrente do seu compromisso e Política de Responsabilidade Social e em cumprimento com a legislação vigente, a Gebalis tem vindo a rever e a atualizar todos os seus referenciais e documentos principais, atendendo a boas práticas e recomendações a favor da igualdade de oportunidades e de género, para além do estrito cumprimento da legislação vigente, entre outros:

- Na elaboração e divulgação do Plano Anual de Igualdade de Género da Gebalis, desde 2010 até à data. O último plano submetido à CITE, de 2023, aguarda retorno de validação;
- Na participação em grupos de trabalho com outras entidades, sobre o tema da partilha e intercâmbio de conhecimento e práticas a favor da defesa dos Direitos Humanos na sua plenitude;
- Na atenção aos objetivos e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no seu planeamento de atividades, sempre que adequado.

UMA MARCA NA CIDADE DE LISBOA

A marca Gebalis é uma marca de Lisboa. É uma marca presente por toda a cidade, em 66 bairros do município, em mais de 20.000 fogos, em contacto direto com mais de 60.000 habitantes de Lisboa.

É uma marca que significa habitação, inclusão e proximidade. É uma marca que transporta 28 anos de experiência na gestão dos bairros municipais de Lisboa e que procura, cada vez mais, marcar positivamente a vida das pessoas e dos bairros de Lisboa.

PROGRAMA MORAR MELHOR



O ano de 2023 fica marcado pelo **arranque das obras abrangidas na iniciativa Morar Melhor – Programa de Reabilitação dos Bairros Municipais de Lisboa.**

Assente em dois contratos-programa, o Programa Morar Melhor é o maior investimento dos últimos 30 anos na habitação municipal, o maior investimento desde o PER – Programa Especial de Realojamento.

É uma promessa conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e da Gebalis que visa **a melhoria das condições habitacionais de muitos lisboetas, e que inclui intervenções de fundo em 478 edifícios com 8614 frações, e reabilitação direta de 1545 frações.**

A marca “Morar Melhor” foi pensada e criada para projetar de forma positiva a estratégia e a atuação da Gebalis, no contexto de um investimento ímpar na reabilitação da habitação municipal, para comunicar de forma clara e atrativa os objetivos do Programa e para garantir a operacionalização eficaz, e a cooperação por parte dos moradores, parceiros e grupos comunitários dos bairros abrangidos no Programa.

É uma marca com um foco no impacto positivo para os moradores, mas pensada para interagir com vários públicos: moradores, munícipes, parceiros e equipas internas da Gebalis. Foi criada uma imagem que transmitisse de forma direta o objeto do programa, e que permitisse comunicar em múltiplos formatos, desde a fase informativa antes do início da obra, até à sua conclusão.

A exposição mediática da Empresa aumentou na sequência do interesse da comunicação social no Programa, assim como a necessidade de disponibilizar informação de forma atempada e responsável aos moradores dos Bairros onde se iniciaram as obras de reabilitação.

COMUNICAR PARA A CIDADE

Para além da gestão da comunicação do Programa Morar Melhor, regista-se em 2023 um investimento em crescendo na divulgação da atividade da Gebalis, quer ao nível da gestão do edificado quer das ações de proximidade com as comunidades dos bairros municipais.

Alinhada com os princípios da transparência, relevância e credibilidade exigidos, a Gebalis procura assegurar que a informação necessária, para além da obrigatória, esteja presente nos seus canais próprios e que seja amplificada por outros meios junto dos públicos relevantes.

Com o tema “habitação” na ordem do dia ao longo do ano, a presença da Gebalis na comunicação social teve um crescimento significativo em 2023. Para além do Programa Morar Melhor, foram promovidos e divulgados temas como o *estudo “30 anos de PER: trajetórias sociais das famílias realojadas”*, realizado pelo Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa, o *concurso de fotografia “Foco no Bairro”*, a *Semana Digital Gebalis*, ou o *Podcast: “Bairros com História”*, produzido em parceria com a *Rádio Observador*, e que envolveu a participação de várias personalidades que de forma direta, ou indireta, estiveram ou estão relacionadas com o PER e/ou com a habitação municipal de Lisboa.



COMUNICAR NO DIGITAL

O ano de 2023 é também o primeiro ano completo em que vigorou uma nova estratégia para as



redes sociais da Gebalis, nomeadamente para o LinkedIn e Instagram. Com uma clara aposta numa comunicação mais frequente, maior diversidade de conteúdos, mais execuções em vídeo e um novo design, os objetivos foram atingidos com os seguintes resultados:

LinkedIn

O *LinkedIn* da Gebalis fechou o ano de 2023 com 1.149 seguidores. Comparativamente ao período homólogo, o crescimento foi bastante acentuado, situando-se nos 53% (751 seguidores em 2022 vs. 1.149 em 2023), ou seja, mais 398 seguidores.

Já o número de impressões do *LinkedIn* da Gebalis em 2023 cresceu 159% (mais 39.848 impressões) comparativamente com o período homólogo. Em 2023 o número de impressões chegou às 64.905 vs. apenas 25.057 em 2022.

Em 2023 assistimos a um aumento de 436% nas interações com o conteúdo do *LinkedIn* da Gebalis, o equivalente a mais 3.155 interações (excluindo cliques) em comparação com o período homólogo (722 interações em 2022 vs. 3.877 em 2023).

A taxa média de interação (excluindo cliques) em 2023 foi de cerca de 6%, enquanto em 2022 tinha sido de 3% (um crescimento de 3pp).

Instagram

O *Instagram* da Gebalis ultrapassou o marco dos 2000 seguidores. No ano de 2023 assistimos a um crescimento de 21% no número de seguidores da Gebalis no Instagram.

No ano de 2023, apesar de termos assistido a um decréscimo de cerca de 17% no alcance face ao período homólogo – para o qual podem ter contribuído vários fatores como as mudanças no algoritmo que privilegiam a exposição não orgânica e os formatos *stories* e *reels*, o aumento da concorrência – mais utilizadores, mais marcas, mais conteúdos – ou até com um eventual aumento de seguidores inativos – o número de impressões mais que duplicou (96.781 em 2022 vs. 194.514 em 2023), o que demonstra a relevância e adequação dos conteúdos da Gebalis.

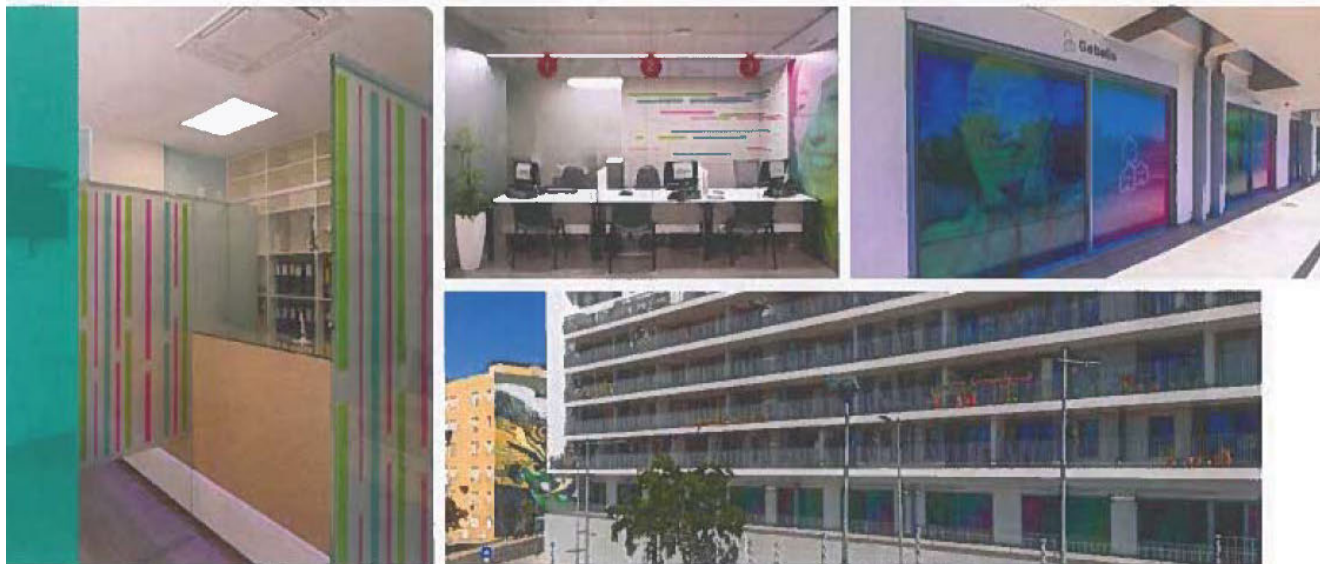
Em 2023 houve um aumento de 71% nas interações (mais 2.973 no total), face ao período homólogo. De 4.201 interações em 2022 para 7.174 em 2023.

COMUNICAR PARA OS MORADORES

Com o objetivo de tornar a relação da Gebalis com os seus moradores cada vez mais positiva, 2023 fica marcado pelo **lançamento do Portal do Morador e do novo Contact Center.**

Reforçando a aposta no digital, os objetivos com ambos os serviços são de aumentar a disponibilidade, eficiência e acessibilidade da Empresa para com os seus moradores.

Também nos Gabinetes de Intervenção Local **continuou a ser implementado o projeto “Boa Impressão”**, com a aplicação de uma nova identidade para os 10 Gabinetes de Intervenção Local e duas Lojas do Cidadão, com o objetivo de criar empatia com a Empresa, transmitindo uma imagem positiva e acolhedora com a seriedade e o rigor a que a nossa missão nos obriga.



A monofolha mensal, com uma tiragem de mais de 20.000 exemplares, distribuída física e digitalmente, que chega a todos os fogos geridos pela Gebalis, continuou a ser mais uma forma de a marca promover a sua atividade junto das comunidades.

COMUNICAR COM OS TRABALHADORES

Os canais digitais internos continuaram a ser uma aposta. A partilha de conhecimento e conteúdos relevantes foi incrementada, de acordo com o objetivo de continuar a criar envolvimento e sentimento de pertença em cada colaborador, valorizando a contribuição de todos.

A mudança e inauguração da nova sede marcaram o ano enquanto momento de partilha, que assinalou o início de uma nova era para a organização.



UMA EMPRESA DO FUTURO

O ano de 2023 foi marcante para a Gebalis, na construção de uma Empresa mais digital, moderna e virada para o contacto e a proximidade com os moradores.

O lançamento oficial do Portal do Morador marcou o início de uma nova era na comunicação entre a Gebalis e a comunidade, tornando-se possível, através desta nova ferramenta digital, submeter de modo remoto vários tipos de pedidos, acompanhar o seu estado e, sempre que necessário, estabelecer uma interação direta entre os moradores e os serviços da Empresa.

No intuito de simplificar um alargado conjunto de procedimentos, ficaram disponíveis no Portal do Morador da Gebalis várias funcionalidades que possibilitam, entre outros, a atualização do agregado residente na fração, a marcação de atendimentos de ordem técnica, o pedido de referências multibanco para pagamento das rendas, a solicitação de reparações ou obras, ou até mesmo reportar conflitos com a vizinhança e fazer sugestões para os lotes dos respetivos bairros.

Outra funcionalidade que merece destaque refere-se à existência de um BOT, o qual, mediante o recurso à Inteligência Artificial, disponibiliza respostas às dúvidas do morador.



A preocupação com a relação, o atendimento e as respostas aos moradores foram uma constante durante o ano de 2023.

O novo Contact-Center, lançado em dezembro de 2023, permite à Empresa centralizar e uniformizar o atendimento, dotando-o de indicadores e métricas de avaliação exigentes e rigorosas para melhores e mais eficientes respostas aos moradores.



No que respeita ao primeiro mês de atividade deste projeto, estes são os resultados obtidos:

Total Chamadas (total atendidas + total abandonadas)	Total Abandonadas	% Abandonadas	Total Atendidas	% Atendidas	Total Transferidas	Tempo Médio de Espera	Tempo para Abandono	Tempo Médio por Chamada	Tempo Máximo de Espera	Tempo Máximo Chamada
1295	336	25.95%	959	74.05%	34	00:02:49	00:03:14	00:06:33	00:15:03	00:32:26

Mas a transição digital e o desenvolvimento tecnológico da Gebalis não se ficaram por aqui.

Alinhado com a preocupação relativa à melhoria do atendimento, **decorrem, neste momento, os procedimentos de contratação e as etapas de preparação à implementação de um CRM**, com vista à otimização de processos e melhoria da eficiência interna da Empresa.

SEGURANÇA NO QUE FAZEMOS

A segurança jurídica da gestão habitacional, o controlo e a auditoria interna e os procedimentos de contratação pública são prioridades constantes da Empresa.

A complexidade das leis e sua rigorosa aplicação exigem que os serviços da Gebalis dediquem a máxima atenção a todos os seus atos administrativos, garantindo que as decisões propostas em vários níveis estejam em conformidade com a legislação. Isso permite que aqueles com poder de decisão atuem de forma segura e com base nas melhores práticas.

Nessa abordagem que equilibra o cuidado social com a necessidade de uma gestão eficaz da Empresa, os serviços jurídicos desempenham um papel fundamental. Eles validam o acompanhamento das questões legais em todos os processos, garantindo que cada passo seja dado com segurança.

No entanto, a função jurídica vai além do suporte à área social, também acompanhando todos os processos de aquisição e as interações com entidades externas. É uma fonte essencial para todos que buscam tomar decisões sólidas e alinhadas com a legislação.

Os resultados desse esforço são amplamente positivos e têm impacto significativo na gestão global da Empresa.

A recuperação da dívida é uma matéria que assume cada vez mais importância, por todas as consequências jurídicas e sociais, sendo dado apoio à prossecução das ações e estratégias para

a recuperação e redução da dívida e sensibilização dos agregados para o pagamento atempado das rendas e demais obrigações legais, com o objetivo de recuperação de débitos de rendas com vista ao controlo e à diminuição da dívida.

Há assim a destacar os seguintes indicadores:

- **Formalizados 62 acordos de regularização de dívida, com um total do valor contratualizado de €463,628.70;**
- **Realizados 104 atendimentos realizados, com vista à celebração de acordos de regularização de dívida ou sua reformulação;**
- **Enviadas 405 interpelações com vista à recuperação dos débitos e sensibilização para a regularização das prestações incumpridas.**

No que diz respeito aos procedimentos de cessação do direito da utilização da habitação e/ou resolução do contrato de arrendamento vigente, sempre que detetado algum fundamento legal que consubstancie causa de cessação dos direitos habitacionais são acionadas diligências promovidas, relacionados com o incumprimento das normas legais aplicáveis em matéria de arrendamento apoiado ao abrigo da Lei 81/2014, de 19 de dezembro, na sua atual redação, através da instrução processual dos procedimentos de natureza administrativa regulados pelo Código do Procedimento Administrativo. Foram assim tramitados:

- **63 Procedimentos de Cessação/ Resolução iniciados;**
- **99 Procedimentos de Cessação/ Resolução concluídos;**
- **31 Procedimentos de cessação iniciados e concluídos.**



Tendo sido dado prosseguimento a:

- 234 Notificações postais, Por Mão Própria (PMP), Editais e Avisos promovidos para efeitos de audiência prévia de Interessados no âmbito dos procedimentos tramitados;
- 294 Notificações Postais, PMP, Editais e Avisos promovidos para efeitos de notificação de despacho final no âmbito dos procedimentos tramitados;
- 19 Audiências de interessados na forma escrita;
- 38 Audiências de interessados orais realizadas.

Foi ainda colocada a atenção nas relações a desenvolver e pugnar pela adequação e conformidade legal dos atos e procedimentos da Gebalis com 30 análises de exposições apresentadas por moradores/associações/condomínios/advogados e asseguradas 34 respostas a várias Entidades externas, além de diversas outras respostas revistas e dadas no sistema de gestão documental e por e-mail.

Houve também a necessidade de se efetuar procedimentos urgentes, com vista à reentrada na posse de habitação, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo tendo-se realizado 37 informações devido a óbito do titular e/ou arrendatário(a) e promovidas 46 notificações por Edital a eventuais herdeiros para reclamação de bens.

Houve também a necessidade de se efetuar procedimentos urgentes, com vista à intervenção coerciva nas habitações para obras/limpeza ou reentrada na posse, ao abrigo do CPA, que são objeto de despacho da Sr.^a Vereadora da Habitação da CML, tendo-se realizado 37 informações para reentrada na posse do fogo devido a óbito do titular e 46 notificações por Edital a eventuais herdeiros para reclamação de bens.

Durante o ano de 2023 foi ainda assegurada assessoria jurídica interna que compreendeu a elaboração de inúmeras propostas e informações, sobre assuntos transversais a todas as unidades orgânicas, e elaboração de 89 pareceres jurídicos sobre várias matérias, tendo em vista decisão superior.

Foi garantido o aperfeiçoamento técnico-jurídico e revisão de diversas minutas/cartas/Protocolos e adendas de vários contratos.

Também durante este período, foi elaborada uma *checklist*, relativa à organização processual e instrução para os diversos fundamentos dos procedimentos de cessação/resolução e a respetiva coletânea de pedidos de informação dirigidos a entidades externas à Gebalis.

Também no âmbito das funções que estão adstritas, foi assegurada a representação forense e a defesa contenciosa dos interesses da Gebalis, em processos como sejam a cobrança judicial da dívida, da jurisdição administrativa, cível e criminal, de modo a garantir a defesa contenciosa dos interesses da Gebalis.

GARANTIR A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA INTERNA

A área de auditoria interna e qualidade era inexistente na Empresa, até maio de 2022. Esta foi criada aquando do processo de reestruturação orgânica da Gebalis, pela importância de se garantir o rigor e qualidade nos processos e o máximo de eficiência, de acordo com os meios disponíveis.

Na Gebalis, a auditoria interna e a qualidade terão sempre como função primordial o auxílio à gestão, avaliando, monitorizando e acompanhando os órgãos de gestão nos processos decisórios, potenciando



as capacidades da estrutura, garantindo a implementação de uma cultura de controlo interno, com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos objetivos da Empresa.

No que se refere à área dos mecanismos de controlo interno, tendo em conta a sua transversalidade a toda a organização, a todos os seus aspetos e às suas operações, o ano de 2023 foi um ano de consolidação e implementação de vários projetos importantes.

Foi **desenvolvida e aprovada a Estratégia para a Ética e Transparência da Gebalis**, que assenta, de acordo com o normativo legal existente (Estratégia Nacional Anticorrupção 2022-2024 – Decreto-Lei nº 109-E/2021 de 9 dezembro e na Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro), em quatro pilares:

- Reformulação do Código de Ética e Boa Conduta;
- Plano de Formação sobre o tema;
- Reformulação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Implementação do Canal de Denúncias, Instrumento de receção e tratamento de Denúncias recebidas pelo Canal, segundo cumprimento do Regime de Proteção de denunciante (Lei 93/2021 de 20 de dezembro).

Deste modo, salientamos a **nova redação do Código de Ética e Boa Conduta (em fase final de aprovação)**, que resulta da fusão dos atuais Códigos de Ética e de Boa Conduta e Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho e incluirá e aprofundará a aplicabilidade, detalhe e abrangência das normas de boa conduta e transparência, face ao novo normativo legal, bem como, incluirá as normas já aprovadas na Empresa, em 2020, para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho.

Destacamos, como elemento diferenciador, a **realização de uma ação de formação dedicada a todos os dirigentes nas áreas da Ética e Prevenção de Suborno, Corrupção e Fraude** e ainda, não menos importante, a **implementação do canal de denúncias interno e externo da Gebalis**, com a aprovação do respetivo regulamento e fluxograma. Este mecanismo, pilar essencial na prevenção da corrupção e infrações conexas, permitiu aprofundar a cultura de transparência, de boas práticas e de responsabilidade da nossa organização, com vista a fortalecer uma atuação conforme os valores e princípios que nos norteiam, designadamente, os da prossecução do interesse público, da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade, da transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa-fé e da boa administração.

Está ainda na fase final o processo de **revisão ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Empresa** adaptado à recente estrutura orgânica e aos novos desafios estratégicos da Empresa, que ficará concluído no primeiro quadrimestre de 2024, na continuidade de implementação do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e Regime de Proteção de denunciante (D.Lei nº 109-E/2021 de 9 de Dezembro e Lei 93/2021 de 20 de Dezembro).

Por forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos, iniciámos, acompanhámos e desenvolvemos em 2023 um processo participado por todos os trabalhadores, que resultou na **aprovação da Política de Gestão de Riscos da Gebalis**, onde são definidos objetivos, processos e responsabilidades, que permitem à Empresa estabelecer uma sólida estrutura e um fluxo integrado de governo de todo o processo de gestão de riscos.

A política de gestão de riscos estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para uma adequada identificação, análise, avaliação, tratamento e resposta aos principais riscos e ameaças identificados,



diretamente relacionados com a atividade da Empresa.

Assegura também a convergência da gestão de risco com o planeamento estratégico e estabelece, de forma sistematizada e transversal os procedimentos e medidas de controlo e/ou mitigação dos riscos identificados.

Em paralelo, foi criada uma Matriz de Risco, com o top 12 dos riscos associados à atividade da Gebalis. Este documento sintetiza, documenta e formaliza a informação relativa ao impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, incluindo os *Key Performance Indicators* (KPI): indicadores utilizados para avaliar se determinadas iniciativas, atitudes ou ações estão a atingir ou a superar as expectativas da gestão face ao seu resultado esperado ou para medir o desempenho de um negócio ou iniciativas e os *Key Risk Indicators* (KRI): indicadores ou métricas de risco utilizados para orientar a antecipação de riscos que estão na iminência de ocorrer.

Na área da qualidade, introduzimos alterações importantes e uma **nova metodologia para análise e tratamento das reclamações** efetuadas pelos munícipes no livro de reclamações, garantindo-se assim um mecanismo interno de comunicação mais fluído e célere, um acompanhamento permanente das matérias objeto de reclamação junto das Unidades Orgânicas e, ainda, uma resposta mais rápida e objetiva aos Munícipes.

Em relação ao livro de reclamações, **foram analisadas e processadas 61 reclamações, tendo-se, com a alteração dos procedimentos, passado a responder a todas dentro do prazo legal.** A grande maioria destas reclamações não são enquadráveis no objetivo do Livro de Reclamações, mas antes em questões objetivas de procura de resposta à atividade diária da Empresa, nomeadamente na área da manutenção do edificado.

RIGOR NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Num momento em que o investimento na recuperação de habitações e na reabilitação de bairros municipais é cada vez maior, e onde são cada vez confiadas mais missões à Empresa, no âmbito da sua gestão, obrigando à mobilização de grandes meios financeiros, o rigor e a garantia de cumprimento de todos os procedimentos inerentes à Contratação Pública torna-se ainda mais fundamental no dia-a-dia da Empresa.

Para este efeito é necessário proceder à escolha e tramitação dos procedimentos de contratação pública, transversalmente a todas as unidades orgânicas na escolha.

Em 2023 foram concluídos 453 procedimentos: 148 aquisições de serviço (AQS), 15 aquisições de bens (AQB) e 290 empreitadas (EMP), transitando, para 2024, 54 processos (AQS: 9; AQB: 1 e EMP: 44).

Assegurou-se, também, a elaboração de normas e instruções, tendentes à uniformização de procedimentos concursais e a atualização de normas, regulamentos e instruções aplicáveis à Contratação Pública considerando, já, as mais recentes alterações introduzidas ao Código dos Contratos Públicos.

No que diz respeito a normas e instruções internas, **procedeu-se à revisão e atualização de procedimentos, práticas e metodologias internas**, para uma maior uniformização dos membros da equipa. Foram criadas minutas para informação de início de procedimento, mais completas e com a fundamentação exigida pelo



CCP, para existir um suporte legal suficiente que acompanhe e legitime o órgão competente para a decisão de contratar, na autorização inerente ao início do procedimento, e à realização da despesa; e minutas das peças procedimentais (convite, programa de concurso e caderno de encargos) correspondentes às últimas alterações legislativas.

Continuámos a garantir a estreita ligação com as entidades com competência de fiscalização e/ou com responsabilidade no quadro da administração local autárquica, de natureza oficial ou particular, para adequada prossecução dos objetivos e resultados a atingir em sede de Contratação Pública, assim como a representação da Empresa em reuniões versando matérias de Contratação Pública, e a defesa em juízo dos seus interesses.

A cooperação com as entidades com competência de fiscalização e/ou com responsabilidade no quadro da administração local autárquica, é um imperativo em que nos empenhamos, na estreita medida do que lhe foi solicitado, tanto na disponibilidade de informação necessária, como participação em reuniões. Dedicou-se apoio jurídico e administrativo necessário ao contencioso pré-contratual e contratual, com destaque em matéria de inexecução de contratos administrativos, preparando, analisando, emitindo parecer jurídico e notificando os adjudicatários.

Para além deste trabalho, ***deu-se continuidade ao processo de registos no Portal Base, apresentou-se e executou-se formação interna e externa na área da Contratação Pública e de utilização de plataformas eletrónicas e assegurou-se o cumprimento de objetivos de maior transparência e de combate à corrupção e infrações conexas***, designadamente através da publicitação no site institucional dos procedimentos concursais em curso.

Relativamente aos registos no Portal Base, todos os contratos celebrados ao abrigo do CCP (com exceção dos ajustes diretos simplificados, e de contratação excluída, aos quais o CCP dispensa a publicação) são imediatamente registados, aquando da assinatura do contrato, com vista à não inviabilização do início da execução contratual.



UMA EMPRESA LIGADA À CIDADE, AO PAÍS E AO MUNDO

A Gebalis assume-se como uma Empresa aberta, à cidade, ao país e ao mundo. A nível local, no âmbito da cidade de Lisboa, **foi criado o Observatório da Habitação de Lisboa**, que tem como objetivos:

1. A sistematização e a análise dos dados produzidos pela Empresa, pela autarquia e por outras entidades (IHRU, INE), de modo a monitorizar a gestão da Gebalis em áreas estratégicas;
2. Promoção da cooperação entre a Academia e a Gebalis, em vários domínios relacionados com a produção e gestão de habitação, a fim de estimular o desenvolvimento de pesquisa e inovação na área da habitação; e a recolher informação produzida pela Academia, que apoie os processos de tomada de decisão na gestão pública de habitação;
3. Difusão da informação tratada e recolhida, para apoio à decisão e orientação de gestão.

A nível nacional, a **Gebalis continua a envolver-se ativamente na Associação Portuguesa de Habitação Municipal (APHM)**, garantindo presença nos órgãos sociais, como o Conselho Fiscal, e participando em eventos e posicionamentos da associação, destacando-se a presença nos eventos relacionados com a Carta Municipal de Habitação.

A Empresa continua representada no *Board do Global Compact Network Portugal* (GCNP),

uma aliança para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), participando das reuniões para definir estratégias e atividades do GCNP.

No âmbito da Associação Portuguesa do Pacto Global, com o propósito único de desenvolver todas as atividades do *UN Global Compact* em Portugal, seguindo as orientações internacionais e em alinhamento com o Central Office em Nova Iorque, seguimos atentamente diversos programas que ainda estão em curso, como os *Peer Learning Groups*, *SDG Ambition*, *Target Gender Equality*, *Climate Ambition Accelerator* e *Business & Human Rights Accelerator*. A Gebalis mantém a representação nos órgãos sociais da Associação.

Durante o ano de 2023, foi também relançado o projeto GEBALIS 2030, que tem como objetivo promover em toda a ação da Empresa a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Foi redefinido o grupo de trabalho que vai implementar este projeto, lançando-se o desafio inicial de submeter novo diagnóstico que, com os seus resultados, permitirá encontrar novos objetivos para implementação da Empresa, através da plataforma Avaliação de Impacto 'B Lab Global'.

Por ser membro ativo do *UN Global Compact* foi elaborado o relatório anual (COP - *Communication on Progress*), evidenciando a atividade da Empresa no cumprimento dos 10 princípios do *Global Compact*, abordando as dimensões de Direitos Humanos, Práticas Laborais, Proteção Ambiental e Combate à Corrupção. Esses princípios derivam de tratados internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho, a Declaração do Rio sobre o Meio



Ambiente e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

A Empresa participou ainda na organização da 18ª Semana da Responsabilidade Social, Promovida pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) e pelo Global Compact Network Portugal (GCNP), com o tema “Governança Organizacional Responsável”. A Empresa coorganizou a sessão IV da tarde, do dia 7 de novembro, onde, trabalhadores da Empresa e vários especialistas, debateram o tema “O Desafio de Implementar os ODS e os Princípios ESG na Gestão de Habitação Social”.

No que diz respeito a candidaturas a financiamento externo, foi efetuado o acompanhamento de propostas de candidaturas a fundos nacionais e internacionais em todos os setores de atuação da Empresa, envolvendo as diversas unidades orgânicas.

Deu-se seguimento à exploração de potenciais candidaturas a outros cofinanciamentos e incentivos nacionais de interesse para a Gebalis, e para as populações com quem trabalhamos, e foram analisadas várias candidaturas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Portugal 2030, URBACT, e dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Sob o tema “Política de Responsabilidade Social na Governança da Gebalis, EM”, foi procedida à revalidação do Selo da Diversidade (4ª edição). Este Selo é promovido pela Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI), promotora da Carta Portuguesa para a Diversidade, e liderada pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

A nível internacional, a Gebalis continuou a sua participação ativa nas diversas associações de que é membro ou que segue com proximidade, com ênfase para a associação *Housing Europe*. **No âmbito do Social Housing Festival, decorrido em Barcelona, foi apresentada uma exposição sobre os 30 anos do PER e foram efetuadas várias apresentações em diversos painéis.**

A participação na conferência anual da ENHR - *European Network for Housing Research*, em Lodz, Polónia, foi também um momento de afirmação da Empresa, que permitiu ligar a Empresa a académicos e a instituições de todo o mundo.

A Gebalis é frequentemente convidada a fazer apresentações e a receber visitas ao património sob sua gestão, tanto diretamente, como por solicitação de parceiros nacionais, para apresentar a organização e os bairros que administra. Em 2023, foram organizadas visitas a vários bairros municipais, dada a dinâmica que tanto a CML como a Empresa apresentam, destacando-se os projetos de habitação acessível de Entrecampos e os de habitação apoiada do Bairro da Boavista e do Bairro Padre Cruz.

2.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

GEBALIS. E.M., S.A.



Gebalis



SITUAÇÃO ECONÓMICA

No exercício referente ao ano de 2023, a GEBALIS alcançou um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 18.021,22 €. Comparando com o resultado obtido no ano de 2022, no valor de 117.005,25 €, constatamos que existiu uma diminuição no montante de 98.984,03 € (-84,60%). O resultado alcançado está em linha com o valor estimado no Plano de Atividades e Orçamento de 2023, onde se previa um Resultado Líquido positivo, no montante de 11.179,46 €.

O resultado obtido em 2023, foi condicionado pelo acordo de transação estabelecido com a empresa CIP Construção, SA., no âmbito dos processos judiciais n.º 2300/18.4BELSB, n.º 842/18.0BELSB e n.º 2648/17.5BELSB, referentes às empreitadas n.º 13/GEBALIS/2015 - Empreitada de Reabilitação e Conservação no Bairro Dr. Alfredo Bensaúde, n.º 02/GEBALIS/2016 - Obras de reabilitação e conservação no Bairro dos Ourives, lotes F, G, H e n.º 01/GEBALIS/2016 - Obras de requalificação e conservação no Bairro Flamenga, lotes 369A a 371B. No âmbito do acordo de transação, foram pagos ao empreiteiro os trabalhos efetivamente executados e que ainda não tinham sido regularizados e compensados por valores devidos à GEBALIS por incumprimento contratual, assim como, a GEBALIS procedeu à anulação da totalidade das sanções contratuais aplicadas ao empreiteiro no ano de 2018.

No ano de 2023, a atividade da Empresa continuou a ser influenciada pela conjuntura económica marcada pelo aumento das taxas de juro de referência, a rondar os 4%, assim como, uma taxa de variação média do IPC fixada em 4,3%, resultaram num aumento dos encargos suportados, no entanto, foi possível voltar a consolidar a melhoria da situação económica da Empresa.

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Observando os Resultados Líquidos do Exercício alcançados pela GEBALIS, desde o ano de 2006, constatamos que pelo décimo terceiro ano consecutivo, a Empresa regista Resultados Líquidos positivos, sendo que, no ano de 2023, o valor obtido foi de 18.021,22 €.

Ano	Total Rendimentos e Ganhos	Total Gastos e Perdas	Resultado Líquido Exercício	Variação ano anterior
2006	20.403.497,00 €	25.380.865,00 €	-4.977.368,00 €	
2007	15.397.107,00 €	28.566.618,00 €	-13.169.510,00 €	-8.192.142,00 €
2008	21.184.628,00 €	23.370.407,00 €	-2.185.778,00 €	10.983.732,00 €
2009	22.899.000,00 €	25.113.727,00 €	-2.214.728,00 €	-28.950,00 €
2010	24.023.220,00 €	26.467.835,00 €	-2.444.615,00 €	-229.887,00 €
2011	23.259.039,34 €	22.023.415,97 €	1.235.623,37 €	3.680.238,37 €
2012	21.996.204,00 €	20.637.229,34 €	1.358.974,66 €	123.351,29 €
2013	22.362.839,15 €	21.806.730,01 €	556.109,14 €	-802.865,52 €
2014	23.201.877,99 €	22.809.876,03 €	392.001,96 €	-164.107,18 €
2015	23.099.029,47 €	22.988.012,39 €	111.017,08 €	-280.984,88 €
2016	23.478.317,77 €	23.295.197,49 €	183.120,28 €	72.103,20 €
2017	26.710.641,92 €	26.628.824,36 €	81.817,56 €	-101.302,72 €
2018	21.850.280,40 €	21.817.000,77 €	33.279,63 €	-48.537,93 €
2019	32.700.651,97 €	32.671.314,61 €	29.337,36 €	-3.942,27 €
2020	30.627.776,37 €	30.618.108,25 €	9.668,12 €	-19.669,24 €
2021	30.320.200,52 €	29.328.334,26 €	991.866,26 €	982.198,14 €
2022	32.504.126,52 €	32.387.121,27 €	117.005,25 €	107.337,13 €
2023	49.179.106,54 €	49.161.085,32 €	18.021,22 €	-98.984,03 €



RENDIMENTOS E GANHOS

No ano de 2023, os Rendimentos e ganhos totalizaram o valor de 49.179.106,54 €. Relativamente ao valor contabilizado no ano de 2022, existiu um aumento no montante de 16.674.980,02 € (51,30%).

	2022	2023	Variação em valor	Variação em %
Prestações de serviços e concessões	20.940.138,42 €	22.708.013,22 €	1.767.874,80 €	8,44%
Transferências e subsídios correntes obtidos	11.371.656,92 €	26.289.813,89 €	14.918.156,97 €	131,19%
Outros rendimentos	192.331,18 €	181.279,43 €	-11.051,75 €	-5,75%
Total	32.504.126,52 €	49.179.106,54 €	16.674.980,02 €	51,30%

As Prestações de serviços e concessões totalizaram o valor de 22.708.013,22 €, traduzindo um incremento no montante de 1.767,874,80 € (8,44%), face ao valor registado no ano de 2022. Apesar de não ter sido efetuada a atualização do valor das rendas, dando cumprimento à Deliberação n.º 550/CM/2022, o aumento registado é justificado pelo crescimento do valor das rendas emitidas para frações tipo fogo, inerente ao aumento do número de contratos de arrendamento do Programa Renda Acessível geridos pela GEBALIS, assim como, pela atribuição das frações reabilitadas pela Empresa ao abrigo dos Contratos-Programa rubricados com o Município de Lisboa.

	Fogos	Lojas	Arrecadação	Garagens	Outras	Total
Emissão	22.506.168,29 €	1.086.722,22 €	78.577,48 €	38.767,56 €	54.736,02 €	23.764.981,57 €
Regularizações/correções	-799.657,60 €	-256.173,69 €	-1.117,06 €	0,00 €	0,00 €	-1.056.948,35 €
Total	21.706.500,69 €	830.548,53 €	77.460,42 €	38.767,56 €	54.736,02 €	22.708.013,22 €



Conforme poderá ser verificado no quadro seguinte, em dezembro/2023 foram emitidos mais 271 recibos de renda¹ do que em janeiro/2023.

Mês de Renda	N.º Recibos emitidos	Varição face a Jan/2023
janeiro/2023	20.999	
fevereiro/2023	21.095	96
março/2023	21.094	95
abril/2023	21.084	85
maio/2023	21.161	162
junho/2023	21.168	169
julho/2023	21.179	180
agosto/2023	21.208	209
setembro/2023	21.242	243
outubro/2023	21.258	259
novembro/2023	21.260	261
dezembro/2023	21.270	271

Na rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos foram reconhecidos rendimentos no valor de 26.289.813,89 €. Os valores mais significativos dizem respeito à execução² dos Contratos-Programa assinados com o Município de Lisboa. Relativamente ao exercício de 2022, observamos que existiu um aumento no montante de 14.918.156,97 € (131,19%).

Discriminando o valor registado na rubrica por entidade que atribuiu o subsídio verificamos o seguinte:

Entidade	Valor
Município de Lisboa	26.288.969,18 €
IEFP	844,71 €
Total	26.289.813,89 €

O valor recebido do IEFP – Instituto de Emprego e da Formação Profissional, no montante de 844,71 €, diz respeito à 3ª prestação do apoio financeiro referente à conversão de contrato trabalho a termo, para contrato de trabalho sem termo.

No que concerne à repartição do valor contabilizado nesta rubrica por Contrato-Programa rubricado com o Município de Lisboa, temos a seguinte divisão:

CONTRATO-PROGRAMA	VALOR
349/CM/2018 - Execução	181.844,33 €
354/CM/2022 - Execução	23.632.248,45 €
355/CM/2023 - Execução	2.474.876,40 €
TOTAL	26.288.969,18 €

¹ Estão a ser considerados os avisos recibo enviados para os arrendatários, referentes à renda emitida nesse mês. Não considera as atribuições que, pela natureza da atribuição (Ex.: Comodato), não são expedidos recibos de renda.



No ano de 2023, a GEBALIS efetuou os seguintes pedidos de reembolso, à CML, referentes à execução dos Contratos-Programa:

Contrato-Programa	Pedido Pagamento GEBALIS	Valor Pago CML	Diferença
354/CM/2022	22.737.535,10 €	22.293.634,49 €	443.900,61 €
355/CM/2023	2.439.176,66 €	2.439.176,64 €	0,02 €
Total	25.176.711,76 €	24.732.811,13 €	443.900,63 €

Relativamente ao Contrato-Programa Deliberação N.º 354/CM/2022, em 29/12/2023, a CML, não reembolsou, à GEBALIS, o valor de 443.900,61 €, atendendo que a despesa executada, pela GEBALIS, não coincidiu com os valores cabimentados no Orçamento do Município.

Os Outros rendimentos totalizaram o valor de 181.279,43 €. Nesta rubrica estão reconhecidos, entre outros, os valores referentes à venda de energia (520,76 €), débitos a arrendatários (33.386,07 €), valores debitados a condomínios (5.252,63 €) e Correções relativas a exercícios anteriores (132.023,63 €). Relativamente ao item Correções relativas a exercícios anteriores, este incorpora o montante de 128.797,43 €, referente ao acordo de transação estabelecido com a empresa CIP Construção, SA.

Em 2023, tal como nos anos anteriores, a GEBALIS não reconheceu qualquer rendimento ou ganho referente à rubrica Juros e rendimentos similares obtidos.



Analisando a estrutura de Rendimentos e ganhos registada no ano de 2023, verificamos que a rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos aumentou o seu peso relativo, correspondendo a 53,46%. As rubricas Prestações de serviços e concessões e os Outros rendimentos viram o seu peso diminuir.

Resumo da estrutura de Rendimentos e Ganhos - 2022/2023	2022	2023
Prestações de serviços e concessões	64,42%	46,17%
Transferências e subsídios correntes obtidos	34,99%	53,46%
Outros rendimentos	0,59%	0,37%

[†] Faturação recebida e registada na contabilidade da empresa referentes às despesas elegíveis suportadas pela GEBALIS na execução dos Contratos-Programa.

Resumo da estrutura de Rendimentos e Ganhos - 2022/2023



GASTOS E PERDAS

Em 2023, foram reconhecidos Gastos e perdas no valor de 49.161.085,32 €. Face ao ano de 2022, registou-se um aumento de valor de 16.773.964,05 €. Expurgando os gastos inerentes à execução dos Contratos-Programa assinados com o Município de Lisboa, verificamos que existiu uma diminuição no valor de 412.671,76 €.

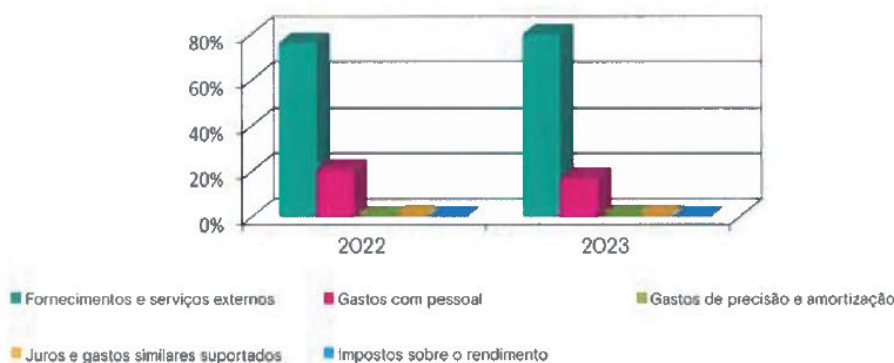
	2022	2023	Variação em valor	Variação em %
Fornecimentos e serviços externos	24.700.310,60 €	39.205.287,10 €	14.504.976,50 €	58,72%
Gastos com pessoal	6.698.862,69 €	8.372.255,59 €	1.673.392,90 €	24,98%
Imparidades de dívidas a receber	618.116,57 €	390.883,00 €	-227.233,57 €	-36,76%
Gastos de depreciação e amortização	118.149,71 €	403.513,69 €	285.363,98 €	241,53%
Juros e gastos similares suportados	186.434,37 €	341.738,94 €	155.304,57 €	83,30%
Outros gastos	19.863,36 €	418.577,02 €	398.713,66 €	2007,28%
Imposto sobre o rendimento	45.383,97 €	28.829,98 €	-16.553,99 €	-36,48%
Total	32.387.121,27 €	49.161.085,32 €	16.773.964,05 €	51,79%

	2022	2023	Variação em valor
Fornecimentos serviços externos	24.700.310,60 €	39.205.287,10 €	14.504.976,50 €
Subsídios à exploração - Contratos-Programa	11.371.320,92 €	26.288.969,18 €	14.917.648,26 €
Fornecimentos serviços externos não subsidiados por Contratos-Programa	13.328.989,68 €	12.916.317,92 €	-412.671,76 €

A estrutura dos Gastos e perdas é muito idêntica à registada no ano de 2022, no entanto, é de assinalar o aumento do peso da rubrica Fornecimentos e serviços externos.

Resumo da estrutura de Gastos e Perdas - 2022/2023	2022	2023
Fornecimentos e serviços externos	76,27%	79,95%
Gastos com pessoal	20,68%	17,03%
Imparidades de dívidas a receber	1,91%	0,80%
Gastos de depreciação e amortização	0,36%	0,62%
Juros e gastos similares suportados	0,58%	0,70%
Outros gastos	0,06%	0,85%
Imposto sobre o rendimento	0,14%	0,06%

Resumo da estrutura de Gastos e Perdas - 2022/ 2023



Os Fornecimentos e serviços externos somaram o montante de 39.205.287,10 €, correspondendo a um incremento no valor de 14.504.976,50 € (58,72%), face ao valor reconhecido no exercício de 2022. A variação ocorrida está relacionada com o aumento dos gastos inerentes à execução dos Contratos-Programa assinados com o Município de Lisboa. É de referir que, em 2023, foi assinado um novo Contrato-Programa, relativo à Deliberação n.º 355/CM/2023, cujo valor total é de 100.000.000,00 €, com prazo de execução até ao ano de 2026, correspondendo ao Contrato-Programa com o valor mais elevado estabelecido entre a GEBALIS e Município de Lisboa.

Seguindo a metodologia aplicada em documentos anteriores, analisamos com maior detalhe algumas das rubricas que constituem os Fornecimentos e serviços externos:

- **Eletricidade:** 1.140.442,35 € - Nesta rubrica estão contabilizados os gastos suportados com os consumos de eletricidade em instalações próprias e nos espaços comuns do património gerido pela empresa. Relativamente ao exercício de 2022, verificamos que existiu um aumento de 215.150,84 € (23,25%), justificado pelo aumento das tarifas cobradas pelos fornecedores de eletricidade.
- **Água:** 302.545,95 € - Esta rubrica corresponde aos gastos reconhecidos com os consumos de água em instalações próprias e nos espaços comuns do património gerido pela GEBALIS. Face a 2022, verificou-se uma diminuição no valor de 25.405,81 € (-7,75%).
- **Comunicação:** 341.820,63 € - O valor assumido corresponde aos gastos tidos com telefones, telemóveis, correio (inclui portes das faturas das rendas) e serviço de estafeta. Comparativamente a 2022, assistiu-se a um aumento no montante de 79.851,83 € (30,48%).



- **Vigilância e segurança:** 832.753,86 € - Nesta rubrica são reconhecidos os gastos com a vigilância das instalações ocupadas pela GEBALIS, o aluguer de sistemas de vigilância em frações municipais devolutas. Relativamente a 2022, registou-se um aumento no valor de 220.724,12 € (36,06%).
- **Trabalhos especializados:** 1.630.904,21 - Nesta rubrica são contabilizados trabalhos especializados diversos (jurídicos, informáticos, consultorias, etc.). Face a 2022, verificou-se um aumento de 147.843,73 € (9,97%).
- **Rendas e alugueres:** 565.330,32 € - Nesta rubrica são contabilizadas as rendas de instalações (Sede e Lojas do Cidadão) e os alugueres de equipamentos e viaturas. Relativamente ao ano de 2022, registou-se um aumento no montante de 398.777,95 € (239,43%).
- **Gastos com Condomínios:** 1.311.807,14 € - Nesta rubrica são contabilizadas as despesas suportadas com quotas, fundos de reserva, seguros, obras e outras despesas diversas referentes a Condomínios onde existem frações do património gerido pela GEBALIS. Face a 2022, verificou-se um aumento no montante de 18.331,98 € (1,42%).
- **Imputação dos gastos de obras de requalificação e obras em instalações próprias executadas em anos anteriores:** 537.660,60 €.

No que diz respeito às rubricas dos Fornecimentos e serviços externos que mostram uma natureza mais variável, salientam-se as seguintes:

- **Gastos com Obras:** 32.235.889,10 € (inclui o reconhecimento do valor dos gastos de obras de requalificação realizadas em anos anteriores, no montante 537.660,60 €) - Relativamente ao ano de 2022, verificou-se um aumento no valor de 13.259.675,27 € (69,88%). Este crescimento é explicado pelo aumento dos gastos com obras de manutenção e conservação no património edificado, inerentes à execução dos Contratos-Programa assinados com o Município de Lisboa.

Gastos reconhecidos no Exercício:

	Manutenção / Conservação	Requalificação	Instalações Próprias	TOTAL
Património Edificado	29.099.761,31 €	537.660,60 €	21.539,26 €	29.658.961,17 €
Equipamentos Eletromecânicos	2.572.549,13 €	0,00 €	4.378,80 €	2.576.927,93 €
TOTAL	31.672.310,44 €	537.660,60 €	25.918,06 €	32.235.889,10 €

Gastos com Obras realizadas no Exercício:

	Manutenção / Conservação	Instalações Próprias	TOTAL
Património Edificado	29.099.761,31 €	21.539,26 €	29.121.300,57 €
Equipamentos Eletromecânicos	2.572.549,13 €	4.378,80 €	2.576.927,93 €
TOTAL	31.672.310,44 €	25.918,06 €	31.698.228,50 €

- **Realização de ações com moradores:** 139.403,64 € - Engloba os gastos efetuados pela GEBALIS com os Protocolos assinados com as diversas instituições, para a realização de projetos de dinamização



e apoio social nos bairros geridos pela empresa. Face ao ano de 2022, observamos que existiu um aumento no valor de 48.362,88 € (53,12%). Nunca é de mais referir, que a ação da GEBALIS no apoio a diversas instituições foi mais abrangente, uma vez que os apoios concedidos na cedência de materiais aos diferentes projetos, não são contabilizados nesta rubrica.

Analisando as restantes rubricas englobadas nos Gastos e Perdas temos:

- Gastos com pessoal: 8.372.255,59 €, relativamente ao ano de 2022 existiu um aumento de 1.673.392,90 € (24,98%). O aumento dos gastos é explicado pela reorganização orgânica da Empresa, ao aumento do número de funcionários e ao aumento dos encargos com o Seguro de Saúde e com a Participação para o SNS.

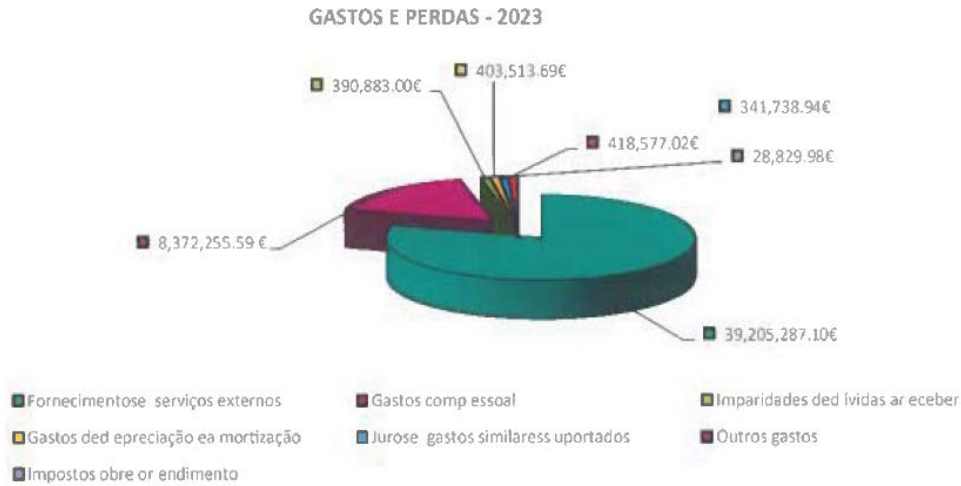
Rubrica	2022	2023	Varição em Valor	Varição em %
Remunerações Órgãos Sociais	107.755,16 €	111.645,06 €	3.889,90 €	3,61%
Remunerações Pessoal	5.114.072,16 €	6.370.402,24 €	1.256.330,08 €	24,57%
Encargos sobre remunerações	1.118.242,55 €	1.388.255,48 €	270.012,93 €	24,15%
Seguro Acidentes Trabalho	45.509,38 €	63.938,16 €	18.428,78 €	40,49%
Gastos Ação Social	6.015,37 €	8.360,45 €	2.345,08 €	38,98%
Outros gastos com o pessoal	138.302,45 €	192.731,30 €	54.428,85 €	39,35%
Outros encargos sociais	168.965,62 €	236.922,90 €	67.957,28 €	40,22%
Total	6.698.862,69 €	8.372.255,59 €	1.673.392,90 €	24,98%

- Imparidade de dívidas a receber (perdas + reversões): 390.883,00 €. O valor indicado corresponde ao valor da rubrica Perdas por imparidade (ajustamento das dívidas dos moradores) no montante de 601.001,51 €, à qual foi deduzida a importância registada na rubrica Reversões de perdas por imparidade (reversão da imparidade constituída em 2022, referente a dívidas da GEBALIS a fornecedores), no montante de 210.118,51 €, correspondente ao acordo estabelecido com a empresa CIP Construção, SA.
- Gastos de depreciação e de amortização: 403.513,69 €. Representam as amortizações e depreciações a realizar dos bens tangíveis e intangíveis da empresa, assim como, nas obras de requalificação realizadas no património gerido pela GEBALIS. No ano de 2023, não foi efetuada qualquer revalorização do valor dos ativos.
- Juros e gastos similares suportados: 341.738,94 €. Relativamente a 2022, constatamos que existiu um aumento de 155.304,57 € (83,30%), justificado pelo aumento acentuado das taxas de juro de referência (EURIBOR).
- Outros gastos: 418.577,02 €, correspondem essencialmente a gastos com impostos, quotizações, indemnizações e à anulação das sanções contratuais aplicadas em 2018 à empresa CIP Construção, SA. Relativamente ao ano de 2022, registou-se um acréscimo no montante de 398.713,66 € (2007,28%).

Rubrica	Valor
Impostos e taxas	4.336,33 €
Quotizações	17.708,00 €
Multas não fiscais	2.166,00 €
Indemnizações	50.207,16 €
Anulação sanções contratuais	343.659,53 €
Outros gastos diversos	500,00 €
Total	418.577,02 €



- Imposto sobre o rendimento do período: 28.829,98 €



No ano de 2023 foi assumido que a percentagem das receitas provenientes da cobrança de rendas a entregar à Câmara Municipal de Lisboa, conforme o n.º 1 do artigo 31.º dos estatutos da empresa, é de 0%, de acordo com a Deliberação 15/CM/2015, que aprovou o Plano de Reequilíbrio Financeiro da GEBALIS.

REAL VS ORÇAMENTO

Confrontando os resultados obtidos no ano de 2023 com os valores projetados no Plano de Atividades e Orçamento de 2023 obtemos o seguinte:

	2023 (Real)	2023 (Orçamento)	Variação (em valor)	Variação (em %)
Prestações de serviços e concessões	22.708.013,22 €	22.907.241,11 €	-199.227,89 €	-0,87%
Transferências e subsídios correntes obtidos	26.289.813,89 €	26.282.222,93 €	7.590,96 €	0,03%
Fornecimentos e serviços externos	-39.205.287,10 €	-39.580.232,93 €	374.945,83 €	-0,95%
Gastos com pessoal	-8.372.255,59 €	-8.579.344,94 €	207.089,35 €	-2,41%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-390.883,00 €	-250.000,00 €	-140.883,00 €	56,35%
Outros rendimentos	181.279,43 €	61.332,24 €	119.947,19 €	195,57%
Outros gastos	-418.577,02 €	-30.400,48 €	-388.176,54 €	1276,88%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	792.103,83 €	810.817,93 €	-18.714,10 €	-2,31%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-403.513,69 €	-420.130,05 €	16.616,36 €	-3,96%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	388.590,14 €	390.687,88 €	-2.097,74 €	-0,54%
Juros e gastos similares suportados	-341.738,94 €	-359.530,70 €	17.791,76 €	-4,95%
Resultados antes de impostos	46.851,20 €	31.157,18 €	15.694,02 €	50,37%
Imposto sobre o rendimento	-28.829,98 €	-19.977,72 €	-8.852,26 €	44,31%
Resultado Líquido do Período	18.021,22 €	11.179,46 €	6.841,76 €	61,20%

- Prestações de serviços e Concessões: A diferença registada de 199.227,89 € é justificada por ter sido efetuada uma menor emissão de rendas relativamente à prevista no Plano de Atividades e Orçamento de 2023;
- Fornecimentos e serviços externos: A diferença de 374.945,83 € é justificada pelo ajustamento dos valores gastos previstos por contrapartida do aumento da rubrica Outros gastos;



- **Gastos com o pessoal:** A diferença de 207.089,35 € é justificada por um excesso de estimativa na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento de 2023.
- **Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões):** A diferença de 140.883,00 € é justificada por uma insuficiência de estimativa no Plano de Atividades e Orçamento de 2023 relativamente ajustamento das dívidas dos moradores;
- **Outros Gastos:** A diferença de 388.176,54 € diz respeito, em grande parte, à anulação das sanções contratuais inerentes ao acordo de transação estabelecido com a empresa CIP Construção, SA.



SITUAÇÃO FINANCEIRA

Examinando as principais rubricas do Balanço, destacam-se as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis: 3.574.150,52 € - Esta rubrica corresponde ao valor líquido dos bens físicos que compõem o património da Empresa, das obras em instalações próprias e das obras de requalificação efetuadas no património gerido pela GEBALIS. Relativamente ao ano anterior, esta rubrica teve aumento no valor de 2.121.334,90 €.
- Ativos intangíveis: 500.487,21 € - Esta rubrica corresponde ao valor líquido dos programas de computador e sistemas de informação desenvolvidos pela Empresa. Face ao ano de 2022, esta rubrica registou um incremento no montante de 458.077,84 €.
- Diferimentos (Gastos a reconhecer): 1.494.066,77 €. Esta rubrica corresponde, quase na totalidade, aos gastos com obras de requalificação e instalações próprias a reconhecer em exercícios futuros. Face ao ano de 2022, a rubrica Diferimentos (Gastos a reconhecer) apresenta uma redução do seu valor no montante de 527.917,46 €.
- Outras contas a receber: 4.054.022,36 €. Corresponde, quase na totalidade, à dívida líquida dos moradores. Nesta rubrica estão reconhecidos alguns valores em dívida por parte do Município de Lisboa para com a GEBALIS, os quais passamos a indicar:

Conta	Descrição	Valor
27.8.9.1.9.01.3.02.1.02	Consumos EDP + EPAL	19.326,08 €
27.8.9.1.9.01.3.02.1.02.03	Deliberação 1268/CM/2008	11.152,58 €
Total		30.478,66 €

No que diz respeito à dívida de moradores, está a ser considerado o valor líquido de 3.767.464,81 €, correspondente a uma dívida de 45.221.305,54 € (Valor registado na conta 27.8.9.1.9.01.9.01), para a qual existem imparidades acumuladas no montante de 41.453.840,73 €.

- Caixa e depósitos: 13.465.479,94 €. Esta rubrica apresenta um valor elevado atendendo que integra os valores transferidos pelo Município de Lisboa, a título de adiantamento e que ainda não foram utilizados, ao abrigo dos Contratos-Programa Deliberação n.º 354/CM/2022 e Deliberação n.º 355/CM/2023. Salienta-se, que o valor desta rubrica inclui o valor de 3.721.518,43 €, referente às garantias para a boa execução dos trabalhos, originárias dos valores retidos nos pagamentos efetuados aos empreiteiros e aos valores que foram depositados em conta bancária da GEBALIS.
- Património líquido: 4.158.428,15 €. O valor indicado já engloba o aumento de 18.021,22 €, relativamente ao montante registado no final do ano 2022, correspondente ao Resultado líquido de período obtido no exercício de 2023.
- Financiamentos obtidos (adicionando os valores registados no Passivo não corrente e Passivo corrente): 5.479.999,92 €, traduzindo um decréscimo de 913.333,32 €, face ao valor contabilizado em 31/12/2022, correspondente à amortização das prestações do empréstimo médio/longo prazo contratualizado pela GEBALIS.
- Outras contas a pagar (Passivo não corrente): 3.721.518,43 €. Nesta rubrica encontram-se registados



os valores referentes aos montantes retidos nos pagamentos efetuados, assim como, os depósitos caução, para efeitos de garantia de boa execução das obras. Face a 31/12/2022, existiu um aumento de 789.060,88 €.

- Fornecedores: 368.028,67 €. Relativamente ao valor contabilizado no final do ano de 2022, existiu uma redução no montante de 163.462,94 €. Esta redução demonstra o empenho no cumprimento do Compromisso de Pagamento Pontual, subscrito pela GEBALIS, procurando assim promover uma cultura de pagamentos sem atrasos, e a valorização da sua importância para uma economia sustentável.
- Diferimentos (Rendimentos a reconhecer): 1.450.461,40 €. Corresponde, ao diferimento mensal das rendas emitidas pela GEBALIS.
- Outras contas a pagar (Passivo corrente): 7.944.218,98 €. Comparando com o valor registado em 31/12/2022, verificamos que existiu um incremento no valor de 2.371.557,34 €. Nesta rubrica estão englobados os Credores por acréscimos de gastos no montante de 1.658.354,38 €.

No final do exercício de 2023, a dívida da GEBALIS ao Município de Lisboa era a seguinte:

Conta	Descrição	Valor
27.8.9.2.9.01.3.02.1.01.01	% Rendas	132.985,13 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.01.02	Polícia Municipal	355.217,08 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.01	Deliberação 0713/CM/2008	108.656,55 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.02	Deliberação 1269/CM/2008	444.612,77 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.04	Deliberação 0210/CM/2009	583.148,01 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.05	Deliberação 1002/CM/2009	28.473,29 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.06	Deliberação 1003/CM/2009	16.422,09 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.07	Deliberação 1004/CM/2009	63.690,55 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.14	Deliberação 0354/CM/2022	557.724,41 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.15	Deliberação 0355/CM/2023	3.964.300,24 €
26.5	Lucros Disponíveis	2.816,08 €
22	Câmara Municipal Lisboa	48.711,60 €
Total		6.308.767,80 €

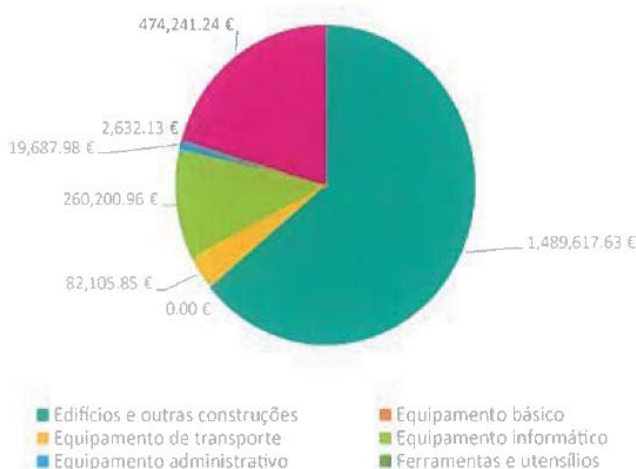
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No ano de 2023, relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, foi considerado no Plano de Atividades e Orçamento um investimento no valor de 2.328.485,79 €, tendo sido executado o montante de 2.319.255,50 €, a que corresponde uma taxa de execução de 99,6%. Face ao ano de 2022, constatamos que o valor executado aumentou 1.273.055,95 €.

Os montantes consignados ao Plano Plurianual de Investimentos demonstram uma forte aposta na modernização da Empresa, assim como, na disponibilização das melhores condições e dos melhores meios aos seus colaboradores, por forma, a garantir um desempenho mais eficiente.

Tipo de bem	2022			2023			Variação em valor		Variação em %	
	Dotação	Executado	% Execução	Dotação	Executado	% Execução	Dotação	Executado	Dotação	Executado
Edifícios e outras construções	549.781,76 €	513.603,96 €	93,4%	1.489.617,63 €	1.486.208,12 €	99,8%	939.835,87 €	972.604,16 €	170,9%	189,4%
Equipamento básico	7.000,00 €	6.137,29 €	87,7%	0,00 €	0,00 €	0,0%	-7.000,00 €	-6.137,29 €	-100,0%	-100,0%
Equipamento de transporte	20.000,00 €	19.618,50 €	98,1%	82.105,85 €	82.105,85 €	100,0%	62.105,85 €	62.487,35 €	310,5%	318,5%
Equipamento Informático	563.406,07 €	439.199,81 €	78,0%	260.200,96 €	259.598,53 €	99,8%	-303.205,11 €	-179.601,28 €	-53,8%	-40,9%
Equipamento administrativo	29.572,77 €	22.988,64 €	77,7%	19.687,98 €	14.469,63 €	73,5%	-9.884,79 €	-8.519,01 €	-33,4%	-37,1%
Ferramentas e utensílios	24.731,70 €	23.157,10 €	93,6%	2.632,13 €	2.632,13 €	100,0%	-22.099,57 €	-20.524,97 €	-89,4%	-88,6%
Programas de computador	25.494,70 €	21.494,25 €	84,3%	474.241,24 €	474.241,24 €	100,0%	448.746,54 €	452.746,99 €	1760,2%	2106,4%
Total	1.219.987,00 €	1.046.199,55 €	85,8%	2.328.485,79 €	2.319.255,50 €	99,6%	1.108.498,79 €	1.273.055,95 €	90,9%	121,7%

Plano Plurianual de Investimentos - 2023



O investimento realizado versou a aquisição dos seguintes bens:

- Edifícios e outras construções: Obras realizadas em diversos Gabinetes de Bairro da GEBALIS;
- Equipamento administrativo: Aquisição de diverso mobiliário (cadeiras, estantes, secretárias e blocos de gavetas);
- Software: Em curso a implementação de portal de serviços e CRM;
- Equipamento informático: Aquisição de computadores e outros equipamentos informáticos.

CONTABILIDADE DE GESTÃO APURAMENTO DE RESULTADOS POR BAIRRO

No cumprimento da NCP 27, referente à implementação de um sistema de Contabilidade de Gestão, com o intuito de ser elaborada informação relevante sobre gastos, rendimentos e resultados, que facilite a tomada de decisões, por parte dos gestores públicos, foi implementado, para a atividade final de gestão do arrendamento, o apuramento de resultados por zona geográfica do património gerido pela Empresa.

Para os gastos e para os rendimentos que não tinham uma imputação direta a uma zona/bairro, esses montantes foram distribuídos em função da sua dimensão (número de contratos ativos).

No quadro abaixo, é apresentada a distribuição dos gastos e dos rendimentos por zona.

ZONA	GASTOS	RENDIMENTOS	RESULTADO
Norte Ocidental	7.614.322,63 €	6.987.459,42 €	-626.863,21 €
Norte Oriental	13.938.412,45 €	13.806.192,22 €	-132.220,23 €
Ocidental	8.004.743,29 €	8.189.623,09 €	184.879,80 €
Oriental	8.214.242,93 €	7.641.253,49 €	-572.989,44 €
Património Disperso	816.831,77 €	2.946.541,31 €	2.129.709,54 €
Sul	10.543.702,27 €	9.608.037,01 €	-935.665,26 €
TOTAL (RAI)	49.132.255,34 €	49.179.106,54 €	46.851,20 €



RÁCIOS DE ESTRUTURA

O rácio de Autonomia Financeira (17,789%) e o rácio Nível de Solvabilidade (21,638%), registados no ano de 2023, são inferiores aos verificados no ano de 2022 (19,531% e 24,271% respetivamente). Apesar destes indicadores terem um valor menos robusto, do que o registado no ano de 2022, continuam a demonstrar que o grau de dependência de terceiros é pouco significativo.

RÁCIOS DE LIQUIDEZ

Os rácios de Liquidez Geral (1,852) e Liquidez Reduzida (1,852), apresentam valores superiores à unidade. Relativamente ao ano de 2022, onde foram registados os valores de 2,438 e 2,438 respetivamente, observamos uma diminuição do valor destes indicadores. Esta variação é explicada, pelo aumento do valor da rubrica Outras contas a pagar, atendendo aos adiantamentos relativos aos Contratos-Programa Deliberação n.º 354/CM/2022 e Deliberação n.º 355/CM/2023. Os valores alcançados demonstram que a GEBALIS tem a capacidade de cumprir atempadamente os seus compromissos assumidos.

EBITDA

Em 2023, o EBITDA totaliza o valor de 792.103,83 €. Relativamente ao ano de 2022, existiu um aumento no valor de 325.130,53 € (69,63%). Os valores alcançados comprovam que a GEBALIS continua a gerar os meios suficientes para o desempenho da sua atividade, reforçando a sua capacidade económica e financeira.

CONCLUSÃO



No exercício contabilístico de 2023, a GEBALIS obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de 18.021,22 €, um valor um pouco acima do valor do previsto no Plano de Atividades e Orçamento. Apesar dos fatores macroeconómicos, tais como taxa de inflação elevada e taxas de juros de referência (EURIBOR) em valores historicamente altos, que influenciam diretamente a aquisição de bens e serviços por parte da Empresa, agravam o serviço da dívida bancária contratualizada no ano de 2015, assim como, a condição financeira dos arrendatários residentes no património gerido pela GEBALIS, foi possível reforçar a sua situação económica e financeira.

No ano de 2023, o Município de Lisboa voltou a confiar na GEBALIS como parceiro, para promover a reabilitação do património municipal. A assinatura do Contrato-Programa Deliberação n.º 355/CM/2023, no valor de 100.000.000,00 €, representa o Contrato-Programa de maior valor assinado até hoje e traduz uma forte aposta na restituição e melhoria das condições de segurança, conforto e eficiência energética dos edifícios municipais. Neste Contrato-Programa existe a continuidade da aposta na reabilitação

de frações municipais, para responder às graves carências existentes no país ao nível da habitação.

Ao nível da execução dos Contratos-Programa Deliberação n.º 354/CM/2022 e Deliberação n.º 355/CM/2023, é de destacar, que no ano de 2023, a GEBALIS conseguiu uma execução muito perto dos 100%. De um total de dotação de 26.107.274,29 €, ficou por executar/faturar o valor de 149,44 €, traduzindo uma taxa de execução nunca alcançada pela Empresa.

Outro ponto a destacar é o volume de investimento realizado no Plano Plurianual de Investimento (PPI), que totalizou o montante de 2.319.255,50 €. O valor investido revela uma forte aposta da Empresa obter todas as ferramentas necessárias para melhorar o seu desempenho.

Analisando os resultados obtidos nos anos de 2019 a 2023 de acordo com o artigo 62.º da lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que define os critérios para a avaliação da obrigatoriedade de dissolução das empresas locais, verificamos que a GEBALIS não se enquadra nos critérios económicos e financeiros que obrigam à sua dissolução.

Critério para a dissolução					
As Vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios					
2023	2022	2021	2020	2019	Avaliação
46,19%	64,66%	69,78%	63,15%	57,92%	O critério não se verifica. Não obriga a dissolução.
Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas					
2023	2022	2021	2020	2019	Avaliação
53,46%	34,99%	30,05%	36,71%	41,49%	O critério não se verifica. Não obriga a dissolução.
Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo					
2023	2022	2021	2020	2019	Avaliação
792.103,83 €	466.973,30 €	1.569.424,01 €	319.095,15 €	402.610,16 €	O critério não se verifica. Não obriga a dissolução.
Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado Líquido é negativo					
2023	2022	2021	2020	2019	Avaliação
18.021,22 €	117.005,25 €	991.866,26 €	9.668,12 €	29.337,36 €	O critério não se verifica. Não obriga a dissolução.



O Conselho de Administração

O Presidente

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

O Vogal

Gonçalo de Melo Portugal Saluce de Sampaio

A Vogal

Ana Paula Calheiros Nunes da Cunha



FACTOS RELEVANTES

A EMPRESA:

- Não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social;
- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse;
- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS:

- Não efetuaram quaisquer negócios com a sociedade;
- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação das listas de títulos e acionistas referidas nos art.º 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

ACONTECIMENTOS APÓS 31 DE DEZEMBRO:

Após o termo do exercício, não é do nosso conhecimento a ocorrência de factos relevante, que alterem as demonstrações financeiras apresentadas ou a continuidade da atividade da Empresa.

Conforme afirmado anteriormente, a GEBALIS não tem operações, transações e/ou qualquer outro tipo de relacionamento com entidades sancionadas, nomeadamente a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, pelo que, não esperamos no quadro económico atual e com base nos elementos de que dispomos atualmente, impactos significativos para a empresa.

O início do ano de 2024 continua a revelar um contexto de grande incerteza, relativamente à evolução dos fatores macroeconómicos inflação e taxas de juro. A instabilidade geopolítica, marcada pelos conflitos armados na Ucrânia e Faixa de Gaza, sem uma resolução à vista e com possibilidade destes conflitos escalam para outras regiões, poderão condicionar o crescimento económico mundial. No entanto, está a ser considerado, que os objetivos delineados pela Empresa serão atingidos, estando criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da GEBALIS e para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Será expectável, que no ano de 2024, a taxa de inflação registada ainda esteja acima do valor de 2% (valor de referência considerado para a estabilidade de preços). Atendendo que a inflação ainda não se encontra domada, não se encontram reunidas as condições para a descida significativa das taxas de juro de referência (EURIBOR).

Em 2024, espera-se a manutenção da medida da CML, referente ao não aumento das rendas, nos moldes



definidos para o ano de 2023, através da Deliberação n.º 550/CM/2022. No Plano de Atividades e Orçamento de 2024 da GEBALIS, já está a ser considerada a manutenção da medida.

No Plano de Atividades e Orçamento relativo aos anos de 2024 a 2028, está a ser previsto que nestes cinco exercícios a Empresa irá obter Resultados líquidos do período positivos.

A execução dos Contratos-Programa assinados, entre a GEBALIS e o Município de Lisboa, constituem um desafio para a Empresa, atendendo aos montantes contratualizados e aos prazos de conclusão das obras. É de salientar, tendo por base nos valores estimados para o período de 2024 a 2025 e os registados no ano de 2023, que a GEBALIS poderá cumprir os critérios definidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Os valores projetados são influenciados pela execução do Contrato-Programa 355/CM/2023, que visa a execução de obras, financiadas pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, contratualizadas junto da entidade financiadora, pelo Município de Lisboa.

Dando resposta aos problemas de acesso à habitação, no ano de 2024, será previsível o aumento do número de contratos de arrendamento do Programa Renda Acessível geridos pela GEBALIS. Relativamente à passagem de novos edifícios para a Empresa, dedicados em exclusividade ou quase exclusividade, para o Programa Renda Acessível, está a ser prevista a passagem do edifício situado na Rua de Moscovide, N.º 2 a 6. Em resultado do esforço realizado para reabilitar o património municipal, será expectável o aumento do número de habitações geridas, atribuídas em regime de Arrendamento Apoiado.

Em outubro/2023, foi aprovada a Carta Municipal da Habitação, tendo estado em consulta pública até ao dia 02 de fevereiro de 2024. A formalização deste projeto irá aumentar e melhorar a oferta de habitação: municipal, em parceria e privada; reduzir assimetrias no acesso à habitação e regenerar a cidade esquecida. A GEBALIS continuará a desempenhar um papel importante na reabilitação e gestão do património municipal, por forma, a aumentar o número de habitações destinadas à fixação de população na cidade de Lisboa.

A Empresa prosseguirá o seu caminho para fortalecer a sua situação económica e financeira, tendo como objetivos primordiais o cumprimento das obrigações inerentes à reestruturação da dívida bancária e à adequação dos gastos e da estrutura da empresa à atividade e às incumbências definidas pelo Município de Lisboa.

Tendo por base o know how adquirido ao longo dos anos, que permite à Empresa conhecer as características sociais e económicas dos agregados familiares residentes nas habitações municipais geridas pela GEBALIS, assim como, das dificuldades inerentes à estabilização da situação financeira da empresa, nos próximos anos as ações a desenvolver terão como objetivo:

- Melhoria contínua de um serviço público de qualidade para Lisboa, atendendo à necessária e respetiva atualização legislativa e procedimental;
- Melhoria da eficácia e eficiência na Gestão do Arrendamento Municipal;
- Melhoria contínua das condições de atendimento aos munícipes reabilitando os espaços existentes e prosseguindo a aposta contínua no desenvolvimento novos canais de comunicação;
- Adequação da estrutura da empresa à possível integração de novas unidades de negócio;
- Promoção da vida coletiva e melhoria dos níveis de participação e responsabilização cívica dos



residentes e parceiros reforçando a implementação de projetos a nível local:

- Dar ênfase ao processo de recuperação da dívida, analisando, desenvolvendo e implementando novas medidas que permitam reduzir os montantes em mora;
- Gestão e controlo da execução financeira dos Contratos-Programa com a Município de Lisboa e de toda a Contratação Pública promovida pela empresa, indispensáveis à manutenção e requalificação do património sob gestão GEBALIS;
- Melhoria de condições de trabalho (pessoais, instrumentais e relacionais), investimento em aquisição de novas competências e formação dos recursos humanos da empresa, retenção de profissionais qualificados e promoção de igualdade de oportunidades;
- Desenvolvimento e partilha de práticas de responsabilidade social, tanto interna como externamente à empresa, na capitalização e divulgação de conhecimento e experiência adquirida;
- A colaboração, investimento, dinamização e avaliação de programas, projetos e atividades a implementar na esfera de influência do património gerido pela empresa;
- Promoção e dinamização da necessária articulação, cooperação e gestão integrada entre a GEBALIS e os diversos serviços do município, os parceiros sociais, formais e informais, as empresas fornecedoras de serviços públicos de interesse geral e a sociedade em geral, com particular incidência nos serviços intervenientes e com impacto na cidade.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência legal estatutária, o Conselho de Administração propõe que, o resultado líquido do período, positivo, no montante de 18.021,22 € tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados: 18.021,22 €.

De acordo com o Plano de Reequilíbrio Financeiro da empresa, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa na Deliberação 15/CM/2015, e que serviu de base ao contrato de empréstimo de longo prazo de 13.700.000,00 €, firmado entre a GEBALIS e o Sindicato Bancário constituído pelo Banco BPI e a Caixa Económica Montepio Geral, não será efetuada distribuição de lucros ao acionista. Desta forma, de acordo com o n.º 2 do artigo 31.º dos Estatutos da GEBALIS, a percentagem a entregar a Câmara Municipal de Lisboa a título de participação nos lucros é 0%.

Nos termos da sua competência legal estatutária, o Conselho de Administração propõe que o valor de 9.899.528,22 €, seja considerado no Orçamento do ano de 2024 como Saldo Orçamental Transitado do Ano Anterior - Classificação Económica de Receita: 160101. Este Saldo Orçamental será aplicado em despesas inerentes à Económica de Despesa: 02 - Aquisição de bens e serviços.



O Conselho de Administração

O Presidente

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

O Vogal

A Vogal

Gonçalo de Melo Portugal Saluce de Sampaio

Ana Paula Calheiros Nunes da Cunha

3.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GEBALIS, E.M., S.A.



Gebalis

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes em euros)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	3 574 150,52	1 452 815,62
Ativos intangíveis	8	500 487,21	42 409,37
Outros ativos financeiros	9	37 872,50	35 889,22
Ativos por impostos diferidos	10	211 340,97	211 340,97
		4 323 851,20	1 742 455,18
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	17	39 274,32	249 645,73
Outras contas a receber	11	4 054 022,36	4 516 772,81
Diferimentos	12	1 494 066,77	2 021 984,23
Caixa e depósitos	4	13 465 479,94	12 668 634,93
		19 052 843,39	19 457 037,70
Total do ativo		23 376 694,59	21 199 492,88
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património / Capital	13	1 300 000,00	1 300 000,00
Reservas	13	260 000,00	260 000,00
Resultados transitados	13	2 580 406,93	2 463 401,68
Resultado líquido do período		18 021,22	117 005,25
Total do Património Líquido		4 158 428,15	4 140 406,93
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	14	4 566 666,60	5 479 999,92
Outras contas a pagar	18	3 721 518,43	2 932 457,55
		8 288 185,03	8 412 457,47
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	15	368 028,67	531 491,61
Estado e outros entes públicos	17	251 222,96	131 508,65
Acionistas / sócios / associados	16	2 816,08	2 816,08
Financiamentos obtidos	14	913 333,32	913 333,32
Outras contas a pagar	18	7 944 218,98	5 572 661,64
Diferimentos	19	1 450 461,40	1 494 817,18
		10 930 081,41	8 646 628,48
Total do passivo		19 218 266,44	17 059 085,95
Total do Património Líquido e Passivo		23 376 694,59	21 199 492,88

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Prestações de serviços e concessões	20	22 708 013,22	20 940 138,42
Transferências e subsídios correntes obtidos	21	26 289 813,89	11 371 656,92
Fornecimentos e serviços externos	22	(39 205 287,10)	(24 700 310,60)
Gastos com pessoal	23	(8 372 255,59)	(6 698 862,69)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	27	(390 883,00)	(618 116,57)
Outros rendimentos	24	181 279,43	192 331,18
Outros gastos	25	(418 577,02)	(19 863,36)
Resultado antes de depreciações e resultados financeiros		792 103,83	466 973,30
Gastos / reversões de depreciação e amortização	26	(403 513,69)	(118 149,71)
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		388 590,14	348 823,59
Juros e gastos similares suportados	28	(341 738,94)	(186 434,37)
Resultado antes de impostos		46 851,20	162 389,22
Imposto sobre o rendimento	29	(28 829,98)	(45 383,97)
Resultado líquido do período		18 021,22	117 005,25

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Montantes em euros)**

	Capital/ Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
A 31 de dezembro de 2022	1 300 000,00	260 000,00	2 463 401,68	-	117 005,25	4 140 406,93
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	117 005,25	-	(117 005,25)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	18 021,22	18 021,22
Resultado integral	-	-	117 005,25	-	(98 984,03)	18 021,22
Operações com detentores de capital no período						
Outras operações - Distribuições	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2023	1 300 000,00	260 000,00	2 580 406,93	-	18 021,22	4 158 428,15
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	991 866,26	-	(991 866,26)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	117 005,25	117 005,25
Resultado integral	-	-	991 866,26	-	(874 861,01)	117 005,25
Operações com detentores de capital no período						
Outras operações - Distribuições	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2022	1 300 000,00	260 000,00	2 463 401,68	-	117 005,25	4 140 406,93

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2023

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes em euros)**

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	22 538 288,21	21 076 617,78
Pagamentos a fornecedores	(38 496 951,23)	(23 639 621,20)
Pagamentos ao pessoal	(8 197 415,08)	(6 636 712,32)
Caixa gerados pelas operações	(24 156 078,10)	(9 199 715,74)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	181 541,44	(260 395,43)
Outros recebimentos / pagamentos	28 348 170,02	12 736 386,45
Fluxos de caixa das actividades operacionais [a]	4 373 633,36	3 276 275,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(1 845 014,26)	(1 044 845,76)
Ativos intangíveis	(474 241,24)	-
Investimentos financeiros	(3 658,87)	(7 981,14)
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	500,00	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	890,61	348,45
Outros ativos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	15,72	4,85
Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento [b]	(2 321 508,04)	(1 052 473,80)
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(913 333,32)	(913 333,32)
Juros e gastos similares	(341 946,99)	(185 850,65)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento [c]	(1 255 280,31)	(1 099 183,97)
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	796 845,01	1 124 617,51
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	12 668 634,93	11 544 017,42
Saldo gerência anterior de execução orçamental	9 891 617,82	8 945 408,09
Saldo gerência anterior de operações de tesouraria	2 777 017,11	2 598 609,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13 465 479,94	12 668 634,93
Saldo gerência seguinte de execução orçamental	9 899 528,22	9 891 617,82
Saldo gerência seguinte de operações de tesouraria	3 565 951,72	2 777 017,11

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 1. NOTA INTRODUTÓRIA**
- 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
 - 2.1.** Referencial contabilístico
 - 2.2.** Derrogação das disposições do SNC
 - 2.3.** Comparabilidade das demonstrações financeiras
- 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**
 - 3.1.** Ativos fixos tangíveis
 - 3.2.** Ativos intangíveis
 - 3.3.** Ativos e passivos financeiros
 - 3.4.** Clientes e Outros créditos a receber
 - 3.5.** Caixa e equivalentes de caixa
 - 3.6.** Imparidade de Ativos
 - 3.7.** Financiamentos obtidos
 - 3.8.** Fornecedores e Outras dívidas a pagar
 - 3.9.** Imposto sobre o rendimento
 - 3.10.** Locações
 - 3.11.** Rédito
 - 3.12.** Benefícios dos empregados
 - 3.13.** Subsídios e apoios do Governo
 - 3.14.** Encargos financeiros com financiamentos obtidos
 - 3.15.** Especialização dos exercícios
 - 3.16.** Transações e saldos em moeda estrangeira
 - 3.17.** Acontecimentos após a data do balanço
 - 3.18.** Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas
- 4. FLUXOS DE CAIXA**
- 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**
- 6. PARTES RELACIONADAS**
- 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**
- 8. ATIVOS INTANGÍVEIS**
- 9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS**
- 10. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS**
- 11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**
- 12. DIFERIMENTOS ATIVOS**
- 13. CAPITAL**
- 14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**
- 15. FORNECEDORES**
- 16. ACIONISTAS / SOCIOS**
- 17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**
- 18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR**
- 19. DIFERIMENTOS PASSIVOS**
- 20. RÉDITO**
- 21. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**
- 22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS**
- 23. GASTOS COM O PESSOAL**
- 24. OUTROS RENDIMENTOS**
- 25. OUTROS GASTOS**
- 26. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES**
- 27. IMPARIDADES**
- 28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS**
- 29. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**
- 30. OUTRAS DIVULGAÇÕES**
 - 30.1.** Situação tributária e contributiva
 - 30.2.** Remunerações dos Órgãos Sociais
- 31. EVENTOS SUBSEQUENTES**
- 32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, S.A., é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, de promoção do desenvolvimento local, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 1995 e tem como objetivo a promoção e gestão de imóveis de habitação municipal que a Câmara Municipal de Lisboa lhe confiar, com sede na Rua Laura Alves, 12 - 7.º Piso, em Lisboa.

A sua criação resultou da intenção do Município em assegurar uma política de gestão integrada, visando a administração dos bairros, a qualidade de vida das populações residentes e a conservação do património.

A Missão da Empresa consiste em gerir eficazmente os Bairros com uma forte perspetiva de desenvolvimento e integração social, educação ambiental, conservação do património e integração profissional da população.

Baseando-se em critérios de proximidade a GEBALIS exerce uma gestão integrada, participada e descentralizada, apoiando-se em estruturas funcionais, ágeis e eficazes, localizadas em gabinetes situados nos bairros, nos quais trabalham equipas multidisciplinares, com funções definidas nas 3 áreas de gestão: financeira, patrimonial e social.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 09 de fevereiro de 2024 através da deliberação nº 052/CA/2024, contudo, as mesmas, estão ainda sujeitas à aprovação por parte da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Geral da Empresa, nos termos da legislação em vigor.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O Balanço em 31 de dezembro de 2023, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para o período iniciado em 1 de janeiro de 2023, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, atualizado pelo Decreto-Lei nº 85/2016 de 21 de dezembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.



2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e quando necessário registar uma perda por imparidade (Nota 3.6). O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

3.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos intangíveis são registados pelo seu custo e são constituídos basicamente por despesas



associadas a programas de computadores, incluindo licenças. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos Ativos intangíveis pelo método das quotas constantes, durante um período de entre 3 e 6 anos. As vidas úteis e método de amortização dos vários Ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor

líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem as seguintes rubricas:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Empréstimos concedidos;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Empréstimos obtidos.

São ainda classificados ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados ao custo ou custo amortizado são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.



Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Desreconhecimento de Ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os Ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido, ou quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.4. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade dos saldos de clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos à ordem, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

3.6. IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso de o ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor



recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos Ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.8. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor (Nota 29).

Os impostos diferidos são reconhecidos e determinados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.10. LOCAÇÕES

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras, os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.11. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período,



vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

3.13. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração relacionados, fundamentalmente, com os contratos-programa, são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como redução às amortizações/depreciações do período, proporcionalmente às amortizações/depreciações, respetivas dos ativos financiados.

3.14. ENCARGOS FINANCEIROS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.15. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de outras dívidas a pagar e outros créditos a receber e de diferimentos.

3.16. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, correspondendo à moeda funcional e de apresentação da Empresa. As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores

foram determinados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.18. JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita



à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 e em 31/12/2022, têm a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	13 465 479,94	12 688 634,93
Caixa e seus equivalentes	13 465 479,94	12 688 634,93

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31/12/2023, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. PARTES RELACIONADAS

O capital social da Gebalis está representado por 1.300.000 ações, com o valor nominal de um euro, por ação, encontra-se totalmente realizado e é integralmente detido pelo Município de Lisboa.

As transações registadas em 2023 e 2022, com a Câmara Municipal de Lisboa e restantes empresas do perímetro de consolidação, bem como os saldos que constam do balanço, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são os que seguidamente se apresentam:



2023							
	Saldos				Transações		
	Fornecedores	Acionistas	Outros Devedores	Outros Credores	Forn e Serviços	Subsídios à Exploração	Outros Rend.
CML	48 711,60	(2 816,08)	30 478,66	(6 255 230,12)	105 691,94	(26 288 969,18)	-
CARRIS	-	-	-	-	-	-	-
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
EGEAC	-	-	-	-	-	-	-
SRU Ocidental	-	-	-	-	-	-	-
	<u>48 711,60</u>	<u>(2 816,08)</u>	<u>30 478,66</u>	<u>(6 255 230,12)</u>	<u>105 691,94</u>	<u>(26 288 969,18)</u>	<u>-</u>

2022							
	Saldos				Transações		
	Fornecedores	Acionistas	Outros Devedores	Outros Credores	Forn e Serviços	Subsídios à Exploração	Outros Rend.
CML	49 621,37	(2 816,08)	30 478,66	(3 614 328,66)	10 007,47	(11 105 610,11)	-
CARRIS	-	-	-	-	-	-	-
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
EGEAC	-	-	-	-	-	-	-
SRU Ocidental	-	-	-	-	-	-	-
	<u>49 621,37</u>	<u>(2 816,08)</u>	<u>30 478,66</u>	<u>(3 614 328,66)</u>	<u>10 007,47</u>	<u>(11 105 610,11)</u>	<u>-</u>

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	888 289,67	176 401,26	452 063,32	1 919 311,50	623 574,63	267 759,06	4 327 399,44
Aquisições	1 392 406,47	-	82 105,85	264 326,56	2 632,13	767 214,18	2 508 685,19
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	208 241,89	-	-	59 517,17	-	(267 759,06)	-
Abates	-	-	(51 219,35)	-	-	-	(51 219,35)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	2 488 938,03	176 401,26	482 949,82	2 243 155,23	626 206,76	767 214,18	6 784 865,28
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:							
Saldo inicial	209 811,24	166 738,75	425 150,77	1 477 882,47	595 000,59	-	2 874 583,82
Depreciações do exercício	201 794,44	2 822,04	23 816,29	151 787,77	7 129,75	-	387 350,29
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(51 219,35)	-	-	-	(51 219,35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	411 605,68	169 560,79	397 747,71	1 629 670,24	602 130,34	-	3 210 714,76
Ativo líquido	2 077 332,35	6 840,47	85 202,11	613 484,99	24 076,42	767 214,18	3 574 150,52
2022							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	495 137,19	170 263,97	432 444,82	1 520 545,93	600 417,53	89 168,41	3 307 977,85
Aquisições	-	6 137,29	19 618,50	458 282,74	23 157,10	512 225,96	1 019 421,59
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	393 152,48	-	-	(59 517,17)	-	(333 635,31)	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	888 289,67	176 401,26	452 063,32	1 919 311,50	623 574,63	267 759,06	4 327 399,44
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:							
Saldo inicial	149 365,71	165 275,65	415 484,40	1 438 090,14	590 027,34	-	2 758 243,24
Depreciações do exercício	60 445,53	1 463,10	9 666,37	39 792,33	4 973,25	-	116 340,58
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	209 811,24	166 738,75	425 150,77	1 477 882,47	595 000,59	-	2 874 583,82
Ativo líquido	678 478,43	9 662,51	26 912,55	441 429,03	28 574,04	267 759,06	1 452 815,62



Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes com as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções (Obras)	10
Equipamento básico	3 - 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 10

Em 2023, nos ativos fixos tangíveis estão englobadas as obras de requalificação efetuadas no património gerido pela GEBALIS, no montante de 674.766,32 € (valor bruto antes de depreciações), cujo gasto será reconhecido em função da vida útil estimada de cada intervenção:

Bairro	Valor	Vida útil
Alfredo Bensaúde	61 053,16	5 anos
Armador	57 528,32	8 anos
Casal Machados	250 332,56	8 anos
Flamenga	155 545,98	8 anos
Ourives	15 689,82	8 anos
Ourives	119 146,84	5 anos
Padre Cruz	15 469,64	8 anos
Total	674 766,32	

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023						
	Projetos de desenvolvim	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	-	1 046 190,48	-	-	-	1 046 190,48
Aquisições	-	-	-	-	474 241,24	474 241,24
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	8 776,05	-	-	(8 776,05)	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1 054 966,53	-	-	465 465,19	1 520 431,72
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:						
Saldo inicial	-	1 003 781,11	-	-	-	1 003 781,11
Depreciações do exercício	-	16 163,40	-	-	-	16 163,40
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1 019 944,51	-	-	-	1 019 944,51
Ativo líquido	0,00	35 022,02	0,00	0,00	465 465,19	500 487,21
2022						
	Projetos de desenvolvim	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	-	1 003 201,98	-	-	21 494,25	1 024 696,23
Aquisições	-	-	-	-	21 494,25	21 494,25
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	42 988,50	-	-	(42 988,50)	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1 046 190,48	-	-	-	1 046 190,48
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:						
Saldo inicial	-	1 001 971,98	-	-	-	1 001 971,98
Depreciações do exercício	-	1 809,13	-	-	-	1 809,13
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1 003 781,11	-	-	-	1 003 781,11
Ativo líquido	0,00	42 409,37	0,00	0,00	0,00	42 409,37

Vidas úteis e amortização

Os ativos intangíveis de vida útil finita são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Programas de computador	3 - 6

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica de “Outros investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	2023	2022
Não correntes:		
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	37 872,50	35 889,22
	<u>37 872,50</u>	<u>35 889,22</u>

10. ATIVOS POR IMPOSTO DIFERIDOS

Durante o período findo em 31/12/2023, os movimentos ocorridos na rubrica de “Ativos por impostos diferidos” foram os seguintes:

Ativos por impostos diferidos	2023					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Constituição		Reversão		
		Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	
Ajustamentos inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	211 340,97	-	-	-	-	211 340,97
Provisões p/ riscos e encargos	-	-	-	-	-	-
	<u>211 340,97</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>211 340,97</u>

O saldo de Ativos por impostos diferidos resulta de prejuízos fiscais gerados no exercício de 2015, no montante de 1.136.087 €, os quais já foram utilizados em parte, conforme se evidencia na nota 29. Nos anos de 2022 e 2023, a sociedade não utilizou os prejuízos fiscais apesar de apresentar lucro fiscal, pela razão que se encontra a decorrer um processo de inspeção fiscal pela AT para o qual se aguarda decisão, assim, por razões de prudência, optou a GEBALIS por não utilizar estes prejuízos fiscais até decisão da AT (ver nota 30.1).

11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica de “Outros créditos a receber” pela Empresa têm a seguinte composição:

	2023			2022		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não Correntes:						
Rendas património sob gestão	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Correntes:						
Rendas património sob gestão	45 221 305,54	(41 453 840,73)	3 767 464,81	45 068 478,02	(40 852 839,22)	4 215 638,80
CML - Contratos Programa	11 152,58	-	11 152,58	11 152,58	-	11 152,58
CML - Outros valores	19 326,08	-	19 326,08	19 326,08	-	19 326,08
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	256 078,89	-	256 078,89	480 773,86	(210 118,51)	270 655,35
	<u>45 507 863,09</u>	<u>(41 453 840,73)</u>	<u>4 054 022,36</u>	<u>45 579 730,54</u>	<u>(41 062 957,73)</u>	<u>4 516 772,81</u>
	<u>45 507 863,09</u>	<u>(41 453 840,73)</u>	<u>4 054 022,36</u>	<u>45 579 730,54</u>	<u>(41 062 957,73)</u>	<u>4 516 772,81</u>

No decurso do período findo em 31/12/2023, foram reconhecidas perdas por imparidade, conforme Nota 27.

12. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

Natureza	2023	2022
Seguros	9 743,14	-
Obras requalificação/Beneficiação nos bairros	1 484 323,63	2 021 984,23
- Prohabita - Lotes 601 a 619 Salgadas	189 523,51	255 448,63
- Prohabita - 19 Lotes Condado Zona	320 499,94	445 744,22
- Edificado	974 300,18	1 320 791,38
	<u>1 494 066,77</u>	<u>2 021 984,23</u>

No âmbito das suas competências estatutárias, a GEBALIS promoveu, ao longo dos anos, a conservação, manutenção e requalificação dos edifícios sob sua gestão e dos respetivos equipamentos que os integram. Estes edifícios e equipamentos, apesar de estarem sob gestão da GEBALIS, são propriedade do Município de Lisboa, que os controla, determina a sua afetação e utilização, e, portanto, não fazem parte do ativo fixo tangível da Empresa. Por este facto, as intervenções de requalificação que a GEBALIS executou, pelas suas características e porque era espetável a existência de benefícios económicos futuros ao longo de vários anos, foram classificadas, no ano da sua execução, em gastos a reconhecer e anualmente é reconhecido como gastos do exercício uma parte, atendendo à vida útil esperada/estimada.



Do valor de 1.484.323,63 €, serão reconhecidos até 31/12/2024, a quantia de 474.888,35 €, sendo a restante verba no valor de 1.009.435,28 € reconhecida em anos seguintes.

Atendendo que a vida útil dos equipamentos e intervenções realizadas deve ser revista e estimada sempre que se justificar, com base na experiência com equipamentos e intervenções semelhantes, sendo ajustada ao período durante o qual se espera que existam benefícios económicos futuros, em normais condições de funcionamento, foi realizado, no ano 2017, a revisão da vida útil das intervenções efetuadas nos equipamentos eletromecânicos passando de uma vida útil esperada de 20 anos para 8 e 12 anos, conforme o tipo de intervenção.

Quadro síntese das vidas úteis estimadas:

Área de Intervenção	Tipo de intervenção	Vida útil
Edifícios	Requalificação / Inovação	20 anos
Equipamentos Eletromecânicos	Modernização	12 anos
	Manutenção Reparação	8 anos
	Manutenção Corrente	
	Manutenção Obrigatória	

13. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2023, o Capital Próprio da Empresa era composto da seguinte forma:

CAPITAL	2023	2022
Capital:		
Valor nominal	1 300 000,00	1 300 000,00
Reservas legais	260 000,00	260 000,00
Outras variações no capital próprio	-	-
Resultados transitados	2 580 406,93	2 463 401,68
Resultado líquido do período	18 021,22	117 005,25
Total do capital próprio	4 158 428,15	4 140 406,93
Resultados Transitados:	Positivos	Negativos
Ano de 2001	43 269,44	
Ano de 2002	47 664,15	
Ano de 2003	53 505,43	
Ano de 2004		197 608,62
Ano de 2005		5 943 287,87
Ano de 2006		4 977 367,93
Ano de 2007		13 169 510,47
Ano de 2008		2 185 778,42
Ano de 2008 - Anulação diferimento proveitos	17 599 718,40	
Ano de 2009		2 214 727,64
Ano de 2010		2 444 615,05
Ano de 2010 - Cob. prejuízos - Delib 567/CM/2010	12 300 000,00	
Ano de 2011	1 220 934,89	
Ano de 2012	1 223 077,19	
Ano de 2013	500 498,23	
Ano de 2014	373 106,98	
Ano de 2015 - Delib 133/CM/2016		1 492 671,68
Ano de 2015	111 017,08	
Ano de 2016	183 120,28	
Ano de 2016 - Imp. Diferidos 2015	287 088,36	
Ano de 2017	81 817,56	
Ano de 2018	33 279,63	
Ano de 2019	29 337,36	
Ano de 2020	9 668,12	
Ano de 2021	991 866,26	
Ano de 2022	117 005,25	
	35 205 974,61	32 625 567,68

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 têm a seguinte composição:

	2023			2022		
	Limite	Montante Utilizado		Limite	Montante Utilizado	
		Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários						
Contas Correntes	-	-	-	-	-	-
Empréstimo M/L Prazo	-	913 333,32	4 566 666,60	-	913 333,32	5 479 999,92
	-	913 333,32	4 566 666,60	-	913 333,32	5 479 999,92
Outros Empréstimos Obtidos						
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Contrato Microgeração	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	913 333,32	4 566 666,60	-	913 333,32	5 479 999,92

O empréstimo de médio e longo prazo foi contratado em fevereiro de 2015, junto de um sindicato bancário constituído pelos bancos BPI e Montepio, no valor de 13,7M€, com maturidade e plano de amortização de 15 anos.

No período de 2023 a GEBALIS cumpriu o plano de pagamentos e amortizou a dívida em 913.333,32€.

15. FORNECEDORES

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	57 971,50	144 568,25
Fornecedores, faturas em receção e conferência	310 057,17	386 923,36
	-30,76%	
	368 028,67	531 491,61

16. ACIONISTAS / SOCIOS

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica de "Acionistas / Sócios" tem a seguinte composição:

	2023	2022
Valores passivos		
Lucros disponíveis (CML)	2 816,08	2 816,08
	2 816,08	2 816,08

O valor de 2.816,08€ corresponde a lucros disponíveis, ainda não distribuídos à Câmara Municipal de Lisboa.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - A recuperar	4 640,05	-	215 011,46	-
IRC - A pagar	-	-	-	-
Pagamento especial por conta	34 634,27	-	34 634,27	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	75 847,17	-	45,00
Imposto sobre o valor acrescentado	-	23 301,24	-	4 558,84
Contribuições para a Segurança Social	-	152 074,55	-	126 904,81
Outras Tributações	-	-	-	-
	39 274,32	251 222,96	249 645,73	131 508,65

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Outras dívidas a pagar” tem a seguinte composição:

	2023	2022
Não Correntes:		
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores retenção p/garantia	3 721 518,43	2 932 457,55
	3 721 518,43	2 932 457,55
Correntes:		
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	1 658 354,38	1 949 041,07
CML - Contratos Programa	5 767 027,91	3 126 126,45
CML - Outros Créditos	488 202,21	488 202,21
Outras contas a pagar diversos	30 634,48	9 291,91
	7 944 218,98	5 572 661,64
	11 665 737,41	8 505 119,19

19. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

	2023	2022
Diferimento mensal das rendas	1 450 461,40	1 494 817,18
	1 450 461,40	1 494 817,18

20. RÉDITO

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica do rédito tem a seguinte composição:

	2023	2022
Serviços Prestados - Rendas		
Rendas - Emissão	23 710 225,55	22 556 700,91
Rendas - Aumentos	7 093,95	3 472,88
Rendas - Reduções/Anulações	(857 764,92)	(1 176 886,98)
Rendas - Regulariz. Deb/Cred	(292 779,47)	(432 356,51)
Rendas - Diversos	141 238,11	(10 791,88)
	22 708 013,22	20 940 138,42

A rubrica Prestações de serviços e concessões totalizou o montante de 22.708.013,22 €, representado um aumento no montante de 1 767.874,80€, face ao valor contabilizado no ano de 2022 (8,44%). A variação positiva registada é justificada pelo aumento de contratos de arrendamento do Programa de Renda Acessível que transitaram para a gestão da Gebalis durante o ano 2023.

Existem outros réditos apresentados na nota 21 e nota 24.

21. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos apresenta os seguintes valores:

Subsídio	2023		2022	
	Montante receb. Período	Rédito do período	Montante receb. Período	Rédito do período
Subsídios à exploração:				
Contr. Programa CML	28 619 662,55	26 288 969,18	12 896 952,05	11 105 610,11
Programa FEDER	310 208,09	-	265 710,81	265 710,81
Outros recebimentos	844,71	844,71	336,00	336,00
	28 930 715,35	26 289 813,89	13 162 998,86	11 371 656,92

Os Subsídios à exploração apresentam o valor de 26.289.813,89 €, correspondendo, quase na sua totalidade, ao reconhecimento dos rendimentos inerentes à execução dos Contratos-Programa assinados com o Município de Lisboa. Relativamente ao ano de 2022, verificou-se um incremento no valor de 14.918.156,97 €. O Subsídio à exploração, no valor de 844,71 €, corresponde ao pagamento da 3ª prestação do apoio financeiro referente à conversão de contrato trabalho a termo, atribuído pelo IEFP - Instituto de Emprego e da Formação Profissional.

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Conservação e reparação	32 260 791,80	18 997 018,51
Outros fornecimentos e serviços	6 944 495,30	5 703 292,09
	39 205 287,10	24 700 310,60
Conservação e reparação:	2023	2022
P.E (Património edificado)		
Requalificação / Beneficiação	537 860,60	1 507 077,53
Manutenção / Conservação	29 099 761,31	14 687 227,77
E.E.M (Equipamento electro mecânico)		
Requalificação / Beneficiação	-	212 215,21
Manutenção / Conservação	2 572 549,13	2 544 507,32
Obras Instalações da Empresa em edif.alheios	25 918,06	25 186
Conservação e reparação diversos	24 902,70	20 804,68
69,82%	32 260 791,80	18 997 018,51
Outros fornecimentos e serviços:	2023	2022
Trabalhos especializados	1 630 904,21	1 483 060,48
Publicidade comunicação e imagem	30 796,72	42 436,65
Vigilância e segurança	832 753,86	612 029,74
Honorários	68 502,84	62 051,97
Serviços cobrança de rendas	136 112,63	130 663,57
Informação (boletins)	-	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 188,38	2 901,98
Livros e documentação técnica	209,38	286,79
Material de escritório	27 964,48	20 659,69
Electricidade	1 140 442,35	925 291,51
Combustíveis	37 845,90	32 362,33
Água	302 545,95	327 951,76
Deslocações, estadas e transportes	19 741,49	16 995,59
Rendas e alugueres	565 330,32	166 552,37
Comunicação	341 820,63	261 968,80
Seguros	35 478,82	32 461,18
Contencioso e notariado	46 315,31	24 851,16
Despesas de representação	3 630,60	4 935,91
Limpeza, higiene e conforto	227 827,50	158 634,53
Produtos Alimentares	32 137,30	7 700,63
Realização ações c/moradores	139 403,64	91 040,76
Despesas com condomínios	1 311 807,14	1 293 475,16
Outros fornecimentos e serviços diversos	9 735,75	4 979,53
21,76%	6 944 495,30	5 703 292,09

23. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	111 645,06	107 755,16
Remunerações do pessoal	6 370 402,24	5 114 072,16
Encargos sobre remunerações	1 388 255,48	1 118 242,55
Seguros Acidentes trabalho	63 938,16	45 509,38
Gastos de Ação social	8 360,45	6 015,37
Formação profissional	80 739,47	20 647,88
Seguro doença	207 946,09	147 025,50
Higiene segurança e medicina no trabalho	11 001,48	9 664,54
Serviços Sociais CML	22 556,05	19 288,84
Compensação SNS (ACSS)	83 303,40	76 151,04
Compensação caducidade	-	-
Outros	24 107,71	34 490,27
24,98%	8 372 255,59	6 698 862,69

Em 2023 os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 1 673 392,90€ correspondendo a uma variação de 24,98%, face ao valor verificado no ano de 2022. O acréscimo dos gastos registados tem por base a adequação do quadro de pessoal às necessidades da Empresa, assim como, à reestruturação orgânica implementada em dezembro/2022.

O número médio de colaboradores ao serviço no ano de 2023 e de 2022, foi de 250 e 231, respetivamente.

24. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” nos períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	34 591,98	68 181,49
Venda sucata	586,68	557,10
Condomínios Obras	5 252,63	10 544,68
Processos judiciais	0,00	29 096,88
Correções relat. A períodos anteriores	132 023,63	39 531,38
Outros	8 824,51	44 419,65
	181 279,43	192 331,18

A rubrica “Outros rendimentos suplementares” engloba o valor de 24.558,13 € referente a juros de dívidas de moradores e o valor de 520,76 € € referente à venda de energia (microprodução de energia elétrica nos 23 locais onde a GEBALIS instalou painéis solares.

O valor de 132.023,63 € referente às Correções relativas a períodos anteriores diz respeito ao acordo de transação estabelecido com a empresa CIP Construção, SA..

25. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Impostos	4 336,33	3 328,55
Quotizações	17 708,00	13 045,00
Outros	396 532,69	3 489,81
	418 577,02	19 863,36

Os gastos reconhecidos nesta rubrica correspondem essencialmente a gastos com impostos, quotizações, indemnizações e à anulação das sanções contratuais aplicadas em 2018 à empresa CIP Construção, SA.

26. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31/12/2023 e de 31/12/2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis/intangíveis (Notas 7 e 8)	403 513,69	118 149,71

O Gasto de depreciação e de amortização cifrou-se em 403.513,69€. Atendendo às características dos bens do património da GEBALIS, não tendo sido realizada qualquer revalorização do valor destes Ativos.

27. IMPARIDADES

No decurso do período findo em 31/12/2023, as imparidades, e a antiguidade dos saldos é a seguinte:

	2023			%	2022		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido
00 a 06 meses	1 840 974,27	-	1 840 974,27	0%	2 153 287,07	-	2 153 287,07
06 a 12 meses	1 467 442,70	(366 860,67)	1 100 582,03	25%	1 478 666,86	(369 666,72)	1 109 000,14
12 a 18 meses	1 496 192,05	(748 096,02)	748 096,02	50%	1 536 625,63	(768 312,81)	768 312,82
18 a 24 meses	1 343 010,50	(1 007 257,88)	335 752,62	75%	1 618 297,00	(1 213 722,75)	404 574,25
> 24 meses	39 331 626,16	(39 331 626,16)	-	100%	38 501 136,94	(38 501 136,94)	-
	45 479 245,68	(41 453 840,73)	4 025 404,94		45 288 013,50	(40 852 839,22)	4 435 174,28



Em consequência da avaliação efetuada pela Administração, com referência a 31 de dezembro de 2023, sobre a recuperabilidade da dívida a cobrar dos moradores, foram reconhecidas, no corrente período, perdas por imparidade no valor de 601.001,51€, para reforço das já registadas em anos anteriores, totalizando estas, na data do relato, o valor de 41.453.840,73€.

No ano de 2023, foi desconstituída uma imparidade no valor de 210.118,51 €, referente aos processos judiciais com a empresa CIP Construção, SA, atendendo que a assinatura do acordo de transação que pôs termo aos processos judiciais existentes.

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31/12/2023 e de 31/12/2022, têm a seguinte composição:

	2023	2022
Juros Suportados:		
Financiamentos bancários	323 564,31	169 256,92
Outros gastos de financiamento	18 174,63	17 177,45
	341 738,94	186 434,37

Comparativamente ao período de 2022, registou-se um acréscimo nos gastos de 115.304,57 €. Este acréscimo deveu-se ao aumento generalizado da taxa de juro de referência (EURIBOR), verificado no ano de 2023.

A rubrica “outros gastos de financiamento” inclui gastos com comissão de gestão e imobilização e também o imposto de selo do empréstimo obtido.

29. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012 os lucros tributáveis que excedam os 1.500 milhares de Euros e os 7.500 milhares de Euros são sujeitos a derrama estadual de 3% e 5% respetivamente, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Nos termos da legislação em vigor a Empresa encontra-se, ainda, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão, ainda, vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Gebalis.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 6 anos após a sua ocorrência para os prejuízos gerados até 2009, por 4 anos para os gerados nos anos de 2010 e 2011, por 5 anos para os anos de 2012 e 2013 e por 12 anos a partir do ano de 2014.

Desde 1 de Janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes desta data, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no período em que seja realizada a dedução, adicionalmente, os prejuízos fiscais apurados nos anos de 2020 e 2022, poderão ser deduzidos até ao limite de 80% do lucro tributável.

O gasto com imposto sobre o rendimento em 31/12/2023 e 31/12/2022, foi respetivamente no valor de 28.829,98 € e 45.383,97 €, em ambos os exercícios os valores respeitam exclusivamente a imposto corrente do período.

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras dos períodos de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	2023	2022
Imposto corrente	28 829,98	45 383,97
Imposto diferido	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	28 829,98	45 383,97

A reconciliação do imposto corrente, para os períodos de 2023 e 2022, é a que seguidamente se apresenta:

	2023		2022	
	Valores	%	Valores	%
Resultado antes de impostos	46 851,20		162 389,22	
IRC à taxa normal sem correções fiscais	9 838,75	21%	34 101,74	21%
Variações patrimoniais	-		-	
Acréscimos ao rendimento tributável	2 218,89		1 413,29	
Deduções ao rendimento tributável	-		-	
Lucro /prejuízo fiscal	49 070,09		163 802,51	
Dedução de prejuízos fiscais	-		-	
Matéria coletável	49 070,09		163 802,51	
IRC à taxa normal sobre a matéria coletável	10 304,72	21%	34 398,53	21%
Derrama	736,06		2 457,04	
Tributações autónomas	17 789,21		8 528,40	
Credito Fiscal - CFE: II	-		-	
IRC estimado para o período (taxa efetiva)	28 829,98	59%	45 383,97	28%



A taxa efetiva de imposto estimado, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi respetivamente de 59% e 28%

Seguidamente apresenta-se o quadro de reporte de prejuízos da Empresa, de acordo com a informação disponível nesta data, podendo esta situação, eventualmente vir a alterar-se em consequência dos resultados de inspeções fiscais efetuadas e/ou a efetuar:

Período	Nº anos p./dedução	Prejuízo Fiscal	Ativos imp. Diferidos
2015	12	(1367 087,44)	287 088,36
Reversão em 2016		169 513,82	(35 597,91)
Reversão em 2017		116 831,09	(17 174,17)
Reversão em 2018		58 801,74	(12 348,37)
Reversão em 2019		33 850,32	(7 108,57)
Reversão em 2020		16 754,12	(3 518,37)
Reversão em 2021		-	-
Reversão em 2022		-	-
Reversão em 2023		-	-
		(971 336,35)	211 340,97

30. OUTRAS DIVULGAÇÕES

30.1. SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTRIBUTIVA

A Gebalis tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

No ano de 2019 a Gebalis foi alvo de uma inspeção tributária com incidência sobre os exercícios de 2015 a 2017. No âmbito desta ação a Autoridade Tributária (AT) propôs uma correção à matéria tributável, no exercício de 2015, no montante de 1.492.671,68€, referente à variação patrimonial negativa registada, no seguimento da deliberação n.º 133/CM/2016. A GEBALIS apresentou, em 25/01/2021, recurso hierárquico de oposição à correção proposta e foi notificada do seu indeferimento em 03/01/2022. Por discordar da decisão da AT, a GEBALIS contestou-a através de Impugnação Judicial.

30.2. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos períodos de 2023 e 2022, os Órgãos Sociais tiveram as seguintes remunerações:

		2023	2022
Conselho de Administração	(*)	111 645,06	107 347,63
Fiscal Único (sem IVA)	(**)	12 600,00	12 000,00

(*) - verba relevada em Gastos com Pessoal

(**) - verba relevada em Fornecimentos e Serviços Externos



31. EVENTOS SUBSEQUENTES

À presente data, a Administração da Empresa não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31/12/2023 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

Considerando o contexto de incerteza internacional, não é possível quantificar o impacto na atividade e resultados futuros da empresa, no entanto, somos da opinião, que estarão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos e o trabalho da GEBALIS pela Cidade de Lisboa.

32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 09 de fevereiro de 2024, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.



O Contabilista Certificado:

A Administração:

Dr.ª Ana Filipa Coelho Xavier de Basto

Dr. Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

Dr. Gonçalo de Melo Portugal Saluce de Sampaio

Arq.ª Ana Paula Calheiros Nunes da Cunha

4.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

GEBALIS, E.M., S.A.



Gebalis

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023								
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
RA01	Saldo de gestão anterior	9 891 617,82 €				2 777 017,11 €	12 668 634,93 €	11 544 017,42 €
R01	Operações orçamentais [1]	9 891 617,82 €					9 891 617,82 €	8 945 408,09 €
R02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
R04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
R03	Operações de tesouraria [A]					2 777 017,11 €	2 777 017,11 €	2 598 609,33 €
RA02	Receita corrente	51 662 508,69 €					51 662 508,69 €	34 213 182,54 €
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos da propriedade							
R5	Transferências e subsídios correntes	28 930 715,35 €					28 930 715,35 €	12 982 134,80 €
R5.1	Transferências correntes	28 930 715,35 €					28 930 715,35 €	12 982 134,80 €
R5.1.1	Administrações Públicas	28 930 715,35 €					28 930 715,35 €	12 982 134,80 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	310 208,09 €					310 208,09 €	265 710,81 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	844,71 €					844,71 €	336,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local	28 619 662,55 €					28 619 662,55 €	12 716 087,99 €
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	22 538 246,09 €					22 538 246,09 €	21 065 047,53 €
R7	Outras receitas correntes	193 547,25 €					193 547,25 €	166 000,21 €
RA03	Receita de capital	500,00 €					500,00 €	
R8	Venda de bens de investimento	500,00 €					500,00 €	
R9	Transferências e subsídios de capital							
R9.1	Transferências de capital							
R9.1.1	Administrações Públicas							
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	51 795 032,32 €					51 795 032,32 €	34 252 713,92 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	132 023,63 €					132 023,63 €	39 531,38 €
RA05	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Soma [4] = [1]+[2]+[3]	61 686 650,14 €					61 686 650,14 €	43 198 122,01 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					1 316 178,38 €	1 316 178,38 €	776 961,62 €

RP - Receitas próprias / RG - Receitas Gerais / UE - Financiamentos de UE / EMPR - Contratação de empréstimos / FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (m)					TOTAL	2022
		R.P.	R.G.	U.E.	EMPR.	F. ALHEIOS		
DA01	Despesa corrente	48 554 533,10 €					48 554 533,10 €	31 348 325,11 €
D1	Despesas com o pessoal	8 161 606,06 €					8 161 606,06 €	6 517 031,80 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	6 289 899,44 €					6 289 899,44 €	5 149 328,72 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	68 999,75 €					68 999,75 €	34 907,48 €
D1.3	Segurança social	1 802 706,87 €					1 802 706,87 €	1 432 795,60 €
D2	Aquisição de bens e serviços	39 938 589,74 €					39 938 589,74 €	24 068 470,61 €
D3	Juros e outros encargos	341 946,99 €					341 946,99 €	185 850,65 €
D4	Transferências e subsídios correntes							
D4.1	Transferências correntes							
D4.1.1	Administrações Públicas							
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local							
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo							
D4.1.3	Famílias							
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes							
D5	Outras despesas correntes	112 390,31 €					112 390,31 €	456 972,05 €
DA02	Despesa de capital	2 319 255,50 €					2 319 255,50 €	1 044 845,76 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 319 255,50 €					2 319 255,50 €	1 044 845,76 €
D7	Transferências e subsídios de capital							
D7.1	Transferências de capital							
D7.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local							
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo							
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa eleiva [5]	50 873 788,60 €					50 873 788,60 €	32 393 170,87 €
DA04	Despesa não eleiva [6]	913 333,32 €					913 333,32 €	913 333,32 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	913 333,32 €					913 333,32 €	913 333,32 €
DA05	Soma [7] = [5] + [6]	51 787 121,92 €					51 787 121,92 €	33 306 504,19 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					527 243,77 €	527 243,77 €	598 553,84 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	9 899 528,22 €				3 565 951,72 €	13 465 479,94 €	12 668 634,93 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	9 899 528,22 €					9 899 528,22 €	9 891 617,82 €
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					3 565 951,72 €	3 565 951,72 €	2 777 017,11 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	921 243,72 €					921 243,72 €	1 859 543,05 €
DA10	Despesa primária	50 531 841,61 €					50 531 841,61 €	32 207 320,22 €
DA11	Saldo corrente	3 107 975,59 €					3 107 975,59 €	2 864 857,43 €
DA12	Saldo de capital	-2 318 755,50 €					-2 318 755,50 €	-1 044 845,76 €
DA13	Saldo primário	1 263 190,71 €					1 263 190,71 €	2 045 393,70 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	61 686 650,14 €					61 686 650,14 €	43 198 122,01 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	51 787 121,92 €					51 787 121,92 €	33 306 504,19 €

RP - Recetas próprias / RG - Recetas Gerais / EU - Financiamentos da EU / EMPR - Contratação de empréstimos / FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria

O anexo faz parte integrante destas demonstrações



DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Rubrica	Descrição das Contas	Previsões		Execução em 31/12/2023		Execução em 31/12/2023		Execução em 31/12/2023		Execução em 31/12/2023		Execução em 31/12/2023	
		Orçamentais	Extrabudgetárias	Atuais	Atuais	Atuais	Atuais	Atuais	Atuais	Atuais	Atuais	Atuais	Atuais
REGIÃO CORREME		52.208.516,14 €	214.528,22 €	231.822,87 €	52.147.782,2 €	709.572,0 €	52.151.143,6 €	488.632,5 €	488.632,5 €	427.972,8 €	52.092.481,2 €	51.662.596,8 €	7.489,2 €
81	Impostos gerais												
8101	Sobre o rendimento												
8102	Outros												
810307	Impostos sobre o rendimento												
82	Impostos indiretos												
8201	Sobre o consumo												
8202	Outros												
83	Contribuições para Segurança Social (Cassa Geral de Aposentação e AOSE)												
8301	Sobre o rendimento												
8302	Sobre o consumo												
8303	Sobre o rendimento												
84	Taxas, multas e outras penalizações												
8401	Taxas												
8402	Taxas especiais (de atividades locais)												
8403	Taxas especiais (de atividades locais)												
8404	Taxas especiais (de atividades locais)												
8405	Taxas especiais (de atividades locais)												
8406	Taxas especiais (de atividades locais)												
8407	Taxas especiais (de atividades locais)												
8408	Taxas especiais (de atividades locais)												
8409	Taxas especiais (de atividades locais)												
8410	Taxas especiais (de atividades locais)												
85	Societários e outras sociedades não financeiras												
8501	Societários												
8502	Societários												
8503	Societários												
8504	Societários												
8505	Societários												
8506	Societários												
8507	Societários												
8508	Societários												
8509	Societários												
8510	Societários												
86	Transferências correntes												
8601	Transferências correntes												
8602	Transferências correntes												
8603	Transferências correntes												
8604	Transferências correntes												
8605	Transferências correntes												
8606	Transferências correntes												
8607	Transferências correntes												
8608	Transferências correntes												
8609	Transferências correntes												
8610	Transferências correntes												
8611	Transferências correntes												
8612	Transferências correntes												
8613	Transferências correntes												
8614	Transferências correntes												
8615	Transferências correntes												
8616	Transferências correntes												
8617	Transferências correntes												
8618	Transferências correntes												
8619	Transferências correntes												
8620	Transferências correntes												
8621	Transferências correntes												
8622	Transferências correntes												
8623	Transferências correntes												
8624	Transferências correntes												
8625	Transferências correntes												
8626	Transferências correntes												
8627	Transferências correntes												
8628	Transferências correntes												
8629	Transferências correntes												
8630	Transferências correntes												
8631	Transferências correntes												
8632	Transferências correntes												
8633	Transferências correntes												
8634	Transferências correntes												
8635	Transferências correntes												
8636	Transferências correntes												
8637	Transferências correntes												
8638	Transferências correntes												
8639	Transferências correntes												
8640	Transferências correntes												
8641	Transferências correntes												
8642	Transferências correntes												
8643	Transferências correntes												
8644	Transferências correntes												
8645	Transferências correntes												
8646	Transferências correntes												
8647	Transferências correntes												
8648	Transferências correntes												
8649	Transferências correntes												
8650	Transferências correntes												
8651	Transferências correntes												
8652	Transferências correntes												
8653	Transferências correntes												
8654	Transferências correntes												
8655	Transferências correntes												
8656	Transferências correntes												
8657	Transferências correntes												
8658	Transferências correntes												
8659	Transferências correntes												
8660	Transferências correntes												
8661	Transferências correntes												
8662	Transferências correntes												
8663	Transferências correntes												
8664	Transferências correntes												
8665	Transferências correntes												
8666	Transferências correntes												
8667	Transferências correntes												
8668	Transferências correntes												
8669	Transferências correntes												
8670	Transferências correntes												
8671	Transferências correntes												
8672	Transferências correntes												
8673	Transferências correntes												
8674	Transferências correntes												
8675	Transferências correntes												
8676	Transferências correntes												
8677	Transferências correntes												
8678	Transferências correntes												
8679	Transferências correntes												
8680	Transferências correntes												
8681	Transferências correntes												
8682	Transferências correntes												
8683	Transferências correntes												
8684	Transferências correntes												
8685	Transferências correntes												
8686	Transferências correntes												
8687	Transferências correntes												
8688	Transferências correntes												
8689	Transferências correntes												
8690	Transferências correntes												
8691	Transferências correntes												
8692	Transferências correntes												
8693	Transferências correntes												
8694	Transferências correntes												
8695	Transferências correntes												
8696	Transferências correntes												
8697	Transferências correntes												
8698	Transferências correntes												
8699	Transferências correntes												



DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Objetivo	Identificação do Projeto Código Ano Tipo Num	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçam	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de Execução	Montante Previsto				Índice de Execução Em Global (%)									
					R.5	F.P	U.3	EMPR	ND		Início	Fim	Em Cod	Designação		Ano H	Ano H+1	Ano H+2	Ano H+3	Ano H+4	Ano H+5	Índice		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)
1.1.1.	2020	1	ADMINISTRAÇÃO GERAL			2.304.617,63 €																		
1.1.1.	2020	1	Edifícios e outras construções	NA (NÃO APLICÁVEL) D6		2.304.617,63 €				02/01/2020														
1.1.1.	2020	1	ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.800,00 €																		
1.1.1.	2020	1	Equipamento básico	NA (NÃO APLICÁVEL) D6		10.800,00 €				02/01/2020														
1.1.1.	2020	1	ADMINISTRAÇÃO GERAL			232.105,85 €																		
1.1.1.	2020	1	Equipamentos de transporte	NA (NÃO APLICÁVEL) D6		232.105,85 €				02/01/2020														
1.1.1.	2020	1	ADMINISTRAÇÃO GERAL			371.576,65 €																		
1.1.1.	2020	1	Equipamento administrativo	NA (NÃO APLICÁVEL) D6		371.576,65 €				02/01/2020														
1.1.1.	2020	1	ADMINISTRAÇÃO GERAL			750.991,24 €																		
1.1.1.	2020	1	Programas de computador	NA (NÃO APLICÁVEL) D6		750.991,24 €				02/01/2020														
			TOTAL			3.670.093,37 €																		

© Anexo às contas anuais de gestão financeira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

- DOR 1.** DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
- DOR 2.** DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
- DOR 3.** DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
- DOR 4.** DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
- DOR 5.** ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

- DOR 5.1.** Alterações orçamentais da receita – Anexo I
- DOR 5.2.** Alterações orçamentais da despesa – Anexo II
- DOR 5.3.** Alterações ao plano plurianual de investimentos – Anexo III
- DOR 5.4.** Operações de tesouraria – Anexo IV
- DOR 5.5.** Contratação administrativa – Situação dos contratos – Anexo V
- DOR 5.6.** Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento – Anexo VI
- DOR 5.7.** Transferências e subsídios – Receita – Anexo VII
- DOR 5.8.** Transferências e subsídios – Despesa



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, S.A., é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, de promoção do desenvolvimento local, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 1995 e tem como objetivo a promoção e gestão de imóveis de habitação municipal que a Câmara Municipal lhe confiar, com sede na Rua Laura Alves, 12 - 7.º piso, em Lisboa.

A sua criação resultou da intenção do Município em assegurar uma política de gestão integrada, visando a administração dos bairros, a qualidade de vida das populações residentes e a conservação do património.

A Missão da Empresa consiste em gerir eficazmente o património sob gestão com uma forte perspetiva de desenvolvimento e integração social, educação ambiental, conservação do património e integração profissional da população.

Baseando-se em critérios de proximidade a GEBALIS exerce uma gestão integrada, participada e descentralizada, apoiando-se em estruturas funcionais, ágeis e eficazes, localizadas em gabinetes situados nos bairros, nos quais trabalham equipas multidisciplinares, com funções definidas nas 3 áreas de gestão: financeira, patrimonial e social.

Estas demonstrações orçamentais foram aprovadas pela Administração, em 9 de fevereiro de 2024 através da deliberação nº 052/CA/2024, contudo, as mesmas, estão ainda sujeitas à aprovação por parte da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações orçamentais refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho orçamental.

As demonstrações orçamentais são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

A demonstração do desempenho orçamental da receita, a demonstração do desempenho orçamental da despesa, a demonstração de execução orçamental da receita, a demonstração de execução orçamental da despesa e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais da Gebalis foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro. Foram aplicados os requisitos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2023.

De acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, o objetivo das demonstrações orçamentais é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.



Desta forma, as demonstrações orçamentais traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da Gebalis, EM, S.A., proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

Em conformidade com o número 2 do parágrafo 46 da NCP 26, um conjunto completo de demonstrações financeiras compreende as que a seguir se discriminam, elaboradas de acordo com o modelo único de prestação de contas das entidades publicas da UniLEO.

DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

A demonstração de desempenho orçamental permite a análise do desempenho orçamental da GEBALIS. Apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos: da gerência anterior (12.668.634,93 €) e para a gerência seguinte (13.465.479,94 €), saldo global (921.243,72 €), saldo corrente (3.107.975,59 €), saldo de capital (-2.318.755,50 €) e saldo primário (1.263.190,71 €). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento e por rúbrica da execução orçamental.

A demonstração do desempenho orçamental da receita demonstra que a prestação de serviços da gestão do arrendamento municipal representa 43,5% da Receita Efetiva e as transferências e subsídios correntes representam 55,9%, onde estão incluídos os Contratos Programa celebrados com o Município de Lisboa e os valores recebidos do FEDER/PEDU.

Ao nível da despesa, a demonstração do desempenho orçamental demonstra que as aquisições de bens e serviços, onde estão incluídas todas as despesas de execução de obras no património sob gestão e os gastos gerais de funcionamento, representam 78,5% da Despesa Efetiva, as despesas com o pessoal atingem os 16,0% e as despesas de capital representam 4,6%.

DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

A demonstração de execução orçamental da receita explicita todas as fases da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas e permite o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico.

O layout apresentado decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e acrescenta, face ao layout que consta da NCP26, a informação sobre "Previsões por Liquidar", bem como, a informação sobre "Liquidações de períodos futuros".

A execução da Receita Corrente atingiu os 98,6% e da Receita de Capital o valor de 100% do total do orçamento corrigido. A execução total da receita foi de 98,8%.

A receita referente às vendas e prestações de serviços atingiu 100% das previsões corrigidas.



DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A demonstração de execução orçamental despesa explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, nomeadamente, os compromissos assumidos e os valores pagos e por pagar, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas e permite o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico.

Contempla informação das dotações corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à despesa, que consta do Anexo II.

A execução da Despesa Corrente atingiu os 98,4% e da Despesa de Capital o valor de 99,7% do total das dotações corrigidas. A execução total da despesa foi de 98,5%.

A execução das Despesas com o Pessoal e de Aquisição de bens e Serviços, foi de, respetivamente, 96,9% e 98,7%.

DOR 4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Esta demonstração tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual e valor global do projeto, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

A execução do Plano Plurianual de Investimentos atingiu os 99,6% do montante previsto, representando o valor de 2.319.255,50€. Deste valor, 64,1% foi investido na melhoria das condições de trabalho e de atendimento nos Gabinetes de Intervenção Local e 32,4% em equipamento administrativo.

DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA – Anexo I

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais ao nível da receita que ocorreram no período de relato com as rubricas num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em 2023 foram efetuadas alterações orçamentais da receita: quatro alterações modificativas e uma alteração permutativa.

As alterações orçamentais modificativas visaram ajustar: o valor previsto no Plano de Atividades e Orçamento ao valor previsto receber ao abrigo dos Contratos Programa em curso dos saldos por executar transitados do ano anterior, conforme previsto nos respetivos clausulados; o valor do saldo da gerência anterior para o valor efetivamente apurado, conforme deliberação 194/CM/2023; e, inscrever no orçamento receita conforme primeira alteração ao PAO 2023, aprovada na deliberação 356/CM/2023, e referente à



celebração do contrato programa aprovado na proposta 355/CM/2023.

A alteração orçamental permutativa destinou-se a permitir a permitir inscrever no orçamento receita liquidada que não tinha sido prevista no orçamento inicial, sendo a mais relevante o aumento da receita de rendas.

DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA – Anexo II

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais ao nível da despesa que ocorreram no período de relato com as rubricas num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em 2023 foram efetuadas alterações orçamentais da despesa: quatro alterações modificativas e vinte e quatro alterações permutativas.

As alterações orçamentais modificativas visaram ajustar: o valor previsto no Plano de Atividades e Orçamento ao valor previsto de despesa ao abrigo dos Contratos Programa em curso dos saldos por executar transitados do ano anterior, conforme previsto nos respetivos clausulados; o valor do saldo da gerência anterior para o valor efetivamente apurado, conforme deliberação 194/CM/2023; e, inscrever no orçamento a despesa conforme primeira alteração ao PAO 2023, aprovada na deliberação 356/CM/2023, e referente à celebração do contrato programa aprovado na proposta 355/CM/2023.

As alterações orçamentais permutativas visaram adequar o orçamento da despesa, incluindo as ações dos Contratos Programa em execução, às verbas efetivamente necessárias à real execução.

DOR 5.3. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – Anexo III

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais ao nível do plano plurianual de investimentos que ocorreram no período de relato com as rubricas num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em 2023 foram efetuadas alterações orçamentais ao plano plurianual de investimentos: nenhuma alteração modificativas e nove alterações permutativas.

As alterações orçamentais permutativas visaram adequar o orçamento à necessidade da real execução.

DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA – Anexo IV

As operações de tesouraria geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da Empresa. Em 2023 os movimentos ocorridos nas rubricas extraorçamentais referem-se, na sua maioria, a movimentos de recebimentos e pagamentos de cauções e garantias relacionadas com as empreitadas executadas, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP).



DOR 5.5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – Situação dos contratos – Anexo V

No anexo são apresentados os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período de relato.

DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – Adjudicação por tipo de procedimento – Anexo VI

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente no que respeita a cada tipo de contrato sobre as modalidades de adjudicação, indicando o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período de relato.

DOR 5.7. TRANSFERÊNCIA E SUBSÍDIOS – Receita – Anexo VII

A informação relativa a transferências e subsídios permite acompanhar que tipos de apoios são obtidos pela Empresa.

Os valores apresentados no anexo referem-se a transferências do Município de Lisboa no âmbito da execução dos Contratos Programa Deliberação 354/CM/2022 e 355/CM/2023; a transferência no âmbito das candidaturas ao FEDER/PEDU de ações do Contrato Programa da Deliberação 398/CM/2015; e, a transferência do IEFP referente a apoio à contratação.

DOR 5.8. TRANSFERÊNCIA E SUBSÍDIOS – Despesa

■ Não foram efetuadas quaisquer transferências relativas a subsídios concedidos.

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2024, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

Anexo I - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

ANEXO I - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA NO ANO 2023								
PERÍODO: 2023/01/02 A 2023/12/31. TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS: 1. TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS: 4. DO ANO CONTABILÍSTICO 2023								
Identificação da Classificação		Tipo	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
Rubricas	Designação			Inscrições / reitorios	Diminuições / anulações	Creditos especiais		
[1]		[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3] + (-) [6]	[8]
R5	Transferências e subsídios correntes	P/M	16 496 270,00 €	14 099 864,28 €	946 541,31 €		29 648 592,97 €	
R51	Transferências correntes	P/M	16 496 270,00 €	14 099 864,28 €	946 541,31 €		29 648 592,97 €	
R511	Administrações Públicas	P/M	16 496 270,00 €	14 099 864,28 €	946 541,31 €		29 648 592,97 €	
R5111	Administração Central - Estado Português	P		310 208,09 €			310 208,09 €	
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	P		310 208,09 €			310 208,09 €	
	0603 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	P		310 208,09 €			310 208,09 €	
	060306 ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	P		310 208,09 €			310 208,09 €	
R5112	Administração Central - Outras entidades	P		844,71 €			844,71 €	
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	P		844,71 €			844,71 €	
	0603 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	P		844,71 €			844,71 €	
	060309 SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	P		844,71 €			844,71 €	
R5115	Administração Local	P/M	16 496 270,00 €	13 788 811,48 €	948 541,31 €		29 338 540,17 €	
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	P/M	16 496 270,00 €	13 788 811,48 €	948 541,31 €		29 338 540,17 €	
	0605 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	P/M	16 496 270,00 €	13 788 811,48 €	948 541,31 €		29 338 540,17 €	
	060501 CONTINENTE	P/M	16 496 270,00 €	13 788 811,48 €	948 541,31 €		29 338 540,17 €	
	06050101 MUNICÍPIOS	P/M	16 496 270,00 €	13 788 811,48 €	948 541,31 €		29 338 540,17 €	
R6	Venda de bens e serviços	P/M	21 114 188,61 €	1 427 186,31 €			22 541 375,92 €	
	07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	P/M	21 114 188,61 €	1 427 186,31 €			22 541 375,92 €	
	0701 VENDA DE BENS	P	1 747,92 €	586,88 €			2 334,80 €	
	070108 MERCADORIAS		1 747,92 €				1 747,92 €	
	07010803 ELETRICIDADE		1 747,92 €				1 747,92 €	
	070110 DESPÉDIÇOS, RESÍDUOS E REFUGOS	P		586,88 €			586,88 €	
	07011089 OUTROS	P		586,88 €			586,88 €	
	0703 RENDAS	P/M	21 112 441,89 €	1 426 599,63 €			22 539 041,32 €	
	070301 HABITAÇÕES	P/M	21 056 831,76 €	1 426 599,63 €			22 482 231,39 €	
	070399 OUTRAS		56 809,93 €				56 809,93 €	
R7	Outras receitas correntes	P	63 184,32 €	130 362,93 €			193 547,25 €	
	08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	P	63 184,32 €	130 362,93 €			193 547,25 €	
	0801 OUTRAS	P	63 184,32 €	130 362,93 €			193 547,25 €	
	080199 OUTRAS	P	63 184,32 €	130 362,93 €			193 547,25 €	
	08019999 DIVERSAS	P	63 184,32 €	130 362,93 €			193 547,25 €	
R8	Venda de bens de investimento	P		500,00 €			500,00 €	
	08 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	P		500,00 €			500,00 €	
	0804 OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	P		500,00 €			500,00 €	
	080408 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	P		500,00 €			500,00 €	
	08040803 OUTROS	P		500,00 €			500,00 €	
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	P		132 023,63 €			132 023,63 €	
	15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	P		132 023,63 €			132 023,63 €	
	1501 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	P		132 023,63 €			132 023,63 €	
	150101 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	P		132 023,63 €			132 023,63 €	
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	M	8 041 760,64 €	9 891 617,82 €	8 041 760,64 €		9 891 617,82 €	
	16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	M	8 041 760,64 €	9 891 617,82 €	8 041 760,64 €		9 891 617,82 €	
	1601 SALDO ORÇAMENTAL	M	8 041 760,64 €	9 891 617,82 €	8 041 760,64 €		9 891 617,82 €	
	160101 NA POSSE DO SERVIÇO	M	8 041 760,64 €	9 891 617,82 €	8 041 760,64 €		9 891 617,82 €	
	16010101 NA POSSE DO SERVIÇO - ORÇ. INICIAL	M	8 041 760,64 €				9 891 617,82 €	
	16010102 NA POSSE DO SERVIÇO - FINAL	M		9 891 617,82 €			9 891 617,82 €	
TOTAL			45 715 404,57 €	26 881 554,97 €	8 988 301,96 €		82 408 657,59 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Anexo II - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ANEXO II - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA NO ANO 2023									
PERÍODO: 2023/01/02 a 2023/12/31 TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS: 24, TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS: 4, DO ANO CONTABILÍSTICO 2023									
Rubricas	Identificação da Classificação		Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações consignadas	Observações
	Designação				Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
	(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (3) + (-) (7)	(8)
D1		Despesas com o pessoal	P/M	8 016 485,15 €	818 280,52 €	210 898,09 €		8 423 869,58 €	
D11		Remunerações Certas e Permanentes	P/M	6 145 245,48 €	374 349,09 €	97 340,35 €		6 422 254,22 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	P/M	6 145 245,48 €	374 349,09 €	97 340,35 €		6 422 254,22 €	
	O1	DESPESAS COM O PESSOAL	P/M	6 145 245,48 €	374 349,09 €	97 340,35 €		6 422 254,22 €	
	O101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	P/M	6 145 245,48 €	374 349,09 €	97 340,35 €		6 422 254,22 €	
	O10102	ÓRGÃOS SOCIAIS	P/M	77 847,72 €	3 500,00 €	2 037,48 €		79 310,24 €	
	O10104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	P/M	4 064 537,38 €	93 520,23 €	5 528,26 €		4 162 529,35 €	
	O1010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	P/M	4 064 537,38 €	93 520,23 €	5 528,26 €		4 162 529,35 €	
	O10106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	P/M	276 338,82 €	94 324,42 €	63 195,64 €		307 467,60 €	
	O1010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	P/M	276 338,82 €	94 324,42 €	63 195,64 €		307 467,60 €	
	O10109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	P/M	18 996,00 €	1 000,00 €	1 132,12 €		18 863,88 €	
	O10111	REPRESENTAÇÃO	P/M	15 589,52 €	652,61 €	360,14 €		15 881,99 €	
	O10112	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	P/M	403 897,44 €	92 728,15 €	7 932,90 €		488 692,69 €	
	O10113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	P/M	482 356,94 €	48 490,33 €	11 065,51 €		499 781,76 €	
	O10114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	P/M	825 701,66 €	40 133,35 €	6 088,30 €		859 746,71 €	
D12		Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	137 586,79 €	37 561,89 €	104 959,77 €		70 189,91 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	P/M	137 586,79 €	37 561,89 €	104 959,77 €		70 189,91 €	
	O1	DESPESAS COM O PESSOAL	P/M	137 586,79 €	37 561,89 €	104 959,77 €		70 189,91 €	
	O102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	P/M	137 586,79 €	37 561,89 €	104 959,77 €		70 189,91 €	
	O10201	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	P/M	47 900,87 €		41 089,50 €		6 811,37 €	
	O10202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	P/M	21 999,88 €	33 878,84 €	897,88 €		54 776,60 €	
	O10204	AJUDAS DE CUSTO	P/M	8 840,00 €		5 405,31 €		3 234,69 €	
	O10205	ABONO PARA FALHAS	P/M	2 070,98 €	3 883,05 €	591,08 €		5 328,93 €	
	O10212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	P/M	56 975,00 €		56 975,00 €			
D13		Segurança social	P/M	1 733 652,88 €	208 369,54 €	8 596,97 €		1 931 425,45 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	P/M	1 733 652,88 €	208 369,54 €	8 596,97 €		1 931 425,45 €	
	O1	DESPESAS COM O PESSOAL	P/M	1 733 652,88 €	208 369,54 €	8 596,97 €		1 931 425,45 €	
	O103	SEGURANÇA SOCIAL	P/M	1 733 652,88 €	208 369,54 €	8 596,97 €		1 931 425,45 €	
	O10305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	P/M	1 341 963,05 €	168 480,15 €	3 718,64 €		1 508 161,84 €	
	O1030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	P/M	1 323 153,63 €	164 662,49 €	3 718,64 €		1 488 087,38 €	
	O103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	P/M	17 459,55 €	4 843,91 €	3 718,64 €		18 584,82 €	
	O103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	P/M	1 305 693,98 €	159 808,58 €			1 465 502,56 €	
	O1030503	OUTROS	P/M	18 809,52 €	3 827,86 €			22 637,38 €	
	O10308	SEGUROS	P/M	290 147,85 €	33 948,77 €	148,89 €		323 947,73 €	
	O1030801	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	P/M	64 087,05 €		148,89 €		63 938,16 €	
	O1030802	SEGUROS DE SAÚDE	P	226 060,80 €	33 948,77 €			260 009,57 €	
	O10310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	P/M	101 541,98 €	3 940,82 €	4 728,44 €		109 411,24 €	
	O1031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	P/M	101 541,98 €	3 940,82 €	4 728,44 €		109 411,24 €	
D2		Aquisição de bens e serviços	P/M	28 136 732,80 €	15 073 738,54 €	2 741 436,14 €		40 489 035,00 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	P/M	28 136 732,80 €	15 073 738,54 €	2 741 436,14 €		40 489 035,00 €	
	O2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	P/M	28 136 732,80 €	15 073 738,54 €	2 741 436,14 €		40 489 035,00 €	
	O201	AQUISIÇÃO DE BENS	P	119 627,35 €	68 269,10 €	47 336,77 €		138 559,68 €	
	O20102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	P	51 000,00 €		14 848,37 €		36 151,63 €	
	O2010299	OUTROS	P	51 000,00 €		14 848,37 €		36 151,63 €	
	O20104	LIMPEZA E HIGIENE	P	1 500,00 €		636,61 €		863,39 €	
	O20107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	P	2 500,00 €	8 748,35 €			11 248,35 €	
	O20108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	P	23 810,00 €	27 000,00 €	22 455,04 €		28 354,96 €	
	O20109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	P	150,00 €		72,25 €		77,75 €	
	O20115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	P	1 500,00 €		1 500,00 €			
	O20117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	P	7 500,00 €	700,00 €	5 011,82 €		3 188,18 €	
	O20118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	P	3 020,00 €		2 810,82 €		209,18 €	
	O20119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	P		1 250,75 €	0,02 €		1 250,73 €	
	O20121	OUTROS BENS	P	28 647,35 €	28 570,00 €	4,24 €		57 213,11 €	
	O202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	P/M	28 017 105,25 €	15 007 469,44 €	2 694 099,37 €		40 318 674,06 €	
	O20201	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	P/M	1 406 994,28 €	688 681,00 €	528 291,29 €		1 547 383,99 €	
	O20202	LIMPEZA E HIGIENE	P/M	162 780,88 €	82 608,23 €	8 041,16 €		237 347,75 €	
	O20203	CONSERVAÇÃO DE BENS	P/M	21 314 088,99 €	12 371 778,89 €	289 359,35 €		33 415 227,23 €	
	O20204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	P/M	550 443,54 €	114 629,91 €	236 915,34 €		428 158,11 €	



Identificação da Classificação				Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
Rubricas	Designação	Tipo	Dotações iniciais	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
	020205	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	P	45 900,00 €	4 633,43 €	777,31 €	49 756,12 €	
	020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	P	91 388,09 €		5 116,36 €	86 271,73 €	
	020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	P/M	5 000,00 €		3 050,50 €	1 949,50 €	
	020209	COMUNICAÇÕES	P/M	265 952,75 €	143 888,44 €	4 299,75 €	405 541,44 €	
	020210	TRANSPORTES	P	3 550,44 €		1 349,82 €	2 200,62 €	
	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	P	12 000,00 €		6 609,40 €	5 390,60 €	
	020212	SEGUROS	P	48 512,56 €	2 792,23 €	5 790,07 €	45 514,72 €	
	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	P	36 960,00 €		19 333,62 €	17 626,38 €	
	020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	P	8 500,00 €	294,50 €	676,50 €	8 118,00 €	
	020215	FORMAÇÃO	P/M	44 173,71 €	119 035,29 €	85 266,78 €	77 942,22 €	
	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	P	15 000,00 €		14 983,34 €	16,66 €	
	020217	PUBLICIDADE	P	6 000,00 €	13 500,00 €	6 792,64 €	12 707,46 €	
	020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	P/M	821 985,70 €	83 425,88 €	80 872,55 €	804 539,03 €	
	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	P/M	1 741 227,74 €	1 094 216,79 €	1 205 728,86 €	1 629 714,67 €	
	020220Q2	OUTROS	P/M	1 741 227,74 €	1 094 216,79 €	1 205 728,86 €	1 629 714,67 €	
	020222	SERVIÇOS DE SAÚDE	P	18 082,24 €	29 319,29 €	18 977,30 €	30 404,23 €	
	020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	P/M	119 871,53 €	16 857,44 €	846,53 €	135 882,44 €	
	020225	OUTROS SERVIÇOS	P/M	1 299 732,00 €	281 808,12 €	193 050,00 €	1 387 490,12 €	
D3		Juros e outros encargos	P/M	331 942,47 €	28 166,88 €	18 162,36 €	341 946,99 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	P/M	331 942,47 €	28 166,88 €	18 162,36 €	341 946,99 €	
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	P/M	331 942,47 €	28 166,88 €	18 162,36 €	341 946,99 €	
	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	P/M	331 942,47 €	22 887,72 €	18 115,25 €	336 714,94 €	
	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	P/M	331 942,47 €	22 887,72 €	18 115,25 €	336 714,94 €	
	03010301	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	M	5 000,00 €		5 000,00 €		
	03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	P/M	326 942,47 €	22 887,72 €	13 115,25 €	336 714,94 €	
	0305	OUTROS JUROS	P		100,00 €	47,11 €	52,89 €	
	030502	OUTROS	P		100,00 €	47,11 €	52,89 €	
	03050202	JUROS DE MORA	P		100,00 €	47,11 €	52,89 €	
	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	P		5 179,16 €		5 179,16 €	
	030601	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	P		5 179,16 €		5 179,16 €	
D5		Outras despesas correntes	P/M	168 829,84 €	51 900,00 €	108 338,33 €	112 391,51 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	P/M	168 829,84 €	51 900,00 €	108 338,33 €	112 391,51 €	
	08	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	P/M	168 829,84 €	51 900,00 €	108 338,33 €	112 391,51 €	
	0802	DIVERSAS	P/M	168 829,84 €	51 900,00 €	108 338,33 €	112 391,51 €	
	080203	OUTRAS	P/M	168 829,84 €	51 900,00 €	108 338,33 €	112 391,51 €	
	08020305	OUTRAS	P/M	168 829,84 €	51 900,00 €	108 338,33 €	112 391,51 €	
D6		Aquisição de bens de capital	P	2 328 485,79 €	729 189,50 €	729 189,50 €	2 328 485,79 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	P	2 328 485,79 €	729 189,50 €	729 189,50 €	2 328 485,79 €	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	P	2 328 485,79 €	729 189,50 €	729 189,50 €	2 328 485,79 €	
	0701	INVESTIMENTOS	P	2 328 485,79 €	729 189,50 €	729 189,50 €	2 328 485,79 €	
	070103	EDIFÍCIOS	P	987 500,00 €	552 388,54 €	50 270,91 €	1 489 617,63 €	
	07010307	OUTROS	P	987 500,00 €	552 388,54 €	50 270,91 €	1 489 617,63 €	
	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	P	119 885,79 €		37 779,94 €	82 105,85 €	
	07010602	OUTRO	P	119 885,79 €		37 779,94 €	82 105,85 €	
	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	P	83 400,00 €	178 800,96 €		260 200,96 €	
	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	P	22 000,00 €		2 312,02 €	19 687,98 €	
	070111	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	P	700,00 €		700,00 €		
	070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	P	1 110 000,00 €		635 768,76 €	474 241,24 €	
	070115	OUTROS INVESTIMENTOS	P	5 000,00 €		2 367,87 €	2 632,13 €	
D10		Despesa com passivos financeiros		913 333,32 €			913 333,32 €	
	SO	SEM ORGÂNICA		913 333,32 €			913 333,32 €	
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		913 333,32 €			913 333,32 €	
	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		913 333,32 €			913 333,32 €	
	100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		913 333,32 €			913 333,32 €	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				36 653 990,06 €	15 772 065,94 €	3 078 832,92 €	49 347 243,08 €	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL				2 328 485,79 €	729 189,50 €	729 189,50 €	2 328 485,79 €	
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS				38 982 475,85 €	16 501 275,44 €	3 808 022,42 €	51 675 728,87 €	
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS				913 333,32 €			913 333,32 €	
TOTAL				39 895 809,17 €	16 501 275,44 €	3 808 022,42 €	52 589 062,19 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Anexo III - ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANEXO III - ALTERAÇÕES PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS NO ANO 2023																
PERÍODO: 2023/01/02 a 2023/12/31. TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS: 9. TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS: 0. DO ANO CONTABILÍSTICO 2023																
OBJETIVO	PROJETO			DESIGNAÇÃO DO PROJETO		DATAS		PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO (+/-)	
	Código	Ano	Tipo	Numero	Descrição	Classificação	Início	Fim	2023		2024	Períodos seguintes				(13) - (2) - (8)
(1)	(2)				(3)		(4)	(5)	Dot. Anual (6)	Dot. Consigida (7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) - (2) - (8)
1					Funções gerais				2 328 485,79 €	2 328 485,79 €						
1.1					Serviços gerais de administração pública				2 328 485,79 €	2 328 485,79 €						
1.1.1					Administração geral				2 328 485,79 €	2 328 485,79 €						
1.1.1.1	02	2020	1		Edifícios e outras construções	SO/07010307	02/01/2020		987 500,00 €	1 489 617,83 €	-210 000,00 €	-25 000,00 €				502 117,83 €
1.1.1.1.1	03	2020	2		Equipamento básico	SO/070111	02/01/2020		700,00 €							-700,00 €
1.1.1.1.1.1	04	2020	3		Equipamento de transporte	SO/07010602	02/01/2020		119 885,79 €	82 105,85 €	-50 000,00 €					-37 779,94 €
1.1.1.1.1.1.1	05	2020	4		Equipamento administrativo		02/01/2020									
1.1.1.1.1.1.1.1	05	2020	4			SO/070107			83 400,00 €	260 200,96 €	-1 000,00 €					176 800,96 €
1.1.1.1.1.1.1.1.1	05	2020	4			SO/070109			22 000,00 €	19 687,98 €	11 000,00 €					-2 312,02 €
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	05	2020	4			SO/070115			5 000,00 €	2 632,13 €						-2 367,87 €
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	43	2020	6		Programas de computador		02/01/2020									
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	43	2020	6			SO/070113			1 110 000,00 €	474 241,24 €	250 000,00 €	25 000,00 €				-635 758,76 €
TOTAL:									2 328 485,79 €	2 328 485,79 €						

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Anexo IV - OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ANEXO IV - OPERAÇÕES DE TESOURARIA NO ANO 2023						
CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	2 777 017,11 €	1 316 178,38 €	527 243,77 €	3 565 951,72 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	2 777 017,11 €	1 316 178,38 €	527 243,77 €	3 565 951,72 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	2 834 221,67 €	1 310 881,22 €	521 820,34 €	3 623 282,55 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	-57 204,56 €	5 297,16 €	5 423,43 €	-57 330,83 €
TOTAL:			2 777 017,11 €	1 316 178,38 €	527 243,77 €	3 565 951,72 €

O anexo faz parte integrante destas demonstrações



Anexo V - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - Situação dos contratos

Número do Contrato	Descrição do Contrato	Data de Assinatura	Valor Total (€)	Valor em Pagamento (€)	Data de Pagamento	Estado do Contrato	Tipo de Contrato	Situação dos Contratos		Valor em Pagamento (€)	Data de Pagamento	Estado do Contrato	Valor Total (€)
								Valor em Pagamento (€)	Data de Pagamento				
00000001	Contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação de espaços públicos.	2019/07/01	300.000,00	270.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	270.000,00	2019/07/01	270.000,00	Em Pagamento	300.000,00	
00000002	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos.	2019/07/01	150.000,00	135.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	135.000,00	2019/07/01	135.000,00	Em Pagamento	150.000,00	
00000003	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos mecânicos.	2019/07/01	150.000,00	135.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	135.000,00	2019/07/01	135.000,00	Em Pagamento	150.000,00	
00000004	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos.	2019/07/01	150.000,00	135.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	135.000,00	2019/07/01	135.000,00	Em Pagamento	150.000,00	
00000005	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos térmicos.	2019/07/01	150.000,00	135.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	135.000,00	2019/07/01	135.000,00	Em Pagamento	150.000,00	
00000006	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos pneumáticos.	2019/07/01	150.000,00	135.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	135.000,00	2019/07/01	135.000,00	Em Pagamento	150.000,00	
00000007	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e mecânicos.	2019/07/01	300.000,00	270.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	270.000,00	2019/07/01	270.000,00	Em Pagamento	300.000,00	
00000008	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e mecânicos.	2019/07/01	300.000,00	270.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	270.000,00	2019/07/01	270.000,00	Em Pagamento	300.000,00	
00000009	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e mecânicos.	2019/07/01	300.000,00	270.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	270.000,00	2019/07/01	270.000,00	Em Pagamento	300.000,00	
00000010	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e mecânicos.	2019/07/01	300.000,00	270.000,00	2019/07/01	Em Pagamento	Normal	270.000,00	2019/07/01	270.000,00	Em Pagamento	300.000,00	

Anexo VI - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA Adjudicações por tipo de contrato

ANEXO VI - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO NO ANO 2023																
Tipo de contrato	Concurso público		Concurso privado por pré-qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajazil directa		Concursos de concepção		Procedimento para contratação		TOTAL	
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)
Emprestadas de obras públicas	285	47 929 347,71 €							85	3 228 577,14 €					380	50 358 224,85 €
Aquisição de serviços	77	18 508 888,71 €	2	889 854,99 €					199	3 852 826,20 €					271	23 031 674,01 €
Locação ou arrendamento de bens móveis	5	510 571,80 €							62	482 411,44 €					67	992 983,04 €
Concessão de obras públicas	2	51 287,99 €													2	51 287,99 €
Concessão de serviços públicos									1	10 250,00 €					1	10 250,00 €
Outros									350	7 674 987,76 €					350	7 674 987,76 €
TOTAL	369	68 200 986,01 €	2	889 854,99 €	0	0,00 €	0	0,00 €	597	12 176 243,50 €	0	0,00 €	0	0,00 €	968	80 267 084,50 €

O anexo faz parte integrante desta demonstração

Anexo VII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - Receita

ANEXO VII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS NO ANO 2023									
Tipo de receita	Orçamentos legais	Finalidade	Entidade financiadora		Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorridos no exercício	Observações
			NIF	Nome / designação					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Transferências correntes									
080308 - ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS			510828374	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP	310 208,09 €	310 208,09 €			
080309 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL			501442800	IEFP - CENTRO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE LISBOA	844,71 €	844,71 €			
080501D - MUNICIPIOS			500051070	Câmara Municipal de Lisboa	29 338 540,17 €		29 338 540,17 €	310 208,09 €	
080501E - MUNICIPIOS			500051070	Câmara Municipal de Lisboa	29 338 540,17 €	28 929 870,84 €	408 669,33 €		
Total transferências correntes					29 649 592,97 €	29 240 923,44 €	408 669,33 €	310 208,09 €	
Transferências de capital									
Total transferências de capital									
Subsídios									
Total subsídios									

O anexo faz parte integrante destas demonstrações



A Contabilista Certificada:

Dr^a. Ana Filipa Coelho Xavier de Basto

A Administração:

Dr. Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

Dr. Gonçalo de Melo Portugal Saluce de Sampaio

Arq^a. Ana Paula Calheiros Nunes da Cunha

5.

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE
CONTAS**

GEBALIS, E.M., S.A.



Gebalis



Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 23.376.695 euros e um total do património líquido de 4.158.428 euros, incluindo um resultado líquido de 18.021 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 61.686.650 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 51.787.122 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

17 de abril de 2024

Assinado por: **PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA**

NUNES

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2024.04.17 18:47:09+01'00'



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160813

6.

**RELATÓRIO
E PARECER
DO FISCAL
ÚNICO**

GEBALIS, E.M., S.A.



Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções:

- (i) Auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo;
- (ii) Auditámos as demonstrações orçamentais da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- (iii) Emitimos nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral (relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2023), em 17 de agosto de 2023;
- (iv) Emitimos o Parecer sobre a primeira alteração dos instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2023, em 9 de junho de 2023; e
- (v) Emitimos o Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2024, em 9 de novembro de 2023 e sobre a primeira alteração, em 6 de fevereiro de 2024.



Procedemos, ainda, a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2023 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas.

Face ao exposto, somos de parecer que, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

17 de abril de 2024

Assinado por: **PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA**
NUNES
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2024.04.17 18:48:59+01'00'



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160813

- Deliberação n.º 223/CM/2024 (Proposta n.º 223/2024)
- Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pelo Vereador Diogo Moura;

Apreciação do Relatório e Contas de 2023 da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A.

Pelouro: Vereador Diogo Moura e Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.

Serviços: DMC e DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Sector Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;

2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe «(...) no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa»;

3 - O n.º 3 do artigo 40.º do RJAELPL estipula que «Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social». O n.º 4 estabelece que «No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).»;

4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do Município, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e respetivas alterações - inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no seu capital social, «em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas» previstas no artigo 40.º do RJAELPL;

5 - A EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., doravante abreviadamente designada por EGEAC, é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída pelo Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

6 - A EGEAC é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto exclusivo assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados

e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura;

7 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da EGEAC deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, com respeito pelo disposto nas orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro;

8 - Em cumprimento do artigo 27.º dos seus estatutos - Deveres Especiais de Informação - o Conselho de Administração da EGEAC enviou o Relatório e Contas 2023 com Parecer do Fiscal Único e com Certificação Legal de Contas, por Kreston & Associados - SROC, Ltd.ª, documentos que se anexam como parte integrante desta proposta;

9 - Da certificação legal das contas não consta qualquer reserva, estando exarada a seguinte Opinião: «(...) as demonstrações financeiras (...) apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EGEAC (...), em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística»;

10 - O Fiscal Único refere «é nosso parecer que se aprove o Relatório e Contas apresentado pela Administração (...), que se aprove a Proposta de Aplicação de Resultados»;

11 - A EGEAC apresenta um resultado antes de impostos (RAI) positivo, pelo que não está sujeita ao estipulado no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL;

12 - A EGEAC apresenta, em 31 de dezembro de 2023, um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50 % do Capital Social, conforme evidenciado nas Contas de 2023 - Balanço, o que a coloca em situação de equilíbrio, no que concerne ao artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2102, de 31 de agosto e n.º 1 do artigo 62.º (excluindo a alínea a) aplicável por força do artigo 4.º ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, das alíneas oo) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, e do n.º 2 do artigo 8.º, alínea g) do artigo 20.º, alínea d) do artigo 27.º e do artigo 32.º dos Estatutos da EGEAC:

1 - Apreciar favoravelmente o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A., assim como a Proposta de Aplicação dos Resultados, constante da página 61 do citado Relatório, e o Parecer do Fiscal Único, relativas ao exercício de 2023;

2 - Mandatar, na qualidade de representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A., o Vereador João Diogo Santos Moura para os votar favoravelmente, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind.NTL), 4 votos contra (1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 6 abstenções (3 PS, 2 PCP e 1 L).]

Relatório e Contas 2023





Índice

1. Preâmbulo

Eixos Estratégicos

2. Espaços Culturais

Atelier–Museu Júlio Pomar

Capitólio

Casa Fernando Pessoa

Castelo de São Jorge

Cinema São Jorge

Espaço Atlântida – Centro de Estudos da História da Leitura

Galerias Municipais

LU.CA – Teatro Luís de Camões

Museu do Aljuze Resistência e Liberdade

Museu Bordado Pinheiro

Museu do Faço

Museu de Lisboa

Museu da Marioneta

Padrão dos Descobrimentos

São Luiz Teatro Municipal

Teatro do Bairro Alto

Planeamento e Produção de Eventos

4

8

10

12

14

16

18

20

22

24

26

28

30

32

34

36

38

40

42

44

3. Serviços Centrais

Comunicação e Marketing

Desenvolvimento Organizacional

Gestão de Pessoas

Obras

4. Situação Económico–Financeira

5. Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço Individual

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

6. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

7. Anexos

Indicadores Setoriais – Execução

Quadro Investimento

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal das Contas

Preâmbulo



É com grande satisfação que apresentamos o **Relatório e Contas da EGEAC** referente ao ano de 2023. Este documento reflete o compromisso incansável da nossa empresa em promover a cultura, a arte e o património da cidade de Lisboa.

Valorização do Capital Humano

O ano de 2023 marcou o primeiro exercício realizado integralmente pelo Conselho de Administração da EGEAC. Nesse período, elegeu-se a valorização do **capital humano** da empresa como o principal eixo estratégico.

Neste âmbito, e entre outras medidas de promoção da valorização das pessoas, apostámos no desenvolvimento de um Modelo de Gestão de Desempenho, criámos oportunidades de encontro e troca de experiências entre as pessoas (encontros setoriais, reuniões gerais e workshops), promovemos formação em áreas fundamentais para o desenvolvimento organizacional e melhorámos o acolhimento às pessoas que se juntaram à nossa empresa.

Além disso, destacamos as seguintes ações concretizadas:

Inovação e Cumprimento Normativo

Na estrutura central (Sede), lançámos o processo para a constituição e implementação de um novo sistema integrado de gestão, ferramenta crucial para o desenvolvimento da operação da atividade transversal da empresa.

Implementámos a área de Compliance e desenvolvemos o Código de Ética e Conduta e o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, garantindo a conformidade com as regulamentações exigidas.

Cultura Acessível e Temática

Promovemos uma programação temática nos Museus, Monumentos e Galerias, permitindo uma melhor identificação da atividade cultural com os espaços onde a mesma decorreu. Também intensificámos o incentivo à melhoria de acessibilidades nesses equipamentos, recorrendo ao estabelecimento de parcerias e à apresentação de candidaturas para obtenção de financiamento que possibilitaram essas intervenções.

Teatros Municipais e Nova Direção Artística

Mantivemos uma programação eclética e diversificada nos Teatros Municipais, visando a fidelização e criação de novos públicos. Destacamos aqui o início da nova Direção Artística do Teatro São Luiz.

Eventos e Notoriedade

Direcionámos o núcleo central de atividade para o desenvolvimento de projetos de qualidade e escala em espaço público. Concentrámos nossas iniciativas em quatro grandes momentos anuais: *Festas de Abril*, *Festas de Lisboa*, *Festas na Rua* e *Festas de Natal*. 2023 ficou igualmente marcado pelo desenvolvimento dos processos inerentes à concretização da Jornada Mundial da Juventude no Parque Eduardo VII.

O exercício de 2023 ficou também marcado por **191 sessões acessíveis**, proporcionando experiências culturais significativas a todas as pessoas.

Aproximadamente 3,8 milhões de pessoas visitaram os nossos equipamentos,

participaram em atividades e assistiram a espetáculos promovidos pela empresa. A programação chegou a **1,7 milhões de telespectadores**. Cabe-nos destacar ainda as **interações com cerca de 2 milhões de pessoas** através dos sites e redes sociais. Estes números refletem o compromisso contínuo da EGEAC em enriquecer a vida cultural de Lisboa e fortalecer os laços com a comunidade, só atingíveis graças ao empenho e dedicação de todos os trabalhadores e dos cidadãos/lisboetas que participaram ativamente na nossa atividade.

É com este espírito e resultados que, fechando o ano de 2023, antecipamos um futuro ainda mais vibrante para a cultura em Lisboa.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração

Pedro Moreira

Susana Graça

Gonçalo Reis

Pedro Moreira
Susana Graça
Gonçalo Reis

Eixos Estratégicos

Em 2024, vamos reforçar o espírito renovador que norteou a atividade da empresa em 2023, mantendo como eixo central a valorização e reconhecimento do seu capital humano. Esta missão será alicerçada num conjunto de eixos estratégicos, de ordem transversal e programática que possibilitarão o desenvolvimento e execução do seu plano de atividades, com o envolvimento natural das suas unidades orgânicas, criando oportunidades de partilha e discussão conjunta.

Ancorar a Cultura como fator de inclusão, aproximação e entendimento, assegurando a criação de condições para que todos os segmentos de público possam encontrar na EGEAC o melhor acolhimento.

Inclusão

Consolidar o papel da EGEAC enquanto empresa que privilegia a qualidade de serviço que presta à sociedade e o impacto que tem no setor cultural, dando espaço à inovação e assegurando a sustentabilidade de atividades culturais de excelência na cidade.

Impacto

A formação na EGEAC irá manter-se como um dos elementos fulcrais para o desenvolvimento das competências dos(as) trabalhadores(as), assegurando que possam desenvolver as suas atividades de forma adequada aos desafios que lhes serão lançados, entre os quais se perspetiva a implementação de uma nova ferramenta de gestão integrada.

Valorização do capital humano

Basear a atividade da EGEAC no conceito de Cultura como valor integrado e fator de enriquecimento das comunidades, promovendo a fidelização, o alargamento e a diversificação de públicos.

Comunidades e cidadania

Cultura em Lisboa.

Gerimos e programamos espaços culturais em Lisboa

We run cultural spaces in Lisbon

Espaços
Culturais

Museus

Museums

- 5 Casa Fernando Pessoa
- 6 Museu da Marioneta
- 8 Atelier-Museu Júlio Pomar
- 9 Palácio Pimenta – Museu de Lisboa
- 11 Museu Bordalo Pinheiro
- 17 Torreão Poente do Terreiro do Paço – Museu de Lisboa
- 18 Santo António – Museu de Lisboa
- 19 Museu do Aljube
- 20 Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos – Museu de Lisboa
- 22 Teatro Romano – Museu de Lisboa
- 23 Museu do Fado

Teatros e Cinema

Theatres and Cinema

- 3 LUCA – Teatro Luís de Camões
- 13 Teatro São Luiz
- 14 Cinema São Jorge
- 15 Capitólio
- 16 Teatro do Bairro Alto

Galerias

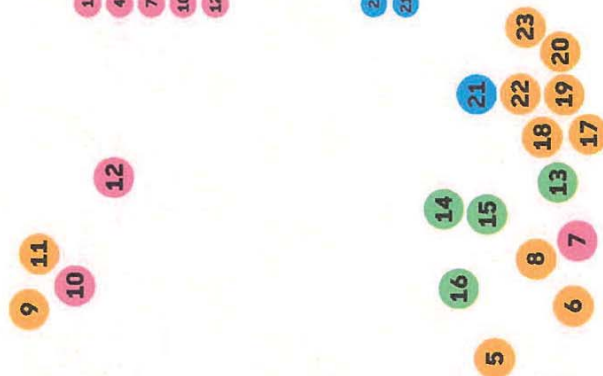
Galleries

- 1 Galeria Avenida da Índia
- 4 Torreão Nascente da Cordoaria
- 7 Galeria da Boavista
- 10 Pavilhão Branco
- 12 Galeria Quadrum

Monumentos

Monuments

- 2 Padrão dos Descobrimentos
- 21 Castelo de São Jorge



egeac.pt

Atelier-Museu Júlio Pomar



O Atelier-Museu Júlio Pomar (AMJP) tem por missão conservar, divulgar e aprofundar o conhecimento da obra de Júlio Pomar nos seus diversos aspetos, fomentar a reflexão crítica e o debate em torno das artes e da cultura contemporâneas.

Ao longo do ano, o AMJP deu seguimento ao programa de exposições que cruzam a obra de Júlio Pomar com a de outros artistas: *Guardar os Olhos no Bêlsa - Infant Journal* e, celebrando o seu 10.º aniversário, voltou a partilhar com o público os núcleos fundamentais do seu acervo com a exposição *Júlio Pomar: 10 Anos de Museu*.

Foi lançada uma nova programação direcionada aos públicos escolar e geral e, estreitando

laços com a comunidade local, destacam-se as relações estabelecidas com o Centro de Apoio Social de São Bento, a associação GIRA e a Santa Casa da Misericórdia - Janelas Verdes.

Destaque ainda para os projetos de continuidade com a EBS Passos Manuel e a parceria com a Escola Artística António Arroio. Ao nível do ensino superior, deve referir-se a realização de uma visita especializada aos alunos do mestrado de Museologia da Universidade Nova de Lisboa.



15 800 seguidores



1 600 seguidores

Em 2023 o AMJP editou três publicações: o livro *Arte e Arquitetura, Atelier-Museu, Júlio Pomar*.

Um projeto de Siza Vieira que procura dar conta da relação entre arquitetura, artes plásticas e museologia, e os centrais do Atelier-Museu; e os catálogos das exposições *Os Livros de Pomar* e *Em Matéria de Matérias-Primas*.

No segundo semestre foram realizadas duas visitas com interpretação em Língua Gestual Portuguesa e uma atividade com audiodescrição e recursos tácteis.

No ano em que o equipamento celebrou 10 anos, foi criada uma nova imagem gráfica: logótipo e cartazes. Foi também importante a remodelação do site e o desenvolvimento da versão em inglês por forma a permitir a diversificação dos públicos.



Em articulação com o Gabinete de Obras realizaram-se trabalhos de modo a evitar infiltrações de chuva e foi realizada a inspeção e monitorização de fissuras nas asnas da cobertu-

tura. Para melhorar a acessibilidade física do edifício foi adquirida uma rampa móvel.

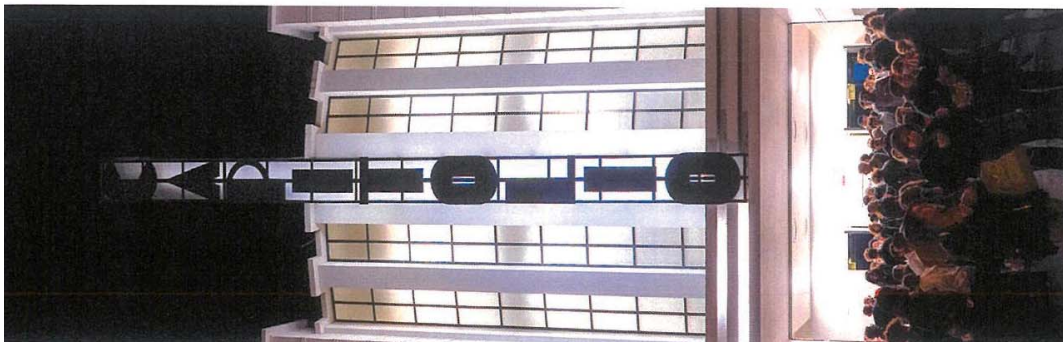
Durante o último trimestre de 2023, no âmbito da parceria com a Residency Unlimited-NY, em Nova Iorque, foi selecionada a artista para a residência artística naquela instituição.

BAC – Banco de Arte Contemporânea Maria da Graça Carmona e Costa

O BAC tem como missão a prospeção, preservação, investigação, estudo, guarda e divulgação de espólios documentais e artísticos de arte contemporânea.

Em 2023, destaca-se o projeto *Ana Vieira* (futura exposição), em parceria com a Fundação Carmona e Costa e a Associação Appleton; a participação na conversa *Elaboração de Cadernos de Montagem* (na Associação Appleton); e a colaboração na exposição *Quadrum 50 anos. uma fogueira cultural* (com as Galerias Municipais). O BAC deu também início à preparação da sua primeira exposição, a realizar no ano de 2024, com o objetivo de mostrar e divulgar diversos espólios documentais e o trabalho de investigação que é feito a seu propósito.

Foi realizada a contribuição de um artigo para o livro *ARQUIVO. Pensar o Futuro* decorrente do ciclo de conferências, organizado em 2023 pelo BAC e o AMJP, a propósito dos espólios documentais e dos legados de artistas.



Capitólio

Após seis anos de gestão e programação por um promotor privado, no último trimestre de 2023, a EGEAC passou a assumir a gestão direta do Capitólio. Com a transferência da gestão desta histórica sala de espetáculos do Parque Mayer, pretende-se, fazer do Capitólio um espaço de acolhimento de espetáculos e eventos, de interesse para todos os públicos, aberto aos promotores culturais e ao serviço da cidade.

Considera-se que uma programação baseada no acolhimento de espetáculos e eventos de interesse público, que não se sobreponha à de outros espaços culturais da cidade, poderá assegurar uma programação de qualidade e gerar uma receita importante para a gestão conjunta dos equipamentos da EGEAC. Através de parcerias e colaborações com as entidades locais, das quais se destaca a Junta de Freguesia do Santo António, pretende-se promover a dinamização do Parque Mayer e de Lisboa enquanto cidade de cultura e oferecer experiências culturais relevantes.

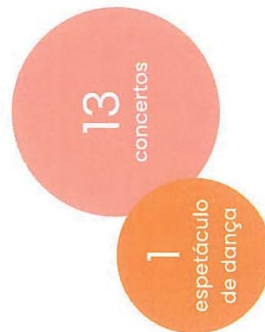


14

No início de novembro, o Capitólio abriu com o acolhimento do *Festival Misty Fest*, seguido do *Super Bock em Stock*, com concertos de lotação esgotada.

Para além do acolhimento de outros eventos de música e dança, em dezembro, o Capitólio exibiu também programação das *Festas de Natal*, incluindo espetáculos para as famílias e sessões acessíveis com Língua Gestual Portuguesa.

Nos últimos dois meses do ano, artistas como Roberto Cueva, Bandua, Corinne Bailey Rae, Maria Gadú, Carla Prata, Blaz, Ghetão, AZARTI, Valette, Smoke DZA, DHArtes Ensemble – Quinteto de Cordas, Lisbon Poetry Orchestra, Banda da Armada Portuguesa, Carlos Leitão, Bruno Charveiro, Joaquim Horta, entre outros, passaram pelo palco desta sala renovada.



15





Casa Fernando Pessoa

A Casa Fernando Pessoa (CFP) ocupa o edifício onde o poeta habitou entre 1920 e 1935. Dispõe de uma exposição em três pisos, uma biblioteca especializada em poesia, um auditório e uma loja. Tem como missão partilhar e gerar conhecimento sobre a vida e obra de Fernando Pessoa e promover a reflexão, o debate sobre o poder da literatura e os efeitos transformadores da leitura.

Em termos programáticos, são de destacar, ao longo do ano, a realização da *Feira do Livro de Poesia*, que inclui a iniciativa *Poesia Estendida*; o programa de três dias sobre literatura e saúde mental; o programa de 13 de junho *Aniversário de Pessoa*; o *jazz na esplanada* em parceria com o Hot Clube; a celebração de efemérides de Natália Correia, Guerra Junqueiro e Almada Negreiros; o festival internacional de poesia *Lisbon Revisited*; a celebração dos 30 anos da Casa Fernando Pessoa; e o colóquio dedicado a Eduardo Lourenço (100 anos). Foi também inaugurada uma exposição temporária, dedicada ao Marinheiro de Pessoa.

Com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique foi criado



um *Clube de Leitura de Poesia e*, com o Castelo de São Jorge, a visita temática *Fernando Pessoa no Castelo de São Jorge*. Foi feito um acordo com o Centro Intergeracional de Campo de Ourique (Santa Casa da Misericórdia) para a identificação de crianças para frequência gratuita de oficinas, e foi assinado um protocolo de colaboração com a FPAS – Federação Portuguesa das Associações de Surdos. A Casa colaborou também com o coletivo Manicómio, espaço artístico para criadores que têm ou tiveram doença mental. Terminou o projeto no âmbito da Bienal do Plano Nacional das Artes.



48 500 seguidores



18 800 seguidores

No âmbito da comunicação, deve ser destacada a apresentação da atividade em folhetos quadrimestrais, a publicação de anúncios em diferentes órgãos de comunicação social e as parcerias de média com rádio e TV. No site, foi criada a loja virtual da Casa Fernando Pessoa.

O espaço concessionado para restauração foi alvo de melhorias e encontraram-se em curso procedimentos de melhoria das escadadas de evacuação.

A CFP foi nomeada para os para o prémio de Museu Europeu do Ano (EMYA) e para os Prémios Património Ibérico – Melhor Projeto de Mediação (Sessões Descontraídas). Recebeu ainda a menção honrosa da APOM para a exposição temporária *Jogo do Desassossego*.



Para além da oferta educativa previamente existente, mantendo-se as visitas com interpretação em Língua Gestual Portuguesa, audiodescrição e as sessões descontraídas, a CFP implementou visitas realizadas por mediador surdo e renovou as legendas em braille. Iniciou ainda um programa de visitas em línguas estrangeiras.

Para assinalar os 90 anos da publicação do poema *Tabacaria* de Álvaro de Campos, a obra foi editada em cinco idiomas (português, inglês, espanhol, italiano e francês).

Castelo de São Jorge

O Castelo de São Jorge (CSJ) é o Monumento Nacional mais visitado do país. Para além de uma extensa área ao ar livre, o visitante pode usufruir de diversas valências de interesse histórico e cultural, como a exposição permanentemente, o sítio arqueológico ou a câmara escura.

Ao longo do ano, o Serviço Educativo do Castelo procurou estabelecer mais parcerias com instituições e associações que reforçassem a divulgação das visitas e oficinas acessíveis. Continuou a oferecer visitas com audiodescrição e, pela primeira vez, realizaram-se atividades com interpretação em Língua Gestual Portuguesa. O Castelo criou mais oferta e deu seguimento aos projetos de continuidade, inseridos no programa escolar e que detêm uma componente social. Em 2023, foram realizadas 6 609 visitas orientadas e oficinas que, em relação a 2022, tiveram um aumento de participantes superior a 70%.

1 633 518
público presencial

36 666
público escolar

19 089
participantes programação cultural



35 000
seguidores



7 300
seguidores

O CSJ implementou um novo plano de desenvolvimento de conteúdos para as redes sociais com o envolvimento das equipas do Serviço Educativo e de Património e retomou a criação de um folheto de acolhimento ao visitante que será disponibilizado em seis idiomas. Iniciou-se o projeto de criação de uma visita guiada áudio que será também disponibilizada em seis idiomas. De acordo com a nova marca CSJ, desenvolveu-se uma nova linha de fardamento, já em vigor, e encontra-se em andamento um projeto de sinalética contemplando os princípios da acessibilidade.

Continuaram as visitas de inspeção e as atividades previstas no Plano de Conservação Preventiva, tais como ações curativas e preventivas de manutenção e conservação das fontes, de manutenção dos equipamentos museográficos do Núcleo Museológico e monitorização topográfica dos pavimentos das casas islâmicas. Foram realizadas ações do Plano Preventivo para o Património Natural, que incluiu a doação de cerca de 40 pavões e a realização de um encontro, com a presença da veterinária, de sensibilização da população do bairro do Castelo para que não alimente estes animais – atividade realizada em parceria com o Grupo Desportivo do Castelo.

Decorreram obras e empreitadas, tais como a empreitada de intervenção de Conservação e Restauro dos revestimentos islâmicos da casa I; a empreitada de Requalificação do Pavimento da Praça de Armas; e as obras no interior da

Casa do Leão com uma intervenção preventiva e de conservação nos painéis de azulejos. No último trimestre iniciou-se o procedimento de requalificação da antiga cafeteria com vista à criação de novos espaços: biblioteca; arquivo; um armazém para a loja do Castelo; uma copa para funcionários e prestadores de serviço; a criação de uma sala multiusos (para reuniões, formações e apoio de catering). Foram eletrificados o alpendre e o interior do Castelo e foi melhorada a iluminação da Sala Ogival.

Destaque ainda para a participação de um elemento da equipa do Património em dois projetos fora do equipamento: projeto de requalificação do Palacete dos Marquesses de Pombal; limpeza de graffiti e reparação de degrau no Padrão dos Descobrimentos.

6 609

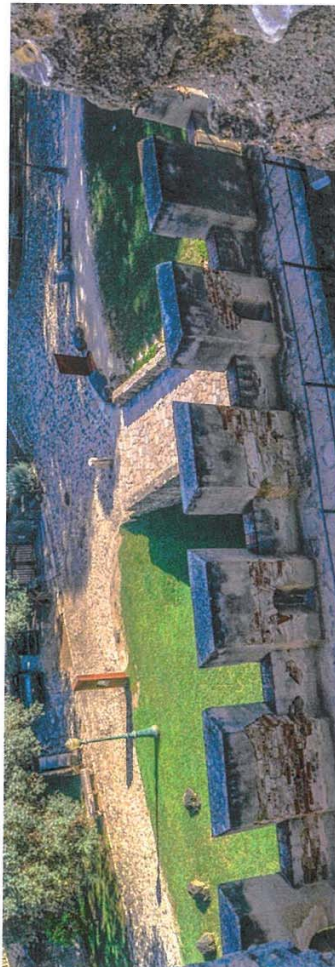
visitas e oficinas

93 063

participantes em visitas e oficinas

95%

público estrangeiro



Cinema São Jorge

É um dos últimos cinemas históricos de Lisboa ainda ativo, assumindo um trabalho de promoção e difusão da sétima arte e do pensamento crítico que lhe está associado e também de promoção de outras atividades culturais.

Nuno em que se manteve uma oferta diversificada, há que destacar, em primeiro lugar, a Mostra de Cinema da Jornada Municipal da Juventude em que foram acolhidas 4 624 pessoas. Verificou-se ainda o crescimento de públicos em alguns festivais de cinema: Motel X; Indie Lisboa; Queer; Festa do Cinema Italiano; e festival infantil Play.

No projeto educativo *Afirm de Filmes*, o Cinema deu continuidade às Sessões *Marsupiais*,

permitindo aos recém pais manterem-se atualizados no que se refere à sétima arte. Houve também uma crescente adesão às visitas e oficinas.

Em 2023, pela primeira vez, o Cinema deu oportunidade de exibição a primeiras obras – CICLOPE – com assistência de 1 342 pessoas.

Apostou-se também nos CRÉDITOS FINAIS, projeto que pretende dar uma segunda vida a filmes que acabam de concluir as suas carreiras no circuito cinematográfico nacional. Num cenário intimista como o da Sala Rank, com lotação de 21 lugares, foram contabilizadas 811 pessoas.

Destaque ainda para os concertos de Tim *Carta-me Histórias*, bem como o teatro infantil *Quebra-Nozes*, que esgotaram todas as sessões no mês de dezembro, ou o projeto *Crime no Cinema* cujas 38 sessões também esgotaram. Desta forma, continuou a afirmar-se o caráter multidisciplinar de um espaço de eleição para a oferta cultural da cidade.

O Cinema criou um podcast, com duas rubricas: *A conversa já vai longa*, convidando personalidades da área cultural e *É só um porrenor*, falando de curiosidades menos conhecidas sobre filmes. A aposta nos meios de comunicação digitais foi constante, nomeadamente nas redes sociais e através do envio de newsletters.

É importante realçar o começo de uma reestruturação do site, a ser finalizada em 2024,

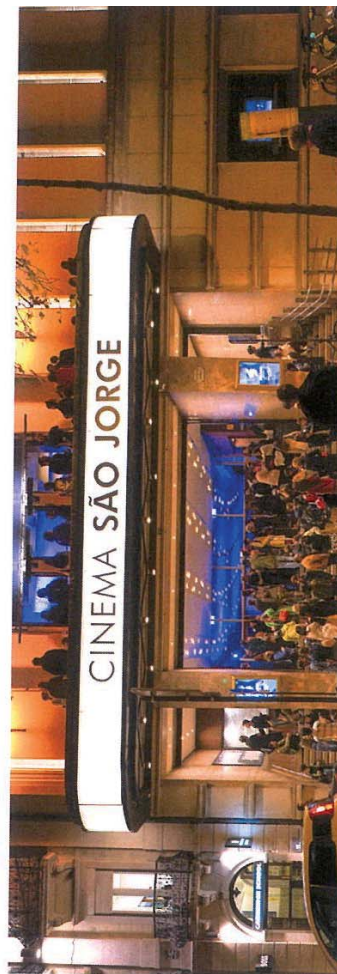
assim como a criação de um guião pictográfico do Cinema (com versões em braille e áudio) enquanto investimento nas acessibilidades. Em 2023, nove sessões tiveram tradução para Língua Gestual Portuguesa, seis foram sessões descontraindas e uma teve audiodescrição.



31 000 seguidores



20 400 seguidores





Espaço Atlântida – Centro de Estudos da História da Leitura

Essencialmente dedicado ao estudo da história da leitura, o Espaço Atlântida tem por base uma biblioteca multilingue especializada em literatura e humanidades. Pretende ainda promover as mais variadas iniciativas, entre conferências, encontros científicos, exposições, leituras, performances, lançamento de publicações e uma oferta educativa pensada para os mais diversos públicos.

Embora estivesse prevista uma alargada programação fora de portas, foi decidido realocar todos os recursos (materiais e humanos) nos trabalhos preparatórios necessários à empreitada de obra no Palacete dos Marqueses de Pombal. Assim, em 2023 o Espaço Atlântida promoveu apenas dois encontros, inseridos no ciclo *O que pode fazer um escritor?*.

Continuaram os trabalhos relativos ao tratamento técnico da coleção da biblioteca (catalogação, classificação, indexação, registos de autoridade, cotação e organização). Foram tratados autores relevantes como Silvina Ocampo, Victoria Ocampo, Adolfo Bioy Casares, Jorge Luis Borges, Alicia Borinsky, Benito Pérez Galdós, Alejandra Pizarnik, Alfonso Reyes, Júlio Cortázar, Lewis Carroll, Rudyard Kipling e James Joyce. Iniciou-se o tratamento técnico das antologias, com um nível exaustivo de especificidade da descrição.

Investiu-se no trabalho técnico retrospectivo, ficando por finalizar cerca de 9 mil livros: área da história do livro e da leitura; literatura de idioma alemão, árabe, francês, neerlandês e outros idiomas com pequena expressão (ex-Jugoslávia, vietnamita, etc.); livros de e sobre Dante; e livros de e sobre Miguel Cervantes.

Foram realizados estudos e trabalhos preparatórios no Palacete, nomeadamente sondagens arqueológicas e parietais, levantamentos topográficos e ensaios estruturais – com apoio do Gabinete de Obras, do Museu de Lisboa – Teatro Romano e do Castelo de São Jorge.

Os estudos prévios de arquitetura e especialidades foram aprovados pela DGPC com condicionantes. Foram avançados pedidos de licenciamentos necessários à empreitada.



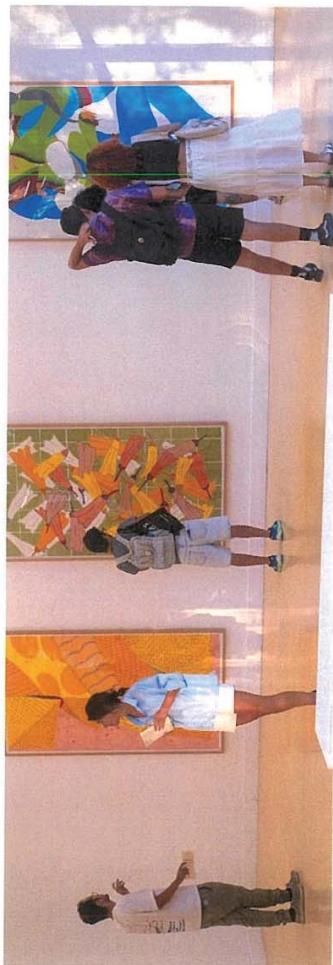
300
seguidores



300
seguidores



Galerias Municipais



As Galerias Municipais procuraram potenciar o meio artístico e refletir a cultura contemporânea. São constituídas por cinco espaços em rede: Pavilhão Branco, Galeria da Boavista, Torreão Nascente da Câmara Municipal, Galeria Quadrum e Galeria Avenida da Índia. Com uma consciência particular do legado histórico e arquitetónico de cada espaço, a programação reflete a diversidade da criação artística e dos seus discursos, através de um programa transdisciplinar e transcultural.

Com uma nova direção desde janeiro de 2023, procurando cumprir e gerir a programação delineada pela direção anterior, as Galerias introduziram novos projetos e parcerias institucionais e inauguraram várias exposições coletivas

nas nos vários espaços - *The Listening Biennial; Quadrum 50 anos, uma fogueira cultural; Zonas de Transição. Coleção PLMJ*, entre outras - que investiram em temáticas contemporâneas. Também foram inauguradas exposições individuais, destacando-se *Pantallons pour attirer le vent* de Francisca Carvalho, considerada uma das melhores exposições do ano pelo jornal Público. Realizou-se o último concerto do projeto *Expanding Concert* e, no Jardim da Quadrum, realizaram-se os concertos *Noites de Verão* programados pela Filha Única.

Acompanhando as exposições patentes, foram promovidas visitas guiadas, atividades práticas, conversas paralelas, performances e workshops, estabelecendo-se, ao mesmo tem-

po, relações de proximidade e de continuidade com escolas de todos os ciclos e instituições, sendo inaugurada, na Sociedade Nacional de Belas Artes com o apoio, acompanhamento e parceria das Galerias Municipais (projeto de continuidade), a exposição *Toda o Corpo é Político*, com curadoria do Coletivo de Curadores da pós-graduação em Curadoria da Arte da NOVA-FCSH.

Foram publicados catálogos de várias exposições: *Dopamine Fast - Mínimo Global; Roberto Winter; Ernesto de Sousa; Exercícios de Comunicação Poética; Inquietação: Arquitetura e Energia em Portugal; Strange Attractor; Spectrum; Footnote 15. A Prototype; e Mater*.

No que diz respeito às acessibilidades, foi realizada a montagem de plataforma elevatória de escada no Torreão Nascente da Câmara Municipal e foi preparado o programa para 2024, que prevê a realização de visitas guiadas às exposições com tradução simultânea em Língua Gestual Portuguesa e construção de maquetas dos espaços.



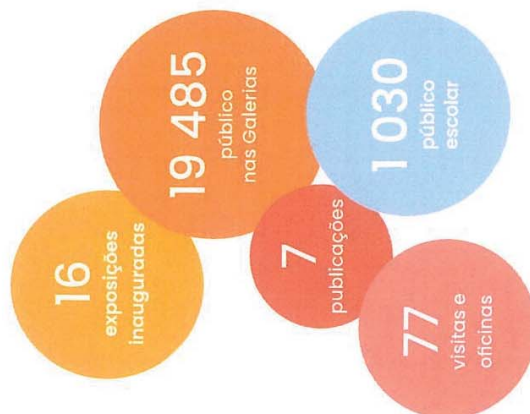
11 000 seguidores



9 600 seguidores

No âmbito da comunicação das Galerias, foi dada continuidade às atividades planeadas, nomeadamente a atualização do site, reforço da presença nas redes sociais, envio de newsletters, produção de documentação sobre as exposições, divulgação nas redes sociais, contactos com jornalistas e inserções de publicidades, sempre que oportunas. Foram criadas folhas de sala para crianças.

Ao nível do edificado, o Torreão Nascente da Câmara Municipal foi alvo de um projeto de intervenção que lhe devolveu o caráter original à época da sua edificação.



LU.CA – Teatro Luís de Camões

O LU.CA apoia a criação performativa e artística dirigida a crianças e jovens sobre tópicos relevantes e cria aproximações entre os criadores, as obras, os públicos e o edifício. Afirma-se como um polo cultural de referência na sua área, procurando suscitar hábitos culturais desde a infância.

O ano começou com três visões da *Bela Adormecida*: uma edição desconhecida da Agustina Bessa Luis e duas criadas por autoras contemporâneas, explorando questões atuais, a que se juntou uma exposição no Entrepiso.

Em fevereiro decorre-*am* espetáculos, cinema, vídeos, oficinas, bailes de Carnaval e, online, foram apresentados cinco vídeos inclusivos *Prontos-a-Vestir*. Março foi o mês do *Ciclo Shakespeare*, um curso livre para professores, uma conferência performativa online e uma exposição. Comemorou-se a liberdade em Abril com leituras, concertos, teatro, poesia e uma playlist.

18 879
público
no equipamento

380
público
fora de portas

19
projetos
de teatro



Maio foi o mês do Festival FMFA com espetáculos internacionais de marionetas e sombras. Em junho, no aniversário, o destaque foi para a ópera *Um lobo à minha porta* uma coprodução internacional do LU.CA, e inaugurou a exposição *Pequena Museu da Mão*.

Em julho, foi acolhida a Escola Superior Dança, artistas nas Residências Acompanhadas e lançada a playlist *Para ir para a Praia*.

Setembro, começou com um programa de cineconcertos e uma edição mensal de leituras temáticas com uma contadora de histórias.

Em outubro, começou um novo ciclo para comemorar os Direitos das Crianças, tema explorado nos formatos de exposição, teatro, sessões de cinema e oficinas e, em dezembro, o público foi convidado a criar uma *Grande Exposição de Arvores de Natal* expostas no Entrepiso. O palco teve novo circo com *Rodáviva*. O final do ano ainda teve direito a uma microssérie de episódios para as redes: *De onde vêm as Rabanadas?*, *Quem inventou os sonhos?* e *Qual é o Rei do Bolo?*.

Antes e depois dos espetáculos foram realizadas conversas com os públicos.

O LU.CA venceu o prémio Acesso Cultura 2023. A Biblioteca do Público dispõe de acervo dirigido a crianças cegas e foi colocado um piso podotátil nas zonas públicas. Foi instalada uma plataforma elevatória para acesso ao palco a pessoas com mobilidade reduzida. Foram também produzidos filmes de divulgação do programa em Língua Gestual Portuguesa e brochuras em braille.

4

projetos
de dança

12

projetos de
cinema

7

projetos de
música

A divulgação das sessões acessíveis e dos instrumentos de acessibilidade foi reforçada ao longo do ano.

Em 2023, o LU.CA deu continuidade ao objetivo de reduzir a produção de materiais de comunicação em suporte físico. Neste sentido, foi privilegiada a criação de conteúdos digitais para comunicação da programação e reforço da marca do Teatro.

No que diz respeito à utilização e conservação do edifício, deu-se início ao projeto de execução para remodelação do bar, foram substituídas as lâmpadas do Entrepiso por lâmpadas LED e foram instalados um novo sistema automático de deteção de incêndios e um novo sistema de desenfumagem.



11 600
seguidores



8 600
seguidores

Museu do Aljube Resistência e Liberdade

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade é um lugar de memória do período da resistência à ditadura em Portugal (1926–1974) e um espaço de homenagem a todas as pessoas que corajosamente lutaram pela liberdade. A sua missão fundamental é a preservação e partilha da memória democrática e a educação para os direitos humanos.

Em 2023 o Museu do Aljube apresentou as exposições temporárias *Adeus Pátria e Família* (inaugurada em 2022); *Terra (in)submissa; A Artista saiu à rua – fotografias de Ana Hatherly; REVOLUÇÕES: Guiné-Bissau, Angola e Portugal (1969–1974)*, e *REVOLUÇÃO*, todas com programação paralela: conversas, visitas orientadas, ou ciclos de cinema.

O Museu promoveu ainda um conjunto de atividades culturais diversas, sendo de destacar o festival *A Liberdade passa por aqui*, de celebração do 25 de Abril (com música, teatro, itinerários na rua e conversas); o *Encontro sobre a Memória da Revolução Portuguesa* e outro sobre *Estudantes contra a ditadura – as prisões de 1964 e 1965*; o ciclo de cinema *50 Anos do Golpe do Chile*; a conversa *As Mulheres do meu País – Uma obra que sobrevive ao tempo*, promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres; para além de outros lançamentos, debates e conversas.

Foram realizadas visitas orientadas para as escolas e grupos à exposição de longa duração e exposições temporárias e realizadas três ações de formação de professores. As cinco exposições itinerantes foram postas em circulação em escolas, municípios e centros culturais de embaixadas.

O concurso de ilustração foi concluído com mais de 100 participantes e foi lançada mais uma edição do concurso de contos.

Foram editados o livro *Mulheres e Resistências – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas* e 3 roteiros *Do Anticolonialismo ao Antirracismo*. Foi ainda reeditado o catálogo da exposição longa duração (versões portuguesa e inglesa).

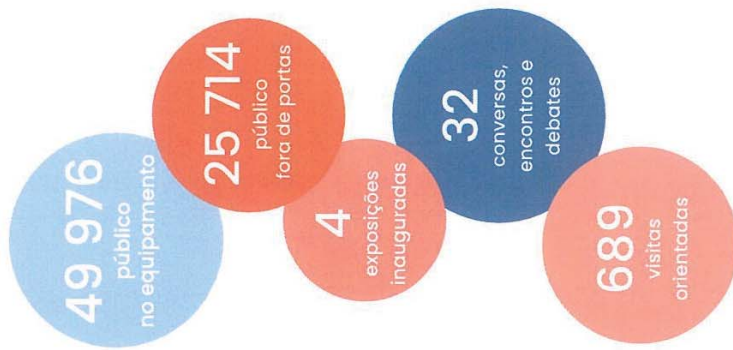
O Museu deu início à implementação do projeto *Museu Acessível*: legendagem dos vídeos da exposição de longa duração, visitas orientadas com Língua Gestual Portuguesa e transcrição de testemunhos.

Nas redes sociais, o Museu reforçou a divulgação da programação, das ofertas do Serviço Educativo e dos espólios do arquivo digital.

Continuaram os trabalhos de descrição documental, digitalização e disponibilização online incluindo a integração de novos fundos (Artur Pinto e Viegas Rosa), assim como a recolha de testemunhos de resistentes e antigos presos políticos.

Foram criados materiais de merchandising (sacos de pano, canecas, cadernos, postais) para venda na loja e alargado o número de editoras em consignação. O Museu acolheu ainda gravações várias nas suas instalações (de media nacionais e estrangeiros).

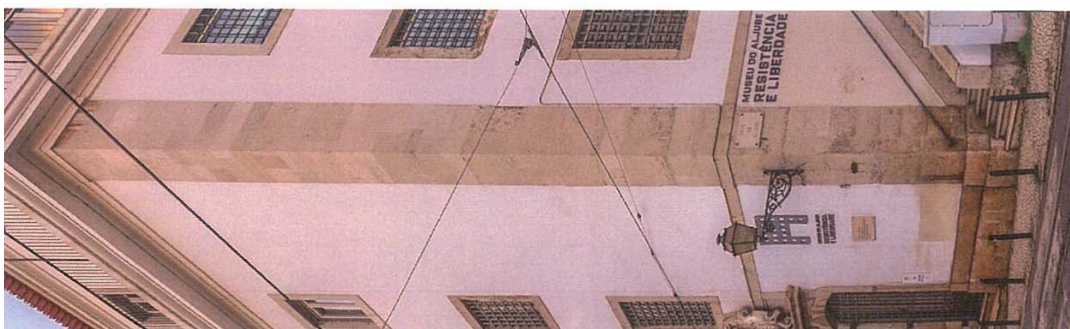
O 3.º piso da exposição permanente foi remodelado e foram realizadas várias manutenções no edifício (CCTV, elevadores, centrais de deteção de incêndio, extintores, portas corta-fogo).



2 900 seguidores



23 200 seguidores



Museu Bordalo Pinheiro



Aberto ao público em 1916, o Museu Bordalo Pinheiro foi o primeiro em Portugal a ser construído de raiz para acolher a obra de um artista. Tem como missão preservar, estudar, documentar e divulgar a obra de Rafael

Bordalo Pinheiro, marcante personalidade do meio cultural, artístico e político da segunda metade do século XIX.



Enquanto decorre a renovação da exposição permanente, decorreram em vários espaços do Museu as exposições *BD Portuguese* -

Museu de BD de Beja; *A BD de Bordalo Pinheiro*; *Tango*; *Cerâmicas de Margarida Gil*; *O Panorama do Congo em Realidade Virtual* (com a Universidade Lusófona); *Estado Crítico* (projeto de continuidade); *Vírus* de André Ruivo e *Ora*; *faço gravuras* com cartoons de Luís Afonso, entre outras. Também foram realizadas duas feiras do livro de BD e ilustração.

O Museu editou três números dos *Cadernos de Bordalo*, o livro *Visita Desenhada* e os números 0 e 1 da revista *A Nova Paródia*. Redigiu ainda documentos vários e participou em conferências e tertúlias com comunicações. O inventário e o catálogo da biblioteca foram atualizados.

O Serviço Educativo continuou a sua oferta diversificada de visitas, oficina, cursos e formação de professores, com elevada taxa de ocupação. Destacam-se oito projetos de continuidade com escolas, IPSSs e o Hospital Dona Estefânia.

Apostou-se na formação continua das equipas do Serviço Educativo e da Bilheteira para o acolhimento a pessoas com necessidades especiais e foram produzidos conteúdos de audiodescrição, textos de sala para impressão em braille, imagens em relevo dos desenhos para público cego e com baixa visão e,

para o público com neuro-divergências, foi realizado um guião pictográfico.

As redes sociais e o site do Museu consolidaram o número de seguidores e visitantes, mantendo o ritmo de crescimento dos anos precedentes. No site, foi criada uma cronologia ilustrada do artista e uma página para divulgar os álbuns de desenho de Bordalo.

O Museu realizou o controlo e monitorização constante das obras expostas e fez intervenções de limpeza e restauro, assim como preparou empréstimos e exposições. Foi ainda realizada a desmontagem, limpeza e recolocação de duas salas de exposição no âmbito da instalação do sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado.



34 500
seguidores



17 200
seguidores

Museu do Fado

Inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO), o Fado é um ativo cultural estratégico da cidade de Lisboa, com visibilidade crescente nas últimas décadas. Inteiramente consagrado ao universo da canção urbana de Lisboa, o Museu do Fado salvaguarda, investiga e promove o conhecimento sobre esta expressão musical, ainda em construção, em pleno século XXI.

Ao longo do ano o Museu desenvolveu uma programação multidisciplinar em torno do Fado e da guitarra portuguesa, com o enfoque no crescimento e diversificação de públicos, presenciais e digitais. Foram desenvolvidas as linhas programáticas de investigação, promoção e fruição cultural do Fado através de uma programação regular de



concertos, exposições, edições, visitas guiadas, oficinas, workshops e demais atividades de extensão cultural. No centénário de nascimento de Celeste Rodrigues, foi inaugurada a exposição *Celeste*, uma celebração que reuniu artistas de distintas gerações em torno do legado do artista. Em simultâneo, foram promovidas exposições itinerantes, designadamente *O Fado e a Guitarra Portuguesa* e *José Pracana*.

O Museu deu também continuidade à coprodução de projetos em parceria com outras instituições - Fundação Centro Cultural de Belém (Há Fado no Cais) - assim como com outros equipamentos culturais da EGEAC - Cinema São Jorge (Com que Voz, de Nicholas Oulman), Teatro São Luiz (100 Amélia), Castelo de São Jorge (Fado no Castelo). E prosseguiu a coprodução de Festivais Internacionais de Fado (15 edições) e a coprodução, em Lisboa, do *Festival Santa Casa Alfama*.

Foram promovidas atividades educativas de continuidade através da Oficina de Construção de Guitarra e da Escola do Museu. Foram também desenvolvidos projetos dirigidos ao público infantojuvenil, a par da realização regular de oficinas pedagógicas, masterclasses, workshops para músicos e visitas com atividades para todos os públicos.

Foi editada a fotobiografia *Celeste*, que incluiu a disponibilização ao público de dois temas inéditos (através de QR Code). A editora

discográfica do Museu lançou os álbuns *Formar, Retrato e Angela Freira*.

O Museu do Fado disponibiliza audioguias para amplitudes (audição autónoma de conteúdos em português, inglês, francês e espanhol), guião em braille e materiais tácteis para visitas orientadas. Em dezembro foi apresentado o arquivo *Gesto do Fado*, o primeiro arquivo visual de fados com interpretação em Língua Gestual Portuguesa.

A equipa de comunicação do Museu deu continuidade ao contacto regular com artistas e públicos de Fado em todo o mundo, através das redes sociais e plataformas eletrónicas. O reforço da comunicação digital traduziu-se numa subida acentuada do alcance das redes sociais.

Decorreram diversas intervenções de requilificação do circuito expositivo e prosseguiu a atividade regular de catalogação das coleções.

O Museu do Fado integrou a Rede Euterpe, com objetivos de cooperação institucional em torno da salvaguarda do património do som.



48 000 seguidores



11 000 seguidores

Museu de Lisboa

O Museu de Lisboa (ML) é um museu polinucleado constituído por cinco espaços em diversos locais da cidade: Palácio Pimenta, Santo António, Teatro Romano, Casa dos Bicos e Torreão Poente do Terreiro do Paço (temporariamente encerrado para obras). Encontrar-se em preparação um futuro núcleo dedicado à temática da industrialização de Lisboa, localizado na Fábrica de Moagem da antiga Manutenção Militar, no Beato.

Para além da inauguração de nove exposições temporárias nos núcleos do Palácio Pimenta, do Teatro Romano e Santo António, são de destacar o acolhimento da exposição *Políticas de Habitação em Lisboa: Da Monarquia à República* da autoria do Arquivo Municipal de Lisboa (no Palácio Pimenta), o ciclo de palestras sobre Musealização de Sítios Arqueológicos e as oficinas de *Mitologia Clássica* (no Teatro Romano);

a realização da 3.ª edição da *Feira de Santo António de Lisboa*, as sessões de *Missa Facista* e a 2.ª edição do evento multicultural *Lavagem de Santo António* (no núcleo de Santo António); e a exposição do projeto de continuidade com a EBI Beato *Era uma vez uma moagem* (na Fábrica de Moagem). Foram ainda promovidas exposições itinerantes e colaborações em projetos expositivos de outras instituições. Apesar do encerramento para obras de reabilitação, o núcleo do Torreão Poente continua a ser ponto de partida de vários percursos promovidos pelo ML.

Ao nível do Serviço Educativo, para além dos programas de mediação para famílias, público geral e escolas, deve-se destacar o projeto de continuidade *Riscar a Cidade*, com a ES Padre António Vieira e o artista Rui Horta Pereira, no âmbito da Bienal Cultura e



Educação (PNA) que resultou numa exposição no jardim do Palácio Pimenta. Continuaram os projetos em parceria, *Marcar o Lugar*, para pessoas com demência e seus cuidadores, com a Alzheimer Portugal; *Lisboa, uma História Verdíca e Bem Contada*, com utentes da APPACDM; e *Lisboa Revela-se*, para bebés e seus pais. Retomaram-se as atividades com os Hospitais Júlio de Matos e Dona Estefânia. O Museu de Lisboa deu ainda continuidade ao projeto *Histórias na Cidade*, com a Santa Casa da Misericórdia, para jovens com medida de integração social. Continuaram também as atividades com a Bataoto Yetu Portugal, com destaque para *Dar Cores à Liberdade* e a colaboração com o *Slave Wracks Project* (Smithsonian) que resultou na coorganização de debates, conferências e visitas sobre a história da escravatura.

Fruto da sua vasta programação e trabalho desenvolvido pela equipa de investigação, o Museu lançou diversas edições, entre livros, catálogos e uma revista.

No âmbito da comunicação, deve ser referido o desenvolvimento de campanhas de divulgação específicas para as novas exposições e programas de mediação cultural, reforçando-se o trabalho de assessoria de imprensa e estratégias de comunicação nas redes sociais. Na exposição permanente do Teatro Romano foram renovados os textos em braille.

No que diz respeito à valorização do património, ficaram concluídas as obras de valorização do piso 1 do Palácio Pimenta; decorreram os trabalhos de conservação e restauro do património integrado da Fábrica de Moagem; no núcleo do Teatro Romano foram realizados trabalhos de conservação no edificado, limpeza do sítio arqueológico e a substituição da cobertura provisória do pátio; iniciaram-se obras de conservação no núcleo de Santo António.

Museu da Marioneta

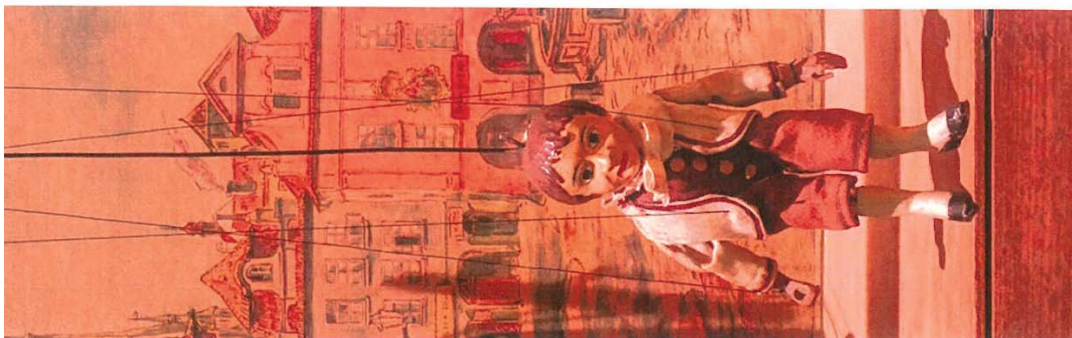
Instalado no Convento das Bernardas, o Museu da Marioneta tem como missão a salvaguarda de marionetas e máscaras, o estudo e a partilha de conhecimento sobre o tema, o incentivo à produção e apresentação de espetáculos de teatros marionetas ou ligados a esta arte.

Foram apresentadas duas exposições temporárias:

MONSTRA – Marionetas que guardam o tempo que serviu de mote para diversas oficinas organizadas pelo Serviço Educativo em torno dos cenários e personagens expostos; e **A Outra Vida das Marionetas** centrada no acervo do Museu. Foram também apresentadas vários espetáculos.

O Serviço Educativo desenvolveu visitas, oficinas, projetos de continuidade, projetos de proximidade e parcerias com os Hospitais Dona Estefânia e Santa Maria (nas quais visitou os hospitais e desenvolveu atividades com as crianças interessadas). Destaque-se o projeto de continuidade MUSEU-ESCOLA-TEATRO, numa parceria com o Teatro da Cidade, que culminou na realização da peça *Orypheus* cujos cenários foram realizados pelo Serviço Educativo e alunos da escola EB71.

O Museu lançou o número 10 da revista Notícias da Marioneta, com uma tiragem de 500 exemplares e divulgação online. Foi também lançada a brochura do Serviço Educativo 2023/24, atualizada e com uma tiragem de 800 exemplares – 438 enviados por correio para escolas do município de Lisboa. O Museu lançou ainda uma linha de postais com a programação mensal.



Foi feita investigação sobre peças adquiridas em leilões, havendo agora novos conhecimentos sobre as mesmas. Foram adquiridas 26 marionetas de fio e sombra para o acervo e atualizados os conteúdos interativos do Museu. Foram ainda realizadas obras de conservação na capela e feitas outras obras de melhoria, incluindo a renovação total de camarins e respetivos sanitários.

A loja foi valorizada com novas marionetas de marionetistas portugueses e de várias partes do mundo. A biblioteca foi igualmente enriquecida com a aquisição de livros sobre a arte da marioneta.



19 100 seguidores



6 300 seguidores

Padrão dos Descobrimentos

Da autoria do arquiteto Cottinelli Telmo e do escultor Leopoldo de Almeida, o Padrão dos Descobrimentos eleva-se a mais de 50 metros de altura, em frente ao rio Tejo. Erguido pela primeira vez em 1940, o Monumento apresenta atualmente um programa regular de exposições temporárias.

Em janeiro terminou a exposição *Sombras do Império. Belém: Projetos, Hesitações e Inércia (1941- 1972)*, que promoveu a discussão e divulgação da história, ocupação e desenvolvimento urbano do território envolvente. Foram realizadas visitas guiadas, debates, publicado o catálogo e lançado o podcast em 10 episódios.

Em maio, inaugurou a exposição *O Espetáculo do Poder. Política e Exposições (1934 - 1940)* que deu a conhecer as exposições políticas

realizadas em Portugal, entre 1934 e 1940, e os pavilhões portugueses apresentados nas exposições internacionais de Paris (1937) e Nova Iorque (1939) explorando a relação entre arte, história, poder e propaganda. O programa paralelo e de mediação cultural apresentou um conjunto de visitas quinzenais à exposição, orientadas pela curadora e investigadores que participaram na exposição.

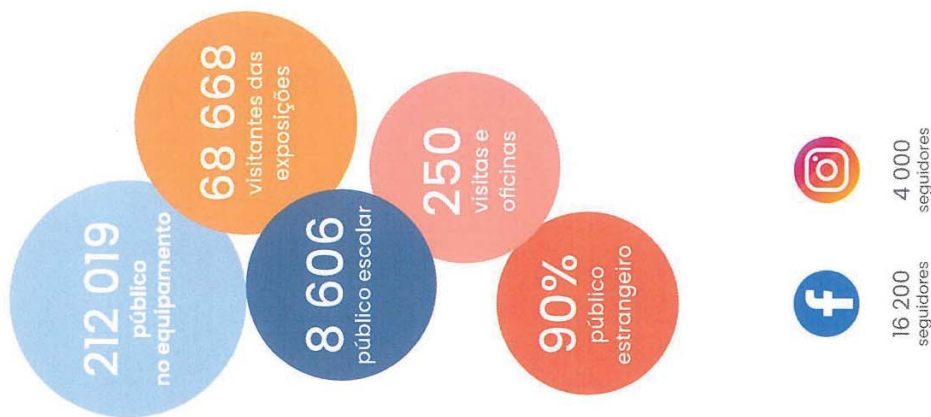
O Serviço Educativo desenvolveu o seu trabalho ao redor de um amplo conjunto de temáticas, também em articulação com os grandes eixos da programação (Expansão, Império e Memórias Coloniais, a par da divulgação da História, Ocupação e Desenvolvimento Urbanístico do Território em que o Monumento se insere). Destacaram-se os projetos de continuidade com o CED J.R.Pereira/Casa Pia de Lisboa no âmbito

da sensibilização ambiental e da adoção de práticas sustentáveis: *Super-heróis da Sustentabilidade e Plasticus Mutantis* (colaboração com PNA - Plano Nacional das Artes), O Dia dos Monumentos e Sítios, as Jornadas Europeias do Património e os dias da Criança e do Mar contaram com programação específica.

O Padrão dos Descobrimentos assegurou, regularmente, um leque de atividades inclusivas, contando com o apoio presencial de áudio-descrição e de tradução em Língua Gestual Portuguesa.

No que diz respeito à comunicação digital, a atualização dos conteúdos do site e a divulgação das exposições patentes e das atividades do Serviço Educativo nas redes sociais traduziram-se num aumento de seguidores e interações.

A Valorização do Património Material e Imaterial constitui um objetivo central na ação que o Padrão dos Descobrimentos desenvolve. O despacho da DGPC, DR 28.06.2023, tornou pública a decisão de abertura do processo de classificação do Padrão dos Descobrimentos, Rosa dos Ventos e calçada Mar Largo.



São Luiz Teatro Municipal

O São Luiz Teatro Municipal (SLTM) é um importante dinamizador e impulsionador da criação artística nacional e internacional, proporcionando ao seu público um acesso diversificado às artes performativas em sessões partilhadas entre a Sala Luis Miguel Cintra, a Sala Bernardo Sasseti e a Sala Mário Viegas.

Em 2023 o SLTM mudou a sua Direção Artística. As preocupações, em termos de linhas programáticas da nova direção, deram continuidade ao que até então vinha a ser desenvolvido. Assim, ao longo de 2023, foram apresentados espetáculos de Teatro, Dança, Concertos, eventos na área das Conferências e Literatura, uma Ópera, uma Exposição, exibições de programas com Cinema, Performances e Ações



Formativas, além do habitual programa das Visitas Guiadas, rubrica popular entre grupos organizados e que permite dar a conhecer o Teatro em todo o seu esplendor.

As colaborações com os Festivais FIMFA, Alkan-tara, 5L e Motel X, ou o início da colaboração com a Bienal BOCA e com as Topografias Imaginárias / Videoteca foram também parte importante da programação.

Para lá de produções marcantes como o *Orlando* de Katie Mitchell / Schaubühne, *Bravo 23* do Teatro Praga ou o Concerto de Homenagem a Pedro Gonçalves / Dead Combo, o SLTM continuou a sua importante parceria com a Rede Próspero e passou também a fazer parte da ETC European Theater Convention.

No âmbito do desenvolvimento de públicos e proximidade, o SLTM desenvolveu programas de mediação e reflexão com pessoas mais velhas, atividades para escolas e um programa de estágio para alunos com necessidades específicas. Foi também desenvolvido um programa de visitas entre o Teatro e algumas das escolas de arte de Lisboa.

Em 2023 o SLTM continuou a desenvolver trabalho com vista ao acesso às artes para todos os públicos, com especial incidência nas pessoas cegas ou com baixa visão e pessoas surdas. A equipa do São Luiz aumentou a oferta de recursos de audiodescrição e Língua Gestual Portuguesa e acolheu e participou em ações de

formação, partilhando a experiência e as boas práticas do Teatro nesta área.

A ligação estreita aos públicos através da utilização de uma linha gráfica apelativa e elegante foi uma prioridade. Foi produzido um calendário de programação por estação (trimestre) e folhas de sala impressas, uma marca que se mantém no Teatro. No âmbito da rede Próspero, para além da coprodução de espetáculos, foi realizada a divulgação e partilha de conteúdos em plataforma digital, acessível gratuitamente, para apoiar o trabalho dos artistas e produções, aumentando a sua visibilidade na cena europeia.

Abriu ao público o concessionário do SLTM, Fauna & Flora. Foi adquirido um novo sistema digital de transmissão e receção sem fios para microfones para as três salas do Teatro e procederam-se a manutenções técnicas e de manutenção do edifício, assim como de manutenção preventiva, restauro e reintegração cromática das pinturas murais e conjuntos escultóricos.



43 100 seguidores

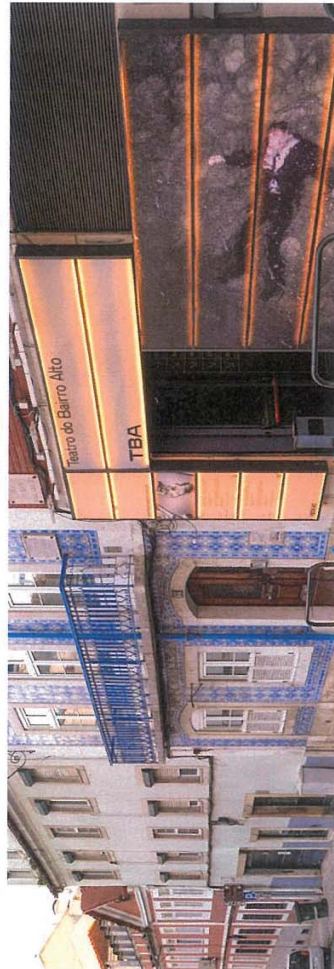
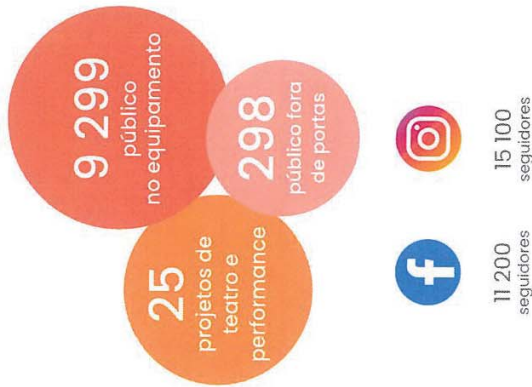


24 800 seguidores

Teatro do Bairro Alto

O Teatro do Bairro Alto (TBA) dedica-se à criação e apresentação de projetos artísticos experimentais, bem como às práticas discursivas que os rodeiam e atravessam. No TBA cruzam-se artistas novos e estabelecidos, portugueses e estrangeiros, das várias disciplinas das artes performativas (teatro, dança, música e artes sonoras, performance), com um público a quem são propostas ferramentas para ser aventureiro e querer voltar.

O TBA continuou a consolidar a sua ação e a inscrever os seus modos diferenciadores de programar no panorama cultural da cidade. A presença de corpos e vozes sub-representados foi evidente e a experimentação formal ocorreu em várias propostas, renovando-se igualmente a aposta na oferta intermunicipal.



Deu-se início ao novo projeto de públicos *Meio Caminho* - projeto de aproximação entre o TBA e o ensino artístico que propõe espaços de encontro, pensamento e discussão com estudantes do ensino artístico. Por outro lado, no período de férias letivas, o TBA focou-se nas dinâmicas de novos públicos associados a criadores emergentes, acolhendo oito trabalhos finais do Programa Avançado de Criação em Artes Performativas que trouxeram ao espaço 769 espectadores.

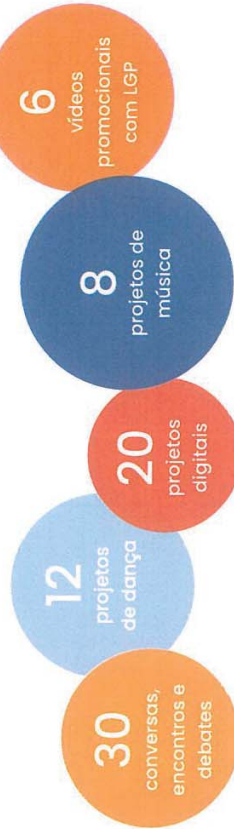
Foram apresentadas sete sessões de artes performativas com interpretação em Língua Gestual Portuguesa, seis sessões de artes performativas com audiodescrição, sete sessões de artes performativas com legendagem para pessoas surdas, sete sessões de artes performativas com legendagem em inglês e três conferências com transmissão direta. O TBA disponibilizou, ainda, todas as edições das brochuras de programação em braille e produziu postais em braille para divulgar a newsletter sobre as sessões acessíveis.

Em setembro testou-se neste Teatro, e pela primeira vez em Portugal, um sistema de legendagem e outras acessibilidades por telemóvel

personal e, no final do ano, foi implementada uma parceria com o Access Lab de divulgação junto da comunidade surda.

Depois de o novo site traduzir o projeto gráfico do TBA e integrar todas as imagens, textos e criações multimédia originais, a lógica expandiu-se à restante comunicação. Foi criada comunicação exclusiva em inglês para espaços de *co-working* e de migrantes em Lisboa; produzidos vídeos promocionais originais com LGP integrada e outros com legendagem. Manteve-se a presença em meios como o *Público* e *SBSRfm* e mantiveram-se as parcerias com projetos independentes como *CoffeePaste*, *Baniturmen* e *Rimas&Batidas*, mas também uma campanha rádio e digital na *TSF* e uma campanha de mupis digitais. Foram lançados 13 episódios do podcast *Dito e Feito*.

Concluiu-se a instalação de plataforma eletrónica no Piso -1, permitindo o acesso a colaboradores e pessoas com mobilidade condicionada a mais espaços de trabalho: sala de ensaios, gabinete técnico, camarins coletivos e copa.



Planeamento e Produção de Eventos

A área de Planeamento e Produção de Eventos (PPE) tem como missão desenvolver e apresentar a programação em espaço público no decorrer dos blocos programáticos Festas de Abril, Festas de Lisboa, Festas na Rua, Festas de Natal — para além de vários eventos e atividades extra.

Nas *Festas de Abril* destaca-se a presença de Vitorino para o concerto comemorativo realizado a 24 de abril no Terreiro do Paço.

Em junho tivemos o Concerto de Abertura das *Festas de Lisboa*, no Terreiro do Paço, onde a Orquestra POP Portuguesa se uniu a Ana Bacalhau, Áurea, Conan Osiris e Marta Ren. Depois das primeiras exibições na Alice Arena, as Marchas desceram a Avenida da Liberdade

co e festivo num concerto simfónico com cem vozes de coro. Na noite seguinte, Miguel Araújo convidou Bárbara Tinoco, Os Quatro e Meia e Tatanka para um concerto numa noite à beira Tejo.

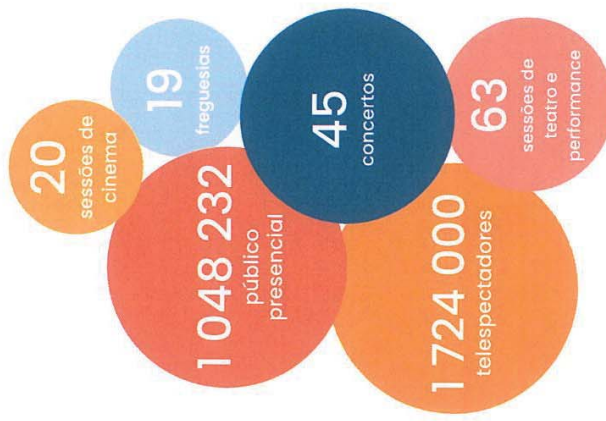
Entre 1 e 6 de agosto, a atividade do PPE foi desenvolvida na produção e logística da *Jornada Mundial da Juventude*, no Parque Eduardo VII e no Parque Tejo.

Na programação das *Festas na Rua* destaca-se o concerto no Vale do Silêncio em parceria com a Orquestra Gulbenkian no quid, aproximadamente 25 mil pessoas, assistiram à interpretação de temas de John Williams. Outro destaque vai para o concerto de Rui Massena, realizado na Praça do Município que teve uma forte adesão do público. Ao longo do mês de setembro tivemos o Dançar a Cidade a transpor diferentes jardins e praças em pistas de dança ao ar livre. Realizou-se ainda o Solo Fest no Castelo onde foram apresentadas ao público propostas de novo circo (Caco Lebre), dança (Marta Jardim) e música (o músico caboverdiano Tcheka e a cantora e compositora americana Sarah McCoy). Ainda em agosto, e com direção artística de Luis de Matos, realizou-se o Festival Internacional de Magia de Rua.

Nas *Festas de Natal*, o PPE apresentou vários concertos em igrejas, na Comunidade Hindu e no Centro Ismaili. Foram ainda apresentados espetáculos para os mais novos e famílias no Capitólio. Destacaram-se neste bloco, a inau-

guração das iluminações natalícias com fogo de artifício e um concerto dos Anjos, e ainda o concerto do Gospel Collective no Panteão Nacional. O ciclo terminou com um grande espetáculo recheado de música e poesia — Cidade Nua, Poemas para uma Cidade Imaginária.

Para fechar o ano, e com a presença de cerca de 130 mil pessoas no Terreiro do Paço, apresentámos um concerto de Os Quatro e Meia e celebrámos o novo ano com um espetáculo piromusical.





Serviços
Centrais

Comunicação e Marketing

A Direção de Comunicação e Marketing (DCM) tem por missão e principal objetivo potenciar as sinergias entre as áreas de comunicação do universo da empresa, num novo modelo de organização mais colaborativo, envolvendo as equipas da sede e as unidades operacionais, com a criação de núcleos de atividade por tipo de ação e tipologia de equipamento, reforçando, desta forma, a área de comunicação digital e das redes sociais.

Foram estabilizadas as designações dos quatro grandes momentos FESTAS (de Abril, de Lisboa, na Rua, de Natal) e desenvolvida a imagem dos suportes de comunicação.

O site institucional foi reorganizado. Nas redes sociais, realizou-se a contínua promoção da atividade da empresa, com aumento dos posts partilhados, e foi criado um perfil no Threads.

Foram realizadas visitas aos equipamentos e reuniões com as equipas de comunicação para alinhamento de estratégias, aprofundamento do trabalho colaborativo e partilha de recursos. Também foi prestado apoio de assessoria de imprensa aos equipamentos.

Para o conjunto da empresa, realizaram-se contratações de serviços de publicidade, fornecimento de materiais impressos e instalação de sinalética; foram contratados serviços de consultoria na área das redes sociais e adquiridos serviços especializados na área de gestão de publicidade nas redes sociais (Meta) e motores de busca (Google Ads). Foi contratada uma plataforma para o envio de newsletters e gestão de marketing digital (E-Go!) e outra de automatização da monitorização de métricas das redes sociais do conjunto da empresa (Buzzmonitor).

O selo institucional EGEAC foi redesenhado e foram produzidos anúncios de imprensa, posts, o livro *20 anos 20 sardínhas* e outros materiais de divulgação.

No âmbito do Concurso Sardínhas, foram revistas as condições de participação (em articulação com DJC), atualizada a plataforma de submissão de candidaturas e negociado o contrato com as Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro.

A DCM assumiu a comunicação do Capítulo: desenvolvimento da identidade gráfica, criação de página no site institucional (incluindo no separador Parque Mayer), produção e edição de conteúdos. Foram produzidos materiais de identificação.

Foram concebidas e implementadas as campanhas de comunicação dos quatro grandes momentos das FESTAS e restante programação PPE: Concurso Grande Marcha, Artistas Plásticos – Lojas com História, Casamentos de Santo António (CSA), 1.º de Dezembro e Passagem de Ano. Foi feita a assessoria de imprensa, concebidos vídeos e animações, criadas imagens digitais, promovidas campanhas publicitárias e assegurada a concepção e distribuição de materiais de divulgação e outros de apoio à produção (fitas de pescoço, pulseiras, vestuário identificativo, simliética e livres-tránsito). Foram produzidos cartazes para autocarros e feitas vinilagens em elétricos.

Além do estreitamento das relações entre equipas, desenvolveram-se diversos projetos em articulação com as Unidades Organi-

cas: criação e edição de imagens gráficas e documentos (para Desenvolvimento Organizacional, Compliance, Projeto novo SIG e Gabinete de Projetos); criação de layouts para anúncios de imprensa (várias); edição de placas identificativas de obra (Gabinete de Obras); recolha de imagens e edição de filmes (várias).

Foram editados, ainda, diversos documentos e apresentações PowerPoint para o CA.

Em parceria com a CML, criou-se a imagem e assegurou-se a presença na BTL e ARCO Lisboa.

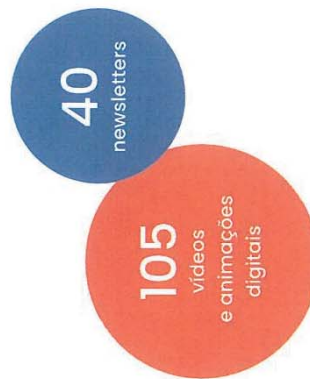
O arquivo fotográfico foi reorganizado e o arquivo de vídeo (no Youtube) foi alvo de melhorias.



86 200
seguidores
(EGEAC+CSA)



31 600
seguidores
(EGEAC+CSA)



Desenvolvimento Organizacional

Em 2023 registou-se forte atividade formativa, em grande parte explicada pelas ações de cumprimento normativo, levadas a cabo durante todo o ano e que abrangeram todas as pessoas da empresa. Destaque também para a área de igualdade, diversidade e acessibilidade, com a realização de diferentes ações que visaram o desenvolvimento de competências para acolhimento de públicos diversos. No último trimestre, os cursos de línguas estrangeiras tiveram participação de cerca de 80 trabalhadores.

Na intranet, foram publicadas 270 notícias, cumprindo-se o objetivo de divulgação de informação institucional. Na imagem do dia, deu-se destaque à programação de cada equipamento e à informação institucional de importância crucial para a empresa, com ênfase para a implementação do novo SIG. Foram atualizadas as áreas de procedimentos, documentos de referência da EGEAC e, permanentemente, a Agenda de Formação. Foram realizados desenvolvimentos no próprio sistema ao nível de *backoffice* e experiência dos utilizadores.

Cumprido o princípio de periodicamente medir o pulso à EGEAC enquanto organização, realizou-se o 2.º *Inquérito de Clima Organizacional*. Trata-se de um diagnóstico feito com base nas perceções, opiniões e posicionamentos de cada um face a diferentes dimensões do trabalho, com o objetivo de diagnosticar eventuais problemas e orientar decisões de gestão. O inquérito esteve aberto à participação de todas as pessoas da empresa e incluiu novos temas como o teletrabalho e a intranet. Os níveis de adesão foram elevados: mais de 80% do total das pessoas que trabalham na EGEAC participaram, revelando níveis de envolvimento e comprometimento assinaláveis.

1 439
participações
em formações

9 703
horas de
formação

Em 2023, fizeram-se desenvolvimentos ao *Modelo de Gestão do Desempenho*, tendo sido realizadas reuniões de apresentação de uma primeira proposta, em junho. No segundo semestre, após consulta aos dirigentes, foram introduzidas alterações de modo a que o modelo vá ao encontro das necessidades de gestão da empresa e às expectativas das pessoas na EGEAC. No final do ano, foi aprovada a primeira versão do modelo que será desenvolvido no ano de 2024, em articulação com diferentes direções, devendo ser o mais ajustado possível ao módulo de Gestão de Desempenho do novo SIG.

Em estreita colaboração com a Direção de Gestão de Pessoas e com a participação de outras direções, foi desenvolvido um *Programa de Acolhimento* dirigido às pessoas que integram a empresa. Este programa inclui a criação de uma nova área na intranet que reúne várias informações úteis para quem chega, assim como o desenvolvimento de uma apresentação digital da empresa. Neste âmbito, já foi agendada a primeira sessão presencial de boas-vindas para todas as pessoas que integram a empresa em 2023.

Foi efetuado o diagnóstico estatístico que integra o *Plano anual para a Igualdade EGEAC 2024*. Com base em dados relativos à situação laboral das pessoas, este diagnóstico organiza-se em dois eixos: o eixo de monitorização permanente, com variáveis sobretudo demográficas desagregadas por sexo; e o eixo dedicado à análise do tema de destaque escolhido para este ano (a feminilização das profissões).

Foram realizados os encontros setoriais de Produção (março) e de Conservação e Restauro (novembro).

Gestão de Pessoas

O Ano de 2023 foi marcado pelo ajuste na orgânica com impacto nas Unidades de Suporte da EGEAC e pelo significativo número de recrutamentos levados a cabo pela Direção de Gestão de Pessoas.

Quanto à reorganização das Unidades de Suporte, em termos da Direção de Gestão de Pessoas, a alteração mais significativa foi o alargamento de competências da Direção designadamente integrando as mesmas a elaboração de todos os documentos contratuais necessários à função "pessoal" (contratos, aditamentos, acordos de cessação e acordos de cedência, entre outros). No que respeita às pessoas trabalhadoras o impacto da reorganização foi reduzido, uma vez que o enfoque foi nas competências funcionais das Unidades Orgânicas, sem qualquer reflexo nas categorias profissionais dos trabalhado-

res.

A possibilidade de mudança do número de trabalhadoras versus número de trabalhadores.

A EGEAC apenas recebe estágios curriculares, pelo que, no que respeita à formação em contexto de trabalho, a empresa tem procurado dar resposta ao grande número de solicitações de estágios recebidas. Das 81 propostas de estágio recebidas, nas mais diversas áreas, foi possível acolher 30 em muitos dos nossos equipamentos (Museu de Lisboa – nos núcleos Teatro Romano, Palácio Pimenta e do Hub Criativo do Beato), Cinema São Jorge, Museu Bordalo Pinheiro, Casa Fernando Pessoa, Castelo de São Jorge, Atelier-Museu Júlio Pomar, Cinema São Jorge e Teatro São Luiz). Quanto aos estágios profissionais está, neste momento, em fase final a elaboração das normas para a sua realização.

Destaca-se ainda o número de acidentes de trabalho que ocorreram em 2023: 21 acidentes de trabalho. Registaram-se 114 baixas, algumas de curta duração (3 dias) e outras de maior duração (apenas uma de ano inteiro e outra de 6 meses que já vinham de anos anteriores).

A possibilidade de mudança e as necessidades das Unidades Orgânicas (seja por acréscimo de atividade, seja pela saída da empresa de pessoas) determinaram a abertura de 34 processos de recrutamento, com uma média de 10 entrevistas cada, tendo sido recrutadas, neste ano, 46 pessoas, ou seja, mais duas pessoas do que em 2022. Desde janeiro de 2023, oito pessoas celebraram contratos sem termo e 34 pessoas celebraram com a empresa contratos a termo certo ou incerto, para reforço sazonal das equipas ou substituição temporária de pessoas em situação de baixa ou licença. Foi ainda celebrado um contrato de trabalho em comissão de Serviços (Diretor Artístico do Teatro Municipal São Luiz) e três acordos de cedência de interesse público, tendo saído da empresa 35 pessoas.

No final do ano a empresa conta com 441 pessoas trabalhadoras, sendo destas 350 pessoas contratadas sem termo, sete pessoas contratadas a termo certo, 15 pessoas contratadas a termo incerto, quatro pessoas com contrato de trabalho em comissão de serviços e 60 a desempenhar funções com acordo de cedência de interesse público. Das 441 pessoas cerca de 273 são mulheres (154 trabalhadores e 287 trabalhadoras), mantem-



Obras

Áreas de Atuação	
Acessibilidades	Estratégias de Sustentabilidade
Cadernos de Encargos	Planos de Gestão de Resíduos
Planos de Saúde e Segurança	Estudos de Arquitetura
Projetos de Instalações Elétricas	Gestão de Contratos de Empreitada

As áreas de intervenção do Gabinete de Obras (GO) passam pela promoção e acompanhamento técnico de empreitadas, intervenções de manutenção, planos de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição, planos de segurança e saúde, medidas de autoproteção, planos de evacuação para recintos provisórios, acessibilidade e sustentabilidade.

Em 2023, o GO esteve envolvido na elaboração e no acompanhamento técnico das várias fases de projetos de arquitetura e especialidades, desde os programas preliminares até aos projetos de execução e na elaboração dos cadernos de encargos e restantes peças para lançamento dos concursos para

diferentes Unidades Orgânicas. Na vertente da execução das obras, o GO interveio e realizou o acompanhamento técnico, fiscalização e coordenação de segurança em várias fases da obra desde a consignação, a execução e receção até ao fecho de contas. Prestou apoio aos seguintes equipamentos cedidos ou arrendados: Teatro A. Comuna, Galeria da Mitra, Teatro Aberto, Teatro Tabor-da, Teatro Maria Matos e Capitólio.

O Gabinete prosseguiu o seu trabalho de apoio à área dos espetáculos e eventos, designadamente licenciamento dos espetáculos e desenvolvimento de layouts para recintos.

Na área do licenciamento de recintos de espetáculos, o GO coordenou o reporte à IGAC da informação relativa aos recintos licenciados, bem como a preparação do licenciamento de novos recintos (caso do Museu da Marioneta). O acompanhamento das vistorias por parte dos inspetores da IGAC foi igualmente assegurado pelo GO.

Prosseguiu-se a estratégia de implementação de uma cultura de segurança preventiva, cujo primeiro objetivo passa pela criação e implementação de medidas de autoproteção em todos os equipamentos geridos pela EGEC. Foi obtida a aprovação das Medidas de Autoproteção (MAP's) do Castelo de São Jorge e iniciado o respetivo processo de implementação, a que se junta a implementação das MAP's das Galerias Municipais aprovadas no ano anterior. Foi ainda possível submeter à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) as MAP's referentes à Casa Fernando Pessoa e dado início ao desenvolvimento das MAP's para outros Museus. A título de exemplo foram entregues e aprovados 14 relatórios de medidas na área da segurança passiva contra riscos de incêndio.

O GO participou em seis candidaturas a fundos do PRR, para a acessibilidade, e colaborou na implementação de várias obras com o objetivo de promover o acesso de todas as pessoas aos equipamentos culturais.

Em representação do Conselho de Administração, o GO participou em diversas assembleias-gerais promovidas pela Lisboa E-Nova.





**Situação
Económico
Financeira**

Considerações Gerais

Os Instrumentos de Gestão Previsional de 2023 foram aprovados através da Proposta n.º 736 de 30 de novembro de 2022. O respetivo Contrato Programa, no montante de 11 267 420,00 foi integralmente transferido para a EGEAC.

Através da Proposta n.º 58/2023 de 23/02/2023, foi aprovado a minuta do Contrato de Mandato, assinado pelo Município e a EGEAC no dia 3 de março de 2023, com o propósito de criar o instrumento necessário à celebração de contratos que tenham por objeto a locação ou aquisição de bens móveis, a aquisição de serviços ou a realização de empreitadas de obras públicas, destinados à organização, promoção, conceção e implementação da JMJ no espaço do Parque Eduardo VII, no montante de 4 132 800,00.

A realização da Jornada Mundial da Juventude, com a participação ativa da EGEAC, foi sem dúvida o grande acontecimento do ano, na nossa Lisboa.

A 26 de abril, através da Proposta n.º 195/2023, foi aprovado o Relatório e Contas da EGEAC de 2022.

Com a Proposta n.º 483/2023, foi transferido para o universo da EGEAC o imóvel designado "Pavilhão Azul", futuro equipamento cultural que irá acolher a coleção de arte contemporânea de Julião Sarmento.

A Proposta n.º 587/2023 aprovou o retorno à gestão direta da EGEAC do Cineteatro Capitolólio – Rauf Solhado.

Os dados que a seguir apresentamos refletem os rendimentos e gastos globais, incluindo os inerentes ao Contrato Mandato da JMJ. Este evento, contribuiu para um incremento acentuado dos rendimentos e dos gastos que se anularam entre si.

Demonstração de Resultados sintética

Unidade monetária Euro

	EXECUÇÃO	ORÇAMENTO	DESVIO VALOR	DESVIO %
RENDIMENTOS	38 483 363	36 092 409	2 400 954	7%
Funcionamento/Atividade	24 145 012	24 450 161	-305 149	-1%
Rec. Prov. Sub. Investimento	374 090	374 827	-737	0%
Sub. Exploração CML	10 967 420	11 267 420	-300 000	-3%
C. mandato - JMJ	3 006 841		3 006 841	-
GASTOS	38 452 391	36 092 409	2 359 982	7%
Funcionamento	8 453 342	8 798 410	-345 068	-4%
Atividade	8 499 849	8 635 890	-136 041	-2%
C. mandato - JMJ	3 006 841		3 006 841	-
Pessoal	16 823 095	16 831 325	-8 230	0%
Amortizações	1 504 373	1 776 132	-271 759	-15%
Juros	164 891	50 652	114 239	226%
RAI	40 972	0		
RI	15 126			

Contudo, o importante é fazer a análise relacionando o orçamento com o efetivamente realizado/executado – sem JMJ.

Rendimentos

Os Rendimentos Globais – sem JMJ – estão muito próximo do orçamentado (-1%). Os patrocínios, as bilheteiras e as concessões ficam ligeiramente abaixo. A concessão do restaurante do Castelo de S. Jorge efetuada só no 2º semestre e a conjuntura económica não ajudaram no cumprimento dos objetivos delineados. No entanto, as vendas de mercadorias e os outros rendimentos suplantaram os valores orçamentados em mais do dobro.

Gastos

Os gastos globais – sem JMJ – situam-se 2% abaixo do orçamentado, representando um desvio negativo de cerca de 650 mil euros. Mais de 50% desse desvio acontece nos Gastos de Funcionamento, que advém, fundamentalmente, de entre o momento da elaboração do orçamento, o lançamento dos concursos e as adjudicações, existir uma considerável diferença, em baixa, dos preços considerados inicialmente. Segue-se a Atividade com 21%. Os Gastos com Pessoal são praticamente iguais ao orçamentado, apresentando um desvio de pouco mais de 8 mil euros. Neste exercício, mais de 50% dos trabalha-

dores beneficiaram das suas progressões automáticas, bem como se procedeu a um aumento salarial de 52,00 em todos os vencimentos inferiores ou iguais a 2 600,00 e 2% para os acima deste valor. Para além deste, foi ainda concretizado o aumento de 1% para todos os trabalhadores. Também o subsídio de refeição passou para 8,32 euros/dia. Ainda, com um conjunto de novas admissões, face à assunção de novas responsabilidades – novos equipamentos – os Gastos com o Pessoal tiveram um acréscimo de 9,9% face ao ano transato. O universo de trabalhadores da EGEAC, a 31 de dezembro de 2023, é de 441.

As Amortizações são inferiores em 15%, fundamentalmente, porque não foi possível concretizar todo o plano de investimentos e porque a conclusão das obras e o fornecimento de bens, ocorrem maioritariamente no 4º trimestre do ano, determinando uma amortização inferior, proporcional ao período de uso.

Os Juros situam-se nos 165 mil euros, triplicando o valor previsto. Este acréscimo resulta da necessidade de financiamentos à tesouraria, para concretizar todos os pagamentos inerentes ao JMJ, tendo o Contrato Mandato sido reembolsado à posteriori, pelo Município.

Investimento

Em 2023, o Plano de Investimentos atingiu uma execução de 88%. Tal como previsto, é o Museu de Lisboa – Palácio Pimenta e o Castelo de S. Jorge que lideram, com 30% e 10% respetivamente. As obras de requalificação das Galerias Municipais e do Teatro Luis de Camões são igualmente significativas com 8% e 7% do investimento total realizado.

O procedimento de adjudicação do novo Sistema Integrado de Gestão foi efetuado em novembro, tendo-se concluído as primeiras fases de análise de requisitos e desenho dos processos internos.

Resultados

Face ao exposto, foi possível reduzir o Contrato Programa em 300 mil euros, situando-se nos 10 967 420,00 (dez milhões novecentos e sessenta mil quatrocentos e vinte euros), obtendo-se um Resultado Líquido do exercício de 15 125,89 (quinze mil cento e vinte cinco euros e oitenta nove cêntimos).

O Conselho de Administração, ao abrigo do Artº 32º dos Estatutos da EGEAC, propõe que a totalidade do Resultado seja aplicado em Outras Reservas.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração
Pedro Moreira
Susana Graça
Gonçalo Reis

Pedro Moreira
Susana Graça
Gonçalo Reis



**Demonstrações
Financeiras
Individuais**

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2023

Unidade monetária: Euro

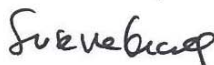
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	10 113 218,34	9 731 979,82
Activos intangíveis	7	111 352,60	80 930,50
		10 224 570,94	9 812 910,32
Ativo corrente			
Inventários	12	277 466,85	255 595,25
Clientes	23	602 693,31	128 048,44
Estados e outros entes públicos	25	3 646 011,26	3 830 737,26
Outros créditos a receber	27	128 802,25	308 499,14
Diferimentos	29	219 144,86	138 711,78
Caixa e depósitos bancários	4	1 331 092,40	1 039 467,49
		6 205 210,93	5 701 059,36
Total do ativo		16 429 781,87	15 513 969,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	448 918,11	448 918,11
Reservas legais	10	617 455,92	617 455,92
Outras reservas	10	954 503,99	948 059,54
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	10	1 310 784,18	1 600 785,53
Resultado líquido do período	10	15 125,89	6 444,45
Total do capital próprio		3 346 788,09	3 621 663,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	1 000 000,00	1 000 000,00
Outras dívidas a pagar	28	348 436,42	425 525,41
		1 348 436,42	1 425 525,41
Passivo corrente			
Fornecedores	24	2 989 900,43	2 326 655,84
Estado e outros entes públicos	25	532 815,53	499 587,24
Financiamentos obtidos	26	1 500 000,00	1 000 000,00
Outras dívidas a pagar	28	6 613 774,41	6 499 131,18
Diferimentos	29	98 066,99	141 406,46
		11 734 557,36	10 466 780,72
Total do passivo		13 082 993,78	11 892 306,13
Total do capital próprio e passivo		16 429 781,87	15 513 969,68

A Contabilista Certificada
Rita Ucha




A Administração
Pedro Moreira

Susana Graça




Gonçalo Reis

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro 2023

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	13	26 900 945,55	15 704 396,34
Subsídios à exploração	15	11 055 657,72	16 522 154,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-283 907,33	-243 037,05
Fornecimentos e serviços externos	18	-19 500 954,14	-15 151 674,31
Gastos com o pessoal	19	-16 846 642,44	-15 532 091,21
Outros rendimentos	22	536 759,71	399 644,30
Outros gastos	20	-151 622,25	-155 677,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 710 236,82	1 543 715,15
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	21	-1 504 373,37	-1 472 584,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		205 863,45	71 130,77
Juros e gastos similares suportados	11	-164 891,17	-31 801,47
Resultado antes de impostos		40 972,28	39 329,30
Imposto sobre o rendimento do período	16	-25 846,39	-32 884,85
Resultado líquido do período		15 125,89	6 444,45

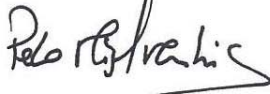
A Contabilista Certificada

Rita Ucha



A Administração

Pedro Moreira



Susana Graça



Gonçalo Reis



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período Findo em 31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		27 935 066,95	16 177 255,84
Pagamentos a Fornecedores		-21 182 115,95	-16 166 649,88
Pagamentos ao Pessoal		-16 297 348,08	-15 309 010,04
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-9 544 397,08	-15 298 404,08
Outros Recebimentos /Pagamentos		-11 601,84	-79 512,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 987 366,90	2 204 193,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1 984 355,82	-1 127 909,78
Activos intangíveis		-69 991,92	-14 268,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4 800,00	
Activos intangíveis			
Subsídios ao investimento		7 000,00	
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 042 547,74	-1 142 177,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		8 450 000,00	7 700 000,00
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos referentes a:			
Financiamentos obtidos		-7 950 000,00	-9 050 000,00
Juros e gastos similares		-153 194,25	-31 706,06
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		346 805,75	-1 381 706,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		291 624,91	-319 690,70
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 039 467,49	1 359 158,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 331 092,40	1 039 467,49

A Contabilista Certificada

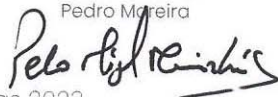
Rita Ucha



EGEAC Relatório e Contas 2023

A Administração

Pedro Moreira



Susana Graça



Gonçalo Reis



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

no Período 2022

DESCRICÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2022	1	448 918,11	617 455,92	944 601,00		1 896 899,25	3 458,54	3 911 332,82		4 021 156,94
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alteração de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2					-296 113,72	-296 113,72	-296 113,72		-296 113,72
Resultado líquido do período	3						6 444,45	6 444,45		6 444,45
Resultado integral	4=2+3						6 444,45	-289 669,27		-289 669,27
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações	5			3 458,54			-3 458,54			
				3 458,54			-3 458,54			
Posição no fim do período 2022	6=1+2+3+5	448 918,11	617 455,92	948 059,54		1 600 785,53	6 444,45	3 621 663,55		3 621 663,55

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

no Período 2023

Unidade Monetária: Euro

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2023	6	448 918,11	617 455,92	948 059,54		1 600 785,53	6 444,45	3 621 643,55		3 621 643,55
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alteração de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Ajustamentos por impostos diferidos	10					-290 001,35		-290 001,35		-290 001,35
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7					-290 001,35		-290 001,35		-290 001,35
Resultado líquido do período	8						15 125,89	15 125,89		15 125,89
Resultado integral	9+7+8						15 125,89	-274 875,46		-274 875,46
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições				6 444,45						
Entradas para cobertura de perdas	10			6 444,45						
Outras operações							-6 444,45			
Posição no fim do período 2023	6+7+8+10	448 918,11	617 455,92	954 503,99		1 310 784,18	15 125,89	3 346 788,09		3 346 788,09

A Contabilista Certificada
Rita Ucha

Rita Ucha

A Administração
Pedro Moreira

Pedro Moreira

Susana Graça

Susana Graça

Gonçalo Reis

Gonçalo Reis

EGEAC Relatores e Contas 2023

**Anexo às
Demonstrações
Financeiras
Individuais**

1. Identificação da Entidade

A EGEAC, E.M. SA é uma Empresa Municipal, cujo capital social é detido na totalidade pelo Município de Lisboa. Foi constituída em 12 de julho de 1995, sob a designação de EBAHL, com sede na Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º 26, 1070-III Lisboa e tem como objeto social "a promoção do desenvolvimento e do crescimento económico local, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão social, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura".

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as

operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações de Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Entendem-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para Apresentação de

Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas. Sempre que, em aspetos particulares de transações ou situações,

o SNC não responda são aplicadas supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As presentes demonstrações financeiras foram, ainda, preparadas em conformidade com o DL n.º 98/2015, de 2 de junho e com a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que alteraram os DL n.º 158/2009, de 13 de julho e DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprovaram o SNC.

2.2. Tendo em vista a necessidade de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da EGEAC não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação e apresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados em 31 de dezembro de 2022.

3. Principais Políticas Contabilísticas

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e, se for caso disso, das perdas por imparidade.

As depreciações são imputadas numa base sistemática, durante o período de vida útil estimado para os bens. Sempre que houver algum indício de que o período de vida útil estimado não se possa cumprir, a depreciação é revista e alte-

rada de forma a exprimir as novas realidades. As despesas com reparações que não aumentem a vida útil dos bens nem alterem significativamente a sua operacionalidade, bem como as efetuadas com a sua conservação e inspeção, são registadas como gasto do período.

As taxas de depreciação utilizadas decorrem, genericamente, dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e Outras Construções: 10 a 20 anos
Equipamento Básico: 4 a 10 anos
Ferramentas e Utensílios: 4 a 10 anos
Equipamento Administrativo: 3 a 10 anos

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, se for caso disso. Os ativos fixos intangíveis são consuntivos, basicamente, por software, sendo amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, de acordo com a substância dos contratos em questão e não com a sua forma. Assim, os contratos de locação são classificados como financeiros se, através deles, forem transferidos para a EGEAC todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo sob locação. Nesta conformidade, os ativos fixos adquiridos ao abrigo destes contratos, são contabilizados pelo método financeiro, sendo, consequentemente, o custo registado no ativo e a respetiva responsabilidade no passivo. As depreciações, calculadas

exercício, as contas de clientes são avaliadas no sentido de ser detetável qualquer evidência que indique a sua incobrabilidade. Se assim for, de imediato, reconhece-se a respetiva perda por imparidade. Estas perdas são registadas sempre e quando se torne claro que a dívida ou parte dela não será recebida, atentas as informações de mercado e o histórico dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a "Fornecedores" e "Outras Dividas a pagar" constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

Acréscimos e diferimentos

A EGEAC regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resul-

tados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de outras dívidas a pagar, outros créditos a receber e de diferimentos.

Gastos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo, independentemente da data em que o débito seja efetuado.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito é reconhecido líquido de descontos e abatimentos e impostos relacionado com a venda.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os custos incorridos com a transação sejam mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou venda de um bem.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos pelo justo valor quando existe segurança quanto ao seu recebimento e cumprimento por parte da entidade das condições a eles associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na

parte proporcional dos gastos incorridos.

O subsídio à exploração relacionado com o Contrato Programa é concedido para compensar déficits de exploração de um dado período, imputando-se como rendimento desse período.

Os subsídios atribuídos, não reembolsáveis, para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são inicialmente reconhecidos nos capitais Próprios (conta 593) e, subsequentemente, imputados numa base sistémica como rendimento do período (conta 7883), balanceando com o gasto relativo às depreciações/amortizações dos respetivos bens.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.

Pelo que, quando do registo inicial, é também registado o ajustamento desse aumento de capital próprio (conta 5932 / 278), derivado do imposto que lhe está associado. Desta forma, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se cumpre à quantia do subsídio, deduzido do imposto que lhe está associado.

Contabilização conforme FAQ 13 – Comissões Normalização Contabilística.

Inventários

As mercadorias são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, existe uma obrigação presente, que resulte de eventos passados, que para a liquidação dessa obrigação seja provável a saída de recursos imputados e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não se cumpre, a EGEAC divulgará o facto como um passivo contingente.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo, apenas, objeto de divulgação quando seja provável a existência de um influxo económico futuro de recursos. Os passivos contingentes não são, também, reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios

económicos, seja possível, mas não provável.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "imposto sobre o rendimento do período" resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido. O valor do imposto corrente é calculado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base de tributação dos ativos e passivos da empresa.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente se houver expectativas de lucros futuros para os utilizar. Se, no final de cada período, após uma avaliação desses impostos, se constatar que a sua utilização futura é improvável, procede-se à sua redução. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados nos capitais próprios, situação em que serão registados na mesma rubrica.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação

adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem materiais.

Transações e saldo em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, correspondendo à moeda funcional de apresentação. As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio nessa data. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração de resultados do período em que são geradas.

Juizos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incertezas associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor

contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, são as seguintes:

- A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros de acordo com o melhor Julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas;
- A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de eventual necessidade de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa;

- Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado seja inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação da perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso do ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verificar que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

4. Fluxos de Caixa

Nos saldos de Caixa estão registados os Fundos Fixos afetos à Sede e a cada um dos Equipamentos. A estes valores acrescentem os montantes das receitas apuradas,

nos últimos dias do ano, nas respetivas Lojas e Bilheteiras. De acordo com os procedimentos estabelecidos, estas quantias serão depositadas no Banco, nos primeiros dias úteis do ano seguinte.

Caixa e Bancos	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	236 980,94	154 600,60
Depósitos à ordem	1 094 111,46	884 866,89
	1 331 092,40	1 039 467,49

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

No exercício de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base pressupostos e estimativas decorrentes da

experiência e conhecimento de acontecimentos passados. As estimativas mais significativas contemplam a vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, imparidades de inventários e contas a receber e, ainda, provisões.

6. Partes Relacionada

As operações com a Câmara Municipal de Lisboa, detentora da totalidade do capital social da EGEAC, com a Polícia Municipal e Regimento Sapadores Bombeiros, assim como os respetivos saldos pendentes em Balanço, estão espelhados nos mapas seguintes:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Município Lisboa - CP 2023	10 967 420,00		16 313 146,00	
Munic. Lisboa - Contrato Mandato	3 006 840,63			210,00
CML - Arquivo Municipal		1 596,80		55 995,50
Polícia Municipal		109 894,70		553,98
DMA - Espaços Verdes		444,72		
Regimento Sapadores Bombeiros		94 386,15		37 098,17
CML - Div. Gestão de Contratos		37 566,24		310,68
CML - Outros		342,77		
	13 974 260,63	244 231,38	16 313 146,00	94 168,33

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a Receber	Contas a Pagar	Contas a Receber	Contas a Pagar
Município Lisboa - Proc. Reemb. IVA		2 892 894,92		2 892 894,92
Município Lisboa - CP 2023		300 000,00		500 000,00
Munic. Lisboa - Contrato Mandato	433 578,36			
Regimento de Sapadores Bombeiros				
Polícia Municipal				
DMA - Espaços Verdes		3 129,00		5 712,56
CML - Div. Gestão de Contratos				
	433 578,36	3 196 023,92		3 398 607,48

EGEAC e o Município de Lisboa.

O Município de Lisboa tem ainda o saldo credor de 300.000 euros, relativo à redução do Contrato Programa 2023, no mesmo montante.

A EGEAC é cofundadora e pertence aos órgãos sociais da "PERFORMART – Associação para as Artes Performativas em Portugal".

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, cuja atividade teve início em 2017. A Associação tem como objeto social e

missão a valorização das múltiplas formas de manifestação cultural e artística em geral, a promoção de esforços e iniciativas que permitam o reconhecimento e o desenvolvimento saudável e sustentável do setor das artes do espetáculo e dos seus profissionais e a estruturação de redes de trabalho conjunto entre os seus Associados.

O saldo credor da CML em 31/12/2023 no montante €2.892.894,92, diz respeito ao processo de reembolso de IVA encetado em 2015, referente à emissão de notas crédito pela EGEAC ao Município de Lisboa relativas ao IVA dos contratos programas 2011 a 2013. O valor global do pedido reembolso totalizou €4.512.798,05, tendo sido objeto de deferimento parcial (ano 2013) por parte da Autoridade Tributária no montante €1.619.903,13 e liquidado na íntegra pela EGEAC ao Município, no final de 2015. Com base no indeferimento parcial (ano 2011 e 2012) da AT a EGEAC apresentou reclamação graciosa, sendo que a mesma foi indeferida. A EGEAC impugnou judicialmente e aguarda decisão.

No âmbito da Jornada Mundial da Juventude realizada em 2023, em Lisboa, foi celebrado um Contrato Mandato entre a

7. Ativos Intangíveis

Movimentos Ocorridos no Exercício

Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Reclassif.	Transf.	Saldo Final
Programas de Computador	1 880 804,05	10 420,00			1 891 224,05
Investimentos em Curso		65 096,52			65 096,52
	1 880 804,05	75 516,52			1 956 320,57
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	1 799 873,55	45 094,42			1 844 967,97
	1 799 873,55	45 094,42			1 844 967,97
Valor Líquido	80 930,50				111 352,60

8. Ativos Fixos Tangíveis

Movimentos Ocorridos no Exercício

Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Reclassif./ abates/venda	Transf.	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	22 316 617,86	146 455,50		611 679,46	23 074 752,82
Equipamento Básico	7 215 485,26	270 492,36	-416,00	3 752,40	7 489 317,22
Equipamento Transporte	82 113,59		-16 300,00		65 813,59
Equipamento Administrativo	1 463 141,50	70 788,48	-8 411,53		1 525 518,45
Out. Ativos Fixos Tangíveis	1 673 520,15	39 920,77			1 713 440,92
Investimentos em Curso	747 118,51	1 328 911,86	-16 051,50	-615 432,06	1 444 546,81
	33 497 999,87	1 856 568,97	-41 179,03	0,00	35 313 389,81
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	15 404 633,58	779 587,35			16 184 220,93
Equipamento Básico	5 376 623,56	568 913,82	-416,00		5 945 121,38
Equipamento Transporte	82 113,59		-16 300,00		65 813,59
Equipamento Administrativo	1 300 727,16	88 237,37	-8 411,53		1 380 553,00
Out. Ativos Fixos Tangíveis	1 601 922,16	22 540,41			1 624 462,57
	23 766 020,05	1 459 278,95	-25 127,53		25 200 171,47
Valor Líquido	9 731 979,82				10 113 218,34

9. Locações

A EGEAC não tem qualquer bem ou equipamento em regime de locação financeira.

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da EGEAC, totalmente subscrito e realizado, era composto por 448.918 ações com valor nominal de 1 euro cada e integralmente detido pelo Município de Lisboa.

Capital Próprio	31/12/2023	31/12/2022	variação
Capital Subscrito	448 918,11	448 918,11	
Reservas Legais	617 455,92	617 455,92	
Outras Reservas	954 503,99	948 059,54	6 444,45
Outras variações no Capital	1 310 784,18	1 600 785,53	
Resultado Líquido do Período	15 125,89	6 444,45	
	3 346 788,09	3 621 663,55	

Na Assembleia Geral da EGEAC em 19 maio de 2023, foram aprovadas as contas do período findo em 31/12/2022, tendo sido deliberado a aplicação do resultado líquido no valor de €6.444,45 em Outras Reservas.

A rubrica "Outras Variações no Capital" reflete o valor líquido do subsídio ao investimento atribuído a ativos fixos tangíveis e intangíveis, decompondo-se da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022	variação
5931 – Subsídios e Doações (a crédito)			
- Atribuído em anos anteriores	1 659 220,60	2 026 310,94	374 090,34
- Atribuído no ano	7 000,00		-7 000,00
5932 – Ajustam. Em Subsídios (a débito)	1 659 220,60	2 026 310,94	367 090,34
Outras variações no Capital	348 436,42	425 525,41	77 088,99
	1 310 784,18	1 600 785,53	290 001,35

O Valor €374.090,34 corresponde ao valor imputado em Rendimentos, relativo ao reconhecimento do Subsídio Investimento, conforme detalhe nota 22.

A conta 5932 diz respeito ao reconhecimento do imposto associado ao subsídio ao investimento. Este é registado por contrapartida da conta 278 – Subs. Investimento, calculado através do produto da taxa de imposto sobre o valor reconhecido em rendimentos e na conta 5931, conforme nota 28.

11. Custo de Empréstimos Obtidos

Os juros suportados com a obtenção de empréstimos bancários de curto prazo foram os seguintes:

Gastos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Juros suportados	164 891,17	31 801,47
	164 891,17	31 801,47

O Aumento de juros suportados em 2023, resulta da necessidade de financiamento à tesouraria, para concretizar todos os pagamentos inerentes às JMJ, tendo o Contrato Mantido sido reembolsado à posteriori pelo Município.

12. Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou do respetivo valor realizável líquido. Como método de custeio das saídas utiliza-se o critério do custo médio ponderado. Os seguintes mapas discriminam os inventários finais e o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias	277 466,85	255 595,25
	277 466,85	255 595,25

	31/12/2023	31/12/2022
Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas		
	Mercadorias	Mercadorias
Inventários Iniciais	255 595,25	175 894,29
Compras	316 647,24	343 035,86
Regularização de Inventários	-10 868,31	-20 297,85
Inventários Finais	277 466,85	255 595,25
C.M.V.M.C.	283 907,33	243 037,05

13. Rédito

Os mapas abaixo discriminam a natureza e montante dos réditos obtidos em 2022 e 2023. Os rendimentos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento.

	31/12/2023	31/12/2022
Vendas		
Vendas de Mercadorias	482 576,62	438 575,72
	482 576,62	438 575,72
Prestação de Serviços		
Bilhetes	21 962 100,43	14 209 850,96
Patrocínios	1 100 000,00	575 000,00
Concessões	200 023,70	120 672,52
Direitos de Transmissão	130 000,00	130 000,00
Contrato Mandato Município Lisboa JMJ	3 006 840,63	
Outras	19 404,17	230 297,14
	26 418 368,93	15 265 820,62
Volume Negócios	26 900 945,55	15 704 396,34

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões				
Movimentos ocorridos do período				
	31/12/2022	Aumentos	Reversões	31/12/2023
Provisões para processos judiciais em curso	1 000 000,00			1 000 000,00
Outras Provisões	1 000 000,00	0,00	0,00	1 000 000,00

15. Subsídios e outros Apoios das Entidades Públicas

A EGEC tem um Contrato Programa anual com o Município de Lisboa.

Uma vez que os custos se situaram abaixo do orçamentado, foi possível efetuar uma redução ao Contrato Programa de 2023, no valor de 300.000 euros.

Assim, o valor do Contrato Programa de 2023 situou-se nos 10.967.420,00 Euros.

A EGEC tem ainda alguns projetos cofinanciados, no âmbito da sua atividade.

Subsídios à Exploração

Entidade	Montante recebido período	Rédito do período	Rédito do Período anterior
Contrato Programa com Município de Lisboa	10 767 420,00	10 967 420,00	16 313 146,00
L'Institut Français	117 657,00	12 000,00	117 657,00
Education, Audiovisual and Culture Executive Agency	36 271,73	74 873,36	75 204,75
Outros	1 364,36	1 364,36	16 146,57
	10 922 713,09	11 055 657,72	16 522 154,32

16. Impostos sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento, reconhecidos nas demonstrações de resultados dos exercícios são:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto corrente	-25 846,39	-32 884,85
Imposto diferido	-25 846,39	-32 884,85

Durante os períodos findos em 31-12-2023 e 31-12-2022, a reconciliação entre a taxa de imposto sobre o Rendimento e a Taxa Efetiva de Imposto, foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Antes Imposto	40 972,28	39 329,30
Taxa Imposto	21%	21%
IRC à taxa normal sem correções fiscais	8 604,18	8 259,15
Variações Patrimoniais		
Valores a acrescer	43 825,48	105 089,87
Valores a deduzir/benefícios fiscais	-36 310,95	-45 244,28
IRC à taxa normal s/ mat. Colectável	10 182,23	20 826,73
Derrama Municipal	727,30	1 487,62
Tributação Autónoma	14 936,86	10 570,50
Imposto Estimado para o período	25 846,39	32 884,85
Taxa Efetiva de Imposto	0,63	0,84

17. Instrumentos Financeiros

Durante os períodos findos em 31-12-2023 e 31-12-2022, o valor registado em cada uma das categorias de ativos e passivos financeiros, foram as seguintes:

	Ativos Financeiros	Passivos Financeiros	Total 31/12/2023
Clientes	602 693,31		602 693,31
Outros ativos correntes	347 947,11		347 947,11
Caixa e seus equivalentes	1 331 092,40		1 331 092,40
Total do Activo	2 281 732,82		2 281 732,82
Fornecedores		2 989 900,43	2 989 900,43
Outros passivos correntes		6 711 841,40	6 711 841,40
Total do Passivo		9 701 741,83	9 701 741,83

	Ativos Financeiros	Passivos Financeiros	Total 31/12/2022
Clientes	128 048,44		128 048,44
Outros ativos correntes	447 210,92		447 210,92
Caixa e seus equivalentes	1 039 467,49		1 039 467,49
Total do Activo	1 614 726,85		1 614 726,85
Fornecedores		2 326 655,84	2 326 655,84
Outros passivos correntes		6 640 537,64	6 640 537,64
Total do Passivo		8 967 193,48	8 967 193,48

18. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os períodos findos em 31-12-2023 e 31-12-2022, os saldos mais relevantes dos FSE são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos diretos c/ programação	5 267 032,12	4 439 996,67
Trabalhos Especializados	1 764 562,11	1 672 203,64
Publicidade e Propaganda	535 496,01	485 106,90
Vigilância e Segurança	2 774 145,98	2 464 227,37
Energia e Fluidos	1 022 090,27	824 164,42
Conservação e Reparação	1 137 403,43	968 685,21
Comunicação	198 257,65	214 425,05
Materiais	486 343,31	376 642,89
Rendas e Alugueres	3 690 063,13	1 185 417,50
Limpeza, Higiene e Conforto	1 325 040,15	1 119 004,27
Outros Serviços (inclui gastos c/ expos. e colóquios)	514 920,21	563 542,36
Outros	785 599,77	838 258,03
	19 500 954,14	15 151 674,31

A Jornada Mundial da Juventude contribuiu para o incremento dos FSE, nomeadamente na rubrica de Rendas e Alugueres e Vigilância e Segurança. O total de gastos inerentes à JMJ ascende a €3.006.840,63, no entanto, sem impacto no resultado, pois anula-se por via da faturação ao Contrato Mandato ao Município de Lisboa, conforme nota 13.

19. Gastos com o Pessoal

Gastos com Pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	114 102,31	110 091,30
Remunerações do Pessoal	13 219 062,09	12 091 768,80
Indemnizações	5 453,89	70 034,93
Encargos sobre remunerações	3 136 643,20	2 915 206,12
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	70 797,58	98 229,29
Outros custos com pessoal	300 583,37	246 760,77
	16 846 642,44	15 532 091,21

Quadro de Pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Número médio de colaboradores no período		
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	441	427
	444	430

20. Outros Gastos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	36 029,70	46 482,63
Correções Relativas Exercícios Anteriores	13 916,29	23 331,00
Donativos		8 218,87
Quotizações	32 563,00	27 725,50
Enc. Seg. Social Independentes/ regime EPAC	40 286,13	13 680,30
Outros Gastos	28 827,13	36 238,94
	151 622,25	155 677,24

21. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos de depreciação e amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	1 459 278,95	1 425 793,86
Ativos Intangíveis	45 094,42	46 790,52
	1 504 373,37	1 472 584,38

22. Outros Rendimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Imputação de Subsídios ao Investimento	374 090,34	374 827,48
Correções Relativas Exercícios Anteriores	20 188,99	603,12
Donativos Mecenato	123 314,95	
Outros Rendimentos	19 165,43	24 213,70
	536 759,71	399 644,30

23. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de Clientes apresentava a seguinte maturidade:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes Correntes		
< 90 dias	551 540,60	100 352,55
90-180 dias		1 526,63
>180 dias	50 852,71	26 169,26
	602 393,31	128 048,44
Clientes Cobrança Duvidosa		
Perdas por imparidades acumuladas - clientes	325 464,47	325 464,47
	-325 464,47	-325 464,47
	0,00	0,00

24. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte maturidade:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Correntes		
< 90 dias	2 838 724,25	2 238 508,92
90-180 dias	6 022,89	33 674,86
>180 dias	145 153,29	54 472,06
	2 989 900,43	2 326 655,84

25. Estado e Outros Entes Públicos

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre o Rend. Pessoas Coletivas		
IRC a recuperar	57 314,61	39 059,15
IRC a liquidar		
Retenção Imp. s/ Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	-194 957,49	-186 693,48
Imposto sobre Valor Acrescentado (*)	3 588 696,65	3 791 678,11
Contribuições para a S.Social	-272 759,17	-246 898,28
Outros	-65 098,87	-65 995,48
Ativo	3 646 011,26	3 830 737,26
Passivo	-532 815,53	-499 587,24

(*) - Inclui pedido reembolso de IVA no valor de €2.892.894,92 conforme mencionado na nota 6.

26. Financiamentos Obtidos

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos Correntes (conta caucionada)	1 500 000,00	1 000 000,00
	1 500 000,00	1 000 000,00

A EGEAC tem contratado os seguintes platfoms bancários, relativos a utilizações de contas caucionadas:

Novo Banco 3.000.000€;
Millennium BCP 3.000.000€;
Santander Totta 3.000.000€.

27. Outros Créditos a Receber

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos ao pessoal	13 222,87	22 758,05
Outros Acréscimos de Rendimentos	15 804,84	27 081,77
Education, Audiovisual and Culture Executive Agency	61 401,56	107 432,08
L' Institut Français		117 657,00
Outros Devedores	38 372,98	33 570,24
	128 802,25	308 499,14

O valor €61.401,56 a receber do Education, Audiovisual and Culture Executive Agency, através do Teatro de Liege (coordenador de projeto), é relativo a um subsídio à exploração atribuído à EGEAC, no âmbito programação do Teatro São Luiz, através da Rede Prospero.

28. Outras Dividas a Pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo corrente		
Fornecedores de Investimento	623 268,07	658 397,51
Credores por Acréscimos de Gastos	2 639 850,51	2 342 820,91
Outros Credores		
CML – Proc. Reemb. IVA 2011/13	2 892 894,92	2 892 894,92
CML – CP 2023	300 000,00	500 000,00
Cauções Recebidas	109 011,01	77 837,77
Cartão Crédito Millennium BCP	195,00	965,21
Outros	48 554,90	26 214,86
Passivo corrente	6 613 774,41	6 499 131,18
Passivo não corrente		
Subsídio ao Investimento	348 436,42	425 525,41
Passivo não corrente	348 436,42	425 525,41

A rubrica "Credores por Acréscimo de Gastos" inclui estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais do pessoal efetivo da EGEAC, relativos ao ano 2023 a liquidar no ano 2024.

A rubrica "Outros Credores" inclui o saldo credor do Município de €2.892.894,92, relativo ao processo de reembolso de IVA referente aos anos 2011 e 2012, conforme mencionado na nota 6. Inclui ainda o valor de 195,00 euros, relativo ao saldo do cartão de crédito da EGEAC, em dívida nesta data. Trata-se de um cartão de crédito com plafond de 1.000,00 euros, utilizado exclusivamente para aquisições via internet com obrigatoriedade desta tipologia de pagamento. Exemplo disso são as aquisições de publicidade no Facebook, Mailchimp e Google.

A conta subsídio ao Investimento apresenta uma variação no montante €78.713,76 relativa ao reconhecimento do imposto associado ao subsídio ao investimento conforme detalhe da nota 10.

29. Diferimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a Reconhecer	219 144,86	138 711,78
Rendimentos a Reconhecer	-98 066,99	-141 406,46
Ativo	219 144,86	138 711,78
Passivo	-98 066,99	-141 406,46

Os gastos a reconhecer correspondem, essencialmente, a pagamentos parciais de produções de espetáculos e outras despesas efetuadas em 2023, mas que se realizam apenas em 2024, sendo gasto desse ano.

Os Rendimentos a reconhecer dizem respeito, sobretudo, a cofinanciamentos de projetos inseridos na programação do Teatro São Luiz a realizar em anos seguintes, cujo rendimento será reconhecido no ano de execução, tal como o respetivo gasto.

30. Outras Divulgações

Situação Tributária e Contributiva

A EGEAC tem a situação tributária regularizada junto da Autoridade Tributária, tal como em sede de Segurança Social.

Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos exercícios de 2023 e 2022, os Órgãos Sociais tiveram as seguintes remunerações:

	31/12/2023	31/12/2022
Conselho de Administração (*)	114 102,31	110 091,30
Fiscal Único (**)	7 980,00	7 980,00

(*) - Valor relevado em Gastos com Pessoal

(**) - Valor sem IVA, relevado em Fornecimentos Serviços Externos

A Contabilista Certificada

Rita Ucha



A Administração

Pedro Moreira



Susana Graça



Gonçalo Reis



31. Acontecimentos Após a Data do Balanço

Na presente data, o Conselho de Administração da EGEAC não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31/12/2023 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

32. Data de Autorização para a Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024, sendo remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.



Anexos

Indicadores Setoriais – Execução

Valores em milhões de Euros

	Castelo de S. Jorge		Padrão dos Descobrimentos		Museu do Fado		Museu da Marioneta		Casa Fernando Pessoa		Galerias Municipais							
	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução						
Rendimentos de Funcionamento	≥ 19,39	19,16	x	≥ 1,73	1,56	x	≥ 0,29	0,37	✓	≥ 0,13	0,18	✓	≥ 0,18	0,23	✓	≥ 0	0,01	✓
Gastos de Atividade	≤ 0,17	0,15	✓	≤ 0,11	0,11	✓	≤ 0,58	0,62	x	≤ 0,18	0,14	✓	≤ 0,12	0,11	✓	≤ 0,62	0,41	✓
Público	≥ 1,73	1,63	x	≥ 0,26	0,21	x	≥ 0,08	0,09	✓	≥ 0,03	0,03	✓	≥ 0,03	0,04	✓	≥ 0,02	0,02	✓

	Atelier-Museu Júlio Pomar		Museu de Lisboa Palácio Pimenta		Museu de Lisboa Santo António		Museu de Lisboa Teatro Romano		Museu Bordalo Pinheiro		Museu do Aljube							
	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução						
Rendimentos de Funcionamento	≥ 0,02	0,01	✓	≥ 0,07	0,10	✓	≥ 0,03	0,06	✓	≥ 0,02	0,03	✓	≥ 0,06	0,05	x	≥ 0,09	0,10	✓
Gastos de Atividade	≤ 0,13	0,11	✓	≤ 0,34	0,35	x	≤ 0,06	0,06	✓	≤ 0,08	0,07	✓	≤ 0,08	0,05	✓	≤ 0,09	0,08	✓
Público	≥ 0,01	0,01	✓	≥ 0,05	0,09	✓	≥ 0,04	0,02	x	≥ 0,06	0,21	✓	≥ 0,02	0,02	✓	≥ 0,05	0,08	✓

	São Luiz Teatro Municipal		Cinema São Jorge		Teatro do Bairro Alto		Teatro Luís de Camões		Programação em Espaço Público						
	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução	objetivo	execução					
Rendimentos de Funcionamento	≥ 0,43	0,52	✓	≥ 0,17	0,23	✓	≥ 0,03	0,06	✓	≥ 0,05	0,05	✓	≥ 1,71	1,28	x
Gastos de Atividade	≤ 1,38	1,38	✓	≤ 0,14	0,11	✓	≤ 0,75	0,67	✓	≤ 0,42	0,42	✓	≤ 2,82	3,62	x
Público	≥ 0,05	0,06	✓	≥ 0,09	0,13	✓	≥ 0,01	0,01	✓	≥ 0,02	0,02	✓	≥ 2,05	2,77	✓

Espaço Afiliada Não incluído nos indicadores setoriais, por não estar aberto ao público apesar de ter alguma atividade fora de portas.

Foi possível cumprir uma larga maioria dos Indicadores Setoriais, com exceção dos relacionados com o fluxo turístico/visitantes/rendimentos. Ainda não foi possível, este ano, atingir os números de 2019. Nos Gastos de Atividade os ligeiros desvios estão, fundamentalmente, relacionados com a JMJ.

Quadro Investimento

Descrição Unidade Orgânica	Edifícios e Outras Construções e Investimento em Curso	Equipamento Técnico	Equipamento Administrativo	Outros	Total Geral
Casa Fernando Pessoa	27 062	366		2 030	29 458
Castelo de São Jorge	183 547		640	3 998	188 185
Cine Teatro Capitólio Mayer	21 956	4 000	15 526	178	41 660
Cinema São Jorge	61 753	7 479	5 844		75 075
Galeria da Mitra: Teatro Meridional	15 042				15 042
Galerias	153 797	2 443	5 245		161 486
Museu Bordalo Pinheiro	68 768	14 159	1 149	5 781	89 857
Museu da Marioneta	106 387	8 295			114 682
Museu de Lisboa: Palácio Pimenta	499 301	45 025	3 085	36 624	584 036
Museu de Lisboa: Santo António		455			455
Museu do Fado	10 566	10 867	1 184		22 617
Museu Teatro Romano	80 641	3 887			84 527
Padrão dos Descobrimentos	13 886		4 576		18 462
São Luiz Teatro Municipal		120 000	1 813		121 812
Sede	65 097		14 258	1 149	80 504
Teatro Aberto	38 249				38 249
Teatro do Bairro Alto	28 282	5 857	600	580	35 319
Teatro Luís de Camões	83 463	47 660	2 354		133 477
Teatro Maria Matos	76 427				76 427
Teatro Taborda			14 514		14 514
Teatro: A Comuna	6 242				6 242
Total Geral	1 540 464	270 492	70 788	50 341	1 932 085

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas da sociedade EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No desempenho das nossas funções acompanhámos com regularidade a actividade e a gestão da Empresa, com base na análise da informação contabilística e através de esclarecimentos solicitados à Administração e aos serviços, de quem obtivemos a melhor colaboração. Realizamos as acções de verificação e comprovação que consideramos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

Analizamos o relatório de gestão apresentado pela Administração o qual obedece às disposições legais aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a evolução da Empresa.

Procedemos, também, à revisão legal das contas do exercício e emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas cujo conteúdo e conclusões se dão como reproduzidas neste relatório.

Em cumprimento com o disposto no n.º 2, artigo 54º do RJSPE - Regime Jurídico do Setor Público Empresarial -, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, reportamos que não nos foi possível pronunciar sobre o *Relatório de Boas Práticas de Governo Societário*, a apresentar pela EGEAC de acordo com o modelo oficial da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial -, pelo facto do mesmo não nos ter sido disponibilizado na sua versão final.

Nestas condições é nosso parecer:

- a) Que se prove o Relatório e Contas apresentado pela Administração;
- b) Que se prove a Proposta de Aplicação de Resultados.

Lisboa, 14 de março de 2024



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por João José Lopes da Silva
Registado na OROC n.º 1.065 e na CMVM n.º 20160677

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A., (a Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 16.429.781,87 euros e um total de capital próprio de 3.346.788,09 euros, incluindo um resultado líquido de 15.125,89 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2024



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva
Registado na OROC n.º 1.065 e na CMVM n.º 20160677



© EGEAC, DCM
Fotografias: EGEAC, José Frade

- Deliberação n.º 226/CM/2024 (Proposta n.º 226/2024)
- Subscrita pela Vereadora Joana Almeida:

Assunto: Aprovar o projeto de arquitetura da obra de ampliação, que inclui legalização, a realizar no prédio sito na Rua da Alcolena (Estádio do Restelo - Edifício das Piscinas), s/n.º, na freguesia de Belém, constante do processo n.º e-EDI/2023/756

Pelouro: Urbanismo.

Serviço: Direção Municipal de Urbanismo / Departamento de Licenciamento de Projetos Estruturantes / Divisão de Projetos de Edifícios.

Considerando que:

1 - O Clube de Futebol “Os Belenenses”, na qualidade de proprietário do prédio sito na Rua da Alcolena (Estádio do Restelo - Edifício das Piscinas), veio requerer a esta Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, o licenciamento de uma obra de ampliação que engloba a legalização do edifício das antigas Piscinas do Belenenses, integradas no Complexo Desportivo do Belenenses, tendo em vista a instalação de um Equipamento Escolar do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, integrando uma escola internacional, o “Discovery Campus, British School of Lisbon”, o qual veio a constituir o processo n.º e-EDI/2023/756;

2 - O instrumento de gestão territorial eficaz para o local é o Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM), cuja primeira revisão foi aprovada pela Assembleia Municipal a 24 de julho de 2012, publicado no «Diário da República» através do Aviso n.º 11622/2012, de 30 de agosto;

3 - A operação urbanística incide sobre um prédio urbano com uma área de 111.100 m², correspondente ao Complexo Desportivo do Belenenses, onde se implanta o Estádio e que, de acordo com o PDM, se localiza em Espaço de uso especial de equipamentos consolidado;

4 - O novo edifício, com uma área de implantação de 2.595,62 m² e uma área de construção de 3.828,50 m², desenvolve-se em 3 pisos acima da cota de soleira e apresenta uma altura máxima de edificação e de fachada de 13,19m e 12,57m, respetivamente;

5 - A edificação proposta, com uma superfície de pavimento de 3.458,90 m², destina-se ao uso de equipamento de utilização coletiva no âmbito da educação;

6 - O programa do equipamento proposto abrange áreas para o desenvolvimento das atividades letivas e é composto por 16 salas de aulas, 1 sala de música e 4 laboratórios, para um total de 427 alunos;

7 - O projeto observa o enquadramento urbanístico e paisagístico da envolvente, nomeadamente no que respeita às alturas da fachada e volumetria, sendo de destacar a sua requalificação face à preexistência;

8 - A intervenção localiza-se na área envolvente de imóvel da Carta Municipal do Património - CMP 32.04 - Estádio do Restelo - sendo o índice de permeabilidade proposto de 0,4, o que cumpre o mínimo regulamentar (0,3) para esta qualificação de espaço;

9 - A intervenção insere-se, também, na estrutura ecológica municipal, em “espaço verde de enquadramento a áreas edificadas”, pelo que se verifica a necessidade de ser entregue projeto de paisagismo, instruído com o parecer do Património Cultural IP, por força da servidão administrativa da “Zona Especial de Proteção da Capela de São Jerónimo, Capela de Santo Cristo, do Palacete da Rua de Pedrouços, 97 a 99, e do Edifício do Século XVIII na Rua de Pedrouços, 84 a 88-A”;

10 - Serão afetos à nova utilização 12 lugares de estacionamento privativo e 10 lugares reservados para a função de “drop-off”, a que acrescem 4 lugares para autocarros, localizados no parque de estacionamento descoberto, existente à superfície e com acesso através da Rua da Alcolena;

11 - Decorrente do Estudo de Impacte de Tráfego e de Transportes realizado e de forma a mitigar o impacto da nova utilização na envolvente, é proposto um novo reperfilamento do passeio num troço da Rua Rui Pereira, com a alteração dos 28 lugares longitudinais existentes, para 38 lugares oblíquos no reperfilamento a sul e 18 novos lugares longitudinais no reperfilamento a norte;

12 - Para as vias automóveis, a sul do Complexo do Belenenses, também são propostas medidas mitigadoras, com um novo reperfilamento e a alteração do traçado;

13 - As medidas mitigadoras propostas e decorrentes do Estudo de Impacte de Tráfego e de Transportes incorporarão um processo autónomo de obras de urbanização, a cargo do requerente, com as condições expressas no parecer da Direção Municipal de Mobilidade;

14 - De acordo com o artigo 6.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL), a presente operação urbanística, com uma superfície de pavimento superior a 1.800 m², constitui uma operação com impacte relevante, estando enquanto tal sujeita ao regime de cedências e compensações, previsto nos artigos 43.º e 44.º do RJUE, conjugado com as normas estabelecidas nos artigos 87.º, 88.º e 89.º do regulamento do PDM;

15 - A presente operação urbanística não prevê a cedência gratuita ao Município de áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, equipamentos de utilização coletiva e estacionamento de uso público;

16 - A dispensa de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva tem enquadramento na subalínea i) da alínea b) do n.º 1 do artigo 89.º do regulamento do PDM, de acordo com os despachos exarados na Informação n.º e-REG/INF/2024/7945, e conforme parecer emitido pelo Departamento de Planeamento Urbano;

17 - A dispensa de cedências para infraestruturas viárias tem enquadramento na subalínea *i*) da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 89.º do regulamento do PDM;

18 - Pela dispensa de cedências haverá lugar ao pagamento de compensação urbanística nos termos dos artigos 63.º-A e seguintes do RMUEL;

19 - No âmbito da apreciação do presente pedido foi promovida consulta à Património Cultural IP que, a 11 de março de 2024, emitiu parecer de aprovação condicionada, mencionando a necessidade de ser submetido projeto de arranjos exteriores, em fase de especialidades, e de dar cumprimento às condicionantes de arqueologia;

20 - Foram ainda promovidas consultas aos serviços municipais que se pronunciaram nos seguintes termos:

- a) Estrutura Consultiva Residente da Carta do Património Edificado e Paisagístico que, a 22 de março de 2024, emitiu parecer favorável;
- b) Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia/Gabinete de Projeto de Estrutura Verde (DMAEVCE/GPEV) que, a 25 de setembro de 2023, emitiu parecer favorável condicionado à apresentação do “Projeto de arquitetura paisagista para os espaços exteriores”, complementado com o Plano de acessibilidades para estes espaços;
- c) Departamento de Planeamento Urbano que, a 8 de outubro de 2023, emitiu parecer mencionando que será de dispensar a cedência de solos e admitir o pagamento de compensação urbanística, referindo que o projeto deverá contribuir para um adequado enquadramento paisagístico com espaços verdes em dimensão e características que garantam a continuidade da estrutura ecológica;
- d) Direção Municipal de Mobilidade (DMM), através do Departamento de Gestão da Mobilidade (DGM) e da Divisão de Operações da Mobilidade (DOM), que, a 22 de março de 2024, emitiu parecer favorável descrevendo as condicionantes a que as medidas mitigadoras apresentadas no Estudo de Impacte de Tráfego e Transportes ficam sujeitas, a serem desenvolvidas no âmbito de um processo autónomo de obras de urbanização a cargo do requerente.

21 - Tendo por base as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, nomeadamente que respeita aos aspetos interiores das edificações, e de acordo com a análise técnico-urbanística do projeto de arquitetura, cujas conclusões se encontram designadamente vertidas na Informação n.º e-REG/INF/2024/7945, verificou-se que a proposta apresentada no processo n.º e-EDI/2023/756 está em conformidade com o Plano Diretor Municipal e demais normas legais e regulamentares aplicáveis;

22 - Esta proposta obteve a concordância da Chefe da Divisão de Projetos de Edifícios, do diretor do Departamento de Licenciamento de Projetos Estruturantes e do diretor municipal de Urbanismo.

Deste modo, proponho que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- Ao abrigo do disposto no artigo 5.º e do no n.º 3 do artigo 20.º, todos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua redação atual, a aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção a realizar no prédio sito na Rua da Alcolena (Estádio do Restelo - Edifício das Piscinas), na freguesia de Belém, nos termos dos pareceres, informações e despachos referenciados na presente proposta, para cujo conteúdo se remete, condicionada em sede de especialidades:

- I - A dar cumprimento ao parecer da DMAEVCE/GPEV, com a entrega do “Projeto de arquitetura paisagista para os espaços exteriores”, complementado com o Plano de acessibilidades para estes espaços, instruído com o parecer do Património Cultural IP;
- II - A dar cumprimento às condicionantes de arqueologia constantes no parecer do Património Cultural IP (C.S.6843 de 2024/02/29);
- III - À submissão de um processo autónomo para as obras de urbanização, a cargo do requerente, com as condições expressas nos pareceres da DMM, e à concretização das medidas mitigadoras constantes no Estudo de Tráfego.

[Aprovada por maioria, com 10 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP, 1 Ind.NTL e 3 PS), 5 votos contra (1 L, 1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 2 abstenções (PCP).]

Nota: Os documentos referidos na proposta encontram-se arquivados na DACM.

- *Deliberação n.º 227/CM/2024* (Proposta n.º 227/2024)
- Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta:

Assunto: Alteração ao Anexo IV do Regulamento Municipal do Direito à Habitação

Pelouro: Habitação e Obras Municipais.

Serviço: DMHDL - Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local.

Considerandos:

I - Foi criado pelo Conselho Europeu, o Programa de Recuperação e Resiliência - PRR - que tem como objetivo a nível nacional “proporcionar as condições para o desenvolvimento de um conjunto de reformas e de investimentos com vista a retomar o crescimento económico sustentado”, incluindo a habitação na dimensão da resiliência - tendo sido publicado o Aviso de Publicitação Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação N.º 01/CO2-i01/2021 COMPONENTE 02 - Habitação;

II - Este aviso estabelece as condições e procedimentos aplicáveis à contratualização dos financiamentos do Programa 1.º Direito (Investimento RE-CO2-i01 “Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” do PRR) entre o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. e os respetivos beneficiários finais, em cumprimento das boas práticas de informação pública;

III - O Município de Lisboa efetuou várias candidaturas ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - PRR e ao Programa 1.º Direito, quer para a reabilitação de imóveis municipais, quer para a construção de novos edifícios, cujas habitações se destinam a afetar ao Programa de Renda Acessível;

IV - Um dos requisitos de elegibilidade ao PRR e ao Programa 1.º Direito, é a situação de carência financeira, ou seja, a pessoa ou o agregado habitacional, tem de ter um rendimento médio mensal inferior a quatro vezes o indexante dos apoios sociais (IAS) para beneficiar de uma habitação financiada com apoio público, nos termos Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação atual;

V - O Regulamento Municipal do Direito à Habitação (RMDH) foi aprovado em 12 de novembro de 2019, pela Deliberação n.º 420/AML/2019 e publicado na 2.ª Série do «Diário da República» n.º 230, de 29 de novembro de 2019 (Aviso n.º 19 251/2019), e alterado através da Deliberação n.º 385/AML/2023, republicado na 2.ª série do «Diário da República» n.º 182/2023, de 19 de setembro de 2023 (Aviso n.º 18018/2023);

VI - Como determina o artigo 2.º do RMDH - âmbito de aplicação - este é aplicável “Às habitações que se destinam a agregados habitacionais de rendimentos intermédios que pretendam ter residência permanente em Lisboa, abrangendo todas as habitações cujo acesso seja gerido pelo Município de Lisboa, em regime de renda com valores acessíveis, independentemente da propriedade, proveniência e modelos de produção ou gestão”;

VII - Os Parâmetros aplicáveis ao acesso à habitação com renda acessível são os constantes no Anexo IV do RMDH;

VIII - O Programa de Renda Acessível (PRA) do Município de Lisboa destina-se a famílias de classe média que auferem rendimentos de valores intermédios que residem ou desejam residir em Lisboa e que não conseguem aceder aos preços de mercado de habitação, nem são elegíveis para outros programas habitacionais municipais ou do Estado que permitam concretizar o Direito à Habitação;

IX - Por este facto, os valores máximos do rendimento global do agregado habitacional, previstos no Anexo IV do RMDH são ligeiramente superiores aos correspondentes à definição de “carência financeira”, requisito de elegibilidade ao PRR e do 1.º Direito;

X - É necessário adequar o valor do rendimento global do agregado habitacional, previsto no RMDH, com os rendimentos considerados elegíveis para efeitos de candidatura ao PRR e 1.º Direito, sob pena, de o Município de Lisboa, não beneficiar da comparticipação do PRR e 1.º Direito, na reabilitação ou construção das frações habitacionais;

XI - Nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 26.º do RMDH, o Anexo IV será sujeito a atualização, através de deliberação da Câmara Municipal, sempre que se manifestem alterações de contexto relevantes, nomeadamente, nos níveis e padrões de carências habitacionais bem como nos níveis de rendimentos;

XII - Esta atualização pode incidir sobre os limites mínimos e máximo de rendimento global dos agregados habitacionais para acesso aos programas municipais de atribuição com renda acessível.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea a) do n.º 5 do artigo 26.º do RMDH, delibere aprovar o aditamento do ponto 1.5 do Anexo IV do Regulamento Municipal Direito à Habitação com a seguinte redação:

- «1.5. Para os concursos ao Programa de Renda Acessível, promovidos nos termos deste Regulamento e cujas bolsas sejam constituídas por frações financiadas pelo Programa de Recuperação e Resiliência - PRR ou 1.º Direito, o rendimento médio mensal da pessoa ou agregado habitacional tem de ser inferior a quatro vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), calculado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho na sua redação atual, ou outro que venha a ser considerado nos termos deste diploma e sem prejuízo do cumprimento das suas demais disposições aplicáveis.»

Anexo I - Proposta de redação final do Anexo IV do RMDH.

(Aprovada por unanimidade.)

ANEXO IV

Parâmetros aplicáveis ao acesso à habitação com renda acessível

1. Parâmetros para regulação do acesso dos agregados habitacionais:
- a) Valor mínimo do rendimento global do agregado habitacional;
 - b) Valor máximo do rendimento global do agregado habitacional;
 - c) Taxa de esforço aplicável ao rendimento disponível do agregado habitacional;
 - d) Tipologia habitacional elegível em função do número de pessoas do agregado habitacional.

1.1. Valor mínimo do rendimento global do agregado habitacional

Corresponde ao valor total obtido pela soma das seguintes parcelas de acordo com a composição do Agregado Habitacional:

1.º adulto (não dependente): 100% da Retribuição Mínima Nacional Anual;
Por cada adulto adicional (não dependente): 50% da Retribuição Mínima Nacional Anual.

1.2. Valor máximo do rendimento global do agregado habitacional

- a) Agregado com uma pessoa: 35.000 €/ano (i.e. em média 2.917€/mês em duodécimos ou 2.500 €/mês x 14 meses);
- b) Agregado com duas pessoas: 45.000 €/ano (i.e. em média 3.750€/mês em duodécimos ou 3.214 €/mês x 14 meses);
- c) Agregado com mais de duas pessoas: 45.000 €/ano + 5.000 €/ano por cada dependente adicional que conste na declaração de IRS.

1.3. Taxa de esforço aplicável ao rendimento disponível:

- a) A taxa de esforço de referência é de 30%;
- b) Bonificação da taxa de esforço para agregados habitacionais com pessoas dependentes, conforme o número de dependentes que constar da declaração de IRS: a taxa de esforço de referência é reduzida em 2,0% por cada pessoa dependente.

1.4. Tipologia habitacional elegível em função do número de pessoas do agregado habitacional

- a) Quadro de tipologia habitacional elegível:

Número de pessoas do agregado habitacional	Tipologia da habitação	
	Mínima:	Máxima:
1	T 0	T 1
2	T 0	T 2
3	T 1	T 3
4	T 2	T 3
5 ou mais (Famílias numerosas)	T 3	T 5

- b) Caso faça parte integrante do Agregado Habitacional uma pessoa com certificado para adoção de crianças, emitido por entidade competente nos termos da lei, contabiliza-se mais um membro para efeitos do apuramento do número de pessoas do Agregado Habitacional.
 - c) Os nascituros com mais de 3 meses de gestação, em mulheres grávidas que façam parte do Agregado Habitacional, desde que devidamente atestado por declaração médica e exame comprovativo.
- 1.5. Para os concursos ao Programa de Renda Acessível, nos termos deste Regulamento, cujas bolsas sejam constituídas por frações financiadas pelo Programa de Recuperação e Resiliência – PRR ou 1º Direito, o rendimento médio mensal da pessoa ou agregado habitacional tem de ser inferior a quatro vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), calculado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho na sua redação atual, ou outro que venha a ser considerado nos termos deste diploma.

2. Fórmula de cálculo do Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível:

O valor do Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível (SMAA) é calculado através da expressão matemática seguinte:

$$SMAA = Renda contratada - Taxa de Esforço \times RMD$$

Onde,

Renda contratada – valor da renda constante no contrato referido na alínea f) do Artigo 48.º do presente Regulamento;

Taxa de esforço – taxa de esforço aplicável, a que se refere o ponto 1.3 do presente Anexo;

RMD: Rendimento mensal disponível do Agregado Habitacional, conforme definido na alínea f) do n.º 3 do Artigo 4.º do presente Regulamento.

2.1. Para os candidatos que recebam os apoios extraordinários e temporários às famílias para pagamento da renda de contrato de arrendamento ou subarrendamento de primeira habitação, concedidos pelo Estado e previstos no Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março ou outro que o substitua, o valor do Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível corresponde à diferença entre o valor concedido ao abrigo do referido regime extraordinário e o valor calculado de acordo com o presente Regulamento.

3. Limites mínimo e máximo dos valores de rendas

3.1. Habitações disponibilizadas em Programas do Município, sem prejuízo dos limites referidos no ponto 3.2 do presente Anexo:

Tipologia Habitacional	Gama de rendas acessíveis (€/mês)	
	Renda Mínima	Renda Máxima
T0	150	400
T1	150	500
T2	150	600
T3+	200	800

3.2 Habitações disponibilizadas no mercado de arrendamento

O limite máximo do preço de renda para efeitos de atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível é calculado nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio e da Portaria n.º 176/2019, de 06 de junho.

- Deliberação n.º 228/CM/2024 (Proposta n.º 228/2024)
- Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta:

Assunto: Programa de Renda Acessível - Freguesia de Benfica

Pelouro: Habitação e Obras Municipais.
Serviço: DMHDL.

Considerandos:

1 - O Município de Lisboa tem em vigor a sua Estratégia Local de Habitação, aprovada pelos órgãos municipais competentes, tendo a mesma sido atualizada nos termos da Deliberação n.º 140/AML/2023, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1521, de 13 de abril, que sistematiza as carências, as soluções, assim como a definição das prioridades das soluções preconizadas, em função do diagnóstico efetuado e do regime de propriedade dos alojamentos;

2 - Nos termos desta atualização, ficou inscrito na matriz a possibilidade das freguesias se candidatarem ao financiamento para aquisição, reabilitação e requalificação de edifícios e habitações, a fim de aumentar a resposta às carências identificadas e dotar a sua propriedade de condições dignas;

3 - Foi criado pelo Conselho Europeu, o Programa de Recuperação e Resiliência - PRR - que tem como objetivo a nível nacional “proporcionar as condições para o desenvolvimento de um conjunto de reformas e de investimentos com vista a retomar o crescimento económico sustentado”, incluindo a habitação na dimensão da resiliência - Aviso de Publicitação Republicação Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação N.º 01/CO2-i01/2021 COMPONENTE 02 - Habitação.

4 - O IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, é o Beneficiário Intermédio responsável pela implementação do Investimento RE-C02-i01 do Programa, enquanto financiador das soluções habitacionais apoiadas com verbas do PRR, sendo os Beneficiários Finais desses financiamentos responsáveis pela implementação física e financeira dos correspondentes investimentos, sem prejuízo da responsabilidade dos municípios competentes nos casos de candidaturas das Entidades Promotoras identificadas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, mormente em função do disposto nos seus artigos 30.º e 59.º a 62.º, na Portaria n.º 138-C/2021 e no citado Aviso;

5 - A resposta em causa deve estar concluída até 30 de junho de 2026, sendo assegurada por disponibilização de habitações às pessoas e agregados pelas Entidades Promotoras através de construção, reabilitação e aquisição de imóveis;

6 - Face ao que antecede, será assinado um Protocolo entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica para articulação relativa ao procedimento de atribuição das frações construídas ou reabilitadas pela Junta de Freguesia apoiadas com verbas PRR, nos termos do - Aviso de Publicitação Republicação Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação N.º 01/CO2-i01/2021 COMPONENTE 02 - Habitação;

7 - No âmbito deste Protocolo, compete ao Município de Lisboa promover a realização dos Concursos - Programa Renda Acessível, nos termos do Regulamento Municipal do Direito à Habitação (RMDH), publicado na 2.ª série do «Diário da República» n.º 230, de 29 de novembro de 2019, relativamente às frações e edifícios construídos e reabilitados pela Junta de Freguesia nos termos do considerando anterior.

8 - Compete à Junta de Freguesia de Benfica, o cumprimento da legislação em vigor referente à comparticipação das obras e investimentos realizados.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual o seguinte:

- a - Aprovar o lançamento de concursos PRA - Freguesia de Benfica até perfazer a totalidade das habitações adquiridas, construídas ou reabilitadas pela Junta de Freguesia ao abrigo do PRR;
- b - Aprovar os termos constantes do Protocolo a assinar entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica, em anexo;
- c - Os concursos regem-se pelo Regulamento Municipal de Acesso à Habitação (RMDH), publicado na 2.ª Série do «Diário da República» n.º 230, de 29 de novembro de 2019, alterado pela Deliberação n.º 385/AML/2023, publicada no «Diário da República» n.º 182/2023, 2.ª série. de 2023/09/19, Aviso n.º 18018/2023 e pela alteração ao Anexo IV do RMDH aprovada na Reunião de Câmara de 29 de abril de 2024, nos termos da Proposta n.º 227/2024.

[Aprovada por maioria, com 14 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP, 3 PS, 1 L, 1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 2 abstenções (PCP).]

Protocolo de Cooperação entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica

Entre:

Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, com sede na Praça do Município, Concelho de Lisboa, neste ato representada pela Vereadora Filipa Roseta, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º Despacho n.º 166/P/2021, de 4 de novembro, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1446, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Despacho n.º 199/P/2021, de 17 de dezembro, publicado no Boletim Municipal n.º 1453, de 23 de dezembro, com a redação conferida através do Despacho n.º 229/P/2022, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1505, de 22 de dezembro, e adiante designada por Primeira Outorgante;

E

Junta de Freguesia de Benfica, pessoa coletiva n.º ... , com sede na ... , aqui representada pelo Presidente da Junta de Freguesia ... com poderes para intervir no ato, nos termos de ... e adiante designada por segunda outorgante

Considerando que:

O Município de Lisboa tem em vigor a sua Estratégia Local de Habitação, aprovada pelos órgãos municipais competentes, tendo a mesma sido atualizada nos termos da Deliberação n.º 140/AML/2023, publicada no 2º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1521, 13 de abril, que sistematiza as carências, as soluções, assim como a definição das prioridades das soluções preconizadas, em função do diagnóstico efetuado e do regime de propriedade dos alojamentos.

Nos termos desta atualização, ficou inscrito na matriz a possibilidade das Freguesias se candidatarem ao financiamento para aquisição, reabilitação e requalificação de edifícios e habitações, a fim de aumentar a resposta às carências identificadas e dotar a sua propriedade de condições dignas.

Foi criado pelo conselho europeu o Programa de Recuperação e Resiliência – PRR – que tem como objetivo a nível nacional “proporcionar as condições para o desenvolvimento de um conjunto de reformas e de investimentos com vista a retomar o crescimento económico sustentado”, incluindo a habitação na dimensão da resiliência - AVISO DE PUBLICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação N.º 01/C02-i01/2021 COMPONENTE 02 – Habitação.

Este Aviso estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à contratualização dos financiamentos do programa 1.º Direito no âmbito do Programa (Investimento RE-C02- i01 “Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” do PRR) entre o Instituto Habitação Reabilitação Urbana (IHRU) e os respetivos Beneficiários Finais, em cumprimento das boas práticas de informação pública e conforme disposto na Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, não obstante esses financiamentos não sejam concedidos em regime de concurso.

O IHRU é o Beneficiário Intermédio responsável pela implementação do Investimento RE-C02-i01 do Programa, enquanto financiador das soluções habitacionais apoiadas com verbas do PRR, sendo os Beneficiários Finais desses financiamentos responsáveis pela implementação física e financeira dos correspondentes investimentos, sem prejuízo da responsabilidade dos municípios

competentes nos casos de candidaturas das Entidades Promotoras identificadas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, mormente em função do disposto nos seus artigos 30.º e 59.º a 62.º, na Portaria n.º 138-C/2021 e no presente Aviso.

A resposta em causa deve estar concluída até 30 de junho de 2026, sendo assegurada por disponibilização de habitações às pessoas e agregados pelas Entidades Promotoras através de, construção, reabilitação e aquisição de imóveis.

A Junta de Freguesia de Benfica promoveu a construção e recuperação de imóveis ao abrigo do Programa PRR e que deverão ser afetas ao fim para que foram financiadas por um período de 20 (vinte) anos, a contar da data do primeiro contrato de arrendamento, devendo as mesmas ser entregues aos respetivos destinatários até 30 de junho de 2026.

Importa articular a atribuição das frações concluídas e a concluir, em cumprimento do programa PRR acima identificado.

Compete à Junta de Freguesia de Benfica, o cumprimento da legislação em vigor referente à comparticipação das obras e investimentos realizados.

Ao Município de Lisboa compete apenas, transmitir os dados necessários dos candidatos para a celebração dos contratos de arrendamento nos termos previstos no Regulamento Municipal do Direito à Habitação.

É celebrado o presente protocolo que regula a cooperação entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica que se rege pelas cláusulas seguintes:

Clausula primeira

Objeto

1. O presente protocolo tem por objeto articular o procedimento de atribuição das frações construídas ou reabilitadas pela Junta de Freguesia apoiadas com verbas PRR, nos termos do - AVISO DE PUBLICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação N.º 01/CO2-i01/2021 COMPONENTE 02 – Habitação.
2. Compete ao Município de Lisboa promover a realização dos Concursos - Programa Renda Acessível, nos termos do Regulamento Municipal do Direito à Habitação, publicado na 2ª serie do Diário da República n.º 230, de 29 de novembro de 2019, relativamente às frações e edifícios construídos e reabilitados pela Junta de Freguesia nos termos do n.º 1
3. Compete à Junta de Freguesia celebrar os respetivos contratos de arrendamento com o agregado indicado pelo Município de Lisboa resultante do concurso.

Clausula segunda

Obrigações da Junta de Freguesia de Benfica

A Junta de Freguesia de Benfica obriga-se, relativamente às frações construídas ou reabilitadas, apoiadas com verbas PRR a:

1. Enviar à Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local até 1 de maio de 2026, os seguintes elementos das frações a afetar ao Programa Renda Acessível:
 - a) Ficha do edifício, conforme anexo 1 ao presente protocolo;

- b) Ficha da fração, conforme anexo 2 ao presente protocolo;
- c) Fotografias, conforme anexo 3 ao presente protocolo;
2. Enviar anualmente, igualmente à Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local, copia dos contratos de arrendamento celebrados, devidamente registados na Autoridade Tributária e Aduaneira.
3. Manter as frações e edifícios em boas condições de segurança e salubridade nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, cumprindo a demais legislação em vigor.
4. Cessado o contrato de arrendamento ou a sua renovação, enviar no prazo máximo de 30 dias seguidos, a contar da data da cessação do contrato ou, caso haja lugar à interposição de processo especial de despejo, da data de efetivação do despejo, à Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local, os elementos constantes do n.º 1 da presente cláusula.
5. Este prazo pode ser justificadamente prorrogado em caso de realização de obras de conservação ou de edificação que impeçam a normal utilização da fração.
6. Assegurar o cumprimento dos contratos de arrendamento celebrados e respetiva gestão.
7. Cumprir as disposições regulamentares e legais nacionais e comunitárias em vigor referente ao âmbito de aplicação do presente protocolo.

Clausula terceira

Obrigações do Município de Lisboa

O Município de Lisboa obriga-se a:

1. Disponibilizar à Junta de Freguesia, selecionando e transmitindo, os dados dos candidatos necessários à celebração do contrato de arrendamento, na sequência dos concursos para Arrendamento Acessível, nos termos do Regulamento Municipal do Direito à Habitação.
2. Verificar os requisitos de elegibilidade das pessoas e agregados previstos no artigo 6.º do DL n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação atual.
3. A promover abertura de concurso para reafecção das habitações que fiquem vagas, no prazo de 30 dias, após notificação enviada pela Junta de Freguesia de Benfica que dê conta da respetiva vacatura.

Clausula quarta

Responsabilidade

O Município de Lisboa não assume a responsabilidade pela inviabilidade de celebração dos contratos de arrendamento com os agregados destinatários das habitações financiadas até 30 de junho de 2026, caso verifique o incumprimento dos prazos previstos na cláusula segunda, para efeitos do disposto no artigo 76.º do DL n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação atual.

Clausula quinta

Comunicações

As comunicações entre os outorgantes estabelecidas no âmbito da execução do presente protocolo, são realizadas ou confirmadas por correio eletrónico, no caso do Município de Lisboa para dmhdl@cm-lisboa.pt e da Junta de Freguesia de Benfica para ...

Clausula sexta

Resolução

O presente protocolo pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes.
- b) Por razões de interesse publico devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Clausula sétima

Prazo

1. Considerando o regime especial de afetação ao fim para que foram financiadas as habitações por um período de 20 (vinte) anos a contar da data do primeiro contrato de arrendamento, o presente protocolo vigora por esse período.
2. O presente protocolo pode ser renovado por acordo entre as partes.
3. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura.

Clausula oitava

Proteção de dados

1. A Junta de Freguesia de Benfica e o Município de Lisboa aplicam, tanto no momento de definição dos meios de tratamento de dados como no momento do próprio tratamento, medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados pessoais que forem estritamente necessários para cada finalidade específica, incluindo as garantias necessárias para cumprimento dos requisitos previstos no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
2. A obrigação estabelecida no número anterior aplica-se à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao seu prazo de conservação e à sua acessibilidade, assegurando que, por defeito, os dados pessoais não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singular
3. Para efeitos do presente protocolo, o tratamento de dados pessoais deve verificar-se nas situações previstas no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
4. A finalidade do acesso dos outorgantes, aos dados da vida privada do titular e dos respetivos membros que compõem o agregado é a verificação do cumprimento das condições das quais depende o acesso ao Programa de Arrendamento Acessível, designadamente no que respeita à candidatura dos agregados habitacionais e ao cumprimento do dever de celebração dos contratos de arrendamento e das condições aplicáveis a esses contratos, nos termos do Regulamento Municipal do Direito à Habitação, publicado na 2ª serie do DR n.º 230 de 29 de novembro, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com as finalidades para os quais foram recolhidos.
5. Os dados pessoais objeto de tratamento nos termos dos números anteriores são os seguintes:
 - a) Dados dos candidatos: nome, género, data de nascimento, número de contribuinte, número e validade de documento de identificação civil, morada, situação profissional, tipo de rendimento, dados constantes na declaração de IRS e na nota

de liquidação de IRS, rendimentos auferidos, dados relativos à fiscalização, ao incumprimento do presente regulamente e à aplicação das sanções daí decorrentes, número de telefone e correio eletrónico;

- b) Dados dos demais membros dos agregados habitacionais: nome, género, data de nascimento, número de contribuinte, número e validade de documento de identificação civil, grau de parentesco, situação profissional, tipo de rendimento, dados constantes na declaração de IRS e na nota de liquidação de IRS, dados relativos à fiscalização, ao incumprimento do presente regulamente e à aplicação das sanções daí decorrentes.
6. O Município e a Junta de Freguesia de Benfica implementarão medidas procedimentais e informáticas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora.
 7. Os dados pessoais objeto de tratamento serão conservados pelas partes, sendo utilizados unicamente com as finalidades indicadas no n.º 4.
 8. O Município e a Junta de Freguesia de Benfica garantem adequados níveis de segurança e de proteção de dados pessoais dos titulares através de medidas de segurança de carácter técnico e organizativo, nos termos dos artigos 25.º e 32.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
 9. Os interessados podem, a todo o tempo, aceder à informação sobre o tratamento dos seus dados ou solicitar a sua retificação ou a sua eliminação.
 10. Os dados pessoais serão conservados durante o período de cinco anos após a cessação da relação contratual ou outro prazo obrigatório por lei consoante as finalidades a que se destinam, sendo aplicados critérios de retenção da informação apropriados a cada tratamento, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação aplicável.
 11. O tratamento de dados pessoais realizados ao abrigo do presente protocolo é regulado pela legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente o regulamento identificado no número anterior e objeto de autorização expressa dos titulares desses dados.

O presente protocolo foi celebrado em / /2024, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar

A Vereadora

O Presidente da Junta de Freguesia

Filipa Roseta

Ricardo Marques

- Deliberação n.º 229/CM/2024 (Proposta n.º 229/2024)
- Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira:

Assunto: Aprovar a atribuição de apoio financeiro e não financeiro a 6 (seis) entidades, com vista à organização de eventos desportivos, de âmbito nacional e internacional em 2024, que integram as provas dos calendários competitivos da época desportiva em curso, nos termos do RAAML, bem como aprovar a correlativa minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo e de Acordo de Tratamento de Dados, nos termos da proposta

Pelouro: Desporto - Vereador Ângelo Pereira.

Serviço: Departamento da Atividade Física e do Desporto (DAFD).

Considerando que:

1 - O princípio fundamental tutelado pelo artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, no qual se expressa que «Todos têm direito à cultura física e ao desporto», carece de desenvolvimento e implementação através de políticas concretas que o evidenciem e ponham em prática;

2 - O Programa de governo da cidade pugna por “Lisboa como uma cidade renovada, vibrante e segura” e entende o “Desporto como alavanca central da vida quotidiana na cidade” através de várias medidas específicas: “Elaborar, em conjunto com todas as escolas, um plano estratégico que organize e desenvolva em Lisboa um verdadeiro sistema municipal de Desporto Escolar; Promover Monsanto como o grande centro de desporto aventura da cidade (onde se promova o BTT, Escalada, Orientação, Tiro com Arco, Passeios Pedestres e Corridas de Aventura - Challenger’s); Aprofundar e diversificar a prática de desporto no ensino básico e secundário; Criar condições para a prática de desportos náuticos no âmbito do desporto escolar, atendendo à proximidade ao rio e ao mar”;

3 - Entre as forças vivas da cidade se contam como uma das mais relevantes, os clubes desportivos, associações e coletividades, bem como outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área desportiva;

4 - Deste modo, considera o órgão executivo ser primordial a atribuição de apoios financeiros e não financeiros, com vista a prover estas entidades de potencialidades de capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática desportiva, de beneficiação ou requalificação de infraestruturas desportivas ou sociais já existentes ou na organização e realização de eventos desportivos nacionais e internacionais;

5 - Os serviços entendem que se encontram cumpridos todos os requisitos legais e regulamentares respeitantes às entidades que solicitaram os apoios e às quais se propõe atribuir o referido apoio financeiro e não financeiro, do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML), Regulamento de Execução do Orçamento

da Câmara Municipal de Lisboa, Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), e legislação especial aplicável, *ex vi*, n.º 1 do artigo 12.º do RAAML, in casu, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro e Regime Jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo, vertido no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março;

6 - É fulcral a criação de uma estratégia de desenvolvimento desportivo cooperativo, por via do qual se construa um sentido mútuo de responsabilidade e um permanente propósito de colaboração institucional;

7 - Cumpre, assim, reconhecer e dignificar o trabalho das associações, clubes, federações e coletividades desportivas que contribuem para o desenvolvimento desportivo municipal, através da concessão de apoios financeiros e não financeiros, segundo regras de isenção e transparência e sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos e a maximização da eficácia das atividades dinamizadas, neste caso eventos desportivos de âmbito nacional, regional e internacional;

8 - A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, estabelecendo, para além de um princípio de coordenação, de descentralização e de colaboração (cf. artigo 5.º), a faculdade de apoios financeiros por parte das autarquias, nos termos do seu artigo 46.º, sob a epígrafe “Apoios financeiros”;

9 - O n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, estabelece que «os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei»;

10 - O Regime Jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo que titulam os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais se encontra previsto no artigo 47.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março;

11 - Às entidades que requereram um apoio financeiro superior ao efetivamente atribuído em função despesas consideradas elegíveis, após a competente análise por parte dos serviços, foi feita a competente audiência prévia dos interessados, nos termos e para os efeitos do artigo 121.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo;

12 - Alguns dos eventos desportivos objeto da presente proposta de apoio financeiro e não financeiro integram os calendários desportivos de competição das associações e federações das modalidades desportivas em presença, na presente época desportiva;

13 - Da análise elaborada pelos serviços, entendeu-se pertinente propor a atribuição do apoio financeiro e não financeiro requerido pelas entidades, porquanto:

- a) Os eventos enquadram-se num dos princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa: O Desporto para Todos;
- b) Os eventos de âmbito internacional e com esta dimensão contribui para o desenvolvimento e divulgação da modalidade desportivas em presença, modalidades essas que se pretende dinamizar e alavancar com vista ao seu crescimento na cidade de Lisboa, não só em número de clubes, mas também de praticantes e atletas federados;
- c) A aposta em iniciativas desportivas que pela sua relevância e o seu histórico nacional e internacional de realização, constituem um compromisso da agenda desportiva da cidade e devem funcionar como um atrativo para que mais organizações ponderem realizar grandes iniciativas desportivas na cidade de Lisboa;
- d) Os eventos promovem Portugal, e Lisboa em particular, e o sucesso da respetiva organização abrirá, seguramente, portas para que mais eventos possam ser realizados em Lisboa;
- e) Os eventos embora alguns deles não assumam, diretamente, carácter competitivo, inserem-se num circuito nacional e internacional, sendo já uma referência para a comunidade desportiva que os tem seguido e acompanhado;
- f) Os eventos atraem público nacional e internacional, o que muito contribuiu para a retoma de diversas atividades económicas da cidade no período pós pandemia: turística, hoteleira, gastronómica, etc.;

14 - Os serviços do Departamento da Atividade Física e do Desporto (DAFD) procederam ao cumprimento das formalidades previstas na Lei e regulamentos aplicáveis e à análise da documentação constante da instrução do procedimento das quais se destacam, em particular:

- a) A apreciação e análise do pedido de apoio de acordo com os critérios de seleção definidos no n.º 4 do artigo 9.º do RAAML;
- b) Elaboração do parecer fundamentado dos serviços e sua submissão à competente decisão superior;
- c) A verificação de que as instituições têm a sua situação regularizada no que toca à sua relação fiscal e contributiva para com o Estado português (fisco e segurança social) e para com o município de Lisboa, comprovativos juntos à instrução do processo;
- d) Efetivação do procedimento de audiência prévia dos interessados, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo (CPA) no que toca ao valor do apoio financeiro a considerar nos termos regulamentares;
- e) Dispensa do parecer prévio das Juntas de Freguesia, de acordo com a exceção prevista no n.º 2 do artigo 10.º do RAAML;

15 - A presente proposta pretende, assim, atribuir apoio financeiro e não financeiro às entidades que apresentaram pedidos de apoio, com vista à organização de eventos desportivos de âmbito nacional, e ou internacional e que reúnem as condições para a sua elegibilidade, a saber:

- a) Associação de Atletismo de Lisboa: Memorial Moniz Pereira - Meeting Cidade de Lisboa - 10 de junho de 2024;
- b) Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa: 45.ª Corrida da Liberdade - 25 de abril de 2024;
- c) Associação Desportiva e Cultural Capoeira Beija Flor: 23.º Festival Internacional Capoeira Beija Flor - 15 a 22 de maio de 2024;
- d) Associação de Ginástica de Lisboa: Campeonatos Territoriais de Ginástica Artística - 2.ª divisão, GAF e V Torneio de Lisboa - 13 e 14 de abril de 2024 e Campeonatos Territoriais de Teamgym - 1.ª divisão Elites e Divisão de Base - 11 e 12 de maio de 2024;
- e) Clube Atlético e Cultural: Torneio Internacional de Futebol Infantil do CAC - 27 a 31 de março de 2024;
- f) Ginásio Clube Português: 7.ª Edição Momentus GPC - Festival de Dança de Lisboa - 21 de abril de 2024;

16 - Nos termos conjugados da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º epígrafado «Atribuições do município» e das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado e republicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, epígrafado «Competências materiais», compete ao órgão executivo: «Deliberar sobre as formas do apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos», e também «Apoiar atividades de natureza social, cultural educativa e desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças».

I - Assim, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º epígrafado «Atribuições do município» e das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º com a epígrafe «Competências materiais», do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e com vista à organização de diversos eventos desportivos de âmbito nacional, e ou internacional, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar a atribuição:

- 1 - À Associação de Atletismo de Lisboa de apoio financeiro, e respetiva transferência de verba, no montante global de 11.100 euros (onze mil e cem euros), e não financeiro até ao montante de 1.000 euros (mil euros), com vista à organização do evento: Memorial Moniz Pereira - Meeting Cidade de Lisboa - 10 de junho de 2024;
- 2 - À Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa de apoio financeiro, e respetiva transferência de verba, no montante global de 50.000 euros (cinquenta mil euros) e não financeiro até ao montante de 50.000 euros (cinquenta mil euros), com vista à organização do evento: 45.ª Corrida da Liberdade - 25 de abril de 2024;

3 - À Associação Desportiva e Cultural Capoeira Beija Flor de apoio financeiro, e respetiva transferência de verba, no montante global de 2.200 euros (dois mil e duzentos euros) e não financeiro até ao montante de 1.000 euros (mil euros), com vista à organização do evento: 23.º Torneio Internacional Capoeira Beija Flor - 15 a 22 de maio de 2024;

4 - À Associação de Ginástica de Lisboa de apoio financeiro, e respetiva transferência de verba, no montante global de 5.100 euros (cinco mil e cem euros) e não financeiro até ao montante de 14.000 euros (catorze mil euros), com vista à organização do evento: Campeonatos Territoriais de Ginástica Artística - 1.ª divisão GAM/GAF, 2.ª Divisão GAF e V - 13 e 14 de abril de 2024 e Campeonatos Territoriais de Teamgym - 1.ª divisão, Elites e Divisão de Base - 11 e 12 de maio de 2024;

5 - Ao Clube Atlético e Cultural de apoio financeiro, e respetiva transferência de verba, no montante global de 20.000 euros (vinte mil euros) e não financeiro até ao montante de 10.000 euros (dez mil euros), com vista à organização do evento: Torneio Internacional de Futebol Infantil do CAC 27 a 31 de março de 2024;

6 - Ao Ginásio Clube Português de apoio financeiro, e respetiva transferência de verba, no montante global de 3.500 euros (três mil e quinhentos euros) e não financeiro até ao montante de 1.000 euros (mil euros), com vista à organização do evento: 7.ª Edição Momentus GCP - Festival de Dança de Lisboa - 21 de abril de 2024;

II - O montante global, no valor de 91.900 euros (noventa e um mil e novecentos euros) tem enquadramento no Orçamento da CML em 2024, na Orgânica S24.00 (10040), na Rubrica Económica D.04.07.01 (transferências

correntes - instituições sem fins lucrativos), no plano de atividades E2.P002.03 (Desenvolvimento Desportivo - Outros), de acordo com os documentos de Cabimento n.º 5324002180; n.º 5324002181; n.º 5324002182; n.º 5324002183; n.º 53242185; n.º 53242186, que se anexam;

III - Ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML), Regulamento de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), legislação especialmente aplicável, *ex vi*, n.º 1 do artigo 12.º do RAAML, *in casu*, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro e Regime Jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo (CPDD), vertido no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, aprovar a minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo a outorgar com as entidades supra identificadas em ponto anterior;

IV - De acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 e Lei de execução do RGPD, plasmada na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, aprovar a minuta de minuta de Acordo de Tratamento de Dados, decorrente do CPDD de apoio financeiro e não financeiro a atribuir às entidades supra mencionadas, com vista à respetiva outorga que faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos legais e regulamentares.

(Aprovada por unanimidade.)

CONTRATO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º/CML/DAFD/2024

[Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto* - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, *Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, *Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML)*, publicado no Boletim Municipal n.º 771, de 27 de novembro de 2008 (7.º Suplemento), *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML)*]

Entre o Município de Lisboa

E

.....

Evento (s).....

Minuta aprovada em sessão de Câmara através da Proposta n.º/CML/2024, de .../.../2024
Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros aos Clubes, Associações Desportivas
e Outras Entidades pelo Município de Lisboa, no ano de 2024

(Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (quarta alteração Lei n.º 22/2015, de 17 de março, publicada no DR n.º 53, I série) e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (quarta alteração D.L. 99/2015, de 2 de junho, D.L. n.º 106, I série).

N.º de compromisso..... Declaração Fundos Disponíveis (DFD) N.º/2024.

1. O princípio fundamental tutelado pelo artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, no qual se expressa que «*Todos têm direito à cultura física e ao desporto*», carece de desenvolvimento e implementação através de políticas concretas que o evidenciem e ponham em prática;
2. O Programa de governo da cidade pugna por “*Lisboa como uma capital renovada, vibrante e segura, contribuindo para uma renovação efetiva da cidade que melhore o espaço público, aumente a sua segurança em todas as freguesias e potencie as forças vivas da cidade, numa abordagem de colaboração constante entre a Câmara e os lisboetas*”, com vista à construção “*de uma Lisboa cosmopolita, inclusiva e integrada numa economia partilhada, com condições de igualdade de oportunidades para todos*”;
3. Entre as forças vivas da cidade contam-se como uma das mais relevantes, os clubes desportivos, associações e coletividades, bem como outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área desportiva;
4. Deste modo, considera o órgão executivo ser primordial a atribuição de apoios financeiros e não financeiros, com vista a prover estas entidades de potencialidades de capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática desportiva e de beneficiação ou requalificação de infraestruturas desportivas ou sociais já existentes e organização de eventos nacionais e ou internacionais;

5. A Câmara Municipal de Lisboa, de acordo com o espírito e a letra da Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro, *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*, e regulamentação específica sobre a matéria, *Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*, (Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março), bem como o *Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML)*, desenvolve uma metodologia de apoios ao Movimento Associativo Desportivo Concelhio, promovendo o conceito de “Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo” com uma efetiva e clara política de apoios e incentivos, tendo sido verificados todos os requisitos legais e regulamentares relativamente à entidade beneficiária do apoio.

Assim, entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, **Câmara Municipal de Lisboa**, com sede na Praça do Município, adiante designada por **CML**, ou **Primeira Outorgante** pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 070, neste ato representada pelo Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, Ângelo Pereira, no uso de competência delegada e subdelegada, por via da alínea e), do ponto 14 – *Em matéria de promoção do Desporto* - do Despacho n.º 166/P/2021, de 3 de novembro de 2021, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1446, de 4 de novembro de 2021, na redação dada pelo Despacho n.º 199/P/2021, publicado no Boletim Municipal n.º 1453, de 23 de dezembro, alterado pelo Despacho n.º 137/P/22, publicado no B.M. n.º 1483, de 21 de julho de 2022, pelo Despacho n.º 229/P/2022, de 22 de dezembro, publicado no 2.º Suplemento ao B.M. n.º 1505, de 22 de dezembro de 2022 e pelo Despacho n.º 24/P/2024, de 5 de março de 2024, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1568, de 7 de março

E

A, associação de direito privado sem fins lucrativos, com estatutos aprovados e publicados nos termos da legislação em vigor, com sede social na....., portadora do Cartão de Pessoa Coletiva n.º e número de BDAA (entidade validada), neste ato devidamente credenciada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(ais), com poderes para a prática do ato, adiante designada abreviadamente por ou **Segunda Outorgante**,

É celebrado e, por ambos aceite, o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos gerais do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março e demais Regulamentos Municipais em vigor que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira
(Objeto)**

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação destinada à definição de formas de colaboração institucional entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a, com vista à organização do (s) evento (s) desportivo (s), em Lisboa de acordo com o pedido de apoio apresentado e as informações e pareceres técnicos dos serviços no que se refere aos eventos..... já realizados na data.....
2. A cooperação por parte da Câmara Municipal concretiza-se na atribuição de apoio de âmbito financeiro e não financeiro.

3. O apoio financeiro atribuído pela **Primeira Outorgante** é de € (.....euros);
4. O apoio não financeiro atribuído tem o limite de € XXXXX,00 (..... euros) no ano civil de realização do(s) evento(s) (2024).
5. A disciplina do regime de comparticipação de âmbito financeiro e o acompanhamento de execução do objeto do Contrato aqui previsto é definida pela **Primeira Outorgante**.
6. A atribuição do apoio financeiro consignado neste Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi precedida de formalização de pedido de apoio apresentado pela **Segunda Outorgante**, devidamente instruído de acordo com o RAAML, e correlativa análise pelos serviços de CML/Departamento da Atividade Física e de Desporto, com base em critérios previamente definidos e consequente elaboração de proposta para apreciação pelo órgão executivo.
7. A comparticipação financeira definida na presente cláusula não será proporcionalmente aumentada em função do custo real do programa desportivo, a não ser que haja concordância expressa por parte da **Primeira Outorgante**, após fundamentação específica e concreta.

Cláusula Segunda (Apoio financeiro)

1. A **Primeira Outorgante** atribui à **Segunda Outorgante** o apoio financeiro no montante global de € (..... euros), com vista ao cumprimento do disposto na **Cláusula Primeira** do presente contrato.
2. O apoio financeiro referido no número anterior da presente cláusula, obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a) Primeira Prestação no valor de € (..... euros) correspondente a 60% do valor global atribuído, a transferir após outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo e publicação no sítio da CML, na decorrência da competente aprovação pelo órgão executivo;
 - b) Segunda Prestação no valor de € (..... euros) correspondente a 40% do valor global atribuído, a transferir, após entrega do relatório final de execução física e financeira (REFF) do(s) Evento(s), com explicitação dos resultados alcançados de acordo com modelo aprovado pelo executivo;
3. Em caso algum, a **Primeira Outorgante** comparticipará em indemnizações que venham, eventualmente, a ser devidas pela concretização de tal Evento.

Cláusula Terceira (Regime do apoio não financeiro)

1. A **Primeira Outorgante** atribui à **Segunda Outorgante** para desenvolvimento das atividades referidas na **Cláusula Primeira** a comparticipação de ordem não financeira que se consubstancia na cedência de equipamentos e diversos materiais de âmbito logístico e na isenção e descontos dos preços respetivos previstos no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), cujo valor pode atingir até um limite de00 €, (..... euros) no ano civil de realização do(s) evento(s): 2024, de acordo com a informação superveniente dos diversos serviços municipais envolvidos.

2. **A Segunda Outorgante** entregará por escrito à **Primeira Outorgante**, a indicação dos materiais logísticos necessários à cabal e plena realização do objeto do Contrato, dados que serão, posteriormente, colocados pelos serviços em mapa tipo que integrará todo o processo, fazendo-se expressa menção do Contrato-Programa que subjaz a esse apoio.
3. O mapa tipo inclui a previsão estimada dos apoios não financeiros, podendo ser atualizado e alterado em função das necessidades reais da organização das iniciativas referidas na Cláusula respeitante ao objeto, sendo os valores de atribuição não financeira evidenciados nos relatórios finais e de atividade a entregar pela **Segunda Outorgante** de acordo com a minuta anexa ao RAAML e as datas aqui estabelecidas.
4. Os valores finais de atribuição dos apoios de âmbito não financeiro à concretização do Programa/Evento definido na **Cláusula Primeira**, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, serão evidenciados no relatório final de atividade e financeiro entregue pela entidade e sufragados pela análise final dos serviços, sendo dados a conhecer publicamente na BDAA.

Cláusula Quarta (Indicadores do projeto)

No âmbito do objeto do presente Contrato-Programa, no que diz respeito à organização do(s) Evento(s) indicado na **Cláusula Primeira** os indicadores são os que se encontram diretamente explicitados no clausulado do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, sendo subsidiariamente enquadrados pelos pareceres e análise fundamentada dos serviços em função dos critérios previamente definidos pelo Pelouro de Desporto, decorrentes e subsumidos ao *Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML)*,

Cláusula Quinta (Obrigações da Primeira Outorgante)

1. A **Primeira Outorgante** compromete-se a:
 - a) Transferir para a **Segunda Outorgante** o montante global referido na **Cláusula Segunda** de acordo com o respetivo plano de pagamentos aí propugnado;
 - b) Verificar o exato desenvolvimento do objeto e atividade que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto das normas especialmente aplicáveis, nomeadamente, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML) e demais regulamentos municipais que ao caso se apliquem.
2. A **Primeira Outorgante**, reserva-se o direito de realizar inspeções, inquéritos ou sindicâncias, bem como de determinar a realização de uma auditoria através do Departamento de Auditoria da CML ou, eventualmente, por entidade externa, bem como de solicitar a apresentação da documentação necessária para apreciar da correta aplicação dos apoios.
3. A **Primeira Outorgante** assume o compromisso de respeitar as regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto de 2019, e compromete-se a respeitar o Acordo de Tratamento de Dados que constitui o anexo 1 ao presente Contrato-Programa.

4. A **Primeira Outorgante** reserva-se o direito de verificar se a inclusão de práticas de sustentabilidade na forma de operar da **Segunda Outorgante** são observadas, de acordo com o consagrado no n.º 7 da **Cláusula Sexta**.

Cláusula Sexta (Obrigações da Segunda Outorgante)

1. A **Segunda Outorgante** compromete-se a:
- a) Colaborar com a CML na organização de outros eventos e programas desportivos, dando apoio logístico e técnico até ao montante máximo de 5% (cinco por cento) do valor do apoio financeiro atribuído, referido na **Cláusula Segunda** do presente contrato;
 - b) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
 - c) Transferir para uma companhia de seguros, através de contrato de seguro a responsabilidade por acidentes pessoais dos participantes ou terceiros, evidenciando tal desiderato através da entrega à **Primeira Outorgante**, após a realização do evento desportivo, de cópia da Apólice de Seguro, anexando a documentação, posteriormente, aos relatórios finais de execução física e financeira dos eventos;
 - d) Entregar, a qualquer momento, toda a informação e documentação que venha a ser solicitada pela **Primeira Outorgante**, para avaliação/apreciação da execução do presente Contrato-Programa;
 - e) Nos casos em que a lei imperativamente o imponha, em função do valor atribuído, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n. 41/2019, de 26 de março (*Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*), organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por Contrato-Programa, a identificação das receitas e a certificação, por um Revisor Oficial de Contas (ROC), ou por Sociedade Revisora de Contas;
 - f) Incluir no seu sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março (*Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*);
 - g) Nos termos do n.º 2, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n. 41/2019, de 26 de março prestar consentimento expresso, para a consulta da situação tributária da entidade, pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
2. A **Segunda Outorgante** deverá apresentar à **Primeira Outorgante**, os relatórios de execução física e financeira (REFF) finais previstos na **Cláusula Segunda, 30 (trinta) dias após a realização final do evento (ou de cada um dos eventos)**, de acordo com o modelo anexo ao RAAML, com explicitação dos resultados alcançados e cópias dos respetivos documentos justificativos da despesa, no qual deve constar:

- a) Evidência do registo contabilístico, nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março.
- b) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser, excecionalmente, prorrogado em função das características, especificidades e cronograma de execução física do programa/evento e atividade melhor identificados na **Cláusula Primeira**, após parecer fundamentado dos serviços.
3. Aos relatórios finais de execução física e financeira do Programa a executar nos termos da **Cláusula Primeira**, para além das cópias de comprovativos de despesa, deverá ser anexada cópia do Modelo 22 e, se aplicável, também o anexo D, entregue à Administração Fiscal [artigo 11.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), do ano fiscal transato à execução do presente Contrato-Programa.
4. Sempre que a **Segunda Outorgante** organize provas desportivas e caso os respetivos regulamentos estipulem a atribuição de prémios, obriga-se ainda à entrega de prémios de valor igual às atletas femininas e atletas masculinos, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e posterior legislação regulamentar sobre esta matéria.
5. Em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com a Primeira Outorgante e ao estrito cumprimento do presente Contrato, a Segunda Outorgante compromete-se a respeitar o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto de 2019 e compromete-se a respeitar o Acordo de Tratamento de Dados que constitui o Anexo 1 ao presente Contrato-Programa.
6. A **Segunda Outorgante** assume ainda o compromisso de divulgar e respeitar os princípios estabelecidos no Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED) em todos os eventos, provas desportivas e outras iniciativas que realizar sob a sua responsabilidade ou em parceria com outras entidades.
7. A **Segunda Outorgante** obriga-se a incluir práticas de sustentabilidade na sua forma de operar, incluindo as cadeias de fornecimento de bens e serviço, relativamente à aplicação dos apoios financeiros e não financeiros concedidos ao abrigo deste Contrato-Programa e de acordo com o Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa, disponível para consulta através do link

<https://www.lisboa.pt/municipio/organizacao-municipal/financas/contratacao-publica>

Cláusula Sétima (Obrigações conjuntas)

As partes **outorgantes** obrigam-se, mutuamente, a colaborar no sentido de assegurar a completa e eficaz realização e cumprimento do objeto do presente Contrato.

Cláusula Oitava (Destino dos bens adquiridos)

Os bens adquiridos por via do apoio financeiro atribuído integram o património da **Segunda Outorgante**, sendo a sua gestão e manutenção da responsabilidade desta e consideram-se diretamente afetos aos fins do Contrato-Programa.

Cláusula Nona (Auditoria)

Sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega do relatórios de execução física e financeira (REFF) do Evento Desportivo, ao qual se faz referência expressa no número 2 da Cláusula Sexta, a execução do presente contrato poderá estar sujeita a auditorias a realizar pelo Departamento de Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, de acordo com o estabelecido no RAAML, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito, bem como organizar e arquivar, autonomamente, a documentação justificativa da aplicação dos apoios concedidos.

Cláusula Décima (Prazo de vigência)

O presente Contrato-Programa entra em vigor após a sua celebração na decorrência de aprovação pelo órgão executivo do município, publicação no sítio da CML e opera o seu *terminus* com a apresentação pela **Segunda Outorgante** do relatório final de execução física e financeira da atividade, sem prejuízo dos prazos da competente análise pelos serviços e correlativo pagamento da última tranche do apoio financeiro e outras obrigações acessórias que devam perdurar para além do(s) Evento(s) exposto(s) na **Cláusula Primeira** do presente contrato.

Cláusula Décima Primeira (Revisão e atualização)

O presente Contrato-Programa pode ser objeto de revisão, nos seguintes casos:

- a) Por acordo entre as partes ou unilateralmente pela **Primeira Outorgante** devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa;
- b) Quando a execução do Contrato se torne excessivamente onerosa para a **Segunda Outorgante**, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março.

Cláusula Décima Segunda (Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento pela **Segunda Outorgante** de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato-Programa constitui causa de rescisão direta e automática por parte da **Primeira Outorgante** e implica, a devolução dos montantes recebidos, na percentagem da sua não utilização por referência direta ao objeto contratual propugnado na **Cláusula Primeira**, bem como a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações a pagar à **Primeira Outorgante** pelo uso indevido e danos eventualmente sofridos.

2. O incumprimento do presente Contrato-Programa pela **Segunda Outorgante** constitui impedimento para a atribuição por parte do Município de novo apoio financeiro ou não financeiro, durante o período que vier a ser estabelecido pelo órgão executivo.

Cláusula Décima Terceira (Cessação do Contrato)

1. O Contrato-Programa cessa a sua vigência quando:
 - a) Esteja concluído o programa/evento de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;
 - b) Por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa/evento, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - c) **A Primeira Outorgante** exerça o seu direito de resolver o presente Contrato;
 - d) Nos prazos expressos no presente contrato, não forem apresentados os documentos neles indicados.
2. A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à outra parte no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula Décima Quarta (Disposições finais)

1. Em caso de diferendo sobre a interpretação as partes desenvolverão esforços de boa fé para encontrar uma solução.
2. Os litígios emergentes da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo são submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.
3. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Contrato-Programa aplicam-se, subsidiariamente, a legislação especial aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março (*Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*) e as normas e regulamentos em vigor no Município de Lisboa, em particular, as disposições do *Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML)*.
4. Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e n.º 3, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as alterações supervenientes, ao presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi atribuído compromisso número e a declaração de fundos disponíveis número/2024.

Depois de lido em voz alta, os outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo para ambos claro e compreensível os direitos e deveres de cada uma das partes e, como tal, vai ser assinado.

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, emde..... de 2024, contendo xx (.....) páginas de 2 (dois) exemplares, e um Anexo – Acordo de Tratamento de Dados Pessoais, contendo ... (...) páginas, ficando um exemplar na posse de cada uma das **Outorgantes**.

O Município de Lisboa

.....
(Ângelo Pereira)
- Vereador –

Entidade

.....
[Representante (s) Legal (ais) Colocar o(s) nome(s) do(s) outorgante(s) e identificação dos órgãos sociais de que faz(em) parte

ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS

ANEXO AO

CONTRATO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.ºCML/DAFD/2024

Entre o Município de Lisboa

E

.....

Evento:.....

Considerando que:

1. A **Primeira** e a **Segunda Outorgante** celebraram entre si o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo N.º .../CML/DAFD/24, doravante designado abreviadamente por “Contrato-Programa”;
2. Para o cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do Contrato-Programa, a **Primeira Outorgante** reconhece e autoriza a **Segunda Outorgante** a recolher e proceder ao tratamento de dados pessoais que sejam os estritamente necessários para assegurar a organização do(s) evento(s);
3. O Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (doravante designado apenas por “RGPD”), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo Tratamento;
4. A Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;
5. A **Primeira Outorgante** considera fundamentais, para o cumprimento do RGPD, a segurança e privacidade de dados, pelos quais se deverá reger a sua relação com a **Segunda Outorgante** que procederá ao tratamento de dados pessoais, no âmbito do Contrato-Programa e com vista à organização do(s) evento(s);
6. Pelo presente Acordo, serão estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as Partes, para garantia de cumprimento do RGPD.

É livremente, e de boa-fé ajustado e reciprocamente aceite o presente Acordo de Tratamento de Dados, o qual, integrando os Considerandos anteriores, se regerá pelas cláusulas seguintes e pelos seus Anexos e, no que for omissivo, pela legislação aplicável.

Assim, entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, pessoa coletiva número 500 051 070, com sede na Praça do Município, Paços do Concelho, Lisboa, neste ato representada pelo Dr. Rafael Luís Salgueiro, na qualidade de Diretor do Departamento de Atividade Física e do Desporto (DAFD), nos termos do Despacho n.º 50/P/23, de 15 de março, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1517, de 16 de março de 2023, e com poderes para outorgar no presente ato de Acordo, face às competências subdelegadas pelo Despacho n.º 136/P/2022, de 14 de julho, publicado no Boletim Municipal n.º 1483, de 21 de julho de 2022, de ora em diante designada abreviadamente por CML ou **Primeira Outorgante**,

E

A -----, com sede social na -----em Lisboa, identificada como pessoa coletiva n.º -----, inscrita na Base de Dados para Atribuição de Apoios do Município de Lisboa, sob o registo BDAA n.º -----(entidade validada), neste ato devidamente credenciada pelo(s) seu(s) representante(s) legal (ais), com poderes para a prática do ato, adiante designada abreviadamente por ----- ou **Segunda Outorgante**,

**Cláusula Primeira
(Definições)**

Para efeitos do presente acordo, todas as expressões que se refiram a matéria de tratamento e proteção de dados pessoais, terão o significado que consta do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, pelo que, em caso de dúvida na sua interpretação, deverão as Partes recorrer e socorrer-se do estipulado neste Regulamento.

**Cláusula Segunda
(Objeto)**

1. Pelo presente Acordo, as Partes obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e respetiva lei nacional de execução, tendo em consideração a finalidade do estabelecimento da relação entre as Partes, bem como as inerentes atividades de recolha e tratamento de dados pessoais.
2. Se o Contrato-Programa for objeto de alguma alteração e da mesma resultar a necessidade de adaptar ou introduzir novas atividades de tratamento de dados, as Partes deverão assegurar que este Acordo é devidamente atualizado em conformidade e que tal ocorrerá em momento prévio ao(s) tratamento(s).
3. As Partes desde já estabelecem que são corresponsáveis pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da organização do(s) evento(s) desportivo(s) inscrito(s) referenciados no CPDD que subjaz a este Acordo.

**Cláusula Terceira
(Vigência e Duração)**

A **Segunda Outorgante** reconhece e aceita que o tratamento de dados pessoais deve ser feito em estrita observância da legislação aplicável em matéria de proteção de dados e do estipulado no presente Acordo e apenas durante o tempo em que vigorar a relação contratual estabelecida entre as partes outorgantes, sem prejuízo da obrigação de sigilo, que perdura após o termo do contrato.

Cláusula Quarta
(Categorias de Titulares de Dados cujos Dados Pessoais são tratados)

Para efeitos do presente Acordo, os titulares de dados cujos dados pessoais objeto de tratamento são os participantes no(s) evento(s) desportivo(s) inscrito(s) referenciados no CPDD que subjaz a este Acordo.

Cláusula Quinta
(Categorias de Dados Pessoais)

Para efeitos do presente Acordo, as categorias de dados pessoais utilizadas para o cumprimento das finalidades previstas na Cláusula Sexta, são as seguintes:

- a) Nome, sexo, idade, morada, nacionalidade dos atletas, treinadores, árbitros e elementos técnicos das comitivas, e elementos da organização que participam no evento nacional/internacional organizado pela....., denominado
(*adaptar à situação*).

Cláusula Sexta
(Finalidade(s) e licitude do Tratamento)

1. Para efeitos do presente Acordo, constitui finalidade do tratamento de dados pessoais, a organização sob responsabilidade e direção da..... do evento desportivo nacional/internacional denominado, com o apoio de âmbito financeiro e não financeiro pelo Município de Lisboa.
2. O tratamento de dados pessoais tem como fundamento de licitude os Regulamentos nacionais da Federação de....., os Regulamentos Internacionais das Federações da modalidade desportiva em que a Federação Portuguesa se encontra inscrita, para a organização deste tipo de eventos, bem como o Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML), publicado no Boletim Municipal n.º 771, de 27 de novembro de 2008 (7.º Suplemento), Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML e, finalmente, a Orgânica dos Serviços Municipais e Estrutura Nuclear, publicada por via do Despacho n.º 8499/2018 (Diário da República, 2.ª série n.º 169, de 3 de setembro) atualizada face a um Reajustamento: Aviso 13406/2021 (Diário da República 2.ª série n.º 136 de 15 de julho de 2021) e, ainda, Alteração publicada por via do Aviso n.º 7084/2023, no Diário da República, n.º 68, 2.ª série, parte H, de 5 de abril de 2023, por via respetivamente artigos 69.º da Estrutura Nuclear e artigos 100.º e 101.º da Estrutura Flexível.

Cláusula Sétima
(Descrição do(s) Tratamento(s) de Dados)

Para efeitos do presente acordo, as operações de tratamento a realizar para o cumprimento das finalidades *supra* referidas, de acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do RGPD, são as seguintes:

- a) Obtenção os dados de inscrição para participação do evento;
- b) Verificação do seu registo como atleta federado na instituição nacional ou internacional;

- c) Organização da competição;
- d) Atribuição de prémios individuais e ou por equipas;
- e) Relatório de balanço quantitativo e qualitativo da participação no evento, quer de atletas, quer de outros membros (organizadores, comitivas técnicas, árbitros, voluntários);
- f) Recolha, registo, tratamento, estruturação, organização e análise dos dados;
- g) (Incluir outros específicos em função da adaptação ao caso concreto).

Cláusula Oitava (Obrigações das Partes)

1. Nos termos e para os efeitos do presente Acordo, constituem obrigações da **Primeira Outorgante**:
 - a) Aconselhar as medidas de segurança e privacidade subjacentes às atividades de tratamento dos dados pessoais levados a cabo pela **Segunda Outorgante**;
 - b) Informar a **Segunda Outorgante** de todas as circunstâncias relevantes para a realização do tratamento de dados, atendendo sobretudo à especificidade das finalidades descritas no presente Acordo e os potenciais riscos envolvidos;
 - c) Comunicar à **Segunda Outorgante** quaisquer alterações que se tenham verificado nos dados pessoais em tratamento;
 - d) Dar instruções documentadas ao longo de toda a duração do tratamento de dados pessoais;
 - e) Definir prazos de conservação de dados pessoais fixados em noma legal ou regulamentar ou, quando tal não seja possível, o que se revele necessário para a prossecução da finalidade;
 - f) Enumerar as finalidades que excecionam a limitação da conservação, tal como se segue:
 - i. Para fins de arquivo de interesse público; ou,
 - ii. Para fins de investigação científica ou histórica; ou,
 - iii. Para fins estatísticos.
2. Constituem obrigações da **Segunda Outorgante**:
 - a) Utilizar os dados pessoais objeto de tratamento unicamente para as finalidades que determinaram a sua recolha, não podendo em caso algum utilizá-los com finalidades distintas daquelas para as quais os dados foram recolhidos;
 - b) Tratar os dados de acordo com as instruções da **Primeira Outorgante**;
 - c) No caso de considerar que algumas das instruções da **Primeira Outorgante** violam o RGPD ou qualquer disposição, em matéria de proteção de dados, nacional ou da UE deve informar, de imediato, a **Primeira Outorgante**;
 - d) Deve elaborar um registo de todas as atividades de tratamento efetuadas por conta da **Primeira Outorgante** que contenha: nome e contactos da **Segunda Outorgante** ou Subcontratantes e Encarregado de Proteção de Dados, as categorias de tratamento de dados pessoais efetuados em nome do Responsável pelo Tratamento (se for aplicável), as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais e documento que comprove a existência das garantias adequadas, descrição das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança, tal como se encontram previstas no ANEXO I;

- e) Prestar assistência à **Primeira Outorgante** no cumprimento da obrigação de realizar uma avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD) e de consulta prévia, relacionadas com os serviços prestados pela **Segunda Outorgante** à **Primeira Outorgante**, no âmbito deste Acordo, fornecendo a informação necessária e ao dispor da **Segunda Outorgante**;
- f) Dar apoio à **Primeira Outorgante** quando haja lugar a consultas prévias junto da Autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD);
- g) Designar um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar à **Primeira Outorgante** a sua identidade e contactos [Caso seja aplicável];
- h) Assumir o compromisso de cumprimento de um Código de Conduta ou de um procedimento de certificação para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações;
- i) Não subcontratar quaisquer entidades para a prossecução de atividades das quais resultem tratamento de dados, salvo quando exista autorização prévia e por escrito da **Primeira Outorgante**;
- j) Prestar toda a assistência necessária e solicitada pela **Primeira Outorgante** para que este consiga assegurar eficazmente o cumprimento de todas as obrigações que decorrem do disposto nos artigos 32.º a 36.º do RGPD.

Cláusula Nona (Subcontratação)

1. Caso o **Primeiro Outorgante** autorize a subcontratação do tratamento pelo **Segundo Outorgante** nos termos do número anterior, deverá este impor a esse outro Subcontratante, mediante a celebração de um contrato escrito, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados impostas ao **Segundo Outorgante** e estabelecidas no presente Acordo.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, o **Segundo Outorgante** deverá apresentar o contrato escrito ao **Primeiro Outorgante**, com a antecedência mínima de 30 dias, reservando-se este do direito de recusar a subcontratação caso entenda que o mesmo não assegura o mesmo nível de proteção que o presente Acordo, sem que daí lhe advenha qualquer responsabilidade perante o **Segundo Outorgante**.
3. O **Segundo Outorgante** reconhece e aceita que será plenamente responsável perante o **Primeiro Outorgante** pelo incumprimento de qualquer obrigação em matéria de proteção de dados por qualquer subcontratante por si contratado.

Cláusula Décima (Medidas de segurança do tratamento)

1. No âmbito do presente Acordo e para cumprimento do objeto do mesmo, nos termos do artigo 32.º do RGPD, a **Segunda Outorgante** obriga-se a adotar as medidas técnicas e organizativas pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou ilegal.
2. O previsto no número anterior concretiza-se através da implementação das medidas definidas pelo *standard* internacional ISO/IEC 27001:2013 ou equivalente, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação, designadamente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

3. Em qualquer caso a **Segunda Outorgante** deve implementar mecanismos que consigam garantir a segurança dos tratamentos designadamente as previstas nas alíneas a), b), c), d) do n.º 1 do artigo 32.º do RGPD, tal como previsto no ANEXO I.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 2 da presente Cláusula, deverá a **Segunda Outorgante** considerar os seguintes princípios aplicáveis à segurança da informação:
 - a) Garantia de proteção - a informação é um recurso crítico para o eficaz desenvolvimento de todas as atividades do Responsável pelo tratamento, sendo assim fundamental garantir a sua adequada proteção, nas vertentes de integridade, autenticidade, disponibilidade e confidencialidade;
 - b) Sujeição à lei - tanto a política como as tarefas executadas no seu âmbito estão sujeitas à legislação aplicável, bem como às normas e regulamentos internos aprovados pelas entidades competentes;
 - c) Necessidade de acesso - o acesso à informação deve restringir-se, exclusivamente, às pessoas que tenham necessidade de a conhecer para cumprimento das suas funções e tarefas;
 - d) Transparência - deve assegurar-se a transparência, conjugando o dever de informar com a fixação, de forma clara, das regras e procedimentos a adotar para a segurança da informação sob a responsabilidade do Responsável pelo tratamento;
 - e) Proporcionalidade - as atividades impostas pela segurança da informação devem ser proporcionais aos riscos a mitigar e limitadas ao necessário, minimizando a entropia no regular funcionamento da **Primeira Outorgante**;
 - f) Obrigatoriedade de cumprimento - as políticas e procedimentos de segurança definidos devem ser integrados nos processos de trabalho e a execução das tarefas diárias deve ser pautada pelo seu cumprimento;
 - g) Responsabilidades - as responsabilidades e o papel das entidades intervenientes na segurança da informação devem ser definidas de forma clara e ser alvo de monitorização e auditoria periódicas;
 - h) Informação - todas as políticas e procedimentos específicos devem ser publicitados e comunicados a todos os utilizadores que deles necessitem para o desempenho das suas funções e tarefas;
 - i) Formação - deve ser planeado, aprovado e executado um plano de formação e de divulgação que incida sobre o domínio da segurança da informação e sobre as políticas e procedimentos específicos adotados neste âmbito;
 - j) Avaliação do risco - deve ponderar-se a necessidade de proteção da informação em função da sua relevância e das ameaças que sobre ela incidem. A avaliação do risco deve identificar, controlar e eliminar os diversos tipos de ameaças a que a informação se encontra sujeita. Os níveis de segurança, custo, medidas, práticas e procedimentos devem ser apropriados e proporcionais ao valor e ao nível de confiança da informação;
 - k) Comunicação, registo e ponto de contacto único - todos os incidentes de segurança, bem como as fragilidades, têm de ser objeto de comunicação imediata e registo de forma a proporcionar uma resposta célere aos problemas. O processo de registo deve prever a identificação de um ponto único de contacto para onde devem ser canalizados todos os relatos;
 - l) Sanções - a não observância das disposições de segurança da informação que se encontrem em vigor, será considerada como infração às normas aplicáveis e, como tal, será sujeita a sanções e medidas corretivas apropriadas de acordo com a legislação e normativos aplicáveis, ou que para o efeito venham a ser estabelecidos.

Cláusula Décima Primeira (Confidencialidade)

1. Para efeitos do presente Acordo, a **Segunda Outorgante** obriga-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenha acesso, no âmbito da execução das suas atividades no que diz respeito à recolha dos dados pessoais necessários para execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que outorgou com a Câmara Municipal de Lisboa.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vincula a **Segunda Outorgante** durante a vigência do contrato e após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1 cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta Cláusula, cabendo, em caso de litígio, a **Segunda Outorgante** provar que a informação já era do conhecimento público antes da divulgação ou execução por si.
4. A **Segunda Outorgante** deverá garantir que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e a cumprir as medidas de segurança correspondentes.
5. A **Segunda Outorgante** deverá rever periodicamente a lista das pessoas a quem foi concedido o acesso aos dados o qual, poderá ser retirado em função do resultado da revisão efetuada.
6. A **Segunda Outorgante** deverá manter à disposição da **Primeira Outorgante** a documentação que comprove a obrigação de confidencialidade.

Cláusula Décima Segunda (Tutela dos direitos dos titulares dos dados pessoais)

1. As **Partes** reconhecem que o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados pode ser efetuado diretamente, quer junto da **Segunda Outorgante**, quer junto da **Primeira Outorgante** e/ou junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).
2. Neste sentido, e no âmbito da tutela dos direitos dos titulares dos dados pessoais, compete à **Segunda Outorgante**, obrigando-se este a:
 - a) Garantir o exercício de quaisquer direitos ao titular dos dados;
 - b) No momento da recolha dos dados, prestar toda a informação relativa ao tratamento dos seus dados;
 - c) Prestar toda a assistência necessária à **Primeira Outorgante**, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
 - d) Informar a **Primeira Outorgante** de eventuais retificações ou situações de apagamento dos dados pessoais que ocorram em virtude de uma solicitação dos titulares de dados pessoais, mediante notificação para o endereço de correio eletrónico indicado pela **Primeira Outorgante**, imediatamente após o pedido formulado pelo titular dos dados, mas nunca depois do prazo de 24 horas, instruída com as informações relevantes para a resolução do pedido.

Cláusula Décima Terceira (Violação de dados pessoais)

1. A **Segunda Outorgante** notificará a **Primeira Outorgante**, sempre antes do prazo máximo de 72 horas estabelecido no RGPD, de todas as violações de dados pessoais de que tenha conhecimento, nos termos estabelecidos no artigo 33.º, n.º 3 do RGPD.
2. Compete à **Segunda Outorgante** comunicar as violações de segurança de dados à CNPD, a qual, deverá conter a seguinte informação:
 - a) Descrever a natureza da violação de segurança dos dados pessoais e o número aproximado de afetados;
 - b) Incluir o nome e os dados de contacto do Encarregado de Proteção de Dados;
 - c) Descrever as consequências da violação da segurança dos dados pessoais;
 - d) Descrever as medidas adotadas para impedir a violação de segurança dos dados pessoais incluindo as medidas de mitigação dos possíveis efeitos negativos.

Cláusula Décima Quarta (Auditorias)

A **Segunda Outorgante** assume o compromisso de disponibilizar à **Primeira Outorgante** todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das suas obrigações e facilita e contribui para o cumprimento das auditorias ou inspeções conduzidas pela **Primeira Outorgante** ou por auditor por este mandatado, inclusive nas suas próprias instalações.

Cláusula Décima Quinta (Destino dos dados)

Sob pena de responsabilidade por perdas e danos, a **Segunda Outorgante** obriga-se a devolver à **Primeira Outorgante** todos os dados pessoais, que são tratados pela **Segunda Outorgante** em nome da **Primeira Outorgante**, depois de cumpridas as finalidades indicadas por este, devendo ainda apagar, nesse momento, todas as restantes cópias ou versões que contenham os referidos dados, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do Direito da União ou dos Estados Membros.

Cláusula Décima Sexta (Suspensão e ou Resolução)

1. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a resolução do mesmo, podendo a **Segunda Outorgante** incorrer em responsabilidade civil perante o município.
2. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores tem como consequência direta a cessação da execução do objeto do presente Acordo, podendo implicar para a **Segunda Outorgante**, o dever de indemnização perante o município por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula Décima Sétima (Divergências)

Caso se verifique qualquer conflito ou divergência entre as disposições constantes do presente Acordo e o Contrato-Programa, deverão prevalecer os termos previstos neste instrumento.

Cláusula Décima Oitava (Disposição Final)

As Partes acordam que o presente Acordo faz parte integrante do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º ____/CML/DAFD/2024, de..... (Anexo 1), pelo que, deverá ser anexado ao mesmo.

Depois de lido em voz alta, os outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo para ambos claro e compreensível os direitos e deveres de cada uma das partes e, como tal, vai ser assinado.

O Município de Lisboa

.....

(O Diretor)

Rafael Luís Salgueiro

A Entidade

.....

[Representante (s) Legal (ais)]

Colocar o(s) nome(s) do(s) outorgante(s) e identificação dos órgãos sociais de que faz(em) parte

ANEXO I

Medidas técnicas e organizativas destinadas a garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento

Sem prejuízo de virem a ser adotadas outras medidas que se afigurem mais eficazes a prevenir riscos que ponham em causa os princípios e regras que enformam o RGPD, ficam aqui identificadas as medidas técnicas e organizativas destinadas a garantir um nível de segurança adequado, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e a finalidade do tratamento, bem como os riscos para os direitos e as liberdades das pessoas singulares e que são as seguintes:

1. No Formulário de inscrição consta a “Informação sobre Proteção de Dados Pessoais” (com informação sobre o Responsável pelo Tratamento; Finalidade e Licitude do Tratamento; Consequência do não fornecimento dos Dados; Categorias de Dados Pessoais; Destinatários dos Dados; Conservação dos dados Pessoais; Direitos do Titulares dos Dados Pessoais), sendo que através dessa mesma informação, os titulares dos dados pessoais tomam conhecimento da Política de Privacidade do Município de Lisboa e das Juntas de Freguesia e dão o seu consentimento para o tratamento dos seus dados;
2. Medidas de pseudonimização dos dados antes de serem transferidos para as entidades terceiras, se aplicável;
3. Medidas destinadas a assegurar a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento medidas destinadas a restabelecer atempadamente a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais em caso de incidente físico ou técnico;
4. Medidas de identificação e de autorização dos utilizadores;
5. Medidas de proteção de dados durante a transmissão, nomeadamente quanto à colocação dos Formulários preenchidos dentro de envelopes fechados, de modo a respeitar a confidencialidade do respetivo conteúdo e evitar riscos de acesso indevido por parte de terceiros não sujeitos a obrigação e sigilo e confidencialidade;
6. Medidas de proteção de dados durante a conservação, assegurando que os envelopes que contêm os formulários, quando não estão a ser tratados, ficam guardados em armários fechados com acesso muito restritos e devidamente autorizados;
7. Medidas destinadas a garantir a segurança física dos locais onde os dados pessoais são tratados;
8. Medidas de governação e de gestão interna do serviço informático e do serviço de segurança informática medidas de certificação/garantia dos processos e dos produtos no que respeita aos formulários preenchidos via *Online*, nomeadamente, medidas de pseudonimização, de minimização do dados recolhidos e anonimização dos dados;
9. Minimização dos dados, no sentido de se equacionar quais os dados absolutamente imprescindíveis para assegurar a participação dos cidadãos, tais como identificação dos atletas, treinadores, técnicos, encarregados de educação que se inscrevam no evento organizado pela **Segunda Outorgante** com vista à realização do mesmo de acordo com os seguintes dados: nome, número de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade, morada, contato telefónico fixo e ou telemóvel, e *email*;
10. Medidas destinadas a garantir a responsabilidade medidas destinadas a permitir a portabilidade dos dados e a garantir o seu apagamento - disponibilizar hiperligação para a política de privacidade - <https://www.lisboa.pt/politica-de-privacidade>; o titular pode solicitar a cópia dos seus dados pessoais e o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos para outro responsável pelo tratamento, no cumprimento do art.º 20.º do RGPD, bem como o direito ao esquecimento do titular no cumprimento do artigo 17.º do RGPD, através de envio de *email* para a EPD ou preenchimento do formulário.

- Deliberação n.º 230/CM/2024 (Proposta n.º 230/2024)
- Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira:

Assunto: Aprovar a atribuição de apoio financeiro a 52 (cinquenta e duas) entidades, no âmbito do EIXO A, MEDIDA 2, nos termos do Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD), de acordo com as regras gerais do RAAML

Pelouro: Desporto - Vereador Ângelo Pereira.

Serviço: Departamento Atividade Física e do Desporto (DAFD).

Considerando que:

1 - O princípio fundamental tutelado pelo artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, no qual se expressa que «Todos têm direito à cultura física e ao desporto», carece de desenvolvimento e implementação através de políticas concretas que o evidenciem e ponham em prática;

2 - O Programa de governo da cidade pugna por Lisboa como uma capital “renovada, vibrante e segura, contribuindo para uma renovação efetiva da cidade que melhore o espaço público, aumente a sua segurança em todas as freguesias e potencie as forças vivas da cidade, numa abordagem de colaboração constante entre a Câmara e os lisboetas”, com vista à construção “de uma Lisboa cosmopolita, inclusiva e integrada numa economia partilhada, com condições de igualdade de oportunidades para todos”;

3 - O Programa de governo da cidade defende também “Lisboa como uma cidade renovada, vibrante e segura” e entende o “Desporto como alavanca central da vida quotidiana na cidade” através de várias medidas específicas: “Elaborar, em conjunto com todas as escolas, um plano estratégico que organize e desenvolva em Lisboa um verdadeiro sistema municipal de Desporto Escolar; Promover Monsanto como o grande centro de desporto aventura da cidade (onde se promova o BTT, Escalada, Orientação, Tiro com Arco, Passeios Pedestres e Corridas de Aventura - Challengers); Aprofundar e diversificar a prática de desporto no ensino básico e secundário; Criar condições para a prática de desportos náuticos no âmbito do desporto escolar, atendendo à proximidade ao rio e ao mar”;

4 - A proposta de revisão das medidas especiais e extraordinárias de apoio ao desenvolvimento desportivo, no âmbito de uma alteração ao Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD), bem como a assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos para anos futuros, foi submetida e aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa, por via da Deliberação n.º 288/AML/2022 que recaiu sob a proposta n.º 280/CM/2022, publicada no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1479, de 23 de junho de 2022;

5 - A deliberação em causa e o PMAD que a substancia, fundamentou-se nas disposições conjugadas do artigo 23.º e das alíneas k), o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

na sua redação atual, com dispensa de consulta pública por motivos de urgência, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 100.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), em vigor;

6 - O Programa Municipal de Apoio ao Desporto define as medidas e as linhas de apoio financeiro a conceder pelo Município de Lisboa, com vista à criação e melhoria das condições para a promoção e dinamização da prática da atividade física e do desporto, levado a cabo pelas mais diversas Associações Desportivas do concelho, estabelecendo as regras e as condições para a sua atribuição, bem como as obrigações a assumir pelos respetivos beneficiários e as formas que garantam a conformidade entre os fins visados pelos apoios a atribuir e a sua efetiva prossecução;

7 - Os destinatários do Programa são, designadamente, as associações e entidades de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede social e intervenção no espaço territorial do concelho de Lisboa que desenvolvam atividade no âmbito desportivo ou, caso não se encontrem sedeadas no concelho desenvolvam atividade física e desportiva na área concelhia;

8 - As associações e entidades só poderão beneficiar dos apoios previstos no Programa caso apresentem a situação contributiva regularizada perante o Estado Português (segurança social e autoridade tributária) e a própria autarquia;

9 - Os apoios financeiros a conceder pelo Município de Lisboa, no âmbito Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD), visam a melhoria e a criação de condições que contribuam para a promoção e a dinamização da prática da atividade física e desportiva pelo Movimento Associativo, disponibilizando-se para o efeito um conjunto de EIXOS e MEDIDAS de apoio financeiro, nos termos definidos na referida deliberação, às quais as entidades beneficiárias poderão aceder solicitando e fundamentando o correlativo pedido de apoio;

10 - O Programa Municipal de Apoio ao Desporto arrogar-se como um programa multidimensional, multissetorial e transversal, e visa, considerando o EIXO e as MEDIDA que importa às finalidades expressas na presente proposta, ou seja, EIXO A, MEDIDA 2;

11 - Efetivamente, na Deliberação n.º 288/AML/22, de 31 de maio que recaiu sob a Proposta n.º 280/CML/22 de 30 de maio, consigna-se a propósito da reposição deste EIXO e MEDIDA que: A proposta contempla ainda a reposição do EIXO A, com fundamento nas necessidades dos clubes neste período de pós pandemia. Torna-se, pois, imperativo manter o apoio reforçado à Atividade Desportiva Regular (ADR), tal como ocorreu em 2020, ano em que foi atribuído um apoio complementar de 30 % do valor base ADR desse ano e, em 2021, em que foi atribuído por via deste mesmo EIXO A do PMAD, 100 % do valor do apoio, tendo por base a verba mais elevada do ano de 2019, 2020 e 2021. A reposição deste apoio tem por objetivo minimizar os nefastos efeitos ainda em curso, decorrentes da Pandemia COVID 19 e mitigar, na medida

do possível, esses mesmos efeitos, contribuindo para o processo de recuperação da atividade desportiva dos clubes e das coletividades;

12 - O EIXO A MEDIDA 2, inscrito no PMAD prevê a atribuição pelo município, de apoio financeiro suplementar, a todas as entidades que no seu pedido de ADR da época desportiva anterior demonstrem, por via de evidências, desenvolverem atividade para praticantes desportivos com deficiência, bem como terem a sua sede social em Bairros BIP/ZIP;

13 - Deste modo, considerando a aplicação desta regra aos clubes e associações aos quais foram atribuídos apoios financeiros, no âmbito do Apoio à Atividade Desportiva Regular (ADR), por via da Deliberação n.º 299/CML/23, tomada na reunião de 7 de junho e Deliberação n.º 522/CML/23, de 13 de setembro, Deliberação n.º 784/CML/23, aprovada em 15 de dezembro e, finalmente, Deliberação n.º 823/CML/23, de 15 de dezembro, foram apoiadas, 144 (cento e quarenta e quatro) entidades;

14 - Das 144 (cento e quarenta e quatro) entidades apoiadas em sede de atividade desportiva regular, no âmbito das Deliberações supra enunciadas, verifica-se, neste preciso momento, que 91 (noventa e uma) delas não reúnem os requisitos de elegibilidade para que sejam apoiadas por via desta linha, ou seja EIXO A; MEDIDA 2;

15 - De facto, 88 (oitenta e oito) entidades não se enquadram nos parâmetros definidos por esta linha de apoio, por não desenvolverem atividade para pessoas com deficiência ou, por a sua sede social, não se encontrar situada num Bairro ou zona de intervenção prioritária;

16 - E 3 (três) entidades não têm a sua situação contributiva regularizada de acordo com as leis e regulamentos em vigor, pelo que já foram notificados com vista à apresentação da documentação relevante nesta matéria;

17 - Dando sequência e continuidade a estes apoios financeiros, no âmbito do PMAD, EIXO A MEDIDA 2, verifica-se que se encontram em situação elegível de acordo com os requisitos alocados à linha de apoio, 52 (cinquenta e duas) entidades, pelo que é objetivo da presente proposta submeter à deliberação do órgão executivo a atribuição do referido apoio financeiro, no valor global de 82.872,50 euros (oitenta e dois mil oitocentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), de acordo com o mapa anexo à presente proposta que dela faz parte para todos os efeitos legais e regulamentares;

18 - Tratando-se de um apoio suplementar referenciado e subsumido, nas regras do PMAD, no âmbito da Atividade Desportiva Regular (ADR) a entidades que já foram contempladas com apoio financeiro, por via das Deliberações n.º 299/CML/23, tomada na reunião de 7 de junho e Deliberação n.º 522/CML/23, de 13 de setembro, Deliberação n.º 784/CML/23, aprovada em 15 de dezembro e, finalmente, Deliberação n.º 823/CML/23, de 15 de dezembro, na sequência das quais foram outorgados os competentes Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo e correlativos Acordos de Proteção de Dados,

entende-se ser de dispensar tais instrumentos jurídicos com fundamento em que este apoio adicional se integra nas mesmas obrigações e deveres que já constam desses contratos e visa complementar o desenvolvimento com vista ao alavancar da atividade desportiva, no período pós pandemia, registando-se, tão só, a necessidade de entrega do competente Relatório de Execução Física e Financeira (REFF) nos 30 (trinta) dias após a transferência do valor do apoio financeiro, sob pena, de haver lugar à devolução dos valores atribuídos de acordo com as regras estabelecidas em sede de RAAML;

19 - No âmbito dos requisitos prévios, os serviços do Departamento da Atividade Física e do Desporto (DAFD) procederam à verificação do cumprimento das formalidades previstas na lei e regulamentos aplicáveis e à análise da documentação constante da instrução do procedimento entre as quais se destacam, em particular:

- a) A apreciação, análise e confirmação dos critérios de seleção definidos no n.º 4 do artigo 9.º do RAAML;
- b) Verificação dos requisitos para a atribuição do apoio, de acordo com o estipulado no artigo 5.º do RAAML, bem como da regra inscrita no EIXO A, MEDIDA 2, do PMAD;
- c) Verificação da entrega dos Relatórios de Execução Física e Financeira (REFF) por parte das entidades, nos termos supra referenciados;
- d) A verificação de que as instituições têm a sua situação regularizada no que toca à sua relação fiscal e contributiva para com o Estado português (fisco e segurança social) e para com o município de Lisboa, comprovativos juntos à instrução do processo;
- e) Elaboração do parecer fundamentado dos serviços e sua submissão à competente decisão superior;
- f) A prévia consulta às Juntas de Freguesia, de acordo com o n.º 2 do artigo 10.º do RAAML;

I - Assim, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º epígrafado «Atribuições do município» e das alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, com vista ao apoio na recuperação das associações e clubes no período pós pandemia, consubstanciado no EIXO A, MEDIDA 2, do Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD), tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar:

1 - A atribuição de apoio financeiro, às 52 (cinquenta e duas) entidades, melhor identificadas no mapa anexo à presente proposta, no valor global de 82.872,50 euros (oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos);

2 - O montante supra referido tem enquadramento orçamental em 2024, na Orgânica S25.00 (10040), na Rubrica Económica D.04.07.01 (Instituições sem fins lucrativos - transferências correntes), no plano de atividades Programa Municipal de Apoio ao Desporto, com o Código 43907-RP, descrição do Plano E2.P001.02, de acordo com o documento de Cabimento n.º 5324002191 que se anexa, para todos os efeitos legais e regulamentares;

A dispensa de celebração de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo e correlativo Acordo de Tratamento de Dados, dado que as obrigações e deveres das entidades às quais se atribui os apoios financeiros referenciados no quadro anexo, já constam de CPDD celebrados no âmbito da Atividade Desportiva Regular (ADR) e o objetivo essencial no presente, visa complementar o desenvolvimento, com vista ao alavancar da atividade desportiva, no período pós-pandemia, registando-se, tão-só, a necessidade de entrega do competente Relatório de Execução Física e Financeira (REFF) nos 30 (trinta) dias após a transferência do valor do apoio financeiro para a entidade, sob pena de haver lugar à devolução dos valores atribuídos, de acordo com as regras estabelecidas em sede de Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML).

(Aprovada por unanimidade.)

Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD) 2024

Eixo A, Medida 2 – 52 (cinquenta e duas) entidades

ID	ENTIDADES	Total (€) BZ e Def Limite (14.000€)
1	AAMA - Associação de Actividade Motora Adaptada	7 160,00 €
2	ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal - Delegação Lisboa	720,00 €
3	Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa	4 480,00 €
4	Associação Desportiva e Cultural Capoeira Beija-Flor	2 160,00 €
5	Associação Desportiva Marista	320,00 €
6	Associação Desportiva Pasteis da Bola	2 000,00 €
7	ADTM - Associação Desportiva Trampolimágico	880,00 €
8	Associação Jorge Pina	3 680,00 €
9	Associação Naval de Lisboa	4 480,00 €
10	Associação de Boxe Paulo Seco	247,50 €
11	Associação Portuguesa de Deficientes	1 120,00 €
12	Associação Portuguesa de Surdos	5 280,00 €
13	Associação Recreativa Pescadores da Musgueira Norte	557,50 €
14	Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Lóios	820,00 €
15	Câmara Lisboa Clube	1 165,00 €
16	Carnide Clube	2 000,00 €
17	Casa do Concelho dos Arcos de Valdevez	2 480,00 €
18	Casa Pia Atlético Clube	80,00 €
19	Centro de Atletismo das Galinheiras	80,00 €
20	Clube Atlético da Alta de Lisboa	480,00 €
21	Clube Atlético e Cultural	1 040,00 €
22	Clube de Futebol “Os Belenenses”	160,00 €
23	Clube de Futebol de Chelas	197,50 €
24	Clube de Futebol Os Unidos	2 000,00 €
25	Clube de Judo Hajime	640,00 €
26	Clube Desportivo Alto do Pina	400,00 €
27	Clube Desportivo da Graça	2 000,00 €

ID	ENTIDADES	Total (€) BZ e Def Limite (14.000€)
28	Clube Judo Total	880,00 €
29	Clube Nacional de Natação	320,00 €
30	Clube Oriental de Lisboa	2 640,00 €
31	Clube Ténis Paço do Lumiar	2 000,00 €
32	CNATRIL - Clube de Natação e Triatlo de Lisboa	80,00 €
33	Educar a Sorrir - Associação de Solidariedade e Apoio à Família	80,00 €
34	Escola de Judo Nuno Delgado Associação	640,00 €
35	Futebol Clube Recreativo do Rossão	1 560,00 €
36	Grupo de Xadrez Alekhine	1 650,00 €
37	Grupo Desportivo de Chelas	1 385,00 €
38	Health Citizens - European Institute for Promotion, nonprofit association	2 000,00 €
39	Ingleses Futebol Clube	560,00 €
40	Judo Clube de Portugal	80,00 €
41	Labor -Cooperativa de Solidariedade Social	5 000,00 €
42	Liberdade Atlético Clube	1 200,00 €
43	Lisboa Ginásio Clube	2 720,00 €
44	Lxtriathlon - Clube de Triatlo de Lisboa	240,00 €
45	Maria Pia Sport Clube	2 000,00 €
46	Recreativo Águias da Musgueira	2 000,00 €
47	Sociedade Musical 3 D'Agosto 1885	2 000,00 €
48	Sporting Clube de Portugal	1 840,00 €
49	Sporting Clube do Rio Seco	1 130,00 €
50	Todos a Galope - Associação Equestre	80,00 €
51	Torre Laranja Futsal Clube	2 160,00 €
52	União Desportiva Alta de Lisboa	2 000,00 €
		82 872,50 €

Foi deliberado submeter à Assembleia Municipal as seguintes propostas:

- Proposta n.º 224/2024:

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e Orçamentais de 2023, bem como a proposta de aplicação de resultados, nos termos da proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind.NTL), 7 votos contra (2 PCP, 1 L, 1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 3 abstenções (PS). O Senhor Presidente em exercício exerceu o voto de qualidade.]

- Proposta n.º 225/2024:

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a 1.ª Revisão Orçamental de 2024 - inscrição de saldo não consignado 2023, nos termos da proposta.

[Aprovada por maioria, com 11 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP, 1 Ind.NTL, 3 PS e 1 L), 4 votos contra (1 BE, 1 Vereadora Paula Marques, 1 Vereadora Floresbela Pinto e 1 Vereador Rui Franco) e 2 abstenções (PCP).]

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt